

CLAUDIA FEIERABEND BAETA LEAL

Pensiero e Dinamite
Anarquismo e Repressão em São Paulo nos anos 1890

Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas sob a orientação da Prof. Dr. Michael McDonald Hall.

Este exemplar corresponde à redação final da Tese defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 21 / 02 / 2006

BANCA

Prof. Dr. Michael McDonald Hall (orientador)



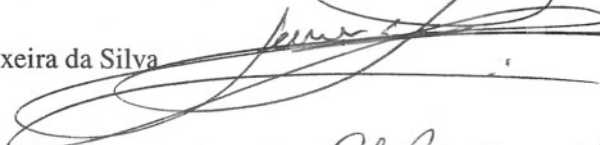
Prof. Dr. Luigi Biondi



Prof. Dr. Cláudio Henrique de Moraes Batalha



Prof. Dr. Fernando Teixeira da Silva



Profa. Dra. Christina da Silva Roquette Lopreato



Profa. Dra. Ana Paula Palamartchuk (suplente)

Prof. Dr. Carlo Maurizio Romani (suplente)

Prof. Dr. Sidney Chalhoub (suplente)

FEVEREIRO/2006

BIBLIOTECA CENTRAL
DESENVOLVIMENTO
COLEÇÃO
UNICAMP

nao aut
130
30

BC
MADA
UNICAMP
L473M
EX
BC/ 08174
16.123-06
D
11.08
06-04-06

372121

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

L 473 p Leal, Claudia Feierabend Baeta
Pensiero e Dinamite : Anarquismo e repressão em São Paulo
nos anos 1890 / Claudia Feierabend Baeta Leal. -- Campinas,
SP : [s. n.], 2006.

Orientador: Michael McDonald Hall.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Anarquismo e anarquistas – São Paulo (SP) - 1890.
2. Polícia. 3. Italianos – São Paulo (SP). I. Hall, Michael M.
(Michael McDonald), 1941-. II. Universidade Estadual de
Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

(mfbm/ifch)

Palavras-chave em inglês (Keywords): Anarchism and anarchists.

Police.

Italians – São Paulo (SP).

Área de Concentração: História

Titulação: Doutorado em História

Banca examinadora: Prof. Dr. Michael McDonald Hall (orientador)
Profa. Dra. Christina Roquette Lopreato
Prof. Dr. Luigi Biondi
Prof. Dr. Cláudio Henrique de Moraes Batalha
Prof. Dr. Fernando Teixeira da Silva

Data da defesa: 21 de Fevereiro de 2006.

“Com esses dois grande fatores – **Pensiero e Dinamite** – formam eles o seu lema que explicam – o pensamento para sublevar os fracos – a dinamite para derrubar os fortes.”

“Anarquistas” - Theodoro Dias de Carvalho Júnior, 1893.

Agradecimentos

Agradeço ao CNPq o auxílio financeiro, sem o qual este trabalho não teria sido possível.

Agradeço também aos funcionários – sempre gentis, solícitos e prestativos – do IFCH e aqueles dos arquivos e bibliotecas onde realizei as pesquisas referentes a este tese, alguns por longos meses, alguns em breves visitas: Internacional Instituut voor Sociale Geschiedenis (IISG - Amsterdã), Biblioteca Nacional (Lisboa), Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro), Arquivo Nacional (Rio de Janeiro), Arquivo do Estado de São Paulo (AESP), Biblioteca da Faculdade de Direito (USP), Biblioteca da Faculdade de Letras, Filosofia e Ciências Humanas (USP), Biblioteca da Academia de Polícia Civil de São Paulo, Arquivo Edgard Leuenroth (Campinas/SP), Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (UNICAMP). Meu obrigado também a Marcio Antônio Ribeiro, do Arquivo Histórico do Superior Tribunal Federal, por seu auxílio à distância.

A leitura dos professores Cláudio Batalha e Fernando Teixeira, na banca de qualificação, assim como suas dicas e sugestões durante todo o tempo do curso de doutorado enriqueceram muito este trabalho. As indicações e conselhos de Christina Lopreato, ainda na fase da pesquisa, imprimiram contornos importantes a este texto. A certeza da interlocução com Carlo Romani e Luigi Biondi, por sua vez, deram certamente maior segurança a este estudo, e agradeço muito a atenção dispensada às minhas dúvidas, indagações e mesmo simples curiosidades.

A meu orientador, Michael Hall, agradeço o interesse desde a apresentação do projeto, a atenção constante, a leitura precisa, as sugestões valiosas, os questionamentos instigantes, enfim, a orientação atenta e inestimável.

Agradeço a companhia dos meus colegas de doutorado nos difíceis primeiros meses no curso de História, e principalmente àqueles que se tornaram importantes amigos: Roberto Baptista Junior, Evandro Domingues, Flavia Biroli e Daniel Farias. A outras historiadoras, que me ajudaram na tarefa de tentar tornar a ser, eu também, uma: Mariana Gallo, Carolina Souza, Aline Tavares, Lívia Botin, Gisela Geraldi.

A dura mudança para São Paulo foi suavizada e alegrada pela companhia de Bel e Joca, Mariana Dorin e Roberto, Bettina Asaravicius, Jacílio Saraiva, Gisela Geraldi (lá e cá), e meus queridos Palamartchuks paulistanos – Ian, Luciana e Ana Maria.

A Paula Palamartchuk, o agradecimento de quem deve, para além de uma super amizade, para muito além da leitura desta tese, dois amores que ela trouxe à minha vida: Catarina e Carolina. A Elciene Azevedo, um agradecimento quase impossível, que é por tanto tempo e por tanta coisa, que é por essa longa convivência, sempre com a saudade da rotina de antes. Mariana Françoso e Daniela Manica, pela companhia de perto e de longe, pelo incentivo e pelo carinho, foram muito importantes durante esses anos de pesquisa e escrita – e para muito além da pesquisa e da escrita –, assim como Marcelo Balaban, cuja amizade, também de perto e de longe, já há anos e anos, é uma grande certeza e alegria. A Leonardo Azevedo, querido amigo, agradeço o retorno, o carinho, a companhia e a compreensão. A Kátia, pela certeza de sua amizade, pela constância de seu carinho mesmo quando estive longe, ocupada e desatenta. A ela e ao André, agradeço ainda pelo apoio, pelo amor, pelo namorado e pelo Henrique.

Agradeço muito o carinho de Virgínia, Claudinei, Cássia, Sérgio, Frederika, Luiz Alexandre e da linda Luisa.

A Luiz Fernando, agradeço por ter aparecido, insistido, ficado e colocado luz, som, perfume e sabor na minha vida. Por existir e ficar por perto.

À minha família, um agradecimento com gosto de desculpas pela ausência, pela falta de tempo, pelo cansaço, pela pouca paciência, pelo nervosismo e por tanto tempo assim. Agradeço a Adriana, Raphael Fino, Beatriz e Bruno por esse refúgio seguro e feliz; o mesmo à tia Cida e Jamil Bilo, José Eduardo, Rose e Felipe, que me deram outros lares em São Paulo. A Edleuza e Alexandrino, pelo carinho e pelo estímulo, assim como a Andrea, Beat, Pedro Eduardo e Carlos Joaquim, Eduarda e Bruce. A tia Edna, pela companhia mais assídua agora. A João Cláudio, que sempre tentou entender o que eu fazia, agradeço o jeito lindo com que sempre mostrou seu interesse. A Fernanda, por ter ficado ao meu lado, devo todos os agradecimentos do mundo, assim como desculpas sem fim, por ter agüentado mais do que qualquer pessoa o cansaço desta tese. A meus pais, Isabela e Cláudio, agradeço por todo o apoio, por toda a força, por todo o amor e compreensão que têm mostrado durante muitos mais anos do que o tempo deste trabalho. Sem eles, não teria conseguido.

A meus avós, Leda e Geraldo, uma saudade imensa. A eles dedico esta tese.

Resumo

Esta tese trata da presença, atividades e repressão dos militantes anarquistas residentes ou atuantes em São Paulo nos anos 1890. Nesse sentido, o objetivo do trabalho é analisar sua atuação nesse período através de seus jornais, publicações, manifestações públicas e em sua interação com outros agentes sociais, fossem eles outros trabalhadores, policiais ou autoridades diplomáticas e oficiais. A tese tenciona também acompanhar a construção da idéia de anarquismo no ambiente policial paulista, o que ajuda a entender as formas de tratamento delegadas aos militantes que desenvolveram atividades libertárias em São Paulo desde os primeiros anos da década de 1890, ajudando também a entender o tipo de suspeição a que os imigrantes eram submetidos e sua experiência de trabalhador estrangeiro e estigmatizado como subversivo.

Abstract

This thesis focuses on the presence of anarchist militants in São Paulo city in the 1890's, the activities they carried out and the repression they were submitted to. Thus, it aims at analyzing their action through the papers and works they published, the public meetings they held, as well as in their interaction with other social agents, such as workers, police officers, diplomatic and governmental authorities. This study also intends to follow the construction of the image of the anarchist within the police milieu, which may help to understand both the treatment to which those militants were subjected to since the early years of the 1890's, and also the suspicion that fell upon the immigrants, workers who were seen and stigmatized as subversives.

Súmario

INTRODUÇÃO.....	p. 1
I - ANARQUISMO E SEGURANÇA PÚBLICA.....	p. 21
“O fator de maior importância”.....	p. 24
A denúncia.....	p. 29
Na prisão número 2 da Luz.....	p. 40
Motivos e justificativas.....	p. 49
O destino dos presos.....	p. 69
II - IMIGRANTES ANARQUISTAS.....	p. 79
“Anarquistas perigosos”.....	p. 84
A prisão.....	p. 94
A deportação.....	p. 106
Destino dos imigrantes.....	p. 117
Anarquistas no vapor <i>Arno</i>	p. 130
“Anarquistas e socialistas conhecidos”.....	p. 137
“Devidas providências”.....	p. 146
III - PENSAMENTO E DINAMITE.....	p. 149
O “partido anárquico” aqui.....	p. 152
Dinamite – propaganda pelo feito?.....	p. 160
Pensamento – propaganda pela palavra.....	p. 171
Galileo Botti e <i>Gli Schiavi Bianchi</i>	p. 172
<i>L’Asino Umano</i> e <i>La Bestia Umana</i>	p. 186
<i>L’Avvenire</i>	p. 204
IV - ANARQUISTAS EM CASA, NA RUA, EM TODA A PARTE.....	p. 215
No aniversário da Comuna de Paris.....	p. 216
De volta à “ala nº 2 da imunda prisão da Luz”.....	p. 228
Anarquistas nas ruas.....	p. 240
<i>Il Risveglio</i>	p. 251
Anarquistas em toda parte.....	p. 266
CONCLUSÃO.....	p. 287
FONTES E BIBLIOGRAFIA.....	p. 295

Introdução

A década de 1890 deu grande visibilidade aos anarquistas na Europa – normalmente envolta nas fumaças das explosões por que alguns deles foram responsáveis, na violência dos atentados e no medo da população que os testemunhava. Desde a década de 1870, porém, com a cisão da Internacional, a morte de Bakunin e o atentado ao rei Umberto I por Giovanni Passanante em 1878; passando pelos anos 1880, com o assassinato do czar Alexander II e a explosão de uma bomba na Bolsa de Paris, atirada por Charles Gallo; e os agitados anos 1890, com a série de atentados, magnicídios e execuções, os jornais traziam constantemente notas e artigos sobre as manifestações mais ou menos violentas dos anarquistas e as medidas repressivas tomadas contra eles.

François Koenigstein, mais conhecido como Ravachol, aterrorizara os habitantes de Paris com uma série de explosões em março de 1892.¹ Em novembro desse ano, um atentado planejado por Émile Henry contra o escritório da empresa de Mineração Carmaux, em Paris, foi descoberto e impedido, porém vários policiais morreram ao transportarem a bomba para estação policial.² Pouco mais de um ano depois, em 9 de dezembro de 1893, Auguste Vaillant arremessou uma bomba de um dos balcões da Câmara dos Deputados, que produziu grandes estragos, mas não houve vítimas fatais. Vaillant foi condenado e executado em fevereiro do ano seguinte. Uma semana mais tarde, Émile Henry voltou à cena, atentando contra o café Terminus da estação Saint Lazare, em Paris, ferindo vinte pessoas e causando a morte de uma. Henry foi guilhotinado em 21 de maio de 1894. O belga Pauwels, por sua vez, suspeito de ser o responsável pelas bombas encontradas em ruas de Paris em fevereiro daquele ano, foi vítima de seus próprios planos: em uma tentativa de ataque à igreja Madeleine, a bomba teria explodido em seu bolso, matando-o em março de 1894.³

¹ Jean Grave. *Quarente ans de propagande anarchiste*. Paris: Flammarion, 1973, p. 577; James Joll. *Anarquistas e anarquismo*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1964, pp.154-157; Pier Carlo Masini. *Storia degli anarchici italiani – da Bakunin a Malatesta (1862-1892)* Milão: Rizzoli Editore, 1969, p. 243; Ettore Zoccoli. *L'Anarchia. Gli Agitatori – Le Idee – I Fatti*. Milão: Fratelli Bocca Editori, s.d. (reimpressão integral da edição de 1907), p. 394; Jean Maitron. *Ravachol et les anarchistes*. Paris: R. Julliard, c1964.

² James Joll. Op. cit., p. 158; Jean Grave, Op. cit., p. 577.

³ Ver Jean Grave. Op. cit. Ver também o comentário do atentado contra a igreja Madeleine e morte de Pauwels em “Cartas parisienses” *O Commercio de São Paulo*, nº 329, 10/4/1894.

Paris, no entanto, não foi o único cenário dos atentados anarquistas: em 24 de setembro, o espanhol Paolino Pallás atirou uma bomba contra o General Martinez Campos, em Barcelona, como retaliação à execução de anarquistas em Jerez, e foi fuzilado dias depois, em Montjuich. Como retaliação por sua execução, explodiu-se uma bomba em novembro no teatro Lyceum, em Barcelona, causando a morte de vinte pessoas.⁴ Em Roma, Paolo Lega desferiu vários tiros de revólver contra Francesco Crispi, primeiro-ministro italiano, em 16 de junho de 1894, que, no entanto, salvou-se, enquanto Lega foi condenado a vinte anos de prisão. Dias mais tarde, em 24 de junho, em Lyon, o presidente francês Marie François Sadi Carnot foi apunhalado por Sante Jeronimo Caserio, morrendo em seguida.⁵

É certo que os atentados eram obra de apenas alguns indivíduos que não respondiam diretamente pelo movimento nem o representavam como um todo. Ainda que a violência tendesse a ser, de forma geral, condenada nos círculos anarquistas, não o era quando vista como reação à opressão violenta sofrida pelos trabalhadores. É o que está presente no texto *Cause ed effetti 1898-1900* [Causas e efeitos], de Errico Malatesta, publicado em Londres em 1900 sobre o atentado de Gaetano Bresci contra Umberto I – as causas seriam a repressão à população faminta em 1898, enquanto o efeito, a morte do rei que a ordenara. Também no seu comentário sobre a morte do presidente norte-americano, William McKinley, “o braço direito e defensor do capitalismo, o traidor dos cubanos e dos filipinos, o homem que deu sinal verde para o massacre dos grevistas de Hazleton e para as torturas dos mineiros de Idaho” pelas mãos do polonês e supostamente anarquista Czolgosz, “homem generoso que, de maneira oportuna ou não, por boas ou más razões taticamente falando, ofereceu-se em sacrifício pela causa da igualdade e da liberdade...”⁶ Emma Goldman, por sua vez, que chegou a ser acusada de haver incitado Czolgosz a cometer o

⁴ Rafael Nunõz Florencio. *El terrorismo anarquista (1888-1909)*. Madri, Siglo XXI de España Editores, 1983.

⁵ Pier Carlo Masini. *Storia degli anarchici italiani – da Bakunin a Malatesta (1862-1892)* Milão: Rizzoli Editore, 1969; idem. *Storia degli anarchici nell'epoca degli attentati*. Milão: Rizzoli Editore, 1981; Jean Grave. Op. cit.

⁶ *L'Agitazione*, 22/9/1901, apud Errico Malatesta e Luigi Fabbri. *Anarco Comunismo Italiano*. (tradução de Luta Libertária, Plínio A. Coelho, JCM) São Paulo: Luta Libertária/ Coletivo Editorial, s.d. A crítica que Malatesta apresentou, nesse texto contemporâneo ao atentado contra o presidente norte-americano, seria fundamentalmente de ordem prática: “Se fosse o caso, eu diria que em geral prefiro a ação coletiva à ação individual, inclusive porque a ação coletiva exige qualidades que são simplesmente mais comuns e tornam possíveis, em certa medida, a repartição de tarefas, enquanto que não podemos contar com o heroísmo exigido do sacrifício individual, heroísmo que é excepcional e, por isso, esporádico.”

crime contra McKinley, passou em revista os atentados dos anos 1880 e 1890, salientando as motivações que tiveram para se lançar contra aquelas autoridades: fome e iniquidade, nas palavras de Vaillant; fome, pobreza e injustiça, para Sante Caserio; injustiça e vingança pelos anarquistas mortos em Montjuich por ordem de Canovas del Castillo, para Angiolillo;⁷ ter um ideal de justiça e indignar-se com a morte de trabalhadores famintos, para Bresci.⁸ Semelhante admiração pode ser notada na descrição feita por Charles Malato dos autores dos atentados anarquistas, dos quais salientou características que afirmou serem comuns a todos: “o desprezo indomável pelo perigo, a fé em um ideal superior”.⁹ Mesmo Ravachol, figura que permaneceu controversa por um tempo considerável entre os anarquistas, recebeu elogios do geógrafo libertário Elisée Reclus: este afirmou admirar sua coragem, a bondade de seu coração, a grandeza de sua alma.¹⁰

De forma geral, a imprensa paulista tratou os atentados como manifestações anarquistas claras. Ocupou-se intensamente dos acontecimentos, por vezes adotando posturas surpreendentes, como o fez na cobertura da execução de Emile Henry e de seis outros anarquistas, em Barcelona, – o artigo “A morte dos anarquistas”, publicado pelo *Correio Paulistano*, foi bem mais crítico à execução do que às ações dos anarquistas.¹¹ Todavia, na maior parte das vezes, a condenação aos anarquistas e a suas iniciativas era patente. Os jornais paulistas procuraram mapear as movimentações dos anarquistas e as reações das polícias e governos de outros países, relatando os incidentes que os envolviam em diversas localidades: descobertas de conspirações, atentados contra figuras públicas em várias cidades;¹² explosões na Itália,¹³ na Bélgica,¹⁴ França,¹⁵ Espanha,¹⁶; prisões em Liège, na Bélgica,¹⁷ em Lisboa,¹⁸ em Londres,¹⁹ Roma,²⁰ Budapeste,²¹ Nice, na França.²²

⁷ Ver abaixo sobre o atentado contra o primeiro-ministro espanhol, Antonio Canovas del Castillo, por Michele Angiolillo.

⁸ Emma Goldman. “The psychology of political violence” *Anarchism and other essays*. New York: Dover, 1969. Ver abaixo sobre o atentado contra o rei italiano Umberto I por Gaetano Bresci.

⁹ Charles Malato. *Philosophie de l’anarchie*. Paris: Stock, 1897 (segunda edição), apud Ettore Zoccoli. Op. cit., 393.

¹⁰ *Twentieth Century*, Nova York, setembro/1895, apud Ettore Zoccoli. Op. cit., pp. 394-395. Parte da controvérsia que envolveu Ravachol e a opinião de militantes anarquistas sobre ele deveu-se por causa dos delitos cometidos pelo dinamitista antes das explosões de março de 1892, que envolviam o assassinato de um velho ermitão e a violação de um túmulo para roubar objetos de valor. (Cf. Ettore Zoccoli. Op. cit., pp. 393-394)

¹¹ “A morte dos anarquistas” *Correio Paulistano*, nº 11282, 15/6/1894.

¹² Em maio, relatou-se que um anarquista apunhalara o banqueiro Rothschild em Viena (“Os anarquistas” *Correio Paulistano*, nº 11246, 1º/5/1894); Giuseppe Baldi, um jornalista de Livorno, na Itália, fora assassinado por combater os anarquismo e condenar o atentado contra Sadi Carnot (“Anarquismo” *Correio*

Até nos países vizinhos ao Brasil, agitações anarquistas foram detectadas pela imprensa paulista: a polícia de Buenos Aires teria prendido “vários chefes e membros do partido anarquista que pretendiam destruir os principais edifícios existentes naquela capital” e um grande depósito de dinamite fora encontrado.²³ Temia-se inclusive que “esta raça de gente perigosa, verdadeiros homens-fera” migrassem para o Brasil.²⁴ Em Montevideu, uma manifestação anarquista foi proibida pois, no mesmo dia, realizar-se-iam “as exéquias em homenagem a Sadi Carnot”.²⁵

Os atentados contra duas importantes autoridades da Itália e da França – Francesco Crispi e Sadi Carnot – em um curtíssimo intervalo de tempo, porém colocou as ações dos anarquistas em outro patamar:

“(…) nas circunstâncias de que se trata, o fato constitui uma ameaça tremenda, não sendo mais uma tentativa ousada na lúgubre série de tantas outras que têm sido feitas contra a autoridade constituída, qualquer que ele seja, em nome da lei. É o espírito da destruição (...) que se desenvolveu em toda a Europa com a denominação de anarquismo, não tendo outra aspiração senão a ruína social completa das mais sagradas leis da moral e da justiça.”²⁶
(grifos meus)

Procurou-se frisar, como se lê acima, que as ações anarquistas tinham mudado de caráter – além das instituições que tinham sido alvo em vários dos atentados anteriores, como a Bolsa de Paris, a Câmara dos Deputados, igrejas, empresas que haviam reprimido seus operários, o Estado como um todo fora visado na figura de suas autoridades máximas

Paulistano, nº 11297, 4/7/1894; “Exterior – Itália” *O Estado de S. Paulo*, nº 5760, 4/7/1894); um correligionário de Crispi sofreu um atentado em Palermo pouco depois do ataque de Lega ao primeiro ministro (“Contra os anarquistas” *Correio Paulistano*, nº 11303, 11/7/1894.)

¹³ “O Anarquismo na Itália” *Correio Paulistano*, nº 11272, 3/6/1894.

¹⁴ “Os Dinamitistas” *Correio Paulistano*, nº 11287, 21/6/1894.

¹⁵ “Cartas parisienses” *O Commercio de São Paulo*, nº 329, 10/4/1894; “Anarquismo” *O Estado de S. Paulo*, nº 5704, 26/4/1894; “A Dinamite” *Correio Paulistano*, nº 11304, 12/7/1894.

¹⁶ “Telegramas – Exterior (Itália)” *O Estado de S. Paulo*, nº 5759, 3/7/1894.

¹⁷ “Exterior – Bélgica” *O Estado de S. Paulo*, nº 5723, 19/5/1894.

¹⁸ “Notas portuguesas” *O Estado de S. Paulo*, nº 5728, 26/5/1894; “Telegramas” *O Estado de S. Paulo*, nº 5756, 28/6/1894.

¹⁹ “Exterior – Inglaterra” *O Estado de S. Paulo*, nº 5703, 25/4/94; “O Anarquismo” *Correio Paulistano*, nº 11309, 19/7/1894.

²⁰ “Exterior” *O Estado de S. Paulo*, nº 5699, 19/4/1894; “Os anarquistas” *Correio Paulistano*, nº 11313, 24/7/1894; “Telegramas – Exterior (Itália)” *O Estado de S. Paulo*, nº 5759, 3/7/1894.

²¹ *Idem*.

²² “Exterior – França” *O Estado de S. Paulo*, nº 5762, 6/7/1894.

²³ “Anarquistas em Buenos Aires” *Correio Paulistano*, nº 11267, 27/5/1894.

²⁴ “Anarquistas” *Correio Paulistano*, nº 11292, 27/6/1894.

²⁵ “Anarquismo” *Correio Paulistano*, nº 11297, 4/7/1894.

²⁶ “Sadi Carnot” *Correio Paulistano*, nº 11291, 26/6/1894.

nos mais recentes atentados. Os governos e as forças policiais dos países atingidos não se enganavam: o sentido do magnicídio era exatamente esse.

Sobre o atentado fracassado de Paolo Lega contra Crispi, o foco do noticiário da imprensa paulista foram as possíveis motivações do ato. Falou-se de uma conspiração de anarquistas e prenderam-se alguns na seqüência, mas os jornais ativeram-se à declaração de Lega de que ele não tinha cúmplices e de que atentara contra a vida do primeiro-ministro “para vingar a condenação do deputado Felice e dos outros patriotas da Sicília”.²⁷ No entanto, quando do atentado fatal contra o presidente francês, já não se especulou tanto sobre as razões do anarquista – “o espírito da destruição” e a aspiração à “ruína social” próprios do anarquismo teriam-no guiado e falou-se apenas do “ódio incoercível dos descontentes de toda a casta”.²⁸

Abriu-se grande espaço também para as reações contra os anarquistas, que vinham sendo elaboradas na forma de leis e decretos mesmo antes dos atentados em Roma e em Lion. Desde a ação de Auguste Vaillant contra a Câmara dos Deputados (9 de dezembro de 1893), a França vinha promulgando leis – as chamadas “leis celeradas” – que visavam ao controle e repressão de manifestações anarquistas na forma de atentados e mesmo da propaganda.²⁹ Na Espanha, leis criadas a partir de 1894 visavam principalmente aos atentados por meio de explosivos, mas também procuram recrudescer a punição a seus autores.³⁰ Na Bélgica, passaram a ser tomadas “medidas de excessivo rigor contra os

²⁷ “Atentado contra Crispi” *Correio Paulistano*, nº 11289, 23/6/1894. Sobre a cobertura do atentado de Paolo Lega contra Francesco Crispi, ver as edições de 19, 21 e 23/6/1894 do *Correio Paulistano*; ver também Pier Carlo Masini. *Storia degli anarchici italiani – da Bakunin a Malatesta (1862-1892)* op.cit., e idem. *Storia degli anarchici nell’epoca degli attentati*. Op. cit..

²⁸ “Sadi Carnot” *Correio Paulistano*, nº 11291, 26/6/1894; “Sadi Carnot” *O Estado de S. Paulo*, nº 5754, 26/6/1894.

²⁹ As chamadas “leis celeradas” francesas foram promulgadas entre dezembro 1893 e julho 1894 e voltavam-se contra a apologia aos atos de terrorismo, puniam a simples tentativa de um atentado, sem a necessidade de que ele de fato ocorresse, e proibiam a propaganda anarquista. (Jean Maitron. *Le mouvement anarchiste em France (des origines à 1914)*. Paris : Librairie François Maspero, 1983.) A primeira lei (111-12/12/1893) voltava-se contra os encorajamentos a assassinatos e pilhagens; a segunda, promulgada poucos dias depois (18-19/12/1893), regulava e punia as associações de malfeitores; a terceira, de 27-28/7/1894, tratava da propaganda pelo feito. (Jean Grave. Op. cit., p. 578.)

³⁰ O legislativo espanhol empenhou-se, entre 1894 e 1896, para elaborar leis que combatessem o terrorismo: a primeira dirigia-se contra os atentados por meio de explosivos, contra sua fabricação e venda, contra a conspiração, ameaça, apologia e associações relacionadas com esses crimes; a segunda agravava a pena dos criminosos e seus cúmplices, e passara da jurisdição ordinária para a militar (cf. Rafael Nunõz Florencio. *El terrorismo anarquista (1888-1909)*. Madri, Siglo XXI de España Editores, 1983.)

anarquistas” que lá se refugiavam,³¹ e na Itália, a perseguição aos anarquistas deu-se por meio de prisões e da promulgação de leis mais restritivas. Ainda em 1894, foram apresentadas leis antianarquistas pelo Primeiro Ministro Crispi : a primeira dizia respeito aos delitos com material explosivo, ao seu incentivo e apologia; a segunda punia os crimes cometidos pela imprensa, especialmente a propaganda antimilitarista; já a terceira, intitulada “providências excepcionais de segurança pública”, limitava em muito a liberdade de expressão e de associação, ampliando, por outro lado, os casos em que o *domicilio coatto* era aplicável.³² Os Estados Unidos da América, por sua vez, passaram a discutir a aprovação de uma lei que previsse a aplicação da pena de morte aos anarquistas,³³ enquanto a vizinha Argentina resolvera, desde maio daquele ano, apresentar ao Congresso um projeto de lei reprimindo o movimento libertário.³⁴

Também se procurou criar, na Europa, uma frente única contra a ameaça através da convocação de uma conferência internacional, “a fim de estabelecer-se uma base de legislação repressiva aos atentados dos anarquistas”, à qual teriam aderido, desde cedo, Bélgica, França, Itália, Rússia e Inglaterra.³⁵ De forma geral, porém, os países já vinham acordando, mesmo sem maiores discussões coletivas, quanto os procedimentos a serem tomados contra os anarquistas autores de atentados e o movimento ácrata em geral: além

³¹ “Contra os anarquistas” *Correio Paulistano*, nº 11300, 7/7/1894; ver também a edição de nº 11302, de 10/7/1894.

³² Pier Carlo Masini. *Storia degli anarchici nell'epoca degli attentati*. Milão: Rizzoli Editore, 1981. Um pouco mais tarde, Portugal também legislaria sobre os anarquistas: em 1896, foi promulgada uma lei que previa a condenação e até expulsão de quem defender ou provocar “atos subversivos da ordem social” e “professar doutrinas do anarquismo conducentes à prática desses atos”; A lei também impedia que a imprensa se ocupasse “de fatos ou de atentados do anarquismo”, vetando aos jornais inclusive dar notícias sobre diligências e inquéritos policiais e debates no julgamento de anarquistas (*Diário do Governo*, Lisboa, nº 37, 15/12/1896).

³³ “Contra o anarquismo” *O Estado de S. Paulo*, nº 5756, 28/6/1894; “Sadi Carnot” *Correio Paulistano*, nº 11293, 28/6/1894.

³⁴ “Anarquistas em Buenos Aires” *Correio Paulistano*, nº 11267, 27/5/1894.

³⁵ “Contra o anarquismo” *Correio Paulistano*, nº 11299, 6/7/1894; ver também a edição nº 11311, de 21/7/1894. Apenas em 1898, em Roma, teve lugar a Conferência Internacional Anti-Anarquista, que contou com participantes da Itália, França, Bélgica, Alemanha, Áustria-Hungria, Suécia, Rússia e Inglaterra. Juntos, elaboraram as seguintes medidas: expulsão e extradição de anarquistas, proibição e punição da posse ou uso de explosivos, da filiação de associações anarquistas, do incitamento ou apoio a ações anarquistas, da realização da propaganda anarquista, da publicidade de julgamentos de anarquistas, e do auxílio a estes. (Richard Bach Jensen. “The International Anti-Anarchist conference of 1898 and the origins of Interpol” *Journal of Contemporary History*, vol. 16, nº 22, abril de 1981. Ver também Mathieu Deflem “‘Wild Beasts Without Nationality’: The Uncertain Origins of Interpol, 1898-1910” in: Philip Reichel (ed.) *The Handbook of Transnational Crime and Justice*. Sage Publications, 2004.

<http://www.cla.sc.edu/soc/faculty/deflem/zwildbeasts.htm> (19/11/2005).

das restrições ao uso de explosivos, das inúmeras prisões, das deportações, procurou-se coibir ao máximo a propaganda anarquista, fosse pelo feito, fosse mesmo pela palavra:

“E não são só os práticos [os responsáveis pelos atentados] que vão meditar entre os quatro muros de um cárcere, sobre a podridão de uma sociedade gasta; também os teóricos são perseguidos e castigados, e com razão, pois que, para mim, ainda são mais culpados do que os outros. As teorias corrompem e afigura-se-me um crime por o seu talento de escritor ao serviço de tão má causa.”³⁶

Mesmo com as restrições à propaganda anarquista e a ações praticadas por esses militantes, a Europa ainda testemunharia novos magnicídios, que se deram nos anos seguintes e contribuíram para tornar a imagem do anarquista ainda menos apreciada e mais temida: em oito de agosto de 1897, o presidente primeiro ministro espanhol Antonio Canovas del Castillo, foi assassinado com três tiros pelo italiano Michele Angiolillo; pouco mais de um ano depois, morria a imperatriz Elisabeth I da Áustria, vítima de uma facada que lhe dera o anarquista italiano Luigi Lucheni. A própria Itália, então identificada com berço dos magnicidas dos últimos anos, testemunhou a morte do rei Umberto I, em julho de 1900, morto a tiros pelo anarquista italiano Gaetano Bresci, em Monza.³⁷

Quando do assassinato de Sadi Carnot, as primeiras páginas dos jornais diários que circulavam em São Paulo, inclusive os italianos, estamparam notas, telegramas e comentários sobre a morte do presidente francês durante várias semanas e diversas autoridades brasileiras ocuparam-se do assunto: os periódicos publicaram os discursos de deputados e senadores, além de fazer referência às homenagens organizadas, no Brasil, por nacionais e compatriotas do presidente morto.³⁸ Angiolillo, assassino do primeiro ministro

³⁶ “Cartas parisienses” *O Commercio de São Paulo*, nº 319, 28/3/1894. O cronista fazia referência específica a Jean Grave, editor do jornal anarquista francês *Le Revolté* (sucessor de *La Revolte*, dirigido por Kropotkin) e autor de *La société mourante e l’anarchie* [A sociedade moribunda e a anarquia], publicado pela primeira vez em 1893 e que, em seguida, teve uma edição popular no início de 1894, aumentada de um capítulo (Jean Grave. *Quarente ans de propagande anarchiste*. Op. cit., p. 570.) Grave fora acusado, segundo o cronista, provocar “o povo ao assassinato, ao saque e ao incêndio”, além de aconselhar os militares à insubordinação.” através desse seu livro.

³⁷ Pier Carlo Masini. *Storia degli anarchici italiani – da Bakunin a Malatesta (1862-1892)* Milão: Rizzoli Editore, 1969; idem. *Storia degli anarchici nell’epoca degli attentati*. Milão: Rizzoli Editore, 1981; Ettore Zoccoli. Op.cit., p. 400.

³⁸ “Sadi Carnot” *Correio Paulistano*, nº 11295, 1/7/1894; *Correio Paulistano*, nº 11296, 3/7/1894; *Correio Paulistano*, nº 11297, 4/7/1894; “Telegramas” *O Estado de S. Paulo*, nº 5755, 27/6/1894; “Sadi Carnot” e “Telegramas” *O Estado de S. Paulo*, nº 5757, 29/6/1894; “Sadi Carnot” *O Estado de S. Paulo*, nº 5758, 1/7/1894; idem, nº 5759, 3/7/1894. Franco Cenni, em *Italianos no Brasil*, comentou a “larga repercussão” alcançada pelo diário italiano *La Tribuna Italiana* por causa de suas coberturas da morte de Sadi Carnot e,

espanhol, Antonio Canovas de Castillo, não foi menos criticado, assim como o ato de Lucheni, “desvario”, como o descreveu o cotidiano *A Noite*: “desvario [que] armou o braço assassino e ainda o desvario [que convenceu] o criminoso de que foi um ideal política que o seu braço armou.”³⁹ A morte do rei Umberto I, por sua vez, pareceu coroar um sentimento largamente adverso em relação aos anarquistas no Brasil:

“Essa deplorável proeza dos anarquistas vem aumentar a soma dos ódios e dos rancores que lhes são consagrados por todos os que não costumam trazer um punhal ou um revólver, e evitam mostrar a força das teorias por meio do assassinato a sangue frio.”⁴⁰

No Brasil, porém, insistiu-se a princípio que tais manifestações, assim como as idéias anarquistas de forma geral, eram uma questão do Velho Mundo. Anarquismo e anarquistas eram, então, nas cidades brasileiras e nas fazendas do interior do país, vistos como um perigo distante e cuja presença em território nacional poderia ser evitada através de uma eficaz vigilância nos portos de entrada.

Há vários importantes exemplos da correspondência oficial entre a polícia brasileira e agentes de imigração ou forças policiais de outros países em que se procuravam identificar anarquistas reconhecidos - ou ao menos indivíduos suspeitos de o serem – com a finalidade de barrar sua entrada em solo brasileiro. O Cônsul Geral do Brasil em Nápoles, por exemplo, enviou em 1894 às autoridades brasileiras “vários extratos de jornais da referida cidade em que se relatam que, em consequência das medidas de exceção adotadas pelo governo italiano contra os anarquistas, começavam estes a se retirar para outros países, especialmente para os da América, no que eram favorecidos por instruções reservadas de caráter oficial.”⁴¹ O Ministro das Relações Exteriores, Alexandre Cassiano do Nascimento, por sua vez, recebeu, em seguida, um álbum com 234 fotos de anarquistas conhecidos pela polícia de Hamburgo, enviado pelo Vice-cônsul do Brasil naquela cidade.⁴² Em janeiro de 1899, a polícia da Capital Federal tinha em mãos uma “relação de anarquistas expulsos do território suíço, por decreto daquele governo” em novembro do 1898, após o atentado que

mais tarde, do rei Umberto I. (Franco Cenni. *Italianos no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003, p. 350)

³⁹ “A punhal” *A Noite*, nº 210, 12/9/1898.

⁴⁰ Antonio Lima. “A rua – A morte do rei Humberto – Os Anarquistas ...” *Revista do Brasil*, ano II, nº XII, 1900.

⁴¹ Ofício do Ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores, Rio de Janeiro, 10/10/1894, Arquivo Nacional, GIF 6C-5.

⁴² Ofício do Vice-Cônsul do Brasil em Hamburgo ao Ministro das Relações Exteriores, 26/11/1894, Arquivo Nacional, GIF 6C-5.

vitimou a imperatriz Elizabeth, da Áustria-Hungria, cometido em setembro daquele ano pelo anarquista italiano Luigi Lucheni, em Genebra.

Entre os indivíduos suspeitos de anarquistas, eram os italianos especialmente temidos no Brasil, tanto por suas idéias anarquistas e práticas subversivas, personificadas nas figuras dos magnicidas – todos italianos – que atentaram contra os chefes de Estado e realeza na Europa, como pela grande afluência de imigrantes dessa nacionalidade que por aqui aportavam. Não é por acaso que a Itália vai aparecer como procedência mais recorrente de anarquistas que se instalaram em São Paulo nos primeiros anos da década de 1890, nem que aos comissários responsáveis pela migração para o Brasil fosse cobrada grande vigilância em relação àqueles que deixavam os portos italianos.

Daí as preocupações quando chegavam às autoridades brasileiras notícias como a seguinte:

“Partida – Por volta das 17 horas de ontem o vapor Matteo Brusio, da [companhia de navegação] Velloce partiu para o Rio de Janeiro e Santos com 1150 emigrantes dos quais (...) 737 para Santos diretamente para São Paulo.

Entre estes últimos, havia o anarquista Fumelli Monti Nivardo, de Lucca, que, com sua mulher e filhos, conduz-se ao Brasil onde será introduzido no estado de São Paulo.

Ele segue espontaneamente, talvez para escapar de possíveis perseguições, e o próprio governo facilitou-lhe o embarque. Isso não impediu que durante a sua breve parada de dois ou três dias em Gênova ele fosse continuamente escoltado por dois vigias, que não o deixaram por um só momento, nem de dia, nem à noite, acompanhando-o em todos os lugares, mesmo a bordo, (...) nunca o perdendo de vista, até que o Matteo Brusio levantasse âncora.”⁴³

O recorte da notícia publicada pelo periódico de Gênova acompanhou o ofício do Cônsul Geral do Brasil na Itália ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores. A intenção do cônsul era alertar as autoridades brasileiras para que pudessem tomar as medidas cabíveis na chegada do “anarquista italiano”. Segundo aquele ministro, em aviso reservado ao chefe de polícia da Capital Federal, era necessário tomar providências para que Fumelli Monti não se estabelecesse no Brasil e que sua deportação fosse decretada.⁴⁴ Não obstante, vale atentar para o tratamento delegado ao imigrante anarquista, que teve seu embarque

⁴³ *Caffaro*, Gênova, 11/7/1894, recorte enviado em 11/7/1894 pelo Cônsul Geral do Brasil na Itália ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores e anexado ao ofício deste Ministro ao chefe de polícia da Capital Federal, 11/8/1894, Arquivo Nacional, GIF 6C-5.

⁴⁴ Ofício reservado do Ministro da Justiça e Negócios Interiores ao chefe de polícia da Capital Federal, 27/8/1894, Arquivo Nacional, GIF 6C-5. A intenção do jornal genovês, a seu turno, como se lê na nota, era criticar a atenção demasiada que a polícia dedicava aos anarquistas, reservando guardas só para escoltá-los e deixando de lado ladrões e outros criminosos, que deveriam, portanto, sentir-se no “paraíso”: “Se a cada partida de vapor, ao invés de um houvesse muitos anarquistas e que a todos fossem feitas as honras de tantos guardas... que paraíso para os senhores ladrões.” *Caffaro*, Gênova, 11/7/1894, doc. cit.

facilitado pelas autoridades italianas, viajou como passageiro e não como imigrante subsidiado pelo governo brasileiro,⁴⁵ tendo sua passagem possivelmente sido paga pelo governo italiano. Apesar de ter sido publicado que seguia para o Brasil “espontaneamente”, sua partida foi assegurada pela vigilância constante de agentes da polícia, a qual também permitira sua viagem e provavelmente concedera os documentos necessários para tanto.

Já nos primeiros anos da década de 1890, havia comentários de que era uma estratégia geral dos países europeus, “onde só se [falava] de greves ou de manifestações de operários e desempregados, com as ameaças de dinamite e o espantinho do 1º de Maio”,⁴⁶ conceder passaportes àqueles cuja presença não era desejada e que mostravam interesse em deixar o país. Havia, no entanto, suspeitas de que, mais do que facilitar o embarque dos anarquistas, o governo italiano incentivava sua partida: já em 1893, chegaram às autoridades brasileiras denúncias de que aquele governo fazia embarcar, “com destino ao Brasil, agregados às famílias no caráter de primos, a indivíduos a quem quer expulsar da Itália por serem anarquistas e socialistas conhecidos.”⁴⁷ O cônsul italiano, conde Edoardo Compans de Brichanteau, em correspondência com o Ministero degli Affari Esteri em 1894, chegou mesmo a sugerir que os indivíduos que compunham “o primeiro núcleo de anarquistas (...) no Brasil” eram italianos e, aparentemente, haviam sido enviados “pelo próprio Governo Régio após os dolorosos fatos do 1º de Maio em Roma”.⁴⁸ As autoridades brasileiras procuravam tomar tais sugestões com cuidado, relativizando a responsabilidade do governo italiano na migração de tais indivíduos,⁴⁹ mas as denúncias persistiam:

⁴⁵ Cópia do ofício do Cônsul Geral do Brasil na Itália ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores, 11/8/1894, Arquivo Nacional, GIF1 6C-5.

⁴⁶ N. Belli. *In Brasile*. Firenze: Tip. Bini-Santori, 1892, p. 110, apud Ângelo Trento. *Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil*. São Paulo: Nobel, 1989, p. 215.

⁴⁷ Ofício do Inspetor Geral das Terras e Colonização ao presidente do estado de São Paulo, 13/7/1893, Acervo Permanente – Polícia, lata 2757, Arquivo do Estado de São Paulo (AESP), grifo no original.

⁴⁸ Relatório do cônsul italiano em São Paulo, Edoardo Compans de Brichanteau, ao Ministero degli Affari Esteri, São Paulo, 28/3/1894, ASMAE, Série Polizia Internazionale, b. 47, apud Isabelle Felici. Op. cit., p. 326. Brichanteau referia-se aos festejos de 1º de maio de 1891, quando uma grande manifestação foi organizada por anarquistas e socialistas e duramente reprimida pela cavalaria, com centenas de feridos. (Pier Carlo Masini. *Storia degli anarchici italiani – da Bakunin a Malatesta (1862-1892)* Milão: Rizzoli Editore, 1969, p. 269.)

⁴⁹ É o que se pode notar em relatório enviado pelo chefe de polícia de São Paulo ao presidente daquele estado em referência à entrada de “anarquistas perigosos” em São Paulo em fevereiro de 1893: “As boas e leais relações italo-brasileiras certamente não nos permitem atribuir ao Governo daquele país [Itália] a resolução de ser indicado o Brasil para acampamento da troupe incendiária.” (grifo no original) Relatório reservado do chefe de polícia de São Paulo, Theodoro Dias de Carvalho Júnior, ao presidente de São Paulo, Bernardino de Campos, 10/7/1893, Acervo Permanente – Polícia, lata 2760, AESP.

“(...) todos os vapores que partem de Nápoles trazem uma quantidade de emigrantes gratuitos, mas desses nem todos são lavradores e que por terem essa qualidade conseguem por meio de relações com o secretário municipal do lugar e talvez do síndico a declaração, de preencherem tal condição, bem assim que são introduzidos *indivíduos que professam idéias subversivas, como sejam anarquistas* que por este meio evitam a perseguição da Segurança Pública Italiana.”⁵⁰ (grifos meus)

O perigo residia no significado da divulgação de idéias anarquistas e nas realizações de seus feitos violentos: “Sendo a organização e desenvolvimento normal do trabalho incompatíveis com as perigosas doutrinas e violentos processos de que se servem os anarquistas, convém que se obste a todo transe a presença deles no nosso país”.⁵¹ Chegaram, no entanto, às autoridades brasileiros, indícios de que anarquistas já haviam se instalado em território brasileiro e vinham realizando a propaganda de suas idéias. O cônsul italiano Edoardo Compans de Brichanteau remeteu a 1891 a organização de um núcleo anarquista no Brasil;⁵² no ano seguinte, foi detectada no Rio de Janeiro movimentação de “indivíduos estrangeiros, foragidos da França, que procuravam estabelecer uma sociedade anarquista entre a classe dos operários”;⁵³ mais anarquistas, também estrangeiros, foram detidos em 1893 por fazerem “propaganda entre os operários de uma fábrica de tecidos” na Capital Federal.⁵⁴ Simultaneamente, vinham à tona notícias da publicação de periódicos altamente suspeitos em São Paulo: em um dos jornais apreendidos aos anarquistas presos no Rio de Janeiro em 1892 – mais precisamente *La Revolte*, dirigido pelo militante libertário russo Piotr Kropotkin –, havia uma nota sobre o “aparecimento de um jornal italiano no Estado de S. Paulo, denominado *Gli Schiavi Bianchi*, que obteve vivo sucesso entre a numerosa colônia italiana daquele Estado.”⁵⁵ Outra grande apreensão de material subversivo, desta vez em Buenos Aires, também apontou para a atividade de militantes

⁵⁰ Decisão do Ministério da Indústria, Viação e Obras Pública., nº 18, de 6/2/1895 – *Decisões da República dos Estados Unidos do Brasil de 1895*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1899, p. 93.

⁵¹ Decisão do Ministério da Indústria, Viação e Obras Pública., nº 16, de 15/10/1894 – “Toma providências contra a introdução de anarquistas para o Brasil” *Decisões da República dos Estados Unidos do Brasil de 1894*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1897, p. 93.

⁵² Relatório do cônsul italiano em São Paulo, Edoardo Compans de Brichanteau, ao Ministero degli Affari Esteri, São Paulo, 28/3/1894, op. cit.

⁵³ Ministério da Justiça e Negócios Interiores. *Relatório apresentado ao Vice- Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Dr. Fernando Lobo, Ministro Interino da Justiça e Negócios Interiores em abril de 1893*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1899/000002.html>
Agradeço a Carolina Souza a indicação.

⁵⁴ *Relatório apresentado ao Vice- Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Dr. Alexandre Cassiano do Nascimento, Ministro Interino da Justiça e Negócios Interiores em março de 1894*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1894. <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1882/000002.html>

⁵⁵ “Infamie” (transcrição do artigo “Anarchistas” publicado pela *Gazeta de Notícias*, RJ, em 20/11/1892) *Gli Schiavi Bianchi*, nº 10, 27/11/1892.

anarquistas em São Paulo: na “lista de jornais e folhetos apreendidos pela polícia argentina a E. Peiré”, italiano de Gênova expulso da Argentina por ser anarquista e que dirigira o jornal *La Riscossa*, publicado na capital daquele país, fora mencionado o periódico *L’Asino Umno*, descrito como anarquista e publicado em São Paulo.⁵⁶

De fato, italianos tidos como anarquistas publicaram periódicos desde o começo dos anos 1890: Galileo Botti fundou *Gli Schiavi Bianchi* no primeiro semestre de 1892, “folha incendiária” que, segundo o chefe de polícia, era enviada semanalmente à Repartição Central “de modo provocador”; Giuseppe Zonghetti comunicou em agosto de 1893 o aparecimento de *L’Asino Umno*, periódico proposto como humorístico que tinha sede no Centro Socialista Internacional e que contou com a colaboração de vários italianos ativos no nascente movimento libertário paulista e mesmo internacional, como Augusto Donati, Giuseppe Consorti e Felice Vezzani⁵⁷. Este último, batendo-se contra a proibição de *L’Asino Umno* durante o longo estado de sítio de outubro de 1893 ao segundo semestre do ano seguinte, fundou *La Bestia Umna*, suspenso logo depois de seu primeiro número por causa de uma denúncia de que pertencia a anarquistas italianos. Já o jornal tido como o primeiro verdadeiramente anarquista pelos militantes ativos no começo do século XX, *L’Avvenire*, foi proposto como instrumento para “inaugurar uma sociedade de livres e iguais, abatendo a autoridade e a propriedade”, em um momento em que a prisão de diversos italianos acusados de anarquistas já se prolongava por mais de sete meses.⁵⁸

Vários trabalhos historiográficos sobre anarquismo no Brasil estabeleceram seus limites entre as décadas de 1890 até 1930. Para este marco, além de se aproximarem da periodização referente à Primeira República, também discutem com os debates sobre a

⁵⁶ “Diarios e folletos secuestrados al anarquista E. Peiré, Redactor del Periódico Anarquista *La Riscossa*”. Buenos Aires: Imprenta y Encuadenacion de la Policia de la Capital, 1894; anexado ao aviso reservado do Ministro da Justiça e Negócios Interiores, Cassiano do Nascimento, ao chefe de polícia da Capital Federal, 7/2/1894, Arquivo Nacional GIF1 6C-5.

⁵⁷ Ofício do Chefe de Polícia de São Paulo, Theodoro Dias de Carvalho Júnior, ao Secretário da Justiça do Estado de São Paulo, nº 573, 5/12/1892, Acervo permanente - Polícia – lata 2742, AESP; Requerimento de Giuseppe Zonghetti ao Chefe de Polícia de São Paulo, 12/8/1893, Acervo permanente - Polícia – lata 2764, AESP.

⁵⁸ A. Donati. “Recordemos, pois...” *O Amigo do Povo*, nº 4, 24/5/1902; “Giustizia umana” *L’Avvenire*, nº 1, 18/11/1894. Segundo o *Relatório apresentado ao Secretário da Justiça do Estado de São Paulo, pelo Chefe de Polícia Theodoro Dias de Carvalho Júnior em 31 de janeiro de 1895* (op. cit.), foram presos por anarquistas em 15/4/1894, na saída de uma conferência do Centro Socialista, seu presidente Felice Vezzani, Arturo Campagnoli, Antonio Mafucci, Francisco Patelli, Eugenio Gastaldetti, Galileo Botti, Supo Serafino, Andrea Alemos, Alfredo Capricci, cuja deportação foi decretada em junho do mesmo ano. Enviados para a Capital Federal, lá permaneceram até 12/12/1894, quando foram libertados.

construção da influência libertária no movimento operário organizado e a reestruturação que se deu em 1922, com a criação do Partido Comunista Brasileiro (PCB).⁵⁹ A bibliografia produzida pelos velhos militantes anarquistas, como *Anarquismo – roteiro da libertação social*, de Edgard Leuenroth e a vasta obra de Edgard Rodrigues,⁶⁰ buscaram legitimizar a corrente ideológica libertária e analisar o movimento operário a partir dessa perspectiva, identificando expressões libertárias para muito além dos limites usualmente adotados. Ambos os autores procuraram apresentar os anos de maior força do anarquismo no Brasil como a fase áurea do movimento operário, numa clara crítica à organização operária pós-1922, ano de fundação do Partido Comunista Brasileiro (PCB), e também pós-1930, quando a interferência do Estado – nefasto inimigo dos anarquistas – consolidou-se nas relações trabalhistas.⁶¹

No que diz respeito à identificação de um marco inicial para os estudos do anarquismo no Brasil, levou-se em conta, de forma geral, o estabelecimento da Colônia Cecília, no Paraná; as mudanças nas relações sociais, políticas e policiais advindas com a proclamação da República; o incremento das ondas migratórias; assim como a grande

⁵⁹ Há alguns exemplos dignos de nota de estudos do movimento anarquista para além das datas que se convencionou usar para marcar o descenso de sua influência entre os trabalhadores (1917-1922) Tratam-se dos trabalhos de Raquel Azevedo, *A resistência anarquista: uma questão de identidade*. (São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2002.), de Endrica Geraldo, “Práticas libertárias do Centro de Cultura Social Anarquista de São Paulo (1933-1935 e 1947 e 1951)” (*Cadernos AEL: Anarquismo e Anarquistas*. Campinas, Unicamp/IFCH, v. 8/9, 1998, pp. 166-192), de Alexandre Samis, *Clevelândia: anarquismo, sindicalismo e repressão política no Brasil* (São Paulo: Imaginário, 2002), e a dissertação de mestrado de Rodrigo Rosa da Silva, *Imprimindo a resistência: a Imprensa Anarquista e a Repressão Política em São Paulo (1930-1945)* (Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005), que concentraram suas análises em momentos posteriores. Enquanto as duas primeiras e a dissertação de e Rosa e Silva centram seus estudos na própria resistência do movimento anarquista – Azevedo abordando a postura dos anarquistas frente à repressão e ao afastamento dos trabalhadores, Geraldo analisando as prática libertárias do Centro de Cultura Social (CCS) de São Paulo e Rosa e Silva tratando da imprensa anarquista publicada depois de 1930, Samis aborda diretamente a repressão, ao tratar de uma das prisões políticas para a qual anarquistas foram mandados – Clevelândia do Norte.

⁶⁰ Edgard Leuenroth. *Anarquismo – roteiro da libertação social: antologia da doutrina, crítica, história, informações*. Rio de Janeiro: Mundo Livre, 1963; de Edgard Rodrigues, ver, por exemplo, *Os anarquistas: trabalhadores italianos no Brasil*. (São Paulo: Global Editora, 1984.) e *Os libertários – idéias e experiências anárquicas*. (Petrópolis: Vozes, 1988.)

⁶¹ Já obras de militantes relacionados com o Partido Comunista apresentaram um viés em muito oposto ao dos velhos militantes anarquistas, como se nota em *A formação do PCB*, de 1962. Escrita pelo ex-anarquista e um dos fundadores do Partido Comunista, Astrojildo Pereira, o estudo aparece aliado a uma historiografia vinculada a esse partido, e dividia a história das classes trabalhadoras em dois períodos, só que, nessa perspectiva, o marco inicial da verdadeira história operária era 1922; este período fora precedido por uma “pré-história” inconsciente, marcada exatamente pela atividade anarquista.

visibilidade que os anarquistas assumiram internacionalmente desde os primeiros anos da década de 1890.

Alguns trabalhos, no entanto, buscaram datas mais específicas e que fossem mais ao encontro da perspectiva que tencionavam desenvolver. É o caso da dissertação de Sílvia Ingrid Lang Magnani, *O movimento anarquista em São Paulo (1906-1917)*, apresentada em 1978 e publicada alguns anos mais tarde,⁶² sendo um dos primeiros trabalhos acadêmicos brasileiros dedicado essencialmente ao movimento anarquista. Em seu estudo, trabalhou com essa vertente ideológica como “uma das expressões do movimento da classe” operária, evitando, assim, forçar uma identificação artificial entre os trabalhadores e uma parcela organizada destes. Seu enfoque, porém, voltou para a atividade dos anarquistas junto à organização dos trabalhadores, o que aparece marcado já na periodização escolhida: 1906 – ano do 1º Congresso Operário Brasileiro, apontado como “o marco da consolidação da influência libertária”, e 1917, ano de grande agitação operária e participação anarquista, e também, segundo a autora, momento em que outras opções de participação política – notadamente a participação nas instituições “burguesas” e a fundação de um partido operário” – passaram a ser mais detidamente avaliadas.

Importantes discussões a respeito da periodização dos estudos sobre o movimento anarquista foram desenvolvidas em trabalhos de brasilianistas também na década de 1970. *Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro, 1890-1920*, de Sheldon Leslie Maram, e a tese de Eric Gordon, *Anarchism in Brazil: theory and practice, 1890-1920*.⁶³ Maram e Gordon apresentam periodizações idênticas e que se convencionou utilizar na análise do movimento anarquista por muito tempo: a década de 1890 traz principalmente os primeiros periódicos anarquistas fundados em São Paulo, marcando, o início de uma atividade mais regular nessa região; os últimos anos da década de 1910, por outro lado, são apresentados como os anos de clímax e rápida decadência depois das agitações dos anos de 1917, 1918 e 1919, em que uma forte repressão foi sentida e outras formas de organização e mobilização passaram a ser buscadas (como, inclusive, a organização de um partido operário).

⁶² Sílvia Ingrid Lang Magnani. *O movimento anarquista em São Paulo (1906-1917)*. São Paulo, Brasiliense, 1982.

⁶³ Sheldon Leslie Maram. *Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro, 1890- 1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979; GORDON, Eric Arthur. *Anarchism in Brazil: theory and practice, 1890-1920*. Louisiana: [s.n.], 1978.

No que diz respeito à obra de Gordon, o autor conferiu especial importância ao cotidiano operário e às formas como a militância se esforçou para participar dele ao analisar como os militantes libertários agiram e de que forma realizaram as atividades de divulgação de seus ideais. Em grande parte, seu trabalho acompanha as atividades dos militantes, sublinhando as diversas iniciativas voltadas para a formação educacional, cultura e artística dos trabalhadores. Sugere, por exemplo, que a presença destes em comícios, o envolvimento dos trabalhadores com as Escolas Modernas, a circulação de jornais entre eles e a divulgação de idéias libertárias em círculos não-libertários poderiam ajudar o pesquisador. Apontou, nesse sentido, para várias questões que seriam tratadas por trabalhos desenvolvidos a seguir, por autores brasileiros.

Ainda na década de 1970, alguns trabalhos produzidos em Universidades brasileiras que abordaram o anarquismo, e outros ainda que o tiveram como tema principal, reforçaram essa periodização, o que se deveu em parte pela utilização de fontes que ficaram disponíveis com a organização de arquivos como Arquivo Edgar Leuenroth em 1974, na Unicamp, disponibilizando um vasto material que conta com periódicos, folhetos, panfletos, e que possibilitou um contato mais íntimo com a produção e a atividade anarquista do começo do século, guardados por esse que foi um dos expoentes do movimento anarquista no Brasil. Na Itália, também foi fundado nesse período o Archivio Storico del Movimento Operaio Brasiliano (ASMOB) que, junto com a coleção de Max Nettlau presente no Internationaal Instituut voor Sociale Geschiedenis (IISG), de Amsterdan, apresentaram um material organizado de relevo e importância para os estudos do anarquismo.

Os trabalhos de historiadores brasileiros das décadas de 1970 e 1980 reforçaram também o anarquismo como assunto acadêmico e a relevância dos aspectos culturais e educacionais do anarquismo, motivando uma larga produção. Pesou nessa abordagem a constatação das peculiaridades da atividade política dos libertários, que não necessariamente elegiam os sindicatos como palco principal de suas ações – “a revolução fazemo-la em casa, na rua, e em toda parte...”, como se leu em uma de suas folhas periódicas do começo do século XX –,⁶⁴ mas sublinhavam a importância da formação moral e intelectual dos trabalhadores em particular e dos homens e mulheres em geral para

⁶⁴ *O Amigo do Povo*, nº 27, 30/5/1903.

a emancipação social. Daí a publicação de estudos sobre a educação anarquista,⁶⁵ além daqueles sobre a literatura publicada pela imprensa e artes libertárias em geral, que continuam a ser produzidos até o momento.⁶⁶

Também são desse período as primeiras biografias de militantes anarquistas, às quais se seguiram outras produzidas entre o final dos anos 1990 e início da década de 2000. Tais obras valorizam a experiência da militância e as formas de participação política desses sujeitos, contribuindo também para uma mudança no recorte temporal que estava antes relacionado a esta experiência do que a marcos externos à própria militância e ao movimento anarquistas.⁶⁷

Estudos especialmente voltados para a imprensa anarquista, como os de Luigi Biondi e Edilene Toledo, por sua vez, estabeleceram novos recortes temporais, calcados na própria publicação dos jornais e nas atividades libertárias noticiadas, realizadas e

⁶⁵ Flávio Luizetto. *Presença do anarquismo no Brasil: um estudo dos episódios literário e educacional (1900-1920)*. Tese de doutorado apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Carlos, 1984; idem. “Cultura e Educação libertária no Brasil no Início do Século XX” *Revista Educação e Sociedade*, São Paulo, n. 12, CEDES/ Cortez, setembro, 1982; idem. “O movimento anarquista em São Paulo: a experiência da Escola Moderna n. 1 (1912-1919)” *Revista Educação e Sociedade*, São Paulo, n. 24, CEDES/ Cortez, agosto, 1986; idem. *Utopias Anarquistas*. São Paulo: Brasiliense, 1987; Regina Célia Mazoni Jomini. *Uma educação para a solidariedade: contribuição ao estudo das concepções e realizações educacionais dos anarquistas na República Velha*. Dissertação de Mestrado, FE - Unicamp, Campinas, 1989.

⁶⁶ Francisco Foot Hardman e Antonio Arnoni Prado (orgs.) *Contos Anarquistas - Antologia da prosa libertária no Brasil (1901-1935)*. São Paulo, Brasiliense, 1985; Francisco Foot Hardman. *Nem Pátria nem patrão! Memória operária, cultura e literatura no Brasil*. São Paulo: Editora UNESP, 2002; Vera Chalmers. “A prole de Caim (Um estudo do folhetim na imprensa anarquista)” in: Antonio Arnoni Prado (org.) *Libertários no Brasil - Memória, Lutas, Cultura*. São Paulo, Brasiliense, 1986, pp. 289-306; Regina Horta Duarte. *A Imagem Rebelde: a trajetória de Avelino Fóscolo*. Campinas: Pontes/ Editora da Unicamp, 1991; Cláudia F. Baeta Leal. *Anarquismo em verso e prosa - Literatura e propaganda na imprensa libertária em São Paulo (1900-1916)*. Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Teoria Literária do Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp, Campinas, 1999; VARGAS, Maria Thereza (coord.) *Teatro Operário na Cidade de São Paulo*. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento de Informação e Documentação Artística, Centro de Pesquisa de Arte Brasileira, 1980, José Adriano Fenerick. *O anarquismo literário: uma utopia na contramão da modernização do Rio de Janeiro*. Dissertação de mestrado, FFLCH - USP, São Paulo, 1997.

⁶⁷ Moacir Medeiros de Sant’ana. Elysio de Carvalho: um militante do anarquismo. Maceió/ Brasília: Arquivo de Alagoas/MEC, 1982; Yara Aun Khoury. Edgard Leuenroth: uma voz libertária. Imprensa, memória e militância anarco-sindicalistas. Dissertação de Mestrado, FFLCH - USP, 1988; Regina Horta Duarte. *A imagem rebelde: a trajetória libertária de Avelino Fóscolo*. Campinas: Pontes, 1991; Angela de Castro Gomes e allii (coordenadores). *Velhos militantes - Depoimentos de Elvira Boni, João Lopes, Eduardo Xavier, Hilcar Leite*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988; Carlo Romani. *Oreste Ristori: uma aventura anarquista*. Dissertação de mestrado, IFCH - Unicamp, 1998; Edilele T. Toledo. *Travessias Revolucionárias. Idéias e militantes sindicalistas em São Paulo e na Itália (1890-1945)*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.

incentivadas pelos seus redatores.⁶⁸ No entanto, ainda que se tenha realizado uma grande alteração nos marcos temporais dos estudos sobre o anarquismo no Brasil, a década de 1890 continuou sendo um período de pouca visibilidade nos estudos sobre o anarquismo no Brasil e especificamente em São Paulo.⁶⁹ Vale citar duas importantes exceções: a tese de Isabelle Felici, *Les italiens dans le mouvement anarchiste au Brésil, 1890-1920*, de 1994, e o artigo de Guido Fonseca, “O Anarquismo e as origens da polícia política em São Paulo”, publicado em 1997.⁷⁰ Seus trabalhos utilizaram uma grande quantidade de fontes levantadas junto às forças repressivas, às polícias paulista e italiana, contribuindo para se acompanhar momentos da história do anarquismo em que seus periódicos ainda não tinham sido fundados ou haviam sido suspensos; ou ainda quando mais do que contra militantes efetivos, a perseguição contra anarquista voltou-se para simples suspeitos.

Procurando acompanhar as atividades em torno dos anarquistas nos anos 1890 – tanto as que militantes libertários declarados realizaram, como as que a polícia paulista julgou existirem –, a intenção desta tese é procurar entender a construção do espaço de ação política dos militantes anarquistas que atuaram em São Paulo, assim como a repressão policial que se voltou contra eles.

Deixando de lado as fontes policiais paulistas para estudar o movimento libertário em São Paulo nos anos 1890, fica-se com algumas poucas edições de jornais fundados por anarquistas entre 1892 e 1895, e mais tarde de 1898 em diante, com periódicos de média, curta e curtíssima duração; tem-se também a grande imprensa, que deu bastante destaque

⁶⁸ Luigi Biondi. *La stampa anarchica in Brasile: 1904-1915*. Tese de Láurea defendida junto ao Departamento de História Contemporânea da Università di Studi di Roma “La Sapienza”, 1993-1994; Edilene T. Toledo. *O Amigo do Povo: grupos de afinidade e a propaganda anarquista em São Paulo nos primeiros anos deste século*. Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de História do Instituto de filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.

⁶⁹ No contexto brasileiro, excetuam-se os trabalhos sobre a Colônia Cecília: Candido Mello Neto. *O anarquismo experimental de Giovanni Rossi. De Poggio al Mare à Colônia Cecília*. Ponta Grossa: Editora UEPG, 1988; Newton Stadler Sousa. *O anarquismo da Colônia Cecília*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970; Helen Isabel Mueller. *Flores aos rebeldes que falharam: Giovanni Rossi e a utopia anarquista – Colônia Cecília*. Tese de doutorado, FFLCH – USP, 1989; Isabelle Felici. “A verdadeira história da Colônia Cecília de Giovanni Rossi.” *Cadernos AEL: Anarquismo e Anarquistas*. Campinas, Unicamp/IFCH, v. 8/9, 1998, pp. 9-61. Recentemente, foi publicando também o romance *Um amor anarquista*, sobre a relação amorosa de uma mulher e três colonos da Colônia Cecília (entre os quais o próprio Giovanni Rossi) (Miguel Sanches Neto. *Um amor anarquista*. Rio de Janeiro, São Paulo: Editora Record, 2005.)

⁷⁰ Isabelle Felici. *Les italiens dans le mouvement anarchiste au Brésil, 1890-1920*. Tese de Doutorado, Études Italiennes, Université de la Sorbonne nouvelle – Paris, 1994, [s.l.]: [s.n.] http://raforum.apinc.org/article.php?id_article=661; Guido Fonseca. “O Anarquismo e as origens da polícia política em São Paulo” *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo, v. XCIII, 1997

para manifestações anarquistas na Europa – principalmente as de caráter mais violento, como as explosões de dinamite e os atentados a chefes de Estado –, abrindo pouco espaço para atividades de militantes libertários no Brasil; há ainda a imprensa diária italiana, que deu grande relevo aos magnicídios cometidos por seus patrícios em diversos países europeus, mas que por vezes levantou a voz em favor dos anarquistas italianos atuantes na capital paulista e no interior quando presos.

Um vasto material sobre anarquistas em São Paulo foi, no entanto, encontrado no Arquivo do Estado de São Paulo – que inclui os documentos arquivados sob o título de Polícia, Secretaria de Segurança Pública, Processos Policiais –, principalmente no seu acervo de manuscritos, que constitui um conjunto ainda pouco explorado de documentos, inédito até, na pesquisa do anarquismo. As poucas e espaçadas edições dos periódicos anarquistas que circularam nos primeiros anos da década de 1890 e que felizmente foram preservadas ganham, com as latas de polícia do AESP, outras dimensões: além de várias edições desses mesmos jornais anarquistas, apreendidas então pela polícia e arquivadas com ofícios, inquéritos policiais ou mesmo avulsos, com ou sem anotações – edições não encontradas nos acervos do AEL, ASMOB, CEDEM ou IISG –, encontram-se referências à prisão do redator de um jornal libertário em 1892, sua deportação e posterior liberação; ao embarque de vários “indivíduos suspeitos” em 1893 para o Brasil, suas prisões e deportações, ou prisões, interrogatórios e liberações; explosões de dinamite em 1º de maio de 1893 e o inquérito referente; a volta de um “anarquista dinamitista” deportado e a movimentação da polícia e seus secretas para prendê-lo; uma denúncia anônima e a prisão de dez anarquistas em 1894, uma ameaça de morte ao cônsul italiano, o decreto de deportação, oito meses de detenção irregular, as cartas dos prisioneiros, de seus amigos e familiares, e sua inesperada libertação; mais prisões em 1895, ainda mais em 1896; conflitos de italianos contra seus patrícios na festa da colônia italiana, com a morte de um suposto manifestante anarquista; cartazes, prisões e um rapto de uma menor de família tradicional em 1899. Isso tudo ao lado de uma estranha tolerância à imprensa anarquista.

Não se trata, porém, simplesmente de creditar às fontes os contornos deste trabalho. É certo que o material arquivado pela polícia paulista possibilitou o preenchimento de lacunas deixadas pela parca documentação produzida pelos próprios militantes anarquistas nesses anos de poucos jornais e organização inicial do movimento que viria a ser mais

visível nas décadas seguintes. No entanto, mais relevantemente, foi possível aproximar-se de sujeitos que não necessariamente se tornaram expoentes do movimento libertário mais tarde, quando a documentação sobre os anarquistas e trabalhadores em geral foi mais abundante; foi possível observar eventos que não deram origem a grandes movimentos paredistas e até a jornais de vida breve, que por pouco tempo participaram do cotidiano de trabalhadores nacionais e estrangeiros pelas ruas da capital paulista. Foi possível, enfim, acompanhar algumas das primeiras iniciativas de organização do movimento anarquistas em São Paulo; acompanhar também a construção da idéia de anarquismo no ambiente policial paulista, o que ajudou a entender as formas de tratamento delegadas aos militantes que desenvolveram atividades libertárias em São Paulo já nos primeiros anos da década de 1890 e posteriormente. É possível, inclusive, buscar entender o tipo de suspeição a que os imigrantes estavam então submetidos e sua experiência de trabalhador estrangeiro e estigmatizado como subversivo.

A organização da tese privilegiou uma seqüência que obedece a uma ordem cronológica (principalmente a partir do segundo capítulo), mas que privilegia principalmente as relações entre militantes e repressão em São Paulo nesses quase dez anos. No primeiro capítulo, tratou-se da prisão de dez italianos detidos na saída de uma reunião do Centro Socialista Internacional em 1894, e que permaneceram presos como anarquistas por quase oito meses, sem processo ou julgamento, sem serem efetivamente deportados nem libertados. Discute-se então a participação do cônsul italiano na denúncia apresentada junto às autoridades italianas e brasileiras, assim como o envolvimento de alguns deles com atividades libertárias em São Paulo. Procurou-se também entender uma ação policial que, mesmo com várias dificuldades e sem grande sucesso, serviu de paradigma nas futuras intervenções repressivas junto a suspeitos de anarquista.

Para entender, portanto, a construção das estratégias policiais para controlar e reprimir tais suspeitos, dediquei o capítulo II ao ano de 1893, quando três grandes prisões de suspeitos de anarquistas foram fartamente documentadas pelas polícias paulista e italiana, assim como por autoridades diplomáticas e governamentais dos dois países. Foi um momento em que, mais do que em outras situações, os anarquistas foram tratados como um perigo que vinha de fora, misturados a imigrantes, e que deveriam ser impedidos de entrarem no país. Foi também uma estratégia aparentemente baseada muito mais nos

temores em relação às iniciativas iconoclastas que alguns anarquistas tiveram na Europa do que às ações efetivas dos imigrantes que aqui desembarcavam.

Já o terceiro capítulo vai abordar as iniciativas proselitistas de suspeitos de serem anarquistas, o quais vinham fundando periódicos desde 1892. A partir de quatro títulos que procuraram dar prosseguimento à propaganda que tentavam fazer na capital paulista – *Gli Schiavi Bianchi*, *L'Asino Umano*, *La Bestia Umana* e *L'Avvenire* – é possível acompanhar a experiência de imigrantes relacionados de maneiras diversas com o anarquismo, assim como a construção do movimento libertário entre imigrantes italianos e na procura de uma interação com um público mais amplo.

No quarto e último capítulo, vão se apresentar as manifestações públicas organizadas pelos anarquistas e acompanhadas pela polícia, tratadas de formas ora mais, ora menos violentas. Foi um período bastante marcado pelas resoluções européias contra os anarquistas, com medidas e leis de exceção sendo promulgadas, e uma maior preocupação em relação aos imigrantes que vinham para o Brasil. Foi também um momento em que as atividades dos anarquistas ficaram mais visíveis, muitas vezes marcadas pela violência de que foram acusados e vítimas: as manifestações contra as comemorações italianas de 20 de setembro de 1898, data da unificação italiana, resultaram na morte de um indivíduo apontado como anarquista e as repercussões foram grandes. Surgiram novos periódicos, agora ainda mais explicitamente anarquistas, e militantes como Benjamim Mota rechearam jornais diários com texto com princípios e idéias anarquistas. Um processo de rapto contra anarquistas do Bom Retiro, em 1899, além de apontar para as relações dos militantes com outros trabalhadores, agitou a polícia, a imprensa e o movimento anarquista, que partiu em defesa dos acusados em seus jornais e em folhas diárias. Esses últimos anos da década de 1890, assim como os primeiros momentos do século seguinte, serão o tema do quarto e último capítulo.

I

Anarquismo e segurança pública

“O fato de maior importância que se liga à segurança pública no decurso do ano de 1894 foi a medida, adotada por esta Chefatura, contra o anarquismo, que nesta Capital tentava lançar suas subversivas teorias.

Tendo chegado ao meu conhecimento que (...) celebravam-se conferências públicas, que visavam ao desenvolvimento da tenebrosa doutrina na sociedade paulista, tomei o alvitre de fazer vigiar e observar os indivíduos denunciados como adeptos extremados da perigosa seita para, em momento oportuno, surpreendê-los em seus planos e frustrar a realização de seus sinistros intentos.” Theodoro Dias de Carvalho Junior, chefe de polícia de São Paulo, 1895.¹

“Presos no dia 15 de abril próximo passado em diversos pontos das vias públicas por agentes da polícia secreta, estamos ainda hoje presos nesta Casa de Detenção, sem ter cometido nenhuma ação contra a tranqüilidade pública ou individual, nem contrária a nenhuma lei brasileira ou àquelas da hospitalidade e da convivência social.” Eugenio Gastaldetti, Serafino Suppo, Arturo Campagnoli, Alfredo Capricci, Francesco Patelli, Galileo Botti, Antonio Maffuci, Augusto Bargioni – Prisão nº 2 da Cadeia da Luz, maio de 1894.²

Em abril de 1894, vários italianos foram presos por agentes de segurança – também conhecidos como secretas – ao saírem de uma reunião do Centro Socialista Internacional e foram fotografados como anarquistas uns, socialistas outros, alguns até como gatunos.³ Dava-se, então, o que o chefe de polícia de São Paulo, Theodoro Dias de Carvalho Júnior, chamou de “o fato de maior importância” no que dizia respeito à segurança pública na capital. Dava-se também um dos eventos possivelmente mais conhecidos e comentados pela historiografia no que tange a militantes anarquistas nos anos 1890, perdendo apenas

¹ *Relatório apresentado ao Secretário dos Negócios da Justiça do Estado de São Paulo pelo Chefe de Polícia Theodoro Dias de Carvalho Júnior em 31 de janeiro de 1895.* São Paulo: Espindola, Siqueira & Comp., 1895, “Segurança Pública”, p. 5. A ortografia das fontes foi atualizada.

² Carta de Eugenio Gastaldetti, Serafino Suppo, Arturo Campagnoli, Alfredo Capricci, Francesco Patelli, Galileo Botti, Antonio Maffuci e Augusto Bargione ao chefe de polícia de São Paulo, 18/5/1894, Acervo Permanente – Polícia – C2769, AESP.

³ “Fotografia da Polícia – São Paulo – Socialista e Anarquistas retratados na Correção no dia 19 de abril de 1894 à ordem do sr. dr. Chefe da Polícia” Acervo Permanente – Polícia – C2741, AESP; *Relatório apresentado ao Secretário dos Negócios da Justiça do Estado de São Paulo pelo Chefe de Polícia Theodoro Dias de Carvalho Júnior em 31 de janeiro de 1895.* op. cit., “Fotografia Policial”, pp. 248-252.

para a Colônia Cecília e talvez para a morte de Polinice Mattei durante as celebrações da Unificação Italiana em 1898 na capital paulista.⁴

Não fora, no entanto, a primeira ação do governo republicano contra imigrantes denunciados como anarquistas, como se verá nos próximos capítulos. Sua importância, porém, reside no fato de, por um lado, descortinar elementos fundadores do tratamento que os anarquistas viriam a receber da polícia paulista e das discussões que envolviam esses militantes; por outro, por realçar a visibilidade que os indivíduos presos tiveram então, por dar mais publicidade ao movimento anarquista, por levantar questões concernentes à legalidade de suas prisões, assim como por chamar atenção para as instâncias acionadas pela polícia paulista e pelos governos estadual e federal para justificar e prolongar a detenção. Além disso, abriu espaço para uma discussão sobre a relação dos imigrantes instalados em São Paulo e a autoridade italiana que os deveria representar, por causa da intervenção insistente do cônsul italiano em São Paulo, Conde Edoardo Compans de Brichanteau, contra seus compatriotas.

Na ocasião, muito se falou sobre uma denúncia que teria partido exatamente desta autoridade diplomática contra vários indivíduos, acusados de “anarquistas dinamitistas”. Foram então apontados redatores de jornais italianos críticos à coroa de seu país de origem, entre os quais o fundador de *Gli Schiavi Bianchi* e alguns colaboradores de *L’Asino Umano*; socialistas; republicanos; e mesmo alguns imigrantes que já haviam sido e voltariam a ser detidos como anarquistas. A intervenção do cônsul italiano na acusação contra os imigrantes, juntamente com as discussões que tal autoridade promoveu sobre a questão, assim como aquelas em que se viu envolvido por causa da denúncia que fizera, permitem uma visão do espaço dos imigrantes na sociedade paulista, de suas relações com as autoridades de seu país de origem e com as daquele que os recebia. Permitem também aprofundar discussões em torno da correspondência entre ações repressivas tomadas na Europa, onde os governos confrontavam-se com atentados e várias iniciativas violentas de alguns anarquistas, e as medidas tomadas aqui contra indivíduos que eram então reconhecidos como partidários das idéias e princípios daqueles.

⁴ Sobre Polinice Mattei, ver item “Anarquistas na rua” do capítulo IV – “Anarquistas em casa, na rua, em toda parte”.

No caso da ação policial de abril de 1894, dez desses indivíduos foram conduzidos à Cadeia Pública da Capital e lá mantidos por três meses, sem que fossem julgados. Um decreto de deportação foi assinado contra eles pelo vice-presidente Floriano Peixoto no começo de julho e, poucas semanas depois, eram transferidos para a Capital Federal, onde permaneceram presos até dezembro. Durante esses quase oito meses de prisão, escreveram algumas vezes para o chefe de polícia; receberam e enviaram cartas a parentes e companheiros; motivaram ataques e defesas na imprensa paulista e em jornais italianos; foram destaque de uma intensa correspondência oficial, tanto diplomática quanto policial. Essa fontes ajudaram na aproximação em relação aos sujeitos, pois possibilitaram um maior contato com suas motivações, aflições e receios; também jogaram luz sobre a experiência desses indivíduos e sobre a organização do movimento anarquista, uma vez que os situaram em sua agência, nas atividades e grupos de que participavam, nos planos que buscavam colocar em prática, abrindo, portanto, espaço para suas vozes e ações.

Levando em conta a perspectiva da repressão, as fontes possibilitaram ainda perceber a interação entre militantes e agentes policiais, entre as ações daqueles e as reações ou precauções destes últimos, entre os objetivos daqueles e as formas que esses utilizaram para frustrá-los. Também ajudaram a salientar as incertezas quanto às medidas mais eficazes contra os anarquistas, contra suas atividades e contra a difusão de suas idéias entre a população e os trabalhadores residentes no país, destacando, nesse sentido, a importância e o significado que as autoridades policiais e governamentais atribuíam a esses militantes.

As dúvidas quando à melhor maneira de identificar, controlar e reprimir os anarquistas persistiam em 1894 e iriam perdurar ainda por algum tempo; porém, já se constituía um padrão que viria a se repetir nos anos seguintes. As autoridades paulistas, frente às movimentações de socialistas e anarquistas, parecem ter definido então uma estratégia que conferia grande peso a denúncias e à vigilância e que privilegiava as manifestações públicas dos militantes. Nas grandes ações repressivas de que se vai tratar nesta tese, as denúncias contra supostos ou efetivos anarquistas e a vigilância a que eram em seguida submetidos; a descoberta da organização de agitações em importantes datas comemorativas do movimento operário e anarquista internacional, como os aniversários da Comuna de Paris, em 18 de março, da execução dos mártires de Chicago, em 11 de

novembro, e, é claro, o 1º de maio, influenciaram e determinaram medidas policiais contra os suspeitos. No caso específico da ação de abril de 1894, a proximidade em relação ao Dia do Trabalho, a denúncia consular e a vigilância às reuniões do Centro Socialista Internacional não só apareceram como justificativa da prisão dos dez italianos, como efetivamente mobilizaram as autoridades.

“O fator de maior importância”

“- Ouve lá, Ceschi, seria bom que hoje fôssemos à Barra Funda, onde os trabalhadores afastados do movimento operário dedicam seu tempo aos bailes e ...

O caro Vezzani não pode terminar, porque os esbirros de Theodoro de Carvalho, revólver apontado, intimam o tradicional: - Vocês estão presos!”⁵

Na tarde do dia 15 de abril de 1894, um domingo, diversos indivíduos deixaram o edifício situado na rua Líbero Badaró (antiga rua São José), número 110, sede do Centro Socialista Internacional, depois de uma reunião que se dera naquela tarde. Durante esta, provavelmente se discutira sobre os festejos do próximo 1º de maio, assim como sobre formas de melhorar a propaganda socialista e anarquista entre os trabalhadores, assunto que Felice Vezzani, presidente do Centro, estendeu para além dos limites da reunião, convidando seu companheiro Ceschi (Augusto Donati) para irem conversar com trabalhadores na Barra Funda.⁶ Foi, no entanto, abruptamente interrompido por secretas, possivelmente surpreendendo-se com a ação policial, uma vez que muitas outras reuniões do Centro já haviam ocorrido naquele prédio sem semelhante desfecho.

Alguns participantes, porém, não tinham ainda se afastado do local quando os agentes da polícia secreta pararam-nos. A mesma ação deu-se em diversos pontos da cidade

⁵ A. Donati. “Recordemos, pois...” *O Amigo do Povo*, nº 4, 24/5/1902.

⁶ Ceschi, a quem Vezzani se dirigia no momento de sua prisão, era o próprio Augusto Donati, que tornou público seu pseudônimo “A. Ceschi” através do periódico *L’Operaio*, fundado em 1896 e que contou com apenas duas edições. Isabelle Felici também citou relatório de uma agente de segurança estabelecido em Paris, que afirmou serem as cartas assinadas por Ceschi e recebidas por Vezzani, na França, de autoria de Donati. O agente ainda teria sublinhado que “Ceschi” significava “estrábico” em toscano, o que corresponderia a um traço fisionômico de Donati. (cf. Isabelle Felici. *Les italiens dans le mouvement anarchiste au Brésil, 1890-1920*. Tese de Doutorado, Études Italiennes, Université de la Sorbonne nouvelle – Paris, 1994, [s.l.]: [s.n] http://raforum.apinc.org/article.php3?id_article=661, pp. 100-101 e nota 547, p. 377)

e vários indivíduos foram conduzidos até a Repartição Central de Polícia para serem interrogados.⁷

Aparentemente, as prisões visavam aos integrantes do Centro Socialista Internacional. Entre os primeiros a serem conduzidos para a Repartição Central de Polícia, abordados logo na saída da reunião, estava Felice Vezzani, presidente do Centro e propagandista já conhecido na capital paulista por suas contribuições nos jornais recém suspensos, *L'Asino Umano* e *La Bestia Umana*.⁸ Ele declarou, no entanto, que dos vários presos naquela data, apenas oito eram membros do Centro, dentre os quais estava Arturo Campagnoli, que participava daquela associação havia já algum tempo.⁹

Outro membro do Centro também detido foi Galileo Botti, que a essa altura já devia estar acostumado a ser abordado pelos secretas de Theodoro Dias de Carvalho Júnior, tendo sido preso algumas vezes nos anos anteriores, mesmo antes de fundar o jornal *Gli Schiavi Bianchi*, em 1892.¹⁰ Também foi convidado a seguir os agentes de segurança até a Repartição Central o tipógrafo Eugênio Gastaldetti, o qual assistira àquela reunião do Centro, mas que afirmou não ser membro de tal associação.¹¹

Foi preso ainda Andrea Allemos, que residia com Gastaldetti na Alameda dos Andradas, número 108, na freguesia do Bom Retiro, e que tornaria a ser preso como anarquista no ano seguinte, mas cuja filiação ao Centro Socialista não pode ser comprovada.¹² Juntou-se a ele Antonio Maffuci, morador da Rua do Hospício, número 10,

⁷ Felice Vezzani. “Per gli arrestati” *L’Avennire*, nº 2, 2/12/1894; carta de Eugenio Gastaldetti ao chefe de polícia de São Paulo, 17/4/1894, Acervo Permanente – Polícia – C2772, AESP; portaria nº 351, do chefe de polícia de São Paulo ao quinto delegado de polícia, 16/4/1894, Acervo Permanente – Polícia – C2769, AESP.; *Relatório apresentado ao Secretário dos Negócios da Justiça do Estado de São Paulo pelo Chefe de Polícia Theodoro Dias de Carvalho Júnior em 31 de janeiro de 1895*. doc. cit., p. 5; ofício reservado do chefe de polícia de São Paulo ao chefe de polícia da Capital Federal, 19/7/1894, Acervo permanente – Polícia – C2774, AESP.

⁸ Carta de Felice Vezzani ao chefe de polícia de São Paulo, 7/7/1894, Acervo permanente - Polícia – C2769, AESP; Felice Vezzani. “Per gli arrestati” *L’Avennire*, nº 2. 2/12/1894; A. Donati. “Recordemos, pois...” *O Amigo do Povo*, nº 4, 24/5/1902.

⁹ Termo de declarações de Luciano Compagnoli [irmão de Arturo Campagnoli] ao quinto delegado de polícia, Paula Cândido, 9/5/1894, Acervo Permanente – Polícia – C2786, AESP.

¹⁰ Sobre Galileo Botti e *Gli Schiavi Bianchi*, ver item “Galileo Botti e *Gli Schiavi Bianchi*” no capítulo III – “Pensamento e dinamite”.

¹¹ Carta de Eugenio Gastaldetti ao chefe de polícia de São Paulo, 17/4/1894, doc. cit.

¹² Requerimento de Felice Vezzani, Antonio Maffucci, Galileo Botti, André Allemos, Arturo Campagnoli, Suppo Serafino, Augusto Bargioni, Francesco Patelli, Alfredo Innocenzi e Giuseppe Bacchini ao chefe de polícia de São Paulo, 28/12/1894, Acervo Permanente – Polícia – C2781, AESP. Os jornais *O Estado de S. Paulo* e *Correio Paulistano* publicaram em março de 1895, por ocasião da prisão de diversos indivíduos que distribuía boletins anarquistas em comemoração do aniversário da Comuna de Paris e da busca em uma casa onde contava estarem depositados “materiais de imprensa e outros documentos que se referem à propaganda

que talvez fosse membro do Centro Socialista, já que mostrara interesse na manutenção de seu órgão semanal, *L'Asino Umano*, como sugere a contribuição que fizera para a aquisição de tipos para esse periódico.¹³ O mesmo pode ser inferido da subscrição feita por Serafino Suppo (que também foi preso nessa ação policial), morador do número 42 da Alameda Barão de Limeira, freguesia do Bom Retiro, para o mesmo fim, ainda que o italiano tenha feito mais esforços para afirmar ser um “operário laborioso” quando escreveu ao chefe de polícia, ainda da cadeia.¹⁴

Também foram detidos Augusto Bargione, Alfredo Capricci e Francesco Patelli, que permaneceram presos até dezembro com os italianos citados acima; Giuseppe Bacchini, Giulio Bologna, Alfredo Innocenzi, fotografados com os demais como “Socialistas e anarquistas”, porém libertados em 5 de maio; Augusto Aremani e Gaetano Sandri (ou Santos), cujas fotografias não foram tiradas, sendo ainda que o primeiro sequer deu entrada na Cadeia Pública, enquanto o segundo foi libertado logo depois, em 20 de abril; e Augusto Stramazzi, também libertado nesse dia.¹⁵ Foram expedidas mais tarde ordens de prisão a diversos italianos que não se encontravam na reunião do Centro Socialista Internacional, entre eles o engenheiro Alcibiade Bertolotti, diretor do jornal *Il Messaggero*, o jornalista Mario Cattaruzza, redator desse mesmo jornal, e Vitaliano Rotellini, fundador do *Fanfulla*. Segundo Felice Vezzani, um total de “dezesseis ou dezessete” indivíduos foram detidos em várias partes da cidade por ordem do chefe de polícia e do quinto delegado da capital, Carlos Augusto Ferreira Brandão.¹⁶

anarquista nesta Capital”, artigos noticiando que a polícia encontrara papéis referentes ao Centro Socialista Internacional, entre os quais inclusive “um enorme lista dos sócios desse Centro onde vêm discriminados os seus nomes, profissão e residência, nesta capital e no interior.” (Portaria nº 178 assinada pelo chefe de polícia de São Paulo, 17/3/1895, Acervo Permanente – Polícia – C2796, AESP; “Boletins sediciosos” *O Estado de S. Paulo*, nº 5982, 18/3/1895; *Correio Paulistano*, 18/3/1895) Esta lista, no entanto, não foi publicada na imprensa nem encontrada no material de Polícia do Arquivo do Estado de São Paulo.

¹³ Requerimento de Felice Vezzani e outros. doc. cit.; “Sottoscrizione per l’acquisto di tipi” *L'Asino Umano*, nºs 26 e 28, 11 e 25/3/1894. Sobre *L'Asino Umano*, ver item “*L'Asino Umano e La Bestia Umana*” no capítulo III – “Pensamento e dinamite”.

¹⁴ Carta de Serafino Suppo ao chefe de polícia de São Paulo, 18/6/1894, Acervo Permanente – Polícia – C2772, AESP.

¹⁵ Fotografia da Polícia de São Paulo – Socialistas e anarquistas retratados na correção no dia 19 de abril de 1894 à ordem do Sr. Dr. Chefe de Polícia” Acervo Permanente – Polícia – C2741, AESP; Relatório diário do carcereiro da Cadeia Pública da Capital, Antonio José das Chagas Júnior, 17/4/1894; Relatório diário do carcereiro da Cadeia Pública da Capital, 20/4/1894; Relatório diário do carcereiro da Cadeia Pública da Capital, 5/5/1894, Acervo Permanente – Polícia – C2786, AESP.

¹⁶ Felice Vezzani. “Per gli arrestati” *L'Avvenire*, nº 2. 2/12/1894; *Relatório apresentado ao Secretário dos Negócios da Justiça do Estado de São Paulo pelo Chefe de Polícia Theodoro Dias de Carvalho Júnior em 31*

A portaria que descreveu a ação policial de 15 de abril procurou explicar a prisão como uma seqüência de eventos relacionados com a reunião que acontecia na tarde daquele domingo no Centro Socialista Internacional: dois cidadãos teriam sido expulsos do recinto por suspeita de serem agentes de polícia; em seguida, quatorze associados do Centro, que se achavam presentes à reunião, foram presos por onze agentes indicados por seus números (forma como eram identificados os agentes extranumerários ou de segurança, os “secretas”), sem referência, porém, ao local das detenções.¹⁷ No entanto, o que podia parecer uma retaliação imediata pela expulsão dos agentes, parecia contar com uma preparação maior e anterior aos eventos daquela tarde, pois a presença dos agentes na reunião poderia ser explicada como precaução do governo paulista em relação a trabalhadores organizados. Isso porque o chefe de polícia, ao enviar tal portaria ao quinto delegado, apresentou a razão da participação de agentes policiais na assembléia que se dera no Centro Socialista: chegara ao seu conhecimento que, naquele local, “celebravam-se semanalmente conferências de indivíduos socialistas anarquistas”.

A portaria procurou enfatizar ainda que a prisão dos indivíduos citados se dera em flagrante; porém é difícil imaginar em que tipo de ações ou contravenções eles estariam empenhados para serem presos em flagrantes como anarquistas. Primeiramente, porque não havia uma determinação legal sobre o que seria considerada uma ação anarquista nem tampouco como isso deveria ser tratado. Em segundo lugar, porque não houve acusações de porte de materiais explosivos; nem de atentados contra pessoas, edifícios ou instituições; ou, naquela data, de distribuição de impressos subversivos, iniciativas normalmente atribuídas então aos partidários daquela doutrina.¹⁸ Nem tampouco a acusação de que esse Centro era, na realidade, uma sociedade secreta – organização proibida por lei (Art. 382 do Código Penal de 1890) – poderia ser propriamente levantada, uma vez que suas reuniões

de janeiro de 1895. Op. cit., pp. 5, 22, 82, 152-206, 248-252; “Il Conte Bricchanteau” *Avanti!*, nº 26, 13-14/4/1901.

¹⁷ Portaria nº 351, do chefe de polícia de São Paulo ao quinto delegado de polícia, 16/4/1894, doc. cit..

¹⁸ Vale mencionar que, no caso da prisão de oito anarquistas em novembro de 1898, quando estes afixavam cartazes em homenagem aos mártires de Chicago, num primeiro momento foi preso apenas Colombo Bertoni, que carregava os impressos que estava sendo colados nas paredes. Ainda que o recurso à prisão em flagrante não tenha sido mencionado no inquérito aberto contra eles, fica claro que o sargento que realizou a detenção procurou um motivo evidente e palpável para levar Colombo para o posto policial do Bom Retiro. Os outros anarquistas só foram presos mais tarde, por ordem direta da Repartição Central de Polícia. (Inquérito policial, 3ª Delegacia de Polícia, 11/11/1899, Acervo permanente – Polícia – C2906, AESP.) Sobre esta ação policial, ver o item “Anarquistas em toda parte” do capítulo IV – “Anarquistas em casa, na rua, em toda parte”.

eram abertas e haviam sempre sido tornadas públicas por *L'Asino Umano*, como se verá no terceiro capítulo.

Há, porém, fortes sugestões de uma participação anterior e mais freqüente da polícia naquelas reuniões, indícios de que a vigilância do Centro Socialista Internacional não começara no dia das prisões. O presidente do Centro, Felice Vezzani, ao questionar a ação policial de que fora vítima com outros companheiros, afirmou que havia sempre representantes da polícia nas conferências celebradas no Centro Socialista Internacional e que, portanto, se eles estivessem cumprindo suas tarefas devidamente, saberiam que as intenções dos seus associados eram tranqüilas e pacíficas.¹⁹ Sua afirmação voltou-se principalmente para o festejo do Dia do Trabalho, data que se aproximava quando os dez suspeitos de anarquista foram presos, e cuja organização estava envolta, naquele ano de 1894, em seríssimas suspeitas – acreditava-se que se estavam preparando “graves acontecimentos para o dia 1º de maio”.²⁰

A polícia paulista, por sua vez, procurou explicar os motivos da vigilância:

“Tendo esta Chefatura conhecimento de que nesta Capital alargava suas venenosas raízes e era insistentemente pregado por extremados adeptos o anarquismo, aplaudido pelas massas desocupadas, algum tanto oprimidas, e que têm ultimamente promovido suas temerosas manifestações, causando o desassossego dos governos do Velho Mundo, *adotou, sempre empenhado na segurança e tranqüilidade pública, o alvitre de fazer vigiar e observar de perto os comícios secretos dessa seita*, de sorte a mais depressa habilitar-se na aplicação de medidas atinentes a libertar a sociedade paulista de tão nocivos elementos.”²¹
(grifos meus)

Ainda que a vigilância possa ter visado, em primeiro lugar, a trabalhadores organizados, a sua justificativa – que, no momento do envio do ofício acima, era também a justificativa da prisão dos dez imigrantes – centrou-se nos perigos oferecidos pelos “extremados adeptos” do anarquismo, que julgavam ser a maioria dos membros do Centro Socialista Internacional. Daí a ênfase nas “temerosas manifestações” de anarquistas no Velho Mundo e na alegação de que as reuniões públicas daquele Centro eram “comícios secretos”. Por outro lado, é preciso atentar para a referência do chefe de polícia à informação que recebera de que o anarquismo “alargava suas venenosas raízes”. Ainda que

¹⁹ Carta de Felice Vezzani ao chefe de polícia de São Paulo, 7/7/1894, Acervo permanente - Polícia – C2769, AESP.

²⁰ *Relatório apresentado ao Secretário dos Negócios da Justiça do Estado de São Paulo pelo Chefe de Polícia Theodoro Dias de Carvalho Júnior em 31 de janeiro de 1895*. op. cit. p. 5.

²¹ Ofício reservado do chefe de polícia de São Paulo ao chefe de polícia da Capital Federal, 19/7/1894, Acervo permanente – Polícia – C2774, AESP.

a ação dos agentes de segurança tenha se feito sentir na prisão dos suspeitos de anarquistas em abril de 1894, e que seja provável que tenham enviado ao chefe de polícia informações sobre suas assembléias, a fonte principal da denúncia contra os imigrantes mereceu acirrados debates. Especulou-se ao longo daquele ano – tanto entre as autoridades federais e paulistas, como entre os imigrantes italianos – sobre os motivos da suspeita contra alguns indivíduos, da prisão de outros tantos e da detenção de uma dezena de italianos por quase oito meses, e as discussões giraram principalmente em torno de uma possível denúncia vinda das autoridades diplomáticas italianas, mas especificamente do cônsul empossado há alguns meses, Conde Edoardo Compans de Brinchanteau.

A denúncia

A denúncia sobre as preparações para o Dia do Trabalho, sobre “os graves acontecimentos” poderia ser considerada como um dos motivos da vigilância e da prisão dos membros do Centro Socialista Internacional. Isabelle Felici, em sua tese sobre o movimento anarquista e os imigrantes italianos no Brasil, no entanto, ao tratar das prisões de abril de 1894, questionou se essas deveriam ser vistas simplesmente como medidas preventivas para evitar acontecimentos parecidos com os de 1893.²² Para ela, tal suspeita não se devia apenas às más lembranças dos festejos do Dia do Trabalho daquele ano. O que teria motivado aquilo que a autora chamou de “novo episódio de repressão antianarquista” seriam denúncias contra “adeptos extremados da perigosa seita” – visando mais a desestabilizar definitivamente sua organização do que especificamente coibir suas ações nos festejos próximos.²³ Ainda que se tivessem informações de que “manifestações contrárias à ordem pública, há muito premeditadas por operários desta Capital” estavam sendo preparadas para o 1º de Maio, concentrou-se na suspeita da mobilização dos anarquistas, e, no intuito de obstacular suas iniciativas, fez-se a denúncia de que os

²² Isabelle Felici. Op. cit., p. 92. Em 1º de maio de 1893, duas bombas de dinamite explodiram em dois edifícios da capital e parte da imprensa paulista interpretou o incidente como uma manifestação anarquista. Sobre as explosões, ver o item “Dinamite – propaganda pelo feito?” do capítulo III– “Pensamento e dinamite”.

²³ Isabelle Felici. Op. cit., p. 92; *Relatório apresentado ao Secretário dos Negócios da Justiça do Estado de São Paulo pelo Chefe de Polícia Theodoro Dias de Carvalho Júnior em 31 de janeiro de 1895*. Op. cit., p. 5.

anarquistas poderiam lançar mão até de expressões materiais (leia-se: explosões de dinamite) para afirmarem suas idéias naquele dia.²⁴

A prisão de abril contou com a tentativa do cônsul italiano de atacar os anarquistas instalados em São Paulo, e pode ser entendida também – conforme sugeriu Isabelle Felice – como uma solução para se livrar, de forma mais geral, dos indivíduos considerados “inimigos do reino” que ele representava, que tinham “uma atitude irreverente em relação à coroa da Itália”.²⁵ Brichanteau assumira o posto de cônsul em São Paulo havia pouco tempo, em outubro de 1893, substituindo o conde Rozwadowski,²⁶ e é possível que tencionasse, então, mostrar serviço para seus superiores na Itália e, ao mesmo tempo, procurar obter certa influência e trânsito junto às autoridades paulistas. Em artigo publicado anos mais tarde pela imprensa socialista italiana em São Paulo, por ocasião da manifestação elogiosa de órgãos da colônia italiana ao ex-cônsul por causa de enfermidade e conseqüente falecimento, criticaram-se duramente suas ações durante seu mandato.²⁷ Não apenas aquelas ações mais polêmicas, como a denúncia aos anarquistas italianos e sua intervenção, anos depois, na Questão dos Protocolos italianos, quando testemunhas acusaram-no de dar publicamente “morras” ao Brasil.²⁸ Chamado de “jacobino fanático e insensato” pelo jornal ítalo-paulista *Avanti!*, foi acusado de fomentar a discórdia em Porto Alegre entre italianos naturalizados e não naturalizados, e de retomar a campanha contra os naturalizados – os quais teria chamado de “renegados – mais tarde, em Santos. Mesmo a relação que estabeleceu com as autoridades paulistas é condenada, ao ser citada sua intervenção nas pendências entre estas e o Consulado italiano por causa dos fatos de Santos de 1892, quando o comandante de um vapor italiano foi preso por questões com oficiais da polícia e acabou falecendo na cadeia de febre amarela. Segundo os redatores do periódico, o cônsul

²⁴ *Relatório apresentado ao Secretário dos Negócios da Justiça do Estado de São Paulo pelo Chefe de Polícia Theodoro Dias de Carvalho Júnior em 31 de janeiro de 1895*. Op. cit. p. 22; relatório do cônsul italiano em São Paulo, Edoardo Compans de Brichanteau, ao Ministero degli Affari Esteri, São Paulo, 28/3/1894, ASMAE, Série Polizia Internazionale, b. 47, apud Isabelle Felici. Op. cit., p. 326.

²⁵ Isabelle Felici. Op. cit., p. 93.

²⁶ Ofício da Secretaria de Estado dos Negócios do Interior de São Paulo ao chefe de polícia de idem, 21/10/1893, Acervo Permanente – Polícia – C2759, AESP; Isabelle Felici. Op. cit., p. 91.

²⁷ “Il Conte Brichanteau” *Avanti!*, nº 26, 13-14/4/1901.

²⁸ Ver o Inquérito policial sobre as ocorrências havidas nesta capital durante os dias 22 a 25 de agosto, Repartição Central da Polícia do Estado, 28/8/1896, Acervo Permanente – Polícia – C2836, AESP

teria se aproveitado da convulsão social que tomava o país por causa da Revolta da Armada para “incitar, insistir, ameaçar o governo paulista” a pagar as indenizações reclamadas.²⁹

Apesar de ter sempre negado envolvimento com a prisão dos italianos naquele abril de 1894, partiu efetivamente do cônsul um relatório contendo uma lista de onze indivíduos que identificou como anarquistas.³⁰ Neste documento, apresentou uma hierarquia no interior do que descreveu como “associação funesta”: havia os cabeças do movimento e outros de menor importância, mas todos trabalhariam para a divulgação das idéias libertárias e estariam inclusive preparando manifestações violentas.³¹ Seu relatório foi enviado ao Ministero degli Affari Esteri e visava a estimular a interferência das autoridades italianas na questão, qual seja, a expulsão do território brasileiro dos indivíduos acusados. Além de listar as atividades subversivas em que os emigrantes estiveram e estavam envolvidos antes de sua vinda e depois de sua instalação em São Paulo, Brichanteau solicitava sobretudo que o governo italiano confirmasse que “nenhuma reclamação [seria] feita pelo Governo Régio acerca da expulsão, no próximo 1º de maio, de todos os principais anarquistas italianos que aqui se encontram”.³² Procurava, assim, assegurar que a deportação contaria com o apoio do governo italiano, diferentemente do que acontecera no ano anterior, quando a expulsão de oito imigrantes italianos como suspeitos de anarquismo motivou fortes reações da Itália.³³

Por outro lado, Brichanteau sugeriu em seu relatório que ou já contatara as autoridades brasileiras ou estava prestes a fazê-lo, ao afirmar que suas “relações pessoais com o Presidente do estado e com seus ministros [eram] suficientes neste momento para assegurar sua válida e pronta cooperação para erradicar a má planta, obtendo, antes de maio próximo vindouro, a expulsão de todos os dirigentes anarquistas.”³⁴ Não há mais indícios de quando ou como foi repassada a denúncia para as autoridades brasileiras, mas já nos primeiros dias de abril, Brichanteau enviou um telegrama ao Ministério dos Negócios Exteriores italiano afirmando que o presidente do estado de São Paulo havia decidido,

²⁹ “Il Conte Brichanteau” *Avanti!*, nº 26, 13-14/4/1901.

³⁰ Isabelle Felici. Op. cit., p. 92. Sobre a negativa do cônsul, ver Felici, p. 374, nota 504; “Finalmente” *L’Avvenire*, nº 3, 16/12 1894.

³¹ Relatório do cônsul italiano em São Paulo, Edoardo Compans de Brichanteau, ao Ministero degli Affari Esteri, São Paulo, 28/3/1894, op. cit., p. 326.

³² *Idem*, p. 328.

³³ Ver capítulo II – “Imigrantes Anarquistas” desta tese. Ver também Isabelle Felici, op. cit., p. 90.

³⁴ Relatório do cônsul italiano em São Paulo, Edoardo Compans de Brichanteau, ao Ministero degli Affari Esteri, São Paulo, 28/3/1894, op. cit., p. 327

“mesmo antes que fossem presos, deportar os anarquistas italianos residentes em São Paulo e bem conhecidos pelo consulado”;³⁵ além disso, entre a correspondência passiva do chefe de polícia, com datas entre 15 e 30 de abril, havia uma lista muito semelhante àquela presente no relatório do cônsul italiano ao Ministério Italiano.³⁶ Os nomes dos indivíduos arrolados são praticamente os mesmos; as informações sobre os italianos, como se verá mais abaixo, também se colavam aos dados fornecidos por Brichateau ao Ministério italiano, constando tanto ações dos migrantes em seu país natal, como as atividades em que estavam engajados em São Paulo. O documento não está datado ou assinado, constando apenas visto de 18/4/1894 e a seguinte observação: “Dê-se cópia ao cidadão Louzada”, chefe dos agentes extranumerários ou secretos do estado de São Paulo, corporação à qual coube realizar boa parte da prisão de anarquistas nesses anos de 1890.

A acusação de que os onze italianos constantes da lista enviada às autoridades italianas eram anarquistas estava relacionada às ações e iniciativas de alguns deles, assim como às sanções já sofridas pelos mesmos homens junto às polícias italianas e paulistas. Entre eles encontravam-se indivíduos já conhecidos pela polícia paulista: Vezzani, que constou no relatório ser originário de Parma, na Itália; assíduo colaborador de *L'Asino Umano* entre 1893 e 1894, foi porém acusado por Brichateau de ser diretor daquele periódico, de ser também um dos dirigentes da “funesta associação” e “pintor processado na Itália como membro de associações de malfeitores”; e Galileo Botti, que fundara *Gli Schiavi Bianchi* em 1892 e foi denunciado pelo cônsul como um anarquista “de menor importância”, junto com vários outros, inclusive Ricci B. Alpinolo, que participou da redação do número único *Primo Maggio*, em 1892.³⁷

Na lista que chegou às mãos do chefe de polícia de São Paulo, as observações sobre Vezzani são idênticas às do relatório enviado às autoridades italianas, mas no que diz respeito a Galileo Botti, as informações fornecidas pelo cônsul italiano parecem ter sido complementadas por aquilo que a polícia paulista já sabia sobre o imigrante. Nela, consta que “A. (sic) Botti” fora “expulso do Brasil e fugido para a Bahia, donde voltou depois de

³⁵ Telegrama de Brichateau ao Ministero degli Affari Esteri (MAE), 4/4/1894, ASMAE, Seria polizia Internazionale, b. 47, apud Isabelle Felici. Op. cit., p. 95.

³⁶ Lista anônima arquivada no maço “1894 – Delegados de 15 a 30 de abril – Recebidos” Acervo Permanente – Polícia – C2773, AESP.

³⁷ Idem, ibidem. Ainda que não haja dúvida a quem o cônsul se referia, o nome de Vezzani não aparece correto na lista de Brichateau – ao invés do prenome Felice, consta Giovanni. Sobre *Primo Maggio*, ver Isabelle Felici, Op. cit., p. 85.

alguns meses para São Paulo”, além de ser acusado de ser “ex-diretor do jornalzinho anárquico *Asino*” e ter sido “várias vezes processado na Itália como anarquista” – informação esta que não aparecera no inquérito aberto dois anos antes contra ele.³⁸ Sobre Alpinolo, também foram acrescentados alguns dados: além de tipógrafo empregado no periódico *Diário de Campinas*, ele era “anarquista propagandista” – conclusão a que devem ter chegado por causa de sua profissão de tipógrafo. Ainda que a acusação de anarquista contra esses indivíduos pudesse merecer maiores discussões, o debate torna-se menos importante frente a outros nomes também arrolados por Brichanteau em seu relatório por uma série de razões: Alpinolo efetivamente participara da publicação de um dos primeiro periódicos – *Primo Maggio* – a divulgar princípios libertários em São Paulo e a ser considerado anarquista; desde junho de 1893, o epíteto de “anarquista” acompanhava o nome de Botti em ofícios policiais em São Paulo; Vezzani, por sua vez, era membro do Centro Socialista Internacional e contribuíra ativamente com o jornal *L’Asino Umano* – suspenso dois dias antes do envio do relatório diplomático e que publicara artigos elogiosos aos partidários do anarquismo.³⁹

Entre os outros supostos cabeças da associação anarquista fundada em São Paulo, a acusação de filiação ao anarquismo era mais complexa: Brichanteau listou Vitaliano Rotellini, afirmando que este fora “expulso de sociedades anárquicas de Roma a Milão por ter causado a prisão de alguns anarquistas pela polícia” e que em São Paulo era “diretor do jornalzinho anarquista-socialista *Il Fanfulla*”; na lista presente na correspondência passiva do chefe de polícia, constava a afirmação de que ele era “pago pela Polícia como espião secreto” e era “perigoso porque no momento oportuno unir-se-á aos anarquistas aos quais sempre pertenceu.”⁴⁰ Nesses dois documentos, não aparecem as fontes dos dados fornecidos ao Ministério italiano e ao chefe de polícia de São Paulo, mas o cônsul procurou informar-se junto à Direção Geral de Polícia, em Roma, sobre as ações de Rotellini quando ainda na Itália.⁴¹ Segundo este órgão, que prestara atenção a suas atividades a partir de

³⁸ Lista anônima arquivada no maço “1894 – Delegados de 15 a 30 de abril – Recebidos” Doc. cit. Vale mencionar que ao lado das observações sobre Vezzani e Botti, constava a seguinte observação “Está preso”.

³⁹ Sobre a suspensão de *L’Asino Umano* e a atuação de Felice Vezzani, ver itens “*L’Asino Umano e La Bestia Umana*” e “*L’Avvenire*” do capítulo III – “Pensamento e Dinamite”.

⁴⁰ Lista anônima arquivada no maço “1894 – Delegados de 15 a 30 de abril – Recebidos” Doc. Cit.

⁴¹ Cópia de ofício da Direção Geral de Polícia, em Roma, ao Real Consulado da Itália, em São Paulo, sem data, anexo ao ofício reservado do cônsul italiano ao Secretário de Justiça de São Paulo, 13/6/1894, Acervo Permanente – Polícia – C2772, AESP.

1883, Rotellini era tipógrafo e pertencia ao “partido socialista anárquico” havia muitos anos. Teria chamado “a atenção da autoridade de Segurança Pública por ter imprimido manifestos subversivos” em Milão, em 1884, mudando-se em seguida para Torino, “onde colaborou com o jornal anárquico *Proximus Anus* (jornal anarquista suspenso).” Pouco antes de deixar a Itália, em 1890, teria voltado a Roma, onde se mantivera “sempre em relação com os mais notáveis socialistas anárquicos daqui e de outras cidades.”⁴²

O cônsul italiano também fez menção ao jornalista Domenico Rangoni, de Modena, que teria sido “condenado a 5 anos de reclusão a Medicina, em Bolonha, por apropriação indébita de mais de 200 mil francos” e que, em São Paulo, dirigia o jornal socialista *Il Lavoro*.⁴³ Rangoni teria chegado em São Paulo em 1890 e, sobre ele, Isabelle Felici afirmou apenas que era empresário, e Franco Cenni, em seu *Italianos no Brasil*, relacionou-o com a fundação de *Il Messaggero*, em 1891, e com a criação da Companhia Editora ítalo Paulista, “que se propunha criar um centro difusor da cultura italiana e de intercâmbio cultural com o Brasil, publicando livros nos dois idiomas, manuais para os imigrantes.”⁴⁴ Também foi autor do folheto *Il lavoro collettivo degli italiani al Brasile* (S. Paulo, 1902), em que discute a fraqueza de organizações fundadas em São Paulo em benefício dos imigrantes italianos, como as de caridade, de socorro mutuo.

Brichanteau também comprometeu em sua denúncia às autoridades italianas o engenheiro italiano Alcibiade Bertolotti, originário de Modena, afirmando que ele havia sido “processado várias vezes na Itália como anarquista”. A lista enviada ao chefe de polícia reforçava a idéia de que ele era anarquista e trazia a informação de que o italiano era “empregado como engenheiro na Imigração” e diretor de *L’Asino*.⁴⁵ Segundo Isabelle Felici, porém, Bertolotti era socialista, fundador do jornal *Il Messaggero* e futuro

⁴² Idem. Não há referência de quando o cônsul recebeu o ofício que encaminhou ao Secretário de Segurança Pública de São Paulo em junho de 1894, sendo possível até que, à época da denúncia inicial contra o diretor de *Fanfulla*, Brinchanteau ainda não o tivesse recebido. O documento, no entanto, foi utilizado pela autoridade diplomática para reiterar as acusações que fizera meses antes, sem o resultado esperado, qual seja, a prisão e deportação de Rotellini. Novamente, suas intenções não se cumpriram e Rotellini permaneceu em liberdade.

⁴³ Relatório do cônsul italiano em São Paulo, Edoardo Compans de Brichanteau, ao Ministero degli Affari Esteri, São Paulo, 28/3/1894, op. cit., p. 326. Da lista recebida pelo chefe de polícia de São Paulo, constam as exatas mesmas informações. (Lista anônima arquivada no maço “1894 – Delegados de 15 a 30 de abril – Recebidos” Doc. Cit.)

⁴⁴ Domenico Rangoni. *Il lavoro collettivo degli italiani al Brasile*. São Paulo, 1902; Franco Cenni. *Italianos no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003, p. 344; Isabelle Felici, op. cit., p. 93.

⁴⁵ Lista anônima arquivada no maço “1894 – Delegados de 15 a 30 de abril – Recebidos” doc. cit.

colaborador do jornal *Avanti!*, que viria a lume em 1900.⁴⁶ Franco Cenni reforçou a atitude engajada de Bertolotti, sem, no entanto, relacioná-lo a iniciativas anarquistas em território brasileiro: Cenni afirmou que o engenheiro teria se exilado da Itália “por causa de suas idéias socialistas extremistas” em 1890, também contribuindo para a fundação da Lega Democratica Italiana uma década mais tarde, que se transformaria em Círculo Socialista, o qual, por sua vez, viria a desempenhar papel importante nas “primeiras grandes greves na Vidraria Santa Marina (cujos operários eram quase todos italianos).”⁴⁷ Porém sublinhou sua atuação como engenheiro em São Paulo, onde teria trabalhado ativamente desde sua chegada: em 1891, fora nomeado, por concurso, diretor da Seção de Obras Públicas; também assinou o projeto e dirigiu a construção da Câmara Municipal, no largo do Tesouro; foi responsável por palácios residenciais na rua Florêncio de Abreu, por parte da infra-estrutura da fazenda dos irmãos Puglisi, em Piracicaba, e por importantes fábricas de cerâmica em Calmon Viana, atualmente distrito de Poá, a leste da cidade de São Paulo.⁴⁸

O cônsul também identificou em sua lista anarquistas de “menor importância”, como Botti e outros italianos – Castellano, Massardo, Bonocore, Gastaldetti e Aniceto Masone – sobre os quais não forneceu então maiores informações.⁴⁹ Os dados sobre estes se encontram na lista enviada ao chefe de polícia.

Segundo essa lista, Castellano era de Torino, onde era “muitíssimo conhecido” pela polícia por ser anarquista e já fora “condenado na Itália como pertencente a associações de malfetores.” Sobre Emilio Massardo – pintor socialista que publicara alguns artigos em *L’Asino Umano* e tivera seu nome citado como um dos oradores da comemoração da Comuna de Paris organizada por *L’Asino Umano* em 18 de março daquele ano –, lia-se apenas que não podiam ser “dadas hoje muitas informações”, sendo dito porém que era anarquista e vivia em companhia dos outros companheiros.⁵⁰ Já Bonocore, que também

⁴⁶ Isabelle Felici. Op. cit., p. 93. Sobre o jornal *Avanti!*, ver a “Introdução” da dissertação de mestrado da autora. (Claudia Feierabend Baeta Leal. *Anarquismo em verso e prosa – Literatura e propaganda na imprensa libertária em São Paulo (1900-1916)*. Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Teoria Literária do Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp, Campinas, 1999, p. 24.)

⁴⁷ Fraco Cenni. *Italiano no Brasil*. Op. cit., p. 361 e 400.

⁴⁸ Idem; ver também a página com informações biográficas de Alcibiade Bertolotti: <http://64.233.161.104/search?q=cache:A5Ecky4ghskJ:biblioteche2.comune.parma.it/lasagni/Lettera%2520B%2520indice.htm+%22Alcibiade+Bertolotti%22&hl=pt-BR>

⁴⁹ Idem.

⁵⁰ Emilio Massardo. “Il Duello” *L’Asino Umano*, nº 14, 3/12/1893; idem. “Spropositi professionale” *L’Asino Umano*, nº 28, 25/3/1894; “Commemorazione delle Comune di Parigi” *L’Asino Umano*, nº 28, 25/3/1894. O nome apresentado pelo cônsul italiano em seu relatório ao Ministério italiano e transcrito na lista repassada ao

teria sido processado na Itália por participar das tais “associações de malfeitores”, viera de Nápoles e era tido como “perigoso pela propaganda que faz das idéias anárquicas.” O perigo, porém, não estava relacionado à mera difusão de princípios libertários, mas sim à forma que aparentemente utilizava para fazê-lo: constava que ele era “dinamitista”.

O temor em relação a explosões e manifestações materiais apareceu em outros trechos do rol de suspeitos de anarquistas. Sobre Eugenio Gastaldetti, italiano que foi preso e permaneceu detido por vários meses junto com Botti e Vezzani, foi dito que era de Torino (como Castellano), tipógrafo “empregado na Typographia Seckler, à Rua 25 de março”, em São Paulo; além disso, afirmou-se que era “dinamitista”, “perigosíssimo” e “propagandista da destruição dos burgueses pela dinamite.”⁵¹ Aniceto Masone, por sua vez, toscano, engenheiro e empregado na repartição de Águas e Esgotos em São Paulo, contava com dois fatores de desabono – menos e mais graves: além de ser acusado de ter colaborado com *L’Asino*, foi apontado como “anarquista perigosíssimo” e “diz-se que possui a receita (fórmula) para o fabrico de bombas de dinamite”.⁵²

Para além das intenções do cônsul de se livrar de antagonistas da coroa italiana e de seus temores e fantasias iconoclastas, certamente pesou na denúncia desta autoridade diplomática as efetivas movimentações de alguns italianos na capital paulista. A acusação que Felice Vezzani viria a fazer no artigo publicado por *L’Avvenire*, de que “o cônsul e alguns cabeças da colônia italiana de São Paulo estavam furiosos por causa da publicação do jornal satírico *L’Asino Umano*”, não deixa de ter sua relevância para entender as motivações da denúncia de Brichanteau.⁵³ Ainda que o pintor italiano estivesse claramente valorizando a obra e a iniciativa com que estivera envolvido, as críticas e provocações que o periódico em questão lançou contra o cônsul não passaram despercebidas a este. Isabelle Felici sublinhou, por exemplo, que “Brinchanteau poderia ter se irritado com a maneira como foi tratado por alguns”, citando passagens de artigos publicados por *L’Asino Umano*.⁵⁴ Existem também vários indícios que o cônsul tivera acesso pelo menos à última

chefe de polícia é Massarano; porém, é muito provável que a autoridade diplomática estivesse fazendo referência ao socialista Emilio Massardo, que apareceu na relação que o jornal *Avanti!* fez em 1901 dos indivíduos que teriam figurado da lista composta por Brichanteau. (“Il Conte Brichanteau” *Avanti!*, nº 26, 13-14/4/1901)

⁵¹ Ao lado de seu nome, também constava a observação “Está preso”.

⁵² Lista anônima arquivada no maço “1894 – Delegados de 15 a 30 de abril – Recebidos” Doc. cit.

⁵³ Felice Vezzani. “Per gli arrestati” nº 2, 2/12/1894.

⁵⁴ Isabelle Felici. Op. cit., p. 93.

edição de *L'Asino Umano* e possivelmente a algumas anteriores, como se pode perceber pelas referências que fez em seu relatório ao Ministero degli Affari Esteri. Não se trata apenas da menção aos “jornaisinhos anárquicos” que afirmou terem aparecido sob responsabilidade dos anarquistas residentes em São Paulo, mas a assuntos pontuais tratados por *L'Asino Umano* em suas últimas edições e comentados pelo cônsul em seu relatório:

“Os anarquistas, depois de terem protestado nos seus jornais contra a festa promovida por este consulado por ocasião do aniversário de Sua Majestade, que esses chamam de ‘Ranieri do Carignano’, fizeram, em 15 de março, uma comemoração da Comuna de Paris e estão trabalhando para afirmar suas idéias talvez até materialmente no 1º de Maio próximo vindouro, não querendo talvez se mostrarem menos zelosos do que os companheiros deixados na Europa.”⁵⁵ (grifos no original)

Neste trecho, o relatório do cônsul italiano praticamente passou em revista alguns dos artigos e notas publicados por *L'Asino Umano* em suas últimas edições. Em parte, e por causa dos poucos exemplares disponíveis desse periódico, é necessário lançar mão de suposições para recuperar as referências de Brichanteau em sua missiva: sobre os protestos que os anarquistas teriam feito “nos seus jornais” contra a comemoração do aniversário do rei Umberto I – que se dera no dia 14 de março –, é provável que tivesse havido notas críticas na edição de 18 de março de *L'Asino Umano* (a qual não foi recuperada pelos arquivos de imprensa social). Por outro lado, a menção à comemoração da Comuna de Paris no dia 18 – e não no dia 15, como afirmou o cônsul – é uma evidente referência ao relato sobre as festividades presente na edição de 25 de março. Anunciados por *L'Asino Umano* com antecedência e narrados na edição do domingo seguinte, os festejos contaram com a presença dos sócios do Centro, de “muitos companheiros e operários” e foram descritos como “uma boa afirmação do partido socialista em São Paulo”. Segundo *L'Asino*, várias pessoas discursaram, entre as quais Emilio Massardo, que tratou do “período histórico que precedeu a Comuna e aquele que se seguiu (...), concluindo (...) com fatos irrefutáveis que o socialismo está próximo de sua realização e nenhuma força o poderá deter”; e “o companheiro Alcibiade Bertolotti, com o ímpeto e o ânimo de um verdadeiro orador”, que teria procurado demonstrar que as causas que determinaram a Comuna – “o deságio econômico, a injustiça social” – não haviam desaparecido.⁵⁶ É possível que um fator levado

⁵⁵ Relatório do cônsul italiano em São Paulo, Edoardo Compans de Brichanteau, ao Ministero degli Affari Esteri, São Paulo, 28/3/1894, op. cit., p. 326.

⁵⁶ “Commemorazione delle Comum di Parigi” *L'Asino Umano*, nº28, 25/3/1894.

em conta pelo cônsul italiano contra o pintor Massardo e o engenheiro Bertolotti, apontados como anarquistas em seu relatório, tenha sido sua participação nessa comemoração.

No relatório consular, houve ainda menção às preparações para o “1º de Maio próximo vindouro”, para as quais o Centro Socialista Internacional convocara uma assembléia que *L’Asino Umano* anunciou em seu número de 25 de março – três dias antes do envio do relatório consular.⁵⁷ A suspeita de manifestações que se dariam “materialmente” foi certamente uma interpretação de Brichanteau, ou mesmo uma estratégia para reforçar a caracterização dos suspeitos como anarquistas e para alarmar as autoridades na Itália.

Em outro momento de seu relatório, alertando para os perigos do desenvolvimento do movimento nascente e da propaganda desenvolvida pelos periódicos mantidos pelos anarquistas, Brinchanteau afirmou que os libertários já haviam encontrado simpatizantes e que, “ultimamente, depois dos movimentos dos Sicilianos da Lunigiana [sic], tais jornais conseguiram recolher uma certa soma ‘para ajudar os irmãos anarquistas vítimas do chumbo monárquico-burguês.’”⁵⁸ (grifos no original). De fato, na edição de 11 de março, *L’Asino* havia publicado uma longa lista de subscrição “a favor das vítimas de Sicília e Carrara”, subscrição esta que já vinha sendo feita havia mais tempo.⁵⁹ Nova lista, publicada dois números mais tarde, indicava o valor arrecadado na semana precedente e as mais recentes contribuições.⁶⁰ Restaria encontrar o trecho que o cônsul transcreveu em seu relatório, fazendo alusão aos beneficiados pela subscrição – “os irmãos anarquistas vítimas

⁵⁷ Idem. No mesmo número, lê-se o seguinte convite: “Centro Socialista Internacional – Hoje, às duas da tarde, assembléia para preparar a manifestação do Primeiro de Maio” *L’Asino Umano*, nº 28, 25/3/1894.

⁵⁸ Relatório do cônsul italiano em São Paulo, Edoardo Compans de Brichanteau, ao Ministero degli Affari Esteri, São Paulo, 28/3/1894, op. cit., 326. No final de 1893, explodiram na Sicília uma série de revoltas contra a carestia de vida. A resposta de Francesco Crispi, logo nos primeiros dias de janeiro, foi decretar o estado de sítio na ilha e despachar milhares de soldados para reprimir os insurretos. Além de várias prisões, a ação militar resultou também em manifestações de apoio na península, contando inclusive com motins armados de grupos anarquistas; nova reação do governo contra os manifestantes, desta vez em Carrara, que foram recebidos a tiros quando tentaram entrar na cidade. O estado de sítio foi estendido à região da Lunigiana e uma onda repressiva contra anarquistas e demais solidários dos insurretos da Sicília e de Carrara foram largamente perseguidos. Sobre esses eventos, ver, por exemplo, Pier Carlo Masini. *Storia degli anarchici italiani – da Bakunin a Malatesta (1862-1892)* Milão: Rizzoli Editore, 1969; idem. *Storia degli anarchici nell’epoca degli attentati*. Milão: Rizzoli Editore, 1981; Nunzio Pernicone. *Italian Anarchism, 1864-1892*. Princeton. New Jersey: Princeton University Press, 1993 (em especial, o epílogo: “1892-1900).

⁵⁹ “Sottoscrizione a favore delle vittime di Sicilia e Carrara” *L’Asino Umano*, nº 26, 11/3/1894. Até aquela data, já haviam sido recolhidos mais de 460\$000 e a soma mais recente totalizava aproximadamente 530\$000.

⁶⁰ “Sottoscrizione a favore delle vittime di Sicilia e Carrara” *L’Asino Umano*, nº 28, 25/3/1894.

do chumbo monárquico-burguês” –, mas esse poderia muito bem estar em algumas das edições não disponíveis de *L’Asino Umano*.

A leitura de *L’Asino Umano*, um dos possíveis “jornaisinhos anárquicos” que Brinchanteau mostrara conhecer, pode também ter contribuído para identificar mais indivíduos envolvidos com a publicação daquele periódico e participantes do “núcleo de anarquistas” apontado pelo cônsul – talvez não apenas aos olhos desta autoridade italiana, mas principalmente frente à polícia paulista. Uma forma que pode ser utilizada pelos pesquisadores contemporâneos para identificar sujeitos envolvidos com a publicação dos periódicos anarquistas e, conseqüentemente, com as idéias por eles divulgadas é acompanhar as listas de subscrição em favor dos jornais, normalmente publicadas em suas colunas.⁶¹ Mais do que as assinaturas dos artigos, que pressuporiam alguma habilidade ou talento para a escrita, os nomes presentes nas listas de subscrição singularizavam colaboradores que permaneceriam anônimos, não fossem esses arrolamentos. No entanto, a publicação de seus nomes poderia também ser utilizada em outro tipo de pesquisa – naquela realizada por agentes policiais para identificar militantes libertários e simpatizantes do anarquismo. Isabelle Felici afirmou, por exemplo, que o jornal *L’Avvenire* procurou evitar as medidas repressivas contra seus redatores – não publicando mais artigos assinados ou identificando seus autores –, assim como contra seus leitores: “nenhum endereço era mais impresso e os subscritores manifestavam-se apenas pelas iniciais ou prenomes”.⁶²

As listas de subscrição publicadas por *L’Asino Umano* poderiam, portanto, ajudar a entender as diferenças entre a lista de acusados pelo cônsul em seu relatório, e dos indivíduos detidos em 15 de abril de 1894, uma vez que apenas três nomes coincidem –

⁶¹ A subscrição voluntária viria a ser utilizada por vários jornais anarquistas como uma importante forma de sustento e divulgação dos periódicos, através da qual leitores enviavam quantias quaisquer para contribuir com a manutenção do jornal e recebiam exemplares que doavam ou vendiam. A lista dos subscritos era normalmente publicada nas páginas finais dos jornais, estabelecendo um forte vínculo entre eles e o próprio periódico. Na minha dissertação de mestrado, discuto a importância dessa forma de distribuição de exemplares, assim com as diferenças entre a assinatura e a subscrição dos periódicos. (Claudia Feierabend Baeta Leal. Op. cit., p. 75.)

⁶² Isabelle Felici. Op. cit., p. 97. Uma alternativa que viria a ser utilizada para evitar a exposição daqueles que desejassem colaborar com o sustento dos jornais anarquistas em tempos de maior repressão foi assinatura do periódico, proposta como uma maneira menos comprometedora de se ter acesso ao jornal, já que os assinantes não tinham seus nomes publicamente divulgados (Cf. “*O Amigo do Povo* semanal” *O Amigo do Povo*, nº 45, 6/3/1904.) Nesse mesmo sentido, o periódico libertário paulista *A Terra Livre*, fundado em 1905, definiu no “Expediente” de seu primeiro número que “Os nomes ou pseudônimos dos subscritores voluntários serão publicados no lugar competente; mas não assim os dos assinantes, a quem o administrador passará recibos publicando só a importância recebida.” (“Expediente” *A Terra Livre*, nº 1, 23/12/1905)

Vezzani, Botti e Eugênio Gastaldetti. As listas em favor das vítimas de Sicília e Carrara, porém, não trouxeram nenhum dos sujeitos mencionados na correspondência consular ou mesmo dos presos pela polícia paulista pouco depois, e mesmo a lista de “Subscrição para a aquisição de tipos” – cuja finalidade era “implantar uma pequena tipografia que servirá para a publicação de opúsculos de propaganda socialista, assim como de *L’Asino*” –, constam os nomes de Vezzani e de apenas mais dois dos presos como anarquistas: Antonio Mafucci e Serafino Suppo.⁶³ Resta, portanto, a fim de melhor entender os mecanismos acionados nessa grande ação policial, atentar para as motivações do cônsul italiano e suas relações com seus compatriotas, com as autoridades paulistas e mesmo italianas; para as determinações repressivas do governo e da polícia paulista e federal; e, acima de tudo, para a agência dos indivíduos detidos, suas motivações, aspirações, o sentido que davam à suas ações e a experiência militante.

Na prisão número 2 da Luz

Depois de presos, os imigrantes teriam sido submetidos a um interrogatório e diz-se que um inquérito foi aberto, dos quais, entretanto, só se tem referências vagas e esparsas, não tendo sido possível encontrá-los. Alguns dos movimentos dos presos, no entanto, puderam ser acompanhados: dos “dezesesseis ou dezessete” detidos na tarde de 15 de abril, quatorze foram levados à Cadeia Municipal de São Paulo no dia seguinte como “suspeitos”, como constou do relatório diário do carcereiro dessa instituição.⁶⁴ Recolhidos à prisão número 2 da Cadeia Municipal de São Paulo, localizada na freguesia da Luz, alguns foram fotografados na própria Correção em 19 de abril.⁶⁵ Em lista da seção de “Fotografia da Polícia de São Paulo”, consta que foram então identificados como “Socialistas e anarquistas”.⁶⁶

⁶³ “Sottoscrizione per l’acquisto di tipi” *L’Asino Umano*, n^{os} 26 e 28, 11 e 25/3/1894.

⁶⁴ “Relação dos presos existentes à disposição de diversas autoridades” - Relatório diário do carcereiro da Cadeia Pública da Capital, Antonio José das Chagas Júnior, 17/4/1894, Acervo Permanente – Polícia – C2786, AESP.

⁶⁵ Nas cartas que enviaram ao chefe de polícia, os presos referiram-se à prisão número 2 como o local de onde escreviam. Interessantemente, foi a mesma prisão em que ficaram os anarquistas presos em 1895.

⁶⁶ “Fotografia da Polícia de São Paulo – Socialistas e anarquistas retratados na correção no dia 19 de abril de 1894 à ordem do Sr. Dr. Chefe de Polícia” Acervo Permanente – Polícia – C2741, AESP; *Relatório apresentado ao Secretário dos Negócios da Justiça do Estado de São Paulo pelo Chefe de Polícia Theodoro Dias de Carvalho Júnior em 31 de janeiro de 1895*. São Paulo: Espindola, Siqueira & Comp., 1895,

As providências em relação aos presos parecem ter sido rapidamente acordadas: nesse mesmo dia 19, o Ministro da Justiça enviou um telegrama cifrado ao presidente de estado de São Paulo, Bernardino de Campos, comunicando que seriam concedidas as deportações dos “dinamitistas” que o presidente havia solicitado.⁶⁷ Há mesmo indícios de que a expulsão dos anarquistas havia sido decidida antes de sua prisão, como sugere o telegrama citado por Isabelle Felici e já mencionado aqui, em que o cônsul italiano informou ao Ministero degli Affari Esteri (MAE) em 4 de abril – ou seja, onze dias antes da ação policial em questão – que o presidente do estado de São Paulo havia decidido deportar os anarquistas residentes na capital paulista.⁶⁸

A efetivação da medida, no entanto, tardou ainda alguns meses: no fim de maio, o chefe de polícia de São Paulo recebeu um ofício reservado do secretário de Justiça, comunicando que o Governo já havia solicitado do Ministério da Justiça e dos Negócios Interiores “a precisa autorização para serem deportados os indivíduos mencionados (...), visto ter ficado provado em inquérito regular que esses indivíduos fazem parte de uma sociedade anarquista, sob a denominação Centro Socialista”.⁶⁹ Já o decreto de deportação contra os dez anarquistas italianos só foi assinado em 4 de junho daquele ano e, em meados do mês seguinte, os presos foram enviados para a Capital Federal para que lhes fosse dado o destino apropriado.⁷⁰

Aqueles que na época e mesmo mais tarde buscaram defender os italianos presos afirmaram que eles haviam sofrido “as torturas morais e físicas mais inqualificáveis”

“Fotografia Policial”, pp. 248-252. Vale mencionar que alguns dos indivíduos cujos nomes constam da lista de “Socialistas e anarquistas retratados na correção...” apareceram no *Relatório* do chefe de polícia como tendo sido presos por gatunagem, como Augusto Bargione, Eugenio Gasteldetti, Galileo Botti, Francesco Patteli, Arturo Campagnoli e outros. Sua prisão, no entanto, foi documentada por eles serem “anarquistas”.

⁶⁶ Felice Vezzani. “Per gli arrestati” n° 2, 2/12/1894; *Relatório apresentado ao Secretário dos Negócios da Justiça do Estado de São Paulo pelo Chefe de Polícia Theodoro Dias de Carvalho Júnior em 31 de janeiro de 1895*, op. cit., p. 5.

⁶⁷ Telegrama do Ministro da Justiça ao presidente do estado de São Paulo, 19/4/1894, Acervo Permanente – Polícia – C2772. O telegrama encontra-se decodificado, daí a possibilidade de análise do documento.

⁶⁸ Isabelle Felici. Op. cit. p. 95.

⁶⁹ Ofício reservado do secretário dos Negócios da Justiça ao chefe de polícia de São Paulo, 22/5/1894, Acervo Permanente – Polícia – C2772. Ainda que o secretário Siqueira Campos tenha afirmado que fora comprovado “em inquérito regular” que os imigrantes eram anarquistas, os presos reclamaram insistentemente que não houve a abertura de um inquérito que justificasse tão longa detenção. Mais adiante, vai-se tratar das questões legais e das reclamações dos imigrantes.

⁷⁰ *Relatório apresentado ao Secretário dos Negócios da Justiça do Estado de São Paulo pelo Chefe de Polícia Theodoro Dias de Carvalho Júnior em 31 de janeiro de 1895*, op. cit., p. 5.

durante o tempo em que permaneceram presos.⁷¹ Nos três meses que estiveram na prisão número 2 da Cadeia da Luz, localizada no piso térreo do prédio e com uma área de apenas 26 m², sofreram com as condições insalubres do cárcere e com o rigor do inverno que se avizinhava: o diretor da Cadeia, Manuel Baptista Pereira, teve inclusive de requisitar junto ao chefe de polícia com cobertores, com calças e camisas para os detentos mais necessitados.⁷² Segundo ele, a saúde de alguns presos começava a alterar-se, entre os quais alguns dos anarquistas. Eugenio Gastaldetti foi enviado à enfermaria na segunda quinzena de maio; Galileo Botti e Alfredo Capricci passaram alguns dias de junho sob cuidados médicos, enquanto Augusto Bargione baixou à enfermaria logo nos primeiros dias de sua prisão e lá permaneceu por quase todo o período em que esteve na cadeia paulista.⁷³ Seu estado de saúde causou grandes inquietações a sua esposa, que chegou inclusive a escrever ao chefe de polícia por volta de meados de junho, afirmando que a prisão havia causado muitos danos a seu físico e que temia por sua vida, caso ele permanecesse encarcerado.⁷⁴ Além de pedir sua libertação, apresentando argumentos em favor de seu marido e nomes de cidadãos que poderiam testemunhar em seu benefício, Giovanna Bargione se disse “infinitamente grata” ao chefe de polícia por ter podido visitar o esposo, direito que aparentemente não era concedido a todos, pois os presos estavam incomunicáveis.

Felice Vezzani assim afirmou no artigo publicado por *L'Avvenire* em dezembro de 1894, mas escrito em novembro, ainda na prisão do Rio de Janeiro. Segundo ele, teriam ficado “incomunicáveis nos horríveis cárceres de São Paulo até 20 de julho”, quando foram enviados à Capital Federal para serem eventualmente deportados.⁷⁵ Somente no Rio de Janeiro teriam recebido autorização para entrar em contato com “pessoas de coração” que pudessem interferir em seu favor. Durante sua estada na cadeia paulista, tiveram que

⁷¹ “Il Conte Brichanteau” *Avanti!*, nº 26, 13-14/4/1901.

⁷² Planta da Cadeia Pública da Capital, Acervo Permanente – Polícia – C6376; ofício do diretor da cadeia Pública da capital ao chefe de polícia de São Paulo, 21/5/1894, Acervo Permanente – Polícia – C2786, AESP.

⁷³ Em 9/5/1894, o nome de Augusto Bargione apareceu na lista de presos que haviam baixado à enfermaria, para deixar de aparecer em 14/5; no relatório do carcereiro de 20/5, seu nome constou novamente na lista dos presos doentes, como tendo baixado em 16/5, enquanto Gastaldetti fora internado naquele dia. Ambos deixaram de aparecer em 21/5, porém Bargione retornou em 22/5. Bargione voltou à enfermaria no dia 7/6, conforme o relatório de 8/6 e lá permaneceu até sua transferência para o Rio de Janeiro, em 19/7/94. Galileo Botti teria permanecido na enfermaria entre 8 e 11 de junho, enquanto Alfredo Capricci lá esteve do dia 14 a 19 do mesmo mês.

⁷⁴ Carta de Giovanna Bargione ao chefe de polícia de São Paulo, sem data, Acervo Permanente – Polícia – C2786, AESP. Apesar de a carta não estar datada, Giovanna Bargione afirmou que seu marido encontrava-se preso “há mais de dois meses” – o que corresponderia a meados de junho.

⁷⁵ Felice Vezzani. “Per gli arrestati” nº 2, 2/12/1894.

recorrer ao próprio chefe de polícia – foram encontradas cartas individuais de três deles e uma coletiva dirigidas a essa autoridade – e mesmo ao cônsul de sua nacionalidade, possivelmente através daquela chefatura.⁷⁶

É certo, porém, que houve tentativas mais ou menos bem sucedidas de comunicação com os presos e de interferência em seu favor. Foi possível encontrar algumas cartas junto à correspondência passiva do chefe de polícia, as quais foram dirigidas ora a essa autoridade, ora aos presos como anarquistas.⁷⁷ Um certo Gasparin, por exemplo, escreveu já em 19 de abril ao chefe de polícia, afirmando ter interesse no cidadão Arturo Campagnoli e pedindo que, se não houvesse inconveniente, o italiano fosse posto em liberdade.⁷⁸ O pedido foi arquivado junto com a informação de que “Arthur (sic) Campagnoli [fora] preso por anarquista e [estava] à disposição do dr. 5º delegado de polícia”, o que aparentemente bastava para invalidar a solicitação do cidadão Gasparin.⁷⁹ Data do mesmo dia uma carta dirigida a um dos presos, chamado apenas de “Compagni Carissimo”, e assinada por Pietro Mancuso, em que o remetente afirmava que, desde segunda-feira – um dia depois da detenção dos italianos –, vinha procurando agir em seu benefício, mas sem sucesso. No entanto, estava esperançoso, pois naquele mesmo dia iria falar com o patrão do destinatário e acreditava que este sairia prontamente da cadeia.⁸⁰ Em sua mensagem, há também menção a uma carta que teria recebido do destinatário e o pedido para que este respondesse brevemente, informando se precisava de algo: é possível, portanto, que a incomunicabilidade alegada por Vezzani não fosse tão restritiva e os presos tenham recebido licença para entrar em contato com amigos e familiares para relatar sua prisão, forma através do qual tanto Mancuso como Gasparin teriam ficado cientes da situação dos

⁷⁶ Eugenio Gastaldetti afirmou, em carta de 20/6/1894, que sua companheira, seus amigos e até ele haviam recorrido “às competentes autoridades brasileiras e ao Régio Cônsul italiano” para que lhe fosse restituída a liberdade. Carta de Eugenio Gastaldetti ao chefe de polícia de São Paulo, 20/6/1894, Acervo Permanente – Polícia – C2772, AESP.

⁷⁷ Ainda que nem todas as cartas apresentassem remetente ou destinatário claros, algumas foram encontradas junto a documentos referentes aos anarquistas e faziam referência à prisão do destinatário.

⁷⁸ Carta de Gasparin ao chefe de polícia de São Paulo, 19/4/1894, Acervo Permanente – Polícia – C2772, AESP.

⁷⁹ “Informação” anexada à carta de Gasparin ao chefe de polícia de São Paulo, 19/4/1894. doc. cit.

⁸⁰ Carta de Pietro Mancuso a “Compagno Carissimo”, 19/4/1894, Acervo Permanente – Polícia – C2781, AESP. É possível que a carta estivesse endereçada a Augusto Bargione, destinatário de missiva escrita em grafia muito semelhante e endereçada ao “Caro Augusto”, no verso de outra escrita por sua esposa, Giovanna. (Carta de Giovanna a “Caro Augusto”, sem data; carta de um “italiano” a “Caro Augusto”, sem data, Acervo Permanente – Polícia – C2781, AESP.)

italianos. Ou ainda que as cartas tenham saído escondidas da prisão de número 2 da Cadeia da Luz, pois algumas assim entraram - ou tentaram fazer entrar:

“Tendo ontem à tarde um dos carcereiros descoberto correspondência oculta no fundo falso das latas que eram trazidas com comedorias para o preso Arthur (sic) Campagnoli, tomei a deliberação de deixar detido nesta cadeia o portador das referidas latas, de nome Alexandre (sic) Campagnoli, irmão daquele preso.”⁸¹

A tentativa foi empregada pelo irmão de um dos detentos, Luciano – e não Alexandre – Campagnoli. Não era vedada a entrada de comida para os presos: além da entrega das latas de comidas por Luciano Campagnoli, Pietro Mancuso também afirmara que mandara um pouco de carne havia dois dias e que naquela mesma manhã enviaria um prato de macarrão para seu companheiro. As refeições, portanto, acabaram virando um veículo para o contrabando de cartas frente à crença de que o diretor da cadeia “[não] aceitava cartas para serem entregues aos presos”.⁸²

As cartas que tentaram fazer entrar na prisão número 2 e aquelas que os presos enviaram para as autoridades responsáveis ou companheiros (e foram apreendidas) trazem informações valiosas sobre as experiências dos presos dentro da cadeia e principalmente antes de serem detidos, assim como do contexto político e dos mecanismos legais (ou para-legais) acionados para os manterem presos.

Nos seus contatos com o chefe de polícia, os presos frisaram, em primeiro lugar, não saber o motivo porque estavam presos, alegando não terem cometido nenhum delito ou crime, não terem infringido lei alguma:

“Detidos no dia 15 de abril próximo passado em diversos pontos das vias públicas por agentes da polícia secreta, estamos ainda hoje presos nesta Casa de Detenção, sem termos cometido nenhuma ação contra a tranqüilidade individual ou pública, nem contrária às leis brasileiras ou àquelas da hospitalidade e da convivência social.

Até agora ainda não pudemos saber o motivo na nossa longa detenção, motivo de sofrimento para nós e para nossas famílias.”⁸³

⁸¹ Ofício do diretor da Cadeia Pública de São Paulo, Manuel Baptista Pereira, ao chefe de polícia de São Paulo, 9/5/1894, Acervo Permanente – Polícia – C2786, AESP.

⁸² Termo de declarações de Luciano Compagnoli ao quinto delegado de polícia, Paula Cândido, 9/5/1894, Acervo Permanente – Polícia – C2786, AESP. Em uma carta enviada a Augusto Bargione, possivelmente escrita por Pietro Mancuso (pelos motivos já explicitados na nota 80 acima), este afirmou que no domingo Bargione receberia um bilhete escondido dentro do macarrão e que ele devia, portanto, prestar atenção quando comesse. (Carta de um “italiano” a “Caro Augusto”, sem data, Acervo Permanente – Polícia – C2781, AESP.)

⁸³ Carta de Eugenio Gastaldetti, Serafino Supppo, Arturo Campagnoli, Alfredo Capricci, Francesco Patelli, Galileo Botti, Antonio Maffuci e Augusto Bargione ao chefe de polícia de São Paulo, 18/5/1894, doc. cit.

É certo, porém, que não estavam tão desinformados assim. A carta cujo trecho foi transcrito acima, assinada por oito dos dez presos em abril e datada de maio, não foi a primeira a ser enviada ao chefe de polícia, nem a primeira a recorrer a essa autoridade para que a liberdade lhes fosse restituída. Dois dias depois da prisão, Eugenio Gastaldetti, que também assinara a missiva em questão, escrevera ao chefe de polícia para igualmente perguntar o motivo de se encontrar detido, mas colocou a questão em outros termos: o italiano sabia da acusação que lhe faziam – “Acusam-me talvez de anarquismo, de dinamitismo?” –, porém procurou questionar a alegação jurídica contra eles e o processo legal a que estavam sendo submetidos.⁸⁴

A estratégia de que lançou mão procurava, antes de tudo, afirmar sua inocência frente às alegações de seu envolvimento com idéias e práticas subversivas e violentas. Por isso afirmou ser um erro a acusação de “anarquista” e “dinamitista” levantada contra ele e declarou ser um “homem muito moderado” em suas opiniões políticas, sociais e nas suas relações.⁸⁵ Também registrou ser “um pai de família e trabalhador honrado” – com isso, abriu duas frentes para tentar sensibilizar e convencer o chefe de polícia: ainda que em parte se afastasse da questão legal, apelando para a caridade da autoridade paulista ao invocar os sofrimentos de sua família, reforçou sua inserção no mundo do trabalho, justificativa primeira para a presença de um imigrante em um país estrangeiro e, a princípio, forte abono contra acusações de subversão.

O mesmo procedimento tiveram os outros italianos que se dirigiram a Theodoro Dias de Carvalho Júnior: na carta coletiva que lhe enviaram, afirmaram ser “operários laboriosos e honestos”, “pessoas tranqüilas, de bom costume e alheias a fazer ou provocar desordens”; Serafino Suppo, por sua vez, escreveu que sempre fora um “operário laborioso e capaz de assegurar (...) os meios de subsistência”.⁸⁶

Nesse sentido, também se referiram a pessoas que poderiam atestar seu bom proceder e sua condição de trabalhador: Giovanna Bargione citou dois cidadãos que

⁸⁴ Carta de Eugenio Gastaldetti ao chefe de polícia de São Paulo, 17/4/1894, doc. cit.

⁸⁵ Idem.

⁸⁶ Carta de Eugenio Gastaldetti, Serafino Suppo, Arturo Campagnoli, Alfredo Capricci, Francesco Patelli, Galileo Botti, Antonio Maffuci e Augusto Bargione ao chefe de polícia de São Paulo, 18/5/1894, doc. cit.; Carta de Serafino Suppo ao chefe de polícia de São Paulo, 18/6/1894, doc. cit.

poderiam comprovar a moralidade de seu marido;⁸⁷ Gastaldetti forneceu o nome de seu patrão na Seção de Artes Fotográficas da Companhia Industrial de São Paulo, onde trabalhava desde sua chegada em março de 1893;⁸⁸ Suppo afirmou que “milhares de cidadãos” que o conheciam, assim como seus patrões, poderiam dar fé de sua conduta;⁸⁹ e na carta coletiva enviada em maio, lê-se que os presos tinham condições de apresentar como testemunhas aqueles que lhes haviam oferecido trabalho e com quem se relacionavam – sempre relações em que salientavam seu pertencimento ao mundo do trabalho.⁹⁰

Serafino Suppo procurou até livrar-se da pecha de estrangeiro: ele afirmou que era cidadão naturalizado e eleitor em São Paulo, no que, entretanto, foi em seguida desmentido.⁹¹ Com essa declaração, tencionava possivelmente afirmar seu compromisso com a pátria que o recebera, mas também – senão principalmente – evitar a deportação, cujo decreto fora assinado duas semanas antes.

No entanto, dois dos presos, ainda que procurassem questionar os motivos por que se encontravam na cadeia, afirmaram seu comprometimento com as idéias que os haviam levado a participar daquela reunião no Centro Socialista Internacional:

“Qual crime ou delito eu cometi, eu não sei, mas temo que seja por causa das minhas opiniões um pouco radicais. Estive presente em uma reunião de uma sociedade da qual não pertencço, nem mesmo me pronunciei pois não houve necessidade e de lá saí como havia entrado, apesar de ter passado três quartos de hora em uma sala fechada, ao invés de passear.

Excelência! Acusai-me talvez de anarquismo, dinamitismo? É um erro, sou um homem muito moderado nas minhas opiniões políticas e sociais e mesmo nas minhas relações. Penso que o homem de coração deve fazer tudo que puder para que a sociedade humana progrida dentro da via moral, política e econômica. Isso é um crime? Eu acredito que não.”⁹² (grifos no original)

Deixando de lado a contradição patente no comentário de Gastaldetti sobre suas opiniões “um pouco radicais”, mas também moderadas, deve-se atentar para as acusações

⁸⁷ Carta de Giovanna Bargione ao chefe de polícia de São Paulo, doc. cit. Giovanna citou o doutor Iginio Pardacchi e o senhor Pessoa Mendez.

⁸⁸ Carta de Eugenio Gastaldetti ao chefe de polícia de São Paulo, 17/4/1894, doc. cit. Todavia, como foi visto acima, na lista recebida pela chefatura de polícia em abril de 1894, constava a informação de que Gastaldetti era tipógrafo “empregado na Typographia Seckler, à Rua 25 de março”. (Lista anônima arquivada no maço “1894 – Delegados de 15 a 30 de abril – Recebidos” Doc. cit.)

⁸⁹ Carta de Serafino Suppo ao chefe de polícia de São Paulo, 18/6/1894, doc. cit.

⁹⁰ Carta de Eugenio Gastaldetti, Serafino Suppo, Arturo Campagnoli, Alfredo Capricci, Francesco Patelli, Galileo Botti, Antonio Maffucci e Augusto Bargione ao chefe de polícia de São Paulo, 18/5/1894, doc. cit.; Carta de Serafino Suppo ao chefe de polícia de São Paulo, 18/6/1894, doc. cit.

⁹¹ Carta de Serafino Suppo ao chefe de polícia de São Paulo, 18/6/1894, doc. cit.; ofício do intendente municipal ao chefe de polícia de São Paulo, 21/6/1894, Acervo Permanente – Polícia – C2774, AESP.

⁹² Carta de Eugenio Gastaldetti ao chefe de polícia de São Paulo, 17/4/1894, doc. cit.

que procurou combater: em primeiro lugar, negou ser membro do Centro Socialista Internacional; em seguida, afastou seu envolvimento com o anarquismo e o apoio ao uso de explosivos, a defesa “da destruição dos burgueses pela dinamite” – como havia sido afirmado na lista que o chefe de polícia recebera.⁹³ No entanto, justificou sua presença naquela reunião ao afirmar seu comprometimento com princípios lá defendidos. O tipógrafo Gastaldetti sumarizou tais objetivos na defesa do progresso humano “dentro da via moral, política e econômica”. É possível também perceber nessa sua defesa da ação humana, da ação do “homem de coração” para o progresso político, moral e econômico a defesa de uma intervenção militante e proselitista na sociedade. Sem querer reproduzir a pressa com que o cônsul italiano e as autoridades paulistas aproximaram a função de tipógrafo da realização da propaganda anarquista, como se leu na lista anônima enviada para o chefe de polícia, não se pode, todavia, desprezar que sua profissão favorecia o envolvimento com a propaganda: além do próprio ato de impressão e do acesso a materiais para a publicação, tipógrafos tendiam a ter uma educação formal superior à de outros trabalhadores, propiciando a leitura e mesmo a composição de textos, artigos e manifestos.⁹⁴ No caso específico de Gastaldetti, sabe-se, pelas cartas que enviou ao chefe de polícia, que ele sabia escrever em italiano e em francês, e que, entre os dez presos, devia destacar-se na habilidade da escrita, pois foi ele que redigiu a carta coletiva que enviaram a Theodoro Dia de Carvalho Júnior.⁹⁵

Felice Vezzani, por sua vez, estendeu-se longamente para explicar sua fé em carta ao chefe de polícia:

“Incitado pela Sua Excelência a expor, por escrito, as razões que creio [dever] apresentar ao meu favor para reclamar a minha liberdade, eis-me aqui a fazê-lo.

Disse e repito que fui e sou socialista: sou socialista porque não compreendo como os bens que a natureza oferece para que todos os homens possam usufruir igualmente, esteja em posse e sob a dependência de uma pequena minoria de indivíduos privilegiados, os quais os gozam em seu benefício, privando ou concedendo apenas uma parte mínima à grande

⁹³ Lista anônima arquivada no maço “1894 – Delegados de 15 a 30 de abril – Recebidos” doc. cit.

⁹⁴ Sobre os tipógrafos, ver Maria Nazareth Ferreira. *A Imprensa Operária no Brasil (1880-1920)*. Petrópolis: Editora Vozes, 1978.

⁹⁵ A carta enviada por Gastaldetti em abril foi escrita em francês por ser esta língua “uma das mais conhecidas e [porque] o subscrito não sabe português nem poderia escrever nesse idioma.” (Carta de Eugenio Gastaldetti ao chefe de polícia de São Paulo, 17/4/1894, doc. cit.) Já a carta seguinte, datada de 20/6/1894, foi redigida em italiano, assim como a enviada em maio e assinada por oito dos dez presos (Carta de Eugenio Gastaldetti, Serafino Supppo, Arturo Campagnoli, Alfredo Capricci, Francesco Patelli, Galileo Botti, Antonio Maffuci e Augusto Bargione ao chefe de polícia de São Paulo, doc. cit). Comparando a grafia das cartas de Gastaldetti e da coletiva, percebe-se que é idêntica. Vale ainda atentar que Vezzani, que também era bastante hábil na arte da escrita, não assinou a missiva, provavelmente por se encontrar separado dos demais.

maioria, a qual, de forma geral, é a que mais trabalha e produz; criando, desta maneira, duas distintas classes adversárias.

E não compreendo como a vida que deveria ser toda voltada a buscar o bem comum, seja, ao invés disso, empregada em uma luta feroz pela existência, entre homem e homem, e gostaria que essa luta danosa e desumana se constituísse naquela do trabalho comum pelo bem de todos, [naquela] da solidariedade humana, do amor, da fraternidade de todos os povos, sem distinção de nacionalidade ou de raça.”⁹⁶

Além de procurar afirmar suas idéias políticas com grande convicção, criticando não os indivíduos, mas as “perversas instituições sociais do presente” pelos delitos contra o proletariado e defendendo que existiam “instituições que devem ser combatidas com a organização das forças operárias, com a palavra, com escritos, com o exemplo de honestidade escrupulosa, com a constância e com a fé”, Vezzani narrou sua formação militante. Declarou, desde logo, que nunca se furtara a contribuir com a propaganda das idéias socialistas e com a organização de sociedades de operários por acreditar que “onde haja um núcleo de operários associados, deve haver um socialista.” Ao longo das oito páginas manuscritas que compõem a carta ao chefe de polícia, o pintor italiano detalhou sua trajetória como militante de associações operárias socialistas na Itália, desde 1889, quando passou a “a pertencer ao número dos assim chamados socialistas militantes”, e depois, já em São Paulo.

Em Bolonha, onde residira, fora “conselheiro e depois vice-presidente da sociedade operário de Socorro Mútuo e Resistência de Bolonha, umas das primeiras associações operárias da Itália.” Também promoveu nessa cidade “conferências populares de ciências sociais, tendo sempre em vista a instrução do elemento operário, das quais participaram vários professores de Bolonha e alguns socialistas mais cultos”. Já em São Paulo, para onde migrara em 1893 por conta de um trabalho de pintura, teve contato com “companheiros de fé” e com eles fundou o Centro Socialista Internacional “para poder fazer propaganda da idéia socialista com conferências e publicações”. Sua participação na publicação dos jornais que circularam em São Paulo entre 1893 e 1894 (analisados no capítulo 3 desta tese, porém não mencionados nessa missiva) sugere a continuidade das iniciativas proselitistas de Vezzani.

Mesmo da prisão, procurou manter o contato com os companheiros em liberdade e com a propaganda: o primeiro número de *L'Avvenire* publicou um poema seu intitulado “In

⁹⁶ Carta de Felice Vezzani ao chefe de polícia de São Paulo, 7/7/1894, Acervo Permanente – Polícia – C2769, AESP.

morte di Alessandro III” [À morte de Alexandre III] e datado de 1º de novembro de 1894, dia da morte do czar. Vezzani ainda se encontrava nos cárceres do Rio de Janeiro, e lá deve ter recebido a notícia – que “rápido o telégrafo/ propaga em toda a terra” – da morte do déspota russo.⁹⁷ Escreveu em seguida a Bimbetti [possivelmente Giuseppe Consorti] para parabenizá-lo em seu nome e de seus companheiros presos pelo primeiro número de *L’Avvenire*, que trouxera “um raio de luz verdadeira” à sua prisão.⁹⁸ Além de alguns comentários sobre o artigo que tratava dos “presos em 15 de abril”, agradecia “pela inserção da poesia sobre o czar” e enviava, junto com a missiva, um longo poema intitulado “Il sole dell’avvenire” [O sol do porvir], que oferecia para ser publicado caso não houvesse coisas mais necessária para estampar nas páginas do periódico.⁹⁹ Mostrou ainda preocupação com o sustento do jornal, ao questionar se era verdadeiro o fato de *L’Avvenire* não custar nada, já que constava em seu cabeçalho e no editorial de apresentação que a folha era publicada por subscrição voluntária.¹⁰⁰ Despediu-se de seu interlocutor melancolicamente, mandando saudações a todos, de todos eles – “Salute a tutti, da tutti noi” e informando que não havia, até então, nada de novo. Sua prisão ainda duraria por aproximadamente três semanas, sem que, até o momento, tivessem-lhes sido apresentados documentos com uma acusação formal.

Motivos e justificativas

É interessante atentar para os motivos alegados por três partes envolvidas na prisão de abril de 1894 – a polícia paulista, a autoridade consular italiana e os detentos – não

⁹⁷ “In morte di Alessandro III” *L’Avvenire*, nº 1, 18/11/1894.

⁹⁸ Carta de Felice Vezzani a Bimbetti [Giuseppe Consorti?], 21/11/1894, Acervo Permanente – Polícia – C2781, AESP. A suposição de que Bimbetti fosse Giuseppe Consorti deve-se ao fato de a carta elogiar recém publicação do jornal *L’Avvenire*, pelo qual Consorti e outros eram então responsáveis. No artigo que Augusto Donati publicou n’*O Amigo do Povo* anos mais tarde, por sua vez, Vezzani comunicou sua libertação a um certo Bimbetti, e o jornal *O Commercio de São Paulo*, ao desmentir alguns dos dados noticiados no dia anterior sobre a prisão de anarquistas na saída de uma reunião do Centro Socialista Internacional, afirmou que Consorti não fora então preso, sugerindo que ele podia encontrar-se entre os que aguardavam a soltura dos companheiros. (“Prisão de socialistas” *O Commercio de São Paulo*, nº 336, 18/4/1894”; A. Donati. “Recordemos, pois...” *O Amigo do Povo*, nº 4, 24/5/1902).

⁹⁹ O poema “Il sole dell’avvenire” não chegou a ser publicado nos trezes número existentes de *L’Avvenire*.

¹⁰⁰ “Ai compagni ed agli amici” *L’Avvenire*, nº 1/ 18/3/1894. Como já foi mencionado acima (ver nota 61), a subscrição voluntária não supunha que os leitores comprassem o jornal, mas que este fosse distribuídos por aqueles que se propusessem a ajudar o jornal, dando contribuições em dinheiro que seriam trocadas por exemplares, os quais seriam distribuídos entre as pessoas.

apenas pelas diferenças das razões apresentadas, mas principalmente pelas interpretações do ocorrido, as quais acionavam sentidos vários e interesses diversos e que contribuem para o entendimento do incidente político, repressivo e diplomático.

O relatório que o cônsul italiano em São Paulo enviou ao Ministero degli Affari Esteri foi, segundo Isabelle Felici, influenciado e motivado por uma série de fatores: em primeiro lugar, um acerto de contas pessoal com “inimigos do reino” italiano. O empenho que Felici identifica nas ações da autoridade diplomática em relação à deportação dos indivíduos elencados demonstraria menos o “zelo do funcionário” do que intentos de vingança contra aqueles que se opunham à coroa italiana.¹⁰¹ A autora também considera que um segundo ponto que influenciou a composição da lista apresentada ao Ministério italiano foi a “ignorância total dos funcionários da época em matéria de política”, já que, sob a acusação de anarquista, o cônsul teria juntado socialistas, republicanos e até um “futuro monarquista” – como Felici descreveu Vitaliano Rotellini.¹⁰² No entanto, vale atentar mais para seu argumento de que a denúncia voltara-se contra opositores da coroa italiana em geral. A imputação de anarquista estava ligada, por um lado, a uma generalização da denúncia – talvez pouco atenta às especificidades das doutrinas tidas como subversivas ou ao menos opositoristas, mas radical no efeito que tencionava produzir, qual seja: a preocupação, o medo e a conseqüente diligência para a resolução do problema. O jornal *Avanti!* definiu, anos mais tarde, ao tratar da prisão dos dez imigrantes italianos em abril de 1894, uma “moda (...) do anarquismo”, contra a qual afirmou que “todos os governos praguejavam” naqueles anos de 1890, numa provável referência às duras medidas repressivas tomadas em vários países contra os anarquistas por causa dos atentados promovidos por alguns deles durante essa década.¹⁰³

¹⁰¹ Tendo em vista que vários dos indivíduos acusados como anarquista pelo cônsul não foram presos, a autoridade diplomática voltou à carga contra pelo um dos acusados em meados de junho, quando escreveu ao Secretário de Justiça de São Paulo, Manoel P. de Siqueira Campos, afirmando que “um tal Vitaliano Rotellini, de Roma, [era] proprietário e diretor de um jornal [ilegível] denominado *Fanfulla*, o qual defende com espada em punho os princípios anárquicos e causa grave dano à paz e à boa harmonia que deve reinar entre brasileiros e italianos.” (Ofício reservado do cônsul italiano ao Secretário de Justiça de São Paulo, 13/6/1894, Acervo Permanente – Polícia – C2772 AESP.) Segundo Isabelle Felici, o cônsul italiano escreveu ao Ministero degli Affari Esteri em 26 de junho de 1894 e acusou as autoridades brasileiras de terem cedido a pressões políticas ao relaxar algumas ordens de prisão, entre as quais citou textualmente a de Vitaliano Rotellini. (Isabelle Felici. Op. cit., 94.)

¹⁰² Idem, p. 93.

¹⁰³ “Il Conte Brichanteau” *Avanti!*, n° 26, 13-14/4/1901.

É clara também a preocupação que o cônsul mostrou em relação aos efeitos que presença de italianos apontados como anarquistas teria sobre a emigração para o Brasil. Entre as informações fornecidas pelo cônsul ao Ministero degli Affari Esteri, percebia-se a intenção de envolver as autoridades italianas na resolução do problema em uma região particularmente relevante para a campanha migratória italiana:

“Nesta imigração espontânea que não custa nada para a Itália pois se dá às custas do governo brasileiro e que contribui de maneira não indiferente com a prosperidade da nossa pátria, merece, a meu ver, não apenas a simpatia do governo pátrio, mas ainda exige, no nosso interesse, que ela seja conservada no sentimento de italianidade em que se acha; que seja protegida contra os abusos cometidos contra ela pelas autoridades brasileiras; e seja enfim preservada da propagação, em seu seio, de idéias subversivas e funestas da anarquia que pode causar danos irreparáveis ao país em que se encontra e ao nosso.”¹⁰⁴

Mais do que preocupação com os efeitos da divulgação de idéias anarquistas em território brasileiro, o cônsul inquietava-se pelas reservas contra italianos que indivíduos subversivos poderiam suscitar entre as autoridades e a população deste país. Por isso, procurou argumentar em prol da importância da manutenção do fluxo migratório.

Ainda no ofício de Brichanteau, com o objetivo de sublinhar o sucesso da migração para o Brasil, pouco antes do trecho acima, o cônsul afirmou que os imigrantes italianos haviam sido preferidos em detrimento de trabalhadores de outros países por ser “a [nacionalidade] mais séria, a mais trabalhadora e a mais passível a ser assimilada com a índole pacífica dos brasileiros”, e que tais imigrantes “na sua maioria, encontraram aqui [em São Paulo] trabalho remunerado, um bom clima e relativa riqueza”, contrariando, como bem apontou Isabelle Felice, “todos os observadores italianos que passaram pelo Brasil nessa época.”¹⁰⁵ Também deu ênfase às vantagens proporcionadas pela imigração subsidiada pelo governo brasileiro e elogiou mesmo o processo de reemigração, o qual, segundo o cônsul, contribuía para a prosperidade da Itália, uma vez que os imigrantes retornavam com melhores condições de vida.

Brichanteau também fez esforços para delinear os efeitos negativos da presença de anarquistas entre os imigrantes provenientes da Itália. Para ele, o governo brasileiro passaria, então, a expulsar “inexoravelmente e às cegas os italianos do estado, suscitando

¹⁰⁴ Relatório do cônsul italiano em São Paulo, Edoardo Compans de Brichanteau, ao Ministero degli Affari Esteri, São Paulo, 28/3/1894, op. cit., p.326.

¹⁰⁵ Idem, p. 327; Isabelle Felici. Op. Cit., p. 96.

conflitos sérios e questões internacionais entre os dois países, causando ao mesmo tempo grave dano ao nosso país, com o fim de uma imigração profícua e com o ônus da massa de emigrantes sem trabalho e em parte danificados pelas idéias anarquistas-socialistas que abraçam.”¹⁰⁶ No entanto, como se lê na passagem transcrita acima, apesar de o cônsul mostrar ter consciência do tratamento já recebido pela colônia italiana, apontando os “abusos cometidos pelas autoridades brasileiras”, centrou suas observações no dever daquele consulado e do Ministério italiano em impedir a propagação de idéias subversivas entre os emigrantes. Logo no começo do relatório, Brinchanteau já chamara para si, ou melhor, para o governo de seu país, a responsabilidade pela presença de anarquistas em solo brasileiro: segundo ele, os cabeças do movimento “foram enviados ao Brasil pelo próprio Governo Régio após os dolorosos fatos do 1º de Maio em Roma”.¹⁰⁷ Confirmava, assim, acusações já feitas no ano anterior contra o governo italiano por autoridades e agentes da imigração brasileiros, como será visto no próximo capítulo desta tese. Simultaneamente, reforçava a necessidade de aquele consulado contribuir para a solução do problema e encontrar um destino para os elementos indesejáveis.

Ainda para reforçar os perigos que tais indivíduos ofereciam, Brinchanteau concentrou-se nas atividades que esses exerciam no Brasil, sugerindo que elas alcançavam considerável e, por isso, temível sucesso: segundo o cônsul, “por má sorte, as idéias anarquistas estão se propagando na cidade e no campo”. Sua opinião era de que São Paulo era a “região no exterior no qual a anarquia seja mais danosa para nós”, por causa do vasto número de italianos que aí se encontravam, maior “do que em qualquer outro estado da América, inclusive a República Argentina.”¹⁰⁸ Salientava principalmente as iniciativas de divulgação das idéias anarquistas através de jornais, mencionando os “três jornaisinhos anárquicos” que teriam sido trazidos a lume pelos indivíduos já mencionados aqui.¹⁰⁹

A polícia paulista, por sua vez, em todas as ocasiões em que se pronunciou sobre a prisão dos dez imigrantes, definiu-a como uma questão de “segurança pública” e frisou sua relação com a repressão ao anarquismo e ao “desenvolvimento da tenebrosa doutrina” em São Paulo. Em alguns momentos, transpareceram alguns ecos de acontecimentos próximos,

¹⁰⁶ Relatório do cônsul italiano em São Paulo, Edoardo Compans de Brinchanteau, ao Ministero degli Affari Esteri, São Paulo, 28/3/1894, op. cit., p.327.

¹⁰⁷ Idem, p. 326.

¹⁰⁸ Idem, p. 327.

¹⁰⁹ Idem. Tratam-se possivelmente de *Primo Maggio*, *Gli Schiavi Bianchi* e *L'Asino Umato*.

como, por exemplo, a referência, na justificativa da detenção de abril de 1894, às palavras de ordem que haviam sido identificadas na correspondência trazida por um dos imigrantes italianos expulsos em 1893 como anarquista: “Pensamento e Dinamite (...) – o pensamento para sublevar os fracos; a dinamite para derrubar os fortes”.¹¹⁰

Preocupações com manifestações para o 1º de Maio também assombraram os agentes policiais, como mostrou a cobertura que a imprensa paulista fez das providências tomadas para manter a ordem naquele dia:

“No intuito de prevenir manifestações contrárias à ordem pública no dia de hoje, que é o da festa operária, o sr. dr. Theodoro Dias de Carvalho Júnior, digno chefe de polícia do Estado, tomou providências enérgicas, há muito premeditadas.

Foi ontem distribuída pela cidade uma força de cerca de 800 homens competentemente armados, sendo reforçadas as guardas de vários edifícios públicos, postas patrulhas de cavalarias a percorrerem a cidade etc. O próprio dr. chefe de polícia percorria ontem a cidade, a cavalo.”¹¹¹

“Foram reforçadas ontem as guardas do Palácio do Tesouro do Estado, Delegacia da Tesouraria da Fazenda e outras repartições públicas.

As patrulhas da cidade foram reforçadas. (...)

Um grupo de soldados com as armas cruzadas, como se avançassem contra o inimigo, seguiu, pelas 5 ½ da tarde, do Largo do Riachuelo para a rua de Santo Amaro.

- O que há? perguntavam em todos os grupos.

- É véspera do 1º de maio, a festa do Socialismo, a apoteose da dinamite.”¹¹²

É possível que tais precauções visassem, por um lado, a impedir incidentes como o do ano anterior, em que bombas de dinamite explodiram em prédios de figuras públicas no Dia do Trabalho – com maior ou menor envolvimento com o anarquismo, segundo a cobertura de cada órgão da imprensa paulista.¹¹³ As medidas não impediram, porém, uma nova explosão no Largo do Carmo, próximo ao quartel do batalhão de polícia, por volta das oito horas da noite. Um suspeito, Guilherme Shedik, de 19 anos, foi preso em seguida, mas

¹¹⁰ Ofício reservado do chefe de polícia de São Paulo ao chefe de polícia da Capital Federal, 19/7/1894, doc. cit. Sobre a correspondência dos imigrantes expulsos como anarquistas em março de 1893, ver capítulo II – “Imigrantes Anarquistas”.

¹¹¹ “1º de Maio” *Correio Paulistano*, 1/5/1894. Interessantemente, essa nota do jornal paulista é, em muitos trechos, idêntica às observações sobre as ocorrências policiais de 1º de maio de 1894 presentes no *Relatório* do chefe de polícia; em algumas passagens, porém, há coincidência no uso de termos usados em contextos bastante diversos, senão opostos, como no que se refere às “providências enérgicas, **há muito premeditadas**” – no *Relatório* do chefe de polícia, o forte aparato policial havia sido montado para “prevenir manifestações contrárias à ordem pública, **de há muito premeditadas** por operários desta Capital”. Tais semelhanças e deslizes sugerem fortemente que se tratava de uma informação colhida junto à polícia de São Paulo e transcrita sem maiores cuidados. (*Relatório apresentado ao Secretário dos Negócios da Justiça do Estado de São Paulo pelo Chefe de Polícia Theodoro Dias de Carvalho Júnior em 31 de janeiro de 1895*, op. cit., p. 22.)

¹¹² “Pequenas notas – Aparato Bélico” *O Commercio de São Paulo*, nº 346, 1/5/1894.

¹¹³ Sobre a cobertura das explosões do 1º de Maio de 1893, ver capítulo III – “Pensamento e dinamite”.

negou ser o autor do atentado e o jornal que noticiou o acontecimento não conseguiu evidências de sua culpa ou de seu envolvimento com o anarquismo. Sua prisão, porém, foi parabenizada como uma ação eficaz da polícia.¹¹⁴

No entanto, por trás daquele excessivo zelo, ecoavam também os atos violentos imputados ou realizados por anarquistas na Europa. O cônsul italiano já fizera questão de lembrá-los em seu relatório ao Ministério de seu país, aproximando os anarquistas que identificara em São Paulo das manifestações materiais de seus “companheiros deixados na Europa”;¹¹⁵ o chefe de polícia de São Paulo, em ofício ao seu colega da Capital Federal, também frisou o “desassossego” que os anarquistas vinham causando nos “governos do Velho Mundo” para justificar as medidas que tomara para “libertar a sociedade paulista de tão nocivos elementos”.¹¹⁶ Já o diário *O Commercio de São Paulo*, que viria a referir-se ao 1º de Maio como “a apoteose da dinamite”, demonstrou compreensão em relação ao “procedimento da autoridade” quando da prisão dos membros do Centro Socialista Internacional: justificou o rigor da ação policial como resultado tanto da “situação excepcional em que se [encontrava] o país” por causa da Revolta da Armada, como da “última fase de agitação do anarquismo europeu”.¹¹⁷ Daí a vigilância sobre “as associações [que], embora pacíficas, [fossem] rotuladas com qualquer intuito socialista.”

O anarquismo e os anarquistas vinham sendo assunto de notícias da imprensa paulista havia vários anos. Os atentados contra chefes de estado e a instituições condenadas pelos anarquistas de forma geral – instituições financeiras, como Bolsa de Paris, onde Charles Gallo explodiu uma bomba em março de 1886; parlamentares, como a Câmara dos Deputados, também em Paris, alvo do atentado de Auguste Vaillant, em 1893; ou maus patrões e seus empreendimentos, como na ocasião em que uma bomba colocada por Émile Henry para explodir o escritório de uma empresa de mineração em 1892, por causa da repressão a trabalhadores grevistas – eram constantemente noticiados pelos jornais paulistas

¹¹⁴ “Não podemos afirmar que Guilherme seja o autor do atentado, nem mesmo que faça parte do grupo de anarquistas estrangeiros que por várias vezes têm ameaçado a tranqüilidade desta capital; seja ou não seja, porém, o público pode ficar certo de que a polícia tomou todas as providências para reprimir quaisquer abusos que por ventura alguns desvairados pretendem praticar, e que a cidade está sendo rigorosamente policiada.” “Uma bomba” *O Estado de S. Paulo*, nº 5708, 1º/5/1894.

¹¹⁵ Relatório do cônsul italiano em São Paulo, Edoardo Compans de Brichanteau, ao Ministero degli Affari Esteri, São Paulo, 28/3/1894, op. cit., p. 326.

¹¹⁶ Ofício reservado do chefe de polícia de São Paulo ao chefe de polícia da Capital Federal, 19/7/1894, Acervo permanente – Polícia – C2769, AESP.

¹¹⁷ “Prisão de socialistas” *O Commercio de São Paulo*, nº 336, 18/4/1894.

e italianos publicados em São Paulo, assim como as medidas repressivas tomadas contra os acusados de tais ações.

Em 1894, em particular, publicaram-se comentários que sugeriam o recrudescimento da violência anarquista na Europa:

“Continuam os anarquistas com a série, já quase ininterrupta, dos seus atentados. É raro agora o dia em que não rebente alguma bomba ou em Paris ou em alguma cidade do interior. Decididamente, tomaram-lhe gosto.(...)”

Os jornais são agora obrigados a consagrar duas colunas por dia aos srs. anarquistas.”¹¹⁸

Além das várias condenações e execuções de anarquistas que vinham ocorrendo e ocupando duas ou mais colunas dos jornais, também se acabou por chamar atenção para o fato de que alguns dos atentados davam-se de forma encadeada, assumindo a forma de vingança pela execução ou condenação de um companheiro. Ravachol, por exemplo, teria alegado que seu objetivo era realizar “um ato espetacular de vingança contra certos juízes que tinham sentenciado alguns operários por terem tomado parte nas demonstrações do 1º de maio de 1891.”¹¹⁹ Depois da execução do espanhol Paolino Pallás, que atentara contra o General Martinez Campos em setembro de 1892 para vingar os anarquistas executados em Jerez, outro anarquista, Santiago Salvador, explodiu uma bomba no teatro Lyceum, também em Barcelona, matando vinte pessoas, como forma de retaliação contra a execução de Pallás.¹²⁰ Emily Henry, durante seu julgamento, afirmou que a explosão no café Terminus, uma semana depois de Auguste Vaillant ter sido guilhotinado, fora “uma vingança contra a repressão que se seguiu ao atentado de Vaillant contra Câmara dos Deputados”.¹²¹ Ainda, quando do atentado contra presidente francês Marie François Sadi Carnot, realizado por Sante Caserio, este afirmou estar vingando a morte de Auguste Vaillant, a quem aquele “recusara o exercício da sua prerrogativa de misericórdia.”¹²² Gaetano Bresci, por sua vez, retornara dos Estados Unidos, para onde havia emigrado, com o objetivo declarado de

¹¹⁸ “Cartas parisienses” *O Commercio de São Paulo*, nº 319, 28/3/1894.

¹¹⁹ James Joll. *Anarquistas e Anarquismo*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1964, p. 155.

¹²⁰ Rafael Nunõz Florencio. *El terrorismo anarquista (1888-1909)*. Madri, Siglo XXI de España Editores, 1983; James Joll. op. cit., pp. 150-151

¹²¹ Ettore Zoccoli. *L'Anarchia. Gli Agitatori – Le Ieee – I Fatti*. Milão: Fratelli Bocca Editori, s.d. (reimpressão integral da edição de 1907), p. 397. De fato, a repressão contra os anarquistas na França intensificou-se a partir de dezembro de 1893, com a promulgação de duas das chamadas “leis celeradas nos dias seguintes: entre 11 e 12 de dezembro, foi promulgada uma sobre o insuflamento a assassinos e pilhagens; entre 18 e 19 do mesmo meio, passou uma lei que regulava as “associações de malfeitores”. (Jean Grave. *Quarente ans de propagande anarchiste*. Paris: Flammarion, 1973, p. 578).

¹²² James Joll. op. cit., p. 153.

assassinar o rei italiano por causa da morte de trabalhadores em Milão, em 1898, e assim o fez.¹²³

No entanto, com o assassinato de uma autoridade da magnitude de Carnot, o qual seguira muito de perto um atentado contra o primeiro ministro italiano, Francesco Crispi (do qual, no entanto, este escapou ileso), a opinião pública sobre as ações anarquistas pareceu recrudescer. As primeiras páginas dos jornais diários que circulavam em São Paulo, inclusive os italianos, estamparam notas, telegramas e comentários sobre a morte do presidente francês durante várias semanas e diversas autoridades brasileiras ocuparam-se do assunto: os periódicos publicaram os discursos de deputados, senadores, inclusive do presidente da República,¹²⁴ além de fazer referência às homenagens organizadas, no Brasil, por nacionais e compatriotas do presidente morto.¹²⁵ Abriu-se grande espaço também para as reações contra os anarquistas, que vinham sendo elaboradas na forma de leis e decretos mesmo antes dos atentados em Roma e em Lion.¹²⁶

As perseguições contra os anarquistas a partir de junho de 1894 tiveram também um alvo mais específico, pelo menos na França: os italianos. O cônsul Brichanteau alertara ao Ministero degli Affari Esteri que, frente a uma “manifestação séria e material da vergonhosa seita”, levantar-se-iam reservas contra a colônia italiana – e aquilo que escrevera sobre a realidade de São Paulo, onde cria ser o núcleo de anarquistas composto “infelizmente (...) exclusivamente de italianos”, aplicava-se então aos compatriotas de Gerônimo Sante Caserio, na França. Logo após o atentado contra Sadi Carnot, *O Estado de S. Paulo* noticiou que se davam saques a estabelecimentos italianos em Lion e o *Correio Paulistano* informou que “o parlamento italiano votou um crédito destinado a socorrer seus compatriotas que são atualmente perseguidos na França.”¹²⁷

¹²³ Pier Carlo Masini. *Storia degli anarchici nell'epoca degli attentati*. Milão: Rizzoli Editore, 1981.

¹²⁴ “Congresso Legislativo – Câmara dos Deputados” *Correio Paulistano*, nº 11292, 27/6/1894; “Dr. Campos Salles” *Correio Paulistano*, nº 11303, 11/7/1894 e nº 11308, 18/7/1894; “Sadi Carnot” *O Estado de S. Paulo*, nº 5755, 27/6/1894

¹²⁵ “Sadi Carnot” *Correio Paulistano*, nº 11295, 1/7/1894; *Correio Paulistano*, nº 11296, 3/7/1894; *Correio Paulistano*, nº 11297, 4/7/1894; “Telegramas” *O Estado de S. Paulo*, nº 5755, 27/6/1894; “Sadi Carnot” e “Telegramas” *O Estado de S. Paulo*, nº 5757, 29/6/1894; “Sadi Carnot” *O Estado de S. Paulo*, nº 5758, 1/7/1894; idem, nº 5759, 3/7/1894.

¹²⁶ Sobre as leis anti-anarquistas na Europa, ver a Introdução desta tese.

¹²⁷ “Telegramas” *O Estado de S. Paulo*, nº 5756, 28/6/1894; “Contra os anarquistas” *Correio Paulistano*, nº 11301, 8/7/1894.

É certo que não se podem entender as medidas tomadas pela polícia paulista contra os italianos acusados de anarquista como uma simples transposição daquelas postas em prática pelos governos europeus ou de países americanos e suas forças policiais. No entanto, notam-se reflexos de muitas das iniciativas executadas e das preocupações correntes nas nações vizinhas e no Velho Mundo: além das menções do cônsul Brichanteau aos perigos de manifestações materiais dos anarquistas, e das referências explícitas ao uso de explosivos na lista anônima recebida pelo chefe de polícia de São Paulo, as primeiras notícias sobre a prisão dos anarquistas falavam de bombas de dinamite apreendidas no Centro Socialista.¹²⁸ A descoberta foi desmentida em seguida, e o jornalista que a comunicara ao jornal, repreendido,¹²⁹ mas o conteúdo da primeira nota, aliada à proximidade do 1º de Maio, “a apoteose na dinamite”, aproximavam a capital paulista das cidades européias.

Também contribuíram com o sopro do terror que trazia a população européia alarmada – e em especial a francesa – as ameaças de morte que o cônsul Brichanteau afirmou ter recebido.¹³⁰ Na correspondência passiva do chefe de polícia de São Paulo, há efetivamente um impresso, composto em tipos rústicos e desenhos de cruzes, em que se lia a seguinte advertência em italiano: “Cônsul, se não quiser ter o mesmo fim de Carnot, ponha em liberdade nossos companheiros. Obedecei.”¹³¹ A referência ao atentado contra o presidente francês, cometido por um anarquista italiano, em uma nota em italiano, e a clara menção aos companheiros presos, possivelmente italianos, cuja situação era atribuída a interferência do próprio cônsul, não apenas inseria a capital paulista na lista de cidades passíveis de sofrer com as ações violentas de militantes ácratas, mas aproximava, mais uma vez – como já fizera Brichanteau, o chefe de polícia de São Paulo e a imprensa paulista – os

¹²⁸ “Anarquistas?” *O Commercio de São Paulo*, nº 335, 17/4/1894.

¹²⁹ “Também não é verdade que tivessem sido encontrados explosivos no Centro Socialista ou em qualquer parte./ O nosso crédulo repórter da polícia foi severamente admoestado pela leviandade com que acolheu e aceitou tais informações.” “Prisão de socialistas” *O Commercio de São Paulo*, nº 336, 18/4/1894.

¹³⁰ Ofício do Cônsul Brichanteau ao Ministero degli Affari Esteri, 26/6/1894, ASMAE, Seria Polizia Internazionale, b. 47, apud Isabelle Felici, op. cit., p. 94.

¹³¹ Impresso com ameaça ao cônsul. Acervo Permanente – Polícia – C2781, AESP. Vale notar que o ofício em que o cônsul italiano menciona as ameaças de morte que vinha recebendo é datado de dois dias depois do atentado contra o presidente francês Sadi Carnot, morto em 24/6/1894 (ver nota 178). É possível, portanto, que a autoridade diplomática tenha recebido ameaças anteriores a essa, em que a menção ao atentado de Santo Caserio é clara, ou então que o autor da advertência tenha procurado aproveitar o calor do momento para tornar seu aviso mais incisivo.

italianos presos dos autores de atentados na Europa. Também reproduzia a lógica de vinganças de militantes pela punição de seus companheiros.

É, portanto, digna de nota a desconfiança em relação a imigrantes europeus e, em específico, italianos, principalmente quando não eram lavradores e não se instalavam nas fazendas do interior do estado. A vinda de estrangeiros possivelmente oriundos das cidades era vista com desconfiança, por se acreditar que eles teriam estado expostos a “teorias socialistas”.¹³²

As formas de controle dos anarquistas ou suspeitos – tanto as preventivas quanto as punitivas – também podiam ser aproximadas às estabelecidas no continente europeu, como a vigilância, o encarceramento e a expulsão ou deportação.¹³³ É certo, porém, que não se podem limitar as medidas tomadas pela polícia paulista como cópias daquelas postas em prática pelos governos europeus ou de países americanos. Não se tratavam de procedimentos inaugurais ou exclusivos ao tratamento delegados aos anarquistas, mas que estavam inseridos num contexto repressivo que vinha se desenvolvendo durante toda a história política e policial brasileira. No que diz respeito à vigilância, por exemplo, tiveram especial importância os “agentes de segurança”, também chamados de “agentes secretos” ou simplesmente secretas.¹³⁴ Segundo Guido Fonseca em seu artigo sobre as origens da polícia política em São Paulo, seus trabalhos vinham sendo utilizados desde os últimos anos do Império, mas apenas em 1891, quando o decreto nº 9 de 31 de dezembro de 1891

¹³² “O depauperamento das grandes potências européias pela manutenção dos poderosos exércitos, a propaganda das teorias socialistas e o desequilíbrio do trabalho têm convulsionado tão profundamente a sociedade do velho mundo, que as vezes vieram à tona e transvasarão para a América se não houver da parte dos nossos agentes oficiais da imigração uma vigilância severa e escolha minuciosa./Não devemos aceitar, absolutamente, imigrantes que procedam das cidades. Só nos convém trabalhadores agrícolas procedentes dos campos, gente forte e sã do corpo, simples e ingênua de costumes.” (“Pequenas notas – A Imigração” *O Commercio de São Paulo*, nº 331, 12/4/1894.)

¹³³ “Seja como for, uma coisa está fora de dúvida? A pouca eficácia das medidas preventivas. Henry, o autor do atentado do hotel *Terminus*, era vigiado pela polícia, tinha sempre atrás de si um *secreta*, o que não o impediu de fazer o que fez./ Com Pauweis [autor do atentado contra a igreja de Madeleine, em Paris, em março de 1894] dá-se o mesmo. Estava expulso da França, a polícia conhecia o seu valhacouto em Barcelona, tinham sido dadas ordens para que a sua correspondência fosse aberta. E, apesar de todas estas precauções, ele pode vir a Paris, onde recebeu cartas de correligionários, em cujo número se acha Paulo Réclus./Prova isto que um homem resolutivo consegue enganar a polícia, e que todas as medidas preventivas deste mundo não impedem a realização de uma idéia, por mais criminosa que seja.” “Cartas parisienses”, *O Commercio de São Paulo*, nº 329, 10/4/1894.

¹³⁴ Guido Fonseca afirmou que, ao longo dos anos, os agentes dessa corporação receberam os nomes de “agentes secretos”, “agentes de segurança”, “inspetores de segurança”, “agentes de polícia” e “investigadores de polícia.” (“O Anarquismo e as origens da polícia política em São Paulo” *O Anarquismo e as origens da polícia política em São Paulo* *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo, v. XCIII, 1997, p. 15.)

reorganizou a Secretaria de Polícia, “suas atividades foram formalizadas legalmente”. Com esse decreto, foi concedida ao chefe de polícia “a faculdade de contratar até dez ‘agentes secretos’, com direito a uma gratificação e sujeitos a disciplina especial”.¹³⁵ Já em 1894, o corpo de agentes passou a receber mais atenção do chefe de polícia Theodoro Dias de Carvalho Júnior:

“Até minha entrada para esta Repartição, este corpo não havia sido olhado com atenção.

Entretanto, estando aos Agentes cometido o serviço da descoberta e prevenção de crime, que só com reserva e habilidade podem ser eficazmente conhecidos, não podia esse serviço ser entregue a alguns indivíduos, como estava, que não tinham a necessária aptidão para desempenhá-lo. Nesse propósito, dei uma organização completa do corpo de Agentes de Segurança e, apesar da medida ser recente, já a experiência me demonstrou a sua grande utilidade.(...)

Me é grato comunicar-vos que o serviço policial a cargo do Corpo de Segurança tem sido desempenhado com a máxima regularidade, obedecendo os Agentes as escalas e detalhes que os distribuem pelas Estações Ferroviárias, teatros e divertimentos públicos e nas ruas centrais da Cidade, onde à noite são distribuídos em patrulhas para garantia e segurança do comércio, que pela vigilância desenvolvida e convenientemente fiscalizada não tem sido vítima de grandes roubos que freqüentemente se davam, com verdadeiro assombro desta chefatura e autoridades auxiliares.” (grifos no original)¹³⁶

Ainda que o chefe de polícia centrasse a argumentação sobre a eficácia do corpo de Agentes de Segurança no combate aos crimes contra a propriedade, como roubos e furtos, e que também os gatunos tivessem sido o principal alvo desse segmento naquele ano de 1894,¹³⁷ sua principal incumbência era a “descoberta e prevenção” de crimes e contravenções. A idéia que estava por trás da criação e desenvolvimento dessa corporação policial era exatamente a investigação preliminar de intentos criminais, a *descoberta* dos indivíduos mal intencionados, possíveis criminosos e contraventores e a *prevenção* da efetivação dos delitos. No que diz respeito ao controle sobre os anarquistas em 1894, consta que os agentes de segurança teriam sido responsáveis pela prisão de dezessete militantes naquele ano – ou seja, a totalidade dos detidos em abril.¹³⁸

¹³⁵ Idem.

¹³⁶ *Relatório apresentado ao Secretário dos Negócios da Justiça do Estado de São Paulo pelo Chefe de Polícia Theodoro Dias de Carvalho Júnior em 31 de janeiro de 1895*. São Paulo: Espindola, Siqueira & Comp., 1895, “Fotografia Policial”, pp. 83-88.

¹³⁷ Na “Relação das prisões efetuadas pelos Agentes de Segurança durante o ano de 1894”, encabeçam a lista os gatunos, na quantidade de 385, sendo seguidos pelos desordeiros (343). *Relatório apresentado ao Secretário dos Negócios da Justiça do Estado de São Paulo pelo Chefe de Polícia Theodoro Dias de Carvalho Júnior em 31 de janeiro de 1895*. Op. cit., p. 88.

¹³⁸ Idem.

É importante pensar na relevância que o corpo de Agentes de Segurança assumiu a luz das discussões sobre o Código Penal promulgado em 1890, através do qual seria estabelecida uma pena para cada crime ou contravenção cometida, mas não havia muito espaço para discussões sobre a prevenção de delitos. Em sua dissertação de mestrado sobre a polícia civil de São Paulo durante a Primeira República, Luís Antônio Francisco de Souza salientou que, durante esse período, duas concepções policiais teriam coexistido: uma concepção de *reação social*, e outra de *defesa social*. A primeira teria sido introduzida pela legislação processual de 1871 e pelo Código Penal de 1890 e estava baseada na ação policial sobre um crime enquanto fato consumado, e cometido por um criminoso de posse de responsabilidade jurídica. Já a segunda partia da “ação policial preventiva sobre o criminoso antes mesmo de ele cometer qualquer delito” e teve como base as teorias de Nina Rodrigues, Afrânio Peixoto, Cândido Motta, entre outros, e a antropologia criminal.¹³⁹ Ainda que não trate especificamente dos agentes da polícia secreta, Souza sublinha a importância dessas duas matrizes da organização policial, e adiciona a relevância de se entender a atuação da polícia no “espaço deixado vazio pelas leis” e que teria dado lugar às “penas de polícia”, as quais abrangiam “o repertório das ações delituais que não se enquadravam na lei vigente, mas que não deixaram jamais de estar sob a responsabilidade policiais” e que teria constituído “característica decisiva das instituições policiais brasileiras”.¹⁴⁰

Também vale inserir a importância que a polícia atribuía aos secretas frente as dificuldades da ação policial devido ao “aumento e complexidade de suas atividades decorrentes das transformações por que passava a não só a Capital como o Estado”.¹⁴¹ O grande aumento populacional, a enorme quantidade de imigrantes que se instalavam na cidade – recém desembarcados ou fugidos das fazendas –, as tensões sociais decorrentes de todas essas mudanças impeliam a polícia a buscar um maior controle daquelas que considerava classes perigosas. A infiltração de indivíduos que se lhes assemelhavam, que tinham a mesma origem e que podiam circular entre elas sem chamar maior atenção de cidadãos comuns e criminosos em geral – gatunos, vagabundos, desordeiros, cafetões,

¹³⁹ Luís Antônio Francisco de Souza. *São Paulo, Polícia Urbana e Ordem Disciplinar. A Polícia Civil e a Ordem Social na Primeira República*. Dissertação de mestrado defendida junto ao departamento de Sociologia da FFLCH – USP, São Paulo, 1992, pp.11-12.

¹⁴⁰ Idem, pp. 13-14.

¹⁴¹ Guido Fonseca. Op. cit., p. 14.

homicidas, desertores, subversivos – poderia funcionar como um importante meio de informações para as ações repressivas que a polícia viesse a julgar convenientes.¹⁴² Essa tentativa de controle teria utilizado alguns dos indivíduos que se procurava controlar, como cáftens, prostitutas, vadios, trabalhadores industriais, trabalhadores em serviços, que agiram como secretas ou “bodes expiatórios”.¹⁴³

No caso específico dos suspeitos de anarquistas presos em 1894, lançou-se mão de tal artifício:

“Solicitada pois, pelo Governo deste Estado, ao Governo Federal, a deportação desses indivíduos, (...) foi esta decretada em 4 de junho próximo findo, motivo porque vo-los apresento, para ser observado o ato do Governo Federal. Mas, *precisando esta Chefatura conhecer todas as sinuosidades do anarquismo nesta Capital, para de um só golpe impedir a execução de seus planos, adotou ainda o alvitre de deixar em liberdade o menos ortodoxo deles, o de nome Stramazzi Augusto, para o fim de obter de suas revelações seguros esclarecimentos desses perturbadores da ordem pública*, por demais ingratos para com sua nova pátria, que hospitaleira lhes abre as portas de seu lar e lhes oferece o labor generosamente remunerado.”¹⁴⁴ (grifos meus)

Augusto Stramazzi fora preso junto com os demais suspeitos de anarquista, mas foi libertado na seqüência, em 20 de abril.¹⁴⁵ Além dessa menção no ofício do chefe de polícia de São Paulo a seu colega da Capital Federal, não foram encontradas mais referências ao italiano. No entanto, aquela autoridade informou ao oficial carioca que, “oportunamente”, remeteria “o anarquista Stramazzi Augusto” junto com o inquérito e os documentos apreendidos aos anarquistas – todos tidos como fontes de informações sobre “as sinuosidades do anarquismo” na capital paulista. É possível que mais do que da chefatura de polícia, tivesse partido do próprio Stramazzi a iniciativa de fornecer informações a respeito dos seus companheiros de cárcere, como forma inclusive de obter, em troca, sua liberdade.¹⁴⁶

¹⁴² Baseei-me nos criminosos e contraventores listados na “Relação das prisões efetuadas pelos Agentes de Segurança durante o ano de 1894” para sugerir os indivíduos vigiados pelos agentes de segurança. *Relatório apresentado ao Secretário dos Negócios da Justiça do Estado de São Paulo pelo Chefe de Polícia Theodoro Dias de Carvalho Júnior em 31 de janeiro de 1895*. Op. cit., p. 88. Por outro lado, a grande proximidade entre secretas e criminosos ou contraventores gerou, em alguns momentos, problemas para a polícia.

¹⁴³ Luiz Francisco de Souza. Op. cit., pp. 207-208.

¹⁴⁴ Ofício reservado do chefe de polícia de São Paulo ao chefe de polícia da Capital Federal, 19/7/1894, doc. cit.

¹⁴⁵ Relatório diário do carcereiro da Cadeia Pública da Capital, Antonio José das Chagas Júnior, 17/4/1894, doc. cit.; relatório diário do carcereiro da Cadeia Pública da Capital, 20/4/1894, doc. cit.

¹⁴⁶ Entre as portarias referentes aos presos como anarquistas em abril de 1894, há uma datada de junho, assinada pelo chefe de polícia de São Paulo e dirigida ao diretor da Cadeia Pública requisitando que lhe fosse apresentado “o anarquista que [pretendia] fazer revelações”, a respeito do qual o diretor escrevera a seu superior no dia anterior (Portaria nº 1355 do chefe de polícia de São Paulo ao diretor da Cadeia Pública da

É interessante abordar também o recurso à prisão dos anarquistas. Na Europa, o seu encarceramento – dos autores ou não de atentados, de propagandistas – deu-se em grande quantidade, principalmente depois dos atentados do início dos anos 1890. Os cronistas do Velho Mundo, cujos textos eram traduzidos pela imprensa paulista, davam conta de várias e constantes detenções, fazendo também referência aos processos e julgamentos de alguns deles. No Brasil, no entanto, não havia uma legislação específica para ações e a propaganda anarquista que não estivessem previstas em crimes comuns, como explosões e danos a prédios públicos ou privados, ofensas físicas ou insuflamento à insubordinação contra o regime republicano.¹⁴⁷ O fato de anarquistas serem confinados sem abertura de processo regular ou julgamento parecia estar, por um lado, relacionado ao medo que vinham despertando internacionalmente; por outro, fazia parte do procedimento cuja finalidade era a deportação dos suspeitos. Tinha relação também com um conjunto de práticas repressivas gerais que tinham a cadeia como o fator que mais “sustentou os mecanismos de punição policial”, segundo Luís Antônio Francisco de Souza.¹⁴⁸ Suas pesquisas com os relatórios do Secretário de Justiça e Segurança Pública mostraram um alto número de prisões frente a uma quantidade de processos muito inferior, sugerindo que o recurso do encarceramento assumia uma função policial por si só, muitas vezes determinado sem outros meandros legais que o amparassem além do arbítrio policial.¹⁴⁹

Capital, 28/6/1894). O nome do preso nome não foi mencionado, ficando impossível identificar quem teria se disposto a prestar informações à polícia. No entanto, sabe-se que mais nenhum deles teve tal contribuição premiada com a liberdade: não houve solturas antes da transferência dos detentos para o Rio de Janeiro, em meados de julho daquele ano.

¹⁴⁷ Vale lembrar que a propaganda anarquista veio sofrer seu golpe legal mais direto apenas em 1921, com o decreto número 4269 de repressão ao anarquismo. Apesar de não fazer menção direta ao anarquismo uma só vez, o decreto procurou restringir principalmente a propaganda subversiva “por escrito ou por qualquer outro meio de publicidade, ou verbalmente” que incitasse à prática de crimes “tais como dano, depredação, incêndio, homicídio, com o fim de subverter a ordem social”. (Decreto n. 4269 de 17 de janeiro de 1921 in: *Collecção das Leis da Republica dos Estados Unidos do Brasil de 1921* (vol. I – Atos do Poder Legislativo – janeiro a dezembro). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1922.) Sobre a legislação brasileira contra os anarquistas, ver Christina R. Lopreato. “O espírito das leis: anarquismo e repressão política no Brasil” *Verve – Revista Semestral do NU-SOL – Núcleo de Solidariedade Libertária*. São Paulo, nº 3, Abril/ 2003, pp. 75-91.

¹⁴⁸ Luís Antônio Francisco de Souza. Op. cit., pp. 223 e ss.

¹⁴⁹ Cristiana Schettini Pereira faz uma discussão que, ainda que focalize agentes sociais distintos – as prostitutas no Rio de Janeiro –, jogam luz sobre as formas de controle sobre esse grupo de indivíduos – anarquistas italianos – cujas supostas contravenções também não estavam previstas na legislação brasileira. A autora procura entender como o arbítrio policial e o poder de polícia foram, mais do que instâncias legislativas, acionadas contra as prostitutas. (Cristiana Schettini Pereira. *Que tenhas teu corpo. Uma história social da prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas*. Tese de doutorado defendida junto ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, Campinas, 2002.)

No caso específico dos italianos presos em abril de 1894 como anarquistas, a demora para que lhes fosse dirigida uma acusação formal e a longa duração de sua detenção estimularam reclamações por parte dos presos. Os italianos pareciam estar bem informados do que previa a legislação, principalmente alguns parágrafos do artigo 72 da Constituição republicana:

“Art. 72 - § 13º À exceção do flagrante delito, a prisão não poderá executar-se *senão depois de pronúncia do indiciado*, salvo os casos determinados em lei e mediante ordem escrita da autoridade competente.

§ 14º Ninguém poderá ser conservado em prisão sem culpa formada, salva as exceções especificadas em lei, nem levado à prisão ou nela detido, se prestar fiança idônea, nos caso em que a lei admitir.

(...)

§ 16º Aos acusados se assegurará na lei a mais plena defesa, com todos os recursos e meios essenciais a ela, desde a nota de culpa, entregue em vinte e quatro horas ao preso e assinada pela autoridade competente, com os nomes do acusador e das testemunhas.

(...) § 22º Dar-se-á o *habeas corpus* sempre que o indivíduo sofrer ou se achar em iminente perigo de sofrer violência ou coação por ilegalidade, ou abuso de poder.”¹⁵⁰ (grifos meus)

Percebe-se, já no parágrafo 13º, o porquê da referência ao “flagrante delito” na portaria que comunicou a prisão dos membros do Centro Socialista Internacional – tal menção criava um recurso legal para justificar a prisão dos 17 italianos detidos em abril, que não chegaram a ser pronunciados, nem tiveram culpa formada, como determina o parágrafo seguinte. Também se extrapolou em muito o prazo de vinte e quatro horas para a entrega da nota de culpa, o que os presos procuraram frisar em sua correspondência com o chefe de polícia. Vale citar o exemplo das duas cartas de Eugenio Gastaldetti a essa autoridade, nas quais se percebe o recurso a essa determinação legal: enquanto na primeira, enviada dois dias após a detenção, o italiano questionou a acusação de anarquista e dinamitista levantada contra ele, na segunda, escrita quando já se encontrava preso havia dois meses, afirmou categoricamente desconhecer o delito que tinha cometido.¹⁵¹

Este mesmo preso procurou reclamar sua liberdade através de questionamentos quanto aos procedimentos legais:

“Levado à Repartição Central [de Polícia], no dia seguinte, 16, encaminharam-me à Detenção sem que houvesse constatação prévia de delito ou crime da parte das autoridades policiais ou de uma autoridade policial.

¹⁵⁰ *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891.

¹⁵¹ Cartas de Eugenio Gastaldetti ao chefe de polícia de São Paulo, 17/4/1894 e 20/6/1894, doc. cit.

(...) Ora, Excelência, permita-me fazer uma pergunta de cunho jurídico: pode-se deter um indivíduo sem interrogatório prévio, sem constatação judiciária de delito ou crime? Eu me endereço à ciência esclarecida de vossa excelência. Tenho a consciência tranqüila de não ter cometido delito ou crime algum, e espero apenas justiça.”¹⁵²

Na carta coletiva que dirigiram ao chefe de polícia, os presos também foram incisivos ao afirmarem que não haviam infringido nenhuma lei brasileira, nem mesmo as “da hospitalidade e da convivência social”, enquanto Serafino Suppo apresentou objeção ao fato de não ter sido apresentada uma imputação legal que justificasse uma prisão tão demorada.¹⁵³ Meses mais tarde, os mesmo termos foram usados por Vezzani, ao afirmar que a razão da sua prisão e de seus companheiros tinha permanecido por muito tempo ignorada, pois sabiam que não haviam atentado contra nenhuma lei.¹⁵⁴ O jornal *L’Avvenire* também insistiu nesse argumento, ao denunciar a prisão que já se estendia por sete meses: segundo seus redatores, “nenhum delito, nenhum crime foi imputado a eles, além daquele de serem socialistas, anarquistas, se delito pode-se chamar isso.”¹⁵⁵ O argumento legal parece ter sido usado recorrentemente por esses imigrantes, e a forma como o fizeram sugerem por vezes, a interessante opção por um viés ambíguo: ao insistir que não haviam “cometido delito ou crime algum”, que não haviam desrespeitado nenhuma lei, lançavam mão tanto da afirmação de sua inocência, como já foi discutido acima, quanto da inexistência de uma legislação específica que desse conta das acusações que lhes haviam sido feitas. Mas também havia a expectativa de que se dessem providências definitivas para o caso e que a prisão – primeiro na Cadeia de São Paulo, depois nas celas da Capital Federal – chegasse a termo: *L’Avvenire* defendeu que, se os presos houvessem incorrido em artigos de qualquer código, que se abrisse um processo contra eles, expulsassem-nos, deportassem-nos, mas que “a burguesia do Brasil” determinasse o destino dos presos.¹⁵⁶

¹⁵² Carta de Eugenio Gastaldetti ao chefe de polícia de São Paulo, 17/4/1894, doc. cit. Em sua missiva datada de 20 de junho, Gastaldetti escreveu: “Fui preso no dia 15 de abril próximo passado na rua e trazido para a Detenção. No ato da prisão, não protetei, acreditando ser um erro dos agentes./ Inquirido no dia 23 de abril, não pude saber nem presumir qual delito cometi.” Carta de Eugenio Gastaldetti ao chefe de polícia de São Paulo, 20/6/1894, doc. cit.

¹⁵³ Carta de Eugenio Gastaldetti, Serafino Suppo, Arturo Campagnoli, Alfredo Capricci, Francesco Patelli, Galileo Botti, Antonio Maffuci e Augusto Bargione ao chefe de polícia de São Paulo, doc. cit.; carta de Serafino Suppo ao chefe de polícia de São Paulo, 18/6/1894, doc. cit.: “Encontro-me encarcerado desde 15 de abril sem saber o porquê, nem a imputação. Não cometi agora nem nunca delito algum não compreendo porque devo sofrer uma prisão tão prolongada.”

¹⁵⁴ Felice Vezzani. “Per gli arrestati” *L’Avvenire*, nº 2, 2/12/1894.

¹⁵⁵ “Gli arrestati del 15 aprile” *L’Avvenire*, nº 1, 18/11/1894.

¹⁵⁶ Idem.

Segundo Felice Vezzani, havia pelo menos três razões para as acusações contra ele e seus companheiros: as denúncias visavam aos colaboradores de *L'Asino Umano*, aos membros do Centro Socialista Internacional, e a alguns socialistas (ou anarquistas, já que os termos pareciam estar sendo usados com grande liberdade e pouca exatidão). Para ele, as acusações de que se organizavam atentados de dinamite para aquele primeiro de maio não eram o motivo de sua prisão, mas apenas rumores levantados pelo “cônsul e alguns cabeças da colônia italiana de São Paulo” a fim de conseguir a detenção daqueles que julgavam responsáveis pelo jornal que lhes fazia clara oposição. A publicação de *L'Asino Umano* e até mesmo o receio de que novo periódico fosse fundado teriam motivado a intervenção da autoridade italiana junto à polícia brasileira e determinado a prisão dos dez indivíduos.

Argumentação semelhante foi seguida pelo jornal *L'Avvenire*, que abriu espaço para críticas bastante enfáticas contra aquele que chamou de “acusador infame, um miserável que, à sombra da cruz de Savoia, queria assassinar seus próprios compatriotas.”¹⁵⁷ Logo em seu primeiro número, seus redatores acusaram “uma camarilha de rufiões, usurários, de vis” pela denúncia contra os membros do Centro Socialista Internacional, centro este que, segundo o jornal, empenhava-se em revelar seus defeitos.¹⁵⁸ Vezzani, no entanto, em carta escrita quando ainda estava preso, logo depois da publicação do primeiro número de *L'Avvenire* e dirigida possivelmente a Giuseppe Consorti, um dos responsáveis por este jornal, afirmou que “o Centro não se ocupava dessa canalha” que os havia acusado, e seus objetivos giravam em torno de outras questões.¹⁵⁹ No entanto, tal “canalha” fora efetivamente alvo de *L'Asino Umano*:

“O cônsul e alguns cabeças da colônia italiana de São Paulo estavam furiosos por causa da publicação do jornal satírico *L'Asino Umano*, que desmascarava as suas velhacarias e açoitava o governo da Itália, não poupando golpes à burguesia em geral, sendo politicamente socialista.

Tais indivíduos, acostumados a pensar com a cabeça dos patrões, acreditavam que *L'Asino Umano* fosse inspirado e escrito por alguns jornalistas e ex-jornalistas, não acreditando que aqueles que o escreviam fossem capazes de pensar com a própria cabeça, e como eram trabalhadores, eram incapazes de exprimir suas idéias.

Desse modo, não estando satisfeito de fazer suspender o jornal durante todo o estado de sítio, quis vingar-se mais ferozmente e indicou ao chefe de polícia os nomes dos indivíduos que acreditava serem os organizadores e inspiradores de *L'Asino*, acusando-os de preparar atentados de dinamite para o 1º de Maio, e apontando-os como sócios do Centro

¹⁵⁷ “Finalmente” *L'Avvenire*, nº 3, 16/12/1894.

¹⁵⁸ “Gli arrestati del 15 aprile” *L'Avvenire*, nº 1, 18/11/1894.

¹⁵⁹ Carta de Felice Vezzani a Bimbetti [Giuseppe Consorti?], 21/11/1894, Acervo Permanente – Polícia – C2781, AESP.

Socialista, aonde enviava os seus espões, que atuavam como agentes secretos de polícia, encarregados de reportar as intenções dos acusados.”¹⁶⁰

Além de acusar “alguns cabeças da colônia italiana”, o texto escrito na prisão do Rio de Janeiro por Felice Vezzani foi enfático em afirmar que “o cônsul italiano Conde Compans de Brichanteau (...) foi a principal causa das prisões”. Também destacou a oposição que o jornal *L’Asino Umano* fizera a todos esses e ao governo da Itália, inclusive. Mas vale destacar principalmente aquele que Vezzani considerou o motivo da longa prisão que eles e seus companheiros estavam submetidos: eram “todos operários (apenas um é artista pintor)”.¹⁶¹ Por um lado, sua argumentação estava relacionada a suposições incorretas do cônsul sobre a responsabilidade por *L’Asino*, uma vez que este não fora publicado por “alguns jornalistas e ex-jornalistas”, mas sim por trabalhadores. O preconceito do cônsul contra estes teria resultado em uma denúncia que visava menos aos reais autores do jornal em questão e mais a críticos do governo italiano de forma geral, aqueles que apresentavam “uma atitude irreverente em relação à coroa da Itália”,¹⁶² como já foi dito acima – o que explicaria em parte a composição da lista enviada pelo cônsul ao Ministério dos Negócios Estrangeiros italiano e repassada à polícia paulista. Por outro, a afirmação de Vezzani de que os presos eram “todos operários” estava envolvida com o tratamento que trabalhadores recebiam da polícia, o qual já havia sido denunciado no número único do jornal que publicara pouco antes de sua prisão, *La Bestia Umana*.

“Outro dia, o segundo delegado, quando intimou Donati, redator do justicão *Asino Umano*, entre os termos corteses com que o acolheu, usou até aquele de *vagabundo*.

Vagabundo Donati e *vagabundos* os outros redatores asininos.

Mas me lembro que, quando foi chamado à polícia o advogado Audiberti para notificar-lhe a supressão de *La Patria Italiana*, foi recebido com um galanteio bem distinto, tanto que Audiberti, sentiu a necessidade de fazer um agradecimento pela *Tribuna* [*La Tribuna Italiana*, novo nome de *La Patria Italiana*].

Compreende-se como, na polícia, um advogado seja tratado de uma maneira e um operário seja tratado... de modo inverso”.¹⁶³

Vezzani acreditava que o episódio da denúncia do cônsul e de sua prisão tivesse refletido a desigualdade entre operários e os outros setores mais privilegiados da sociedade, uma vez que aqueles não tinham quem os defendesse, não tinham relações com

¹⁶⁰ Felice Vezzani. “Per gli arrestati” nº 2, 2/12/1894.

¹⁶¹ Idem.

¹⁶² Isabelle Felici. Op. cit., p. 93.

¹⁶³ La Bestia Vagabonda “Vagabondi” *La Bestia Umana*, nº 1, 31/3/1894. Sobre a suspensão de *La Patria Italiana*, *L’Asino Umano* e *La Bestia Umana*, ver o capítulo III desta tese – “Pensamento e dinamite”

personalidades locais influentes. Sobre eles teria desabado “a ira do Cônsul da Itália, ao qual a polícia de São Paulo e aquela do Rio obedeceram inconscientemente”¹⁶⁴, enquanto outros, igualmente acusados, haviam sido poupado:

“Mas o que é curioso é que, dos detidos, apenas um pertencia à redação de *L’Asino Umano* e à lista de acusados; os outros acusados não foram presos uns porque, apesar de serem sócios do Centro, não se encontravam com os detidos no momento da prisão; e outros porque, não sendo socialistas, não pertenciam ao Centro, e entre esses citamos os senhores: Rangoni, Rotellini, Cattaruzza e o tenente Sfrappini.

A polícia percebeu o equívoco somente dois dias depois e despachou ordem de prisão contra alguns, entre os quais o engenheiro Bertolotti, Cataruzza, e algum outro, mas tais ordens permaneceram letra morta pois essas pessoas eram muito bem defendidas e tinham relações com personalidades locais influentíssimas.

Permanecemos nós, todos nós operários (apenas um é artista pintor) e sobre nós desabou a ira do Cônsul da Itália, ao qual a polícia de São Paulo e a do Rio obedeceram inconscientemente.

“Pode parece inacreditável, mas temos provas.” (grifos meus)¹⁶⁵

Vezzani quis destacar, com essa passagem, a perseguição que ele e seus companheiros – “todos (...) operários” – haviam sofrido em detrimento dos outros acusados, que seriam “pessoas muito bem defendidas”. Havia o fato irrefutável, ainda que “inacreditável”, de que havia efetivamente quase oito meses que os italianos encontravam-se presos. No entanto, mesmo diante do descompasso entre o fim dos operários presos em abril e os jornalistas, advogados, engenheiros, militares acusados pelo cônsul, as sanções parecem ter atingidos a todos. O jornal *Avanti!*, ao retomar anos mais tarde as ações policiais de abril de 1894, afirmou que os acusados pelo cônsul – todos eles – haviam sofrido sanções mais ou menos fortes naquele momento, contrariando, assim, tanto a opinião de Felice Vezzani, que limitara os efeitos da repressão a ele e seus companheiros, quanto a crítica do cônsul, tratando como bom senso do governo paulista o que a

¹⁶⁴ Felice Vezzani. “Per gli arrestati” *L’Avvenire*, n° 2, 2/12/1894.

¹⁶⁵ Idem. Essa passagem pode também ajudar a entender o conteúdo da lista anônima recebida pelo chefe de polícia, ao apontar para uma segunda ação policial que procurou retificar os equívocos da primeira, emitindo ordem de prisão contra aqueles que não haviam sido encontrados na saída do Centro Socialista Internacional. Brichanteau compartilhava da interpretação de Vezzani, segundo o qual as novas ordens não haviam sido inteiramente cumpridas, “permaneceram letra morta”, devido à intervenção de “personalidades locais influentíssimas” (Cf. Isabelle Felici, op. cit., p. 94) É possível, portanto, que o cônsul, percebendo que a maior parte dos indivíduos que indicara como anarquistas permanecessem em liberdade (apenas três da lista que enviara ao Ministério italiano foram então presos), tivesse voltado à carga e reiterado a denúncia contra eles, agora em tintas mais carregadas e informações mais dramáticas, como se lê na lista anônima que chegou às mãos do chefe de polícia e que recebeu visto de alguma autoridade policial em 18 de abril, três dias após a prisão em flagrante dos supostos anarquistas.

autoridade diplomática chamara de fraqueza e influências mórbidas.¹⁶⁶ Por um lado, o periódico socialista publicou um rol de acusados ampliado, inserindo os nomes dos presentes no relatório consular e na lista anônima, dos fotografados como anarquistas na Repartição Central em abril daquele ano, e daqueles que permaneceram presos por aproximadamente 240 dias.¹⁶⁷ Também detalhou as ações repressivas sofridas por cada um – ou ainda das quais alguns conseguiram escapar:

“Dada em seguida a prisão em massa dos socialistas que se encontravam reunidos para discutir sobre as manifestações do 1º de Maio, vasculharam-se os domicílios dos outros e de quase todos os denunciados, prendeu-se por fim o mesmo Rotellini e deteve-se Domenico Rangoni, que fora informar-se sobre as razões da prisão daquele. Não foram detidos nem Sfrappini, que estava a serviço como tenente da guarda nacional, nem Masone, funcionário público, contra o qual foi iniciado uma investigação.

Cataruzza, poucos dias depois, foi preso no Rio de Janeiro, onde se encontrava a negócios, e Bertolotti escapou da prisão, e deve esse fato à simpatia que conquistara, a serviço do governo, nos trabalhos pela implantação da linha telegráfica em Itararé durante a revolta, e suspendeu-se o mandado de prisão contra ele. Foi, no entanto transferido para Iguape.

A grandiosidade do fato levou à indignação geral e até o governo teve de reparar na improcedência da acusação, uma vez que ordenou a soltura de Rotellini, Rangoni e Cataruzza, deixou de agir contra todos os acusados que não haviam sido presos, e apenas para não dar um golpe completo no senhor cônsul, manteve encarcerados (...) dez dos detidos, os quais sofreram as torturas morais e físicas mais inqualificáveis durante oito longos meses.”¹⁶⁸

Era natural que o jornal *Avanti!* tivesse uma versão distinta das ações policiais de abril, uma vez que diferentes personagens narraram-nas – Bertolotti fora um de seus fundadores e o periódico também contava com Rangoni e Cataruzza entre seus colaboradores.¹⁶⁹ Já a versão de Vezzani, produzida ainda no cárcere, semanas antes de suas libertação, porém sete meses depois de sua prisão, salientava o que o próprio *Avanti!* chamara de “as torturas morais e físicas mais inqualificáveis”. Isso porque não deve ter ficado sempre claro qual destino as autoridades diplomáticas italianas e polícias brasileiras vislumbravam para eles.

¹⁶⁶ Ofício do Cônsul Brichanteau ao Ministero degli Affari Esteri, 26/6/1894, ASMAE, Seria Polizia Internazionale, b. 47, apud Isabelle Felici, op. cit., p. 94.

¹⁶⁷ “Na lista, figuravam os nomes de Rotellini, diretor do *Fanfulla*, de Mario Cataruzza, de Domenico Rangoni, de Alessandro Sfrappini, do engenheiro Masone, de Alcibiade Bertolotti, de Felice Vezzani, Galileo Botti, Gaetano Sandri, de Augusto Donati, do pintor Massardo, de Arturo Campagnoli, de Eugenio Gastaldetti, de Albernazzi, Mafucci, Patteli, Bargione, Suppo, Caprici, Allemo, Inocenzi etc.” “Il Conte Brichanteau” *Avanti!*, nº 26, 13-14/4/1901.

¹⁶⁸ Idem.

¹⁶⁹ Sobre o jornal *Avanti!*, ver Claudia Feierabend Baeta Leal. *Anarquismo em verso e prosa*. Op. cit., p. 24.

O destino dos presos

Ainda que a deportação tenha sido o destino cogitado para os imigrantes acusados de anarquismo desde mesmo antes de sua prisão, como foi mencionado acima, chegou a ser aventada uma solução bem mais definitiva e “inapelável”, nos termos daquele que a sugerira:

“Tratando-se de uma grande responsabilidade que assumiria se agisse sem autorização do Governo Régio, assim peço à Vossa Excelência que me informe telegraficamente se minha proposta foi aprovada, isso é, se posso assegurar formalmente ao governo no estado que nenhuma reclamação será feita pelo Governo Régio acerca da expulsão, no próximo 1º de maio, de todos os principais anarquistas italianos que aqui se encontram; e se é preferível que o governo do estado os faça deportar, por sua conta, para o Pará e para o Amazonas, onde o próprio clima se encarregará de pronunciar uma sentença inapelável, ou se, ao invés, deve-se expedi-los para a Itália, à disposição da justiça punitiva do Reino.”¹⁷⁰

Mais do que impedir a propagação de teorias subversivas entre os trabalhadores brasileiros e italianos instalados em São Paulo, mais do que preservar a imagem da colônia italiana junto ao governo e população nacionais, o cônsul vislumbrou, com essa sugestão, uma forma de decretar a pena de morte dos cabeças do núcleo anarquista que identificara na capital paulista. No entanto, a sugestão pareceu morrer com o envio do relatório ao Ministério italiano e não se fez mais referências ao possível envio dos anarquistas para tais regiões marcadamente inóspitas.

A decisão do Governo Federal era de mandá-los de volta para seu país natal, e o decreto de deportação foi assinado em 4 de junho de 1894. O chefe de polícia de São Paulo e o Secretário dos Negócios da Justiça procuraram acertar as medidas atinentes à participação do envio dos italianos ao cônsul desta nacionalidade, perguntando, por exemplo, se o agente consular tinha motivo para se opor à deportação, e em 27 de junho, foi feita a comunicação oficial à autoridade diplomática de que o Governo Federal brasileiro decidira deportá-los para a Itália.¹⁷¹ Logo no dia seguinte a essa comunicação, antes mesmo que Brichanteau pudesse manifestar sua opinião sobre a decisão executiva, o chefe de

¹⁷⁰ Relatório do cônsul italiano em São Paulo, Edoardo Compans de Brichanteau, ao Ministero degli Affari Esteri, São Paulo, 28/3/1894, doc. cit.

¹⁷¹ Ofício reservado do Secretário dos Negócios da Justiça ao chefe de polícia de São Paulo, 12/6/1894, Acervo Permanente – Polícia – C2772, AESP; Ofício de Brichanteau ao MAE, 4/7/1894, ASMAE, Serie Polizia Internazionale, b. 47. apud Isabelle Felici, op. cit., 95.

polícia requisitou ao oficial externo do porto de Santos “dez passagens de 2ª classe pelo primeiro vapor com destino à Itália, combinando com o respectivo comandante para que só [permitisse] o desembarque desses passageiros em portos da Itália”.¹⁷² A data de embarque dependeria da disponibilidade dos vapores e da diligência do oficial do porto: os anarquistas seriam enviados para Santos de acordo com a data comunicada por este.

No entanto, os italianos não chegaram a seguir para Santos, nem deixaram a prisão número 2 da Luz por mais três semanas. Criou-se um impasse sobre seu destino: o cônsul italiano, instruído pelo Ministero degli Affari Esteri, solicitou ao Governo Federal brasileiro que os anarquistas não fossem enviados de volta para a Itália.¹⁷³ Segundo Isabelle Felici, o cônsul estava, porém, ciente das poucas opções que lhes restavam: a vizinha Argentina não era uma alternativa, pois acabara de expulsar um bom número de anarquistas para o Brasil e, como frisou a autoridade diplomática, não deixaria entrar em seu território indivíduos perigosos vindos de São Paulo.¹⁷⁴ O Governo Federal, através do Ministro das Relações Exteriores e certamente com vistas a um acordo entre as autoridades brasileiras e italianas, apresentou, então, outra alternativa:

“O presidente do Estado de S. Paulo pediu permissão para expulsar do território do mesmo Estado dez anarquistas italianos. Parecendo, porém, ao Governo da União mais acertado mandá-los para o presídio de Fernando de Noronha, consultei o referido Presidente, que concordou com essa medida. À vista disso, expedi-lhe no dia 17 telegrama a fim de que ele providenciasse no sentido de serem os citados anarquistas entregues ao Chefe de Polícia da Capital Federal, o que vos peço comuniqueis com urgência, à mencionada autoridade.”¹⁷⁵

Nos dias seguintes ao envio do telegrama do Ministro das Relações Exteriores ao chefe de polícia de São Paulo, os presos foram entregues pelo carcereiro da Cadeia Pública da Capital a uma força de 26 praças e enviados para o Rio de Janeiro no dia 20 de julho, no trem que para lá partiu às 5 da manhã, em um vagão de primeira classe, sendo o cônsul italiano então informado pelo Secretário dos Negócios da Justiça.¹⁷⁶ Todavia, e mais uma

¹⁷² Ofício do chefe de polícia de São Paulo ao oficial externo do porto de Santos, 28/6/1894, Acervo Permanente – Polícia – C2773, AESP.

¹⁷³ Ofício de Brichanteau ao MAE, 4/7/1894, doc. cit.

¹⁷⁴ Ofício de Brichanteau ao MAE, 26/6/1894, doc. cit Sobre a expulsão de anarquistas da Argentina com destino ao Brasil em dezembro de 1893, ver o capítulo III desta tese – “Pensamento e dinamite”.

¹⁷⁵ Ofício confidencial do Ministro das Relações Exteriores ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores, 20/7/1894, Arquivo Nacional, GIF1 6C- 5.

¹⁷⁶ Portaria nº 533 do chefe de polícia de São Paulo ao carcereiro da Cadeia Pública da Capital, 18/7/1894, Acervo Permanente – Polícia – C2768; ofício reservado do chefe de polícia de São Paulo ao Secretário dos Negócios da Justiça, 19/7/1894, Acervo Permanente – Polícia – C2783; ofício do tenente Augusto de

vez, a decisão do Governo brasileiro desagradou as autoridades italianas e o cônsul Brichanteau opôs-se à condenação dos italianos a trabalhos forçados no presídio de Fernando de Noronha. Ele argumentou então que os anarquistas, ainda que fossem muito perigosos, não haviam cometido, em São Paulo, nenhum ato material que pudesse justificar o rigor de tal medida, ainda mais sem o julgamento de um tribunal competente – numa clara contradição com as medidas que havia defendido antes, possivelmente motivado por instruções de seus superiores na Itália.¹⁷⁷

Porém, mais do que com a situação de seus compatriotas, Brichanteau preocupava-se com os protestos que seriam realizados frente a tal medida. O cônsul certamente ainda trazia vivas na memória as manifestações contrárias a ele: a imprensa paulista e mesmo a carioca publicaram, logo após a prisão dos dez indivíduos, ao longo de 1894 (e mesmo mais tarde, por outros anos a fio), artigos e notas criticando a postura do cônsul naquele incidente. Segundo Isabelle Felici, o jornal *Fanfulla* teria recolhido por volta de mil assinaturas contra Brichanteau já em abril, e em maio daquele mesmo ano, esse periódico publicou uma carta do Centro Socialista Internacional contra a prisão dos italianos.¹⁷⁸

Novamente os presos foram obrigados a esperar pelas decisões e acordos das autoridades brasileiras e italianas. Instalados na prisão da Capital Federal, onde, segundo Felice Vezzani, a incomunicabilidade foi suspensa, puderam “escrever a pessoas de coração”, e fizeram contato com pessoas – “todos brasileiros” – que, “com inteligência e amor à justiça” agiram em seu favor.¹⁷⁹ O pintor italiano tomou para si a incumbência de narrar a experiência que ele e seus companheiros tiveram desde sua prisão, em abril, até meados de novembro, quando redigiu um longo texto publicado primeiramente pelo jornal carioca *O Estrangeiro* e transcrito no segundo número de *L'Avvenire*. Seu artigo tinha a dupla função de denunciar as ilegalidades envolvidas na sua longuíssima prisão e de seus companheiros e de protestar contra a nova ordem de deportação: em 9 de novembro, teria sido comunicado aos presos que seis deles seriam deportados dentro de oito dias, com a

Carvalho do 1º Batalhão de Infantaria da Guarda Nacional de São Paulo, 23/7/1894, Acervo Permanente – Polícia – C2771, AESP.

¹⁷⁷ Ofício de Brichanteau ao MAE, 4/8/1894, ASMAE, Serie Polizia Internazionale, b. 47. apud Isabelle Felici, op. cit., 95.

¹⁷⁸ “Il Conte Brichanteau” *Avanti!*, 13-14/4/1901; Isabelle Felici. Op. cit., pp. 93-94.

¹⁷⁹ Felice Vezzani. “Per gli arrestati” *L'Avvenire*, nº 2, 2/12/1894.

obrigação – sublinhada veementemente como absurda – de pagarem os bilhetes de embarque.¹⁸⁰

Vezzani procurou sumarizar as informações que chegaram até eles sobre seu próximo destino ou sobre a resolução da questão, às quais tivera acesso provavelmente através das “eméritas pessoas” que intervieram em seu favor, cujos nomes não citou para não os expor aos “abusos legais que se cometeram e que se cometem.”¹⁸¹ Primeiramente, deu conta do termo de acusação enviado pelas autoridades paulista para aquelas da Capital Federal, afirmando que, “se tivesse um décimo de verdade”, deveriam ser todos eles condenados. O argumento do chefe de polícia girara principalmente em torno da acusação de que o “Centro Socialista era considerado uma associação anarquista e *anarquistas todos os seus sócios*” (grifos no original), sendo esse o motivo da deportação.

No entanto, a deportação não ocorrera, mesmo com a assinatura de um novo decreto de expulsão em 25 de agosto contra seis dos italianos presos em abril “por sua conduta irregular” e por tornarem-se “indignos da hospitalidade brasileira, (...) prejudiciais à segurança e tranqüilidade públicas”.¹⁸² Segundo a narrativa de Vezzani, parecia estar influenciando negativamente a intensa interferência do cônsul italiano no processo – notas de 20 e 25 de agosto entregues ao pintor italiano apontavam o agente consular como “reles intrigante” e afirmavam que ele estava “julgado na opinião do Presidente e do Chefe de Polícia e inutilizado para fazer qualquer intriga.” Também deve ter influenciado a

¹⁸⁰ Idem.

¹⁸¹ Vale notar que o texto de Vezzani, escrito em italiano, conta com passagens em português, justamente aquelas em que transcreveria as observações dos brasileiros que os defendiam e trechos dos documentos das autoridades paulistas e federais, sugerindo uma efetiva cópia dos documentos. Quanto àqueles que intervieram a favor dos presos, segundo Martino Stanga, em seu “Il movimento socialie al Brasile - Rassegna Cronologica” (doc. cit.), o Apostolado Positivista do Rio de Janeiro havia conseguido, junto ao novo presidente Prudente de Moraes que os presos não fossem expulsos do país. O artigo “Finalmente”, publicado por *L'Avvenire*, comunica a libertação dos presos, rebatendo as alegações das autoridades diplomáticas italianas (que afirmavam terem sido responsáveis pelo sucesso das negociações) e atribuindo a liberdade dos presos a “pessoas corajosas e boas, que militam num campo diverso ao nosso, o positivismo.” (“Finalmente”, *L'Avvenire*, nº 3, 16/12/1894.)

¹⁸² Decreto de expulsão de Felice Vezzani, Augusto Bargione, André Allemos, Arturo Campagnoli, Alfredo Capricci, Antonio Mafucci e Antonio Balassini, 25/8/1894, Arquivo Nacional, GIFÍ 6C – 5. Antonio Balassini ou Bilancini já tivera sua deportação decretada havia algumas semanas, em 3/8/1894, por ser “perigoso anarquista” (Decreto de expulsão de Antonio Bilancini, 3/8/1894, Arquivo Nacional, GIFÍ 6C – 5.). A inserção de seu nome na lista dos presos enviados de São Paulo e deportados pelo mesmo motivo devia tratar-se de uma reiteração da ordem de expulsão. Sua deportação, porém, não foi efetivada e Balassini foi posto em liberdade em 14/11/1894 (“Habeas-corpus” *O Paiz*, 25/11/1894.) Vale ainda atentar para o fato de que quatro dos presos em São Paulo – Eugenio Gastaldetti, Galileo Botti, Francesco Patelli e Serafino Supo – não constavam desse novo decreto, apesar de continuarem presos na cadeia da Capital Federal, como afirmou Vezzani em seu artigo “Per gli arrestati” (op. cit.)

suspensão do processo de deportação o telegrama enviado pelo presidente do estado de São Paulo, Bernardino de Campos, em que pediu para ser suspenso o procedimento contra os anarquistas até que fosse verificado se lhes era dado “conveniente tratamento.”¹⁸³ Outro fator que também parece ter emperrado a resolução da situação dos presos como anarquistas foi o afastamento do chefe de polícia no final de agosto.¹⁸⁴

Com o retorno do chefe de polícia de São Paulo, os procedimentos sobre os anarquistas foram retomados e o interlocutor de Vezzani, que procurava agir junto às autoridades federais para impedir a deportação e solucionar a questão, demonstrou esperanças e pediu um pouco mais de paciência dos presos. No entanto, o cônsul italiano parece ter interferido mais uma vez para obstar a saída dos acusados de anarquista, como afirmou o defensor dos presos em trecho transcrito por Vezzani, e nova ordem de deportação foi proferida. A medida parece que se efetivaria desta vez: um telegrama foi enviado pelo chefe de polícia do Rio de Janeiro ao de São Paulo solicitando com urgência os “valores e objetos arrecadados” aos anarquistas – “Allemos André e companheiros”, que estavam prestes a embarcar deportados.¹⁸⁵ O próprio texto de Vezzani, datado do mesmo dia do envio desse telegrama, sugere uma última tentativa de evitar a deportação, fazendo um apelo à opinião pública.

Os nomes dos seis indivíduos que seriam então deportados não foram discriminados por Vezzani; sabe-se, porém, que este se encontrava entre os expulsos (como se lê em seu artigo), assim como Allemos, que fora mencionado no telegrama do chefe de polícia da Capital Federal. Dados os presos que impetraram pedido de *habeas corpus* junto ao Superior Tribunal Federal pouco tempo depois – Felice Vezzani, André Allemos, Arturo Campagnoli, Antonio Maffuci, Francesco Patteli e Gallileo Botti – e a coincidência dos dois primeiros, pode-se supor que fossem esses os deportados.¹⁸⁶

Vale atentar, portanto, para as diferenças entre as três ordens de expulsão decretadas contra os presos de abril, a de 4 de junho, a de 25 de agosto e a dos primeiros dias de

¹⁸³ Telegrama de Bernardino de Campos ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores, Cassiano do Nascimento, 24 ou 25/8/1894, Arquivo Nacional, GIF1 6C – 5.

¹⁸⁴ De fato, em ofício de 6/9/1894 ao chefe de polícia da Capital Federal, em que se informou que as cópias dos inquéritos dos anarquistas haviam sido enviadas no mês anterior, o delegado Paula Cândido assinou pelo chefe de polícia de São Paulo. (Ofício do delegado de polícia de São Paulo, Paula Cândido, ao chefe de polícia da Capital Federal, 6/9/1894, Acervo Permanente – Polícia – C2769, AESP.)

¹⁸⁵ Telegrama do chefe de polícia do Rio de Janeiro ao chefe de polícia de São Paulo, 14/11/1894, Acervo Permanente – Polícia – C2781, AESP.

¹⁸⁶ “Habeas-corpus” O Paiz, 25/11/1894.

novembro: dos dez detentos transferidos para o Rio de Janeiro por já terem sido deportados, apenas seis foram citados no decreto de agosto. Entre os recursos de que poderiam ter lançado mão para evitar a deportação e de que se tem referência, sabe-se da alegação de nacionalidade brasileira por Serafino Supo, desmentida em seguida.¹⁸⁷ Tem-se também referência ao pedido de *habeas corpus* feito por Arturo Campagnoli no final de junho, denegado pela própria autoridade policial – o preso não chegou nem ao menos a ser enviado ao Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal, que solicitara sua presença. No mesmo ofício através do qual o chefe de polícia de São Paulo foi comunicado da existência do pedido, lê-se: “Oficie-se ao Juiz da 1ª Vara comunicando que Arthur (sic) Campagnoli está fora do direito comum, preso por anarquista para ser deportado por ordem do Governo Federal.”¹⁸⁸

É provável que a razão de Campagnoli estar situado “fora do direito comum” fosse antes a ordem do Governo Federal do que a simples acusação de anarquista. É também razoável pensar que o mesmo motivo tenha influenciado a decisão dos juízes Pereira Franco, Piza Almeida e José Hygino, que denegaram os pedidos de *habeas corpus* de Francesco Patelli, André Allemos, Arturo Campagnoli, Felice Vezzani, Antonio Maffuci e Galileo Botti.¹⁸⁹ Consta que os esclarecimentos prestados pelo chefe de polícia da Capital Federal ao presidente do Supremo Tribunal Federal sobre os seis italianos supracitados mencionavam tanto a acusação de “anarquistas dinamitistas” quando a decisão executiva de expulsão:

“Secretaria de polícia do Distrito Federal – Ao cidadão presidente do Supremo Tribunal Federal – Em ofício de 21 do corrente, me recomendastes que a esse supremo tribunal prestasse os necessários esclarecimentos acerca dos motivos porque se acham presos os indivíduos de nomes Felice Vezzani, Allemos André, Campagnoli Arturo, Antonio Maffuci, Patelli Francesco e Gallileo Botti, que impetraram *habeas-corpus*.

Cumprindo aquela ordem, oferece-se-me informar-vos que esses indivíduos e mais quatro, todos italianos, foram apontados pelo próprio cônsul de sua nacionalidade ao Dr. chefe de polícia do Estado de S. Paulo como *anarquistas dinamiteiros*, sendo que aquela autoridade abriu contra eles inquérito, prendendo-os à vista das provas que obtive e os remeteu para esta capital para daqui serem deportados, *conforme a determinação contida no decreto de 4 de junho último*, aguardando-se tão somente a oportunidade para efetuar-se a deportação. – Saúde e fraternidade – o chefe de polícia, André Cavalcanti de Albuquerque.”¹⁹⁰ (grifos meus)

¹⁸⁷ Carta de Serafino Suppo ao chefe de polícia de São Paulo, 18/6/1894, doc. cit.

¹⁸⁸ Ofício do diretor da Cadeia Pública da Capital ao chefe de polícia de São Paulo, 29/6/1894, Acervo Permanente – Polícia – C2786, AESP.

¹⁸⁹ “Habeas-corpus” O Paiz, 25/11/1894.

¹⁹⁰ Idem.

As decisões executivas de expulsão, no entanto, não eram necessariamente sempre acatadas nos votos dos juízes do Supremo Tribunal Federal sobre a expulsão de estrangeiros. Para todos os efeitos, as autoridades judiciárias poderiam anular a decisão do Governo Federal se esta contrariasse a Constituição ou lei em vigor. Porém, em alguns poucos exemplos levantados junto a esse tribunal, percebe-se que os votos dos juízes variavam de acordo com diversos fatores presentes nos processos movidos contra os estrangeiros e nas reclamações apresentadas por estes. Tratava-se, primeiramente, de uma questão de competência, ou, em outras palavras, se “a faculdade de deportar o estrangeiro, cuja permanência no país é prejudicial ou inconveniente, [decorria] imediatamente do direito de soberania nacional” ou não.¹⁹¹ O fato de não haver uma lei especialmente dedicada a regular os casos em que a expulsão de estrangeiros era apropriada apresentava-se como um problema a ser discutido quando a deportação era questionada. Mesmo que se pudesse levantar o argumento de que a faculdade de expulsão, mais do que por uma lei impressa, deveria ser regulada e mesmo limitada pela “conveniência do bem geral e indeclinável necessidade de assegurar eficazmente a manutenção da ordem pública”, opunha-se a tal argumento o artigo 72 da Constituição, principalmente no que diz respeito à “inviolabilidade dos direitos concernentes à liberdade individual, à segurança pública e à propriedade” de nacionais e igualmente de estrangeiros, assim como o fato de não haver lei ou artigo de lei em vigor que outorgasse ao Executivo a faculdade de deportação.¹⁹²

O recurso à deportação aparecia, por vezes, de fato, no Código Penal promulgado em 1890, fosse na forma de pena, fosse ainda como consequência de uma condenação judicial. Era, portanto, regulado por lei e correspondente ao crime cometido. Nesse sentido, pode-se entender também que o teor da acusação contra o estrangeiro fosse levado em conta nos votos dos juízes: o fato de um estrangeiro “não ser vadio ou criminoso” – ou seja, não ser indiciado pelos artigos 399 e 400 do Código Penal, nem ter cometido crime ou

¹⁹¹ Ver, por exemplo, as discussões e votos presentes nos “Autos do recurso de *habeas corpus* em que é recorrente José de Castro Coelho”, nº 388, Supremo Tribunal Federal, Rio de Janeiro, 21/6/1893, Arquivo Histórico do Supremo Tribunal Federal.

¹⁹² Art. 72 da *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891. Ver também os “Autos de petição de *habeas corpus* em que é paciente Miguel Francisco da Rosa”, nº 524, Supremo Tribunal Federal, Rio de Janeiro, 15/9/1894, “Autos de petição de *habeas corpus* em que é paciente David Morriz Jones”, nº 550, Supremo Tribunal Federal, Rio de Janeiro, 19/9/1894; “Autos de petição de *habeas corpus* em que é paciente Miguel Hintnez”, nº 564, Supremo Tribunal Federal, Rio de Janeiro, 22/9/1894, Arquivo Histórico do Supremo Tribunal Federal.

delito citado por esse – pesava em seu favor, e os juízes podiam usar tal argumento para tentar suspender a ordem do Governo.¹⁹³

Por outro lado, nos argumentos em que pesava mais a defesa da soberania nacional, a questão da reincidência das acusações era sublinhada,¹⁹⁴ assim como a periculosidade dos pacientes dos pedidos de *habeas corpus* em casos de expulsão: para “a segurança e defesa do Estado, [era] indispensável a faculdade de fazer retirar os *estrangeiros incorrigíveis ou perigosos* que por qualquer motivo [pudessem] comprometer os interesses públicos.” (grifos meus) Nesse sentido, a acusação de “anarquistas dinamitistas” deve ter sido considerada suficiente para até violar as liberdades individuais asseguradas pela Constituição.

Estranhamente, os pedidos de Eugenio Gastaldetti e Alfredo Capricci foram mais bem acolhidos: foi-lhes concedida a ordem para apresentação frente ao Juiz, e logo no primeiro dia de dezembro, foram postos em liberdade, junto a Augusto Bargione e Serafino Suppo, que nem sequer haviam dado entrada com seus pedidos de *habeas corpus*.¹⁹⁵ Já os outros seis – Felice Vezzani, Arturo Campagnoli, Andréa Alemos, Galileo Botti, Alfredo Capricci, Antonio Mafucci – foram enviados para São Paulo no início de dezembro, onde “foram postos à disposição do Presidente deste Estado” e, pouco depois, por ordem deste, libertados.¹⁹⁶

“Tinham decorridos oito longos meses quando em dezembro de [18]94 um telegrama – como se quisesse comunicar-nos próximas perseguições – dizia-nos: Bimbetti – S. Paulo hoje chegamos – Felix. Sobressaltamo-nos de alegria e a hora chegada do comboio parecia não querer vir, o tempo avançava com um vagar torturante.

O sinal da chegada soa, por fim; dois fanais vermelhos, o rumor lento da locomotiva fazem bater fortemente os nossos corações. Ouve-se então o hino dos presos, o vagão é tomado de assalto, os soldados, de baioneta calada, ficam surpreendidos. Abraçamos-nos estreitamente como se quiséssemos comunicar os nossos sofrimentos.

¹⁹³ “Autos do recurso de *habeas corpus* em que é recorrente José de Castro Coelho”, nº 388, Supremo Tribunal Federal, Rio de Janeiro, 21/6/1893, Arquivo Histórico do Supremo Tribunal Federal.

¹⁹⁴ Seguia-se, assim, o mesmo pressuposto que já direcionava o Código Penal, que tratava a reincidência como agravante. No caso dos vadios, por exemplo, a reincidência é exatamente o assunto do artigo 400: “Se o termo [de tomar ocupação] for quebrado, o que importará reincidência, o infrator será recolhido, por um a três anos, a colônias penais que se fundarem em ilhas marítimas, ou nas fronteiras do território nacional, podendo para esse fim ser aproveitados os presídios militares existentes.” (Código Penal dos Estados Unidos do Brasil in: *Decretos do Governo provisório da República dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890)

¹⁹⁵ Ofício de Gonçalves Ferreira [??] ao chefe de polícia do Distrito Federal, 1º/12/1894, Arquivo Nacional, GIF1 6C-5.

¹⁹⁶ Ofício do chefe de polícia de São Paulo ao chefe de polícia do Distrito Federal, 9/12/1894,; ofício do chefe de polícia de SP ao major 2º delegado da Capital, Acervo Permanente – Polícia – C2774.

Felice, Arturo, Andréa, Galileo, Alfredo e Antonio são os nomes que se confundem com os nossos; e o velho hino da Internacional:

Solleliamo alta la fonte
Irrompe em nosso peito.”¹⁹⁷

Apesar da decisão do Supremo Tribunal Federal, o governo paulista deve ter optado por evitar os transtornos do ano anterior, quando a expulsão de vários italianos foi muito mal vista pelas autoridades daquele outro país. No entanto, repetira o recurso da detenção prolongada, sem processo ou julgamento, a que já submetera imigrantes em 1893, acusados de anarquistas quando de sua saída da Itália. O próximo capítulo vai tratar desses episódios, discutindo outras formas acionadas na repressão a esses militantes.

¹⁹⁷ A. Donati. “Recordemos, pois...” *O Amigo do Povo*, nº 4, 24/5/1902.

II

Imigrantes anarquistas

“Eles não trazem a enxada e o malho que enobrecem o homem e o enriquecem, enriquecendo a terra que os acolhe, trazem antes elementos destruidores; não trazem sementes de produtos agrícolas, trazem narcóticos e venenos; não trazem o braço que trabalha, trazem o braço que incendia; não trazem civilização, trazem dinamite; não vêm para construir, vêm para demolir.” Theodoro Dias de Carvalho Júnior, chefe de Polícia de São Paulo, 1893.¹

Em 20 de janeiro de 1893, o vapor italiano *Solferino* partiu de Gênova com destino ao porto de Santos levando 924 imigrantes às custas da Sociedade Promotora de Imigração de São Paulo. Segundo a lista assinada pelo Cônsul Geral do Brasil em Gênova, João Antonio Rodrigues Martins, os passageiros dividiam-se entre uma maioria italiana e um número bem menor de alemães; declaravam serem todos agricultores e terem o catolicismo como religião. Pouco mais de três semanas depois, esse navio aportou em Santos, onde os passageiros desembarcaram assistidos pelo presidente do Estado, pelo secretário do interior e pelo diretor da Higiene.² Seguiram, possivelmente depois de passarem pela desinfecção estipulada para combater a epidemia de febre amarela, para a Hospedaria de Imigrantes, na capital paulista.³ O número de imigrantes encontrava-se reduzido, porém: três crianças italianas não resistiram à viagem e morreram a bordo, assim como um homem adulto de mesma nacionalidade; um menino alemão de 4 anos falecera ainda em Gênova, enquanto uma menina italiana de apenas 1 ano de idade morreu em Santos, vítima das condições insalubres da viagem, de fome ou de alguma doença fatal aos pequeninos. Alguns poucos, cujos nomes constavam da lista de passageiros, não foram localizados e, quando do desembarque, presumiu-se que não tinham vindo. Vinte e seis foram rejeitados na Hospedaria: o diretor desse estabelecimento justificou seu ato sumariamente, afirmando que o fazia devido a atestado consular de Gênova, que declarou que os imigrantes seguiam

¹ Relatório reservado do chefe de polícia de São Paulo, Theodoro Dias de Carvalho Júnior, ao presidente de São Paulo, Bernardino de Campos, 10/7/1893, Acervo Permanente – Polícia – C2760, AESP.

² “Serviço Sanitário” *Correio Paulistano*, nº 10905, 16(17)/2/1893.

³ Idem.

para o Rio de Janeiro. Por fim, deram entrada na Hospedaria de Imigrantes entre os dias 16 e 18 de fevereiro daquele ano 872 imigrantes.⁴

Segundo sugeriu o jornal *Correio Paulistano*, o presidente do Estado, o secretário do Interior e o diretor da Higiene haviam se dirigido a Santos por terem informação que 900 imigrantes viriam daquela cidade para a capital, e a fim de averiguarem as providências tomadas para conter a epidemia de febre amarela que se desenvolvia naquele porto. As autoridades teriam assistido então “ao serviço de desembarque, desinfecção e arrolamento”.⁵ Além das medidas tomadas pelo Serviço Sanitário, nada mais foi relatado então pelo periódico sobre o desembarque daquelas centenas de imigrantes.

No entanto, dos 872 passageiros do vapor *Solferino* que deram entrada na Hospedaria de Imigrantes, oito italianos e um austríaco (não alemão, como indicava a lista do vapor), com suas respectivas famílias, foram presos e deportados por causa de uma denúncia vinda de Gênova que os apontava como “anarquistas perigosos”.⁶ O imigrante austríaco e sua família conseguiram, graças à rápida interferência da legação Austro-Húngara, permanecer em território brasileiro. Os italianos, por sua vez, foram obrigados a deixar o país no dia 11 de março, de volta à Itália.

Alguns meses mais tarde, nova denúncia alvoroçou as autoridades brasileiras: no dia 20 de maio, a Inspetoria Geral das Terras e Colonização enviou um ofício reservado ao presidente de São Paulo comunicando que recebera “informações fidedignas” da Sociedade Promotora da Imigração de que anarquistas haviam sido introduzidos em território paulista.⁷ Junto a esse ofício, seguiu uma relação com os nomes dos indivíduos suspeitos que haviam chegado em 12 de maio no vapor italiano *Arno*. O chefe de polícia determinou

⁴ “Relazione - Lista degli Emigranti imbarcati in Genova a bordo del vapore italiano ‘Solferino’ partito il giorno 20 Gennaio 1893 con destino a Santos per conto del contratto stipulato per la Sociedade Promotora d’Imigração de São Paulo ed il Governo della Repubblica degli Stati Uniti del Brasile” Memorial do Imigrante/ Museu da Imigração, São Paulo.

⁵ “Serviço Sanitário” *Correio Paulistano*, nº 10905, 16(17)/2/1893.

⁶ Cópia do ofício do Inspetor Geral de Terras e Colonização, Lycurgo José de Mello, ao presidente do estado de São Paulo, 21/2/1893, in: Ministério das Relações Exteriores. *Reclamação Austríaca de Luis Emilio Quaas – preso como anarchista para ser expulso – Informação prestada à câmara dos Srs. Deputados em 21 de agosto de 1896*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1896. (Obras Raras da Biblioteca Nacional – RJ) Informação idêntica foi enviada pelo Secretário dos Negócios da Justiça ao chefe de polícia de São Paulo em 23/2/1893. (Ofício do Secretário de Justiça ao chefe de polícia de São Paulo, 23/2/1893, Acervo Permanente – Polícia – C3200, AESP.)

⁷ Ofício reservado do Inspetor Geral de Terras e Colonização, Lycurgo José de Mello, ao presidente do estado de São Paulo, Bernardino de Campos, 20/5/1893, anexado ao Inquérito Policial de 18/7/1893, Acervo Permanente – Processos Policiais – C3223, AESP.

que o delegado responsável detivesse os indivíduos suspeitos e apreendesse suas bagagens, as quais deveriam ser examinadas por funcionários da Alfândega. O destino dos suspeitos seria determinado pelo governo do estado; até lá, eles deveriam permanecer na detenção.⁸

Pouco foi encontrado nas fontes policiais sobre esses suspeitos. Por causa da lista enviada da Itália, no entanto, sabe-se que eram 30 homens, entre 21 e 53 anos de idade, que se haviam apresentado como primos, cunhados ou sobrinhos de outros passageiros do vapor. Vinham destacados ainda nomes de indivíduos que levantaram suspeitas por se dizerem trabalhadores, mas se vestirem elegantemente e ainda por portarem “uma carta da Direção General da Navigazione General Italiana em Roma para que se entregasse a eles um lugar especial”.⁹ Ao menos dois passageiros do vapor *Arno* foram detidos e interrogados sobre seu envolvimento com idéias e atividades anarquistas. Sobre o primeiro, havia informações de que trabalhara com um jornal socialista na Itália e foi sugerido que era realmente um militante anarquista.¹⁰ Sobre o segundo, aparentemente só pesava a acusação de ter embarcado como primo de uma família de imigrantes, indicando que tentara, assim, burlar a preferência por famílias e a desconfiança do governo brasileiro em relação a homens solteiros. Um terceiro passageiro do vapor *Arno*, ainda que não apontado como suspeito na lista citada acima, foi chamado à polícia porque em sua companhia haviam embarcado cinco supostos cunhados. O delegado responsável chegou a pedir passagens para deportar os dois primeiros, voltando em seguida atrás na sua decisão, sem maiores explicações.

O perigo, no entanto, continuava a rondar de perto o porto de Santos. Em julho do mesmo ano de 1893, o presidente do estado de São Paulo, Bernardino de Campos, recebeu a informação de que o governo italiano teria feito embarcar no navio *Stura*, “com o destino ao Brasil, agregados às famílias de agricultores e no caráter de primos, a indivíduos a quem quer expulsar da Itália por serem anarquistas e socialistas reconhecidos.” (grifo no original).¹¹ Vinte imigrantes, entre suspeitos por constarem como primos e famílias que os

⁸ Observações de 23/5/1893 do chefe de polícia de São Paulo no verso do ofício reservado do Inspetor Geral de Terras e Colonização, Lycurgo José de Mello, ao presidente do estado de São Paulo, Bernardino de Campos, 20/5/1893, doc. cit.

⁹ Lista de passageiros suspeitos do Vapor *Arno*, entrado a 14/5/1893, anexado ao Inquérito Policial de 18/7/1893, Acervo Permanente – Processos Policiais – C3223, AESP.

¹⁰ Auto de Declarações de Riccardo Morbioli, 24/5/1893, anexado ao Inquérito Policial de 18/7/1893, doc. cit.

¹¹ Ofício reservado do Inspetor Geral das Terras e Colonização ao presidente do estado de São Paulo, 13/7/1893, Acervo Permanente – Polícia – C2756, AESP.

teriam acolhido como tal, foram presos ainda na Hospedaria de Imigrantes, e em seguida interrogados. Quatro dias mais tarde, porém, após o quinto delegado de polícia, Bento Pereira Bueno, concluir que a denúncia não tinha fundamento, foram postos em liberdade - curiosa e paradoxalmente, no mesmo dia em que foi expedido um decreto de deportação contra vários desses imigrantes presos.¹²

Os anarquistas, “indivíduos perigosos”, “agitadores perversos”¹³ eram, até pouco tempo, essencialmente tema de notas e telegramas internacionais na grande imprensa, dedicados a cobrirem as explosões de dinamite, atentados e conflitos ocorridos na Europa e na América do Norte. Alguns “dinamitistas” e “nihilistas” tornaram-se celebridades nesses primeiros anos da década de 1890, com seus feitos sendo condenados internacionalmente e suas execuções, alardeadas. Os periódicos paulistas não deixaram de relatar os atentados de Haymarket, de Giovanni Passanante contra o rei Umberto I, e de Charles Gallo, contra a Bolsa de Paris. Mais tarde, noticiaram os feitos de Ravachol e Auguste Vaillant, assim como suas execuções, e deram grande destaque aos magnicídios que se seguiram ao assassinato do presidente francês Sadi Carnot, em 1894. Tornavam, assim, relativamente pública a prática da propaganda pelo feito – “propaganda by deed” – discutida inclusive entre os anarquistas e condenada fora de seus círculos.¹⁴

Sua presença no Brasil, mais especificamente em São Paulo, no entanto, também passou a ser notada e sublinhada já nos primeiros anos da República.¹⁵ O episódio da Colônia Cecília, no estado de Paraná, recebera atenção das autoridades brasileiras e

¹² Ofício do 2º Sargento Comandante do Destacamento da Imigração, João Baptista de Andrada, ao Fiscal do 5º Batalhão de Infantaria, Major Enéas de Siqueira Porto, 24/7/1893; Termo de sindicância – declaração da 2ª testemunha, arvorado Olívio Martins de Brito, 29/7/1893, Acervo Permanente – Processos Policiais – C3222, AESP; Decreto de deportação de Buzatti Gedeone, Valentino Amiceto, Felippo Carlo, Salvatore, Neri Giuseppe, Micucci Giuseppe, Stocchi Carlo, Alessandro Domenico, De Angelis Luigi, Carmine, Steffano, Simeone, Vincenzo, Giovanni, Francesco, Domenico, Di Biasio, Celere Fortunato, Bilancione Adams e Mussone Augusto, 22/7/1893, anexado ao Inquérito Policial de 18/7/1893, doc. cit.

¹³ *Correio Paulistano*, nº 10973, 17/5/1893.

¹⁴ Sobre as formas de propaganda pelo feito e atentados anarquista na Europa ver Ettore Zoccoli. *L'Anarchia: Gli Agitatori – Le Idee – I fatti*. Milão: Fratelli Bocca Editori, s.d. (reimpressão integral da edição de 1907); James Joll. *Anarquistas e Anarquismo*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1964; Richard Bach Jensen. “The International Anti-Anarchist Conference of 1898 and the origins of Interpol” *Journal of Contemporary History*, vol. 16, n. 22, abril/1981; Pier Carlo Masini. *Storia degli anarchici italiani nell'epoca degli attentati*. Milão, Rizzoli Editore, 1981; Rafael Nuñez Florencio. *El terrorismo anarquista (1888-1909)*. Madri: Siglo XXI de España Editores, 1983; Jean Maitron. *Le mouvement anarchiste en France (des origines á 1914)*. Paris: Librairie François Maspero, 1983.

¹⁵ Cf. Isabelle Felici. *Les italiens dans le mouvement anarchiste au Brésil, 1890-1920*. Tese de Doutorado, Études Italiennes, Université de la Sorbonne nouvelle – Paris, 1994, [s.l.]: [s.n.] http://raforum.apinc.org/article.php3?id_article=661

italianas.¹⁶ A partir de 1890, por sua vez, anarquistas passaram a constar da correspondência diplomática entre Brasil e Itália;¹⁷ em 1893, apareceram também nos ofícios da Sociedade Promotora de Imigração, em notas dos ministérios e secretarias do estado, em avisos da chefatura de polícia, nos portos brasileiros, nas cadeias paulistas. Pesava então tanto a reconhecida decisão europeia de se livrar dos indivíduos indesejáveis quanto a preocupação brasileira de não servir de abrigo para tais elementos; pesava também o medo de ver o território brasileiro invadido por homens e mulheres que falavam outras línguas, imigrantes que professavam outros credos e podiam acreditar em outras formas de organização e conflito.

Este capítulo vai tratar exatamente desse momento em que os anarquistas foram vistos e tratados como um perigo a ser barrado na porta de entrada – mesmo que algumas iniciativas suspeitas de anarquistas já viessem ocorrendo na capital paulista, como se verá no terceiro capítulo.¹⁸ Ainda que as deportações de anarquistas estrangeiros tenham se estendido durante toda a Primeira República e para além dela, o ano de 1893 contou com interessantes exemplos da tentativa policial e repressiva brasileira de não deixar o anarquismo deitar raízes neste país. Sua estratégia era então a de barrar “anarquistas e socialistas reconhecidos” fugidos ou deportados de outros países, os quais supostamente viriam para divulgar os princípios dessa doutrina nas cidades brasileiras. Sem eles, (nas palavras do chefe de polícia de São Paulo) “indivíduos insinuantes, mas de mediano talento e de medíocre instrução, cuja índole destruidora e sentimentos ignóbeis os tornam verdadeiras aberrações morais”¹⁹, o governo brasileiro, por um lado, poderia buscar

¹⁶ Sobre a Colônia Cecília, ver Afonso Schmidt. *Colônia Cecília: uma aventura anarquista na América*. São Paulo: Anchieta, 1942; Newton Stadler Sousa. *O anarquismo da Colônia Cecília*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970; Candido Mello Neto. *O anarquismo experimental de Giovanni Rossi. De Poggio al Mare à Colônia Cecília*. Ponta Grossa: Editora UEPG, 1988; Giovanni Rossi. *Colônia Cecília e outras utopias*. Curitiba, Imprensa Oficial, 2000; Isabelle Felici. “A verdadeira história da Colônia Cecília de Giovanni Rossi” *Cadernos AEL: Anarquismo e Anarquistas*. Campinas, Unicamp/IFCH, v. 8/9, 1998, pp. 9-65.

¹⁷ Isabelle Felici. *Les italiens dans le mouvement anarchiste au Brésil, 1890-1920*. Op. cit., pp. 84-85.

¹⁸ Refiro-me aqui principalmente à publicação do jornal *Gli Schiavi Bianchi*, que começou a circular em meados de 1892 e era dirigido por Galileo Botti, descrito como “anarquista confesso” pela correspondência policial (Ofício do Chefe de Polícia de São Paulo ao Secretário da Justiça do Estado de São Paulo, nº 573, 5/12/1892, Acervo permanente – Polícia – C2742, AESP). Sobre *Gli Schiavi Bianchi* e Galileo Botti, ver Isabelle Felici. *Les italiens dans le mouvement anarchiste au Brésil, 1890-1920*. Op. cit., pp. 84-88, e Claudia F. Baeta Leal. “Propaganda e Combate: a imprensa anarquista na Primeira República” (no prelo). Ver também o item “*Gli Schiavi Bianchi* e Galileo Botti” no capítulo III – “Pensamento e dinamite”.

¹⁹ Relatório reservado do chefe de polícia de São Paulo, Theodoro Dias de Carvalho Júnior, ao presidente de São Paulo, Bernardino de Campos, 10/7/1893, doc. cit..

salvaguardar o regime republicano; por outro, parecia acreditar que imigrantes, operários e camponeses estariam preservados de influências subversivas.

A partir dessa perspectiva, acredito ser possível acompanhar a construção da idéia de anarquismo no ambiente policial paulista, o que ajuda a entender as formas de tratamento delegadas aos militantes que desenvolveram atividades libertárias em São Paulo desde os primeiros anos da década de 1890. É possível, inclusive, buscar entender o tipo de suspeição a que os imigrantes eram então submetidos e o tratamento que muitas vezes recebiam na cidade de São Paulo pelo simples fato de serem estrangeiros. Creio também que a estratégia incentivada nesse ano de 1893, de proibir a entrada de “anarquistas e socialistas reconhecidos”, é interessante para se discutir como o anarquismo desenvolveu-se em São Paulo, entre trabalhadores italianos, brasileiros e de outras nacionalidades. Buscando talvez menos a noção de importação de idéias, noção essa que transfere a responsabilidade pela divulgação dos princípios libertários a uns poucos militantes, do que a perspectiva da experiência de homens e mulheres que cruzaram o Atlântico sem abandonar suas crenças, costumes e expectativas, acredito poder retirar da história dos anarquistas em São Paulo na década de 1890 a excepcionalidade muitas vezes atribuída a eles. Como afirmou Zuleika Alvim sobre as formas de organização dos imigrantes italianos em São Paulo, “não se pode esquecer que esses homens e mulheres tinham uma história anterior ao ato de emigrar e que, ao chegarem, trouxeram hábitos e anseios próprios e fortemente arraigados.”²⁰

“Anarquistas perigosos”

“O comissário de Imigração em Gênova comunica-me em confidencial de 24 do passado que entre os imigrantes embarcados naquele porto no dia 21 de janeiro, no vapor *Solferino*, e por conta da [Sociedade] Promotora [de Imigração] de São Paulo, vieram anarquistas perigosos, aos quais a polícia facilitou todos os meios para saírem da Itália (...). Levando ao vosso conhecimento a comunicação que me foi feita por aquele Comissário, tomareis as providências que entenderdes necessárias à boa paz do Estado, cuja direção vos está confiada.”²¹ (grifos no original)

²⁰ Zuleika M. F. Alvim. *Brava Gente! Os italianos em São Paulo, 1870-1920*. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 14.

²¹ Cópia do ofício do Inspetor Geral de Terras e Colonização, Lycurgo José de Mello, ao presidente do estado de São Paulo, 21/2/1893, doc. cit.

Um mês após o embarque dos “anarquistas perigosos” no porto de Gênova, esta denúncia foi dirigida ao presidente do estado de São Paulo, Bernardino de Campos. Simultaneamente, também foi alertado do perigo, pelo mesmo Inspetor Geral das Terras e Colonização, o Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.²² Não há indícios que as autoridades paulistas tivessem sido avisadas do fato antes, apesar de a informação de Gênova ter sido liberada logo após a partida do vapor que traria os suspeitos para São Paulo. Mas, a partir de 21 de fevereiro de 1893, seguiu-se uma vasta correspondência sobre o assunto.

Diversas autoridades foram em seguida informadas do fato e encarregadas de solucionar o problema – que então se configurava não mais na entrada de indivíduos suspeitos, mas na presença de acusados de anarquismo em solo paulista, uma vez que vapor chegara em Santos em 16 daquele mês.²³ Logo depois de informado, o Secretário de Agricultura, Comércio e Obras Públicas dirigiu-se ao Secretário dos Negócios da Justiça “determinando que se dessem com urgência as providências devidas para que tais indivíduos fossem presos na Hospedaria de Imigrantes se ainda ali estivessem ou onde fossem encontrados, afim de se tratar de sua imediata repatriação.”²⁴ As mesmas instruções foram passadas para o chefe de polícia em 23 de fevereiro: os imigrantes especificados em lista anexa deveriam ser presos onde fossem encontrados, “correndo a despesa da repatriação por conta da referida Sociedade [Promotora da Imigração]”.²⁵ Os primeiro e terceiro delegados da capital, por sua vez, foram comissionados pelo chefe de polícia “para efetuarem os necessários interrogatórios, autos de qualificação, de informações, de declarações e de busca nas respectivas bagagens que por ventura já houvessem chegado a

²² Relatório reservado do chefe de polícia de São Paulo ao presidente do estado de São Paulo, 10/7/1893, doc. cit.

²³ Segundo observação assinada pelo diretor da Hospedaria de Imigrantes, Antonio Alves P. d’Almeida, e pelo 2º escrivão do Tesouro, Eduardo M. Fonte, na “Relazione - Lista degli Emigranti imbarcati in Genova a bordo del vapore italiano ‘Solferino’ ...” (doc. cit.), esse navio chegara em 16 de fevereiro. A partir do dia 17, os imigrantes começaram a dar entrada na Hospedaria de Imigrantes, conforme os Livros de Registros da Hospedaria de Imigrantes, livro 37, pp. 183-196, Memorial do Imigrante/ Museu da Imigração, São Paulo.

²⁴ Relatório reservado do chefe de polícia de São Paulo ao presidente do estado de São Paulo, 10/7/1893, doc. cit.

²⁵ Ofício reservado do Secretário dos Negócios da Justiça ao chefe de polícia de São Paulo, 23/2/1893, Acervo Permanente – Polícia – C3200, AESP.

esta Capital ou a Santos, fazendo o mais minuciosos exame na correspondência e em todos os papéis que fossem encontrados”.²⁶

Dos vinte e um indivíduos apontados pelo Comissário de Imigração como “anarquistas perigosos”, apenas nove foram encontrados pela polícia e detidos: os italianos Domenico Semprini, Secondo Secondari, Paolo de Rossi, Giuseppe Gallini, Sante Leonardi, Ettore Forchini, Leonida Amici e Giuseppe Morelli, e o austríaco Loduvic Emil Quaas - dois supostos cunhados (de Rossi e Leonardi), dois chefes de família (Amici e Quaas) e cinco homens viajando desacompanhados.²⁷

Ainda que poucos, houve relatos diretos de alguns dos suspeitos. O interrogatório de apenas um deles foi encontrado – como se verá mais adiante, sem nenhuma ênfase sobre seu envolvimento com idéias anarquistas.²⁸ Dois dos imigrantes italianos produziram relatos posteriores, já de volta à Itália, sublinhando a injustiça das medidas tomadas pelo governo brasileiro contra eles – relatos dos quais só consegui a menção indireta.²⁹ Um dos imigrantes expulsos, por sua vez, retornou meses mais tarde ao Brasil e seus contatos com a polícia e o governo paulistas resultaram em alguns documentos em que se recupera sua versão da deportação.³⁰ A maior parte dos documentos sobre a prisão e deportação dos “imigrantes anarquistas” do vapor *Solferino* foi produzida, porém, por autoridades policiais, diplomáticas ou pelos governos das partes envolvidas, cada qual com objetivos mais ou menos claros, os quais marcaram a correspondência enviada, determinaram uma certa

²⁶ Relatório reservado do chefe de polícia de São Paulo ao presidente do estado de São Paulo, 10/7/1893, doc. cit.

²⁷ Vale registrar que as grafias dos nomes dos suspeitos variaram bastante de documento para documento, principalmente naqueles produzidos por autoridades brasileiras. No que diz respeito a Loduvic Emil Quaas, adotei a grafia da lista de passageiros do vapor *Solferino*. Sobre os nomes dos italianos, preservei a grafia dos documentos escritos na língua dos acusados por supor que estes respeitariam a grafia original. Isabelle Felici, no entanto, refere-se a um dos deportados como Ettore Morello, sendo que encontrei referência apenas a Giuseppe Morelli. (Isabelle Felici. *Les italiens dans le mouvement anarchiste au Brésil, 1890-1920*. Op. cit., p. 89.)

²⁸ Auto de qualificação de Emilio Lodovico Quaas, Repartição Central de Polícia, sala de audiências do primeiro delegado Bento Galvão da Costa e Silva, São Paulo, 28/2/1893 in: Ministério das Relações Exteriores. *Reclamação Austríaca de Luis Emilio Quaas*. Op. cit.

²⁹ Isabelle Felici cita, em sua tese de doutorado, as reclamações que alguns dos imigrantes deportados fizeram depois de seu retorno à Itália. Leonida Amici teria dado, em abril de 1893, uma entrevista ao periódico *La Sera*, que seria mais tarde retomada no artigo “Emigranti italiani torturati al Brasile”, publicado em *Supplemento al Caffaro*, Gênova, 20/10/1893. Paolo de Rossi, por sua vez, teria continuado a alegar até 1903 que fora vítima de uma injustiça do governo brasileiro, e Felici menciona os documentos da Prefettura de Roma, 21/5/1899, ACS, CPC, b. 1744, fasc. De Rossi, apud Isabelle Felici. *Les italiens dans le mouvement anarchiste au Brésil, 1890-1920*. Op. cit., pp. 372 e 371, notas 468 e 462, respectivamente.

³⁰ Requerimento de Giuseppe Gallini ao chefe de polícia de São Paulo, 3/10/93, Acervo Permanente – Polícia – C2764, AESP.

perspectiva do relato e da argumentação, e pesam aqui na análise que se pode fazer dessas fontes.

De uma forma simplificada, nos ofícios, cartas e avisos produzidos pelas autoridades italiana e austríaca, é possível notar tanto a determinação de arrancar do governo paulista e brasileiro uma justificativa da prisão e deportação dos imigrantes, quanto a insistência em defendê-los das acusações. Pesava, em larga medida, a própria defesa dos governos estrangeiros, indireta ou explicitamente acusados de enviarem indivíduos indesejáveis para o Brasil. Por outro lado, essa documentação também estava marcada pelas iniciativas dos imigrantes que, com queixas e reivindicações apresentadas juntos às autoridades de seus países - no que dizia respeito a maus tratos, apreensão irregular de pertences e danos físicos, morais e financeiros -, buscaram alternativas para se defenderem das injustiças que alegavam terem sofrido. No que diz respeito especificamente aos italianos, Isabelle Felici afirma que o incidente teve tamanha importância devido apenas a questões financeiras, já que os deportados entraram com um pedido de indenização pelos danos sofridos tão logo desembarcaram de volta à Itália. Segundo a autora, “se não tivesse havido esse problema de dinheiro, é provável que esta questão não tivesse alcançado tal amplitude.”³¹

Na documentação produzida pelas autoridades brasileiras, por outro lado, salta primeiramente aos olhos a intenção de justificar os atos e iniciativas tomadas em relação aos imigrantes suspeitos. A veracidade da denúncia inicial contra esses indivíduos é constantemente reafirmada e mais evidências do seu envolvimento com atividades e idéias anarquistas são sublinhadas nos ofícios enviados pelo chefe de polícia, pelo presidente de São Paulo e por ministros do Estado. São essas perspectivas no limite conflitantes – a intervenção a favor dos imigrantes pelas autoridades de seus respectivos países e a insistência na culpabilidade dos “anarquistas perigosos” por parte da polícia e governo brasileiros – que vão marcar as fontes sobre a deportação dos nove passageiros do vapor *Solferino* e dar os diversos tons para construção da suspeita e posterior deportação desses sujeitos.

Apesar das várias referências feitas à lista dos “anarquista perigosos” nos diversos ofícios e avisos que trataram dos imigrantes do vapor *Solferino*, que sempre a indicavam

³¹ Isabelle Felici. *Les italiens dans le mouvement anarchiste au Brésil, 1890-1920*. Op. cit., p. 89.

como anexa, a única cópia encontrada acha-se em um impresso referente à prisão de um dos indivíduos relacionados, o austríaco Lodovic Emil Quaas.³² Estava assinada por Manoel Maria de Carvalho, Comissário de Imigração em Gênova, e datada de Gênova, em 24 de janeiro de 1893. Vinte e um homens, com idades entre 24 e 45 anos, foram nela mencionados. Além de seus nomes – algumas vezes apenas o prenome –, constavam também suas idades e, em relação aos onze primeiros da lista, a família à qual vinham reunidos como “cunhados”.³³

Um dos fatores que deve ter chamado a atenção do Comissário da Imigração de Gênova a respeito desses imigrantes foram seus supostos parentescos com famílias embarcadas. No ofício já citado do Inspetor Geral de Terras e Colonização, este sublinhou o fato de que alguns passageiros do vapor figuravam como “cunhados, fazendo parte de famílias, quando nenhum parentesco existe entre eles”.³⁴ A razão desta artimanha foi explicitada pelo chefe de polícia em relatório sobre a prisão dos suspeitos de anarquismo meses mais tarde: segundo ele, os imigrantes se diziam cunhados “com o intuito de simularem grupos de famílias, sem o que não poderiam [imigrar]”.³⁵

Uma das determinações para o subsídio das passagens para os imigrantes referia-se à preferência por famílias, pressupondo, assim a disponibilidade da mão-de-obra de mulheres e menores durante a colheita, sem a necessidade de remuneração, e com o objetivo de dificultar a reemigração.³⁶ O parentesco entre os membros da família deveria ser comprovado pelos cônsules nas listas consulares segundo a legislação sobre o assunto.³⁷

A lista do vapor *Solferino* fora, no entanto, certificada como verdadeira e assinada pelo Cônsul Geral do Brasil em Gênova, João Antonio Rodrigues Martins, confirmando o

³² Ministério das Relações Exteriores. *Reclamação Austríaca de Luis Emilio Quaas*. Op. cit.

³³ “Cópia da relação dos imigrantes embarcados em Gênova, no vapor italiano *Solferino* e que acompanha o ofício desta data”, 24/1/1893, anexada à cópia do ofício do Inspetor Geral de Terras e Colonização ao presidente do estado de São Paulo, 21/2/1893, doc. cit.

³⁴ Cópia do ofício do Inspetor Geral de Terras e Colonização, Lycurgo José de Mello, ao presidente do estado de São Paulo, 21/2/1893, doc. cit.

³⁵ Relatório reservado do chefe de polícia de São Paulo ao presidente do estado de São Paulo, 10/7/1893, doc. cit.

³⁶ Michael M. Hall. “Italianos em São Paulo (1880-1920)” *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, 1979, tomo XXIX, p. 202; Verena Stolcke e Michael M. Hall. “A introdução do trabalho livre nas fazendas de café de São Paulo”, *Revista Brasileira de História*. São Paulo, ANPUH/Marco Zero, n. 6, set. de 1983.

³⁷ Decreto n. 68 de 21 de março de 1891 – “Art 3º - O parentesco a que se referem os artigos precedentes deverá ser atestado pelos cônsules nas listas consulares que acompanharam os imigrantes.” *Collecção das Leis da República dos Estados Unidos do Brazil de 1891* (partes I e II, de 24 de fevereiro a 30 de junho) Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892, volume I.

embarque de 924 passageiros logo depois de sua partida, passageiros esses que, segundo o cônsul, “visaram gratuitamente as próprias listas de famílias e exmo. passageiros do vapor italiano”.³⁸ Nessa lista, os indivíduos que viajavam juntos eram agrupados em famílias, mas havia informações individuais sobre os passageiros embarcados, como nome, nacionalidade, profissão, religião, idade e parentesco em relação ao chefe da família. A assinatura do cônsul deveria conceder autenticidade às relações familiares declaradas quando do embarque, mas o ofício confidencial do Comissário da Imigração colocara esses parentescos em dúvida. É possível que a desconfiança desse Comissário tenha sido despertada após uma análise mais atenta da lista de passageiros desse vapor, que felizmente foi preservada com algumas outras poucas no Memorial do Imigrante/ Museu da Imigração, em São Paulo. Dos 475 passageiros do sexo masculino (incluindo as crianças) que desembarcaram do *Solferino* e deram entrada na Hospedaria de Imigrantes, 56 figuravam como cunhados dos chefes da família a que vinham agregados e 44 como netos ou sobrinhos.³⁹ Havia ainda uma quantidade razoável de homens viajando sozinhos (37), entre os quais sete mencionados na lista do Comissário da Imigração. Encontravam-se também famílias com formações bastante particulares, como a do alemão Mattia Warn, composta por ele, de 34 anos, sua mulher, de 22, dois cunhados e três sobrinhos de 36, 31 e 26 anos de idade, ou a do italiano Gennaro Constantino, 44 anos, que viajava na companhia de seu filho e três sobrinhos, de 44, 35 e 24 anos.⁴⁰

É provável, por outro lado, que o Comissário da Imigração soubesse de atividades desenvolvidas pelos imigrantes italianos as quais os desabonassem. O cônsul italiano em São Paulo, Conde de Rozwadowski, transmitiu meses depois ao embaixador Tugini informações prestadas pelo chefe de polícia de São Paulo, Theodoro Dias de Carvalho Júnior, segundo as quais aqueles imigrantes seriam anarquistas conhecidos pela polícia da Itália.⁴¹ O chefe de polícia, em relatório ao presidente de São Paulo, afirmou que um dos italianos suspeitos - Leonida Amici - tornara-se “notado por salientar-se com suas proezas”, e ficara “suficientemente conhecido em seu país” para que o Comissário de Imigração

³⁸ “Relazione - Lista degli Emigranti imbarcati in Genova a bordo del vapore italiano ‘Solferino’...” doc. cit.

³⁹ O termo em italiano “nipote” refere-se tanto a “sobrinho, sobrinha” ou “neto, neta” (Cf. *Michaelis – Pequeno Dicionário Italiano-Português, Português-Italiano*. André Guilherme Polito, São Paulo: Melhoramentos, 1993).

⁴⁰ *Idem*.

⁴¹ Rozwadowski ao embaixador Tugini, no Rio de Janeiro, São Paulo, 5/8/1893, ASMAE, Série Z, b. 83, fasc. 1461, apud Isabelle Felici op. cit., p. 89.

tomasse conhecimento de sua vinda para o Brasil.⁴² Isabelle Felici também cita um artigo publicado no *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro, no qual seu correspondente em Roma teria afirmado que “o nome de todos os expulsos – com exceção de um ou dois – correspondem aos nomes de emigrantes assinalados há meses como sendo anarquistas expedidos de Roma pela polícia, que queria desfazer-se deles.”⁴³ Segundo o correspondente, a Legação do Brasil em Roma teria uma lista com todos os anarquistas que as autoridades italianas pretendiam enviar para o Brasil. Felice, no entanto, questiona tamanha informação por parte das autoridades diplomáticas brasileiras, analisando o artigo do periódico antes como um reforço aos argumentos das autoridades brasileiras contra os deportados.⁴⁴

Nesse sentido, vale atentar para o que foi dito sobre os indivíduos listados que não se encaixavam na lógica da suspeição contra homens solteiros e sozinhos, uma vez que viajavam com suas famílias: Filippo Pittone, que estava com sua esposa e filho de 10 anos; o próprio Leonida Amici, que embarcara com esposa e três filhos; e Loduvic Emil Quaas, o qual trazia consigo esposa e sete filhos.⁴⁵ Não foram encontradas mais referências a Pittone na correspondência policial paulista, nem ele parece ter se envolvido com as atividades anarquistas postas em prática em São Paulo, onde consta ter permanecido junto à Hospedaria de Imigrantes.⁴⁶ A presença dos dois últimos na lista, no entanto, foi explicada pelo Inspetor Geral, de acordo com informação enviada pelo Comissário da Imigração:

“O de nome Amici Leonida foi espião de polícia em Gênova, encarregado de denunciar os companheiros e planos que estes tinham, recebendo a partir da mesma polícia a gratificação de 350 liras. O de nome Quaas Loduvic Emilio não é jornalista, porém correspondente de jornais.”⁴⁷ (grifos no original)

⁴² Relatório reservado do chefe de polícia de São Paulo ao presidente do estado de São Paulo, 10/7/1893, doc. cit.

⁴³ “Anarquistas italianos” *Jornal do Commercio*, RJ, 15/8/1893, apud Isabelle Felici. *Les italiens dans le mouvement anarchiste au Brésil, 1890-1920*. Op. cit., p. 90

⁴⁴ Isabelle Felici. *Les italiens dans le mouvement anarchiste au Brésil, 1890-1920*. Op. cit., p. 90.

⁴⁵ “Relazione - Lista degli Emigranti imbarcati in Genova a bordo del vapore italiano ‘Solferino’...” doc. cit.; sobre os dois últimos, ver também *Relatório apresentado ao senhor Dr. Manoel Pessoa de Siqueira Campos, M. D. secretário da Justiça deste Estado, pelo Chefe de Polícia Theodoro Dias de Carvalho Júnior*, 1893. S. I; 1893, pp. 52-54.

⁴⁶ “Relazione - Lista degli Emigranti imbarcati in Genova a bordo del vapore italiano ‘Solferino’...” doc. cit.; No Livro de Registros da Hospedaria de Imigrantes, número 37, p. 185, em que aparecem os nomes de Pittone e seus familiares, não consta seu destino, nem de nenhum outro imigrante registrado nessa página.

⁴⁷ Cópia do ofício do Inspetor Geral de Terras e Colonização, Lycurgo José de Mello, ao presidente do estado de São Paulo, 21/2/1893. Op. cit.

Loduvic Emil Quaas, apresentado como alemão na lista do vapor *Solferino*, mas cuja nacionalidade era austro-húngara,⁴⁸ foi preso como anarquista e teve sua deportação decretada, porém conseguiu suspender a ordem de embarque de volta para a Europa graças à interferência da Legação Austro-Húngara. Uma grande quantidade de documentos foi produzida a seu respeito devido a um vultoso pedido de indenização que fez junto ao governo paulista por causa dos danos sofrido quando da sua prisão.⁴⁹ O caso de Quaas, no entanto, será discutido mais detidamente adiante.

A informação de que Leonida Amici fosse espião de polícia em Gênova, por sua vez, parece ter sido comprovada pelo próprio Amici. Dias de Carvalho, chefe de polícia de São Paulo, citou largamente seu Auto de declarações em relatório enviado a Bernardino de Campos em julho de 1893.⁵⁰ O “documento nº 6”, como Dias de Carvalho enumerou-o, no entanto, não foi encontrado e tem-se apenas o relato sumarizado do chefe de polícia. O mesmo Auto de declarações parece ter servido de base para a exposição que essa autoridade policial fez ao cônsul italiano e motivou o relatório que este, por sua vez, apresentou ao embaixador Tugini em agosto de 1893.⁵¹

Nas dezessete páginas manuscritas que compõem o relatório ao presidente de São Paulo, o chefe de polícia narrou, de forma bem dramática, como o governo italiano tratara “de procurar quem lhe pudesse fornecer o fio condutor dos segredos mais recônditos” dos planos dos anarquistas, frente aos graves acontecimentos promovidos por estes na Europa e mesmo na Itália:

“Amici Leonida, inteligente chefe anarquista, era o homem que convinha.

Mediante generosa gratificação e nomeando-o agente especial da Segurança Pública, com amplos poderes econômicos, conseguiu comprar-lhe todas as revelações.

Muito naturalmente, Amici Leonida, não podendo agir sozinho numa empresa por demais árdua e perigosa, escolheu para companheiros de vigilância, colegas convertíveis e convertidos. (...)

Tudo estava preparado e corria maravilhosamente.

Entretanto, os anarquistas começaram a duvidar da lealdade de Amici e de seus companheiros.

Por um lado seus conselhos pouco anárquicos e muito protelantes, por outro os planos abortando pela misteriosa intervenção policial e por muitas outras razões que

⁴⁸ Ministério das Relações Exteriores. *Reclamação Austríaca de Luis Emilio Quaas*. Op. cit.

⁴⁹ Idem.

⁵⁰ Relatório reservado do chefe de polícia de São Paulo ao presidente do estado de São Paulo, 10/7/1893, doc. cit.

⁵¹ Conde de Rozwadowski, cônsul italiano em São Paulo, ao embaixador italiano Tugini, no Rio de Janeiro, 5/8/1893, ASMAE, Serie Z, b. 83, fasc. 1461, apud Isabelle Felici, op. cit, p. 88.

certamente apareceram, o conselho anárquico resolveu decretar a morte de Amici como traidor.

Este, sabendo-o, entendeu-se com o Governo que providencia pela salvação de Amici e de tutti quanti, e a primeira medida adotada é a sua emigração.”⁵² (grifos no original)

A principal evidência do envolvimento de Amici com a polícia italiana é o testemunho de Dias de Carvalho, presente tanto no relatório que enviou para Bernardino de Campos quanto na exposição que fez para o cônsul Rozwadowski, a qual é possível recuperar através das menções que Isabelle Felici apresentou da narrativa que esta autoridade consular fizera ao embaixador italiano.⁵³ O chefe de polícia teria chegado a tal conclusão através das declarações do suspeito e do material encontrado nas bagagens dos imigrantes, “examinando tranqüila e desapaixadamente com atento e minucioso escrúpulo, a menos importante carta, a nota mais insignificante, a declaração mais sem valor, a particularidade mais vulgar, frase por frase, palavra por palavra, sinal por sinal, procurando com apurada paciência e calma reflexão a interpretação exata que com justeza coubesse ao objeto de seu exame”.⁵⁴ Reforçou sua convicção frente à incredulidade do cônsul italiano, o qual afirmara que Amici lhe fora recomendado pelo Ministero degli Affari Esteri. Rozwadowski pareceu, em certo momento, ter se convencido da denúncia, como sugere a passagem de seu relatório ao embaixador Tugini, em que questiona o fato de os oito imigrantes deportados terem permanecido aproximadamente vinte dias presos em Gênova, no seu retorno, enquanto Amici foi libertado logo no dia seguinte de sua chegada.⁵⁵

O fato de o chefe de polícia afirmar basear-se nas declarações de Leonida Amici, prestadas a pedidos do próprio Amici, na presença do “1º Delegado de Polícia da Capital, bem como do escrivão deste, de um intérprete e de duas testemunhas”,⁵⁶ conferia grande autenticidade a seus relatos. Dias de Carvalho chegou a fornecer detalhes sobre os acertos feitos entre Amici e a polícia italiana, como a quantia paga por esta a seu informante

⁵² Relatório reservado do chefe de polícia de São Paulo ao presidente do estado de São Paulo, 10/7/1893, doc. cit.. Uma versão bastante semelhante encontra-se no relatório do cônsul Rozwadowski ao embaixador Tugini, doc. cit.

⁵³ Idem.

⁵⁴ Relatório reservado do chefe de polícia de São Paulo ao presidente do estado de São Paulo, 10/7/1893, doc. cit.

⁵⁵ Conde Rozwadowski ao embaixador Tugini, doc. cit.

⁵⁶ Relatório reservado do chefe de polícia de São Paulo ao presidente do estado de São Paulo, 10/7/1893, doc. cit.

quando deixou a Itália: o “correspondente ao ordenado de seis meses” ou “1560 liras”.⁵⁷ No entanto, por não ter encontrado o auto de declarações de Leonida Amici, assim como os demais documentos enumerados por Dias de Carvalho em seu relatório,⁵⁸ fica a dúvida sobre a exatidão de suas informações e o grau de interpretação que essa autoridade imprimiu ao seu relato, marcado por um tom apaixonado, e que buscava reiterar a culpabilidade dos imigrantes deportados frente às reclamações dos próprios imigrantes e das autoridades italianas.

De volta ao relatório do presidente de São Paulo, nota-se que Dias de Carvalho foi enfático, como se viu acima, em tratar Amici e os demais suspeitos como um grupo organizado de militantes anarquistas, “companheiros de vigilância, colegas convertíveis e convertidos”, “tutti quanti” teriam procurado, juntos, escapar às ameaças de seus antigos camaradas na Itália. Foi sugerido inclusive que cada indivíduo tinha sua função no grupo, e que haviam sido selecionados tendo em vista suas “profissões convenientes, desde a criada de quarto até do químico e eletricitista a cujo dispor havia grande quantidade de drogas narcóticas, venenosas e explosivas.”⁵⁹ Amici teria, então, obtido “passaportes e passagens para si e para seus aliados, por conta do Tesouro Brasileiro”.

O chefe de polícia procurou, também, explicar as razões da vinda de Amici e seus companheiros para o Brasil. Enfatizou, no entanto, que a escolha do destino deveria ser imputada ao suposto espião: “As boas e leais relações ítalo-brasileiras certamente não nos permitem atribuir ao Governo daquele país [Itália] a resolução de ser indicado o Brasil para acampamento da troupe incendiária.” (grifo no original)⁶⁰ Evitava, assim fazer – ou explicitar - acusações contra o governo italiano, como as que já haviam aparecido no ofício reservado do Comissário de Imigração.

Essa denúncia sublinha vários pontos importantes implicados na migração de italianos para o Brasil e nas suspeitas periodicamente levantadas contra eles. Por um lado, estava relacionada em grande parte à saída desses italianos do seu país natal – fosse no que

⁵⁷ *idem*.

⁵⁸ Documento 1 – lista dos suspeitos; documentos 2 e 3 – resultado do exame das bagagens; documento 4 – ofício do chefe de polícia ao cônsul italiano; documento 5 – resposta do cônsul; documento 6 – auto de declarações de Amici. Cf. Relatório reservado do chefe de polícia de São Paulo ao presidente do estado de São Paulo, 10/7/1893, doc. cit.

⁵⁹ Relatório reservado do chefe de polícia de São Paulo ao presidente do estado de São Paulo, 10/7/1893, doc. cit.

⁶⁰ *Idem*.

diz respeito às suas intenções e aspirações ao deixar a Itália, fosse no que concerne às soluções encontradas pelas autoridades italianas para amainar problemas em seu território, fosse ainda por acordos dessas suas perspectivas. Ângelo Trento, em seu *Do outro lado do Atlântico*, apresentou um depoimento publicado em 1892 sobre o interesse do governo italiano e europeus em verem embarcados para longe os indivíduos que podiam oferecer perigos para a tranqüilidade pública:

“Com todo o espetáculo que oferecem hoje em dia as nossas cidades, como as de toda a Europa, onde só se fala de greves ou de manifestações de operários e desempregados, com as ameaças de dinamite e o espantinho do 1º de Maio, os governos europeus mostraram-se dispostos a dar, a esses elementos (sem um trabalho definido), passaportes de mãos cheias.”⁶¹

A prisão

A demora do envio da denúncia para as autoridades paulistas foi, de certa forma, sublinhada na correspondência sobre o assunto. Os imigrantes já haviam chegado há quatro dias na capital do estado quando o alerta foi dado ao governo e à polícia paulistas em 21 de fevereiro e não se sabia ao certo se todos os indicados pelo Comissário de Gênova seriam encontrados ainda na Hospedaria de Imigrantes. Os ofícios chamaram a atenção para esse fato, ao recomendarem que sua prisão se desse na Hospedaria ou “onde fossem encontrados”.⁶² De fato, apenas 8 dos imigrantes parecem ter sido localizados ali, enquanto um outro foi preso pouco depois, tendo já se instalado em uma residência.

A prisão de alguns dos italianos foi reportada no relatório diário de 2 de março do chefe de polícia ao secretário dos Negócios da Justiça, Manoel Pessoa de Siqueira Campos. Segundo este relatório, Leonida Amici, Giuseppe Gallini, Paolo de Rossi, Sante Leonardi, Secondo Secondari, Catharina Conti (esposa de Amici) e dois de seus filhos – Armando e Amalia Amici -,⁶³ haviam sido recolhidos à prisão por ordem do chefe de polícia no dia 27

⁶¹ N. Belli. *In Brasile*. Firenze: Tip. Bini-Santori, 1892, p. 110, apud Ângelo Trento. *Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil*. São Paulo: Nobel, 1989, p. 215.

⁶² Relatório reservado do chefe de polícia, Theodoro Dias de Carvalho Júnior, ao Presidente do Estado de São Paulo, 10/7/1893, doc. cit.; Ofício reservado do Secretário dos Negócios da Justiça ao chefe de polícia de São Paulo, 23/2/1893, doc. cit.

⁶³ Cf. *Relatório apresentado ao senhor Dr. Manoel Pessoa de Siqueira Campos. M. D. Secretário da Justiça deste Estado, pelo Chefe de Polícia Theodoro Dias de Carvalho Júnior, 1893*, op. cit..

de fevereiro e encontravam-se então à disposição do Governador do Estado.⁶⁴ Segundo Giuseppe Gallini, a detenção ocorrera dias antes, em 24 de fevereiro, na própria Hospedaria de Imigrantes,⁶⁵ sendo os presos transferidos na data citada acima para a Cadeia Pública da Capital, a “prisão da Luz” nos termos do cônsul italiano.⁶⁶ Já o diretor interino da Hospedaria, João Marques Pinheiro, forneceu uma lista mais abrangente dos presos, na qual incluiu ainda Giuseppe Morelli, Ettore Forchini e Domenico Semprini, porém com menos detalhes da prisão, afirmando apenas que os oito imigrantes “italianos foram presos nesta Hospedaria pela Polícia que teve denúncia de serem eles anarquistas.”⁶⁷

Segundo o chefe de polícia, os primeiro e terceiro delegados foram comissionados para dar prosseguimento às investigações e ao inquérito, efetuando as medidas atinentes.⁶⁸ No acervo permanente do Arquivo do Estado de São Paulo (AESP) referente à documentação da Polícia, porém, não foram encontrados interrogatórios e autos de qualificações ou declarações de nenhum dos imigrantes italianos presos. No relatório do chefe de polícia a Bernardino de Campos, apenas o auto de declarações de Leonida Amici foi citado. Dias de Carvalho, no entanto, referiu-se largamente aos autos do exame das bagagens dos imigrantes realizado pelo terceiro delegado de polícia, acompanhado de seu escrivão, e com a assistência do ajudante do Diretor da Hospedaria de Imigrantes e de duas testemunhas. Em seu texto, são os pertences dos imigrantes que parecem fornecer evidências da exatidão da denúncia recebida de Gênova:

“Entre os objetos relacionados, encontrareis ao primeiro golpe de vista, os de uso doméstico em promiscuidade com as balas para revólver, as navalhas, os *casse-têtes* e o novo Código Penal; a par dos utensílios de laboratório químico, os narcóticos e as substâncias venenosas e explosivas; junto aos frascos com rótulos indecifráveis encimados pelo emblema da morte, vereis o ácido nítrico – o ácido, corpo vulgar que, ligado a outro corpo vulgar – a glicerina -, transforma-se na temerosa nitro-glicerina. (...)

⁶⁴ Relatório diário do chefe de polícia de São Paulo ao Secretário de Justiça, referente aos dias 25 a 28 de março, 2/3/1893, Acervo Permanente – Polícia – C2760, AESP.

⁶⁵ Requerimento de Giuseppe Gallini ao chefe de polícia de São Paulo, 3/10/93, doc.cit.

⁶⁶ Ofício do cônsul italiano, Conde de Roswadowski, ao presidente do estado de São Paulo, Bernardino de Campos, 17/3/1893, doc. cit.; Conta das despesas feitas com os 21 imigrantes recolhidos a esta por ordem do exmo sr. dr. chefe de polícia – enviada pelo carcereiro da Cadeia Pública da Capital, Estevão José Figueira do Nascimento, 20/4/1893, in: Ministério das Relações Exteriores. *Reclamação Austríaca de Luis Emilio Quaas*. Op. cit.

⁶⁷ Ofício do diretor interino da Hospedaria de Imigrantes, João M. Pinheiro, ao Inspetor de Terras, Colonização e Imigração, 21/3/1893, Acervo Permanente – Polícia – C2759, AESP. Ver também ofício do cônsul italiano, Conde de Roswadowski, ao presidente do estado de São Paulo, Bernardino de Campos, 17/3/1893, Acervo Permanente – Polícia – C2759, AESP.

⁶⁸ Relatório reservado do chefe de polícia de São Paulo ao presidente do estado de São Paulo, 10/7/1893, doc. cit.

Mas tudo isso, essa parte material de seu programa perderia um tanto da importância que só por si tem, se não estivesse acompanhado pela palavra, pelo pensamento representados em mais de mil exemplares diversos de correspondência impressa e manuscrita; e esta parte da bagagem destes imigrantes *sui generis* é, não somente a mais rica, senão também a mais importante que em tal exame se encontrou.

Com esses dois grandes fatores – Pensiero e Dinamite – formam eles o seu lema que explicam – o pensamento para sublevar os fracos - a dinamite para derrubar os fortes.”⁶⁹ (grifos no original)

Os vários objetos e documentos encontrados entre os pertences dos imigrantes - “substâncias narcóticas, venenosas e explosivas” de um lado, “cartas, apontamentos e jornais anarquistas” de outro - “bastariam”, segundo o chefe de polícia, “para confirmar a opinião do Comissário de Imigração em Gênova quando declara serem anarquistas esses indivíduos.” Além de apontar esses dois tipos de materiais comprometedores, Dias de Carvalho procurou relacioná-los de maneira, por vezes, bastante simples – nos impressos e textos manuscritos achados, ler-se-iam planos de atentados e explosões, razão clara para os imigrantes terem trazido consigo materiais explosivos, armas brancas e de fogo. Dessa forma, acreditava desvendar a importância que tinha “a parte material” do programa dos anarquistas. Essa autoridade policial sublinhou, ao reproduzir “trechos colhidos ao acaso nas cartas que não estão escritas em caracteres secretos significados por algarismos ou em gíria especial”, o intento dos imigrantes fazerem saltar aos ares uma ponte de ferrovia, a iniciativa de se informarem sobre depósitos de armas assim que chegavam em alguma cidade e o hábito de levarem consigo uma garrafinha de nitro-glicerina, a fim de “banir o rugido da fome e condenar os exploradores.” Reuniu, de maneira enfática, tanto supostos planos futuros dos anarquistas, quanto relatos de feitos ocorridos em cidades italianas, como a explosão de um petardo na Piazza Colonna, em Roma, ou o “festejo destruidor” marcado para o 1º de Maio, em Palermo, na Sicília, em que estavam previstas explosões, a interrupção do serviço telegráfico, o seqüestro de autoridades políticas e militares, entre outros feitos iconoclastas.

Não obstante, em sua análise do material apreendido junto aos imigrantes suspeitos, Dias de Carvalho não limitou as ações dos supostos anarquistas a explosões e atentados, enfim, à propaganda pelo feito, nem restringiu as “cartas, apontamentos e jornais anarquistas” a revelações mais ou menos explícitas desses planos. Naquele que afirmou ser o lema dos anarquistas - *Pensamento e dinamite – o pensamento para sublevar os fracos, a*

⁶⁹ Idem: “O pensamento para sublevar os fracos – a dinamite para derrubar os fortes.”

dinamite para derrubar os fortes -, estava implícita a idéia da propaganda pela palavra, que passava a preocupar as autoridades daqui e já inquietava as do outro lado do Atlântico:

“O anarquismo, insuflado em espíritos fracos, em caracteres maleáveis, em consciências puídas nas obscuras vielas dos terríveis antros em que a fome e a prostituição desafogam suas misérias com blasfêmias inconcebíveis, com gritos de desespero, com rugidos irracionais, e pregado insistentemente, com aplauso das massas desocupadas e algum tanto oprimidas, por indivíduos insinuantes, mas de mediano talento e de medíocre instrução, cuja índole destruidora e sentimentos ignóbeis os tornam verdadeiras aberrações morais, levou o desassossego e o receio aos Governos do Velho Mundo.”⁷⁰

De forma não totalmente diversa, assim como a dinamite, era também temida a “palavra”, que podia ser representada “em mais de mil exemplares diversos de correspondência impressa e manuscrita”, como o fora na bagagem dos imigrantes suspeitos, ou nos jornais que os anarquistas publicavam e faziam circular, e ainda “pregado insistentemente (...) por indivíduos insinuantes” em discursos, palestras, conversas e manifestações públicas que organizavam e incentivavam em várias cidades européias e mesmo americanas. Temia-se, como se lê acima, o efeito das idéias anarquistas “em espíritos fracos, em caracteres maleáveis, em consciências puídas”, ainda que o chefe de polícia sublinhasse que a realidade dos trabalhadores do Velho Mundo, “massas desocupadas e algum tanto oprimidas”, não podia ser comparada com aquela dos operários e camponeses no Brasil, o qual Dias de Carvalho chamou de “vasta oficina onde os bons e os honestos encontrarão sempre um banco de trabalho, vendo transformar-se como por encanto cada gota de seu suor, não somente no pão de hoje, como no pão do futuro.”

Apesar de o chefe de polícia não ter discriminado os pertences de cada um dos imigrantes, tratando-os como um grupo organizado e coeso, é possível perceber que algumas das cartas apreendidas foram relacionadas a Leonida Amici. Em pelo menos uma ocasião, seu nome constou explicitamente como destinatário e seu filho também apareceu como interlocutor de um tal Aristide, em cuja carta suspeita pedia a interferência do amigo a fim de conseguir passagem para o Brasil como imigrante. Os papéis que descreviam os

⁷⁰ Relatório reservado do chefe de polícia de São Paulo ao presidente do estado de São Paulo, 10/7/1893, doc. cit.

acontecimentos de Palermo também podem ter pertencido a Amici, pois na lista que este elaborou de seus pertences há referências à sua relação com o prefeito daquela cidade.⁷¹

Alguns outros imigrantes, por sua vez, também afirmaram possuir cartas, livros e anotações - nem sempre muito suspeitos - nas bagagens apreendidas, como se pode ler nas listas de pertences de alguns dos supostos de anarquistas, copiladas e encaminhadas juntas pelo cônsul italiano ao chefe de polícia de São Paulo. Paolo de Rossi, por exemplo, declarou a posse de um “livro sacro”; já Giuseppe Gallini afirmou que havia entre seus objetos “cartas diversas”, “uma caderneta de anotações”, além “livros diversos, objetos de devoção”.⁷² Do lado policial, o cônsul italiano foi, por sua vez, informado de que haviam sido recolhidos à tesouraria da Repartição Central de Polícia “um livro e um dito em branco” pertencentes a Domenico Semprini e “diversos papéis” de Secondo Secondari, Leonida Amici e Giuseppe Gallini, do qual fora também guardado um livro.⁷³ Já sobre os jornais ou outros impressos, não há nenhuma referência explícita na documentação.

As substâncias químicas perigosas, porém, tinham um dono claro - aquele que o chefe de polícia acreditava ser o “químico e eletricista” do grupo de anarquistas, “a cujo dispor havia grande quantidade de drogas narcóticas, venenosas e explosivas”: Giuseppe Gallini. Em seu relatório, Dias de Carvalho insistiu na presença de nitro-glicerina na bagagem dos imigrantes, ou ainda nas soluções estáveis de ácido nítrico e glicerina. Gallini afirmou mais tarde que realmente havia ácidos entre seus pertences, os quais, por sinal, teriam inutilizado parte de sua bagagem.⁷⁴ Trouxera também drogas e medicamentos,⁷⁵ seringas, um estojo de cirurgia, remédios variados, frascos de esmeril vazios, essências de conhaque e de rum, pilões de vidro e de cristal, tubos de ensaio e diversos utensílios de farmácia.⁷⁶ A razão, segundo Gallini, era bastante simples: ele era farmacêutico.⁷⁷

⁷¹ “Elenco degli effetti lasciati al Brasile dai Regi sudditi espulsi” – relação anexada ao ofício do cônsul italiano Rowazdowski ao primeiro delegado de polícia de São Paulo, Bento Galvão da Costa e Silva, 23/8/1893, Acervo Permanente – Polícia – C2756, AESP.

⁷² Idem.

⁷³ Ofício do chefe de polícia ao cônsul italiano, 28/11/1893, Acervo Permanente – Polícia – C2765, AESP.

⁷⁴ Requerimento de Giuseppe Gallini ao chefe de polícia de São Paulo, 3/10/93, doc. cit.

⁷⁵ Idem.

⁷⁶ “Elenco degli effetti lasciati al Brasile dai Regi sudditi espulsi” doc. cit.

⁷⁷ Requerimento de Giuseppe Gallini ao chefe de polícia de São Paulo, 3/10/93, doc. cit. Isabelle Felici afirma em sua tese que Gallini teria sido considerado o mais perigoso do grupo de anarquistas, pois era o “mais hábil para manusear produtos explosivos”. No entanto, Felici afirma que essa interpretação se deu por causa dos medicamentos que o farmacêutico havia importado consigo. (Isabelle Felici. Op. Cit., Nota 466, p. 372)

É interessante perceber também como outros objetos dos imigrantes foram apontados como perigosos – “as navalhas, os *casse-têtes*” -, ainda que estivessem relacionados com as ocupações de cada um. Nas listas de pertences que alguns dos indivíduos expulsos apresentaram ao consulado italiano, constam diversos dos objetos que aguçaram as suspeitas do chefe de polícia: Domenico Semprini e Secondo Secondari declararam que, entre seus pertences, haviam trazido navalhas, assim como pedras ou tiras de couro para amolá-las e até um pincel de barba - mais do que para atentados, é provável que esses indivíduos usassem tais aparelhos para se barbearem.⁷⁸ As balas de revólver, por sua vez, deviam fazer parte da bagagem de Leonida Amici, que declarou ter deixado “um magnífico revólver que foi presenteado pelo prefeito de Palermo, Senhor Senador Emanuele Paterno pelos serviços especiais prestados (...) em novembro de 1891” em um restaurante perto da Imigração, em São Paulo, e que, em uma das valises que ficaram na Hospedaria, havia um outro revólver que lhe fora presenteado pelo Comissário Lucchesi, chefe de polícia.⁷⁹ Quanto aos cassetetes, Giuseppe Gallini listou dois bastões entre seus bens, um sem descrição e outro com o punho de prata. Não há, no entanto, nenhuma referência explícita sobre o uso que o italiano poderia fazer dele. Leonardi Sante listou uma barra, que, por sua vez, assim como o material de farmácia de Gallini, pode contribuir para a especificação de sua profissão.

Nesse sentido, o caso de Gallini é o mais patente não apenas pela especificidade dos materiais que trouxera, mas também porque ele mencionou sua profissão mais tarde, em requerimento ao chefe de polícia de São Paulo. Já Leonardi Sante, além de várias roupas, listou entre os objetos deixados na Hospedaria dois malhos, dois martelinhos, oito compassos, sete diferentes esquadros – tanto isósceles quanto escalenos -, um metro e dezoito brocas.⁸⁰ Sua bagagem sugere que ele era um carpinteiro ou pedreiro, que desembarcara em São Paulo em busca de trabalho.⁸¹ Em relação aos outros expulsos, a inferência sobre a profissão é mais vaga: entre os pertences de Secondo Secondari, há apenas dois ferros de alfaiate, alguns botões variados e um par de tesouras inglesas para

⁷⁸ “Elenco degli effetti lasciati al Brasile dai Regi sudditi espulsi” doc. cit. O pincel de barba consta da lista de Secondo Secondari.

⁷⁹ Idem.

⁸⁰ Idem.

⁸¹ De acordo com a lista dos passageiros embarcados no vapor *Solferino*, Leonardi Sante teria a capital paulista como destino. (“Relazione - Lista degli Emigranti imbarcati in Genova a bordo del vapore italiano ‘Solferino’ ...” doc. cit.)

indicar uma possível ocupação como alfaiate ainda na Itália, enquanto Paolo de Rossi apenas apontou calças e coletes que definiu como “de trabalho”.⁸²

Entre suas bagagens, suas roupas – menos as que trajavam e mais o que carregavam em suas valises, sacos e baús – também chamaram a atenção do chefe de polícia:

“Afinal, na qualidade, no vario e no quantum, bem contrastam suas bagagens com a pobreza das esfrangalhadas vestes com que aqui se apresentaram, fato este que não podia escapar despercebido à autoridade policial, porque parecendo isso um disfarce bastaria para se tornarem suspeitos, se outras bases mais sólidas não houvesse para adquirir-se uma evidente certeza de que estão fora da lei.”⁸³

Das listas de objetos enviadas pelos imigrantes, consta, é certo, uma certa opulência que destoaria da simplicidade dos pertences de agricultores italianos.⁸⁴ Há, no entanto, pelo menos uma relativamente modesta: Ettore Forchini arrolou apenas duas mudas de terno, cinco camisas, três cuecas, oito lenços e um chapéu. Já os pertences dos outros imigrantes distanciavam-se largamente do vestuário apontado: além de peças em algodão, fustão e lã, algumas em linho e musselina; várias gravatas de seda; botinas e sapatos de couro, velhos e novos; chapéus variados – até uma cartola; colarinhos; peitilhos; punhos; botões e broche de ouro; relógios e até mesmo um “anel de ouro com brilhante no valor de 150 liras” compunham a bagagem de Domenico Semprini, Secondo Secondari, Paolo de Rossi, Leonida Amici, Giuseppe Gallini, e Sante Leonardi.⁸⁵ No entanto, apesar de o chefe de polícia ter chamado a atenção para a suposta opulência das bagagens dos suspeitos, não era através dos pertences de uso pessoal que se provaria estarem eles “fora da lei.” No máximo, os volumes que traziam indicavam não serem eles agricultores pobres em busca de um

⁸² “Elenco degli effetti lasciati al Brasile daí Regi sudditi espulsi” doc. cit.

⁸³ Relatório reservado do chefe de polícia de São Paulo ao presidente do estado de São Paulo, 10/7/1893, doc. cit.

⁸⁴ Zuleika Alvim apresentou o vestuário dos agricultores da região do Vêneto, de onde se originou o maior contingente de imigrantes para o Brasil: “As roupas, tanto dos homens como das mulheres, eram grosseiras, feitas em geral de algodão ou de lã mista. No inverno, os homens usavam capotes pesados de lã, e as mulheres usavam xales, também de lã. A grande maioria caminhava e trabalhava descalça; só no inverno cobriam os pés com toscos tamancos, feitos com sola de madeira e, nas regiões mais frias, forrados com uma lã qualquer./ Toda a roupa era praticamente tecida em casa, desde suas grosseiras meias de lá ou algodão cru, até os véus usados pelas mulheres na igreja aos domingos. Seus sapatos e tamancos também eram de confecção caseira.” Zuleika M. F. Alvim. Op. cit., p. 32.

⁸⁵ “Elenco degli effetti lasciati al Brasile daí Regi sudditi espulsi” doc. cit. Há também uma lista de pertences composta por Loduvic Emil Quaas, que, no entanto, diz respeito aos objetos de toda a família, e será analisada adiante. (“Relação dos objetos subtraídos da habitação desamparada de E. Quaas durante sua prisão” anexada à Nota da Legação Austro-Húngara ao Governo Brasileiro – ofício do Conde de Koziobrodzki ao Ministro das Relações Exteriores, Felisbello Freire, 16/6/1893, in: Ministério das Relações Exteriores. *Reclamação Austríaca de Luis Emilio Quaas*. Op. cit.)

emprego nas fazendas, mas sim imigrantes que procuravam uma colocação na cidade – o que, todavia, já estava sugerido no destino que tomaram ao deixarem o navio que os trouxera. Entre aqueles cujo destino aparece indicado na lista de passageiros do vapor *Solferino*, todos viriam para a capital paulista, e não seguiam para o interior. Sobre os quais constava “sem destino”, estavam ainda em São Paulo quando foram presos, não permitindo, portanto, que soubéssemos se seguiriam para algum outro lugar.⁸⁶

A convicção das autoridades paulistas quanto ao envolvimento dos imigrantes com idéias e práticas anarquistas, no entanto, era forte, e as providências para sua deportação continuaram a ser tomadas. Entre o final de fevereiro e o começo de março, os oito imigrantes italianos, a esposa de Amici e dois de seus filhos permaneceram seis dias na Cadeia Pública.⁸⁷ Mais uma pessoa foi recolhida à prisão no dia 28 de fevereiro, possivelmente a outra filha de Leonida Amici, Annita, e outros nove deram entrada entre os dias 1 e 4 de março.⁸⁸ Tratava-se da família Quaas, cujo chefe havia sido detido no dia 28 de fevereiro e cuja esposa e filhos foram levados na seqüência para sua companhia.

É interessante notar que Lodovic Emil Quaas apareceu muito pouco na correspondência trocada entre o chefe de polícia de São Paulo, o presidente desse estado, ministros, oficiais da Inspetoria de Terras, Colonização e Imigração e da Hospedaria de Imigrantes a respeito do grupo de presos, tendo recebido um tratamento mais individualizado. No relatório do chefe de polícia ao presidente de São Paulo, em julho de 1893, documento no qual a prisão recebeu um tratamento mais abrangente, Quaas teve pouquíssimo destaque, sendo mencionado apenas quando o ofício confidencial do Comissário de Imigração foi citado.⁸⁹ Dias de Carvalho não chegou nem a incluir em seu relatório o nome do imigrante austríaco entre os indivíduos cuja prisão havia sido efetuada, limitando-se a relacionar os italianos, mas enviara dias antes um ofício reservado a

⁸⁶ “Relazione - Lista degli Emigranti imbarcati in Genova a bordo del vapore italiano ‘*Solferino*’ ...” doc. cit.

⁸⁷ Ofício do cônsul italiano, Conde de Roswadowski, ao presidente do estado de São Paulo, Bernardino de Campos, 17/3/1893, doc. cit.; Conta das despesas feitas com os 21 imigrantes recolhidos a esta por ordem do exmo sr. dr. chefe de polícia – enviada pelo carcereiro da Cadeia Pública da Capital, Estevão José Figueira do Nascimento, 20/4/1893, in: Ministério das Relações Exteriores. *Reclamação Austríaca de Luis Emilio Quaas*. Op. cit.

⁸⁸ Conta das despesas feitas com os 21 imigrantes recolhidos a esta por ordem do exmo sr. dr. chefe de polícia, doc. cit.

⁸⁹ Relatório reservado do chefe de polícia de São Paulo ao presidente do estado de São Paulo, 10/7/1893, doc. cit.

Bernardino de Campos tratando exclusivamente do súdito austríaco.⁹⁰ Possivelmente, Quaas não aparecia entre os demais porque a correspondência envolvendo as autoridades acima visava a reunir informações para serem transmitidas às autoridades italianas, discutindo sobre o tratamento que os imigrantes de mesma nacionalidade haviam recebido enquanto presos, sobre seu destino e de suas bagagens e as razões que motivaram as ações policiais. É na correspondência com a Legação Austro-Húngara que se encontram mais informações sobre a experiência de Quaas e de sua família em solo paulista.⁹¹

A trajetória de Quaas desde sua entrada na Hospedaria de Imigrantes, em 17 de fevereiro, até sua prisão, onze dias mais tarde, afastou-se em algumas ocasiões daquela seguida por seus companheiros de navio e mais tarde de prisão. Diferentemente destes, o imigrante austríaco, “de estatura baixa, corpulento, barba toda, loura, usa[ndo] óculos, cabelos louros, olhos azuis”⁹² já havia deixado a Hospedaria quando os outros suspeitos foram presos. A família Quaas encontrava-se instalada em uma residência cujo endereço não consta da documentação sobre sua prisão quando Loduvic Emil Quaas conseguiu um emprego para sua filha mais velha, Herminia ou Ermínia, como relatadora na fotografia de Pedro Hoenen.⁹³ Como morassem longe, Hoenen “ofereceu um cômodo em seu depósito à rua do Ipiranga, número 20, onde moraram por um tempo, prometendo pagar 60 mil réis por mês” e para onde se mudaram no dia 26 de fevereiro.⁹⁴

Dois dias mais tarde, no entanto, o súdito austríaco “foi precipitadamente preso em S. Paulo”,⁹⁵ sem referência do lugar onde se dera a detenção, e levado à Repartição Central de Polícia. Sua filha, Hermine ou Ermínia, foi logo avisada no trabalho da prisão de seu pai

⁹⁰ Ofício reservado do chefe de polícia ao presidente do estado de São Paulo, 21/6/1893, in: Ministério das Relações Exteriores. *Reclamação Austríaca de Luis Emilio Quaas*. Op. cit.

⁹¹ Ministério das Relações Exteriores. *Reclamação Austríaca de Luis Emilio Quaas*. Op. cit.

⁹² Auto de qualificação de Emilio Lodovico Quaas, Repartição Central de Polícia, sala de audiências do primeiro delegado Bento Galvão da Costa e Silva, São Paulo, 28/2/1893 in: Ministério das Relações Exteriores. *Reclamação Austríaca de Luis Emilio Quaas*. Op. cit.

⁹³ Segundo consta da Relação de passageiros do vapor *Solferino* e do Livro de Registros da Hospedaria de Imigrantes, Herminia ou Ermínia era a filha mais velha de Loduvic Emil e Thereza Quaas, junto com seu irmão Loduvico, ambos com 19 anos, sendo seguidos por Giovanni (17 anos), Giorgio (15), Anna [Margherita] (12), Adelaide (6) e Teodoro (3). “Relazione - Lista degli Emigranti imbarcati in Genova a bordo del vapore italiano ‘Solferino’...” doc. cit.; Livro de Registros da Hospedaria de Imigrantes, número 37, página 183. Museu da Imigração/ Memorial do Imigrante.

⁹⁴ Termo de declarações de Pedro Hoenen, Repartição Central de Polícia, sala de audiências do primeiro delegado Bento Galvão da Costa e Silva, São Paulo, 20/4/1893, anexado ao Aviso do Governo do Estado de São Paulo ao Ministério das Relações Exteriores, 13/7/1893; Auto de qualificação de Emilio Lodovico Quaas, doc. cit.; in: Ministério das Relações Exteriores. *Reclamação Austríaca de Luis Emilio Quaas*. Op. cit.

⁹⁵ Nota da Legação Austro-Húngara ao Governo Brasileiro, Petrópolis, 9/3/1893, in: Ministério das Relações Exteriores. *Reclamação Austríaca de Luis Emilio Quaas*. Op. cit.

e retirou-se, com um de seus irmãos, para a casa onde residiam.⁹⁶ É provável que a esposa e filhos de Quaas tenham, então, se mobilizado para descobrir o motivo da prisão do chefe da família, talvez até mesmo buscado ajuda junto ao Vice-consulado Austro-Húngaro, em Santos, ou à Legação de mesma nacionalidade, em Petrópolis. Não tiveram, entretanto, muito tempo: por volta do dia 4 de março, seguindo ordens do chefe de polícia, o primeiro delegado da capital, Bento Galvão da Costa e Silva, efetuou a prisão de Thereza Quaas e seus filhos, que deveriam acompanhar o súdito austríaco, cuja deportação já havia sido requisitada.⁹⁷ Foram obrigados a seguir imediatamente, deixando “os haveres da família e bem assim como uma completa instalação doméstica (...) abandonados na maior desordem, que tiveram de deixar aberta e sem guarda”.⁹⁸

No mesmo dia de sua prisão, Quaas foi submetido a um auto de qualificação na sala de audiências do primeiro delegado, na repartição Central de Polícia. Por não falar português, o interrogatório foi feito em presença de um intérprete jurado, Alfredo Rhein.⁹⁹ Quaas declarou então ser natural da Boêmia, e ser negociante de profissão. Também disse que residia no número 20 da rua Santa Efigênia havia dois dias.¹⁰⁰ As perguntas do 1º delegado voltaram-se principalmente para os motivos que o haviam trazido para o Brasil e a forma que adotou para emigrar para cá. Quaas respondeu às perguntas, dizendo que viera para este país como imigrante custeado pela Sociedade Promotora de Imigração com a

⁹⁶ Termo de declarações de Pedro Hoenen, doc. cit. in: Ministério das Relações Exteriores. *Reclamação Austríaca de Luis Emilio Quaas*. Op. cit.

⁹⁷ Nota do primeiro delegado de polícia, Bento Galvão da Costa e Silva, em 14/4/1893, no verso do ofício do Vice-Cônsul da Áustria-Hungria a Bernardino de Campos, 7/4/1893, Acervo Permanente – Polícia – C2752, AESP.

⁹⁸ Nota da legação Austro-Húngara ao Governo Brasileiro - ofício do Conde Koziobrodzki ao Ministro das Relações Exteriores, Francisco de Paula e Souza, 9/3/1893 in: Ministério das Relações Exteriores. *Reclamação Austríaca de Luis Emilio Quaas*. Op. cit.

⁹⁹ Termo de juramento de Alfredo Rhein como intérprete, Repartição Central de Polícia, sala de audiências do primeiro delegado Bento Galvão da Costa e Silva, São Paulo, 28/2/1893 in: Ministério das Relações Exteriores. *Reclamação Austríaca de Luis Emilio Quaas*. Op. cit.

¹⁰⁰ Há uma pequena discrepância em relação ao endereço da residência de Quaas. Nesse seu primeiro interrogatório, em 28 de fevereiro, afirmou residir na Rua Santa Efigência, número 20. Entretanto, duas testemunhas chamadas para deporem em 20 de abril de 1893 sobre o desaparecimento dos bens de Quaas após sua prisão - o prussiano Otto Rodolpho Dalenberg e brasileiro Pedro Hoenen - forneceram um endereço diferente: Rua Ipiranga, número 20. Optei pelo segundo por ter sido fornecido pelo locatário (Hoenen) dos cômodos onde a família Quaas se instalara, que também era brasileiro. Como Loduvic Emil Quaas ainda não falava português quando foi interrogado, tendo sido requisitada a presença de um tradutor, o nome que forneceu da rua de sua residência pode ter sido mal entendido. (Termo de declarações de Otto Rodolpho Dalenberg, Repartição Central de Polícia, sala de audiências do primeiro delegado Bento Galvão da Costa e Silva, São Paulo, 23/4/1893; Termo de declarações de Pedro Hoenen, doc. cit. in: Ministério das Relações Exteriores. *Reclamação Austríaca de Luis Emilio Quaas*. Op. cit.)

ajuda do cônsul brasileiro em Viena, que lhe fornecera o passaporte e a indicação para o subsídio da Sociedade. Disse ainda que emigrara a fim “de ser jornalista ou de ser guarda-livro de uma casa comercial” e que conseguira junto a um amigo – cujo nome não mencionou – um empréstimo de 200 francos para a viagem. Não foram feitas ou não foram registradas perguntas sobre sua relação com movimentos operários ou filiação a partidos anarquistas ou socialistas. Em seguida, não sendo nada mais lhe perguntado, foi encerrado o interrogatório.¹⁰¹

Na lista dos passageiros do vapor *Solferino*, Lodovic Emil Quaas, assim como todos os outros imigrantes embarcados, apareceu como agricultor; no entanto, em observação feita nessa lista já na Hospedaria de Imigrantes, não aparece o destino que Quaas e sua família teriam, sugerindo que, em sua chegada, não haviam sido contatados por fazendeiros que os empregassem.¹⁰² Os livros de registro da Hospedaria de Imigrantes também não ajudam muito a descobrir o rumo tomado ou declarado pela família austríaca: apesar de haver campos para informações sobre a saída dos imigrantes, com especificações de “Destino” e “Fazendeiros”, parece que, na prática, não havia grande preocupação por parte dos oficiais da Hospedaria em preenchê-los. Nada consta nesses itens sobre os Quaas, assim como sobre os imigrantes desembarcados do vapor *Solferino* ou chegados em datas próximas. Lê-se apenas que Quaas, esposa e filhos haviam tido suas passagens pagas pela Sociedade Promotora de Imigração.¹⁰³

Se a profissão de agricultor justificaria o subsídio da Sociedade Promotora de Imigração, as de negociante, jornalista ou guarda-livro, declaradas por Quaas em seu Auto de qualificação, não o teriam ajudado a conseguir as passagens para São Paulo. Daí a insistência do primeiro delegado em saber qual o objetivo de Quaas ao migrar para São Paulo e como conseguira passagem junto à Sociedade Promotora, uma vez que não tencionava trabalhar nem fazer seus dependentes trabalharem como colonos em fazendas no interior do estado. A explicação pareceu vir, ao menos em parte, do próprio Quaas: este conseguira o subsídio da Sociedade Promotora “por intermédio do cônsul brasileiro em

¹⁰¹ Auto de qualificação de Emilio Lodovico Quaas, doc. cit.

¹⁰² Junto aos nomes dos membros da família Quaas, lê-se “Sem destino”. (“Relazione - Lista degli Emigranti imbarcati in Genova a bordo del vapore italiano ‘Solferino’...” doc. Cit.)

¹⁰³ Livros de Registros da Hospedaria de Imigrantes, número 37, página 183. Museu da Imigração/ Memorial do Imigrante.

Viena.”¹⁰⁴ É interessante atentar para esse tipo de intervenção de autoridades em benefício dos imigrantes. No caso de Leonida Amici, como já foi mencionado acima, o cônsul italiano em São Paulo afirmou que ele lhe havia sido recomendado pelo próprio Ministero degli Affari Esteri.¹⁰⁵ Essa informação pode ter ajudado na concessão do subsídio, mas também veio a contribuir com o argumento de que Amici era de fato informante da polícia italiana e que a recomendação do ministro faria as vezes de salvo conduto para o imigrante – indesejável lá e suspeito aqui. Giuseppe Gallini também alegou trazer consigo “cartas de recomendação” cujo autor, entretanto, não indicou.¹⁰⁶

No caso de Quaas, a recomendação do cônsul brasileiro em Viena efetivamente lhe servira de abono: segundo os agentes da sociedade Fiorito e Cia., subordinados à Sociedade Promotora de Imigração e responsáveis pela entrada de imigrantes, a recomendação da autoridade diplomática teria anulado qualquer suspeita que pudessem levantar em relação ao súdito austríaco, como afirmaram em carta à Sociedade Promotora.¹⁰⁷ Insistindo na veracidade das acusações contra Quaas, afirmando até que ele seria chefe dos “socialistas”, tais agentes procuraram transferir a responsabilidade de sua entrada ao cônsul brasileiro, que, no entanto, segundo eles, “foi sem dúvida iludido em sua boa fé, sendo esta a causa involuntária de serem admitidos semelhantes indivíduos.”¹⁰⁸ A idéia do engano do cônsul brasileiro, por sua vez, ajudaria a explicar a emissão da carta em favor de Quaas, pois não haveria outra razão para uma autoridade brasileira enviar indivíduos “que por suas idéias políticas [deveriam] ser repelidos deste país [Brasil]”.¹⁰⁹ Supondo, no entanto, que a própria acusação de Quaas como anarquista ou socialista tratara-se de um mal entendido, como as fontes sugerem, a ação da autoridade diplomática resumira-se a uma mera intervenção burocrática¹¹⁰.

¹⁰⁴ Auto de qualificação de Emilio Lodovico Quaas, doc. cit.

¹⁰⁵ Conde de Rozwadowski ao embaixador Tugini, 5/8/1893, doc. cit.

¹⁰⁶ “Elenco degli effetti lasciati al Brasile daí Regi sudditi espulsi” doc. cit.

¹⁰⁷ Carta de A. Fiorito e Cia. aos diretores da Sociedade Promotora de Imigração, 3/6/1893, Acervo Permanente – Polícia – C2754, AESP.

¹⁰⁸ Id. Ibid.

¹⁰⁹ Id. Ibid.

¹¹⁰ Cartas de recomendação viriam a servir, em outras ocasiões, não mais como abonos, mas como indícios de suspeita. É o caso de imigrantes embarcados no vapor *Arno*, que chegaram em Santos em maio de 1893 e traziam uma recomendação da direção da Companhia de Navigazione Generale Italiana. Esse caso, no entanto, será discutido adiante. Lista de passageiros suspeitos do Vapor *Arno*, entrado a 14/5/1893, anexado ao Inquérito Policial de 18/7/1893, doc. cit.

Mesmo depois das declarações aparentemente não comprometedoras do imigrante austríaco, Quaas e os oito italianos presos foram fotografados ainda em fevereiro como “socialistas e anarquistas”, conforme consta no relatório anual apresentado por Dias de Carvalho ao Secretário da Justiça de São Paulo.¹¹¹ As fotografias devem ter sido, como era de costume, afixadas no átrio da Repartição Central de Polícia.

A deportação

Nos primeiros dias de março, a sorte dos imigrantes do vapor *Solferino* tomou contornos bastante definitivos. O carcereiro da cadeia pública da capital recebeu em 1º de março uma portaria do chefe de polícia, recomendando que Emil Quaas, “preso por ordem do Governo do Estado”, fosse conservado em compartimento reservado, à disposição daquela chefatura.¹¹² Pouco depois, no dia 4, deram entrada sua esposa e filhos, que permaneceram apenas um dia na cadeia: a família austríaca, a família de Leonida Amici e os outros sete italianos foram conduzidos a Santos no dia seguinte a fim de seguirem para a Europa, sendo todos duramente recomendados ao delegado daquela cidade.

“Pela escolta portadora deste faço-vos apresentar os italianos imigrantes constantes da relação abaixo que seguem para embarcar no paquete *Colombo*, a partir do dia 6 deste, com destino a um dos portos da Itália.

Para este fim junto vos envio as respectivas passagens e vos recomendo que os conserveis sob severa vigilância na cadeia dessa cidade até a ocasião em que deveis fazê-los embarcar. (...)

Para avaliardes a importância que o Governo Federal e Estadual ligam a esta repatriação vos científico que tais italianos são anarquistas perigosos e, perseguidos pelo governo de seu país, vieram há poucos dias para este Estado, como imigrantes, afim de realizarem aqui seus intentos criminosos.”¹¹³

O delegado de Santos também recebeu ordens para instruir o comandante do vapor que só permitisse “o desembarque deles em portos da Itália, vedando expressamente que desembarcassem em qualquer porto do Brasil.”¹¹⁴ A mesma ordem foi repassada pelo chefe

¹¹¹ Relatório apresentado ao senhor Dr. Manoel Pessoa de Siqueira Campos. M. D. Secretário da Justiça deste Estado, pelo Chefe de Polícia Theodoro Dias de Carvalho Júnior, 1893, doc. cit.

¹¹² Portaria do chefe de polícia ao carcereiro da Cadeia Pública da Capital, 1/3/1893, in: Ministério das Relações Exteriores. *Reclamação Austríaca de Luis Emilio Quaas*. Op. cit.

¹¹³ Ofício reservado do chefe de polícia de São Paulo ao delegado de polícia de Santos, Francisco Alves do Nascimento Pinto, 4/3/1893, Ministério das Relações Exteriores. *Reclamação Austríaca de Luis Emilio Quaas*. Op. cit.

¹¹⁴ Idem.

de polícia a autoridades dos portos onde o vapor faria escala – Rio de Janeiro e Bahia.¹¹⁵ No dia 7 de março, os presos foram embarcados e o “vapor *Colombo* seguiu sem novidade.”¹¹⁶

Antes que este navio deixasse o porto do Rio de Janeiro, aonde chegou entre os dias 9 e 10 de março, reclamações diplomáticas assaltaram as autoridades brasileiras. No dia 9 daquele mês, o legado austro-húngaro escreveu ao Ministro das Relações Exteriores, Antônio Francisco de Paula Souza, interferindo em favor de Lodovic Emil Quaas e sua família. O Conde de Koziembrodzki requisitou ainda que lhe fosse enviada tão rapidamente quando possível “uma informação verídica sobre o assunto.”¹¹⁷ Ao mesmo tempo, durante a escala no Rio de Janeiro, os imigrantes italianos enviaram às autoridades italianas da Capital Federal uma reclamação na qual afirmaram terem sido presos e deportados “por razões a eles inteiramente desconhecidas”.¹¹⁸ O cônsul italiano dirigiu-se ao presidente do estado de São Paulo dias mais tarde para saber por quais “considerações foram motivadas as expulsões destes súditos italianos do território da República.”¹¹⁹

A interferência da autoridade diplomática austro-húngara teve maior e mais rápido efeito. O Ministério das Relações Exteriores contactou reservadamente o Ministério da Justiça e Negócios Interiores, relatando, então, o que havia informado aquela legação estrangeira. Também pediu que a família fosse desembarcada com urgência, visto que o vapor *Colombo* deveria seguir viagem naquele mesmo dia 11, às quatro horas da tarde.¹²⁰ O Ministro da Justiça contactou, então, o chefe de polícia da Capital Federal e Quaas, sua esposa e filhos deixaram, com efeito, o navio, instalando-se em seguida no hotel União Mineira, na Capital Federal, sob vigilância da polícia, a fim de aguardar “ulterior averiguação de sua culpabilidade”.¹²¹ Os demais italianos seguiram para seu país e, tendo

¹¹⁵ Ofício reservado do chefe de polícia de São Paulo ao Secretário dos Negócios da Justiça, 11/3/1893, Acervo Permanente – Polícia – C2760, AESP.

¹¹⁶ Telegrama do delegado de Santos, Francisco Alves do Nascimento Pinto, ao chefe de polícia de São Paulo, 7/3/1893 in: Ministério das Relações Exteriores. *Reclamação Austríaca de Luis Emilio Quaas*. Op. cit.

¹¹⁷ Nota da Legação Austro-Húngara ao Governo Brasileiro – ofício do Conde de Koziembrodzki ao Ministro das Relações Exteriores, Francisco de Paula Souza, 9/3/1893, doc. cit.

¹¹⁸ Ofício do cônsul italiano em São Paulo, Conde de Rozwadowski, ao presidente do estado de São Paulo, Bernardino de Campos, 17/3/1893, Acervo Permanente – Polícia – C2759, AESP.

¹¹⁹ Idem.

¹²⁰ Aviso do Ministério das Relações Exteriores ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, 11/3/1893, in: Ministério das Relações Exteriores. *Reclamação Austríaca de Luis Emilio Quaas*. Op. cit.

¹²¹ Aviso reservado do Ministro da Justiça, Fernando Lobo, ao chefe de polícia da Capital Federal, 11/3/1893, Arquivo Nacional, GIF1 Caixa 6C-5; Aviso do Ministério das Relações Exteriores ao Ministério da Justiça e

chegado em Gênova, foram conduzidos à prisão. Segundo o cônsul italiano, os repatriados teriam permanecido presos por uns vinte dias – com exceção de Amici, posto em liberdade no dia seguinte;¹²² porém, de acordo com Ettore Forchini - um dos imigrantes expulsos -, a detenção em Gênova teve a duração de 36 dias. Forchini afirmou ainda que passara mais sete dias preso em Livorno.¹²³

As autoridades brasileiras, pressionadas pelas legações estrangeiras, produziram a partir da saída do vapor *Colombo* do porto de Santos uma grande quantidade de documentos sobre os mecanismos acionados na deportação dos imigrantes suspeitos, fosse para responder às acusações de maus tratos sofridos pelos italianos enquanto presos, fosse para discutir a restituição de suas bagagens, ou ainda para acertar o pagamento da indenização pedida por Loduvic Emil Quaas ao governo paulista. Tendo acompanhado até aqui a construção da culpabilidade dos imigrantes através basicamente das informações de agentes da Imigração e do exame das bagagens dos suspeitos, é interessante acrescentar essa correspondência para entender o processo pelo qual a denúncia inicial transformou-se na prisão de alguns dos suspeitos, na determinação da repatriação de todos estes e na deportação efetiva da maioria dos imigrantes detidos – sem abertura de inquérito ou processo legal.

Na relação dos indivíduos escoltados para Santos - “os imigrantes italianos” mencionados no ofício do chefe de polícia transcrito acima -, liam-se os nomes dos oito presos italianos, da esposa de Amici e seus filhos, e dos nove súditos austríacos da família Quaas.¹²⁴ Embora Loduvic Emil Quaas nem sempre aparecesse nas listas dos “anarquistas italianos” ou “italianos imigrantes” suspeitos, tendo seu caso analisado muitas vezes em documentos separados, houve algumas situações em que a distinção entre os indivíduos italianos e esse súdito austríaco foi suspensa. A razão poderia ser a da inclusão de seu nome numa lista exclusivamente composta de imigrantes italianos, como a relação enviada pelo

Negócios Interiores, 11/3/1893; Nota da Legação Austro-Húngara ao Governo Brasileiro – ofício do Conde de Koziobrodski ao Ministro das Relações Exteriores, Felisbello Freire, 16/6/1893 in: Ministério das Relações Exteriores. *Reclamação Austríaca de Luis Emilio Quaas*. Op. cit.

¹²² Conde Rozwadowski ao embaixador Tugini, 5/8/1893, doc. cit.

¹²³ “Elenco degli effetti lasciati al Brasile daí Regi sudditi espulsi” – relação anexada ao ofício do cônsul italiano Conde de Rozwadowski, ao primeiro delegado de polícia de São Paulo, Bento Galvão da Costa e Silva, 23/8/1893, doc. cit.

¹²⁴ “Relação dos imigrantes repatriados a que se refere o ofício supra” anexado ao ofício reservado do chefe de polícia de São Paulo ao delegado de polícia de Santos, Francisco Alves do Nascimento Pinto, 4/3/1893, doc. cit.

Comissário de Imigração, o qual também afirmara que a “Polícia facilitou todos os meios para [os imigrantes] saírem da **Itália**” (grifo meu).¹²⁵ Generalizações como a que se leu no ofício acima também contribuiriam para a confusão, uma vez que o chefe de polícia referiu-se então aos 21 presos como “imigrantes italianos”.

Aparentemente, foi assim que o Conde de Koziembrodski, da Legação Austro-Húngara em Petrópolis, entendeu a denúncia contra Quaas: em vários momentos da correspondência entre esta autoridade diplomática e o governo brasileiro, rebateu diretamente a acusação de que Quaas seria “um **anarquista italiano** conhecido e não somente um indivíduo suspeito mas ainda um perigosíssimo membro do partido socialista” (grifos meus).¹²⁶ O legado referia-se, então, especificamente a informações enviadas por João Felipe Pereira, Ministro das Relações Exteriores desde junho de 1893,¹²⁷ o qual, entretanto, afirmara apenas que “o nome de Quaas e família [figurara] entre os dos italianos denunciados e reconhecidos como anarquistas”.¹²⁸ Ainda que reforçasse o envolvimento de Quaas com o “partido socialista”, não confundia as nacionalidades. Todavia, a afirmação da nacionalidade austríaca foi usada várias vezes como estratégia para livrar o imigrante das acusações, insistindo-se que “Emilio Quaas não é italiano, nem de nacionalidade italiana, mas simplesmente que nasceu em Bünaburgo, na Boêmia”;¹²⁹ que nem ao menos entendia o idioma italiano, não podendo, portanto, relacionar-se com os italianos suspeitos.¹³⁰

As informações fornecidas pela Legação Austro-Húngara também visavam, como se pode ver, desvincular Quaas dos indivíduos italianos, e fazia coro com declarações de alguns desses indivíduos, os quais afirmavam não terem relações entre si. De um lado, o Conde de Koziembrodzki fez constar que o súdito austríaco “nada [tinha] que ver com os

¹²⁵ Ofício do Secretário dos Negócios da Justiça ao chefe de polícia de São Paulo, 23/2/1893, doc. cit.

¹²⁶ Nota da Legação Austro-Húngara ao Governo Brasileiro - ofício enviado ao Ministro das Relações Exteriores, Cassiano do Nascimento, 6/3/1894 in: Ministério das Relações Exteriores. *Reclamação Austríaca de Luis Emilio Quaas*. Op. cit

¹²⁷ Cf. *O Governo Presidencial do Brasil, 1889-1930 (Guia Administrativo do Poder Executivo no Período da República Velha)*. Poder Executivo. Brasília: Senado Federal, Pró-Memória; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1985, p. 245.

¹²⁸ Nota do Governo Brasileiro à Legação Austro-Húngara – ofício do ministro das Relações Exteriores, João Felipe Pereira ao Conde de Koziembrodski, 6/3/1894, in: Ministério das Relações Exteriores. *Reclamação Austríaca de Luis Emilio Quaas*. Op. cit.

¹²⁹ Nota da Legação Austro-Húngara ao Governo Brasileiro, ofício enviado ao Ministro das Relações Exteriores, Cassiano do Nascimento, 6/3/1894, doc. cit.

¹³⁰ Nota da Legação Austro-Húngara ao Governo Brasileiro – ofício do Conde de Koziembrodski ao Ministro das Relações Exteriores, Francisco de Paula Souza, 9/3/1893 in: Ministério das Relações Exteriores. *Reclamação Austríaca de Luis Emilio Quaas*. Op. cit

anarquistas italianos e somente por casualidade viajou com sua mulher no mesmo navio, vindo em direitura da Áustria”;¹³¹ de outro, Giuseppe Gallini declarou não conhecer os indivíduos com quem fora deportado,¹³² enquanto Leonida Amici afirmou, ao relatar sua experiência como repatriado já de volta à Itália, que antes daquele episódio não conhecia os outro sete indivíduos acusados de professar idéias anarquistas, tendo-os conhecido no vapor.¹³³ Isabelle Felici também sublinhou, a partir de pesquisa na documentação policial italiana, “a falta de ligação entre os oito indivíduos presos que não eram originários da mesma região, nem do mesmo *milieu* social e político”.¹³⁴ Segundo Felici, apenas dois deles – Paolo de Rossi e Ettore Forchini - conheciam-se anteriormente.¹³⁵

Tiveram, no entanto, a partir de sua prisão em fevereiro, bastante tempo para se conhecerem nos vários dias que passaram na Cadeia Pública e depois no xadrez da Cadeia de Santos, onde permaneceram até o embarque no vapor *Colombo*. Aparentemente, porém, não houvera até então nenhuma comunicação oficial sobre a prisão e o decreto de deportação às autoridades diplomáticas responsáveis pelos indivíduos italianos e pelos súditos austríacos: os primeiros escreveram ao cônsul italiano já a bordo do vapor que os levaria para a Itália,¹³⁶ e a Legação Austro-Húngara afirmou apenas ter recebido informação de São Paulo sobre a prisão de Quaas, sem designar o informante (talvez os familiares de Quaas).¹³⁷

Ao ser questionado sobre a expulsão pela Legação Austro-Húngara, o ministro das Relações Exteriores dirigiu-se, com urgência, por telegrama, ao presidente de São Paulo. Perguntou-lhe, então, se o ato de deportação dos anarquistas - que Bernardino de Campos teria reclamado junto àquele ministério - já se tornara “efetivo e público”.¹³⁸ A resposta foi

¹³¹ Nota da Legação Austro-Húngara ao Governo Brasileiro, 6/3/1894 doc. cit.

¹³² Requerimento de Giuseppe Gallini ao chefe de polícia de São Paulo, 3/10/93, doc.cit.

¹³³ “Emigranti torturati al Brasile” *Supplemento al Caffaro*, Gênova, 20/9/1893, ASMAE, Série Z, b. 83, fasc. 1461, apud Isabelle Felici. *Les italiens dans le mouvement anarchiste au Brésil, 1890-1920*. Op. cit., p. 372.

¹³⁴ Idem, pp. 371-372.

¹³⁵ “Cenno biografico”, Prefettura de Roma, 10/12/1899, ACS, CPC, b. 1744, fasc. De Rossi, apud Isabelle Felici. *Les italiens dans le mouvement anarchiste au Brésil, 1890-1920*. Op. cit., p. 372.

¹³⁶ Ofício do cônsul italiano em São Paulo, Conde de Rozwadowski ao presidente do estado de São Paulo, Bernardino de Campos, 17/3/1893, doc.cit.

¹³⁷ Nota da Legação Austro-Húngara ao Governo Brasileiro, Petrópolis, 9/3/1893, doc.cit.

¹³⁸ Telegrama do Ministro das Relações Exteriores, A. F. Paula Souza, ao presidente do estado de São Paulo, Bernardino de Campos, 10/3/1893, in: Ministério das Relações Exteriores. *Reclamação Austríaca de Luis Emilio Quaas*. Op. cit.

enviada pelo chefe de polícia e não tardou: a deportação tornara-se efetiva havia quatro dias, mas a publicidade do ato era ainda uma questão a ser resolvida.

“Não tornei público o ato, por não ter tido autorização para isso e por terem sido de caráter reservado todas as instruções recebidas, quer do Governo da União, quer do Governo do Estado, referentes à deportação, que, entretanto, é hoje pública.”¹³⁹

Não deixa de intrigar o fato de o ato de deportação não ter sido tornado público mesmo depois de efetivado. Na imprensa paulista, não há nenhuma nota sobre a prisão ou deportação dos imigrantes do vapor *Solferino* entre os meses de fevereiro e abril de 1893, e é só a partir de julho e agosto desse ano que jornais vão se ocupar da entrada de imigrantes anarquistas em portos brasileiros, inclusive da entrada de fevereiro.¹⁴⁰ Mesmo no relatório anual de 1893 do chefe de polícia de São Paulo ao Secretário da Justiça desse Estado, a expulsão dos imigrantes não é mencionada. Eles aparecem apenas na seção de “Fotografia Policial”, como “9 socialistas e anarquistas” fotografados e, mais adiante, com especificação de seus nomes, quando é apresentado o movimento de presos da Cadeia da Capital. Os vinte e um indivíduos (os nove suspeitos e suas famílias) aparecem então como tendo seguido para a Capital Federal em 4 de março a fim de “responder ao júri” – quando foram, de fato, apenas transferidos para a cadeia de Santos enquanto esperavam o embarque no vapor *Colombo*.¹⁴¹

Interessantemente também, nenhum dos indivíduos expulsos pelo vapor *Colombo* em março de 1893 constam da “relação dos estrangeiros expulsos do Brasil, durante a administração do Governo passado [governo Floriano Peixoto, 1892-1894], designando-se a nacionalidade e a data de expulsão”, enviada pelo chefe de polícia do Rio de Janeiro ao então Ministro dos Negócios da Justiça, Antonio Gonçalves Ferreira, em janeiro de 1895.¹⁴² José Murilo de Carvalho, ao salientar a “face violenta” que a República voltou contra os anarquistas, fez menção exatamente a esse documento e destacou que dos 76 estrangeiros expulsos durante o governo Floriano, dezenove o foram “expressamente sob acusação de

¹³⁹ Ofício reservado do chefe de polícia de São Paulo ao Secretário dos Negócios da Justiça, 11/3/1893, doc. cit.

¹⁴⁰ “Imigrantes anarquistas” *Correio Paulistano*, 30/7/1893, 3 e 4/8/1893; “Anarquistas Italianos” *Jornal do Comércio* (RJ), 15/8/1893.

¹⁴¹ *Relatório apresentado ao senhor Dr. Manoel Pessoa de Siqueira Campos, M. D. secretário da Justiça deste Estado, pelo Chefe de Polícia Theodoro Dias de Carvalho Júnior*, 1893. doc. cit.

¹⁴² Ofício do chefe de polícia do Rio de Janeiro ao Ministro dos Negócios da Justiça, 8/1/1895, Arquivo Nacional GIF1 Caixa 6C-5; *O Governo Presidencial do Brasil, 1889-1930*, op. cit., p. 172.

anarquismo”.¹⁴³ As primeiras deportações listadas no documento do chefe de polícia e apontadas por José Murilo de Carvalho têm, no entanto, datas a partir de agosto; com as de março, o número de anarquistas expulsos seria elevado em mais de 40%.

A explicação da ausência dos imigrantes do vapor *Solferino* daquele documento e dessa análise está sugerida na perspectiva de Murilo de Carvalho: segundo ele, “não houve tolerância alguma para com os anarquistas estrangeiros que pela primeira vez aportaram às **praias fluminenses**”¹⁴⁴ (grifos meus). Se a lista do chefe de polícia da Capital Federal compreendesse apenas as expulsões pedidas por aquela autoridade, referente a prisões realizadas no Rio de Janeiro, a ausência estaria explicada, mas dos 19 deportados assinalados como anarquistas, ao menos dois foram presos em São Paulo.

Ainda que se vá tratar desse assunto mais adiante, é importante chamar a atenção para os mecanismos e as instâncias acionadas a fim de se conseguir a deportação dos estrangeiros. No caso desses imigrantes, o governo estadual paulista mostrou-se desde cedo resoluto a impedir a permanência dos indivíduos suspeitos em seu território. Aldo Nobili afirmou em 1891 que “este governo [brasileiro], que já deve lutar contra tanta dificuldade para estabelecer-se no novo regime, está convencido da necessidade de expulsar todos os anarquistas e socialistas que ostentam suas idéias subversivas. (...) Estou convencido que se tomam e tomar-se-ão sempre medidas sérias contra todos os afiliados das seitas dos anarquistas e socialistas”.¹⁴⁵ No caso específico dos passageiros do vapor *Solferino*, em ofício reservado enviado pelo secretário da Justiça de São Paulo ao chefe de polícia, ainda em fevereiro, a opção pela repatriação dos “anarquistas perigosos” já era clara.¹⁴⁶ Consta inclusive que deportação foi comunicada pelo Ministro da Justiça ao presidente do estado de São Paulo em telegrama de 25 de fevereiro - um dia depois da prisão dos imigrantes italianos e pouco antes da detenção do súdito austríaco.¹⁴⁷

¹⁴³ José Murilo de Carvalho. *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, pp. 23-24.

¹⁴⁴ Idem, *ibidem*.

¹⁴⁵ Aldo Nobili ao Ministero degli Affari Esteri (MAE), 31/10/1891, Archivio Storico del Ministero degli Affari Esteri (ASMAE), Polizia Internazionale, b. 47, apud Isabelle Felici. *Les italiens dans le mouvement anarchiste au Brésil, 1890-1920*. Op. cit., p. 85.

¹⁴⁶ Ofício do Secretário de Justiça ao chefe de polícia de São Paulo, 23/2/1893, doc. cit.

¹⁴⁷ Sobre a data da prisão (24/2/1893), ver requerimento de Giuseppe Gallini ao chefe de polícia de São Paulo, 3/10/93, doc. cit; sobre a data do ato de deportação, ver o ofício reservado do chefe de polícia de São Paulo ao presidente deste estado, 9/3/1893, Acervo Permanente – Polícia – C2760, AESP. O decreto de deportação dos nove suspeitos não foi encontrado, e é na informação do chefe de polícia ao presidente de São Paulo que baseio essa cronologia.

A conclusão mais imediata da rapidez com que a decisão foi tomada é que não teria havido abertura de processo ou inquérito contra os imigrantes. Não há referências sobre um inquérito aberto contra os italianos repatriados; apenas o chefe de polícia afirma que teriam sido realizados “os necessários interrogatórios, autos de qualificação, de informações, de declarações e de buscas nas respectivas bagagens”.¹⁴⁸ O resultado - parcial e único a que se teve acesso - dessas investigações foi assunto do relatório que aquela chefatura enviou ao presidente de São Paulo em julho de 1893. A Legação Austro-Húngara, por sua vez, requisitou em 18 de março “o resultado do respectivo inquérito instaurado, principalmente se ficou provada a inocência do referido Quaas.”¹⁴⁹ Fazia referência, assim, não apenas ao inquérito que teria determinado sua deportação, mas também ao resultado das averiguações que deveriam ter sido realizadas após o desembarque do súdito austríaco e sua família no Rio de Janeiro, havia já uma semana.

As respostas das autoridades brasileiras fizeram incidir muito pouca luz sobre a culpabilidade ou inocência de Quaas, mas contribuem bastante para se entender o mecanismo de expulsão. Segundo o Ministro da Justiça e dos Negócios Interiores, Fernando Lobo, em explicação meramente burocrática, a deportação de Quaas fora decretada “em virtude de indicação dada juntamente com a de outros indivíduos, pelo Inspetor Geral de Terras e Colonização”; depois de seu desembarque na Capital Federal, o súdito austríaco tinha apenas ficado sob vigilância da polícia, “não havendo, portanto, se iniciado inquérito para averiguar se Quaas era criminoso ou não”.¹⁵⁰ É preciso levar em conta que esta comunicação foi feita reservadamente ao Ministro das Relações Exteriores e tinha como objetivo informar esta autoridade das providências tomadas. Paula Souza, no entanto, ao repassar a informação ao insistente legado austro-húngaro, foi mais incisivo:

“Peço permissão, entretanto, para ponderar ao sr. Conde que a deportação de um estrangeiro é ato de soberania e que pode ser efetuada independentemente de inquérito, só por suspeita de que sua permanência no Brasil é prejudicial á tranqüilidade pública.”¹⁵¹

¹⁴⁸ Relatório reservado do chefe de polícia de São Paulo ao presidente do estado de São Paulo, 10/7/1893, doc. cit.

¹⁴⁹ Nota da Legação Austro-Húngara ao Governo Brasileiro, do Conde de Koziobrodzki ao Ministro das Relações Exteriores, 18/3/1893 in: Ministério das Relações Exteriores. *Reclamação Austríaca de Luis Emilio Quaas*. Op. cit.

¹⁵⁰ Aviso reservado do Ministério da Justiça e Negócios Interiores ao Ministério das Relações Exteriores, 11/4/1893 in: Ministério das Relações Exteriores. *Reclamação Austríaca de Luis Emilio Quaas*. Op. cit.

¹⁵¹ Nota do Governo Brasileiro à Legação Austro-Húngara, 15/4/1893 in: Ministério das Relações Exteriores. *Reclamação Austríaca de Luis Emilio Quaas*. Op. cit.

Segundo Murilo de Carvalho, “a prática de deportação, que era de uso generalizado também na Europa, mas que no Brasil era feita sem nenhum processo, foi iniciada no final do Império com o envio de capoeiras para o Mato Grosso. Intensificou-se com a República.” No que diz respeito aos anarquistas deportados antes das leis de expulsão de estrangeiros, este autor afirmou que o mecanismo dava-se “sem maiores delongas”: “As deportações faziam-se por simples decreto presidencial, precedendo solicitação do chefe de polícia.”¹⁵² De fato, havia uma tendência a tratar a questão da expulsão de estrangeiros como uma ação preventiva, fosse nas instâncias executivas, fosse também quando levado o processo ao judiciário. Por não haver uma lei especialmente dedicada a regular os casos em que a expulsão de estrangeiros era apropriada (ainda que o recurso à deportação estivesse estipulado como pena ou consequência da condenação judicial de algumas poucas leis ou parágrafos de leis)¹⁵³, o problema era tratado como uma questão de soberania, em que se remetia menos à legislação nacional existente e mais à “conveniência do bem geral e indeclinável necessidade de assegurar eficazmente a manutenção da ordem pública”.¹⁵⁴

Foi essa a base da argumentação do Ministro das Relações Exteriores brasileiro quando questionado pela Legação Austro-Húngara, assim como seria o escopo das motivações e justificações das leis de expulsão de estrangeiros que seriam promulgadas no Brasil. Em 7 de janeiro de 1907, foi aprovado o decreto de número 1641, que determinava, logo em seu primeiro artigo, que “o estrangeiro que, por qualquer motivo, comprometer a segurança nacional ou a tranqüilidade pública pode ser expulso de parte ou de todo o

¹⁵² José Murilo de Carvalho. Op. cit., pp. 23-24.

¹⁵³ Cf. voto do juiz José Hygino no “Autos do recurso de *habeas corpus* em que é recorrente José de Castro Coelho”, nº 388, Supremo Tribunal Federal, Rio de Janeiro, 21/6/1893, Arquivo Histórico do Supremo Tribunal Federal, que são citados o artigo 400 do Código Penal e a lei 2615 de 4/8/1875. O artigo 400 do Código Penal estipulava que o estrangeiro, quando reincidente no crime de vadiagem, seria deportado. Já lei nº 2615 estipulava que os estrangeiros que, em país estrangeiros, perpetrassem crimes contra brasileiros e viessem para o Brasil, seriam entregues por extradição quando reclamados, expulsos do território brasileiro ou punidos de acordo com a lei brasileira. (*Collecção das Leis do Império do Brazil de 1875*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1876, tomo XXIV, partes I e II.)

<http://www.camara.gov.br/internet/infdoc/conteudo/colecoes/legislacao/legimpcd-06/leis%201875v1/leis1875-1.pdf>

¹⁵⁴ Ver, por exemplo, as discussões e votos presentes nos “Autos do recurso de *habeas corpus* em que é recorrente José de Castro Coelho”, nº 388, doc. cit.

território nacional.”¹⁵⁵ Consolidava-se, assim, o embasamento ideológico que norteara a prática da expulsão até então, construída a partir de “conceitos biológicos”:¹⁵⁶

“O Estado é um organismo; real ou análogo à dos outros organismos, a vida orgânica do Estado apresenta os mesmos fenômenos que a dos organismos vivos. Estes repelem a ingestão de substâncias nocivas e expõem as que não podem assimilar. O Estado que defende a saúde pública contra a invasão da peste estabelecendo cordões sanitários e punindo de morte às vezes quem o rompe, pode com igual direito velar pela sorte da imigração e fechar suas portas ao estrangeiro pernicioso à ordem pública como o anarquista, à moralidade como o cáften, à segurança particular como o condenado ou indiciado em crime comum.”¹⁵⁷

Com a promulgação dessa lei, várias das discussões que até se davam sobre a legalidade da expulsão dos estrangeiros passaram a ser vigidas pela nova jurisprudência. No entanto, o mesmo autor da lei aprovada em 1907 buscou fazer alterações em seu texto 5 anos mais tarde. Ao discursar na Câmara dos Deputados em novembro e dezembro de 1912 a favor de algumas emendas àquele decreto,¹⁵⁸ o deputado Adolpho Gordo construiu sua argumentação em torno na imagem do “estrangeiro perigoso”. Ao frisar esse seu alvo, procurava mostrar que as emendas não visavam a uma perseguição contra os estrangeiros em geral, que “tão grandes são os serviços” haviam prestado ao “desenvolvimento e o progresso de S. Paulo”, conforme concluiu o deputado em discurso na Câmara.¹⁵⁹ Várias vezes nos dois discursos que o deputado proferiu no final de 1912 sobre as emendas, foram

¹⁵⁵ *O Decreto n. 1641 de 7 de janeiro de 1907 sobre expulsão de estrangeiro do Território Nacional* (com comentários do Dr. Francisco de Paula Lacerda de Almeida) Rio de Janeiro: Tipografia da Revista dos Tribunais, 1907.

¹⁵⁶ Lená Medeiros de Menezes. *Os Indesejáveis: Desclassificados da Modernidade. Protesto, Crime e expulsão da Capital Federal (1890-1930)*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1996, 194.

¹⁵⁷ *O Decreto n. 1641 de 7 de janeiro de 1907 sobre expulsão de estrangeiro do Território Nacional* (com comentários do Dr. Francisco de Paula Lacerda de Almeida) op. cit., p. 9.

¹⁵⁸ Seu projeto revogava os artigos 3º, 4º § único e 8º do Decreto 1641: “Art. 3. Não pode ser expulso o estrangeiro que residir no território da República por dois anos contínuos, ou por menos tempo, quando: a) casado com brasileira; b) viúvo com filho brasileiro./Art. 4. O Poder Executivo pode impedir a entrada no território da República a todo estrangeiro, cujos antecedentes autorizem incluí-lo entre aqueles a que se referem os arts. 1º e 2º./ (...) /Art. 8º Dentro do prazo que for concedido, pode o estrangeiro recorrer para o próprio Poder que ordenou a expulsão, se ela se fundou na disposição do art. 1º, ou para o Poder Judiciário Federal, quando proceder do disposto no art. 2º. Somente neste último caso o recurso terá efeito suspensivo./ Parágrafo único. O recurso ao Poder Judiciário Federal consistirá na justificação da falsidade do motivo alegado, feita perante o juízo seccional, com audiência do Ministério Público. /Parágrafo único. A entrada não pode ser vedada ao estrangeiro nas condições do art. 3º, se tiver se retirado da República temporariamente.” (*O Decreto n. 1641 de 7 de janeiro de 1907 sobre expulsão de estrangeiro do Território Nacional* (com comentários do Dr. Francisco de Paula Lacerda de Almeida). op. cit.)

¹⁵⁹ Adolpho Gordo. “Discurso pronunciado na sessão de 29 de novembro de 1912” in: Congresso Nacional. *A Expulsão de Estrangeiros – Discursos pronunciados na Câmara dos Deputados, nas sessões de 29 de novembro e de 14 de dezembro de 1912 pelo snr. Adolpho Gordo, deputado por São Paulo*. São Paulo: Espindola & Comp., 1913, p. 20.

feitas menções às críticas que as propostas de mudança na lei estavam sofrendo, entre elas a de que as emendas eram um ataque direto aos estrangeiros - um “bote insidioso contra os mais sagrados direitos dos estrangeiros”, citando um jornal da Capital Federal,¹⁶⁰ ou então “um gravíssimo atentado contra os direitos e garantias assegurados aos estrangeiros pela nossa lei fundamental”.¹⁶¹

Para Gordo, a medida de suprimir alguns dos parágrafos do decreto 1641 propiciaria inclusive diferenciar os estrangeiros que contribuía para “o progresso intelectual e moral” dos “bandidos profissionais” cuja permanência no Brasil deveria ser evitada. Porém, o deputado não deixou de sublinhar que as emendas visavam principalmente impedir que o país fosse “invadido por elementos nocivos, por indivíduos que penetram em nosso território com o único intuito de perturbar a nossa vida normal, atentando contra os nossos interesses vitais, provocando agitações e toda a sorte de crimes.”¹⁶² Ainda que os crimes e as perturbações que esses “elementos nocivos” pudessem cometer ou causar não estivessem evidentes nessa passagem de seu discurso, o deputado fez várias sugestões sobre que tipo de indivíduos desejava ver para além das fronteiras nacionais: mencionou “vagabundos, mendigos, cáftens, *anarquistas* e bandidos profissionais”¹⁶³ (grifo meu).

Ao destacar esta argumentação de Gordo, não se pretende afirmar que o deputado tinha em mente, ao falar dos anarquistas de “planos sinistros”, os imigrantes apontados como anarquistas nesse ano de 1893. O “anarquista perigoso” de 1912 não era o mesmo “imigrante anarquista” ou “anarquista conhecido” ou ainda o “anarquista dinamitista” de 1893. Tanto as imagens desses indivíduos quanto suas experiências e ações estavam informadas por perspectivas diversas. Gordo referia-se, em 1912, a uma atividade intensa – ou “intensíssima”, nos termos do próprio deputado – dos anarquistas. Em seus discursos, alertou para sua participação em greves, sua propaganda entre operários e camponeses e suas publicações; falava informado por quase vinte anos de imprensa anarquista; por mais de XX títulos de jornais libertários que haviam circulado ou ainda circulavam em São Paulo; pela atuação dos anarquistas nos Congressos Operários de 1906 e 1912; pela participação de greves – inclusive as gerais de 1906 e 1907 – dos militantes libertários; e

¹⁶⁰ Idem, pp. 19-20.

¹⁶¹ Adolpho Gordo. “Discurso pronunciado na sessão de 29 de novembro de 1912” in: Congresso Nacional. *A Expulsão de Estrangeiros*. Op.cit., p. 21.

¹⁶² Idem, p. 44.

¹⁶³ Adolpho Gordo. “Discurso pronunciado na sessão de 29 de novembro de 1912” Op. cit., p. 13.

pela movimentação de várias associações e círculos fundados por anarquistas ou das quais participavam ativamente. Também tinha como argumento o grande número de prisões de anarquistas – muitos deles estrangeiros – que já se haviam dado no primeiro decênio do século XX, assim como as dezenas de prontuários de anarquistas abertos pelo Gabinete de Investigações de Capturas, fundado em 1910.¹⁶⁴

No entanto, pouco ou quase nada se podia falar da presença ou ações de anarquistas em 1893 em São Paulo. Além de algumas acusações vagas feitas contra o imigrante italiano Galileo Botti e seu jornal *Gli Schiavi Bianchi*, anarquistas eram assunto das seções telegráficas da grande imprensa.¹⁶⁵ É certo que greves, explosões de dinamites, atentados contra edifícios e chefes de Estado deviam assustar as autoridades brasileiras, assim como traziam alarmados os governantes dos países europeus e americanos. O grande número de imigrantes europeus desembarcados nos portos brasileiros – muitos deles vindos da Itália, “celeiro” de “anarquistas perigosos” – deveria contribuir para aumentar as preocupações das autoridades em relação à entrada desses elementos indesejáveis. Não pesava apenas a desconfiança mais ou menos generalizada em relação aos estrangeiros, mas também o medo de haver desordeiros, indivíduos violentos e perigosos – a exemplo do que se testemunhava na Europa – entre os bons camponeses e honestos operários vindos para trabalhar nas cidades e fazendas do país.

Destino dos imigrantes

Os oito imigrantes italianos e o súdito austríaco expulsos foram personagens importantes de uma documentação variada e numerosa produzida pela polícia brasileira, pelos governos paulista e federal, por autoridades diplomáticas diversas e mesmo pela polícia italiana, graças não apenas ao interesse que “imigrantes anarquistas” despertariam

¹⁶⁴ Segundo o *Relatório apresentado ao Dr. M. J. de Albuquerque Lins, Presidente do Estado pelo Secretário de Justiça e Segurança Pública, Washington Luís Pereira de Souza, Ano de 1911* (São Paulo: Typ. Brazil de Rotschild & Cia, 1911) e o *Relatório apresentado ao Dr. Francisco de Paula Rodrigues Alves, Presidente do Estado pelo Secretário de Justiça e Segurança Pública, Raphael A. Sampaio Vidal, Ano de 1912* (São Paulo: Typ. Brazil de Rotschild & Cia, 1913), nos anos de 1911 e 1912, foram abertos, respectivamente, 118 e 98 prontuários de anarquistas, os quais, no entanto, não foram encontrados. Tais prontuários não foram anexados aos organizados pelo Fundo DEOPS-SP (Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo), sendo possível que estejam arquivados no acervo temporário do Arquivo do Estado de São Paulo, ainda não disponíveis para consulta.

¹⁶⁵ Sobre Galileo Botti e o jornal *Gli Schiavi Bianchi*, ver capítulo III – “Pensamento e dinamite”.

então, mas também pelas reivindicações e reclamações que estes apresentaram posteriormente à sua prisão e deportação. Tratados como elementos perigosos, submetidos ao silêncio enquanto presos nas cadeias paulistas - silêncio reforçado pela conservação precária dos documentos de polícia e pelo fato de não terem sido encontrados seus autos de declarações -, buscaram em seguida espaços para relatar sua versão do ocorrido e afirmar seus direitos, fosse em relação aos bens apreendidos, à sua integridade física, aos danos morais e financeiros sofridos; fosse ainda em território brasileiro, no retorno à Itália ou de volta a São Paulo.

Já foi mencionado o expediente da Legação Austro-Húngara para conseguir o desembarque da família Quaas antes que o vapor em que se encontravam partisse para a Europa. A partir do dia 11 de março, portanto, os súditos austríacos permaneceram no Rio de Janeiro, hospedados em um hotel às custas da Repartição de Polícia da Capital Federal e sob vigilância. A medida havia sido tomada, como se pode perceber, de forma paliativa, para resolver imediatamente as questões levantadas por aquela Legação. Mas Loduvic Emil Quaas e sua família continuavam sob suspeita do governo brasileiro, que os havia mantido guardados para averiguar mais calmamente a denúncia contra eles.

Não obstante, as investigações sobre o assunto foram aparentemente suspensas em seguida: já em 14 de março, o presidente de São Paulo enviou um telegrama ao Ministro das Relações Exteriores, afirmando que não tinha razão “para pedir que seja detido Luis Emilio que não é conhecido aqui e só foi deportado por vir na lista enviada por telegrama”.¹⁶⁶ Dois dias mais tarde, o Ministro da Justiça fez cessar a vigilância sobre a família Quaas, que, no entanto, não recebeu de imediato autorização para voltar para São Paulo e deixou de ter sua estadia e alimentação custeadas pelo governo.¹⁶⁷ Entre os dias 18 e 21 de março, Quaas teve que arcar com as despesas de 108\$000, referente a três dias de

¹⁶⁶ Telegrama do presidente do estado de São Paulo ao Ministro das Relações Exteriores, 14/3/1893, in: Ministério das Relações Exteriores. *Reclamação Austríaca de Luis Emilio Quaas*. Op. cit.

¹⁶⁷ Aviso reservado do Ministro da Justiça e Negócios Interiores, Fernando Lobo, ao chefe de polícia da Capital Federal, 16/3/1893, Arquivo Nacional GIFI Caixa 6C-5; Aviso reservado do Ministério da Justiça e Negócios Interiores ao Ministério das Relações Exteriores, 16/3/1893; Nota da Legação Austro-Húngara ao Governo Brasileiro – ofício do Conde de Koziembrodzki ao Ministro das Relação Exteriores, Felisbello Freire, 16/6/1893, in: Ministério das Relações Exteriores. *Reclamação Austríaca de Luis Emilio Quaas*. Op. cit.

hospedagem no Hotel União Mineira, além de 203\$000 das passagens de sua família de volta para São Paulo, quando foram autorizados a retornar.¹⁶⁸

De volta a São Paulo, aparentemente livre da acusação de anarquista, Loduvic Emil Quaas deparou-se com mais revezes: por causa de prisão e do embarque precipitado, seus filhos Hermínia ou Ermine e Ludovico perderam seus empregos.¹⁶⁹ Por outro lado, os pertences da família, que haviam permanecido nos cômodos que alugavam em São Paulo, foram em parte subtraídos “em consequência de haver a polícia daquela cidade deixado de fechar a habitação depois de prender a família inteira de Quaas, pelo contrário ficando aberta e sem guarda alguma”.¹⁷⁰ O súdito austríaco deu, então, entrada junto à Legação de seu país em Santos com um pedido de indenização pelos objetos subtraídos e, no começo de abril, o pedido foi encaminhado a Bernardino de Campos. Além da devolução dos pertences que trazia consigo e que foram apreendidos quando de sua prisão, Quaas solicitou também a quantia de 500\$000 pelos objetos desencaminhados de sua residência.¹⁷¹ Pela lista de objetos que acompanha a solicitação, teriam sido subtraídas peças de vestuário de mulher, homem e crianças, utensílios de mesa e cozinha, itens de costura, alguns livros e um revólver com 100 cartuchos.¹⁷²

As autoridades policiais paulistas, porém, não receberam muito bem o pedido do súdito austríaco. É certo que o presidente do estado mandou verificar, com urgência e reservadamente, a procedência da solicitação, recebendo, no entanto, a informação do primeiro delegado de polícia, Bento Galvão da Costa e Silva, de que quando efetuou a prisão dos filhos e esposa de Quaas, na casa destes, não lhe parecera “que eles tivessem os objetos ora reclamados, tendo mesmo se queixado de que sua bagagem não havia

¹⁶⁸ Nota da Legação Austro-Húngara ao Governo Brasileiro – ofício do Conde de Koziobrodzki ao Ministro das Relações Exteriores, Felisbello Freire, 16/6/1893, doc. cit.

¹⁶⁹ Cf. “Relação do prejuízo em dinheiro alegado por E. Quaas em virtude da sua viagem forçada para o Rio de Janeiro” anexada à Nota da Legação Austro-Húngara ao Governo Brasileiro – ofício do Conde de Koziobrodzki ao Ministro das Relações Exteriores, Felisbello Freire, 16/6/1893, doc. cit.

¹⁷⁰ Nota da Legação Austro-Húngara ao Governo Brasileiro – ofício do Conde de Koziobrodzki ao Ministro das Relações Exteriores, Felisbello Freire, 16/6/1893, doc. cit.

¹⁷¹ Ofício do Vice-Consulado da Áustria-Hungria em Santos ao presidente de São Paulo, Bernardino de Campos, 7/4/1893, Acervo Permanente – Polícia – C2752, AESP.

¹⁷² “Lista dos objetos extraviados da morada do súdito austríaco Emil Quaas” anexada ao Ofício do Vice-Consulado da Áustria-Hungria em Santos ao presidente de São Paulo, Bernardino de Campos, 7/4/1893, doc.cit.

chegado.”¹⁷³ Foi então aberto um inquérito policial pela primeira delegacia da capital paulista para verificar a respeito dos roubos e prejuízos de que o súdito austríaco se dizia vítima.¹⁷⁴

Quaas compareceu novamente, em 20 de abril, perante o primeiro delegado de polícia, acompanhado pelo tradutor Alfredo Rhein. Em suas declarações, disse que havia recebido os objetos arrecadados quando foi preso,¹⁷⁵ mas confirmou a reclamação feita junto ao cônsul e reafirmou que lhe haviam sido roubados, de sua casa, diversos objetos que referira em lista e que discriminou no ato. Questionado sobre as pessoas que moravam em sua companhia, indicou os nomes de Otto, Dönhofer, os quais conhecia pouco, Andréa Papinsk e Matriku, sem, no entanto, levantar suspeitas contra eles. O primeiro delegado procurou, por sua vez, confirmar a denúncia que fizera ao chefe de polícia e perguntou se Quaas havia recebido sua bagagem quando foi preso, a que o súdito austríaco respondeu negativamente.¹⁷⁶

Três testemunhas foram ouvidas sobre o caso: Otto Rodolpho Dalenberg, prussiano; Andréa Papinsk, austríaco; e o dono dos cômodos alugados, Pedro Hoenen, natural da Alemanha, mas brasileiro naturalizado. Os dois primeiros colocaram em dúvida a lista de pertences apresentada por Quaas e afirmaram não acreditar que este fora roubado. Sugeriram também que o súdito austríaco pretendia ganhar dinheiro com o episódio.¹⁷⁷ Pedro Hoenen, porém, que havia guardado os objetos deixados pela família austríaca, listou itens compatíveis com a lista de Quaas, e acusou dois de seus empregados – um “que já se acha[va] ausente e outro de nome Otto” – de terem utilizado alguns dos itens, porém os

¹⁷³ Nota do primeiro delegado de polícia, Bento Galvão da Costa e Silva, em 14/4/1893, no verso do ofício do Vice-Cônsul da Áustria-Hungria a Bernardino de Campos, 7/4/1893, doc. cit.

¹⁷⁴ Ofício reservado do chefe de polícia de São Paulo ao presidente do estado de São Paulo, 29/6/1893, anexado ao Aviso do Governo do Estado de São Paulo ao Ministério das Relações Exteriores, 13/7/1893, in: Ministério das Relações Exteriores. *Reclamação Austríaca de Luis Emilio Quaas*. Op. cit.

¹⁷⁵ Os objetos então apreendidos estão discriminados na lista “Tirado pela polícia no acto da prisão”, 7/4/1893, e na nota do Tesoureiro da Repartição Central de Polícia, Bento de Oliveira, ambos anexados ao ofício do Vice-Consulado da Áustria-Hungria em Santos ao presidente de São Paulo, Bernardino de Campos, 7/4/1893, doc. cit.

¹⁷⁶ Termo de Declarações de Emil Quaas, Repartição Central de Polícia, sala de audiências do primeiro delegado Bento Galvão da Costa e Silva, São Paulo 20/4/1893, anexado ao Aviso do Governo do Estado de São Paulo ao Ministério das Relações Exteriores, 13/7/1893, in: Ministério das Relações Exteriores. *Reclamação Austríaca de Luis Emilio Quaas*. Op. cit.

¹⁷⁷ Termo de declarações de Otto Rodolpho Dalenberg, 20/4/1893; Termo de declarações de Andrea Papinsk, 20/4/1893, Repartição Central de Polícia, sala de audiências do primeiro delegado Bento Galvão da Costa e Silva, São Paulo, anexados ao Aviso do Governo do Estado de São Paulo ao Ministério das Relações Exteriores, 13/7/1893, in: Ministério das Relações Exteriores. *Reclamação Austríaca de Luis Emilio Quaas*. Op. cit.

devolvendo ao dono. Questionou, no entanto, o valor declarado: segundo Hoenen, “todos os objetos que Quaas recolheu ao seu depósito eram de pequena importância não podendo porém determinar quanto valiam, achando entretanto excessiva a indenização pedida”.¹⁷⁸ Suas declarações certamente pesaram sobre julgamento das autoridades paulistas que, em 2 de junho daquele ano, indeferiram a solicitação de Lodovic Emil Quaas.¹⁷⁹

Novo pedido de indenização, dessa vez no dobro do valor apresentado em abril, foi feito através da Legação Austro-Húngara em junho. Dessa vez, a quantia foi detalhadamente especificada: primeiramente, foram discriminados os valores gastos com três dias de hospedagem no Rio de Janeiro, com as passagens para São Paulo, e contabilizados os prejuízos sofridos pela perda dos empregos de Ermine e Ludovico Quaas, totalizando 676\$000.¹⁸⁰ Em seguida, a mesma lista de objetos extraviados foi apresentada, com o detalhamento dos valores de cada item, somando não mais 500\$000, porém 483\$000.¹⁸¹ A indenização final ficara, portanto, em 1:159\$000, que a Legação Austro-Húngara solicitava em nome de seu “infeliz patrício”.

O governo federal encaminhou o pedido ao governo de São Paulo e a reação do chefe de polícia foi violenta:

“Emilio Quaas não foi preso como suspeito de anarquista, senão como verdadeiro e perigoso anarquista, suficientemente conhecido que, iludindo a Sociedade Promotora de Imigração, conseguiu introduzir-se no país como imigrante. E tanto esta chefatura estava, como ainda está, plenamente convencida de que não comete um erro assim o asseverando, que obtendo a respeito as mais completas informações e transmitindo-as ao Governo do Estado, este, usando do direito que lhe assiste, providenciou sobre a sua imediata deportação.

Quaas, além disso, no caso presente, dá exuberantes provas da mais requintada má fé, o que se evidencia confrontando suas declarações e o depoimento das testemunhas que figuram no inquérito policial aberto pela 1ª delegacia desta capital sobre o roubo e os prejuízos de que se diz vítima, (...) vacilando clara e palpavelmente sobre o valor da indenização que pede, que ora é maior, ora é menor.”¹⁸²

¹⁷⁸ Termo de declarações de Pedro Hoenen, 20/4/1893, doc. cit. in: Ministério das Relações Exteriores. *Reclamação Austríaca de Luis Emilio Quaas*. Op. cit.

¹⁷⁹ Nota da Legação Austro-Húngara ao Governo Brasileiro – ofício do Conde de Koziobrodzki ao Ministro das Relações Exteriores, Felisbello Freire, 16/6/1893, doc.cit.

¹⁸⁰ “Relação do prejuízo em dinheiro alegado por E. Quaas em virtude da sua viagem forçada para o Rio de Janeiro” anexada à Nota da Legação Austro-Húngara ao Governo Brasileiro – ofício do Conde de Koziobrodzki ao Ministro das Relações Exteriores, Felisbello Freire, 16/6/1893, doc. cit.

¹⁸¹ “Relação dos objetos subtraídos da habitação desamparada de E. Quaas durante sua prisão” anexada à Nota da Legação Austro-Húngara ao Governo Brasileiro – ofício do Conde de Koziobrodzki ao Ministro das Relações Exteriores, Felisbello Freire, 16/6/1893, doc. cit.

¹⁸² Ofício reservado do chefe de polícia de São Paulo ao presidente do estado de São Paulo, 29/6/1893, anexado ao Aviso do Governo do Estado de São Paulo ao Ministério das Relações Exteriores, 13/7/1893, doc. cit.

Ainda que Quaas houvesse tido a deportação suspensa e a autorização para voltar para São Paulo concedida – o que deveria sugerir a suspensão da desconfiança de seu envolvimento com idéias e práticas anarquistas –, Theodoro Dias de Carvalho Júnior voltou à carga contra o imigrante austríaco, acusando-o de procurar lesar os cofres públicos e reafirmando as suspeitas anteriores. Sugeriu, inclusive, que não era verdadeira a determinação da suspensão da vigilância sobre o imigrante austríaco autorizada em março pelo próprio presidente de São Paulo, antes afirmando que Quaas era “constantemente vigiado”, por a polícia “saber o quanto é perigosa sua residência no seio de nossa sociedade.”¹⁸³ Sobre a diferença dos valores da indenização, o detalhamento já mencionado – e claramente desconsiderado pelo chefe de polícia – dos gastos e prejuízos sofridos por Quaas e sua família explicava-a. Não deixa de estranhar, todavia, que, naquele momento, o argumento de que Quaas fosse anarquista voltasse à tona, quando este já se encontrava em liberdade. Porém, não se tratava de uma nova tentativa de ação contra o imigrante uma vez suspeito: mais do que buscar uma nova deportação do imigrante, a intenção do chefe de polícia era invalidar seu pedido de indenização e, principalmente, legitimar as atitudes tomadas nos primeiros meses daquele ano. Semelhantemente ao caso dos italianos, a questão financeira pesava sobremaneira na averiguação da veracidade ou não da denúncia inicial e na avaliação das atitudes da polícia paulista.

As autoridades austro-húngara insistiram na estratégia de afirmar a inocência de Quaas. Enviaram ao ministro das Relações Exteriores informações da Diretoria Superior da Polícia de Sua Majestade Imperial e Real em Viena sobre Quaas, referindo-se à sua boa reputação e a fato de que nunca pertencera à seita dos anarquistas nem tomara parte em manifestações de operários.¹⁸⁴ O Consulado Imperial Alemão em São Paulo também se manifestou favoravelmente a Quaas, tendo o gerente do Consulado afirmado que o imigrante lhe fora “recomendado pelos seus antigos prepostos como pessoas respeitável e

¹⁸³ Idem.

¹⁸⁴ Nota da Imperial e Real Diretoria da Polícia em Viena ao Consulado Geral da Áustria-Hungria no Rio de Janeiro, 3/6/1893; Nota da Legação Austro-Húngara ao Governo Brasileiro – ofício Conde de Koziembrodzki ao Ministro das Relações Exteriores, 9/7/1893, in: in: Ministério das Relações Exteriores. *Reclamação Austríaca de Luis Emilio Quaas*. Op. cit.

de consciência honesta”.¹⁸⁵ Apelou-se, inclusive, para a generosidade das autoridades: foi dito que o súdito austríaco encontrava-se em situação delicada, por lhe ser então impossível “encontrar uma nova acomodação para ganhar os meios de vida”, uma vez que sua reputação fora prejudicada.¹⁸⁶ Esta condição parecia inalterada um ano depois de sua prisão, em março de 1894, quando Quaas achava-se “reduzido à mais desgraçada situação com mulher e sete filhos” por ainda não lhe ter sido possível encontrar quem lhe desse ocupação para ganhar a vida e quando as autoridades austro-húngaras voltaram à carga em sua defesa.¹⁸⁷

Segundo o Legado, Quaas fora até aquela legação, em Petrópolis, em dezembro de 1893, para apresentar-se pessoalmente às autoridades e solicitar empenho em ver atendida sua solicitação. O Conde de Kozielbrodzki, convencido de que Quaas era “um homem sério que decaiu na infelicidade”, reforçou o pedido de indenização junto ao Ministro das Relações Exteriores, que deu conhecimento do fato ao presidente da República, Floriano Peixoto, o qual, enfim, “resolveu conceder aquela indenização por equidade e considerações especiais”.¹⁸⁸ O ministro, no entanto, pediu que o governo de São Paulo arcasse com a indenização, visto que aquele ministério tivera muitas despesas durante a revolta no porto do Rio de Janeiro, ao passo que reconhecia “as prósperas condições financeiras” de São Paulo.¹⁸⁹ O presidente de São Paulo aceitou, e entre maio e junho de 1894, o valor de 1:159\$000 foi entregue ao sr. Bormann, Vice-Cônsul Imperial da Áustria-Hungria em Santos, o qual encaminharia a quantia a Quaas.¹⁹⁰

Do lado italiano, houve um movimento semelhante por justiça e indenizações tanto por parte das autoridades daquela nacionalidade, quanto dos imigrantes expulsos. Como já

¹⁸⁵ Ofício do Gerente do Consulado Imperial Alemão em São Paulo ao Consulado Geral da Áustria-Hungria no Rio de Janeiro, 21/8/1893, in: in: Ministério das Relações Exteriores. *Reclamação Austríaca de Luis Emilio Quaas*. Op. cit.

¹⁸⁶ Idem.

¹⁸⁷ Nota da Legação Austro-Húngara ao Governo Brasileiro – ofício do Conde de Kozielbrodzki ao Ministro das Relações Exteriores, Cassiano do Nascimento, 6/3/1894, in: in: Ministério das Relações Exteriores. *Reclamação Austríaca de Luis Emilio Quaas*. Op. cit.

¹⁸⁸ Carta do Ministro das Relações Exteriores ao presidente de São Paulo, 23/3/1894, in: in: Ministério das Relações Exteriores. *Reclamação Austríaca de Luis Emilio Quaas*. Op. cit.

¹⁸⁹ Tratava-se da Revolta da Armada, que estourou em setembro de 1893 e foi liquidada apenas em março de 1894.

¹⁹⁰ Carta do Secretário da Fazenda do Estado de São Paulo, J. A. Rubião Júnios, ao Ministro das Relações Exteriores, Cassiano do Nascimento, 11/5/1894; Carta do Conde Kozielbrodzki ao Ministro das Relações Exteriores, [s.d.]; Nota da Legação Austro-Húngara ao Governo Brasileiro – ofício do Conde Kozielbrozki ao Ministro das Relações Exteriores, 18/6/1894, in: in: Ministério das Relações Exteriores. *Reclamação Austríaca de Luis Emilio Quaas*. Op. cit.

foi mencionado acima, os imigrantes expulsos, assim que desembarcaram na Itália, entraram com um pedido de indenização junto ao Ministero degli Affari Esteri pelos danos sofridos.¹⁹¹ Os repatriados reclamavam as bagagens deixadas em São Paulo e pelo menos um deles, Giuseppe Gallini, afirmou que poderia apresentar “um atestado médico comprovante do depauperamento da saúde, devido a exaustão e maus-tratos”.¹⁹² Segundo Felici, a questão mais importante para as autoridades era quem arcaria com as despesas, Itália ou Brasil. Daí a necessidade, do lado brasileiro, de provar que haviam expulsado anarquistas perigosos; do lado italiano, de demonstrar que os deportados eram cidadãos comuns e que haviam sido tratados de forma abusiva.¹⁹³

O cônsul italiano, por sua vez, afirmou peremptoriamente, no final de 1893, que seu governo havia reconhecido “a perfeita inocência” dos imigrantes expulsos em março daquele ano pelas autoridades brasileiras.¹⁹⁴ Não se pode ignorar, porém, como já foi apontado em vários momentos desse capítulo através dos relatos dos repatriados e mesmo da correspondência entre oficiais italianos, que o reconhecimento de sua inocência estava repleto de suspeitas. A prisão dos repatriados quando de sua chegada em Gênova é reveladora da desconfiança que despertaram ao pisarem novamente em solo italiano. Da mesma forma, os relatos do Conde de Rozwadowski ao embaixador italiano sobre Leonida Amici sugerem mais prevenção contra o compatriota do que segurança na defesa em seu favor junto ao governo brasileiro. Além disso, Isabelle Felici fez referência a investigações feitas pela polícia italiana sobre alguns dos repatriados após sua volta, cujos resultados apontam, por um lado, o envolvimento de alguns deles com pequenos roubos, e, por outro, a associação de um dos expulsos com idéias e indivíduos tidos como subversivos. A autora apresentou documentos da Prefeitura de Roma sobre a vigilância a que a polícia italiana submeteu pelo menos um dos repatriados – Paolo de Rossi – por ter sido apurado que ele se inscreveu no “Circolo Giuventù Operosa, e [estava] associado sempre a indivíduos perigosos afiliados a partidos subversivos, e especialmente aos anarquistas”.¹⁹⁵

¹⁹¹ Isabelle Felici. *Les italiens dans le mouvement anarchiste au Brésil, 1890-1920*. Op. cit., p. 89.

¹⁹² “Elenco degli effetti lasciati al Brasile daí Regi sudditi espulsi” doc. cit.

¹⁹³ Idem.

¹⁹⁴ Ofício do cônsul italiano, Edoardo Compans de Brichanteau, ao presidente do estado de São Paulo, 27/11/1893, Acervo Permanente – Polícia – C2759, AESP.

¹⁹⁵ Prefettura de Roma, 21/5/1899, ACS, CPC, b. 1744, fasc. De Rossi, apud Isabelle Felici. Op. cit, p. 371, nota 462.

No relatório largamente citado que o chefe de polícia de São Paulo apresentou a Bernardino de Campos em julho de 1893, o envolvimento dos imigrantes com idéias e práticas anarquistas não foi em nenhum momento posto em dúvida, como discutido acima. Uma das principais preocupações daquela chefatura, porém, foi rebater as denúncias de que os imigrantes tivessem sido vítimas de sevícias enquanto presos. Nesse sentido, Dias de Carvalho fez menção primeiramente à índole brasileira, em tudo contrária à violência e maus tratos, para em seguida lembrar que as leis do país também se opunham a isso. Por outro lado, lançou mão do Auto de declarações de Leonica Amici, que agradecera “espontaneamente em seu nome, no de sua família e de seus companheiros, o modo por que haviam sido tratados pelas autoridades do país.”¹⁹⁶

Dias de Carvalho buscou também refutar as acusações de “espoliação dos objetos e valores que [os imigrantes] sofreram por parte das autoridades policiais.”¹⁹⁷ Segundo o chefe de polícia, os únicos objetos apreendidos foram “cartas, apontamentos e jornais anarquistas” e “substâncias narcóticas, venenosas e explosivas”, estas últimas tanto por causa do “perigo pelo uso que delas se fizesse” quando por constituírem contrabando, “visto como foram introduzidas no país sem que se houvessem pago os respectivos direitos, prevalecendo-se para isso aqueles indivíduos de sua condição de imigrantes e da boa-fé dos empregados da Alfândega.” Relatando acordo com o cônsul italiano, Dias de Carvalho afirmou que os objetos apreendidos em poder dos italianos deportados seriam reunidos aos volumes deixados na Hospedaria e aos que ainda estava por chegar, a fim de serem em seguida enviados para a Itália, às custas do Estado. Acusou, porém, má fé por parte dos expulsos e pouca informação por parte das autoridades diplomáticas italianas nas discussões a respeito das bagagens: enquanto os primeiros estariam levemente afirmando terem sofrido espoliações e danos e pedindo indenizações indevidas, as últimas só poderiam estar transmitindo tais reivindicações e reclamações por ignorarem as medidas tomadas pela polícia paulista no sentido de restituir os objetos a seus donos de direito.¹⁹⁸

¹⁹⁶ Relatório reservado do chefe de polícia de São Paulo ao presidente do estado de São Paulo, 10/7/1893, doc. cit.

¹⁹⁷ Relatório reservado do chefe de polícia de São Paulo ao presidente do estado de São Paulo, 10/7/1893, doc. cit.

¹⁹⁸ Idem.

Os volumes deixados pelos imigrantes expulsos foram guardados no armazém da Hospedaria, à disposição do chefe de polícia e só poderiam ser liberados às suas ordens.¹⁹⁹ Apenas em janeiro de 1894, foram enfim concluídos os acordos sobre o pagamento do envio dos volumes, o qual, por sua vez, ocorrera apenas em dezembro de 1893.²⁰⁰ Meses antes, porém, agosto de 1893, um dos imigrantes precisou de seus pertences com urgência, motivando novos acordos (e mais documentos) sobre os suspeitos de anarquistas – tratava-se de Giuseppe Gallini, que retornou ao Brasil, dando entrada na Hospedaria de Imigrantes de São Paulo em 29 de julho de 1893.²⁰¹

A experiência de Gallini, em seu retorno, contribuiu para discutir as estratégias de expulsão – nem sempre coerentes ou precisas – de que as autoridades brasileiras e paulistas lançaram mão nesse momento. Também ilumina as relações desses indivíduos que emigravam e deixavam seu país de origem e as autoridades responsáveis por eles. Seu testemunho e sua trajetória, por exemplo, vão ao encontro da alegação da inocência dos oito indivíduos por parte do cônsul italiano, menos pela defesa que o imigrante apresentou junto ao governo brasileiro do que pela aparente suspensão da desconfiança das autoridades italianas em relação a ele. Depois de seu retorno à Itália, sua prisão e as averiguações alegadamente feitas pelo governo desse país, Giuseppe Gallini foi posto em liberdade e um novo passaporte foi-lhe concedido (o velho ficara retido em São Paulo).²⁰²

Seu retorno, no entanto, não foi bem visto pelo governo brasileiro e sua estada em São Paulo, marcada por situações adversas. Logo após sua chegada, em 4 de agosto, o presidente de São Paulo solicitou ao ministro da Justiça e Negócios Interiores a expulsão de Gallini e, dez dias mais tarde, o presidente Floriano Peixoto e o ministro Fernando Lobo assinaram um decreto de deportação contra o imigrante italiano. As acusações contra ele continuavam as mesmas: “é perigosa à ordem pública sua permanência no território da União, pois consta de informações oficiais que esse indivíduo faz parte de um grupo de

¹⁹⁹ Ofício do chefe de polícia de São Paulo ao cônsul italiano, 2/9/1893, Acervo Permanente – Polícia – C2766; ofício do diretor da Hospedaria de Imigrantes ao Vice-Cônsul italiano, 14/9/1893, Acervo Permanente – Polícia – C 2763, AESP.

²⁰⁰ Ofício do cônsul italiano, E. de Brichanteau, ao chefe de polícia de São Paulo, Theodoro Dias de Carvalho Júnior, 3/1/1894, Acervo Permanente – Polícia – C2788, AESP.

²⁰¹ Livros de Registros da Hospedaria de Imigrantes, livro 42, página 77. Museu da Imigração/ Memorial do Imigrante.

²⁰² Cf. “Elenco degli effetti lasciati al Brasile dai Regi sudditi espulsi” doc. cit.; requerimento de Giuseppe Gallini ao chefe de polícia de São Paulo, 3/10/93, doc. cit.

anarquistas”, tenho já sido deportado em março.²⁰³ Procurou-se providenciar rapidamente passagem para que o imigrante retornasse à Itália, pedida à Sociedade Promotora de Imigração; era necessário, porém, que sua prisão fosse efetuada.

Agentes da polícia secreta foram, então, colocados no encalço de Gallini.²⁰⁴ Segundo nota de 27 de agosto, o agente de segurança Severino Ferreira de Mattos tinha informações de que o acusado encontrava-se no Brás e um italiano morador daquela freguesia havia prometido indicar-lhe o anarquista ainda naquele dia.²⁰⁵ Gallini, no entanto, não foi preso naquela ocasião. De acordo com o cônsul italiano, o imigrante adoeceu e, por causa de uma grave bronquite, deu entrada na Santa Casa de Misericórdia, de onde só teve alta em meados de setembro.²⁰⁶ Precisava, então, de seus pertences; segundo o cônsul italiano, o imigrante tinha necessidade, então, mais do que nunca, de cobrir-se para proteger-se contra os rigores da estação.²⁰⁷ Gallini pediu os objetos quando dera entrada na Hospedaria de Imigrantes, tendo mesmo sido acompanhado por um empregado desse estabelecimento para identificar suas bagagens. Naquele momento, porém, não obteve autorização para retirá-las, por não constar instruções do chefe de polícia.²⁰⁸ Interferiram, então, as autoridades diplomáticas italianas em seu favor, que passaram a usar sua doença como argumento para que os volumes deixados recuperados. Conseguiram, naquele momento, que fossem remetidos “objetos exclusivamente de uso doméstico, conservando-se por enquanto, os demais nesse estabelecimento”.²⁰⁹

Mas essa providência não satisfaz Gallini. É possível que a diferença de clima tenha contribuído para sua doença, pois o italiano deixara seu país em pleno verão para

²⁰³ Ofício do Ministro da Justiça e Negócios Interiores ao Presidente do estado de São Paulo, 14/8/1893; Cópia do decreto de expulsão contra Giuseppe Gallini, em 14/8/1893, Acervo Permanente – Polícia – C2754, AESP.

²⁰⁴ Ofício do chefe de polícia interino ao Presidente da Sociedade Promotora de Imigração, 21/8/1893, Acervo Permanente – Polícia – C2767, AESP; aviso do agente de segurança Severino Ferreira de Mattos ao chefe de polícia de São Paulo ou ao chefe dos agentes extranumerários, Alfredo Louzada, 27/8/1893, Acervo Permanente – Polícia – C2762, AESP.

²⁰⁵ Aviso do agente de segurança Severino Ferreira de Mattos ao chefe de polícia de São Paulo ou ao chefe dos agentes de segurança, Alfredo Louzada, 27/8/1893, doc. cit.

²⁰⁶ Ofício do cônsul italiano, G. Notari, ao chefe de polícia de São Paulo, 14/9/1893, Acervo Permanente – Polícia – C2763, AESP.

²⁰⁷ Idem.

²⁰⁸ Requerimento de Giuseppe Gallini ao chefe de polícia de São Paulo, 3/10/1893, doc. cit.; ofício do cônsul italiano Rowazdowski ao primeiro delegado de polícia de São Paulo, Bento Galvão da Costa e Silva, 23/8/1893, doc. cit.

²⁰⁹ Ofício do chefe de polícia ao Diretor da Hospedaria de Imigrantes, 15/9/1893, Acervo Permanente – Polícia – C2765, AESP.

enfrentar as temperaturas do inverno paulista, mas o próprio enfermo tinha uma outra explicação para o agravamento de sua saúde: ele achava-se doente “pelas aventuras sofridas e vergonha”,²¹⁰ ou como já afirmara anteriormente, devido à “exaustão e maus-tratos”.²¹¹ Menos que da estação, Gallini queria proteger-se então dos rigores da repressão e solicitava suas bagagens, principalmente as drogas e medicamentos que trouxera da Itália, “para vendê-las e arrecadar dinheiro para a passagem”.²¹² Não se colocavam então muitas alternativas para Gallini. Seu decreto de expulsão já havia sido assinado havia mais de um mês. É possível que soubesse desse fato, ou pelo menos tivesse ciência de que agentes da polícia secreta procuravam-no. Certamente não esquecera que sua fotografia como anarquista fora tirada e arquivada na Repartição Central de Polícia, o que comprometeria suas chances de arranjar um emprego como farmacêutico da capital paulista. Decidiu, portanto, deixar São Paulo e o Brasil, partindo tão logo quanto possível para Buenos Aires.²¹³

“Tendo Gallini Giuseppe, ao lhe haverem sido tomadas hoje por termo suas declarações, afirmado que o intuito com que se dirige ao Rio de Janeiro é o de tomar vapor que o conduza a Buenos Aires e como o desejo do Governo do Estado é que aquele indivíduo se retire do Brasil, sendo-lhe indiferente que sua escolha recaia sobre aquele ou sobre qualquer outro país, resolve esta Chefatura conceder ao mesmo o necessário salvo-conduto para que possa dirigir-se à Capital Federal onde deve embarcar.”²¹⁴

Havia poucos dias, Gallini enviara requerimento ao chefe de polícia, solicitando o restante de suas bagagens e expressando o desejo de seguir viagem. É mesmo possível que tivesse a intenção de ir para Buenos Aires desde sua chegada, apenas parando em São Paulo para recuperar seus objetos, mas que os entraves para obter suas bagagens e sua enfermidade tivessem-no mantido na capital paulista por mais tempo. De qualquer maneira, a presença de Gallini em São Paulo era um problema a ser revolido, e o chefe de polícia deve ter ficado muito satisfeito quando o imigrante em cujo encalço lançara seus agentes comparecera à Repartição Central de Polícia, munido do passaporte expedido pelo Consulado Italiano, a fim de que seu documento fosse visado para deixar o país: tinha-o ali,

²¹⁰ Requerimento de Giuseppe Gallini ao chefe de polícia de São Paulo, 3/10/1893, doc. cit.

²¹¹ “Elenco degli effetti lasciati al Brasile dai Regi sudditi espulsi” doc. cit.

²¹² Requerimento de Giuseppe Gallini ao chefe de polícia de São Paulo, 3/10/1893, doc. cit.

²¹³ Ofício reservado de nº 1209 do chefe de polícia ao Cônsul italiano, 7/10/1893, Acervo Permanente – Polícia – C2754, AESP.

²¹⁴ Ofício de nº 1210 do chefe de polícia ao Cônsul italiano, 7/10/1893, Acervo Permanente – Polícia – C2765, AESP.

no prédio da polícia, facilmente ao alcance, e disposto a deixar rapidamente o território brasileiro. A autorização para que todos os seus objetos fossem entregues foi dada no dia seguinte.²¹⁵ O chefe de polícia tinha, portanto, dado uma solução para o caso.

O mais interessante, porém, é analisar as nuances entre os dois ofícios redigidos pelo chefe de polícia e enviados ao cônsul italiano no mesmo dia 7 de outubro, em momentos diferentes, antes e depois de serem tomadas as declarações de Gallini. No primeiro, a autoridade diplomática é avisada apenas de que o imigrante, “já deportado por anarquista por aviso de março” fora detido e seria embarcado no próximo vapor, possivelmente com destino à Itália.²¹⁶ Já o segundo ofício fez menção aos objetivos não mais da polícia, mas do próprio deportado, que desejava deixar o Brasil com destino à vizinha Argentina.²¹⁷ Como se leu acima, sendo indiferente que o suposto anarquista seguisse para aquele ou para qualquer outro país, o salvo conduto foi concedido. Tratava-se única e exclusivamente de livrar-se desse e de quaisquer indivíduos perigosos, sem a preocupação específica de devolvê-los aos países de origem, ou questionar junto às autoridades estrangeiras tanto lá quanto aqui o envio de elementos indesejáveis. Isabelle Felici afirmou que, para evitar o desenvolvimento do movimento anarquista no Brasil, “a polícia e o governo [lançaram] mão de um sistema repressivo bastante primitivo. Os métodos utilizados [eram] muito ágeis: se alguém [era] anarquista ou reconhecido como tal, [era] preso e deportado sem processo ou julgamento.”²¹⁸

No caso de Gallini, assim como com Lodovic Emil Quaas, não houve processo, julgamento nem mesmo deportação. O primeiro acabou deixando o país espontaneamente, decidindo inclusive o destino que queria ter. Acusou ter sofrido maus tratos, abusos e espoliações; afirmou inclusive ter adoecido por causa das sevícias e da vergonha a que fora submetido, e abandonava o Brasil declarando seus protestos. A experiência de Quaas, nos seus primeiros anos em São Paulo, também não foi das mais tranquilas. Menos do que enfermidades, pesou sobre ele o estigma de ter sido considerado um anarquista perigoso, e a miséria por lhe ser, depois, impossível arranjar um emprego. A finalização de seu

²¹⁵ Memorando do chefe de polícia de 8/10/1893; ofício do chefe de polícia para o Diretor da Hospedaria de Imigrantes, 8/10/1893, Acervo Permanente – Polícia – C2763, AESP.

²¹⁶ Ofício reservado de nº 1209 do chefe de polícia ao Cônsul italiano, 7/10/1893, doc. cit.

²¹⁷ Ofício de nº 1210 do chefe de polícia ao Cônsul italiano, 7/10/1893, doc. cit.

²¹⁸ Isabelle Felici. *Les italiens dans le mouvement anarchiste au Brésil, 1890-1920*. Op. cit., pp. 90.

requerimento junto às autoridades brasileiras, no entanto, foi mais feliz, com o pagamento integral da indenização pedida.

Outros imigrantes, que desembarcaram em Santos e seguiram para a capital paulista depois daqueles passageiros do vapor *Solferino*, naquele mesmo ano de 1893, foram submetidos a tratamento muito semelhantes.

Anarquista no vapor *Arno*

A deportação dos suspeitos de anarquista vindo no vapor *Solferino* pode ter assegurado alguns momentos de tranqüilidade às autoridades paulistas quanto ao seu medo de ter elementos subversivos instalando-se em freguesias da capital, mas muito em breve a calma foi suspensa: no início de maio, alguns incidentes colocaram anarquistas nas manchetes dos mais importantes jornais da cidade por causa de explosões em dois edifícios da capital e mais um vapor italiano despejou nova horda de elementos suspeitos no porto de Santos.²¹⁹ A presença de anarquistas em São Paulo parecia não ser mais nem apenas uma questão de maior fiscalização nos portos – em meados daquele mês, o presidente de São Paulo foi informado que já “havam sido introduzidos no (...) estado os anarquistas cujos nomes constam da lista”, a qual deveria acompanhar o ofício do Inspetor de Terras e Colonização.²²⁰

É possível que a lista com os nomes dos suspeitos tenha sido composta logo depois da partida do vapor, como o fora a relação dos passageiros do vapor *Solferino* e viria a ser a do *Stura*, com informação de agentes diplomáticos brasileiros ou da Sociedade Promotora da Imigração na Itália. Há também indícios de que a informação sobre “anarquistas” embarcados no navio *Arno* chegara antes deste vapor: junto aos documentos arquivados no Arquivo de Estado de São Paulo sobre os vapores *Arno* e *Stura*, encontram-se dois telegramas trocados entre o presidente de São Paulo e o Ministro da Justiça e Negócios Interiores, e datados de 5 de maio – uma semana antes da chegada dos suspeitos de

²¹⁹ Sobre as explosões no 1º de Maio de 1893, ver capítulo III – “Pensamento e dinamite”.

²²⁰ Ofício reservado do Inspetor Geral de Terras e Colonização, Lycurgo José de Mello, ao presidente do estado de São Paulo, Bernardino de Campos, 20/5/1893, anexado ao Inquérito Policial de 18/7/1893, doc. cit.

anarquistas - sobre os procedimentos para requisitar deportações, mas sem referência diretas a italianos ou anarquista.²²¹

Os suspeitos de anarquistas teriam vindo da Itália no vapor *Arno*, que entrara no porto de Santos em 12 de maio de 1893, segundo os Livros de Registro da Hospedaria de Imigrantes.²²² A lista de suspeitos então enviada da Itália não tinha, desta vez, nem destinatário explicitado nem data. Sabe-se apenas que foi redigida em italiano e traduzida para o português por Nino Pagaretti. Constam os nomes de 30 homens adultos, com idades entre 21 e 53 anos, as cidades de onde eram naturais e os motivos de suspeita contra eles.²²³

Quanto à razões por que os imigrantes eram apontados como suspeitos, repetiram-se, por um lado, as denúncias feitas em relação aos passageiros do vapor *Solferino*, no que diz respeito a laços de parentesco tidos como forjados. Ao menos 24 dos suspeitos foram assim designados por constarem como cunhados (16), primos (5) e sobrinhos (3) de outros passageiros, conforme explicação da própria lista.²²⁴ É interessante comparar as informações a esse respeito com as documentadas quando da entrada desses indivíduos na Hospedaria de Imigrantes, menos para comprovar a falsidade das relações alegadas e mais para apontar como as informações eram passadas de maneira pouco precisa e como a suspeição era construída.

Há pouca coincidência, porém, entre o que dizia a lista de suspeitos sobre os laços familiares e o que registraram os Livros da Hospedaria de Imigrantes. Ainda que não haja garantia da precisão das informações dos Livros de Registros desse estabelecimento, pode-se supor uma maior acuidade de seus dados por causa da presença física dos imigrantes frente aos oficiais da Hospedaria, ao passo que não se sabe como e por quem fora composta

²²¹ Telegrama do Ministro da Justiça e Negócios Interiores ao presidente do estado de São Paulo, 5/5/1893; Telegrama reservado do Ministro da Justiça e Negócios Interiores ao presidente do estado de São Paulo, 5/5/1893, anexados ao Inquérito policial, 18/7/1893, doc, cit.

²²² Livro de registros da Hospedaria de Imigrantes, número 39, pp. 282-299, Memorial do Imigrante/ Museu da Imigração, São Paulo. A lista de passageiros suspeitos do vapor *Arno*, anexada ao Inquérito Policial de 18/7/1893 (doc. cit.), no entanto, indica a data de entrada desse navio em Santos como 14/5/1893.

²²³ Lista de passageiros suspeitos do Vapor *Arno*, entrado a 14/5/1893, anexado ao Inquérito Policial de 18/7/1893, Acervo Permanente – Processos Policiais – C3223, AESP.

²²⁴ Junto com o passageiro Andréa Territo, de 39 anos, figuram na lista 3 “netos”, de 28, 23 e 33 anos, conforme a tradução apresentada. A palavra para “neto”, em italiano, é a mesma para “sobrinho” – “nipote”, que sugere uma tradução não muito precisa. No Livro de registros da Hospedaria de Imigrantes, número 39, os indivíduos apontados na lista como “netos” foram designados como “sobrinho” de Andrea Terrilli (e não Territo). Daí – e também devido à idade dos supostos “netos” – a escolha por “sobrinhos” na relação apresentada no corpo do texto. (Lista de passageiros suspeitos do Vapor *Arno*, entrado a 14/5/1893, doc. cit.; Livro de registros da Hospedaria de Imigrantes, número 39, p. 282, Museu da Imigração/ Memorial do Imigrante.)

a lista dos suspeitos embarcados no vapor *Arno*. Ditos primos aparecem como cunhados, cunhados como sobrinhos; talvez por causa da grafia errada de nomes, até o sexo do passageiro foi alterado e uma mulher, Firmina de Gennaro, foi tida como cunhado suspeito; homens solteiros, que também acompanhavam chefes de família mencionados na lista, foram omitidos desta, apesar de aparentemente terem o mesmo perfil dos outros arrolados; alguns ditos cunhados não constam ter entrado na Hospedaria com o chefe de família que os acompanhara no vapor, como é o caso de alguns dos homens que viajaram junto com Ramiro Marra; por fim, as grafias diferentes dos nomes dos passageiros na lista e no Livro de Registro chegou mesmo a impossibilitar encontrar indivíduos mencionados na lista em questão.

Por outro lado, elementos distintos foram levados em consideração ao serem apontados os indivíduos suspeitos embarcados no vapor *Arno*. Os romanos Giuseppe Baucia, Giuseppe Fracarolli, Giovanni Barisca, Umberto Minto e Tarquínio Torsi foram listados como suspeitos por figurarem como trabalhadores, mas se vestirem elegantemente e estarem de posse “de uma carta da Direção Geral da Navegação Geral Italiana em Roma para que se entregasse a eles um lugar especial”. Seguiu ainda a observação, dirigida ao destinatário da lista: “Porque [sic]? V. S. compreende?” A indicação da Direção Geral da companhia de navegação italiana, que deveria agir como salvo-conduto ou abono a favor dos imigrantes, tinha, então, o efeito contrário. Assim como apontado anteriormente a respeito das cartas de recomendações trazidas por alguns dos imigrantes italianos do vapor *Solferino*, da indicação do cônsul brasileiro em Viena a favor de Lodovic Emil Quaas, a carta da entidade estrangeira atuava como indicativo de uma atitude possivelmente mal intencionada por parte das autoridades italianas. Mais uma vez, desconfiava-se que a Itália tentava livrar-se de elementos perigosos e indesejáveis.

As boas roupas dos imigrantes apareciam, por sua vez, e novamente, como indícios de que eles não eram agricultores, não tencionavam empregarem-se nas fazendas de café; ou, mais gravemente, não vinham do campo, mas da cidade, de Roma, onde poderiam ter estado envolvidos com doutrinas subversivas. Apesar de a referência ter sido feita em relação aos trajes dos passageiros romanos, foi a respeito de um imigrante de Verona que se

afirmou a filiação ao socialismo: embarcara no vapor *Arno* o socialista Riccardo Morbioli.²²⁵

As providências a serem tomadas pelos agentes da polícia paulista quanto aos suspeitos do vapor *Arno* foram em tudo semelhantes às ordenadas em fevereiro daquele ano em relação aos passageiros do *Solferino*: os indivíduos mencionados na lista deveriam ser detidos, qualificados e interrogados; suas bagagens, apreendidas e “examinadas em presença do respectivo empregado da Alfândega”, seguindo, assim, “as instruções reservadas do Governo do estado em relação aos mesmos.”²²⁶ Pelo que consta nas observações feitas na lista dos passageiros suspeitos do vapor *Arno*, porém, só dois dos imigrantes foram presos.

Um deles foi Riccardo Morbioli. Este foi levado à presença do segundo delegado de polícia, Major Octaviano de Oliveira, para prestar depoimento.²²⁷ Declarou ter 26 anos, ser tapeceiro, saber ler e escrever e ser natural da província de Verona. As perguntas que lhe fizeram, diferentemente daquelas colocadas para Lodovic Emil Quaas em fevereiro daquele ano, voltaram-se especificamente para suas relações com sociedades socialistas. Morbioli relatou que fizera parte de um “círculo socialista legalitário, cujo programa defendia em um jornal de que era redator, denominado - *Campana Martello*”, mas abandonara o círculo quando este se tornara “anarquista e revolucionário”.

Munidas de informações sobre as atividades de Morbioli na Itália, ou atentas a seus passos por causa do tratamento que este parecia ter recebido antes de sair do seu país, as autoridades brasileiras acertaram, portanto, ao indicar o imigrante como socialista e, portanto, suspeito. Suas declarações, porém – mesmo que ele não negasse seu envolvimento passado com socialistas –, procuraram assegurar que precederia de maneira diversa aqui: Morbioli afirmou que viera para a América “disposto a trabalhar e a não mais fazer parte do partido socialista”. Suas explicações, no entanto, não satisfizeram a polícia paulista e, na mesma data do seu Auto de declarações, o chefe de polícia anotou que era necessário solicitar reservada e urgentemente passagem junto à Sociedade Promotora de Imigração para o próximo vapor. A razão da urgência da partida de Morbioli apareceu em

²²⁵ Lista de passageiros suspeitos do Vapor *Arno*, entrado a 14/5/1893, doc. cit.

²²⁶ Nota do chefe de polícia, em 23/5/1893, no ofício reservado do Inspetor Geral de Terras e Colonização, Lycurgo José de Mello, ao presidente do estado de São Paulo, Bernardino de Campos, 20/5/1893, doc. cit.

²²⁷ Auto de Declarações de Ricardo Morbioli, 24/5/1893, anexado ao Inquérito Policial de 18/7/1893, doc. cit.

duas versões nas palavras do chefe de polícia, uma rasurada e outra mantida. Nesta última, lê-se que Morbioli achava-se “nas mesmas condições dos que ultimamente foram rejeitados pelo Governo do estado como imigrantes.” Na versão rasurada, Dias de Carvalho escrevera que o italiano deveria “ser deportado para seu país por ser anarquista.” Consta que o pedido de passagem foi feito naquele mesmo dia e reiterado pouco depois, em 2 de junho.²²⁸

O outro passageiro preso foi Francesco Arciprete. O italiano de cabelos e bigodes pretos, olhos pardos, altura regular, de 28 anos, foi conduzido à Repartição Central de Polícia em 2 de junho para ser qualificado e interrogado pelo segundo delegado de polícia. Declarou ser trabalhador e natural de Civitavecchia – cidade costeira no mar Tirreno a noroeste de Roma –, e que sabia ler e escrever. Naquela capital, empregara-se como cocheiro da Companhia de Bonds, mas se encontrava sem licença da polícia para exercer tal mister. Perguntado sobre seu envolvimento com socialistas, negou qualquer relação com o movimento ou quaisquer militantes.²²⁹ Independentemente dessa sua última declaração, o chefe de polícia dirigiu-se naquele mesmo dia ao Presidente da Sociedade Promotora de Imigração, pedindo uma passagem para que Arciprete partisse para a Europa, por este se achar, assim como já fora dito sobre Riccardo Morbioli, “nas mesmas condições dos que foram ultimamente rejeitados pelo Governo do estado como imigrantes.”²³⁰

Francesco Arciprete, no entanto, buscou recorrer contra sua prisão. É possível que tenha procurado auxílio junto às autoridades diplomáticas de seu país no Brasil, porém seus compatriotas acharam por bem se dirigirem diretamente ao chefe de polícia de São Paulo para reafirmar as qualidades de Arciprete, assim como refutar qualquer acusação de filiação ou envolvimento com associações anárquicas ou socialistas na Itália.²³¹ Assinaram quinze indivíduos que, a julgar pelos nomes, eram italianos, o que é compreensível por Arciprete ter desembarcado em São Paulo havia apenas um mês, tendo tido, portanto, pouco tempo para se relacionar com brasileiros que pudessem atestar sua conduta moral.

²²⁸ Observações do chefe de polícia de São Paulo, em 24/5/1893, no Auto de Declarações de Ricardo Morbioli, 24/5/1893, anexado ao Inquérito Policial de 18/7/1893, doc. cit.

²²⁹ Auto de qualificação de Francesco Arciprete, 2/6/1893, anexado ao Inquérito Policial de 18/7/1893, doc. cit.

²³⁰ Ofício do chefe de polícia de São Paulo ao Presidente da Sociedade Promotora de Imigração, 2/6/1893, Acervo Permanente – Polícia – C2767, AESP.

²³¹ Carta de Alfredo Cima e outros ao chefe de polícia de São Paulo, s.d., Acervo Permanente – Polícia – C2754, AESP. Ainda que a carta não esteja datada, pode-se inferir que foi enviada antes do dia 12/6/1893, por ser esta a data do visto do chefe de polícia ao documento.

Nem todas as testemunhas, porém, devem ter parecido muito fidedignas aos olhos da polícia paulista. Vittorio Gargiulli e Felici Cima, por exemplo, também apareceram na lista de indivíduos suspeitos embarcados no vapor *Arno* como primos de Amilcare Gianelli. Gargiulli tinha 34 anos e era natural de Civitavecchia, assim como Arciprete, e é possível que se conhecessem antes do embarque. Já Felici Cima era procedente de Viterbo, cidade bastante próxima a Civitavecchia, também a noroeste de Roma. Um dado referente a outro assinante do atestado de boa conduta, no entanto, sugere que a família Cima já tivera relações com outros membros da família Arciprete: em abril de 1893, desembarcara do navio *Washington* Alfredo Cima, de 32 anos, que encabeçara a lista de assinaturas do atestado, e tinha vindo para São Paulo acompanhado de sua esposa, um cunhado e seu primo Alessandro Arciprete, dando entrada na Hospedaria de Imigrantes no dia 12 daquele mês.²³²

Outros três italianos que assinaram o atestado de boa conduta em favor de Arciprete - Antonio Pierucci, Salvati Zelindo e Dante Ruggieri - também haviam desembarcado do vapor *Arno*.²³³ Como não há referências à procedência dos imigrantes nos Livros de Registro da Hospedaria, não há como afirmar se esses conheciam Arciprete desde a Itália, ou se o haviam encontrado pela primeira vez a bordo no navio. Duas das testemunhas - Giovanni Pigliapoco e Augusto Baldi -, por sua vez, haviam chegado havia mais tempo, em janeiro daquele ano,²³⁴ e pode-se supor que tivessem acordado em defender o imigrante preso por conhecerem-no antes de terem migrado para o Brasil. Não foram encontradas referências aos outros assinantes do atestado na base de dados da Hospedaria de Imigrantes

Presos, qualificados e interrogados, Morbioli e Arciprete deveriam esperar na custódia da Detenção pela decisão do governo do estado de São Paulo e pelas passagens que já haviam sido pedidas à Sociedade Promotora de Imigração.²³⁵ Em 6 de junho, o diretor desta entidade escreveu ao chefe de polícia para informar que estava providenciando para serem concedidas com urgência as passagens solicitadas em 24 de maio (para

²³² Livro de Registros da Hospedaria de Imigrantes, número 39, pp. 10, Museu da Imigração/ Memorial do Imigrante.

²³³ Livro de Registros da Hospedaria de Imigrantes, número 39, pp. 292-293, Museu da Imigração/ Memorial do Imigrante.

²³⁴ Livro de Registros da Hospedaria de Imigrantes, número 36, pp. 230 e 238, Museu da Imigração/ Memorial do Imigrante.

²³⁵ Cf. nota do chefe de polícia, em 23/5/1893, no ofício reservado do Inspetor Geral de Terras e Colonização, Lycurgo José de Mello, ao presidente do estado de São Paulo, Bernardino de Campos, 20/5/1893, doc. cit.

Riccardo Morbioli) e em 2 de junho (para Francesco Arciprete).²³⁶ Porém a pronta resposta do chefe de polícia indicou uma reviravolta no destino dos imigrantes: a autoridade afirmou que as passagens não se faziam mais precisas e cancelou o pedido feito dias atrás.²³⁷ Não foi possível descobrir se os imigrantes foram em seguida liberados e tiveram, portanto, suas deportações suspensas. Seus nomes deixaram de aparecer na documentação policial e não se puderam rastrear seus passos. Arciprete, no entanto, devia ainda estar preso quando o chefe de polícia desistiu das passagens, como sugere a data do visto desta chefatura no atestado a favor do imigrante (12/6/1893). É possível que os tivessem guardado um pouco mais, para continuar as averiguações - como já haviam feito com Lodovic Emil Quaas no Rio de Janeiro -, para em seguida liberarem-nos talvez por não terem razões concretas em que basear o decreto de deportação. Não que o procedimento de deportação exigisse, então, grandes medidas e processos legais, como já se viu anteriormente no caso dos italianos deportados em março; como também explicou o Ministro da Justiça e Negócios Interiores ao presidente de São Paulo nos telegramas referidos acima: bastava “mandar lista e documento como de costume, fazendo deportação via Santos.”²³⁸

As questões da polícia paulista com os passageiros do vapor *Arno* não tinha terminado, porém. Ramiro Marra, italiano, sapateiro, casado, 25 anos de idade, que sabia ler e escrever compareceu na presença do segundo delegado de polícia em 17 de junho para assinar um Termo de Obrigação.²³⁹ Marra havia desembarcado do vapor *Arno* naquele maio último e dera entrada na Hospedaria de Imigrantes com sua esposa, Giulia, sua filha Tullia e um primo, Domenico.²⁴⁰ No entanto, segundo a lista de suspeitos daquele navio, cinco indivíduos haviam viajado com a família de Marra e figuravam como cunhados – um de nome Domenico Scanafico, e mais quatro outros, Annibale Lorenzetti, Mariano De Angelis, Sisto Tondinelli e Luigi Presciutti. Durante o interrogatório que precedeu a assinatura do termo, foi-lhe perguntado se fazia parte de alguma organização socialista, a que Marra jurou, “se tanto for necessário”, que nunca participara de associação socialista

²³⁶ Ofício do diretor da Sociedade Promotora de Imigração ao chefe de polícia de São Paulo, 6/6/1893, Acervo Permanente – Polícia – C 2754, AESP.

²³⁷ Ofício do chefe de polícia de São Paulo ao Diretor da Sociedade Promotora de Imigração, 7/6/1893, Acervo Permanente – Polícia – C2767, AESP.

²³⁸ Telegrama reservado do Ministro da Justiça e Negócios Interiores ao presidente do estado de São Paulo, 5/5/1893, doc, cit.

²³⁹ Termo de obrigação de Ramiro Marra, 17/6/1893, Acervo Permanente – Polícia – C3221, AESP.

²⁴⁰ Livro de Registros da Hospedaria de Imigrantes, número 39, p. 291. Museu da Imigração/ Memorial do Imigrante, São Paulo.

alguma. Segundo o termo que assinou, comprometia-se “a tomar ocupação honesta e não se envolver em questão de socialismo e denunciar à polícia qualquer fulano que a respeito saiba”.

O primeiro compromisso era compatível aos assinados por indivíduos acusados de vagabundos e gatunos, mas não os outros dois. É possível que Marra tenha caído nas malhas da polícia paulista por vagabundagem ou por mendigar, e ao declarar que chegara no vapor *Arno* havia pouco, seu nome fora verificado na lista de suspeitos. Nesse sentido, a insistência no assunto poderia ter apenas função de eliminar possíveis desconfianças e dar o assunto por encerrado. Por outro lado, a suspeita que recaía sobre os supostos cunhados de Ramiro Marra parecia ter se estendido a este, tido possivelmente como cúmplice da artimanha das falsas relações de parentesco. Assim, Marra, caso não estivesse politicamente envolvido com os suspeitos, ao menos podia conhecê-los e talvez saber de seu paradeiro, visto que os auxiliara no embarque. Não tendo sido possível encontrar aqueles imigrantes tidos como elementos perigosos, supôs-se que Marra poderia vir a contribuir com alguma informação e delegou-se alguma responsabilidade ao italiano nas averiguações a respeito dos passageiros suspeitos.

“Anarquistas e socialistas conhecidos”

Ainda que o desembarque de “anarquista perigosos” em fevereiro de 1893 tenha motivado uma intensa correspondência nos dias em que os imigrantes estiveram em São Paulo, em Santos e no Rio de Janeiro, e mesmo nas semanas subsequentes, o documento mais completo e virulento contra eles foi datado de julho. Trata-se do relatório do chefe de polícia ao presidente do estado de São Paulo, largamente citado na primeira parte deste capítulo e escrito para justificar as medidas – aparentemente ainda de caráter reservado – tomadas contra eles.²⁴¹ As autoridades estrangeiras vinham pressionando o governo brasileiro e paulista por indenizações e Dias de Carvalho buscou defender enfaticamente as atitudes tomadas contra os elementos perigosos, defendendo-se também das acusações dos imigrantes e das legações diplomáticas que os representavam.

²⁴¹ Relatório do chefe de polícia de São Paulo ao presidente do estado de São Paulo, 10/7/1893, doc. cit.

A idéia de que - conforme explicitara o Ministro da Justiça e Negócios Interiores em abril daquele ano - somente a suspeita de que a permanência de um estrangeiro no Brasil seria prejudicial à tranqüilidade pública era suficiente para determinar a deportação parecia ter trazido alguns inconvenientes aos governos brasileiro e paulista.²⁴² Como foi visto, um imigrante austríaco livrara-se da deportação devido à atuação insistente da legação de seu país e pedira em seguida alta indenização; os italianos expulsos reclamaram insistentemente suas bagagens e lançaram graves acusações contra a polícia paulista; dois suspeitos de anarquistas – que seriam deportados em junho depois de presos e de suas passagens já terem sido solicitadas – deixaram de sê-lo por algum motivo que não foi descoberto nesta pesquisa, o que, de qualquer forma, sugere, um abrandamento no tratamento dos imigrantes a respeito de quem se nutriam desconfianças. Foi recomendado, então, em meados de 1893, um pouco mais de cautela em relação às deportações pedidas e realizadas, e é interessante notar como essa cautela foi usada de forma ligeira no terceiro caso de suspeição maciça contra imigrantes supostamente anarquistas naquele quarto ano de República.

Muito pouco tempo depois da inflamada exposição do chefe de polícia sobre os perigos que os imigrantes anarquistas do vapor *Solferino* tinham representado para São Paulo, o presidente deste estado recebeu mais um comunicado reservado e alarmante:

“Ao conhecimento desta Inspetoria, chegou o fato de estar o Governo italiano fazendo embarcar com o destino ao Brasil, agregados às famílias no caráter de primos, a indivíduos a quem quer expulsar da Itália por serem anarquistas e socialistas conhecidos.

Anteriormente já tive ocasião de vos remeter duas relações de indivíduos perigosos à ordem pública, enviados nos vapores *Solferino* e *Arno*; agora faço o mesmo em relação a outros, que devem aí chegar pelo vapor *Stura*, partido de Gênova a 20 do passado, com imigrantes introduzidos por conta da [Sociedade] Promotora [de Imigração] de São Paulo.”²⁴³ (grifo no original)

A denúncia seguia o mesmo padrão das anteriores, devidamente mencionadas neste ofício: a informação vinha da Inspetoria de Terras e Colonização; os “indivíduos perigosos”, da Itália; o Governo deste país provavelmente estimulara ou forçara seu embarque; e, finalmente, forjaram-se relações de parentesco entre os imigrantes. A ênfase no fato de que se tratavam de “anarquistas e socialistas conhecidos”, por sua, vez, não

²⁴² Nota do Governo Brasileiro à Legação Austro-Húngara, 15/4/1893 in: Ministério das Relações Exteriores. *Reclamação Austríaca de Luis Emilio Quaas*. Op. cit.

²⁴³ Ofício do Inspetor Geral das Terras e Colonização ao presidente do estado de São Paulo, 13/7/1893, Acervo Permanente – Polícia – C2757, AESP.

deveria passar despercebida e ainda que não destoe grandemente dos “anarquistas perigosos” apontados em fevereiro e dos “anarquistas” arrolados em maio,²⁴⁴ o fato de serem “conhecidos” devia colocar tanto o governo brasileiro em polvorosa, como o governo italiano em uma situação delicada frente àquele. Desta vez, entretanto, não foi apontado o autor da denúncia original e o Inspetor Geral de Terras e Colonização sustentou a informação fazendo referência às outras listas de indivíduos perigosos enviadas anteriormente.

Os próprios documentos que diziam respeito aos passageiros dos vapores *Arno* e *Stura* foram, ao menos em parte, arquivados conjuntamente. Nas latas referentes à documentação de Polícia e Processos Policiais, foram encontrados ofícios, telegramas requerimentos, memorandos, relatórios avulsos que tratavam tanto dos suspeitos chegados em maio como daqueles que desembarcaram em julho de 1893. No entanto, junto com o inquérito policial aberto em 18 de julho contra vinte passageiros do vapor *Stura*, encontram-se também a lista de passageiros do vapor *Arno*, o Auto de qualificação de Francesco Arciprete e as declarações de Riccardo Morbioli. O caso parecia estar sendo tratado como um só problema, ao qual acabaram dando uma só solução, diferente daquela posta em prática em março contra os italianos do vapor *Solferino* – não se conseguiu mais a deportação dos suspeitos, mas sim sua liberação.

Fosse exatamente por causa das outras listas enviadas pela Inspetoria de Terras e Colonização, fosse talvez pela pressão que os governos brasileiro e paulista estavam sofrendo das autoridades estrangeiras devido às prisões e expulsões anteriores, o Ministro da Justiça e Negócios Interiores pediu cautela ao presidente de São Paulo nas providências a serem tomadas, mesmo frente a uma nova invasão de “anarquista e socialistas conhecidos”:

“Para ser expedida ordem de expulsão contra os italianos, peço-vos que me transmitais cópia do inquérito ou informação firmada em bases seguras a fim de evitar reclamações como no caso dos que seguiram no vapor *Colombo*.”²⁴⁵

²⁴⁴ Cópia do ofício do Inspetor Geral de Terras e Colonização, Lycurgo José de Mello, ao presidente do estado de São Paulo, 21/2/1893, in: Ministério das Relações Exteriores. *Reclamação Austríaca de Luis Emilio Quaas* op. cit.; ofício reservado do Inspetor Geral de Terras e Colonização, Lycurgo José de Mello, ao presidente do estado de São Paulo, Bernardino de Campos, 20/5/1893, anexado ao Inquérito Policial de 18/7/1893, doc. cit.

²⁴⁵ Telegrama do ministro interino do exterior ao presidente do estado de São Paulo, 20/7/1893, anexado ao Inquérito policial, 18/7/1893.

Ainda que arquivados conjuntamente e em seqüência, os telegramas do Ministro da Justiça ao presidente de São Paulo de maio e este de julho apresentam um tom bastante diferente. Enquanto o do começo de mês de maio tratava o procedimento para deportação de forma simples, afirmando apenas que era necessário “mandar lista e documento como de costume, fazendo deportação via Santos”,²⁴⁶ o mesmo ministro pedia que então fossem fornecidas “bases seguras” para justificar o pedido de expulsão dos italianos. As primeiras providências contra eles, no entanto, tiveram a mesma violência das tomadas nas chegadas anteriores.

O chefe de polícia, tão logo lhe foi encaminhada a denúncia do Inspetor Geral de Terras e Colonização, escreveu ao Diretor da Inspetoria de Terras, Colonização e Imigração de São Paulo, determinando que os indivíduos fossem detidos na Hospedaria dos Imigrantes assim que ali chegassem e que aguardassem as decisões daquela chefatura.²⁴⁷ Naquele momento, porém, os imigrantes já haviam desembarcado em Santos e subido para a capital paulista, dando entrada na Hospedaria em 15 de julho.²⁴⁸ A lista dos embarcados no vapor *Stura*, no entanto, só foi enviada ao Diretor da Imigração no dia 17 de julho, uma segunda-feira, sendo que desde sábado os “imigrantes suspeitos” encontravam-se naquele estabelecimento, deixando seu diretor sem condições para tomar as providências necessárias.²⁴⁹

A medida imediata foi determinada pelo Diretor da Inspetoria: a saída dos recém-chegados da Hospedaria deveria ser impedida.²⁵⁰ Ao quinto delegado de polícia, Bento Pereira Bueno – futuro chefe de polícia e que se então ocupava de sua primeira grande prisão de anarquistas como delegado de São Paulo -, também foi comunicada e entrada de “anarquistas e socialistas perigosos” por vapor procedente da Itália e dado ordem para

²⁴⁶ Telegrama reservado do Ministro da Justiça e Negócios Interiores ao presidente do estado de São Paulo, 5/5/1893, doc. cit.

²⁴⁷ Ofício reservado do chefe de polícia ao diretor da Inspetoria de Terras, Colonização e Imigração, 17/7/1893, Acervo Permanente – Polícia - C2747, AESP.

²⁴⁸ Livro de Registros da Hospedaria de Imigrantes, número 41, pp. 277-289, e número 42, pp. 001-006, Museu da Imigração/ Memorial do Imigrante, São Paulo.

²⁴⁹ Aviso do Gabinete do Inspetor de Terras, Imigração e Colonização ao chefe de polícia de São Paulo, 17/7/1893, Acervo Permanente – Polícia – C2756 AESP.

²⁵⁰ Memorando do Diretor da Inspetoria de Terras e Colonização de São Paulo ao chefe de polícia de São Paulo, 17/7/1893, Acervo Permanente – Polícia – C2756, AESP.

apreensão de todos os indivíduos cujos nomes contassem da lista de passageiros suspeitos.²⁵¹

Diferentemente das outras listas, a “relação de imigrantes que partiram para Santos a bordo do vapor *Stura*” não era composta por um rol de nomes de homens viajando desacompanhados ou com uma breve referência às famílias a que vinham agregados. Ao invés disso, a lista apresentava primeiramente onze famílias, com o detalhamento do nome do chefe da família e de sua idade, referência à esposa e à quantidade de filhos, assim como à procedência. Só então vinha o nome e a idade dos respectivos homens solteiro que as acompanhavam, num total de vinte suspeitos.²⁵² O ofício do Inspetor Geral e Terras e Colonização chamou atenção para “elevado número de homens solteiros”, alguns dos quais vinham no caráter de primos.²⁵³ Na relação dos imigrantes, constavam também alguns cujo grau de parentesco não era mencionado, e além de outros poucos apresentados como cunhados. Nas entradas dos Livros de Registro da Hospedaria de Imigrantes referentes aos passageiros do vapor *Stura*, os cunhados apareceram em maior número, seguidos de perto pelos primos e depois pelos sobrinhos.²⁵⁴ Os indivíduos cujos nomes apareceram destacados na lista tinham entre 17 e 46 anos, além de um garoto de 13 anos cujo nome também foi grifado.²⁵⁵

As únicas suspeitas explicitadas em relação os imigrantes dizia respeito às relações familiares declaradas no embarque e ratificadas ou modificadas quando da entrada na Hospedaria de Imigrantes. Não há nenhuma observação sobre informações de polícias locais, cartas de recomendação, trajés suspeitos, bagagens perigosas ou envolvimento com militantes subversivos. É possível, no entanto, que a procedência dos passageiros tivesse produzido suspeitas junto às autoridades brasileiras na Itália: das onze famílias, a quase

²⁵¹ Portaria nº 275 do chefe de polícia de São Paulo ao quinto delegado de polícia, 18/7/1893, Acervo Permanente – Polícia – C2756, AESP.

²⁵² Cópia da “Relação de imigrantes que partiram para Santos a bordo do vapor *Stura* pertencente à Companhia de Navegação italiana *La Generale*, no dia 20 de junho de 1893”, Gênova, 22/6/1893, anexada ao Inquérito Policial de 18/7/1893, doc. cit.

²⁵³ Ofício do Inspetor Geral das Terras e Colonização ao presidente do estado de São Paulo, 13/7/1893, doc. cit.

²⁵⁴ Livro de Registros da Hospedaria de Imigrantes, número 41, pp. 277-289, e número 42, pp. 001-006, odc, cit.

²⁵⁵ Apesar de a “Relação de imigrantes que partiram para Santos a bordo do vapor *Stura*...” trazer a idade de alguns dos imigrantes, optei por reproduzir aquelas apresentadas aos oficiais da Hospedaria de Imigrantes, registradas nos Livros de Registros, havendo algumas discrepâncias entre as informações de um e outro documento.

totalidade era procedente de Roma, e apenas duas declararam vir de Rimini, na costa do mar Adriático. O fato de serem originais de um centro urbano, e não de regiões agrícolas poderia ter suscitado prevenções contra aqueles italianos e italianas; como publicara *O Estado de São Paulo*, não viera “o honesto e bom trabalhador dos campos”, mas sim “o vagabundo das cidades.”²⁵⁶

Tendo sido dada a ordem para que os recém-chegados de Santos não deixassem a Hospedaria, era de se esperar que todos os vinte homens listados fossem encontrados pelo quinto delegado de polícia, algo que não ocorrera com nenhuma das denúncias anteriores. No dia 18 de julho, Bento Bueno deu voz de prisão efetivamente a vinte pessoas, porém não exatamente às duas dezenas de homens solteiros destacados na relação: foram presos dezesseis dos italianos grifados na lista (inclusive o menino de 13 anos), um casal e dois irmãos que teriam viajado acompanhados de suspeitos, os quais também foram detidos. No mesmo dia, foram todos enviados para a casa de Detenção e recomendados ao carcereiro, que recebeu ordem de conservá-los “em compartimento separado das mulheres e de outros quaisquer presos e sob inteira vigilância”, além de serem confortavelmente tratados.²⁵⁷ Bento Bueno fez, então, referência a 18 presos apenas – a italiana Carolina Fioravanti e o menino Carlo Stocchi devem ter sido mantidos separadamente.

No mesmo dia da prisão, foram interrogados na presença do quinto delegado de polícia e do diretor da Hospedaria de Imigrantes Carlo Filippi e Amiceto Valentini, que haviam viajado na companhia da família de Innocenzo Cocchi; Vincenzo Barroti e Giovanni Battista Gioia, que se apresentaram como primos de Erasmo Forcina; Rocco Di Biasio, Domenico Tudino e Francesco Tudino, apontados como primos de Pasquale Tudino na relação de passageiros do vapor *Stura*; Giuseppe Neri e Salvatore Disano, tidos como primos de Pasquale Disano; Fortunato Celere, que acompanhara a família Pirone, de Rimini; Adamo Birancione, que viajara com Agostino Fabbri e esposa; Stefano Farginoli e Carlo Farginoli, que haviam embarcado como primos dos romanos Carmine Farginoli e esposa; Carlo Stocchi e Alessandro Domenico que apareceram na lista como cunhados de Zacarias Fioravanti, o qual foi preso juntamente com sua esposa, Carolina Fioravanti;

²⁵⁶ “Anarquismo” *O Estado de São Paulo*, 3/5/1893.

²⁵⁷ Ofício do chefe de polícia de São Paulo ao Carcereiro da Cadeia Pública da Capital, 18/7/1893, Acervo Permanente – Polícia – C2756; Auto de prisão anexado ao Inquérito Policial, 18/7/1893, doc. cit..

Luigi Di Angelis, que viera como cunhado de Giuseppe Marcollini, detido junto com seu irmão Antonio Marcollini.

Pelos nomes dos imigrantes, é possível supor que alguns dos indivíduos sobre os quais havia recaído suspeita por terem embarcado como “primos” ou familiares próximos talvez realmente o fossem – supondo que constem seus nomes verdadeiros do auto de prisão. Domenico e Francesco Tudino tinham o mesmo sobrenome de seus acompanhantes, Pasquale Tudino, sua esposa e irmão; os Farginoli também pareciam estar viajando com primos legítimos, Carlo e Stefano, assim como Salvatore Disano, que tinha o mesmo sobrenome do chefe da família com que embarcara, Pasquale Disano. Porém, segundo o Auto de prisão, os imigrantes haviam sido “denunciados pelo governo federal como anarquistas perigosos à sociedade brasileira”; mais do que analisar a veracidade das relações familiares alegadas pelos presos, cabia a Bento Bueno descobrir suas relações subversivas com anarquistas.

Dos vinte nomes mencionados no auto de prisão, apenas dezesseis coincidem com os “homens solteiros” cujos nomes aparecem destacados na lista dos passageiros do vapor *Stura*. Quatro passageiros não apontados como suspeitos foram presos na Hospedaria de Imigrantes: o casal Carolina e Zaccaria Fioravanti, e os irmãos Giuseppe e Antonio Marcollini. Todos os quatro passageiros foram possivelmente detidos pelo mesmo motivo, o mesmo que também levava Marra Ramiero a ser obrigado a assinar um Termo de Obrigação junto à polícia paulista um mês antes: enquanto o casal Fioravanti teria dado guarida aos suspeitos Carlo Stocchi e Alessandro Domenico, os irmãos Marcollini teriam facilitado o embarque de Luigi de Angelis. Por outro lado, não foram mencionados nesse documento Simeone, cunhado de Carmine Farginoli; Augusto Mussani, que viajara acompanhando Agostino Fabbri e sua esposa; nem Giuseppe Micucci, que declarara estar com Scipione Biggi, esposa e filha. Nem tampouco foram indiciados os outros passageiros que teriam servido de acompanhantes para os “anarquistas conhecidos”, provavelmente por não terem sido mais encontrados.

Na detenção, foram submetidos a um interrogatório que, a julgar pela transcrição, foi brevíssimo e talvez coletivo. Aos presos foi perguntado o motivo de sua prisão, e “declararam unanimemente não serem anarquistas nem o terem sido nunca em a sua pátria (sic); que são operários, trabalhadores que vieram ao Brasil para ganhar a vida

honestamente.” Assinaram o auto apenas Carlo Filippi, Giovanni Gioia, Zacarias Fioravanti, Carlo Stocchi, Celeri Fortunato, Valentini Amiceto, Domenico Tudino, Francesco Tudino, Giuseppe Marcollini e Luigi di Angelis – segundo o auto, “os presos que sabiam escrever.”

As autoridades brasileiras persistiram, porém, firmes no intento de deportá-los: data do dia 20 de julho – portanto dois dias depois do interrogatório - o telegrama do ministro interino do exterior, Custódio José de Melo,²⁵⁸ em resposta ao presidente de São Paulo, que procurara, no dia anterior, informar-se sobre as instruções para o pedido de expulsão contra os italianos. Os vinte imigrantes foram, porém, postos em liberdade na tarde do dia 22 de julho²⁵⁹. O chefe de polícia declarou ao presidente de São Paulo que se havia verificado “de modo cabal que aqueles indivíduos eram em sua totalidade camponeses ignorantes e em sua maioria analfabetos” – mesmo sendo a maioria dos acusados originais de Roma e terem eles próprios se declarado operários. Foram, então, postos em liberdade às três horas da tarde do dia 22, e escoltados de volta até a Hospedaria de Imigrantes, mas não sem antes assinarem termo declarando terem sido bem tratados durante sua custódia na cadeia e “terem recebido todos os objetos que lhes haviam sido apreendidos quando deram entrada no posto policial da Hospedaria.”²⁶⁰ Solicitaram, então, junto à Hospedaria de Imigrantes, “os objetos que traziam consigo e que haviam ficado em poder do comandante do destacamento policial desta Hospedaria”.²⁶¹

Aconteceu, entretanto, que o comandante do destacamento, João Calisto dos Santos, havia sido substituído por outro poucos dias antes, “sem deixar nota alguma dos referidos objetos”. O segundo sargento João Baptista de Andrada, que assumira em 21 de julho comando do destacamento, entregou-lhes então apenas algumas “carteiras pequenas sem nada constar dentro e também diversos papéis”. Três dos italianos, no entanto, “reclamaram

²⁵⁸ Segundo *O Governo Presidencial do Brasil, 1889-1930*, p. 245.

²⁵⁹ Ofício do 2º Sargento Comandante do Destacamento da Imigração, João Baptista de Andrada, ao Fiscal do 5º Batalhão de Infantaria, Major Enéas de Siqueira Porto, 24/7/1893; declaração da 2ª testemunha, arvorado Olívio Martins de Brito, no Termo de sindicância de 29/7/1893, Acervo Permanente – Polícia – C3222, AESP.

²⁶⁰ Ofício do segundo Sargento Comandante do Destacamento da Imigração, João Baptista de Andrada, ao Fiscal do 5º Batalhão de Infantaria, Major Enéas de Siqueira Porto, 24/7/1893; declaração da 2ª testemunha, arvorado Olívio Martins de Brito, no Termo de sindicância de 29/7/1893, Acervo Permanente – Processos Policiais – C3222, AESP; Ofício do chefe de polícia ao presidente do estado de São Paulo, 29/7/1893, Acervo Permanente – Polícia – C2760, AESP.

²⁶¹ Ofício do diretor da Hospedaria de Imigrantes ao chefe de polícia de São Paulo, 23/7/1893, Acervo Permanente – Polícia – C2760, AESP.

três relógios com corrente e dinheiro”, o que a autoridade não pode entregar por não encontrá-los na gaveta onde o resto dos objetos achava-se guardado. O diretor da Hospedaria de Imigrantes, Antonio Alves P. d’Almeida, escreveu ao chefe de polícia, pedindo providências “de modo a serem eles [os objetos] descobertos e entregues aos seus donos.”²⁶² O caso mereceu a abertura de uma sindicância interna do Quinto Batalhão de Infantaria da Imigração e, entre os dias 29 e 31 de julho, cinco testemunhas foram ouvidas sobre o desaparecimento dos objetos e dinheiro dos presos por anarquistas: o 2º sargento João Baptista de Andrade, então comandante do destacamento; Olívio Martins de Brito, praça da Segunda Companhia do Quinto Batalhão, já mencionado acima; Giuseppe Possidente (referido na sindicância como José Possidente), praça da primeira Companhia daquele Batalhão; Antonio Scoppeta, também praça da primeira Companhia, e a italiana Anna Belnini, que se apresentou como noiva do sargento João Calisto dos Santos.

Segundo os depoimentos, o sargento Calisto fora chamado no dia 19 pelo comandante do 10º Regimento da Cavalaria e lá se apresentou na seqüência, deixando o comando do destacamento nas mãos do arvorado Martins Brito. Em suas declarações, este praça afirmou, porém, que não recebera nenhum objeto quando o sargento Calisto deixara o posto, e acrescentou que este presenteara o soldado Possidente e a italiana Anna com relógios de prata com corrente. Scopetta também afirmou que soubera que os dois haviam recebido os regalos do sargento, e Possidente confirmou a versão de Brito, declarando, por sua vez, que fora ele quem informara o sargento Calisto sobre sua transferência. Do destino de dois dos relógios, o inquérito dá notícias de que foram apreendidos pelo sargento Andrada e entregues de volta por este ao diretor da Imigração.

Conflitantemente, no mesmo dia em que os imigrantes foram liberados, foi assinado pelo presidente do Brasil, Floriano Peixoto, e pelo Ministro da Justiça e Negócios Interiores, Fernando Lobo, um decreto de deportação contra vinte dos imigrantes embarcados no vapor *Stura* dado “o perigo que à ordem pública daquele estado traria a permanência, no respectivo território, dos estrangeiros”.²⁶³ As “informações firmadas em bases seguras” requisitadas pelo ministro do exterior não poderiam ter sido enviadas, uma

²⁶² Idem.

²⁶³ Cópia do decreto de deportação de Buzatti Gedeone, Valentino Amiceto, Filippo Carlo, Salvatore, Neri Giuseppe, Micusssi Giuseppe, Stocchi Carlo, Alessandro Domenico, De Angelis Lugli, Carmine, Steffano, Simeone, Vincenzo, Giovanni, Francesco, Domenico, Di Biasio, Celere Fortunato, Bilancione Adams e Mussoni Augusto, 22/7/1893, anexado ao Inquérito policial, 18/7/1893, doc. cit.

vez que a investigação conduzida pelo quinto delegado de polícia verificara, através de interrogatório e minucioso exame dos papéis, que a denúncia contra os imigrantes não tinha fundamento, não se produzindo, portanto, provas do envolvimento dos vinte acusados com idéias e práticas anarquistas. Por outro lado, é possível verificar que o decreto de deportação não foi assinado tendo por base o inquérito: os indivíduos expulsos não são os mesmos que foram presos e interrogados, mas antes aqueles destacados na lista vinda de Gênova.

Libertando os imigrantes, o governo do estado de São Paulo possivelmente atentara para um detalhe das instruções do ministro do exterior: a necessidade de provas cabais do envolvimento dos imigrantes com o anarquismo para “evitar reclamações como no caso dos que seguiram no vapor *Colombo*”, em março daquele ano.²⁶⁴

“Devidas providências”

O procedimento adotado contra os imigrantes suspeitos de anarquistas desembarcados do vapor *Solferino* pode ser, de certa forma, visto como paradigma das iniciativas tomadas quando dos desembarques posteriores. O caso foi sempre referido pelas autoridades, que buscavam a mesma rapidez e eficiência, as “devidas providências” que o chefe de polícia afirmou terem sido tomadas “para que não fossem perturbadas a paz e a tranqüilidade do Estado”;²⁶⁵ mas procuravam também evitar os mesmos erros. No entanto, ainda que os três casos de entradas de imigrantes suspeitos de anarquistas tenham sido relacionados pela polícia paulista, o que sugeria uma forma de procurar desenvolver uma estratégia para reconhecer o perigo e livrar-se dele, notam-se principalmente diferenças em relação não apenas aos destinos dos indivíduos, mas ao próprio tratamento que receberam enquanto ainda era investigada sua culpabilidade.

É certo que todos os procedimentos de denúncia, prisão, investigação e deportação ou soltura foram tratados reservadamente e mantidos em sigilo. No entanto, cada grupo de imigrantes recebeu um tratamento distinto e que pode ser acompanhado através dos relatos

²⁶⁴ Telegrama do ministro interino do exterior ao presidente do estado de São Paulo, 20/7/1893, anexado ao Inquérito policial, 18/7/1893, doc. cit..

²⁶⁵ Relatório reservado do chefe de polícia de São Paulo, Theodoro Dias de Carvalho Júnior, ao presidente de São Paulo, Bernardino de Campos, 10/7/1893, doc. cit.

apresentados acima e pelo *Relatório* anual do chefe de polícia ao Secretário de Justiça de São Paulo, referente ao ano de 1893. Com exceção de um dos presos desembarcados do vapor *Arno*, todos os outros imigrantes suspeitos são, de uma forma ou de outra, mencionados naquele relatório. Os indivíduos que seguiram para a Europa em março daquele ano, assim como Loduvic Emil Quaas, foram relacionados nominalmente como presos enviados para responder ao júri em alguma outra localidade.²⁶⁶ Não foram, entretanto, apontados como anarquistas naquele momento, nem tampouco responderam coisa alguma frente a um júri, sendo sumariamente deportados. É apenas na seção “Fotografia Policial” que se sabe que nove pessoas haviam sido fotografadas em fevereiro – mês da prisão dos italianos e do súdito austro-húngaro – como “socialistas e anarquista”.

Uma última referência aos imigrantes suspeitos de anarquistas presente no *Relatório* de 1893 do chefe de polícia foi sublinhada no artigo de Guido Fonseca como reveladora da presença efetiva e relevante de anarquistas em São Paulo: na “Relação de prisões efetuadas durante o ano de 1893 por vários motivos, nos distritos da Capital”, que haviam totalizado 3969, 20 foram de anarquistas. Apesar de representarem menos de 1% das prisões realizadas então, os anarquistas equiparavam-se – quando se atenta somente para os números – aos homicidas (21), aos cáftens (27), aos mendigos (22) e excediam os jogadores (14), grevistas (8) e desertores (6).²⁶⁷ Tratava-se, no entanto, dos imigrantes considerados “camponeses ignorantes” e “analfabetos” – portanto, não anarquistas.²⁶⁸

Colocando lado a lado os dados da Fotografia Policial e as informações sobre as prisões, Guido Fonseca destaca a forte presença de anarquistas em São Paulo naquele ano, sem, no entanto, acompanhar as trajetórias dos sujeitos e os procedimentos policiais. Os vinte anarquistas apontados foram logo libertados; tivera início, porém uma campanha mais forte contra militantes do anarquismo, com uma maior visibilidade tanto da repressão contra eles e, conseqüentemente, de suas ações – efetivas, temidas ou simplesmente supostas.

²⁶⁶ *Relatório apresentado ao senhor Dr. Manoel Pessoa de Siqueira Campos, M. D. secretário da Justiça deste Estado, pelo Chefe de Polícia Theodoro Dias de Carvalho Júnior*, 1893. S. I; 1893, pp. 52-54.

²⁶⁷ *Idem*, p. 44. Por outro lado, não havia comparação entre o número de prisões de anarquistas e de desordeiros (1465), gatunos (910) e vagabundos (509).

²⁶⁸ Ofício do chefe de polícia ao presidente do estado de São Paulo, 29/7/1893, Acervo Permanente – Polícia – C2760, AESP.

Como já foi apontado antes, a imprensa paulista não publicou nada sobre as prisões e deportações de anarquistas do território brasileiro até julho de 1893, quando o *Correio Paulistano* abriu uma seção intitulada “Imigrantes anarquistas”²⁶⁹. Alguns dos poucos trabalhos que trataram no anarquismo em São Paulo nos anos de 1890 – principalmente o artigo de Guido Fonseca e textos de Christina Lopreato –²⁷⁰ citaram largamente tais artigos, nos quais foi relatada a chegada de “perigosos indivíduos, chefes e partidários dessa temível seita destruidora” pelo vapor *Solferino*. Havia sido encontrados em seu poder armas, munições, substância venenosas e explosivas, além de livros e jornais que resumiam a doutrina anarquista em duas palavras: “Pensiero e Dinamite”.

A reprodução do relatório que o chefe de polícia enviara ao presidente de São Paulo em 10 de julho é clara nessa e em outras passagens dos artigos do *Correio Paulistano*. A notícia da entrada desses “indivíduos criminosos” deveria criar uma sensação de medo e insegurança nos leitores daquele periódico, mesmo depois de tantos meses de sua deportação. Todavia, não se tratava das ações de militantes anarquistas, nem mesmo da reação mais ou menos eficaz da polícia paulista contra eles. As questões da presença de anarquistas perigosos em São Paulo já fora resolvida, fosse pela deportação ou pela suspensão das denúncias. No entanto, permanecia a idéia da fragilidade da vigilância sobre os colonos, o perigo de uma imigração mal fiscalizada que franquearia os portos brasileiros para indivíduos de “más qualidades e indignas profissões”.

Apesar da preocupação das autoridades brasileiras com “anarquistas e socialistas conhecidos”, com os motivos que os levaram a deixar a Itália, as perseguições políticas que haviam sofrido por exercerem a militância libertária em outros países, foi apenas quando atentaram para as atividades que os supostos anarquistas realizavam no Brasil e em São Paulo que suas ações repressivas tiveram contornos mais definidos e eficazes. Desde 1892 jornais eram publicados por imigrantes autuados como anarquistas, e o número de periódicos dirigidos por eles e dedicados a veicular suas idéias aumentaria nos próximos anos da década de 1890. É sobre essas atividades, assim como a respeito da repressão sofridas por eles que tratarão os próximos capítulos.

²⁶⁹ “Imigrantes anarquistas” *Correio Paulistano*, 30/7/1893, 3/8/1893, 4/8/1893.

²⁷⁰ Guido Fonseca, op. cit., pp. 9-10; Christina Roquette Lopreato. “O espírito das leis: anarquismo e repressão política no Brasil”. Op. cit.; idem. *O espírito da revolta: a greve geral anarquista de 1917*. São Paulo: Annablume, 2000, pp. 15-16.

III

Pensamento e dinamite

“(…) é sobretudo nos jornais que se podem acompanhar os progressos constantes da elaboração da idéia anarquista”. Max Netlau. *Bibliographie de L’Anarchie*, 1897¹

“Todos sabemos que o jornal serve especialmente para o combate e para a propaganda”. *Germinal!*, 1913²

Ainda que importantes ações repressivas tenham sido tomadas contra anarquistas procurando impedir seus estabelecimento no território brasileiro nos primeiros anos da década de 1890, e que tais ações tenham contado – como se viu no capítulo anterior e na Introdução deste trabalho – com informações vindas dos países de onde partiam os imigrantes, é certo que eles encontravam meios de instalarem-se nas cidades e é possível mesmo que encontrassem empregos nas fazendas, das quais, no entanto, chegaram raríssimas notícias de agitações anárquicas.³ As ações repressivas falhavam, em parte, pela demora na transmissão de informações e também pela pouca diligência das forças policiais, que custavam a identificar os indivíduos apontados como “anarquistas perigosos”. Nos três casos de prisão de anarquistas com que se trabalhou no capítulo anterior, notaram-se exemplos nesse sentido.

Havia também a possibilidade de que as autoridades dos países que enviavam emigrantes não estivessem a par de sua filiação partidária ou seu engajamento político. Daí a impossibilidade de alertar as nações hospedeiras dos perigos que corriam ao recebê-los. Pode-se também levantar a hipótese de que alguns governos não tinham mesmo interesse em avisar que “anarquistas e socialistas conhecidos” estavam embarcando em direção àquelas paragens, pois a emigração de elementos indesejáveis poderia significar uma forma barata e talvez definitiva de livrar-se de elementos indesejáveis.

¹ Max Netlau. *Bibliographie de L’Anarchie*. Bruxelas : Bibliothèque des Temps Nouveaux ; Paris : P.-V. Stock, 1897.

² “Respondendo ao nosso apelo” *Germinal!*, nº 15, 29/6/1913.

³ No próximo capítulo – “Anarquistas em casa, na rua, em toda parte” – vai se tratar da prisão de quatro suspeitos de anarquistas presos em uma fazenda no interior do estado de São Paulo em 1895; todavia, redatores do jornal libertário que circulava na época, *L’Avenir*, tratam a denúncia como falsa, resultado de alguma vingança pessoal. Ver os itens “No aniversário da Comuna de Paris” e “De volta à ‘ala nº 2 da imunda prisão da Luz’”.

Havia ainda a possibilidade de que alguns imigrantes partiam de seus países de origem sem maiores envolvimento com idéias subversivas ou com associações operárias, anarquistas ou socialistas, e que seu apreço por essa ou aquela doutrina se tivesse desenvolvido já nas cidades brasileiras em que se encontravam morando, trabalhando e interagindo com outros imigrantes ou operários nacionais. Segundo a biografia do militante anarquista espanhol Florentino de Carvalho,⁴ por exemplo, sua aproximação em relação ao anarquismo deu-se doze anos depois de sua chegada ao Brasil: consta que em 1901, quando se encontrava engajado na Força Pública do Estado de São Paulo, “o então sargento Primitivo Raymundo Soares, ao entrar numa livraria, deparou-se com um exemplar do livro *A Conquista do Pão* do conhecido anarquista russo Piotr Kropotkin.” A leitura teria causado um forte impacto no rapaz de apenas 18 anos, que pediu baixa da força pública e engajou-se na propaganda anarquista - segundo seu prontuário no DEOPS/ SP, já em 1901 foi identificado como anarquista pela polícia paulista. Depois disso, atuaria como tipógrafo, seria responsável e colaboraria com diversos periódicos, como os anarquistas *Germinal!* (que fundou em 1913), *La Guerra Sociale*, *A Plebe*, *Alba Rossa* (todos publicados em São Paulo); também escreveu para o pernambucano *A Hora Social* e para o órgão da Confederação Operária Brasileira que circulava no Rio de Janeiro, *A Voz do Trabalhador*.⁵

Exemplo semelhante, porém menos romântico, e no qual há um toque de ironia em relação à atuação policial, é o de Giulio Sorelli, importante expoente do sindicalismo revolucionário em São Paulo, e que colaborou com jornais e outras iniciativas libertárias no início do século XX: o jovem italiano desembarcou em Santos, acompanhado de seus pais, justamente do vapor *Arno*, no qual haviam viajado 30 indivíduos suspeitos de serem anarquistas. Nenhum dos indicados, porém, eram da família Sorelli, tampouco o eram os detidos pela polícia paulista em meio de 1893, muito menos o menino de 15 anos de idade,

⁴ Florentino de Carvalho era o pseudônimo de Primitivo Raymundo Soares, espanhol que migrou com a família para o Brasil em 1889.

⁵ A perseguição policial contra ele foi tão intensa quando sua atuação política: foi preso diversas vezes, em sua maioria por publicar manifestos anarquistas, até que em 1910 foi expulso para a Argentina como “anarquista perigoso”, tendo sido porém resgatado do vapor que o levaria para aquele país por trabalhadores no porto de Santos. A partir daí, adotou o pseudônimo de Florentino de Carvalho e foi expulso mais algumas vezes: em 1912, para Portugal, retornando três anos mais tarde, e novamente em 1917, voltando ao Brasil no ano seguinte. Seu prontuário trata de suas atividades até 1934. Faleceu em 27 de março de 1947. Sobre Florentino de Carvalho, ver a biografia de Rogério Humberto Zeferino Nascimento. *Florentino de Carvalho: pensamento social de uma anarquista*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2000; sobre seu prontuário junto ao DEOPS, ver também Lucia Silva Parra. *Combates pela Liberdade: o movimento anarquista sob a vigilância do DEOPS/SP (1924-1945)*. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2003, pp. 135-136.

que, para além de eventuais ensinamentos políticos que lhe tivessem passado seus pais, possivelmente só entrou mais diretamente em contato com as agitações anarquistas, socialistas e associações operárias no final dos anos 1890, quando se encontrava instalado na capital paulista.⁶

Para além desses exemplos, é preciso atentar para a militância que imigrantes passaram a exercer em São Paulo, havendo ou não uma experiência anterior à sua atuação na capital ou no interior paulista, sabendo ou não as autoridades brasileiras e de seus países de origem a respeito dessa mesma atuação. Talvez o susto e a indignação da polícia brasileira ao descobrir indícios do “partido anárquico” aqui se devesse exatamente à tratar o anarquismo como um perigo de fora e desconsiderar a possibilidade de esse movimento ser também uma resposta que trabalhadores poderiam dar às condições de vida e trabalho nas cidades e fazendas brasileiras.

Não obstante, a partir do momento em que foram detectadas agitações em território brasileiro que foram reconhecidas como anarquistas, procurou-se agir de maneira a enfraquecê-las, impedi-las, exterminá-las, muitas vezes mantendo o recurso da expulsão; outras vezes, frente às próprias características das manifestações, lançando mão de alternativas diversas. Este capítulo vai tratar exatamente dessas primeiras manifestações ora tidas como anarquistas, ora declaradas explicitamente libertárias e que se deram nos primeiros anos da década de 1890. Deu-se especial destaque à publicação de quatro jornais publicados por imigrantes italianos identificados como anarquistas (fosse pela polícia, fosse por eles mesmo ou por militantes que os sucederam) – *Gli Schiavi Bianchi*, *L'Asino Umano*, *La Bestia Umana* e *L'Avvenire* – e à experiência dos militantes responsáveis por eles. Esses periódicos constituem uma fonte de grande valor para recuperar as iniciativas dos anarquistas, seus conflitos com as autoridades, as formas de interação almejadas com os trabalhadores; enfim, para recuperar a realização da propaganda entre estes últimos e as alternativas de combate contra seus antagonistas – fossem eles autoridades repressivas ou, de forma mais geral, a própria organização social. Permite, portanto, como sublinhou Max Netlau, “acompanhar os progressos constantes da elaboração da idéia anarquista”, não

⁶ Sobre Giulio Sorelli, ver Edilene Toledo. *Anarquismo e Sindicalismo Revolucionário: trabalhadores e militantes em São Paulo na Primeira República*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004, pp. 24-25 e idem. *Travessias Revolucionárias. Idéias e militantes sindicalistas em São Paulo e na Itália (1890-1945)*. Campinas, SP: Editora da Unicamp. 2004, p. 269.

apenas no que diz respeito às idéias e princípios libertários, mas principalmente a construção do movimento anarquista em São Paulo, com seus agentes e suas experiências próprias.

O “partido anárquico” *aqui*

Ainda que nos primeiros anos da década de 1890 as medidas tomadas contra anarquistas tenham sido essencialmente aquelas de barrar sua entrada ou providenciar sua imediata expulsão, sugerindo, assim, a ênfase em não deixar que tais indivíduos se instalassem em território brasileiro, houve também incidentes que revelavam a sua presença, atividade e mobilização em mais de uma cidade do país, requerendo outras iniciativas por parte da polícia paulista.

Segundo Isabelle Felici, o jornal argentino *La Miseria* já apontava a existência de um grupo anarquista em 1890 em São Paulo.⁷ No ano seguinte, a presença de anarquistas no Brasil foi denunciada por Aldo Nobili, legado italiano nesse país, porém sem precisar a localidade. De acordo com essa autoridade, “o partido anárquico é representado *aqui* por um pequeno grupo de italianos, em sua maior parte tipógrafos, que dão sinal de vida de tempos em tempos” (grifo meu); também foi sugerido que havia então a intenção de fundar um “jornal anárquico”, iniciativa para a qual o grupo de anarquistas teria requisitado inclusive a colaboração do próprio legado.⁸

No *Relatório apresentado ao Vice-Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Dr. Fernando Lobo, Ministro Interino da Justiça e Negócios Interiores em abril de 1893*, referente aos acontecimentos da Capital Federal de 1892, foi comentada a “denúncia de que existiam nesta Capital diversos indivíduos estrangeiros, foragidos da França, que procuravam estabelecer uma sociedade anarquista entre a classe dos

⁷ Isabelle Felici. *Les italiens dans le mouvement anarchiste au Brésil, 1890-1920*. Tese de Doutorado, Études Italiennes, Université de la Sorbonne nouvelle – Paris, 1994, [s.l.]: [s.n.], p. 84 http://raforum.apinc.org/article.php3?id_article=661.

⁸ Aldo Nobili ao Ministero degli Affari Esteri (MAE), 31/10/1891, Archivio Storico del Ministero degli Affari Esteri (ASMAE), Polizia Internazionale, b. 47, e Isabelle Felici. Op. cit., p. 84. Agradeço ao professor Michael M. Hall a indicação de suas anotações feitas no ASMAE.

operários”.⁹ A *Gazeta de Notícias* publicara, em sua edição de 20 de novembro daquele ano, que o chefe de polícia da Capital Federal, Bernardino Ferreira da Silva, recebera aquela informação de um de seus agentes e efetuara a prisão dos “principais membros da sociedade anarquista” na praça da República, às oito horas da noite, quando se encontravam reunidos.¹⁰

Segundo o relatório, as medidas contra os “membros da sociedade” – que não eram apenas franceses, mas espanhóis, italianos e até canadenses – haviam sido tomadas reservadamente: além de sua prisão, fora solicitada ordem para sua deportação e também “foram apreendidos grande porção de folhetos e jornais espanhóis, italianos e franceses, destinados a serem distribuídos para melhor propagação da idéia.”¹¹

É importante notar que o relatório do Ministro da Justiça detinha-se às atividades que os estrangeiros indesejáveis estavam tentando desenvolver entre os operários residentes e empregados no Rio de Janeiro, e o jornal dessa cidade afirmou que já fora averiguado que tais imigrantes “vieram expressamente ao Brasil para implantar os princípios da anarquia.”¹² Segundo a *Gazeta de Notícias*, faltavam ainda serem detidos dois membros da sociedade, que não se encontravam na referida reunião.¹³ Não havia, porém, nenhuma referência a como tais indivíduos haviam entrado naquela capital e mesmo no país. Mesmo que houvesse a intenção de reforçar a vigilância sobre os imigrantes que desembarcavam nos portos brasileiros, como foi visto no capítulo anterior, mostrava-se impossível exercer um controle absoluto das entradas de indivíduos foragidos ou indesejáveis dadas suas tendências políticas. Até mesmo porque é lícito pensar que alguns imigrantes podiam passar a buscar formas de organização políticas no local onde então se instalavam, sem contarem com uma participação mais ativa antes de sua vinda – o que talvez não estivesse

⁹ Ministério da Justiça e Negócios Interiores. *Relatório apresentado ao Vice- Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Dr. Fernando Lobo, Ministro Interino da Justiça e Negócios Interiores em abril de 1893*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1899/000002.html>
Agradeço a Carolina Souza a indicação.

¹⁰ “Infamie” (transcrição do artigo “Anarchistas” publicado pela *Gazeta de Notícias*, RJ, em 20/11/1892) *Gli Schiavi Bianchi*, nº 10, 27/11/1892.

¹¹ Ministério da Justiça e Negócios Interiores. *Relatório apresentado ao Vice- Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Dr. Fernando Lobo, Ministro Interino da Justiça e Negócios Interiores em abril de 1893*. Doc. cit.

¹² Idem.

¹³ “Infamie” op. cit.

tão claro para a polícia brasileira, que buscava indícios de ações subversivas anteriores à imigração dos sujeitos para este território.

Na menção aos refugiados anarquistas, vale atentar para as referências às intenções do grupo: “estabelecer uma sociedade entre a classe de operários” e distribuir folhetos e jornais “para melhor propagação da idéia.” Não se falou, então, de ações violentas, atentados e assassinatos, mas se focou nas atividades de propaganda que os anarquistas procuravam estabelecer entre um grupo específico de homens e mulheres: operários. Mesmo com a publicidade alcançada pelas ações iconoclastas de alguns anarquistas na Europa, temia-se a ação mais cotidiana desses indivíduos que reconhecidamente professavam o fim do Estado e da propriedade privada: a interação com os trabalhadores e a proliferação de suas idéias.

A propaganda foi sempre uma das mais importantes – senão a mais importante – forma de ação política dos anarquistas. Um periódico libertário que circulou em São Paulo no início do século XX, *A Terra Livre*, publicou a seguinte passagem, retirada da obra do anarquista russo, Mikhail Bakunin:

“O que importa, antes que tudo, hoje, é a organização das forças do proletariado. Mas esta organização deve ser obra do mesmo proletariado. Se eu fosse jovem, transportar-me-ia para um meio operário, e compartilhando da vida laboriosa de meus irmãos, com eles igualmente tomaria parte no grande trabalho dessa organização necessária.”¹⁴

Fica clara, na perspectiva enfatizada pelo jornal e retomada da obra de Bakunin, a centralidade dos trabalhadores na ação revolucionária: a organização de suas forças deveria ser obra deles mesmos. Não poderia, de forma alguma, ser obra de alguns poucos indivíduos esclarecidos, convictos, emancipados. Mas poderia e deveria contar com a colaboração destes, cuja tarefa residia exatamente em contribuir com a re-educação dos trabalhadores, com vistas à regeneração humana que se daria com a Anarquia. Previa, portanto, “um trabalho sistemático de propaganda, educação e exemplo” a ser realizado pelos militantes libertários.¹⁵

Nesse mesmo sentido, vale recuperar uma passagem do texto do anarquista italiano Errico Malatesta intitulado “Programa Anarquista”, publicado em 1903:

¹⁴ Michael. Bakunin. “Obra necessária” in: *A Terra Livre*, nº 10, 13/6/1906.

¹⁵ Patrícia Piozzi “Construindo a ordem anárquica: algumas considerações em torno da doutrina social de Proudhon e Bakunin” in: *Revista Trans/Form/Ação*. Uberlândia, nº 13, 1990, p. 17.

“Nossa ideal não é daqueles cuja plena realização depende do indivíduo considerado de modo isolado. Trata-se de mudar o modo de viver em sociedade: estabelecer entre os homens relações de amor e solidariedade, realizar a plenitude do desenvolvimento material, moral e intelectual, não para o indivíduo isolado, não para os membros de certa classe ou de certo partido, mas para todos os seres humanos. Esta transformação não é medida que se possa impor pela força; deve surgir da consciência esclarecida de cada um, para se manifestar, de fato, pelo livre consentimento de todos.

Nossa primeira tarefa deve ser, portanto, persuadir as pessoas.”¹⁶

Mais do que uma descrição ontológica do “ideal anarquista”, Malatesta propôs defini-lo como um processo histórico, com o envolvimento de agentes históricos em sua construção e a partir de certas condições históricas. E, ao fazer isso, atribuiu uma importância fundamental exatamente aos agentes históricos envolvidos e a suas ações, salientando pontos importantes para a discussão sobre a atuação dos militantes anarquistas.

Em primeiro lugar, na realização do ideal anarquista – na revolução libertária e na construção da sociedade anarquicamente organizada – o indivíduo não pode considerado de modo isolado. A realização do ideal anarquista é, antes de tudo, uma obra coletiva. Depende de cada um e de todos; ou, nos termos de Malatesta “da consciência esclarecida de cada um” e do “livre consentimento de todos”. Não é obra apenas de alguns militantes, ou de poucos representantes de uma maioria, mas pressupõe necessariamente a ação coletiva e o engajamento individual de todos os homens e mulheres, de “todos os seres humanos”.

Outro ponto importante diz respeito à idéia de persuasão presente no trecho acima. Malatesta estava, com esse “Programa”, se dirigindo a militantes libertários como ele, aos leitores do opúsculo publicado em 1903, aos leitores dos jornais anarquistas onde seu programa foi publicado em forma de artigos. Estava se dirigindo, portanto, a companheiros a quem convidava a se lançarem à propaganda. Esta seria a forma vislumbrada pelo anarquista italiano para contribuir com a mudança da visão de mundo de homens e mulheres, para “disseminar na alma dos homens o sentimento de revolta contra os males injustos e inevitáveis”; para “atrair a atenção dos homens para os males que sofrem, e para a possibilidade de destruí-los”;¹⁷ enfim, para alcançar o convencimento dos homens e mulheres e sua união e engajamento ao ideal anarquista.

¹⁶ Errico Malatesta. “Programa Anarquista” (1903) in: *Escritos Revolucionários*. São Paulo: Imaginário, 2000., p. 7. O grupo italiano “L’Avvenire”, baseado nos Estados Unidos, publicou o folheto “Nosso programa” através da recolha de artigos publicados por Malatesta no periódico *La Questione Sociale* (Paterson, Nova Jersey). Anos mais tarde, o texto foi inteiramente aceito pelo congresso da Unione Anarchica Italiana de 1 a 4 de julho de 1920.

¹⁷ Idem, p. 12.

Essa perspectiva era posta em prática para os militantes anarquistas envolvidos com a propaganda entre trabalhadores e parecia ser conhecida pela polícia da Capital Federal, como sugere o *Relatório* do Ministro da Justiça em 1893. No que diz respeito às formas de minar as iniciativas proselitistas dos libertários, no caso dos “indivíduos estrangeiros, foragidos da França que procuravam estabelecer uma sociedade anarquista entre a classe dos operários” no Rio de Janeiro, cabia comissionar agentes para identificar os militantes dessa doutrina, estar atento a denúncias – como ocorrera nesse caso específico, segundo informa o relatório em questão – e tomar as atitudes necessárias para evitar o encontro entre trabalhadores e idéias anarquistas; ou seja, expulsar os seus divulgadores. Dos anarquistas mencionados pelo Ministro da Justiça, até a data da publicação de seu relatório, dois já haviam seguido “para fora do território da República, aguardando os outros a precisa oportunidade.”¹⁸

No ano seguinte, nova denúncia da mobilização de anarquistas estrangeiros mereceu nota do Ministro da Justiça:

“**Anarquistas** - Tendo chegado ao conhecimento da polícia que na Gávea se estava constituindo uma associação formada, em sua maioria, de indivíduos estrangeiros que faziam propaganda entre os operários de uma fábrica de tecidos existente naquela localidade, providenciou o chefe de polícia de modo que se conseguiu prender, quando reunida, a respectiva diretoria, composta dos espanhóis Baldomero Salvans, Raphael Lafulla, Manoel Gambau, José Anglade, Mariano Alvarez, Jayme Barrafortes e Francisco Ribot; apreendendo-se nessa ocasião diversos jornais anarquistas, escritos, e os estatutos da associação, cujos primeiros artigos eram verdadeiros gritos de guerra contra o capital, e diziam que ‘o operário, não sendo uma máquina, era necessário por todos os meios, até pela destruição, emancipar-se, visto que o trabalho é para todos e o seu fruto para quem o produz’.

Esses indivíduos, sobretudo perigosos, foram expulsos do território brasileiro, seguindo uns para a Espanha e outros para o Rio de Prata.”¹⁹

Novamente, a perspectiva da existência de uma sociedade anarquista na Capital Federal alarmou as autoridades dessa cidade. Mais indivíduos estrangeiros – desta vez todos espanhóis – procuravam divulgar idéias subversivas entre trabalhadores fabris; mais importantes indivíduos da associação anarquista – sua “diretoria” – foram presos e deportados, e materiais subversivos impressos foram apreendidos. Por um relato posterior,

¹⁸ Ministério da Justiça e Negócios Interiores. *Relatório apresentado ao Vice- Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Dr. Fernando Lobo, Ministro Interino da Justiça e Negócios Interiores em abril de 1893*. Doc. cit.

¹⁹ *Relatório apresentado ao Vice- Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Dr. Alexandre Cassiano do Nascimento, Ministro Interino da Justiça e Negócios Interiores em março de 1894*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1894. <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1882/000002.html>

que teria sido baseado no inquérito aberto pelo gabinete de polícia contra esses indivíduos (o qual, no entanto, não foi encontrado), obtiveram-se mais informações sobre as suas atividades: os espanhóis eram operários de uma fábrica de tecido localizada na Gávea e “mantinham a propaganda no socialismo e do anarquismo, fazendo reuniões, espalhando jornais e constituindo sociedades”.²⁰ Tratava-se, portanto, de trabalhadores que divulgavam, entre seus companheiros de trabalho, idéias que lhes eram caras e nas quais criam poder depositar as esperanças de mudanças.

Não obstante, da mesma forma que nos casos de expulsão discutidos no segundo capítulo desta tese, o motivo para a deportação dos imigrantes era o mero fato de alguma autoridade ter reportado que era, como se lê no decreto de deportação contra os espanhóis, “perigosa a permanência de tais indivíduos no território da República”²¹ – independentemente, em muitos casos, da abertura de inquérito ou processo; algumas vezes, independentemente até de provas contra os imigrantes. Nesse caso específico, o inquérito que a polícia da Capital Federal alega ter aberto contra os espanhóis não foi encontrado, mas há referências a ele na correspondência entre aquela e o encarregado do Consulado da Espanha, quando da volta de Baldomero Salvans ao Rio de Janeiro, três anos após sua expulsão.

Da parte das decisões sobre a expulsão, sabe-se que a deportação foi decretada contra seis dos sete indivíduos listados no relatório do Ministro da Justiça (não há mais referências ao dito Manoel Gambau); tem-se também a informação de que, na época da deportação, o Cônsul Espanhol havia concordado com a decisão do governo brasileiro.²² O embarque de pelo menos dois dos espanhóis deu-se imediatamente, segundo consta da “relação dos estrangeiros expulsos do Brasil, durante a administração do Governo passado [governo Floriano Peixoto, 1892-1894], designando-se a nacionalidade e a data de

²⁰ Observações datadas de 6/8/1896 ao ofício do Encarregado do Consulado da Espanha, Adolfo Morales de Los Rios, ao Chefe de Polícia da Capital Federal, 30/7/1896, Arquivo Nacional, GIFI Caixa 6C-8.

²¹ Cópia do Decreto de deportação de Mariano Alvarez, Raphael Lafulla, Baldomero Salvans, José Anglada, Jayme Berrafoti e Francisco Ribot, 14/8/1893, Arquivo Nacional, GIFI Caixa 6C-5. Vale mencionar a passagem da correspondência entre o Ministro das Relações Exteriores e a Legação Austro-Húngara sobre o imigrante Ludovic Emil Quaas, cuja deportação foi decretada em março de 1893: “Peço permissão, entretanto, para ponderar ao sr. Conde que a deportação de um estrangeiro é ato de soberania e que pode ser efetuada independentemente de inquérito, só por suspeita de que sua permanência no Brasil é prejudicial á tranqüilidade pública.” Nota do Governo Brasileiro à Legação Austro-Húngara, 15/4/1893 in: Ministério das Relações Exteriores. *Reclamação Austríaca de Luis Emilio Quaas*. Op. cit.

²² Observações datadas de 6/8/1896 ao ofício do Encarregado do Consulado da Espanha, Adolfo Morales de Los Rios, ao Chefe de Polícia da Capital Federal, 30/7/1896, doc. cit.

expulsão”: Baldomero Salvans e José Anglada teriam partido nos dias 23 e 24 de agosto de 1893, respectivamente.²³ No entanto, por solicitação do Cônsul espanhol, que pedira que a deportação só se efetivasse depois que a discutisse com o chefe de polícia da Capital Federal, os outros quatro suspeitos de anarquistas não partiram com os seus companheiros.²⁴

Nem tampouco partiram nos dias seguintes: nos primeiros dias de setembro daquele ano, estourou a Revolta da Armada, impossibilitando sua saída pelo porto do Rio de Janeiro. Os presos tiveram que ser então enviados para São Paulo, “no sentido de serem embarcados (...) com segurança no primeiro vapor que seguir para a Europa” do porto de Santos.²⁵ Apenas em novembro, três meses depois de decretada sua expulsão, entre os dias 16 e 20 daquele mês, os “anarquistas e emissários de associações congêneres na Espanha” Raphael Lafulla, Mariano Alvarez, Jayme Barrafortes e Francisco Ribot deixaram o território brasileiro.²⁶

Além das informações acima mencionadas, produzidas pelas polícias do Rio de Janeiro e de São Paulo, não se pôde levantar muito mais sobre o envolvimento dos indivíduos suspeitos com sociedades anarquistas na Espanha. Houve, no entanto, uma reclamação por parte de um dos espanhóis acusados de anarquismo, que proporcionou a retomada do caso e mais informações sobre os indivíduos suspeitos. O tecelão Baldomero Salvans apresentou-se ao Consulado da Espanha em meados de 1896, onde fez a seguinte queixa: que havia alguns anos fora denunciado como anarquista e, por isso, fora “vítima de

²³ Ofício do chefe de polícia do Rio de Janeiro ao Ministro dos Negócios da Justiça, 8/1/1895, Arquivo Nacional GIFI Caixa 6C-5. É interessante notar que esses dois imigrantes são apontados nesse ofício como “gatunos”.

²⁴ Observações datadas de 6/8/1896 ao ofício do Encarregado do Consulado da Espanha, Adolfo Morales de Los Rios, ao Chefe de Polícia da Capital Federal, 5/8/1896, doc. cit.

²⁵ Ofício reservado do chefe de polícia de São Paulo ao delegado de Santos, 16/11/1893, Acervo Permanente – Polícia – C2754, AESP.

²⁶ Ofício do chefe de polícia de São Paulo ao chefe de polícia da Capital Federal, 9/11/1893, Acervo Permanente – Polícia – C2765, AESP. Foram encontradas duas datas da partida dos espanhóis deportados: 16 de novembro, em uma lista confeccionada pela polícia paulista, com nomes de indivíduos deportados entre 1893 e 1894 (Acervo Permanente – Polícia – C2780, AESP); e 20 de novembro, na “relação dos estrangeiros expulsos do Brasil, durante a administração do Governo passado [governo Floriano Peixoto, 1892-1894], designando-se a nacionalidade e a data de expulsão” (doc. cit.). Com as fontes que se encontrou, não se pode também precisar o destino desses quatro espanhóis e dos outros dois que deixaram o porto do Rio de Janeiro em agosto: o relatório do Ministro da Justiça afirmou apenas que haviam seguido “uns para a Espanha e outros para o Rio da Prata.” (*Relatório apresentado ao Vice-Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Dr. Alexandre Cassiano do Nascimento, Ministro Interino da Justiça e Negócios Interiores em março de 1894.* op. cit.)

grandes vexames, até o ponto de abandonar este país.”²⁷ Ao retornar ao Rio de Janeiro, passara a ser ameaçado pelo subdelegado da Gávea, que ainda o tinha como anarquista, e por tal razão levava ao encarregado do consulado “documentos comprovativos de sua moralidade, boa conduta e caráter ordeiro”, assim como reproduzia a opinião dos “habitantes e comerciantes estabelecidos (...) no referido distrito da Gávea”, que atestavam sua “honorabilidade e bons procederes”.²⁸ O Encarregado do Consulado dirigia-se, então, ao chefe de polícia da Capital Federal, pedindo apoio e garantias a Baldomero Salvans.

A resposta das autoridades foi a persistência da denúncia feita três anos antes contra Salvans e seus companheiros. Naquele momento, devido ao material encontrado em posse dos imigrantes, tomou-se o envolvimento destes com o anarquismo como certo; por outro lado, por causa dos artigos dos estatutos da associação que a polícia da Capital Federal afirmou ter encontrado, soube-se um pouco mais das idéias divulgadas pelos espanhóis e das acusações feitas contra eles. O Ministro da Justiça sublinhou o ataque que faziam ao capital, ao defenderem que todos deviam trabalhar e que a produção devia ser dividida de acordo com o trabalho de cada um – “o trabalho é para todos e o seu fruto para quem o produz”. Chamou também a atenção para a passagem em que os operários eram incitados a emanciparem-se “por todos os meios, *até pela destruição*” (grifos meus).

Pelo relatório do Ministro da Justiça, teve-se também a informação de que aqueles espanhóis eram “sobremodo perigosos” e o decreto de expulsão afirmou categoricamente que eram “anarquistas ativamente empenhados na propaganda de idéias subversivas da ordem pública, procurando para tal fim constituir uma sociedade secreta”.²⁹ Vale sublinhar que a menção à “sociedade secreta” não era casual. O novo Código Penal, promulgado em outubro de 1890, dedicava um artigo especialmente às sociedades secretas. Estas eram descritas como “reunião, em dias certos e determinado lugar, de mais de sete pessoas que, sob juramento ou sem ele, se impuserem a obrigação de ocultar à autoridade publica o objeto da reunião, sua organização interna, e o pessoal de sua administração.”³⁰ A pena

²⁷ Ofício do Encarregado do Consulado da Espanha, Adolfo Morales de Los Rios, ao Chefe de Polícia da Capital Federal, 30/7/1896, Arquivo Nacional, GIFI Caixa 6C-8.

²⁸ Idem.

²⁹ Cópia do Decreto de deportação de Mariano Alvarez, Raphael Lafulla, Baldomero Salvans, José Anglada, Jayme Berrafoti e Francisco Ribot, 14/8/1893, doc. cit.

³⁰ Artigo 383 do *Código Penal dos Estados Unidos do Brazil* in: *Decretos do Governo Provisório da república dos Estados Unidos do Brazil* (10º fascículo, de 1 a 31 de outubro de 1890) Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890.

prevista era de cinco a quinze dias de prisão celular “aos chefes ou diretores da reunião, ao dono ou administrador da casa onde ela se celebrar”.

No entanto, não se temia apenas a propaganda pela palavra que esses espanhóis podiam realizar com jornais, diversas publicações, palestras com trabalhadores, mas também (senão principalmente) as manifestações da propaganda pelo feito. O perigo que tais imigrantes representavam não estava relacionado apenas às idéias que podiam difundir entre os trabalhadores; antes, alguns deles foram acusados de ações bastante violentas. No decreto de expulsão de agosto de 1893 que determinou sua deportação, constava que Baldomero Salvans e Raphael Lafulla haviam anos antes “lançado bombas de dinamite em uma grande fábrica de tecidos em Espanha”.³¹ Estranhamente, esse não é um dado que tenha aparecido na missiva enviada pelo Encarregado do Consulado da Espanha, que deveria estar informado dos antecedentes dos imigrantes espanhóis cuja postura abonavam frente às autoridades brasileiras.³²

Dinamite – propaganda pelo feito?

É possível que, quando da divulgação dessas informações, ao ser decretada a expulsão dos seis espanhóis, seus antecedentes tenham trazido de volta incidentes recém ocorridos da capital paulista: duas explosões de dinamite que se deram no Primeiro de Maio de 1893, que, por sua vez, devem ter remetido algumas autoridades e jornalistas à Paris de Charles Gallo e Ravachol.³³

Manifestações de trabalhadores organizados não eram novidade em São Paulo e em vários centros urbanos brasileiros. Pelo menos desde 1891, o Primeiro de Maio era celebrado na Capital Federal e a capital paulista também testemunhou naquele ano os

³¹ Cópia do Decreto de deportação de Mariano Alvarez, Raphael Lafulla, Baldomero Salvans, José Anglada, Jayme Berrafoti e Francisco Ribot, 14/8/1893, doc. cit.

³² Nas observações da polícia do Rio de Janeiro ao ofício enviado pelo Encarregado do Consulado da Espanha, Adolfo Morales de Los Rios, a autoridade sugeriu que o oficial diplomático não tinha conhecimento dos fatos concernentes aos espanhóis deportados, pois não era “o mesmo [do] tempo em que tais fatos ocorreram”. Observações datadas de 6/8/1896 ao Ofício do Encarregado do Consulado da Espanha, Adolfo Morales de Los Rios, ao Chefe de Polícia da Capital Federal, 30/7/1896, doc. cit.

³³ O francês Charles Gallo atirou uma bomba contra a Bolsa de Paris em 5 de março de 1886, sendo levado a julgamento por seu atentado. Ravachol, pseudônimo de François Claudius Koenigstei, praticou uma série de atentados em 1892, em Paris, tendo sido executado em 11 de julho de 1892, em Montbrison. Sobre seus atentados, ver a Introdução.

festejos promovidos pelo Centro do Partido Operário de São Paulo.³⁴ Em 1892, a imprensa deu conta de comemorações ocorridas naquelas duas cidades e também em Porto Alegre, onde, na “completa paz”, se ouviram discursos em alemão, italiano e em português, atendendo as diversas nacionalidades dos trabalhadores. No Rio de Janeiro até o presidente Marechal Floriano Peixoto comparecera às festas comemorativas e, em São Paulo, os festejos novamente contaram com a organização daquele Centro Operário.³⁵

Surgiu também, nessa data, em São Paulo um jornal comemorativo do Dia do Trabalho, intitulado *Primo Maggio* [Primeiro de Maio]. Sua redação era composta pelos italianos Antonio Motta, Francesco Nassò e Ricci B. Alpinolo e era dirigido por Achille De Santis.³⁶ Em suas colunas, seus redatores lançavam um apelo para que as associações operárias e os trabalhadores comemorassem aquele dia em locais fechados e não na rua, a fim de evitar perseguições policiais. Seus textos faziam várias referências ao anarquismo e seus princípios, como “Il 1° Maggio e l’anarchismo”, em que se discutiu a cisão entre socialistas e anarquistas que se dera no seio da Internacional, criticando as posições adotadas pelos socialistas. Isabelle Felici chega inclusive a apontar *Primo Maggio* como o primeiro jornal anarquista de São Paulo, no que conta com a aquiescência de Max Nettlau, que também o listou entre as primeiras manifestações do anarquismo nessa cidade.³⁷ Esse periódico, no entanto, não aparece nas listas dos primeiros jornais libertários publicados em São Paulo, organizadas posteriormente por anarquistas ativos na capital paulista.³⁸

O 1º de maio de 1893, por sua vez, começara sem maiores incidentes. Segundo o Comandante do 5º Batalhão de Infantaria da Força Policial, na tarde daquele dia, “crescido número de operários de diversas nacionalidades (...) percorreram diversas ruas deste distrito

³⁴ Cláudio Batalha. *O movimento operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2000, p. 69; Sílvia Regina Ferraz Petersen. “Proletários e subversivos” *Nossa História*, Ano I, nº 7, maio 2004, p. 61.

³⁵ Sílvia Regina Ferraz Petersen. *Idem*.

³⁶ Isabelle Felici. *Op. cit.*, p. 85.

³⁷ *Idem* *Ibidem*; Max Nettlau. “Die Anarchistische Bewegung in Brasilien. Dr. G. Rossi und die ‘Colonia Cecilia’”. Dr. Fabio Luz, Paul Bertholot und audere. *Die Arbeiterorganisationen in São Paulo asw.*”, 1934, manuscrito inédito, Arquivo Max Nettlau, IISG.

³⁸ A. Donati. “Recordemos, pois...” *O Amigo do Povo*, nº 4, 24/5/1902; Martino Stanga. “Rassegna Cronologica” *La Propaganda Libertaria*, nº 9, 8/3/1914; *idem*. “Il movimento sociale al Brasile – Rassegna Cronologica” Arquivo Ugo Fedeli, pasta 101 – “Movimento Sociale al Brasile”, IISG, Amesterdan, Holanda.

[de Santa Efigênia] levando na frente uma banda de música e bandeiras vermelhas”.³⁹ A imprensa noticiou de forma rápida a comemoração da “data escolhida pelos socialistas para a celebração da festa do trabalho”, com cortejos por toda a capital paulista,⁴⁰ comentando que os festejos ocorreram “numa ordem e harmonia invejáveis”.⁴¹ Houve, é certo, iniciativas tomadas como abuso por parte dos patrões e autoridades policiais, como o caso dos operários da Cia. Mecânica, na freguesia do Pari, que interromperam o trabalho para participar dos festejos do Dia do Trabalho. Repreendidos, teriam dado início a uma greve, e a polícia foi chamada a intervir.⁴²

O momento de maior tensão, no entanto, ainda estava por vir: explosões em dois pontos da cidade de São Paulo fizeram saltar não apenas parte dos edifícios, mas as autoridades e a opinião pública. Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, dera-se então “a primeira manifestação material do anarquismo em São Paulo”: “pelas onze horas da noite, foi lançada uma bomba de dinamite no palácio do dr. Carlos Paes de Barros e, pouco depois, o mesmo atentado era cometido em outro ponto da cidade.”⁴³ A destruição causada foi grande. Na residência do deputado Paes de Barros, localizada na rua Santa Efigênia, número 18, esquina com a rua Ipiranga, “a explosão da bomba fez voar pelos ares uma parte do assoalho duma sala”.⁴⁴ A mobília também foi bastante danificada: “Os ricos móveis que adornavam a referida sala, [foram] completamente esmigalhados, o soalho em estilhaços, as paredes, portas, teto – tudo danificado”.⁴⁵ Mesmo sem ter conseguido informações sobre os prejuízos, o repórter do *Correio Paulistano* assegurava que deveriam ser “consideráveis”. Logo após a explosão, teriam comparecido ao local o chefe de polícia e diversas outras autoridades. Nenhum dos moradores ficou ferido no incidente.⁴⁶

³⁹ Relatório do primeiro Coronel Comandante do 5º Batalhão de Infantaria da Força Policial do Estado de São Paulo, Benedicto de Carvalho, ao chefe de polícia, Theodoro Dias de Carvalho Júnior, 2/5/1893, Acervo Permanente – Polícia – C2758, AESP.

⁴⁰ “1º de Maio” *Correio Paulistano*, 2/5/1893.

⁴¹ Sílvia Regina Ferraz Petersen. “Proletários e subversivos” Op. cit., p. 62.

⁴² 1890-1990 – *Cem vezes Primeiro de Maio*. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 1990, p. 103.

⁴³ “Anarquismo” *O Estado de S. Paulo*, 3/5/1893.

⁴⁴ Relatório do primeiro Coronel Comandante do 5º Batalhão de Infantaria da Força Policial do Estado de São Paulo, Benedicto de Carvalho, ao chefe de polícia, Theodoro Dias de Carvalho Júnior, 2/5/1893, doc. cit.

⁴⁵ “Perversidade” *Correio Paulistano*, 3/5/1893.

⁴⁶ Relatório do primeiro Coronel Comandante do 5º Batalhão de Infantaria da Força Policial do Estado de São Paulo, Benedicto de Carvalho, ao chefe de polícia, Theodoro Dias de Carvalho Júnior, 2/5/1893, doc. cit.

Já no “outro ponto da cidade”, mais precisamente há poucas quadras dali, na rua Bento de Freitas, número 7, próximo ao Largo do Arouche, o alvo dos “dinamitistas” foi o palacete do capitão Josias Ferreira de Almeida (referido como Josias de Camargo no artigo do jornal). A sala de visita teria ficado “quase completamente destruída”, mas não houvera vítimas: “o perverso ou perversos não encontraram os moradores em casa”.⁴⁷



Fontes: Planta geral da Capital de São Paulo organizada sob a direção do Dr. Gomes Cardim, Intendente de Obras, 1897 (AESP); “Anarquismo” *O Estado de S. Paulo*, 3/5/1893; “Perversidade” *Correio Paulistano*, 3/5/1893.

O tratamento dado às explosões das bombas de dinamite não foi, porém, unívoco. Versões diferentes do episódio foram publicadas pelo *Correio Paulistano* e *O Estado de S. Paulo*. Neste último, a conclusão que rapidamente se chegou foi a de que se tratava de um atentado anarquista, semelhante aos que se davam na Europa, mas principalmente motivado por problemas importados de lá:

“Em um país como o nosso, em que a abundância é a recompensa do trabalho, em que a riqueza não significa opressão, os atentados desta ordem são absolutamente injustificáveis e só se explicam pela recordação das passadas misérias sofridas em outros países, em que as condições do meio social são menos favoráveis às classes trabalhadoras. Nos países europeus, em que o capital predomina e impõe condições aos que só dispõem do próprio esforço, aos que para viver contam apenas com o trabalho cotidiano, onde a miséria é uma realidade, e onde cada tentativa de revolta contra essa ordem de coisas é assinalada por lutas sanguinolentas e improfícuas, compreende-se que os oprimidos se eduquem no ódio cego contra a propriedade alheia e que, cansados de lutar pelas greves, procurem novos

⁴⁷ Idem.

recursos de ação, supondo melhorar as suas condições com os prejuízos causados ao capital.”⁴⁸

Os responsáveis pelas explosões ainda não tinham sido encontrados, e *O Estado de S. Paulo* apressou-se em identificá-los como estrangeiros e suas ações, aos “meios extremos” da “população anarquizadora do Velho Mundo”. Nesse artigo dedicado às explosões do Dia do Trabalho - que ocupou as duas primeiras colunas da primeira página da edição de 3 de maio -, a referência ao anarquismo é clara, e não apenas no título “Anarquismo”. É interessante perceber uma certa tentativa de justificar as medidas violentas atribuídas aos anarquistas nos países europeus: no intuito de sublinhar o absurdo de atentados como aqueles se darem no Brasil, a condenação recaiu menos na violência dos atos em si, do que na ausência de motivação por parte dos “elementos pervertidos e maus” que para cá haviam migrado. As condições das classes trabalhadoras de lá e daqui foram opostas, e as ofertas de abundância para os operários e camponeses, enfatizadas.

Outra ênfase do artigo foi aos perigos da imigração não devidamente fiscalizada. O articulista apresentou um rápido apanhado dos problemas surgidos com a corrente migratória, que, segundo ele, começara com empresas particulares celebrando contratos que as beneficiavam e aceitando todo tipo de imigrantes, “tanto o honesto e bom trabalhador dos campos como o vagabundo das cidades.”⁴⁹ A sugestão proposta visava principalmente aos imigrantes que se dirigiam para São Paulo, “que é o mais interessado no assunto”, através da criação de ficais exclusivamente desse estado para realizar a seleção dos trabalhadores.

No entanto, se essa providência contribuiria para a suspensão da entrada de “novos elementos perturbadores”, nada faria contra os que já se achavam em território paulista. Aparentemente, nem mesmo as leis existentes: segundo o autor do artigo em questão, as leis brasileiras eram muito tolerantes, permitiam “as propagandas subversivas e não [concediam] às autoridades meios seguros de evitar as conseqüências dessa tão ampla liberdade de propaganda.”⁵⁰ De fato, leis que visavam aos anarquistas só viriam a aparecer anos mais tarde, com a Lei Adolpho Gordo de 1907 (Decreto n. 1461 de 7 de janeiro de

⁴⁸ “Anarquismo” *O Estado de S. Paulo*, 3/5/1893.

⁴⁹ *Idem*.

⁵⁰ Mais adiante, vai-se tratar como o Decreto 1565 de 13 de setembro de 1893, que regulava a liberdade de imprensa durante o estado de sítio promulgado por causa da Revolta da Armada foi usado contra publicação de anarquistas italianos.

1907 de expulsão de estrangeiros). Seu texto não se voltava especificamente para a propaganda anarquista, mas abrangia qualquer ação de comprometesse a segurança nacional ou a tranqüilidade pública.⁵¹ Anos depois, testemunharam-se versões mais duras desse decreto, como o de 8 de janeiro de 1913 - mais tarde considerado inconstitucional - e o de 6 de janeiro de 1921.⁵² Mas ainda eram os estrangeiros que estavam sendo atacados, e não necessariamente os militantes anarquistas.

A propaganda anarquista veio sofrer seu golpe legal mais direto em 17 de janeiro de 1921, com a lei número 4269 de repressão ao anarquismo. Seu conteúdo era muito semelhante às leis e decretos europeus promulgados na década de 1890 na Europa para reprimir os atentados e agitações anarquistas, principalmente no que diz respeito ao uso de explosivos e dinamites e ao controle da imprensa.⁵³ A lei brasileira, apesar de não fazer menção direta ao anarquismo uma só vez, procurou restringir principalmente a propaganda subversiva “por escrito ou por qualquer outro meio de publicidade, ou verbalmente” que incitasse à prática de crimes “tais como dano, depredação, incêndio, homicídio, com o fim de subverter a ordem social”.⁵⁴ Antes disso, porém, a legislação era bastante vaga sobre o anarquismo, havendo apenas alguns artigos que poderiam ser aplicados contra esses militantes, como os que legislavam sobre os crimes de “Sedição”, “Conspiração” e “Ajuntamento Ilícito” (arts. 115 a 123 do Código Penal de 1890), e “Sociedades Secretas” (art. 382 desse mesmo Código), conforme sugeriu Guido Fonseca em seu artigo sobre as origens da polícia política em São Paulo.⁵⁵

⁵¹ *O Decreto n. 1641 de 7 de janeiro de 1907 sobre expulsão de estrangeiro do Território Nacional* (com comentários do Dr. Francisco de Paula Lacerda de Almeida) Rio de Janeiro: Tipografia da Revista dos Tribunais, 1907.

⁵² Decreto nº 2471, de 8 de janeiro de 1913 e decreto nº 4247 de 6 de janeiro de 1921. Para uma discussão sobre as leis e decretos contra estrangeiros indesejáveis e anarquistas, ver Christina R. Lopreato. “O espírito das leis: anarquismo e repressão política no Brasil” *Verve – Revista Semestral do NU-SOL – Núcleo de Solidariedade Libertária*. São Paulo, nº 3, Abril/ 2003, pp. 75-91.

⁵³ Sobre exemplos da legislação européia contra os anarquistas, ver Jean Maitron. *Le mouvement anarchiste em France (des origines à 1914)*. Op. cit.; Rafael Nunõz Florencio. *El terrorismo anarquista (1888-1909)*. Op. cit.; Pier Carlo Masini. *Storia degli anarchici nell'epoca degli attentati*. Op. cit.; *Diário do Governo*, Lisboa, nº 37, 15/12/1896 (Biblioteca Nacional – Lisboa).

⁵⁴ Decreto n. 4269 de 17 de janeiro de 1921 in: *Collecção das Leis da Republica dos Estados Unidos do Brasil de 1921* (vol. I – Atos do Poder Legislativo – janeiro a dezembro). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1922.

⁵⁵ Sigo aqui a sugestão de Guido Fonseca sobre a legislação possivelmente acionada contra os anarquistas, em “O Anarquismo e as origens da polícia política em São Paulo” *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo, v. XCIII, 1997, p. 15.

O articulista d'*O Estado de S. Paulo*, para comprovar seu argumento, fez menção a informações que recebera da polícia de que um indivíduo que fazia propaganda anarquista fora preso havia tempos e enviado para o Rio de Janeiro para ser deportado, porém recebera autorização de retornar a São Paulo, pois a legislação brasileira não autorizava tais recursos.⁵⁶ A deportação de “estrangeiros que se tornam perigosos para a paz pública” foi então defendida como um recurso de que países da Europa lançavam mão e ao qual o Brasil deveria fazer uso mais freqüente devido à sua população formada “dos mais heterogêneos elementos, arrebanhados sem seleção.” O momento seria bastante oportuno, portanto, para mencionar as deportações dos suspeitos de anarquistas em março daquele ano de 1893, mas nenhuma palavra foi redigida em referência ao fato. Apenas meses mais tarde a imprensa paulista viria a dar, pela primeira vez, notícias do ocorrido com os passageiros do vapor *Solferino*, e somente depois da prisão de mais duas levas de suspeitos e da divulgação que os imigrantes italianos buscaram fazer em seu país.⁵⁷

A cobertura que o diário *Correio Paulistano* deu às explosões de dinamite, por outro lado, não seguiu a mesma direção.⁵⁸ Em edição também de 3 de maio, o jornal abriu uma coluna de sua primeira página para relatar as “Perversidades” ocorridas nas residências de Paes de Barros e do capitão Josias de Ferreira de Almeida, sem, no entanto, fazer nenhuma referência a anarquistas. O repórter do *Correio* optou antes pelo termo “dinamitistas” - mas especificamente “perversos dinamitistas” - para descrever os responsáveis pelos atentados. É certo que, por vezes, esse termo era utilizado em relação a anarquistas que utilizaram a dinamite e outras substâncias explosivas; os anarquistas apareciam na imprensa referidos por vezes como “anarquistas dinamiteiros”⁵⁹ e “niilistas”⁶⁰ Quando da execução de Ravachol, por exemplo, em julho de 1892, publicou-se que morria então o “famigerado dinamitista”, mas sua identificação era primeiramente esta, por

⁵⁶ É o caso de Galileo Botti, que foi preso em 1892 por causa de um artigo em que denunciava policiais por agredirem imigrantes italianos e foi publicado no jornal que dirigia, *Gli Schiavi Bianchi*. Botti foi preso e teve sua deportação decretada, mas em seguida voltou para São Paulo. Sua prisão e atuação na capital paulista serão mais longamente tratadas a seguir.

⁵⁷ Ver a série de artigos “Imigrantes anarquistas” publicados pelo jornal *Correio Paulistano* entre julho e agosto de 1893.

⁵⁸ “Perversidade” *Correio Paulistano*, 3/5/1893.

⁵⁹ “Europa – Inglaterra” *O Estado de S. Paulo*, 16/1/1892.

⁶⁰ “Notícias estrangeiras” *Correio Paulistano*, 25/3/1893.

praticamente limitar sua militância a explosões e atentados.⁶¹ Mais tarde, na perseguição a anarquistas em São Paulo, o termo “dinamitista” voltaria a ser usado.⁶² No entanto, no que diz respeito ao tratamento do *Correio Paulistano* às explosões de 1º de maio, a escolha de “dinamitista” e não de “anarquista” e a ausência de referência a alguma motivação política ou social para os atentados sugerem que o repórter daquele periódico, diferentemente do jornalista d’*O Estado de S. Paulo*, não identificou, de imediato, os incidentes às manifestações de anarquistas.

Nem tampouco parece tê-lo feito a polícia paulista. Em 3 de maio, mesmo dia da publicação dos artigos, foi aberto um inquérito na quinta delegacia de polícia da capital para apurar as explosões nas residências do doutor Paes de Barros e do capitão Josias Ferreira de Almeida. Este último foi convidado a depor perante o quarto delegado, e logo de início afirmou que atribuía a explosão que se dera em sua casa a Pietro Rubiolo, mas não porque este fosse anarquista ou socialista, mas por questões de dinheiro. Sobre Rubiolo, o capitão Josias declarou ter “motivos bastantes para duvidar da sua honestidade e do seu caráter” e expôs fatos que julgava provar “a perversidade da intenção que é capaz o dito Rubiolo.”⁶³ Narrou, então, um encontro que tivera com o acusado anos antes, quando ele reclamara de uma ofensa sofrida e a que Rubiolo respondera com a oferta de dois homens para matar seu desafeto. Também contou que o mesmo acusado ameaçara explodir a casa do doutor Bento de Souza, onde trabalhara por empreitada na construção, devido a questões financeiras. Afirmou ainda que ouvira de trabalhadores da construção ao lado de sua residência que a explosão fora obra de Rubiolo, o qual mandara colocar uma bomba na casa do capitão Josias e outra em um prédio que Ramos de Azevedo estava construindo, para cujos serviços empregara Rubiolo e com quem este tivera disputas sobre o valor do trabalho. Esta construção situava-se na rua Ipiranga, perto do prédio do doutor Paes de Barros, “que por engano foi danificado”. A razão do atentado contra a casa do declarante só transpareceu no final de seu depoimento: o capitão Josias declarou que tivera “grande

⁶¹ Os próprios anarquistas contemporâneos de Ravachol discutiam sobre a sua filiação, bem como aquela de seus atos, ao seu movimento e vai ser apenas muito tempo depois de sua morte que ele será tratado pelos libertários como um companheiro. Sobre Ravachol, ver James Joll. *Anarquistas e Anarquismo*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1964; Jean Maitron. *Ravachol e os anarquistas*. Lisboa: Antígona, 1981.

⁶² Ver, por exemplo, o telegrama cifrado do Ministro da Justiça ao presidente do estado de São Paulo, 19/4/1894, Acervo Permanente – Polícia – C2772, AESP: “Serão concedidas deportações dinamitistas que procurardes?”

⁶³ Auto de declarações do Capitão Josias Ferreira de Almeida em 3/5/1893, Inquérito policial, 3/5/1893, Acervo Permanente – Processos policiais – C3223, AESP.

questão com Rubiolo por ocasião do ajuste de contas das empreitadas, nas quais teve um prejuízo superior a trinta contos de réis”.⁶⁴

Pietro Rubiolo, por sua vez, foi chamado perante o quinto delegado de polícia para responder às acusações que haviam sido feitas contra ele. No próprio dia 3 de maio, provavelmente pouco depois do depoimento do capitão Josias Ferreira de Almeida, Rubiolo foi levado à presença daquela autoridade policial para ser submetido a um interrogatório. Nesse, não lhe foi feita nenhuma pergunta concernente ao seu envolvimento com idéias ou práticas anarquistas, mas antes se levantaram os fatos apresentados pelo capitão Josias Ferreira de Almeida contra o acusado.⁶⁵ O interrogado declarou ser francês, natural da Sabóia – apesar de o capitão ter dito que ele era italiano -, morar na rua Santo Amaro havia mais de um ano e ser empreiteiro de obras. Sobre as explosões, afirmou que só soubera do ocorrido no dia seguinte, pois passara a noite em casa com sua família. Ouviu dos donos de uma madeireira que “pessoa ou pessoas desconhecidas haviam explodido uma bomba de dinamite na casa do doutor Paes de Barros, porém que nada lhe contaram com respeito à casa do capitão Josias” - é possível que tais senhores, trabalhando longe do local dos atentados, houvessem sabido do ocorrido pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, que efetivamente não se alongou sobre a segunda explosão.⁶⁶

Os fatos narrados pelo capitão Josias não foram completamente refutados pelo imigrante francês. Rubiolo declarou que efetivamente trabalhara para Bento de Souza numa construção, e que este não lhe pagara o valor devido. Sublinhou que lançara mão de ações legais para obter o pagamento, entrando com uma demanda no Tribunal de Justiça, mas que havia perdido. Não fez questão de negar, no entanto, a ameaça de explodir a casa que construía, antes afirmando que comunicara ao irmão de seu ex-empregador o desejo de “mandar a casa em questão pelos ares com um caixão de dinamite.” Também contou que discutira com o capitão Josias Ferreira de Almeida sobre um acerto de contas contra um desafeto deste, mas sua versão foi bastante diferente da apresentada. Segundo Rubiolo, fora o capitão Josias quem perguntara sobre alguém que pudesse contar a garganta ao homem que fizera uma ofensa não a uma pessoa de sua família, como afirmara o capitão em seu

⁶⁴ Idem.

⁶⁵ Interrogatório de Pietro Rubiolo em 3/5/1893, Inquérito policial, 3/5/1893, doc. cit.

⁶⁶ Segundo o depoimento de Pietro Rubiolo, a Madereira Castello & Quedinho ficava situada na Avenida Santo Amaro, região sul da cidade, enquanto as explosões haviam ocorrido na região central de São Paulo.

depoimento, mas à mulher com quem se encontrava amasiado. O empreiteiro de obras recusou-se a ser cúmplice do ato criminoso e inclusive relatara a diversas pessoas a proposta recebida depois de uma discussão que tivera com o capitão, acusando-o, portanto, não apenas de planejar um crime contra a vida de uma pessoa, mas também de atentar contra a moralidade.

Mesmo negando qualquer relação com Paes de Barros e Ramos de Azevedo, negando, portanto, a autoria dos atentados, Pietro Rubiolo foi preso como suspeito das explosões.⁶⁷ No inquérito, não há referência a outros presos, apesar de o *Correio Paulistano* ter divulgado que “diversas prisões” haviam sido efetuadas e a mesma informação constar de nota do chefe de polícia no relatório do Coronel Comandante do 5º Batalhão de Infantaria da Força Policial.⁶⁸ Uma testemunha chamada a depor no caso, outro imigrante empreiteiro de obras em São Paulo, referiu-se apenas à detenção do francês de quem fora amigo e com que residira por alguns meses. Paulo Victor Lauzane não chegou a acusar Rubiolo diretamente, mas declarou que sabia que este tivera em seu poder caixas de dinamite, as quais deveriam ser usadas para pescaria no rio Tietê, mas que desconhecia se esse era o destino que os explosivos tiveram. Também confirmou as relações de inimizade que o empreiteiro francês nutria em relação ao capitão Josias e o doutor Ramos de Azevedo “por motivos de dinheiro a respeito de construções feitas pelo Rubiolo àqueles cidadãos.”

Como se pode notar, o inquérito teve início sem nenhuma aparente preocupação com anarquistas. Os termos de declaração e interrogatórios apontados não fizeram referência às acusações alardeadas pel’*O Estado de S. Paulo*, mas um último documento anexado ao inquérito policial em questão relaciona-se mais de perto com as suspeitas daquele periódico. Trata-se do Termo de declaração do empregado do comércio Alberto de Mello.⁶⁹ Pelo que sugere seu depoimento, o comerciário paulista fora chamado na presença do quinto delegado de polícia por causa de uma carta de Luiz França e Silva – diretor do jornal *Echo Popular*, no Rio de Janeiro, e que buscara fundar um partido de base operária no começo dos anos 1890, organizando também o I Congresso Operário Nacional em 1892

⁶⁷ Interrogatório de Paulo Victor Lauzane, 11/5/1893, anexado ao Inquérito policial, 3/5/1893, doc. cit.

⁶⁸ “Perversidade” *Correio Paulistano*, 3/5/1893; nota do chefe de polícia de São Paulo, em 3/5/1893, no Relatório do primeiro Coronel Comandante do 5º Batalhão de Infantaria da Força Policial do Estado de São Paulo, Benedicto de Carvalho, ao chefe de polícia, Theodoro Dias de Carvalho Júnior, 2/5/1893, doc. cit.

⁶⁹ Termo de declarações de Alberto de Mello, 29/5/1893, anexado ao Inquérito policial, 3/5/1893, doc. cit.

–,⁷⁰ carta na qual este pedira a Alberto de Mello que verificasse se era verdade que havia uma ordem do administrador do correio da capital paulista para que os exemplares do jornal *Socialista* fossem retidos.⁷¹

Tanto suas relações com o socialista França e Silva, quanto o envolvimento com o periódico em questão devem ter funcionado como sério desabono contra Alberto de Mello, que se apressou em negar ser agente do *Socialista*, apesar de declarar que tivesse interesse na divulgação desse periódico. Também disse que suas relações com França e Silva eram apenas de coleguismo e confirmou conhecer o chapeleiro Alberto Lertié, ex-diretor do Centro Operário que fora dissolvido e citado pelo socialista residente na Capital Federal como quem fizera a denúncia da apreensão dos exemplares do jornal. Havia, por parte de Alberto de Mello, o interesse em esclarecer cabalmente seu envolvimento com o movimento operário e com idéias socialistas: segundo ele, fazia “aquelas declarações para que não lhe [pesasse] suspeita alguma como operário que [era], pois quando a primeiro de maio se deu nesta cidade a explosão de dinamite, os operários pretendiam fazer uma reunião para fundação definitiva de uma sociedade, porém que esta não se deu mais, em virtude do desgosto em que ficaram os iniciadores da sociedade.”

Se, por um lado, as declarações de Alberto de Mello aproximaram, enfim, o inquérito das suspeitas defendidas pel’*O Estado de S. Paulo*, das motivações políticas dos atentados e do envolvimento de operários nas explosões, por outro, sugere que o inquérito encontrado pode estar incompleto, e documentos que indicariam mais envolvimento de trabalhadores e práticas subversivas, faltando. Nos primeiros dias de maio, segundo as datas do interrogatório e dos termos de declarações, a suspeita recaía sobre estrangeiros, indo ao encontro da prevenção do diário paulista contra imigrantes, porém não havia sugestões de ter sido aquela uma “manifestação material do anarquismo”. Em outras ocasiões, o uso da dinamite contra edifícios ou pessoas apareceu na correspondência policial em São Paulo, sem que a relação com os fatos ocorridos na Europa fosse invocada, e os atentados no primeiro de maio poderiam ser exemplos disso. No entanto, a data,

⁷⁰ José Murilo de Carvalho. *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. Op. cit., p. 53; Boris Fausto. *Trabalho urbano e conflito social*. São Paulo: Difel, 1986, p. 44.

⁷¹ Termo de declarações de Alberto de Mello, 29/5/1893; carta de França e Silva a Alberto de Mello, 27/5/1893, anexados ao Inquérito policial, 3/5/1893, doc. cit.

“escolhida pelos socialistas para a celebração da festa do trabalho”,⁷² certamente influenciou se não os autores dos atentados, então pelo menos as interpretações dadas a eles.

Mais do que foi afirmado em suas declarações, é importante perceber a que acusações Alberto de Mello estava respondendo. Ele procurou, em seu depoimento, não apenas desvencilhar-se de acusações, mas também livrar de suspeitas os trabalhadores organizados com quem aparentemente militava. Segundo o comerciário, os iniciadores da sociedade frustrada tinham querido fazer uma manifestação pública, pela imprensa, contra as explosões, mas acabaram por decidir apenas comunicar à polícia qualquer informação que obtivessem sobre os culpados. Até o momento de seu depoimento, porém, nada fora descoberto, e permaneciam em silêncio. Ainda que nada tivesse sido dito a respeito do envolvimento de Rubiolo, único indivíduo preso mencionado nos documentos encontrados do inquérito, com idéias e práticas anarquistas, socialistas ou politicamente subversivas, a idéia de um atentado anarquista permanecia, nem que fosse apenas na observação, feita a lápis, na capa do inquérito em questão: “Anarquistas”.

Dois anos mais tarde, a imprensa paulista retomou tais explosões, alegadamente por causa de novas descobertas sobre o caso: *O Estado de S. Paulo* anunciou em março de 1895 que a polícia acabara de descobrir “o autor do atentado de que foram vítimas os cidadãos Carlos Paes de Barros e Josias de Camargo, na noite de 1º de maio de ano atrasado.”⁷³ As novas informações teriam sido colhidas por causa das “últimas diligências” realizadas pela polícia, através das quais ficara “sabedoura de muitos fatos comprometedores”. Tratava-se da prisão de diversos anarquistas que comemoravam o vigésimo quarto aniversário da comuna de Paris em vários pontos da capital paulista e em cidades do interior do estado.⁷⁴ Além de sua detenção, foi também apreendida grande quantidade de material impresso subversivo, além de cartas e clichês para impressão; enfim, “documentos comprometedores” de diversas ordens.⁷⁵ Dias depois, quando da prisão de Felice Vezzani, noticiou-se que ele prestara “declarações importantes por meio das quais se fez uma grande

⁷² “1º de Maio” *Correio Paulistano*, 2/5/1893.

⁷³ “Dinamite” *O Estado de S. Paulo*, nº 5983, 19/3/1895.

⁷⁴ Sobre a prisão desses anarquistas, ver os itens “No aniversário da Comuna de Paris” e “De volta à ‘ala nº 2 da imunda prisão da Luz’” do capítulo IV desta tese – “Anarquistas em casa, na rua, em toda a parte”.

⁷⁵ Ver as edições de *O Estado de S. Paulo* de 17, 18 e 19/3/1895; 2, 12 e 14/4/1895.

luz no inquérito que sob o maior segredo de justiça está correndo pela 2º delegacia de polícia.”⁷⁶

Pensamento – propaganda pela palavra

Ainda que a participação de anarquistas nas explosões de 1º de maio aparentemente não tenham sido comprovadas, a presença de anarquistas em São Paulo não parecia ser nem mais nem apenas uma questão de maior fiscalização nos portos. Paralelamente às denúncias da presença de anarquistas na Capital Federal, surgiam em São Paulo manifestações bastante suspeitas, principalmente através da publicação de alguns jornais italianos de periodicidade irregular, muitas denúncias e linguagem violenta, que mereceram grande atenção por parte da polícia paulista. Temia-se então tanto pelos ataques que podiam realizar contra as autoridades constituídas, como pela divulgação de idéias subversivas entre os imigrantes e nacionais instalados na capital ou empregados no interior.

Galileo Botti e *Gli Schiavi Bianchi*

Segundo a *Gazeta de Notícias*, um dos jornais apreendidos em novembro de 1892 com os anarquistas foragidos da França e estabelecidos no Rio de Janeiro, havia indícios da movimentação de italianos suspeitos em São Paulo:

“O Sr. Dr. Bernardino da Silva, chefe de polícia, teve denúncia, por um de seus agentes, de que uns indivíduos estrangeiros procuravam estabelecer nesta cidade uma sociedade anarquista (...), os quais, para melhor propagarem as duas idéias, faziam distribuir folhetos e jornais franceses e espanhóis, denominados *La Revolte* e *L’Opprimido*.

Um destes jornais, *La Revolte*, dá notícia do aparecimento de um jornal italiano no Estado de S. Paulo, denominado *Gli Schiavi Bianchi*, que obteve vivo sucesso entre a numerosa colônia italiana daquele Estado.”⁷⁷

Gli Schiavi Bianchi, porém, já publicara dez edições quando o jornal Capital Federal apresentou aquela nota sugerindo que o periódico italiano surgira havia pouco

⁷⁶ “Anarquistas” *O Estado de S. Paulo*, nº 6007, 14/4/1895.

⁷⁷ “Infamie” (transcrição do artigo “Anarchistas” publicado pela *Gazeta de Notícias*, RJ, em 20/11/1893) op. cit.

tempo.⁷⁸ O periódico fora fundado por Galileo Botti entre final de maio e começo de julho e, segundo este, não tinha “redatores certos” nem tipografia própria, tendo sido os três primeiros números publicados na tipografia do jornal *Diavolo Nero*, e a quarta edição, nas oficinas de *Il Messaggero*.⁷⁹ Nos seus primeiros números, apresentou como endereço para correspondência a rua Monsenhor Anacleto, número 11, para depois anunciar a avenida Rangel Pestana, número 162, ambos na freguesia do Brás. Tinha quatro páginas, era redigido inteiramente em italiano, sua periodicidade era semanal e o número avulso custava \$100, mas também aceitava assinaturas trimestrais e semestrais pelos valores de 3\$000 e 6\$000, respectivamente. Aos que não pudessem pagar, era distribuído gratuitamente, e aceitava doações. O jornal parecia ainda possuir uma vasta rede de comunicação, como sugere a sua sessão “In barba ai Francobolli”, com cartas endereçadas a várias cidades do interior de São Paulo, ao Rio de Janeiro, Bahia, Paraná, Buenos Aires e também Itália, França e Espanha.⁸⁰

De acordo com Isabelle Felici, *Gli Schiavi Bianchi* teria vindo a lume atendendo ao apelo dos redatores do *Primo Maggio*, que haviam lançado um plano de publicação para um órgão comunista anárquico bi-semanal.⁸¹ No entanto, a própria autora apressa-se em relativizar a vinculação do jornal de Botti ao anarquismo: em suas colunas, não havia “artigo teórico, nem grande debates sobre o antiparlamentarismo, nem citações de Kropotkin, Elisée Reclus ou Malatesta.”⁸² Retoma também artigos de reminiscências de militantes anarquistas de São Paulo já no século XX, para afirmar que *Gli Schiavi Bianchi* não foi tido por aqueles como um periódico de “caráter puramente libertário”⁸³, mas antes como um semanário de “de tintas socialistas não definidas”.⁸⁴

⁷⁸ O primeiro número de *Gli Schiavi Bianchi* deve ter vindo a lume entre o final de maio e o começo de junho de 1893. Não se sabe a data precisa de sua fundação pois a primeira edição preservada é seu número 4, de 20 de junho.

⁷⁹ Auto de perguntas a Galileo Botti, 25/6/1893, anexado ao Inquérito policial de 22/6/1893, Acervo permanente – Processos Policiais – C3221, AESP. Na última página do número 6 de *Gli Schiavi Bianchi*, lê-se que aquela edição havia sido impressa na Tipografia do Commercio, a rua Marechal Deodoro, número 9. Já as edições seguintes (n^{os} 10, 12) não trazem o nome da tipografia onde teriam sido impressos e a de número 18 faz referência a uma tipografia na rua Jaceguay, número 5, na Bela Vista.

⁸⁰ “In barba ai francobolli” *Gli Schiavi Bianchi*, n^o 4, 20/6/1892.

⁸¹ Isabelle Felici. Op. cit., p. 85.

⁸² Idem, p. 86.

⁸³ A. Donati. “Recordemos, pois...” op. cit.

⁸⁴ Martino Stanga. “Rassegna cronologica” op. cit.; “Il movimento sociale al Brasile – Rassegna Cronologica” op. cit.

Felici cita ainda o conteúdo de duas edições desse periódico para corroborar com seu argumento, números até então disponíveis nos arquivos de imprensa social como o Arquivo Edgard Leuenroth (AEL). Os números 4 (20/6/1892) e 6 (outubro/ 1892) trazem, de fato, artigos bastante colados ao cotidiano da cidade de São Paulo e aos problemas dos imigrantes italianos. Como sugere o título do jornal – os escravos brancos –, o objetivo do semanário era atender a colônia de imigrantes italianos, “escravos brancos” trazidos para substituir os escravos negros recém libertos. A própria comparação da condição entre os trabalhadores europeus livres e vindos voluntariamente para o Brasil e os africanos seqüestrados de sua terra natal e submetidos ao trabalho compulsório já adiantava o tom de denúncia que o jornal propunha veicular.

A edição de junho, por exemplo, trouxe um artigo sobre a proposta de imigração chinesa e japonesa para o Brasil, à qual o jornal se posicionava contrariamente. Também publicou uma carta ao chefe de polícia, reclamando das violências sofridas pelos imigrantes italianos por parte de soldados daquela mesma polícia (que, no entanto, rendeu sérias complicações a Botti), e uma outra missiva sobre os maus serviços do correio e o tratamento que os imigrantes recebiam de seus funcionários.⁸⁵ Em uma seção dedicada especialmente aos acontecimentos que se davam por São Paulo – “Per San Paolo” – publicou notas sobre as reivindicações e a greve dos trabalhadores da fábrica S. Anna e uma reclamação sobre o funcionamento e os horários de abertura do Consulado Italiano. O número de outubro marcava a volta da publicação do periódico e era dedicada às comemorações em torno do aniversário do descobrimento da América – nesse, Cristóvão Colombo é veemente criticado por seu apoio à escravidão.⁸⁶

No entanto, nas caixas organizadas sob o título “Polícia” do Arquivo do Estado de São Paulo (AESP), foram encontrados mais três edições de *Gli Schiavi Bianchi* - os números 10 (27/11/1892), 12 (18/12/1892) e 18 (11/2/1893).⁸⁷ Por um lado, esses exemplares indicaram, de maneira mais precisa, a duração desse jornal. Isabelle Felici já

⁸⁵ “Il Cinesi nel Brasile”, “Al Capo de Polizia (lettera aperta)” e “Lettera aperta ao signor direttore delle Poste di San Paolo” *Gli Schiavi Bianchi*, nº 4, 20/6/1892.

⁸⁶ Isabelle Felici também comenta o artigo “Cristoforo Colombo” em seu *Les italiens dans le mouvement anarchiste au Brésil, 1890-1920*, op. cit., p. 88.

⁸⁷ Os números 10 e 12 de *Gli Schiavi Bianchi* estão arquivados no maço “Magistratura – Fevereiro 1893 – Recebidos” (correspondência passiva do chefe de polícia de São Paulo com juízes do Estado) na lata C2761 e o número 18, no maço “Diversos – Fevereiro 1893 – Recebidos” (correspondência passiva do chefe de polícia de São Paulo com diversas autoridades do Estado) da lata C2753 do Acervo Permanente – Polícia, do AESP.

afirmara que, a partir de comentários de periódicos franceses e da correspondência diplomática italiana, era possível acompanhar a publicação de *Gli Schiavi Bianchi* até os primeiros meses de 1893.⁸⁸ O semanário italiano teria vindo a lume, de fato, portanto, pelo menos até fevereiro de 1893.

Por outro lado, com essas outras edições de *Gli Schiavi Bianchi*, pode-se notar se não uma mudança, ao menos uma intensificação na temática e na forma de seus artigos. Ainda que não se esteja afirmando que *Gli Schiavi Bianchi* tornara-se um periódico anarquista, o tom de seus artigos passou a ser mais virulento e o anarquismo foi tema mais recorrente em suas colunas. É possível que tal mudança tenha se dado pela participação de Nori Benedetto, que pelo menos desde o número 6 já assinava como “gerente responsável” e, depois, “redator responsável”.

Outros dados e comentários publicados pelo próprio *Gli Schiavi Bianchi* ou por outros periódicos contribuem para tornar mais complexa a descrição deste jornal como anarquista ou não. Vale mencionar, por exemplo, a publicação de um texto assinado por Francesco Nassò – um dos responsáveis por *Primo Maggio* – no quarto número do jornal.⁸⁹ Ainda que não se tratasse de um artigo de propaganda doutrinária, mas de uma carta aberta do diretor dos Correios de São Paulo, a presença de Nassò em suas colunas indica uma aproximação entre o redator daquele número único anarquista e desse periódico de “tintas socialistas.”

Nori Benedetto, por sua vez, quando da transcrição da notícia da prisão de cinco anarquistas no Rio de Janeiro, assinou o artigo de abertura do número 10, confirmando a aproximação que a *Gazeta de Notícias* fizera entre o periódico anarquista *La Revolte* e a folha semanal italiana publicada em São Paulo. Reclamando da suposta ignorância que o periódico do Rio de Janeiro revelara em relação à própria existência de *Gli Schiavi Bianchi*, Nori escreveu:

“Não sabíeis até agora da nossa existência, senhores da *Gazeta*? E, no entanto, apesar de nosso jornal não ser feito para vós, falou-se tanto dele que não podíeis ignorar sua existência. E, se sabíeis, por que confundir uma notícia colhida por um jornal como aquela sobre a prisão dos cinco anarquistas, sobre a chegada dos jornais anarquistas e – sem nunca nos haver lido – colocar-nos de frente a eles?”

⁸⁸ Isabelle Felici. Op. cit., p. 88.

⁸⁹ “Lettera aperta ao signor direttore delle Poste di San Paolo” *Gli Schiavi Bianchi*, nº 4, 20/6/1892.

É verdade que não errastes; mas em bom italiano vossa conduta seria chamada de delação.”⁹⁰

Por um lado, seria possível tomar a afirmação de que os redatores da *Gazeta de Notícias* não haviam errado ao colocar *Gli Schiavi Bianchi* frente ao jornal anarquista francês como uma discreta declaração de princípios, ou pelo menos indicação da uma tendência que perpassava as colunas do semanário. O próprio jornal francês *La Revolte*, de propriedade do militante anarquista Jean Grave, tinha considerado *Gli Schiavi Bianchi* como um “semanário anarquista” que alcançara um grande sucesso no seio da numerosa colônia italiana de São Paulo – não na edição a que a polícia da Capital Federal havia tido acesso, mas em um número posterior à prisão dos anarquistas no Rio de Janeiro.⁹¹ Fizera, no entanto, críticas ao suposto colega do Brasil, aconselhando seus redatores a se ocuparem “um pouco menos de personalidades e um pouco mais dos princípios anarquistas.”⁹² Inserida nessa discussão sobre a filiação ou não do jornal de Botti e Nori ao anarquismo, tal crítica reforça a dúvida de uma maior aproximação do periódico em relação aos princípios anarquistas, na medida em que sublinha antes as diferenças do que as semelhanças entre *Gli Schiavi Bianchi* e jornais libertários.

Jornais libertários com quem, por sinal, *Gli Schiavi Bianchi* se correspondia. Em seu número 18, de 11/2/1893, foi publicada uma seção intitulada “Bibliografia”, em que foram feitas referências a periódicos e outras publicações recebidas pela redação de *Gli Schiavi*. Foi comunicado aos leitores a publicação dos jornais anarquistas *Il Perseguido e Lavoriamo*, de Buenos Aires, assim como a do “também anarquista” *Il Farilla*, publicado por Luigi Molinari, em Mantova, na Itália; também se informou que haviam recebido nove números de *Il Grido degli Oppressi*, “publicação quinzenal dos grupos comunistas-anarquicos de Nova York e do entorno”.⁹³

Por outro lado, a própria afirmação de Nori sobre a real aproximação entre o jornal por que era responsável e aquele de Jean Grave assume contornos delicados devido à acusação que fez em seguida: de que os redatores da *Gazeta* haviam delatado *Gli Schiavi Bianchi* como um periódico anarquista. O protesto do redator responsável poderia, portanto,

⁹⁰ Benedetto Nori “Per il nostro diritto” *Gli Schiavi Bianchi*, nº 10, 27/11/1892. É possível supor que os redatores faziam então referência à publicidade que o jornal deve ter alcançado com a prisão de Galileo Botti e seu pedido de deportação, que não se efetivou.

⁹¹ *La Revolte*, nº 9, 21-27/1/1893 apud Isabelle Felici. Op. Cit., p. 86.

⁹² idem.

⁹³ *Gli Schiavi Bianchi*, nº 18, 11/2/1893.

estar mais relacionado à visão que outros – e principalmente a polícia – teriam daquele jornal e à perseguição a que estariam expostos do que ser uma efetiva declaração de princípios. Vale mencionar, porém, que, segundo Nori, as denúncias da *Gazeta* não haviam surtido efeito – “urros de asno não chegam ao céu” – e a polícia, desta vez, nada fizera contra o jornal italiano.⁹⁴

Havia meses, porém, esta deferira um golpe bastante violento contra *Gli Schiavi Bianchi*, ao prender seu administrador Galileo Botti em junho de 1892 – prisão esta que talvez explique a afirmação de Nori de que tanto se tinha falado a respeito do jornal que passara a administrar: “falou-se tanto dele que não podíeis ignorar sua existência.”⁹⁵ É certo que Botti não cumprira com as determinações da Intendência Municipal no que diz respeito à publicação de um periódico em São Paulo, conforme ele próprio declarou – “não tinha licença da Intendência nem declaração alguma fez à mesma quanto ao jornal, por ignorar que fosse necessário” – e o secretário da Intendência atestou.⁹⁶ Mas o descumprimento das exigências aparentemente não havia sido notado até a prisão de Botti e a informação fora muito provavelmente solicitada pelo chefe de polícia a fim de reforçar a ilegalidade em que incorria *Gli Schiavi Bianchi*.

O motivo de sua prisão fora a publicação da carta aberta “Al Capo de Polizia” [Ao chefe de polícia], impressa no número 4 de *Gli Schiavi Bianchi*. Essa carta, assinada por “La Redazione”, denunciava arbitrariedades cometidas por soldados montados a cavalo contra imigrantes homens, mulheres e crianças, em diversas partes da cidade – nada muito mais subversivo do que chamar a atenção para o cotidiano dos imigrantes e denunciar maus tratos. Um inquérito policial foi aberto logo depois de sua publicação e o texto, acusado de conter “escrito em linguagem violenta e provocadora”, em que supostamente se incitava “o elemento italiano à revolta contra a autoridade”, traduzido.⁹⁷

O chefe de polícia determinou, então, que Galileo Botti fosse intimado a comparecer para depor às cinco horas da tarde do dia 25 de junho, na Repartição Central de

⁹⁴ “Per il nostro diritto” *Gli Schiavi Bianchi*, nº 10, 27/11/1892.

⁹⁵ Benedetto Nori “Per il nostro diritto” *Gli Schiavi Bianchi*, nº 10, 27/11/1892.

⁹⁶ Auto de perguntas a Galileo Botti, 25/6/1892, doc. cit.; ofício do secretário da Intendência Municipal de São Paulo, Joaquim Roberto Azevedo Márquez, ao chefe de polícia de São Paulo, 25/6/1892, Acervo permanente – Polícia – C3221, AESP.

⁹⁷ Portaria do chefe de polícia de São Paulo, Theodoro Dias de Carvalho Júnior, 22/6/1892, anexada ao Inquérito policial de 22/6/1892, Acervo permanente – Processos Policiais – C3221, AESP. A tradução da carta “Al Capo de Polizia” foi assinada por Eugène Hollander, tradutor juramentado da polícia, em 23/6/1892 e também se encontra anexada ao Inquérito Policial de 22/6/1892, doc. cit.

Polícia, a que o italiano não se furtou. Na ocasião em que foi submetido ao devido auto de perguntas pelo terceiro delegado de polícia, Pedro Manuel de Toledo, deu-se sua qualificação, durante a qual Botti declarou ter 25 anos, ser natural de Livorno, sapateiro e naquele momento fabricar licores. Em seguida, forneceu algumas informações sobre a confecção do jornal pelo qual era então “o único responsável”: segundo Botti, os artigos eram enviados a ele “por uns e outros, sem preferência”, por vezes entregues “por um certo Ricci” na esquina da rua Tabatingüera, na Liberdade, por outras recebidos através de correspondência endereçada ao depoente nas oficinas do jornal *Il Messaggero*. Em relação ao artigo “Al Capo de Polizia”, afirmou responder por ele, ainda que não fosse seu autor, e que o inserira em seu jornal “imitando o jornal *Ronda*, que dizia ainda pior e também ao (sic) *Messaggero*”. Sobre o sustento de *Gli Schiavi Bianchi*, alegou contar com ajuda pecuniária de alguns amigos, como o professor Ciro de Pasquale, diretor do periódico *Independente*, que circulava no Rio de Janeiro,⁹⁸ e de “um certo Thomaz, correspondente do [*Il*] *Messaggero* em Bragança”.⁹⁹

Ainda que tivesse sido alegado que Botti fora chamado à presença do terceiro delegado para responder pela publicação do artigo contra o chefe de polícia, as perguntas feitas a ele giraram principalmente em torno das outras atividades que exercia além da publicação daquele semanário. O italiano foi inquirido sobre em que se empregara então, a que respondeu que fabricava licores para diversos distribuidores, em diversos endereços, os quais listou. Para tanto, recebia “uns cinqüenta mil réis por mês”, além de alimentação no estabelecimento de Gentoso João Baptista, a quem ajudava na fabricação de licores. No entanto, não tinha licença na Intendência Municipal para a fabricação de tais bebidas, nem apresentara exemplares de sua produção à Inspetoria de Higiene, e ainda por cima punha nas garrafas “o rótulo de uma fábrica de licores que tinha, mas [que] vendeu a seu sócio há mais de oito meses, o qual não lhe pagou, fugindo do país.”¹⁰⁰

As acusações contra o imigrante não giraram em torno da produção ilícita e falsificação de bebidas, nem mesmo da publicação de um jornal de “linguagem violenta”: Botti era suspeito de vagabundagem e gatunagem e já fora detido pelo menos duas vezes

⁹⁸ Segundo Isabelle Felici, Ciro de Pasquale era diretor do jornal monarquista *Corriere Italo-Brasiliano*, que se publicava no Rio de Janeiro. Isabelle Felici. Op. cit., p. 94.

⁹⁹ Auto de perguntas a Galileo Botti, 25/6/1892, doc. cit.

¹⁰⁰ Idem.

sob essa acusação, por causa dos locais que freqüentava. Em uma das ocasiões, foi preso por se encontrar no restaurante Ilha dos Amores, “suspeitíssimo à polícia”, e esteve detido por uma noite. Na outra vez, foi preso no restaurante Antiga Estella, de propriedade de Gentoso João Baptista, na rua Piratininga, freguesia do Brás, “em uma roda de gatunos e homens suspeitos”. Levado à Estação Central de Polícia pelo terceiro delegado – o mesmo que então o interrogava –, foi posto em liberdade “por ter mostrado ser administrador do jornal *Gli Schiavi Bianchi*.”¹⁰¹ Não há referências a datas, mas esta detenção tinha certamente ocorrido havia poucas semanas, pois o semanário completara no máximo um mês naqueles últimos dias de junho e, antes de sua publicação, o argumento que livrou Botti da prisão não valeria.

É interessante notar que o mesmo jornal que motivou sua intimação para comparecer à Repartição Central de Polícia também o salvara da prisão dias ou semanas antes. Deve-se atentar, portanto, para as acusações que foram feitas contra Botti nas ocasiões em que foi conduzido perante as autoridades policiais: nas duas primeiras vezes, o italiano era suspeito de ser vagabundo. Nesse sentido, atestar ter uma ocupação afastava-o da contravenção de que estava sendo acusado.

Quando da publicação do artigo “Al capo de Polizia”, porém, pesou contra Botti – pelo menos a princípio – a acusação de ter atacado uma autoridade e tencionar incitar seus patrícios à revolta. Botti foi preso tão logo foram ouvidos o próprio e mais duas testemunhas, e sua deportação foi decretada. Foi enviado para o Rio de Janeiro aos cuidados do Ministro da Justiça em 27 de junho e, em fins de agosto, embarcou no vapor *Trent* com destino a Lisboa.¹⁰² Não fica claro se Botti fugiu ou recebeu autorização para deixar o navio, mas o fato é que o deportado desembarcou na Bahia e seguiu para o Rio de Janeiro antes de retornar a São Paulo.¹⁰³

A idéia de que o incitamento à subversão tinha sido o motivo da deportação de Botti efetivamente circulou naquele momento entre os imigrantes italianos. Vitaliano Rotellini, então diretor do jornal *L'Aquila Latina* que era publicado no Rio de Janeiro, afirmou ter recebido duas cartas angustiadas de Botti e procurou falar em seu benefício ao legado

¹⁰¹ Idem.

¹⁰² Minuta do chefe de polícia de São Paulo ao Ministro da Justiça, 26/6/1892, Acervo Permanente – Polícia – C2747, AESP; Ofício do chefe de polícia de São Paulo ao Secretário de Justiça, 27/6/1892, Acervo Permanente – Polícia – C2740, AESP; Isabelle Felici. Op. cit., p. 87.

¹⁰³ Isabelle Felici. Op. cit..

italiano no Rio de Janeiro, Aldo Nobili, argumentando que aquele não passava de um “pobre trabalhador, culpado somente de professar princípios avançados e exagerados demais.”¹⁰⁴ Procurava, assim, desculpar idéias talvez consideradas subversivas, assim como relativizar – para o bem no deportado – o alcance de sua atividade e posicionar-se contra a deportação do italiano. No entanto, Isabelle Felici, ao tratar da prisão de Botti em sua tese, faz referência a um trecho da correspondência entre o cônsul italiano em São Paulo, Conde de Roswadoski, e Aldo Nobili, em que a carta publicada ao chefe de polícia é apontada antes como pretexto do que motivo para a detenção de Botti.¹⁰⁵ O próprio conteúdo do auto de perguntas dirigidas ao diretor de *Gli Schiavi Bianchi* mostrou que o inquérito aberto contra ele tomava outros contornos ou era conduzido por outros argumentos que não os ataques contra a autoridade policial. Muitos mais do que sobre o jornal, o terceiro delegado buscou informar-se sobre a relação de Botti com vagabundos, “gatunos e homens suspeitos”.

As duas testemunhas chamadas para deporem sobre o imigrante detiveram-se exatamente sobre essa relação, o que revela principalmente o interesse das autoridades policiais sobre o assunto. O pintor Levindo Lucio Pires, que conhecia Botti havia algum tempo, afirmou que nunca o vira trabalhar, nem lhe constava de que se ocupasse com alguma coisa; antes, via-o “freqüentar botequins e casas suspeitas, isto a qualquer hora do dia e da noite.”¹⁰⁶ A outra testemunha, o litógrafo também natural do Rio de Janeiro, Pedro de Alcântara Gonzáles, fez eco a essa acusação, reforçando a declaração de que Botti não tinha domicílio certo e “[dormia] constantemente nessas casas que costuma freqüentar”.¹⁰⁷ Inquiridos, os dois foram unânimes em afirmar que sabiam de prisões anteriores do italiano por estar na companhia de gatunos e indivíduos suspeitos.

Dessa forma, ambas as testemunhas qualificavam Botti como vadio, termo usado no Código Penal para descrever aquele que “deixar de exercitar profissão, ofício, ou qualquer mister em que ganhe a vida, não possuindo meios de subsistência e domicilio certo em que habite; prover a subsistência por meio de ocupação proibida por lei, ou manifestamente

¹⁰⁴ Vitaliano Rotellini a Aldo Nobili. “Carissimo Nobili”, Rio de Janeiro, 24/10/1892, ASMAE, Serie Z, b. 81, fasc. 1451, apud Isabelle Felici. Op. cit., p. 87.

¹⁰⁵ Id. Ibid.

¹⁰⁶ Declaração da 1ª testemunha, Levindo Lúcio Pires, em 25/6/1892, anexada ao Inquérito policial de 22/6/1892, doc. cit.

¹⁰⁷ Declaração da 2ª testemunha, Pedro de Alcântara Gonzáles, anexada ao Inquérito policial de 22/6/1892, doc. cit.

ofensiva da moral e dos bons costumes”.¹⁰⁸ Porém, não apenas isso: ao afirmarem que sabiam de detenções anteriores, ou seja, que Botti era reincidente, sendo portanto passível de deportação, como determinava o artigo 400 do mesmo Código.¹⁰⁹

Ambas as declarações foram assistidas e assinadas por Botti, que, em seguida, produziu sua defesa:

“(…) devido a uma enfermidade de olhos não pode dedicar-se com afinco ao trabalho e por isso procura serviços que não lhe prejudiquem a vista assim tem trabalhado na fabricação de licores e ultimamente está escrevendo um livro de poesias que já conta setenta páginas. Disse mais, que se foi preso em companhia desses indivíduos suspeitos foi por estar dormindo na casa em que eles foram presos.”¹¹⁰

Nos comentários que fez depois das declarações das testemunhas, Botti não voltou ao assunto do artigo contra o chefe de polícia, mas frisou antes seus problemas de saúde, que o impossibilitavam para o trabalho – provavelmente referia-se à ocupação de sapateiro, que declarara na qualificação do auto de perguntas e que certamente exigia grande esforço visual –, procurando, assim, evitar a acusação de vagabundo, e enfatizou a causalidade que o levava a estar perto de indivíduos suspeitos, negando, dessa maneira, qualquer relação mais íntima com eles. Isabelle Felici, por sua vez, apresenta outra fonte em que Botti procurou defender-se, ou antes, buscar informar-se das razões que haviam motivado sua prisão e deportação. Em carta ao Comendador Tugini, datada de 1º/10/1892, o italiano “não reclama de ter sido submetido a maus tratos, mas insiste no fato de que o haviam deixado na total ignorância sobre o motivo de sua prisão.”¹¹¹ Tudo o que Botti alegava saber era que as declarações de duas testemunhas – que o italiano acusou serem “fabricadas” – haviam motivado as medidas repressivas contra ele.¹¹²

No entanto, qualquer que fossem as intenções da polícia ao deportar Botti, elas foram frustradas: poucos meses depois de seu embarque, Botti retornou a São Paulo, e *Gli Schiavi Bianchi*, suspenso pouco depois de sua prisão, voltou a circular em outubro de

¹⁰⁸ Artigo 399 do *Código Penal dos Estados Unidos do Brazil* in: *Decretos do Governo Provisório da república dos Estados Unidos do Brazil* (10º fascículo, de 1 a 31 de outubro de 1890) Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890.

¹⁰⁹ “Art. 400. Se o termo [de tomar ocupação] for quebrado, o que importará reincidência, o infrator será recolhido, por um a três anos, a colônias penais que se fundarem em ilhas marítimas, ou nas fronteiras do território nacional, podendo para esse fim ser aproveitados os presídios militares existentes./ Parágrafo único. *Se o infrator for estrangeiro será deportado.*” (grifo meu) *Código Penal dos Estados Unidos do Brazil* in: *Decretos do Governo Provisório da república dos Estados Unidos do Brazil* (10º fascículo, de 1 a 31 de outubro de 1890).

¹¹⁰ Termo de defesa de Galileo Botti, em 25/6/1892, anexada ao Inquérito policial de 22/6/1892, doc. cit.

¹¹¹ Isabelle Felici. Op. cit., p. 87.

¹¹² Id. Ibid. Felici usa o termo “trouvés” para designar as testemunhas.

1892, com seu sexto número. O chefe de polícia recebeu, em 16 de outubro, um comunicado em italiano assinado por Nori Benedetto, residente à rua Tiradentes, número 22, em que este informava àquela autoridade que no próximo dia 19, uma quinta-feira, o jornal *Gli Schiavi Bianchi* retomaria a publicação anteriormente interrompida. Benedetto se comprometia a manter o jornal, “tanto pela forma correta quanto pelo programa”, em acordo com “as leis que regem este livre país”.¹¹³

Em formato reduzido, com apenas duas páginas, *Gli Schiavi Bianchi* publicou um artigo dirigido aos seus leitores sobre seu reaparecimento:

“Fiéis à nossa promessa, fortes por nossas convicções, certos da justiça da campanha empreendida contra todos e tudo que soa a opressão e injustiça, sufocados mas não mortos – vencidos, mas não dominados, *Gli Schiavi Bianchi* voltam à carga para defender a causa da justiça, o ideal do amor e fraternidade humana.

Não era certo que com perseguições, com prisões, com deportações – somente armas dos cruéis e dos vis – nem mesmo justificadas pelas leis atuais – que se poderia prender e deportar uma idéia, a qual, vivificada pelo sangue de milhares de mártires, atrai a si as mentes mais nobres, os corações mais generosos a caminha a passos largos em direção à meta da aspiração daqueles que, presos pelas correntes da servidão burguesa, almejam o dia de seu completo triunfo. – Não, não era com semelhante arbítrio – apenas persuasivo para os ignorantes e os covardes – que se nos poderia persuadir – nós que temos uma fé, e que por esta saberemos tudo enfrentar.”¹¹⁴

O texto seguia anunciando que o periódico voltaria à luz semanalmente a partir do próximo domingo, já em novembro. Não havia, entretanto, maiores referências à prisão de Botti – que agora assinava como administrador: falou-se apenas do “silêncio forçado” a que o jornal havia sido submetido, e fez-se a promessa de retomar a publicação regular “mais fortes, mais orgulhosos, mais convencidos do que antes”.¹¹⁵ A nota aos leitores indicava que o motivo da suspensão do jornal – e portanto também da prisão de Botti – fora a repressão às idéias propagadas pelo jornal. Daí a ênfase na justiça de suas convicções e aspirações e na força de sua campanha, assim como no significado vitorioso da retomada da publicação do periódico.

Essa explicação encontrou eco em outras referências aos motivos da prisão de Botti. Há uma interessante nota de *La Revolte*, na mesma edição em que anunciara a publicação de *Gli Schiavi Bianchi*. Segundo o periódico francês, conforme transcreve Felici, o crime

¹¹³ Carta de Nori Benedetto ao chefe de polícia de São Paulo, 16/10/1892, Acervo Permanente – Polícia – C2741, AESP.

¹¹⁴ La Redazione “Ai Lettori” *Gli Schiavi Bianchi*, nº 6, outubro/ 1892.

¹¹⁵ “Ai lettori” *Gli Schiavi Bianchi*, nº 6, outubro/1892. Felici explicou a ausência de maiores referências à detenção de Botti por se tratar de um fato evidente aos leitores da época. (Isabelle Felici. Op. cit., p. 371.)

de Botti fora “ser editor do jornal *anarquista Gli Schiavi Bianchi* que vem a lume em São Paulo” (grifo meu) e por isso fora preso e provavelmente seria expulso.¹¹⁶ Semanas antes, o mesmo jornal recebera ênfase e designação semelhante, em um ofício do chefe de polícia de São Paulo ao secretário de justiça: Galileo Botti era um “anarquista confesso” e continuava a publicar “uma folha incendiária que costuma mandar semanalmente a esta Repartição [Central de Polícia] de modo provocador.”¹¹⁷

Para o leitor que tivesse acompanhado o desenrolar do inquérito contra Botti, com o auto de perguntas e a inquirição das testemunhas, a designação de “anarquista confesso” poderia surpreender. De fato, durante todo o inquérito, o termo “anarquista” só apareceu em uma única ocasião – na Conclusão apresentada pelo terceiro delegado:

“Dos autos consta prova plena que Galileo Botti não tem ocupação honesta, nem domicílio certo, passando os dias e as noites em botequins e casas suspeitas, em alguns dos quais foi preso por mais de uma vez entre gatunos e vagabundos conhecidos. Além disso, como se vê do jornal junto, o acusado costuma publicar panfletos, sem responsabilidade legal, procurando levantar os operários e patrícios seus contra os poderes públicos, *como um verdadeiro anarquista*, tornando-se assim por mais esta razão um homem pernicioso à sociedade em que vive.” (grifos meus)¹¹⁸

Não há maiores indícios que o Pedro de Toledo, o terceiro delegado, responsável pelo inquérito contra *Gli Schiavi Bianchi* e Galileo Botti, estivesse usando os termos “verdadeiro anarquista” para relacionar este a Malatesta, Elisée Reclus, Jean Grave ou Bakunin, anarquistas reconhecidos pelas idéias e ações que defendiam ou haviam defendido, e pela propaganda que realizavam ou tinham realizado em algum momento, em diversas localidades. Antes, a *anarquia* a que Toledo parecia se referir nesse momento estava mais próxima a ausência de ordem do que a ausência de governo, a confusão do que à organização anti- autoritária prevista pelo anarquismo. Estava, enfim, mais relacionada à subversão de forma geral do que aos princípios anarquistas defendidos por seus militantes na Europa e nas Américas.

No entanto, a nota de Toledo acabou por cristalizar a designação de Botti como “anarquista” e dar base para uma série de observações a respeito de sua suposta filiação ao

¹¹⁶ *La Revolte*, nº 19, 21-27/1/1893, apud Isabelle Felici. Op. cit., p. 370. Felici chama a atenção que a demora do anúncio da prisão de Botti se dera por causa da lentidão nos meios de comunicação da época: quando da publicação da nota por *La Revolte*, fundador de *Gli Schiavi Bianchi* já se encontrava em liberdade em São Paulo.

¹¹⁷ Ofício do chefe de polícia de São Paulo ao Secretário de Justiça, 5/12/1892, Acervo Permanente – Polícia – C2742, AESP.

¹¹⁸ Conclusão do inquérito de 22/6/1892, doc. cit.

anarquismo. Em ofício de 26 de junho, por exemplo, o chefe de polícia de São Paulo - certamente informado pelas notas do Inquérito recém encerrado contra Botti - comunicou ao Ministro da Justiça que seguia para o Rio de Janeiro o italiano e “perigoso anarquista” Galileo Botti, a fim de ser deportado, pois acreditava ser este o “único modo eficaz de eliminar do nosso meio social tão mau elemento”.¹¹⁹ Exatamente a mesma informação foi transmitida ao Secretário da Justiça de São Paulo, sendo também comunicado que o cônsul italiano já estava a par da prisão e eminente deportação do súdito italiano.¹²⁰ Um pouco mais tarde, quando das tentativas do corpo diplomático italiano no Brasil de livrar Botti da deportação junto ao governo brasileiro, o mesmo argumento persistia: em carta provavelmente endereçada ao Cônsul da Itália no Brasil, Cavaleiro Bertola, o secretário geral do Ministério das Relações Exteriores, Conde de Cabo Frio, repetiu literalmente os termos apresentados na Conclusão do Inquérito aberto contra Botti - tanto no que diz respeito às acusações de vagabundagem quanto às publicações subversivas e sem autorização legal, e ainda a ser um “verdadeiro anarquista”.¹²¹

Por outro lado, o jornal *Gli Schiavi Bianchi* contribuía, então, para o recrudescimento do tratamento em relação a Botti. De fato, as edições a que se tem acesso desse jornal e que foram publicadas nos últimos meses de 1892 trouxeram artigos que poderiam facilmente ser chamados de “incendiários”, como o chefe de polícia descreveu essa folha em dezembro daquele ano. Aparentemente, portanto, ainda que os artigos não estivessem desobedecendo diretamente nenhuma das “leis que regem este livre país”, sua simples publicação foi vista como provocadora, assim como envio semanal à Repartição Central de Polícia, que talvez só visasse a manter informadas as autoridades policias sobre as atividades e programa do jornal.

Em janeiro de 1893, Botti foi novamente alvo da polícia paulista. *Gli Schiavi Bianchi* relatou que, em 25 daquele mês, ele fora preso e, pouco tempo depois, posto em liberdade.¹²² Segundo nota publicada na coluna “Per San Paolo”, Botti fora proibido de administrar o jornal e por isso, demitira-se do cargo de administrador.

¹¹⁹ Ofício do chefe de polícia de São Paulo ao Ministro da Justiça, 26/6/1892, Acervo Permanente - Polícia - C2747, AESP

¹²⁰ Ofício do chefe de polícia de São Paulo ao Secretário de Justiça, 27/6/1892, Acervo Permanente - Polícia - C2740, AESP.

¹²¹ Apud Isabelle Felici. Op. cit., p. 88

¹²² “Per San Paolo” *Gli Schiavi Bianchi*, nº 18, 11/2/1893.

Daí a Botti ser transformado em “anarquista confesso” não tardou, e o estigma perdurou pelos anos seguintes: em 1894, o administrador de *Gli Schiavi Bianchi* (que nem existia mais) foi acusado, entre vários outros italianos, de ser anarquista – ainda que um dos “de menor importância” – pelo cônsul italiano no Brasil, Edoard Copans de Brichanteau.¹²³ Botti foi em seguida preso com mais nove indivíduos na saída de uma reunião no Centro Socialista Internacional, muito provavelmente por causa uma lista baseada na carta de Brichanteau e enviada para o chefe de polícia de São Paulo, na qual consta o fato de “A. (sic) Botti” ser anarquista, já ter sido expulso deste país, ser “ex-diretor do jornalzinho anárquico [L’] *Asino* [*Umano*] (sic)” e ainda ter sido “várias vezes processado na Itália como anarquista”, informação esta que não aparecera em nenhum momento durante o inquérito.¹²⁴ Em 1895, o jornal anarquista *L’Avvenire* denunciou uma ação policial contra aquele periódico, que incluía a apreensão de diversos exemplares a meninos que o vendiam pelas ruas, a prisão de dois jovens que carregam *L’Avvenire* e o interrogatório do suposto distribuidor do jornal, Galileo Botti, por julgarem que ele era um de seus contribuintes e redatores.¹²⁵

Para além da suspeição que se criara em torno de Botti durante a publicação de *Gli Schiavi Bianchi*, havia também sua atuação, que não se limitou a essa sua primeira iniciativa jornalística e que certamente atiçou os ânimos das autoridades italianas contra ele. Em março de 1896, publicou o número único intitulado *La Questione Africana*, que dedicou inteiramente a condenar a presença militar italiana na Abissínia (Etiópia) e sua intervenção na África por disputa de influências e territórios. O número único foi organizado a partir basicamente de uma compilação de textos da imprensa italiana sobre a questão, selecionados de acordo com o intuito da publicação. Para uma noção da violência de alguns dos artigos do impresso e das possíveis reações das autoridades italianas, basta atentar para o texto “Um pouco de história”, em que o primeiro ministro italiano Francesco Crispi é chamado de “inumano, ladrão, falsário e ambicioso”, “palhaço da nefasta política burguesa italiana.”¹²⁶ Lêem-se também poemas expondo as ferocidades da guerra,¹²⁷

¹²³ Carta de Brichanteau ao Ministero degli Affari Esteri, São Paulo, 28/3/1894, ASMAE, Série Polizia Internazionale, b. 47, apud Isabelle Felici. Op. cit., p.326.

¹²⁴ Lista anônima, Acervo Permanente – Polícia – C2773, AESP.

¹²⁵ “Ai compagni” e “Al Capo de Polizia” *L’Avvenire*, nº 10, 17/3/1895.

¹²⁶ “Um po’ di storia” *La Questione Africana*, número único, março/1896.

declarações feitas pelo deputado socialista italiano Andrea Costa contra a intervenção militar,¹²⁸ artigos publicados na imprensa independente italiana sobre o assunto,¹²⁹ até mesmo manifestações de italianos residentes no Brasil sobre o assunto, fosse em forma de cartas de apoio ou notas de militantes socialistas e anarquistas como Emilio Massardo e Augusto Donati.¹³⁰

Em 1897, Botti fundou o jornal *La Birichina* [A menina travessa]. Segundo Isabelle Felici, a linha política que seguiu nesse jornal era ainda menos precisa do que em *Gli Schiavi Bianchi*, abrindo espaço para discussões de teor anarquistas e socialistas.¹³¹ Em setembro desse ano, uniu seus esforços ao grupo de anarquistas e socialistas que manifestavam contra as comemorações de 20 de setembro, data da Unificação Italiana, e distribuiu os números únicos *XX Settembre* e *Ribattiamo il chiodo* [Rebatamos no prego] a seus assinantes.¹³² A solidariedade em relação a alguns projetos e iniciativas dos anarquistas não sobrepuja os esforços destes e de Botti, e os redatores do jornal libertário *Il Risveglio*, fundando em janeiro de 1898, procuraram sublinhar que aquela publicação não tinha nenhum envolvimento com Galileo Botti e seu *La Birichina*.¹³³

L'Asino Umano e La Bestia Umana

Em dezembro de 1893, as autoridades brasileiras receberam mais notícias da movimentação de anarquistas em São Paulo depois da prisão de diversos anarquistas em Buenos Aires. O governo argentino, de acordo com um telegrama de Montevideú publicado no *Jornal do Commercio*, “ordenou a expulsão dos anarquistas existentes no país”.¹³⁴ Na nota do jornal da Capital Federal, a imprensa uruguaia pedia ao “governo oriental a

¹²⁷ Argia Sbolendi. “Ad un eroe por forza” e U. Barbieri “Inno Abissino” (que deveria ser entoado com a melodia do “Hino de Garibaldi”) idem.

¹²⁸ “La dichiarazione dei deputati socialisti contro la delituosa guerra d’Africa” idem.

¹²⁹ “La Lotta de Classe” idem.

¹³⁰ “A chi ci ha scritto” [A quem nos escreveu]; Emilio Massardo. “La riunione italiana nel Teatro Apolo”; “Ordine del Giorni – Donati” idem.

¹³¹ Isabelle Felici. Op. cit., p. 101.

¹³² Sobre essas duas publicações e as contra-manifestações de anarquistas e socialistas em 20 de setembro de 1897, ver o item “Anarquistas na rua” do capítulo IV – “Anarquistas em casa, na rua, em toda parte”. Agradeço a Luigi Biondi pela tradução do título de *Ribattiamo il chiodo*.

¹³³ *Il Risveglio*, nº 14, 10/4/1898.

¹³⁴ *Jornal do Commercio*, 17/12/1893, recorte anexado à cópia do aviso do Ministro das Relações Exteriores ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores, 18/12/1893, Arquivo Nacional GIF1 6C-5.

decretação de igual medida.” Restava, portanto, ao Brasil, país vizinho a essas duas nações, tomar medida semelhante:

“Sendo possível, se não provável, que estes anarquistas expulsos de Buenos Aires e Montevideú, procurem nosso país, trazendo-lhe o vírus que as outras nações repelem, parece que por intermédio do Ministério das Relações Exteriores, se poderia obter dos nossos Ministros naqueles dois pontos, notícia telegráfica de seus nomes, sinais e destino, a fim de lhes ser aqui vetado o desembarque.”¹³⁵

O aviso parece ter partido inicialmente do chefe de polícia da Capital Federal, que rapidamente enviou um aviso ao Ministro das Relações Exteriores.¹³⁶ As autoridades federais acionaram, então, os mencionados ministros e obtiveram o envio de “10 fotografias de anarquistas expulsos do território argentino” (que não foram encontradas na respectiva lata do Arquivo Nacional), assim como fichas com as descrições dos indivíduos.¹³⁷ Eram seis italianos de cidades variadas, dois franceses de Paris e dois espanhóis, com idades entre 23 e 45 anos, quase todos solteiros, com diversas profissões como pintores, carpinteiros, sapateiros, jornaleiros, enfim artistas e trabalhadores manuais expulsos da Argentina por suspeita de serem anarquistas. Dias mais tarde, o ministro interino da Justiça e Negócios Exteriores, Alexandre Cassiano do Nascimento,¹³⁸ enviou também “uma lista de jornais e folhetos apreendidos pela polícia argentina a E. Peiré”, italiano de Gênova cuja fotografia já fora enviada junto com as dos demais anarquistas e que dirigira o jornal *La Riscossa*, em Buenos Aires – portanto, cujo envolvimento com o anarquismo estaria comprovado.

Esta lista impressa pela polícia argentina trazia títulos de alguns folhetos, entre os quais a tradução do texto bastante conhecido de Errico Malatesta, *Entre campesinos* [Entre camponeses], assim como um intitulado *Cecilia*, muito provavelmente referente à iniciativa da fundação da Colônia Cecília no Paraná por Giovanni Rossi, em 1890. Havia também manifestos e discursos de trabalhadores e militantes anarquistas de diversas nacionalidades, como o “Manifesto anarquista a los operarios de Buenos Ayres”, datado de setembro de

¹³⁵ Cópia do aviso do Ministro das Relações Exteriores ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores, 18/12/1893, Arquivo Nacional GIF1 6C-5.

¹³⁶ Secretaria de Polícia da Capital Federal - Rio de Janeiro, 18/12/1893 - Ao cidadão Ministro das Relações Exteriores, Do chefe de polícia Manoel P. De Va????[ilegível]; 15 – Ministério e Repartições Federais, Polícia: Diversas autoridades; Ofícios recebidos; 1880-1899 (estante 303, prat.3, vol.5) Arquivo Histórico do Itamaraty. Agradeço a Cristina Schettini a indicação.

¹³⁷ Aviso do Ministro da Justiça e Negócios Interiores, Cassiano do Nascimento, ao chefe de polícia da Capital Federal, Manuel Presciliano de Oliveira Valadão, 30/1/1894, Arquivo Nacional GIF1 6C-5.

¹³⁸ Cf. *O Governo Presidencial do Brasil 1889-1930*, p. 172.

1893; “Aux groupes anarchistes de France”; e até um discurso pronunciado por um militante anarquista não identificado em Havana.¹³⁹

A maior parte do impresso, no entanto, era composto por um arrolamento dos periódicos apreendidos em posse de Peiré. Além de 374 exemplares do próprio *La Ricossa*, foram também listados mais jornais argentinos, um editado na capital uruguaia, muitos outros italianos, alguns publicados em cidades da Espanha, da França e dos Estados Unidos. A grande maioria deles foi classificada como “anarquista” pela polícia argentina, havendo também “socialistas” e “comunistas anárquicos”. Entre os jornais listados, apareciam grifados a lápis apenas cinco títulos – os quais justificam o envio desse impresso ao ministro da Justiça brasileiro: os títulos marcados circulavam no Rio de Janeiro e em São Paulo. *O País* e *Gazeta de Notícias* da Capital Federal; *O Estado de S. Paulo* (estranhamente apontado como sendo do Rio de Janeiro) e o *Correio Paulistano*, de São Paulo, vinham acompanhados pelos italianos *Il Messaggero* e *Fanfulla*, publicados na capital paulista, e um pouco adiante já se lera na lista o nome de *L’Asino Umato*, que também circulava nessa cidade desde agosto de 1893. Sobre este último e seu colega *Fanfulla*, constava a observação de que eram anarquistas; sobre os demais jornais publicados nas capitais brasileiras, não havia nenhuma explicitação da tendência política e editorial seguida.

É pouco provável que os diários do Rio de Janeiro e de São Paulo grifados no impresso tivessem sido identificados como material subversivo. A polícia argentina não o fez, diferenciando-os dos demais por não serem descritos como anarquistas, socialistas ou comunistas anárquicos. A polícia brasileira também não deve tê-lo feito, ainda que a imprensa estivesse sob forte vigilância devido ao estado de sítio instaurado desde setembro de 1893 por causa da Revolta da Armada. A presença desses jornais entre folhas anarquistas poderia ser explicada pelo simples interesse do grupo anarquista argentino por aquelas capitais brasileiras, ou então pelo interesse em acompanhar as atividades de seus companheiros instalados naquelas cidades, onde faziam circular periódicos subversivos.

¹³⁹ “Diarios e folletos secuestrados al anarquista E. Peiré, Redactor del Periódico Anarquista *La Ricossa*”. Buenos Aires: Imprenta y Encuadernacion de la Policia de la Capital, 1894; anexado ao aviso reservado do Ministro da Justiça e Negócios Interiores, Cassiano do Nascimento, ao chefe de polícia da Capital Federal, 7/2/1894, Arquivo Nacional GIF1 6C-5.

Já os dois jornais italianos que circulavam em São Paulo e que foram indicados como anarquistas – *Fanfulla* e *L'Asino Umano* – assumiram uma importância diferente para a polícia brasileira e paulista. É importante perceber nesse arrolamento dos jornais apreendidos a suspeita de haver, em território brasileiro, indivíduos que professavam o mesmo credo e tomavam as mesmas iniciativas daqueles presos em Buenos Aires. Percebia-se ou sugeria-se, assim, alguma relação entre anarquistas europeus residentes e ativos na Argentina e alguns de seus companheiros, defensores da mesma causa no Brasil. Chamava-se atenção para atividades que vinham sendo coibidas internacionalmente, além de reforçar a necessidade de impedir a entrada dos indivíduos expulsos, pois, mais do que inaugurar um novo movimento, eles engrossariam as fileiras já existentes.

No entanto, não se pode não tomar a indicação da polícia argentina como uma prova cabal da vinculação daqueles jornais ao anarquismo. No que diz respeito ao jornal *Fanfulla*, ainda que seu diretor, Vitaliano Rottelini, tenha sido apontado como anarquista, o diário italiano não defendia nem veiculava os princípios libertários, antes entrando em diversos embates com o jornal anarquista *L'Avvenire*, fundado em 1894. Já a vinculação do semanário *L'Asino Umano* com o anarquismo não pode ser nem descartada nem dada como certa, merecendo uma discussão mais detalhada. Mesmo entre os militantes libertários, essa vinculação foi, em alguns momentos, motivo de debate.

O periódico anarquista *O Amigo do Povo*, por exemplo, fez o seguinte apelo a seus leitores em agosto de 1902:

“Pedimos vivamente àqueles que por acaso possuam qualquer exemplar dos jornais aqui publicados, isto é: *L'Asino Umano*, *La Giustizia*, *La Bestia Umana*, *L'Operaio*, fazer a gentileza de enviar um exemplar que a nós será de muita utilidade para ser reproduzido no relatório que temos a intenção de publicar.”¹⁴⁰

Ainda que esse pedido não significasse uma evidente comunhão entre os princípios dos jornais que haviam circulado e de *O Amigo do Povo*, o interesse deste último por aqueles órgãos específicos da imprensa operária sugere aproximações. Aproximações estas que o mesmo *O Amigo do Povo* já tornara públicas alguns números antes, quando trouxe a lume dois artigos intitulados “Recordemos, pois...”, em que seu autor narrara alguns episódios envolvendo companheiros libertários em São Paulo - principalmente as iniciativas de propaganda que levaram a cabo, como a fundação de periódicos. Na

¹⁴⁰ *O Amigo do Povo*, nº 10, 16/8/1902.

recuperação dessas iniciativas, Augusto Donati apontou *L'Avvenire*, jornal fundado por Alfredo Casini, como o primeiro jornal anarquista publicado em São Paulo. A respeito dos periódicos *Gli Schiavi Bianchi* e *L'Asino Umano*, que surgiram em 1892 e 1893, respectivamente, afirmou porém que nenhum tivera um caráter puramente libertário, “embora [fossem] redigidos ambos por anarquistas.”¹⁴¹ No entanto, os próprios redatores de *L'Avvenire* sublinharam a vinculação entre seu semanário e aquele suspenso meses antes. Em seu quinto número, em janeiro de 1895, publicaram uma nota celebrando o reaparecimento de *L'Asino* em Roma, e explicando que se *L'Asino* não voltava a circular em São Paulo, era porque tinha encontrado no novo periódico um “endereço mais concreto e mais sério” ao qual não queria fazer concorrência.¹⁴²

Já o fundador e primeiro redator responsável de *L'Asino Umano*, Giuseppe Zonghetti, apresentou-o como um “semanário humorístico”, não ressaltando, portanto, nenhuma filiação política – o que é compreensível e até esperado, por se tratar de um requerimento burocrático endereçado à polícia, o qual buscava autorização para publicação e que não deveria, conseqüentemente, fornecer bases para sua proibição, como alardear seu caráter subversivo.¹⁴³

Giuseppe Zonghetti chegara em São Paulo em maio de 1891, quando deu entrada na Hospedaria de Imigrantes dessa cidade.¹⁴⁴ Ao dar início à publicação do semanário sob sua responsabilidade, escreveu ao chefe de polícia, comunicando o aparecimento de *L'Asino Umano* a partir de 13 de agosto de 1893.¹⁴⁵ Além de fundador, Zonghetti aparecia como “redator responsável” nos primeiros números, sendo esse posto assumido por Augusto Donati mais adiante.

¹⁴¹ A. Donati. “Recordemos, pois...” *O Amigo do Povo*, nº 4, 24/5/1902. Em 1894, foi publicado também o jornal *La Bestia Umana*, sob responsabilidade do anarquista Felice Vezzani, e cuja edição limitou-se a um único número. Talvez por sua curtíssima duração tenha sido omitido dessa referência, mas apareceu no pedido publicado mais tarde, como se viu acima, pelo menos jornal.

¹⁴² “Gli asini e le leggi” [Os anos e as leis] *L'Avvenire*, nº 5, 13/1/1895.

¹⁴³ Requerimento de Giuseppe Zonghetti ao Chefe de Polícia de São Paulo, 12/8/1893, Acervo permanente - Polícia – C2764, Arquivo do Estado de São Paulo (AESP).

¹⁴⁴ Livros de Registro da Hospedaria de Imigrantes, livro 26, p. 30, Memorial do Imigrante/ Museu da Imigração, São Paulo.

¹⁴⁵ Requerimento de Giuseppe Zonghetti ao Chefe de Polícia de São Paulo, 12/8/1893, doc. cit.

O periódico *L'Asino Umano*, cujo título era certamente inspirado no jornal *L'Asino* publicado então em Roma,¹⁴⁶ apresentava-se, em suas edições, como “zurro semanal ilustrado”, indicando, assim, sua periodicidade, a presença de ilustrações (limitadas, porém, à primeira página nas edições a que se teve acesso) e fazendo referência ao personagem que apresentava o jornal: um ser com cabeça de asno e corpo de homem. No cabeçalho, o “asno humano” aparece trajado com calça e camisa, um lenço no pescoço e carregando em sua mão esquerda uma tocha e na direita, um porrete. Seu rosto de asno está voltado para uma fileira de pequenos homens que fogem assustados e que representam setores bastante conhecidos da sociedade que, dada a ilustração, o semanário prometia atacar: um rei com sua coroa, um padre e um bispo, soldados e um general, um juiz e um capitalista com sua alta cartola.¹⁴⁷



Cabeçalho de *L'Asino Umano*, nº 14, 3/12/1893, AESP.

¹⁴⁶ *L'Asino* era publicado em Roma, sob a direção de Guido Podrecca. (Franco Andreucci e Tommaso Detti (org.) *Il Movimento Operaio Italiano – Dizionario Biografico (1853-1943)*. Roma: Editori Riuniti, 1978, vol. IV, pp. 189-193.)

¹⁴⁷ A autora espanhola Lily Litvak, analisando a arte gráfica da imprensa libertária espanhola, valorizou seu envolvimento com a propaganda anarquista e relacionou sua eficácia ao formato emotivo e facilmente compreensível das ilustrações. Os diversos segmentos da sociedade identificados como antagonistas dos trabalhadores são representados de forma bastante evidente, tanto pelas roupas que vestem como pelos elementos que os acompanham. Segundo Litvak, “os desenhos se apóiam em convenções corriqueiras e facilmente identificáveis e as personagens apresentam tipos genéricos e invariáveis, reconhecíveis instantaneamente pelo receptor.” Lily Litvak. *Musa Libertária. Musa Libertária - Arte, literatura e vida cultural del anarquismo español (1880-1913)*. Barcelona: Antonio Bosch Editor, 1981, e Idem. “Arte anarquista espanhola de fins do século XIX” in: Antonio Arnoni Prado (org.). *Libertários & Militantes - Arte, Memória e Cultura Anarquista*. São Paulo: Brasilense, 1986.

A primeira referência do “asno humano” era, certamente, o trabalhador. Assim como *Gli Schiavi Bianchi* buscara traçar um paralelo entre imigrantes e escravos africanos, ou antes entre as condições de vida e trabalho destes e daqueles, esse semanário aproximou trabalhadores braçais a asnos, burros e animais de carga em geral. Os trajes do asno, assim como a epígrafe do jornal – “Trabalhar para viver e não viver para trabalhar”¹⁴⁸ – e os temas dos artigos por ele publicados explicitavam o lugar de destaque que esse grupo de homens e mulheres assumiam para o semanário. A ilustração do cabeçalho também é evidência desse argumento, na medida em que apresenta o asno contra exatamente os indivíduos ou instituições que oprimiam o trabalhador dentro de uma perspectiva cara a socialistas e anarquistas e, conseqüentemente, seus jornais: o patrão capitalista, o padre alienador, o juiz tendencioso, o rei totalitário, o soldado repressor. Por outro lado, dada a língua em que era editado *L’Asino Umano* – o italiano –, percebe-se que, dentre os trabalhadores, os imigrantes italianos eram os leitores alvo.

A figura do asno humano também era usada para representar os redatores dos jornais (e assim também aproximá-los dos trabalhadores): muitos artigos, ao invés de trazer como assinatura o nome do escritor, indicavam vários “asnos” como autores – “L’Asino in bolletta” [O asno com recibo], “L’Asino onesto” [O asno honesto], “L’Asino cieco” [O asno cego], “L’asino attivo” [O asno ativo], “L’asino rosso” [O asno vermelho] e até mesmo “L’asino F.[Felice] Vezzani”, um dos colaboradores de *L’Asino Umano*.¹⁴⁹ Em um dos números do jornal, há mesmo uma sessão intitulada “Trottando per il mondo” [Trotando pelo mundo] – em que eram apresentadas notas sobre incidentes em diversas localidades –, numa referência ao caminhar típico dos muares e sugerindo a pesquisa feita pelos responsáveis pelo jornal.¹⁵⁰ Até mesmo as edições tinham designação especial: ao invés de serem chamadas de “número”, como nos demais periódicos, eram intituladas de “zurro” – “ragliata”.

¹⁴⁸ “Lavorare per vivere e non vivere per lavorare”.

¹⁴⁹ Isabelle Felici atribui todos os artigos assinados como “L’asino...” a Felice Vezzani. (Isabelle Felici. Op. cit., p. 91.) No entanto, dado o pequeno número de artigos assinados com nomes verdadeiros, acredito que tal pseudônimo fosse compartilhado pelos redatores e colaboradores de *L’Asino Umano*, sendo que o epíteto que seguia a palavra “asno” estava relacionada ao assunto do artigo, como no texto em que a noção de resistência passiva de Leon Tolstói é criticada, e que coube ao “asno ativo” assinar. (L’Asino attivo. “Resistenza passiva” *L’Asino Umano*, nº 28, 25/3/1894.)

¹⁵⁰ “Trottando per il Mondo” *L’Asino Umano*, nº 14, 3/12/1893.

Assim como em relação a vários jornais operários desse período, poucos exemplares foram conservados e atualmente tem-se acesso somente aos números 14, de 3 de dezembro de 1893, localizado em uma das latas de Polícia, do AESP;¹⁵¹ e números 26 e 28, de 11 e 25 de março de 1894, respectivamente, ambos arquivados no AEL. O semanário *L'Asino Umano* parece ter tido uma publicação mais ou menos regular nos seus primeiros meses de publicação, alcançando 14 edições em 16 semanas. Mas sua periodicidade parece ter espaçado mais nos primeiros meses de 1894: o número 26 só foi publicado na 31ª semana, sem que tenha havido referência a nenhuma suspensão do jornal. As interrupções, no entanto, acabaram por determinar uma mudança na forma de cobrança do semanário: as assinaturas, que a princípio foram determinadas por meses – 3\$000 para três meses e 6\$000 para o semestre –, passaram mais tarde a serem cobradas de acordo com o número de “zurros” ou edições: 12 (o equivalente à publicação semanal regular de três meses) “zurros” por 3\$000, 25 por 6\$000 e 25 por 12\$800.¹⁵²

O golpe mais sério sofrido pelo jornal de Zonghetti – que resultou em sua suspensão definitiva em março de 1894 – atingiu vários outros periódicos entre fins de 1893 e o início do ano seguinte: foram as sanções imputadas a publicações que não seguiram as instruções do governo no que diz respeito à cobertura da Revolta que atingiu vários estados brasileiros.

Em setembro de 1893, estourou nos estados brasileiros do sul a Revolta da Armada. Tratava-se de uma eclosão do descontentamento contra o governo de Floriano Peixoto, vice de Deodoro da Fonseca que assumira o governo interinamente, e se manifestou primeiramente entre oficiais da marinha, tendo à frente os almirantes Saldanha da Gama e Custódio de Mello, e se estendeu até março de 1894, quando foi derrotada pelas forças do governo. Uma das primeiras iniciativas do governo brasileiro para conter a Revolta foi declarar o estado de sítio na Capital Federal e na cidade de Niterói e, em seguida, estender o estado de exceção aos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul e Santa

¹⁵¹ Maço “Diversos – Dezembro 1893 – Recebidos” (correspondência passiva do chefe de polícia de São Paulo com diversas autoridades do Estado), Acervo Permanente – Polícia, C2753, AESP.

¹⁵² Alguns jornais anarquistas publicados na década de 1900 tiveram que ajustar suas assinaturas à sua publicação irregular. *A Terra Livre* adotou a forma de cobrança por edições já em seu segundo número, passando a cobrar pelas séries de 25, 12 e 6 números (*A Terra Livre*, nº 2, 13/1/1906), enquanto *O Amigo do Povo* adotara essa forma de assinatura ainda em 1902, em sua quarta edição, uma vez que o jornal não conseguira ainda tornar-se semanal como esperado. A assinatura trimestral, no valor de 2\$000, passou a ser por “série de 12 números, para evitar que os assinantes sejam prejudicados.” (“Importante” *O Amigo do Povo*, nº 4, 24/5/1902.) A periodicidade irregular obrigava seus redatores a tais ajustes.

Catarina, por causa da “grave comoção intestina produzida pela revolta de alguns oficiais e praças da esquadra nacional”.¹⁵³ O estado de sítio se estendeu por vários meses, sendo constantemente renovado até 31 de agosto de 1894.¹⁵⁴

Junto com a primeira renovação do estado de sítio, em 13 de outubro de 1893, foram promulgados dois decretos que objetivavam conter as sublevações e os possíveis apoios aos revoltosos: o decreto 1565, que regulava a liberdade de imprensa durante o estado de sítio, e o de número 1566, que tratava da entrada de estrangeiros do território nacional e de sua expulsão durante o estado de exceção. Havia suspeitas de auxílio de estrangeiros aos revoltosos, assim como a comprovação de manifestações internas de apoio aos sublevados. Daí a preocupação com as entradas de estrangeiros e as providências a serem tomadas contra eles, já que, segundo a então recém promulgada Constituição, era assegurada a “nacionais e estrangeiros residentes no país a inviolabilidade dos direitos concernentes à liberdade, à segurança individual e à propriedade”, assim como à sua mobilidade: “em tempo de paz, qualquer pode entrar no território nacional ou dele sair, com sua fortuna e bens, quando e como lhe convier, independentemente de passaporte.”¹⁵⁵

O decreto 1565, por sua vez, voltava-se especificamente para o papel da imprensa durante a Revolta da Armada, cuja cobertura o Governo alegava estar contribuindo “para animar a revolta com publicações inconvenientes umas, falsas outras e todas constituindo elemento de perturbação e alarma”.¹⁵⁶ Ainda que reforçasse a afirmação de que era livre a manifestação do pensamento pela imprensa, o decreto proibia publicações “que incitem a agressão externa ou possam aumentar a comoção interna e excitar a desordem”, assim como manifestações de apoio à Revolta ou de ataque “à independência, integridade e dignidade da Pátria, à Constituição da República e forma de seu governo”. Também coibia a divulgação das operações de guerra e vetava que se trouxessem a público notícias que não tivessem sido comunicadas pelo governo institucional.¹⁵⁷

¹⁵³ Decreto 172 de 10/9/1893 (<http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaLegislacao.action>) [28/5/2005]; Decreto n. 1549 de 25 de setembro de 1893 in: *Colecção de Leis da República dos Estados Unidos do Brasil de 1893* (partes I e II). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1894. Atualizou-se a ortografia nas transcrições dos trechos dos decretos.

¹⁵⁴ Decreto 201 de 4/8/1894 (<http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaLegislacao.action>) [28/5/2005]

¹⁵⁵ Artigo 72 da *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891.

¹⁵⁶ Decreto 1565 de 13 de outubro de 1893 in: *Colecção de Leis da República dos Estados Unidos do Brasil de 1893* (partes I e II). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1894.

¹⁵⁷ Artigo 2º de Idem.

No que dizia respeito às sanções, o decreto voltava-se para os responsáveis pelos periódicos ou publicações que incorressem nas faltas estipuladas, fossem eles nacionais ou estrangeiros. Ainda que o texto do decreto não mencionasse o que ocorreria com as publicações que desrespeitassem o que fora determinado, era de se esperar que a suspensão fosse a medida tomada pelo Governo brasileiro. Em São Paulo, o chefe de polícia relatou que seis jornais haviam sido suspensos por inserirem diariamente em suas colunas “artigos subversivos à ordem”, que denotavam o “procedimento pouco patriótico que tiveram” na cobertura dos acontecimentos relacionados à Revolta. Foram suspensos: *A Platéia* e *O Commercio de São Paulo*, em 24 de janeiro; o periódico alemão *Paulistaner Echo*, em 27 daquele mês; *La Patria Italiana*, em 1º de abril (quando já se chamava *La Tribuna Italiana*, nome que seus editores haviam adotado em fevereiro da 1894, para burlar a suspensão)¹⁵⁸; *La Bestia Umana*, no dia 5 desse mês, e o germânico *Tagblatt*, em 11 de abril.¹⁵⁹

Entre as latas armazenadas no Arquivo de Estado de São Paulo, em seu acervo permanente, na documentação relativa a Processos Policiais, há uma – de número 3224 – em que se encontram não apenas os inquéritos e intimações referentes a alguns dos periódicos suspensos naqueles primeiros meses de 1894, mas exemplares dos jornais com traduções e anotações referentes aos motivos da suspensão. É nessa lata que se encontrou o Auto de declarações de José Winiger, suíço naturalizado brasileiro e diretor de *Paulistaner Echo*, intimado a responder pelos “artigos alarmantes e subversivos à ordem pública” que inserira nas colunas de seu jornal, a cujo Auto vinham anexados dois números do periódico com anotações nas margens.¹⁶⁰ Há também na lata de número 3224 a intimação feita a João Audiberti, novo diretor de *La Tribuna Italiana*, para que suspendesse a publicação daquela folha, assim como vários números do periódico com artigos indicados a lápis, e uma carta do proprietário desse jornal, comprometendo-se a utilizar “linguagem comedida, respeitando sempre as autoridades legais e o País”, também declarando ter mudado o

¹⁵⁸ Portaria nº 286, 1/4/1894, junto à Intimação da 5ª Delegacia de Polícia feita ao diretor da *Tribuna Italiana*, 1º/4/1894, Acervo Permanente – Processos Policiais – C3224, AESP.

¹⁵⁹ *Relatório apresentado ao Secretário dos Negócios da Justiça do Estado de São Paulo pelo Chefe de Polícia Theodoro Dias de Carvalho Júnior em 31 de janeiro de 1895*. São Paulo: Espindola, Siqueira & Comp., 1895, p. 3.

¹⁶⁰ Auto de declarações de José Winiger ao terceiro delegado de polícia de São Paulo, 29/1/1893, Acervo Permanente – Processos Policiais – C3224, AESP.

redator do jornal.¹⁶¹ A notificação ao diretor do jornal *Tagblatt*, Joachim Schack, para suspensão de sua folha, assim com a tradução do artigo que teria motivado a suspensão; a carta do mesmo diretor em que este pedia que fosse levantada a suspensão do jornal, comprometendo-se a “não publicar mais artigos contrários aos atos do governo, abstendo-se de censurar as autoridades e de qualquer apreciação política”; o número 34 de 7 de abril do periódico, todos esse documentos também se encontram nessa lata do Arquivo do Estado de São Paulo, constituindo um material precioso para a análise desse momento específico da história de São Paulo.

Ainda que o chefe de polícia não tenha feito menção a *L’Asino Umano* em seu relatório anual, e que nessa lata 3224 não haja nenhum documento referente a esse periódico, o jornal fundado por Giuseppe Zonghetti parece também ter sofrido as sanções do decreto 1656. Augusto Donati chegou mesmo a afirmar, em 1902, em artigo *n’O Amigo do Povo*, que *L’Asino* “foi suprimido durante o estado de sítio de [18]93-[18]94 pelo então chefe de polícia Theodoro [Dias] de Carvalho [Júnior].”¹⁶²

Felice Vezzani, um de seus assíduos colaboradores, publicou meses mais tarde no jornal *L’Avvenire*, uma carta em que aponta aquele que considerava o motivo porque *L’Asino Umano* fora suspenso: para ele, o cônsul italiano e alguns cabeças da colônia italiana haviam ficado “furiosos por causa da publicação do jornal satírico *L’Asino Umano*, que desmascarava as suas velhacarias e açoitava o governo da Itália, não poupando golpes à burguesia em geral, sendo politicamente socialista.”¹⁶³

Motivos para suspendê-lo não faltavam ao governo paulista e brasileiro: a edição de 11 de março trouxe, em sua primeira página, uma ilustração intitulada “Episódio da Revolução”, com soldados monarquistas e republicanos debandando de um campo de batalha, acompanhada de versos propositalmente vagos - para evitar sanções contra o jornal:

“Ó meus caríssimos leitores
 Desta vez a ilustração
 Descreve tão clara e fielmente a situação
 Que tenho como inútil
 Ilustrar com versos asininos
 Estes figurinos... da estação.

¹⁶¹ Intimação da 5ª Delegacia de Polícia feita ao diretor da *Tribuna Italiana*, 1º/4/1894; Carta de Henrique Somigli ao chefe de polícia de São Paulo, Acervo Permanente – Processos Policiais – C3224, AESP.

¹⁶² A. Donati. “Recordemos, pois...” *O Amigo do Povo*, nº 4, 24/5/1902.

¹⁶³ Felice Vezzani. “Per gli arrestati” nº 2, 2/12/1894.

Ainda mais que há o perigo,
 Se me explico um pouco demais,
 De tropeçar em algum obstáculo que pelo caminho
 Talvez tenham vos colocado
 Qualquer valente autoridade.
 Dito com vulgaridade, a Polícia.”¹⁶⁴

No entanto, nas outras páginas, lia-se o artigo “Sobre o teatro da guerra”, em que foram ironicamente relatados episódios que teriam ocorrido em Curitiba, quando o comboio de reconhecimento da localidade, conduzido pelo major Lauro Muller, havia evadido para evitar o confronto contra os federalistas – os “monarquistas” na ilustração publicada por *L’Asino*.¹⁶⁵

A edição de duas semanas mais tarde trouxe, por sua vez, uma paródia às reações dos redatores de *La Tribuna Italiana* frente às manifestações dos partidários de Floriano Peixoto durante a Revolta da Armada, que haviam colocado várias cruces de gesso brancas em frente à redação daquele jornal. A razão dessa manifestação teria sido a rendição dos revoltosos em março de 1894 e a suspeita de *La Tribuna Italiana* ter apoiado a revolta.¹⁶⁶ O texto em si não fazia críticas nem elogios ao governo brasileiro, antes ironizava compatriotas dos redatores de *L’Asino* – os italianos João Audiberti e Somigli, responsáveis pelo diário italiano – mas, de toda forma, tocava em um assunto ainda delicado da política brasileira e Augusto Donati, “redator responsável” de *L’Asino*, foi intimado pelo segundo delegado naquele domingo, 25 de março, mesmo dia de publicação do último número do semanário italiano.¹⁶⁷

Além de trazer a lume tais artigos, que devem ter sido suficientes para motivar a suspensão, *L’Asino Umano* levantara suspeitas desde o princípio de sua publicação. Logo que começou a circular, esse jornal foi alvo de demandas burocráticas por não satisfazer, segundo o Intendente da Câmara Municipal de São Paulo, as exigências legais para a publicação de um periódico – tais como a declaração do proprietário, nomes dos redatores, lugar de residência etc. Assim, seu editor, Giuseppe Zonghetti, foi intimado a suspender a

¹⁶⁴ “Episodio della Rivoluzione” *L’Asino Umano*, nº 26, 11/3/1894, tradução minha.

¹⁶⁵ “Sul teatro della guerra” *L’Asino Umano*, nº 26, 11/3/1894.

¹⁶⁶ *L’Asino Rosso*. “Le croci della Tribuna Italiana” *L’Asino Umano*, nº 28, 25/3/1893.

¹⁶⁷ “Vagabondi” e “Stato Civile” *La Bestia Umana*, nº 1, 31/3/1894.

publicação enquanto não as satisfizesse, sob a pena de ter os números do jornal apreendidos.¹⁶⁸

Apesar de se ter notícias que as devidas medidas legais não foram atendidas por vários meses,¹⁶⁹ o jornal manteve sua publicação, ainda que sob certa vigilância: o número 14 de *L'Asino Umano*, de 3/12/1893, por exemplo, arquivado junto à documentação policial armazenada no AESP, teve vários trechos de artigos destacados à lápis. Uma coluna intitulada “Teatri” [Teatros] foi reservada para comentar não somente as representações nos salas de teatros, mas os acontecimentos do que aquele jornal chamava de “teatro da revolta”, em referência aos conflitos armados entre revoltosos e legalistas. Foram assinaladas pela polícia duas notas que faziam referência às movimentações de tropas da Guarda Nacional, as quais teriam partido para o interior de São Paulo - entre as tropas, haveria um alferes que prometera manter aquele jornal informado sobre as “encenações” encampadas pelas forças governistas. Dessa forma, o jornal estaria acenando com a violação do decreto 1565, na medida em que prometia publicar notícias sobre a Revolta que não seriam autorizadas nem previamente conhecidas pelo governo.¹⁷⁰

Os outros trechos destacados, no entanto, não haviam sido previstos pelo decreto 1565: eram referências e manifestações de apoio mais ou menos explícitas ao anarquismo e a militantes anarquistas. No artigo “Fuori i ladri” [Fora os ladrões], em que se comentavam as manifestações contra os membros do governo executivo e da Câmara legislativa, foi assinalado o trecho em que o redator afirmava que aqueles que chamavam de “ladrões” – “ladrões da câmara legislativa, das casas de jogo, das igrejas e dos prostíbulo, dos palácios suntuosos e dos teatros, das casernas e das escolas – só deixariam “a autoridade, o poder, o comando, o luxo” quando o povo pegasse em armas:

“Fora aos ladrões, mas para mandá-los embora será necessário decidirem-se a pegar em armas.

É isso que resta a fazer ao povo sangrado, torturado, zombado.

Ó, venha o dia em que, com armas em punhos, o povo gritará pela última vez: fora os ladrões!”¹⁷¹

¹⁶⁸ Ofício da Intendência Municipal para o chefe de polícia de São Paulo, 29/8/1893, Acervo Permanente – Polícia – C2756, AESP.

¹⁶⁹ Ofício da Intendência Municipal para o chefe de polícia de São Paulo 11/10/1893, Acervo Permanente – Polícia – C2762, AESP.

¹⁷⁰ “Teatri” *L'Asino Umano*, n° 14, 3/12/1893.

¹⁷¹ “Fuori e ladri” *L'Asino Umano*, n° 14, 3/12/1893.

A força desta afirmação era amplificada pela nota – também assinalada - que seguia o artigo em questão: uma crítica à perseguição que os anarquistas vinham sofrendo em diversos países, na Europa e na América, e a manifestação de apoio àqueles “fortes combatentes” do partido anárquico.¹⁷² Como se não bastasse, mais adiante havia a publicação de um pedido de subscrição em favor da família de Paolino Pallás, anarquista espanhol que atentara em setembro daquele ano contra o General Martinez Campos, em Barcelona, como retaliação à execução dos anarquistas em Jerez, e que fora executado dias depois. O destaque à nota veio acompanhado de uma observação manuscrita no pé da página (em parte mutilada), afirmando que Pallás fora fuzilado na Espanha e que o fato dera lugar a vinganças com explosões de bombas no teatro Lyceum, em Barcelona.

Nos outros números disponíveis de *L'Asino Umano*, ambos de março de 1894, há vários artigos que tratam tanto do anarquismo como de manifestações anarquistas e de militantes ao redor do mundo. Na edição de 11 de março, foi publicado um longo texto sobre Francesco Saverio Merlino, companheiro de Malatesta, então preso como anarquista. O artigo traça uma biografia do militante italiano, louvando seus feitos e convicções, e chamando-o de “amigo e companheiro”.¹⁷³ Nessa mesma edição, há também um texto cuja epígrafe “Anarquista é o pensamento e na direção da anarquia anda a história”, de Giovanni Bovio, já indica seu tema e tom. O artigo reflete sobre as resistências encontradas pelo pensamento socialista-anárquico, e faz referência à intenção da “burguesia” de desacreditar e desmoralizar seus militantes, insistindo na imagem do anarquista como assassino.¹⁷⁴ O número 28, de 25 daquele mês, também publicou artigos sobre anarquismo e socialismo, como “La marcia del socialismo in Itália” [A marcha do socialismo na Itália], a respeito do desenvolvimento das idéias socialistas e anarquistas naquele país, assim como o “Spropositi professorali” [Disparates professorais], em que Emilio Massardo rebateu críticas contra os socialistas, apresentando uma discussão sobre a propriedade privada, apontada como forma de expropriação e exploração.

L'Asino Umano também era porta-voz do Centro Socialista Internacional – como anunciava em seu cabeçalho –, fundado em 1893 em São Paulo com sede na rua São José (hoje Libero Badaró) e que contava com simpatizantes de várias tendências políticas. Além

¹⁷² “Trottando per il mondo” *L'Asino Umano*, n° 14, 3/12/1893.

¹⁷³ “Francesco Saverio Merlino” *L'Asino Umano*, n° 26, 11/3/1894.

¹⁷⁴ *L'Asino Cieco*. “Riflessione” *L'Asino Umano*, n° 26, 11/3/1894.

de vários socialistas, contou também com a participação dos anarquistas Felice Vezzani, Giuseppe Consorti e Augusto Donati.¹⁷⁵ Este Centro encontrava-se sob vigilância policial, por ter sido feita uma denúncia de que nele “celebravam-se reuniões públicas, que visavam ao desenvolvimento da tenebrosa doutrina”¹⁷⁶ – leia-se: o anarquismo. Representantes da polícia chegavam mesmo a participar das reuniões, o que era sabido pelos membros integrantes do Centro¹⁷⁷ – quer eles tivessem a intenção de serem notados, quer estivessem sob disfarce. A relação tão claramente explicitada entre o Centro Socialista Internacional, seus membros e *L’Asino Umano* provavelmente não era um fator que abonasse este último – o que talvez explique o fato de que, no último número desse periódico, não constasse mais referência ao Centro Socialista Internacional.

Apesar de suspeitas de apoio a ações anarquistas (normalmente identificadas, naquele momento, com atentados e com a “propaganda pela ação”) não estarem previstas pelo decreto 1565 nem serem alvo de outras leis brasileiras de então, tais manifestações não haviam passado despercebidas. No entanto, ainda que não se tenha encontrado nenhuma referência desse momento sobre o motivo alegado pelas autoridades policiais para a suspensão do jornal, anos mais tarde foi dito que em 1894 haviam sido publicados “alguns números do jornal em italiano denominado *L’Asino Umano*, o qual foi logo suspenso *por não achar-se devidamente legalizado*” (grifos meus) – sem referências a seus artigos sobre a Revolta da Armada, nem acusações de professar doutrinas subversivas.¹⁷⁸

Poucos dias da depois da suspensão de *L’Asino Umano*, Felice Vezzani comunicou ao chefe de polícia o início da publicação de *La Bestia Umana* – “periódico humorístico” - e quase homônimo do recém suprimido jornal. Vezzani era pintor, natural de Bolonha, e chegara em São Paulo em fevereiro de 1893, ao ser chamado por um amigo também pintor, “para ajudá-lo em um trabalho de pintura” (que não chegou a realizar-se). Nessa cidade, teria encontrado “alguns companheiros de fé”, aos quais se uniu para “constituir em São

¹⁷⁵ Martino Stanga. “Il movimento sociale al Brasile - Rassegna Cronologica” *La Propaganda Libertaria*, nº 3, 31/8/1913. Sobre o Centro Socialista Internacional, ver também Isabelle Felici. Op. cit., p. 372.

¹⁷⁶ *Relatório apresentado ao Secretário dos Negócios da Justiça do Estado de São Paulo pelo Chefe de Polícia Theodoro Dias de Carvalho Júnior em 31 de janeiro de 1895*. doc. cit., p. 5.

¹⁷⁷ Carta de Felice Vezzani ao chefe de polícia de São Paulo, 7/7/1894, Acervo permanente – Polícia – C2769, AESP.

¹⁷⁸ Observações da polícia de São Paulo no ofício reservado do cônsul da Itália, 21/1/1896, Acervo Permanente – Polícia – C2832, AESP.

Paulo o Centro Socialista Internacional” do qual foi membro da Comissão Administrativa.¹⁷⁹

No dia 31 de março, circulou pela capital paulista a única edição de *La Bestia Umana*, com o firme propósito de chamar a atenção para a suspensão forçada de *L’Asino Umano*. O “periódico semanal ilustrado” – como se definia em seu cabeçalho – apresentou uma série de continuidades em relação ao colega: além de também ser redigido em italiano e ter como diretor responsável um colaborador assíduo de *L’Asino*, Felice Vezzani, manteve a primeira página destinada a ilustrações e versos. A quarta página continuou a ser reservada para “Anúncios a pagamento” e repetiu exatamente os mesmo reclames dos últimos números de *L’Asino*: do Banco Ítalo-Americano, que comprava moedas de várias nacionalidades; do Restaurante do Viaduto, que servia variedades de vinhos italianos; do Hotel do Commercio e Restaurante Colônia Italiana, que oferecia pratos italianos e brasileiros a seus clientes a qualquer hora do dia; de um armazém de secos e molhados especializado em vinhos italianos; de uma drogaria que importava produtos químicos do estrangeiro; de serviço de médico, pintores, encanadores e alfaiates; até mesmo oferta de emprego para trabalhar nas ferrovias (anúncios que possivelmente interessariam aos imigrantes italianos).¹⁸⁰ Inclusive a tipografia era a mesma apresentada nos últimos números de *L’Asino*: Tipografia Hennies Irmão, na rua da Caixa d’Água, 1-6.

La Bestia Umana também manteve a referência do título aos trabalhadores tratados como bestas de carga. Desta vez, porém, o trabalhador não foi zoomorfizado na ilustração: em seu cabeçalho, vê-se o desenho de um homem barbado, de cabelos longos e maltratados, roupas esfarrapadas, restos das correntes que o prendiam em uma das mãos e uma cangalha por terra. Com um dos pés descalços, o homem empurra a carroça que provavelmente puxava e dela caem os mesmos personagens que o “asno humano” escorraçava: capitalistas, generais, soldados, padres, reis. A epígrafe de *La Bestia Umana*, por sua vez, estava ainda mais relacionada ao à alegoria representada na ilustração do que

¹⁷⁹ Carta de Felice Vezzani ao chefe de polícia de São Paulo, 7/7/1894, doc. cit. Vezzani participou da publicação de *L’Avvenire* em Buenos Aires, jornal que circulou na capital Argentina entre 1896 e 1904. (ver: Juan Suriano. *Anarquistas – Cultura e política libertaria en Buenos Aires (1890-1914)*. Buenos Aires: Ediciones Manatíal SRL, 2001.) Também colaborou com o periódico *L’Agitazione*, de Ancona e foi autor dos opúsculos *Alle madre d’Italia*, publicado pela Bibliothéque de Temps Nouveaux, em 1899, também editado em Buenos Aires: Buenos Aires: Libreria Sociológica, 1899; e *Fascismo : bozzetto sociale in due atti / F. Vezzani ; prefazione di Alere Flammam*. Paris : Editio a cura del Comitato Anarchico Pro V.P. [Vittime Politiche] d’Italia, 1932.

¹⁸⁰ *L’Asino Umano*, nº 26, 11/3/1894; idem, nº 28, 25/3/1894; *La Bestia Umana*, nº 1, 31/3/1894.

aquela de *L'Asino Umano*: “Quem não quiser transportar a carga, que levante a cabeça”¹⁸¹ – referindo-se, portanto, claramente ao movimento de libertação que o homem do desenho fizera.



Cabeçalho de *La Bestia Umana*, nº 1, 31/3/1894, AESP.

O conteúdo do jornal, por sua vez, era um claro protesto contra a suspensão da outra folha: na primeira página, via-se a ilustração de um ser meio homem, meio asno sendo decapitado, sob o título de “La decapitazione dell’Asino Umano” [a decapitação do Asno Humano]. Um texto em versos, no estilo dos publicados por *L’Asino*, acompanhava-a, e narrava alegoricamente a intimação dos redatores do jornal e sua suspensão; a quase totalidade dos outros artigos também trataram da suspensão daquele jornal, de maneiras mais ou menos irônicas.¹⁸² Havia ainda alguns artigos de defesa do socialismo, como o artigo de apresentação “A chi legge” [A quem lê], em que apresenta seu objetivo: combater “por um alto ideal – o socialismo – não aquele castrado dos diletantes do legalitarismo, politiquero, mas aquele puro da *tabula rasa* de todas as desigualdades sociais.”¹⁸³ (grifo no original). Publicaram-se também outros textos de críticas às autoridades italianas e ao

¹⁸¹ “Chi non vuol portar la soma alzi la testa”.

¹⁸² *La Bestia Umana*, nº 1, 31/3/1894.

¹⁸³ “A chi legge” *La Bestia Umana*, nº 1, 31/3/1894.

tratamento a que eram submetidos trabalhadores italianos no Brasil,¹⁸⁴ mas nada sobre a Revolta da Armada.

Aparentemente a única precaução tomada pelas autoridades paulista foi a de determinar que se acompanhassem as edições de *La Bestia Umana*.¹⁸⁵ No entanto, o chefe de polícia de São Paulo recebeu, no dia seguinte ao seu aparecimento, uma denúncia de que esse jornal pertencia a anarquistas italianos, e poucos dias depois, Vezzani era intimado a suspender a publicação do periódico.¹⁸⁶ A portaria que determinou sua suspensão, no entanto, não fez referência a tal denúncia, nem tão pouco ao conteúdo supostamente anarquista do periódico: antes, nela se lia que o responsável deveria fazer cessar sua publicação por haver inserido, “em diversos números, artigos subversivos da ordem pública e ofensivos à dignidade nacional”.¹⁸⁷ Para um jornal que publicara um único número, seus artigos tinham surtido efeitos surpreendentes. O alvo dos artigos do jornal havia sido exatamente a polícia paulista, por tratarem quase que exclusivamente da suspensão de outro órgão da imprensa operária e italiana, e a polícia reagira de acordo e com as medidas que, graças ao estado de sítio, estavam ao seu alcance: levantando o decreto 1565 contra o periódico.

Felice Vezzani foi preso dez dias mais tarde como anarquista, em 15/4/1894, junto com mais dez indivíduos também suspeitos de serem “adeptos extremados da perigosa seita”.¹⁸⁸ Todos saíam de uma reunião que então se dera no Centro Socialista Internacional para decidir sobre as comemorações o próximo Dia do Trabalho. O chefe de polícia de São Paulo, Theodoro Dias de Carvalho Junior, apontou exatamente tais preparativos como motivo da prisão dos indivíduos – “se discutiam os graves acontecimentos preparados para o dia 1º de maio, data em que comemoravam a data do trabalho” –, sugerindo, no entanto, que se tratavam de preparativos secretos, quando as reuniões do Centro Socialista Internacional tinham sido constantemente tornadas públicas por *L’Asino Umano*.

¹⁸⁴ “Prodezze solite” *La Bestia Umana*, nº 1, 31/3/1894.

¹⁸⁵ Requerimento de Felice Vezzani ao chefe de polícia de São Paulo, 31/3/1894, Acervo permanente - Polícia – C2772, AESP.

¹⁸⁶ Carta do diretor do *Diário Oficial* ao chefe de polícia de São Paulo, 2/4/1894, Acervo permanente - Polícia – C2772; Intimação ao diretor responsável do jornal *La Bestia Umana*, Felice Vezzani, de 5/4, Acervo permanente – Processos Policiais – C3224, AESP.

¹⁸⁷ Portaria nº 304 de 5/4/1893, anexada à Intimação ao diretor responsável do jornal *La Bestia Umana*, Felice Vezzani, de 5/4/1894, doc. cit.

¹⁸⁸ *Relatório apresentado ao Secretário dos Negócios da Justiça do Estado de São Paulo pelo Chefe de Polícia Theodoro Dias de Carvalho Júnior em 31 de janeiro de 1895*. doc. cit., p. 5.

A suspensão de *La Bestia Umana* e a prisão de seu fundador e principal (se não único) redator foram tratadas como assuntos diversos pelo chefe de polícia em seu relatório anual ao Secretário da Justiça. Por um lado, afirmou que o periódico – entre outros – fora suspenso devido ao “procedimento pouco patriótico” que tivera no que dizia respeito aos acontecimentos concernentes à Revolta da Armada, por inserir “em suas colunas editoriais [e] artigos subversivos à ordem” e baseado no decreto 1565 que regulava a liberdade de imprensa. Vezzani, por outro lado, foi preso numa ação policial considerada “o fato de maior importância, (sic) que se liga à segurança pública no decurso do ano de 1894”, numa medida “contra o anarquismo, que nesta capital [em São Paulo] tentava lançar as suas subversivas teorias.”¹⁸⁹ Provavelmente, o chefe de polícia não achou que os jornais até então publicados eram formas de “lançar as subversivas teorias”, ou então simplesmente não quis chamar a atenção para tal possível estratégia dos anarquistas.

As possíveis relações entre *L'Asino Umano*, *La Bestia Umana* e o anarquismo não foram salientadas nos documentos oficiais da polícia paulista. Antes, sobre o jornal *Gli Schiavi Bianchi*, que também trouxe – entre 1892 e 1893 – artigos com referências positivas ao anarquismo, mas que não pode ser descrito como anarquista propriamente dito, houve uma maior preocupação em suspender tal “folha incendiária” com a qual seu diretor, Galileo Botti, buscava “subverter a ordem pública desta Capital [São Paulo], levantando contra as autoridades constituídas os seus compatriotas, aos quais incitava a revolta já por meio de avulsos impresso, já por meio do jornal *Gli Schiavi Bianchi*”.¹⁹⁰ Porém, contra os periódicos *L'Asino Umano* e *La Bestia Umana* parece ter pesado mais o contexto político de então, o longo estado de sítio e as preocupações com a Revolta da Armada. Pesou mais o envolvimento dos jornais com o cotidiano do país em que seus redatores haviam se instalado, do que as idéias subversivas que por venturas tencionassem lançar.

Em breve, porém, um jornal viria a substituir essas duas últimas iniciativas de propaganda suspensas em 1894, cujo título – *L'Avvenire* [O futuro] –, escolhido recorrentemente pelos militantes anarquistas de diversas regiões, destacava a visão prospectiva e idealista dos libertários.¹⁹¹

¹⁸⁹ Idem.

¹⁹⁰ Ofício do chefe de polícia de São Paulo ao Ministro da Justiça, 26/6/1892, doc.cit.

¹⁹¹ De acordo com a obra *Il Movimento Operaio – Dizionario Biografico*, houve vários jornais publicados na Itália e mesmo em outros países intitulados *L'Avvenire* – nem sempre declaradamente anarquistas,

L'Avvenire

Em 22 de novembro de 1894, o chefe de polícia de São Paulo, Theodoro Dias de Carvalho Júnior, recebia pelas mãos do 1º Subdelegado de polícia do Brás um exemplar do “jornal anarquista *L'Avvenire*”. Segundo a autoridade, o periódico fora distribuído durante a noite naquela freguesia e o número que enviava à chefatura de polícia havia sido “encontrado na porta do distinto cidadão Pasquali Martini”, que o entregara àquele subdelegado.¹⁹² O ofício desta autoridade também procurou informar ao chefe de polícia que o periódico era publicado na rua da Abolição, número 23, um pouco distante daquela subdelegacia, já na região do Bexiga (Bela Vista).

O chefe de polícia demonstrou, em sua resposta, grande interesse em saber mais sobre aquela folha: no próprio verso do ofício do subdelegado do Brás, escreveu um *memorandum* solicitando que o número incluso fosse traduzido – uma vez que o jornal era redigido principalmente em italiano, contando com apenas um artigo em português – e instruindo a autoridade daquela freguesia “para abrir inquérito pelo qual verifique a tipografia em que é impresso, o redator, colaboradores e pessoal tipográfico.”¹⁹³

Algumas daquelas informações, porém, já haviam sido fornecidas pelo próprio “redator responsável” de *L'Avvenire*, Alfredo Casini,¹⁹⁴ quando enviou dias antes, em 17 de novembro, a declaração de que o primeiro número daquele periódico quinzenal viria a lume no dia seguinte.¹⁹⁵ Casini declarou ainda ser residente na Rua da Abolição, número 23,

declarando-se alguns internacionalistas, outros ainda socialistas. Já em 1878, um periódico intitulado *L'Avenire* fora publicado em Modena; pouco depois da publicação de *L'Avvenire* em São Paulo, vinha a lume um homônimo em Viena (novembro de 1895) e Felice Vezzani participaria da fundação de outro em Buenos Aires a partir de 1896. Nos anos posteriores, surgiram vários *L'Avvenire* em cidades da Itália (L'Aquila, Belluno, Bolonha, Módiça, Pistoia, Pisa) e mesmo nos Estados Unidos (New Kesington, Pensilvânia, em 1909) (Franco Andreucci e Tommaso Detti (org.) *Il Movimento Operaio Italiano – Dizionario Biografico (1853-1943)*. Roma: Editori Riuniti, (várias datas).)

¹⁹² Ofício do 1º Subdelegado de polícia do Brás do chefe de polícia de São Paulo, 22/11/1894, Acervo Permanente – Polícia – C2774, AESP.

¹⁹³ Memorando do chefe de polícia de São Paulo, em 22/11/1894, no verso do ofício do 1º Subdelegado de polícia do Brás do chefe de polícia de São Paulo, 22/11/1894, doc. cit.

¹⁹⁴ Alfredo Casini chegou em novembro de 1891, pelo vapor *Giava* (Livros de Registro da Hospedaria de Imigrantes, livro 30, pp. 118 e 146, Memorial do Imigrante/ Museu da Imigração, São Paulo.)

¹⁹⁵ Declaração de Alfredo Casini ao chefe de polícia de São Paulo, 17/11/1894, Acervo Permanente – Polícia – C2769, AESP. Ainda que o redator responsável do jornal tivesse anunciado sua periodicidade como quinzenal, mantida durante o tempo em que circulou em São Paulo, *L'Avvenire* indicou uma regularidade menos constante pela inscrição em seu cabeçalho “Sai quando pode”, que viria a ser adotada por outros

mesmo endereço apontado pelo subdelegado do Brás e indicado no cabeçalho de *L'Avvenire*. A reação naquele momento fora bem menos inquisitiva: foi solicitado apenas que se juntasse um exemplar à declaração e que ambos fossem arquivados.¹⁹⁶ É muito provável que tivesse pesado nos cuidados que o chefe de polícia demonstrou então o fato de o jornal ter sido descrito como “anarquista” pelo subdelegado do Brás, epíteto que deve ter sido também utilizado pelo italiano que o entregara à autoridade no intuito de delatar as movimentações de grupos anarquistas naquela freguesia e de afirmar sua total independência em relação a tais indivíduos.

Em seu primeiro número, que veio a lume no dia 18 de novembro, como anunciado por Casini, *L'Avvenire* efetivamente não escondeu sua filiação política – ainda que o termo “anarquia” tenha sido usado então com parcimônia, sendo mais recorrente nas edições que se seguiram. Não obstante, as referências a anarquistas e ações desses militantes estiveram presentes nas colunas desse primeiro número. Entre as segunda e terceira páginas, por exemplo, um artigo poderia ter alarmado Pasquale Martini por causa das referências a atos radicais e violentos, e assim apressado o italiano a se livrar daquela folha:

“A Europa se agita.
As greves, as revoltas, as explosões, os fatos individuais aumentam na medida e em razão direta com o crescimento da miséria e das perseguições mais obstinadas da burguesia reinante.
 Prisões seguem mais prisões, os tribunais distribuem séculos e séculos de reclusão (...).
 Bem, quem são estes mártires que se sucedem tão numerosos?
 O que querem? (...)
 Querem redimir a humanidade do jugo capitalista e inaugurar uma sociedade de livres e iguais, combatendo autoridade e propriedade, pontos principais de uma sociedade corrompida e infame como é a de hoje. (...)
 E por isso que nós, dessas regiões longínquas onde o egoísmo é possante e o altruísmo ainda jovem nas mentes da população, mandamos uma saudação a vós, novos Spartacus, que das prisões de nosso opressores, incutem em nossas almas coragem e vontade para o prosseguimento da vossa enérgica tarefa.
 Coragem e avante! O dia da redenção não está distante; o futuro é nosso.”¹⁹⁷ (grifos meus)

Essa declaração de solidariedade aos companheiros distantes que se encontravam presos e mesmo condenados à morte – em referência provável à situação da Itália e da

periódicos anarquistas. Com isso, mantinha menos rígida a necessidade de trazer a lume uma edição a cada duas semanas, caso não contasse com recursos financeiros suficientes para a impressão dos exemplares. Sobre a periodicidade dos jornais anarquista em São Paulo, ver Cláudia F. Baetal Leal. *Op. cit.*, pp. 78-79.

¹⁹⁶ Observação a lápis na Declaração de Alfredo Casini ao chefe de polícia de São Paulo, 17/11/1894, doc. cit.

¹⁹⁷ “Giustizia Umana” *L'Avvenire*, nº 1, 18/11/1894.

França, onde a repressão a socialistas e (principalmente) anarquistas recrudesceu bastante durante 1894, com várias prisões, deportações, decretos de *domicilio coatto* e até execuções – essa declaração situava o jornal ao lado dos “milhares de pais de família”, dos “milhares de jovens”, desses mártires numerosos, e mostrava senão simpatia, então ao menos compreensão em relação às suas ações, fossem elas “greves, revoltas, explosões, atos individuais”. Elas seriam o resultado do “crescimento da miséria e das perseguições mais obstinadas da burguesia reinante” e seus autores, “sentinelas avançadas do partido socialista anárquico, [que] lutam sem trégua pela transformação da sociedade.”¹⁹⁸

Vale mencionar também que, em destaque na terceira página do periódico, ao lado do artigo “Giustizia Umana” (apresentado acima), havia um quadro que ocupava quase um terço da folha em homenagem a August Spies, Albert Parsons, George Engel, Adolph Fischer e Louis Lingg, os “Mártires de Chicago”, por ocasião do sétimo aniversário de sua execução:

“7º ANIVERSÁRIO
Spies, Parsons, Engel, Fischer, Lingg
ANARQUISTAS
Desfrutaram da graça Republicana
Liberdade ou morte
na América livre
Enfrentaram o martírio da força
afirmando a Humanidade
XI Novembro MDCCCLXXXVII
Os filhos, os irmãos, os companheiros
de escárnio da tirania burguesa
comemoram.”¹⁹⁹

Os cinco indivíduos, junto com outros dois, Michael Schwab e Samuel Fielden, foram acusados como responsáveis pelo atentado a bomba durante uma manifestação em 4 de maio de 1886, na praça Haymarket, em Chicago. Seu envolvimento com o movimento operário naquela cidade, assim como com associações de trabalhadores, era notória e certamente havia pesado na acusação que resultou na sua morte. A referência elogiosa aos cinco anarquistas executados – de quem os responsáveis pelo jornal se aproximavam como “filhos”, “irmãos” e “companheiros” – a referência elogiosa e cúmplice, portanto, retomava, em certa medida, as agitações que o artigo “Giustizia Umana” identificara na Europa, desta vez, porém, no contexto norte-americano. Ainda que no caso específico

¹⁹⁸ “Giustizia Umana” op. cit.

¹⁹⁹ *L’Avenire*, nº 1, 18/11/1894.

desses indivíduos, naquele momento, já tivesse sido concluído que eram inocentes e que haviam sido, portanto, vítimas de uma repressão que se quis menos punitiva do que exemplar,²⁰⁰ por um lado, permanecia o envolvimento desses homens com a luta dos trabalhadores por melhores condições de vida; por outro, as críticas à punição dos militantes do “partido socialista-anárquico” e o apoio aos mesmos, presentes no artigo “Giustizia Umana”, eram reforçados nesse caso conhecido, celebrado e paradigmático. Caso este que marcaria o início da publicação de *L’Avvenire*: o jornal deveria ter vindo a lume exatamente no dia 11 de novembro, data da execução dos mártires sete anos antes, mas, por “razões independentes” da vontade de seus redatores, não pode ser então publicado.²⁰¹

Esse primeiro número de *L’Avvenire* também colocava em evidência mais vítimas “do medo, das incoerências, das velhacarias de todos os governos” – mais especificamente do governo brasileiro: os dez operários detidos em abril e que já se encontravam presos havia sete meses.²⁰² Esses “operários”, “honestos jovens” que, “motivados pelo amor à justiça e à liberdade, lançam-se nas primeiras fileiras de combatentes, e propagam as santas verdades do verdadeiro socialismo revolucionário, colocando a nu as chagas da presente ordem das coisas, e incitando o proletariado a reivindicar seus próprios direitos frente à classe dominante”, apareciam descritos na mesma chave que os militantes dos estados da Europa e da América, tanto no que diz respeito às perseguições sofridas, como no que concerne aos seus objetivos, engajamento e dedicação. Nessa perspectiva, os redatores inseriam-nos e a si próprios nas agitações revolucionárias de outras localidades;

²⁰⁰ O promotor Julius S. Grinnell, um dos grandes responsáveis pela condenação dos acusados do atentado de Haymarket em 4 de maio de 1886, teria proferido a seguinte declaração final durante o julgamento, explicitando o caráter exemplar da perseguição àqueles indivíduos: “A lei está em julgamento. A Anarquia estão em julgamento. Estes homens foram selecionados pelo Grande Júri e indiciados porque eram líderes. Eles não são mais culpados do que os milhares que os seguem. Senhores do júri: condenem estes homens, façam deles exemplos, enforcem-nos e salvem nossas instituições, nossa sociedade.” http://www.gnn.tv/threads/4913/Haymarket_and_May_Day (30/11/2005)

²⁰¹ “Por razões independentes na nossa vontade, não se pode publicar o jornal no domingo passado, dia 11, como havíamos anunciado a muitos amigos e companheiros./ Isso não trará danos, pois a matéria que vem publicada neste [número] é sempre de atualidade.” *L’Avvenire*, nº 1, 18/11/1894.

²⁰² “Gli arrestati del 15 aprile” *L’Avvenire*, nº 1, 18/11/1894. O assunto ocupou grande espaço durante quase todo o tempo de publicação do jornal, mesmo depois da soltura dos italianos. Além do artigo citado, ver também “Per gli arrestati” (*L’Avvenire*, nº 2, 2/12/1894); “Finalmente”, no qual se comemorou a libertação dos dez presos (*L’Avvenire*, nº 3, 16/12/1894); “La protesta de un padre contro un vigliacco” – menção à carta de protesto de Vincezo Campagnoli, pai de Arturo Campagnoli, contra o cônsul italiano conde de Brichanteau, publicada em *Il Fanfulla* (*L’Avvenire*, nº 4, 30/12/1894) e “A una spia”, com críticas a esse mesmo cônsul (*L’Avvenire*, nº 7, 10/2/1895). Sobre os dez italianos presos em abril de 1894, ver o capítulo I - “Anarquismo e segurança pública” desta tese.

aproximavam-nos e a si próprios dos militantes responsáveis por elas, como se pode perceber inclusive no trecho citado acima, em que os redatores de *L'Avvenire* mandavam, das “regiões longínquas” onde se encontravam (leia-se: da distante capital paulista) saudações aos “novos Spartacus” que incutiam “coragem e vontade para o prosseguimento da vossa enérgica tarefa.”²⁰³

No entanto, desde sua primeira página o ideal defendido pelo periódico já havia sido apresentando detalhadamente no artigo “Chi siamo? Che vogliamo?” [Quem somos? O que queremos?].²⁰⁴ O texto foi iniciado com a afirmação: “Antes de mais nada, somos Socialistas”, para, em seguida, abrir espaço a uma longa explanação sobre o significado do socialismo naquele momento e os diversos aspectos da organização social em que o defendiam. A explanação abordou os campos econômico, educacional, religioso, moral (na análise da instituição familiar) e político, dando-se em referência a este último a discussão sobre anarquia: segundo seu autor, o ideal político do socialismo se afirmava “antipatriótico e antiautoritário ou anárquico.”

“Politicamente, considerando que as formas políticas não são nada mais que um corolário das relações econômicas; que o Estado – monarquia ou república, que seja – é defensor e cúmplice natural dos privilégios da burguesia dominante, e por conseqüência é, inevitavelmente, inimigo das classes deserdadas, a quem nega a liberdade, a justiça e a instrução, e que persegue todas as vezes que tentam emancipar-se. (...)

Nós propomos de substituir a atual organização do Estado autoritário pelas relações administrativas dos trabalhadores, federados em um pacto livre e em livres associações, tendo como base a produção, as trocas e o consumo, isto é, a *Anarquia*. É portanto necessário combater hoje a mentira da representação geral, o engodo do poder de delegação através dos votos, cujo resultado é a abdicação da vontade de cada um (...).”²⁰⁵

É interessante perceber como a idéia de anarquia é, de certa maneira, introduzida no texto como uma conseqüência fatal, inevitável ou, no mínimo, coerente. A primeira metade do artigo é dedicada quase exclusivamente a apontar os avanços da ciência e da tecnologia que facilitavam a produção e os transportes; que conseqüentemente tornam os processos produtivos mais coletivos, e as fronteiras nacionais menos rígidas; e que aproximavam as necessidades e objetivos dos indivíduos. As idéias socialistas – no que concerniria a produção, distribuição, relações pessoais e familiares – fariam parte desse processo no sentido em que corresponderiam “às condições fisiológicas e psicológicas do homem, nas

²⁰³ “Giustizia Umana” op. cit.

²⁰⁴ “Chi siamo? Che vogliamo?” *L'Avvenire*, nº 1, 18/11/1894.

²⁰⁵ Idem.

tendências do movimento histórico que determinam de forma clara e concreta as leis provenientes da *associação pela luta*, [ao] fato de que as funções do organismo social, que antes eram individuais, tendem a se tornarem sempre mais coletivas” (grifo no original). Daí as críticas socialistas à propriedade individual das riquezas, que iam de encontro a essa tendência à coletividade e provocavam “atritos, perigos e crises” – os quais os redatores certamente criam que seus leitores identificariam no seu dia-a-dia; daí também a proposta de substituir esse sistema pela “propriedade comum das riquezas e dos instrumentos de produção.”

A anarquia, por sua vez, como se lê acima, era a forma política que deveria substituir os sistemas vigentes, “monarquia ou república, que seja”, o que corresponderia não apenas ao projeto socialista anárquico, mas ao próprio movimento do “organismo social”, já que “as formas políticas” são apontadas como “nada mais que um corolário das relações econômicas”. A defesa da coletividade no plano econômico era transposta para a organização política na forma da federação de trabalhadores em livres associações, baseadas em relações administrativas e não de poder – o que significava também negar a representação parlamentar e, portanto, o socialismo legalitário. Isabelle Felici, ao apresentar *L’Avvenire* em sua tese sobre o movimento anarquista no Brasil, sublinhou a grande quantidade de críticas aos partidários do socialismo legalitário – principalmente europeus –, que defendiam a concorrência em eleições representativas, e o fato de as colaborações com socialistas ativos em São Paulo cessarem então.²⁰⁶ A autora procurou, nesse sentido, frisar que o jornal fundado por Alfredo Casini, entre outros, era “inteiramente consagrado à propaganda anarquista” e, diferentemente dos anteriores – especificamente *Primo Maggio*, *Gli Schiavi Bianchi* e *L’Asino Umano* –, era mais político.²⁰⁷

No que diz respeito à sua filiação aos princípios anarquistas, vale também recuperar a afirmação de Augusto Donati, publicada por *O Amigo do Povo* em 1902, segundo o qual

²⁰⁶ Isabelle Felici cita principalmente a coluna “Colpi di spillo” das edições de 16/12/1894 e 30/12/1894, com críticas a socialistas legalitários como Jules Guedes, Liebknecht. (Isabelle Felici. Op. cit., p. 97) Ver também “Faze o que quiseres” *L’Avvenire*, nº 2, 2/12/1894; “Paliativos insolentes” idem, nº 4, 30/12/1894; “Alleanza dei partiti socialisti” idem, nº 7, 10/2/1895. No entanto, na sessão “In giro pel mondo” da segunda edição de 1895, os redatores elogiaram as eleições de dois deputados socialistas na Itália: Garibaldi Bosco, já condenado a doze anos de trabalho forçado com o também socialista De Felice, perseguido por Francesco Crispi depois dos acontecimentos de Sicília e Carrara em 1894; e Andrea Costa. Mais do que defender o recurso da representação parlamentar, porém, os redatores de *L’Avvenire* festejavam aquelas eleições “um belo e bom tapa no senhor Crispi” (*L’Avvenire*, nº 6, 27/1/1895)

²⁰⁷ Isabelle Felici. Op. cit., 97.

L'Avvenire fora “o primeiro jornal francamente socialista anárquico” a ser publicado em São Paulo.²⁰⁸ Martino Stanga, em sua “resenha cronológica” sobre o movimento social no Brasil, publicada em parte pelo jornal anarquista *La Propaganda Libertária* em 1914, descreveu *L'Avvenire* como um “jornal de propaganda anárquica”.²⁰⁹ Nas edições do periódico – dez entre novembro de 1894 e março de 1895, e três entre julho e agosto desse mesmo ano –, publicaram-se artigos em que a adesão ao anarquismo por parte de seus redatores era explicitada:

“A cada um e de cada um segundo a sua vontade.

Fórmula mais concreta para expressão do ideal anárquico, do que a que nos serve de epígrafe, cremos que não poderá encontrar-se. Nela se resumem por assim dizer, os nossos princípios, e por consequência, ela deve ser o nosso cavalo na batalha ao emprendermos a luta da discussão, com todos os nossos adversários.”²¹⁰

“Nós nos declaramos anarquista revolucionários. (...)

Companheiros, nas ações somos revolucionários, nas palavras filósofos anarquistas. Que a nossa amenidade nas discussões esteja a altura nas nossas aspirações, mas que os nossos atos de rebelião estejam à altura das nossas necessidades.”²¹¹

Havia, no entanto, aspectos do anarquismo que eram defendidos com especial vigor nas colunas de *L'Avvenire*. Uma delas era a organização dos trabalhadores: “Seja esta a palavra de ordem de todos os homens de boa vontade”, conforme se publicou na primeira edição de 1895.²¹² Por um lado, discutia-se com aqueles que defendiam a livre iniciativa e entendiam a organização em associações como uma forma de sucumbir ao autoritarismo e de reproduzir as relações existentes. Inseriam-se, portanto, na discussão entre organizacionistas e anti-organizacionistas que excitavam muitos militantes na Europa. Por outro lado, procurava-se estimular os trabalhadores – leitores alvo daquele periódico – a unirem-se aos grupos que já se haviam formado, cujos programas geralmente assemelhavam-se ao daquele jornal, conforme seu redator alegremente sublinhou.²¹³

²⁰⁸ A. Donati. “Recordemos, pois...” *O Amigo do Povo*, nº 4, 24/5/1902.

²⁰⁹ Martino Stanga. “Il movimento sociale al Brasile – Rassegna Cronologica” Arquivo Ugo Fedeli, pasta 101 – “Movimento Sociale al Brasile”, IISG, Amesterdan, Holanda.

²¹⁰ “Faze o que quiseres” *L'Avvenire*, nº 2, 2/12/1894.

²¹¹ “Rivoluzione e Anarchia” *L'Avvenire*, nº 5, 13/1/1895.

²¹² “Organizzazione” *L'Avvenire*, nº 5, 13/1/1895.

²¹³ Ainda que os redatores de *L'Avvenire* tenha firmado, desde seu primeiro número, uma interlocução com “companheiros” e “amigos” (ver “Ai compagni e agli amici” *L'Avvenire*, nº 1, 18/11/1894), o que indica uma certa proximidade e familiaridade entre os responsáveis pelos jornais e aqueles a quem se dirigiam, é possível afirmar que o público a que visavam não se restringia àqueles que compartilhavam de suas idéias, mas envolvia, no limite, todos trabalhadores italianos, os de nacionalidade brasileira e portuguesa – a julgar pela inserção de uma coluna em português em praticamente todas edições publicadas – e até homens e mulheres

A educação também assumia um papel importante no projeto político dos redatores de *L'Avvenire*. Além da condenação ao acesso restrito a escolas e a uma educação controlada por setores da sociedade muito comprometidos com os próprios interesses, a educação era apresentada como um meio através do qual, se oferecida integral e gratuitamente, possibilitaria cada uma a “manifestar as suas atividades, segundo a própria vocação e para o melhor interesse do consórcio civil.”²¹⁴ Mesmo os progressos da ciência são apresentados como formas de tornar a educação mais acessível e mesmo libertadora: ao opor a pedagogia de antes à de então, um dos redatores afirmou que “o espírito da ciência [impunha] um ideal completamente oposto de educação positiva, emancipadora e expansiva, tendo por fim o engrandecimento do ser e o desenvolvimento de todas as suas atividades.”²¹⁵ Segundo esse jornal, em sua crença e boa vontade em relação aos progressos da ciência, o mundo testemunhava a criação de uma “educação sã e redentora, progressiva por essência” e era esse o maior legado que se poderia deixar para a próxima geração.

As relações com o anarquismo internacional e seus militantes, por sua vez, foram enfatizadas, expressas e construídas de diferentes maneiras: não se tratava apenas de transcrever textos de autores anarquistas consagrados, como Pietro Gori, Kropotkin, ou de discutir a obra de militantes da importância de Carlos Cafiero,²¹⁶; ou ainda da transcrição de artigos de periódicos de outros países;²¹⁷ nem tampouco somente de buscar uma cobertura acurada dos eventos envolvendo anarquistas em outras regiões; ou ainda de estampar comentários sobre questões internacionais; mas de um apanhado de todos esses aspectos. Um aspecto importante desse contato que procuravam estabelecer com militantes de outras regiões, assim como da inserção que buscavam no movimento anarquista internacional pode ser notado, por exemplo, através da correspondência que trocavam com várias localidades. Isso fica claro através da sessão “In barba al Correo” [Nas barbas do correio], publicada a partir do número 5 e dedicada à correspondência do jornal com leitores e colaboradores. Além de interlocutores – indivíduos indicados pelas iniciais ou

em geral, operários ou não. Sobre o público almejado pelos redatores de jornais anarquistas em São Paulo, ver os itens “Público alvo da propaganda” e “Imprensa libertária” do capítulo I – “Ação Libertária” de minha dissertação de mestrado. (Claudia F. Baeta Leal. Op. cit., pp. 42-45 e 71-81.)

²¹⁴ “Chi siamo? Che vogliamo?” op. cit.

²¹⁵ “A educação integral” *L'Avvenire*, nº 3, 16/12/1894.

²¹⁶ “Pensieri di Carlo Cafiero” *L'Avvenire*, nº 6, 27/1/1895.

²¹⁷ Ver, por exemplo, “Dio!”, *L'Avvenire*, nºs 3 e 6, 16/12/1894 e 27/1/1895, transcrito do periódico francês *Homme Libre*.

títulos de periódicos – em localidades do estado de São Paulo, como Iguape, Jundiaí, Jaú, Amparo, Mococa, Bragança Paulista, Tietê, Sorocaba, enviavam e certamente recebiam cartas de cidades de outros estados, como Juiz de Fora e Rio de Janeiro, e de outros países (Buenos Aires, Rosário de Santa Fé, Nova York, Lisboa, Coimbra, Londres).²¹⁸

O jornal também procurou inserir seus companheiros numa enquête internacional realizada por Augustin Hamon, autor de *La Psychologie du Militaire Professionnel* (1893) e dos opúsculos *Gli uomini e la teoria dell'anarchismo* e *La Criminologia*. Em seu sexto número, por exemplo, um questionário proposto pelo autor francês foi transcrito do jornal *Corsario*, de Corunha (Espanha), dirigido aos “comunistas anárquicos” para saber quais os motivos por que estes eram e haviam se tornado anarquistas.²¹⁹ Segundo *L'Avvenire*, o questionário tinha como finalidade um estudo científico, e a análise de Hamon, que era muito conhecido pelos periódicos libertários, seria “de muita utilidades para a propaganda do ideal anarquista”. Daí a recomendação para que os leitores respondessem ao questionário e colaborassem com a iniciativa do pesquisador.²²⁰ Este questionário foi a base da obra *Psychologie de L'Anarchiste-Socialiste*, ou antes o sistema de que Hamon lançou mão para compor o perfil do anarquista socialista, ou, nos termos do autor, para estabelecer “o tipo médio ideal do anarquista-socialista, da mesma forma que o naturalista estabelece o tipo médio ideal de homem ou de outras espécie animal qualquer.”²²¹

Notava-se em suas páginas, no entanto, uma forte tentativa de fortalecer os vínculos com o país em que seus redatores estavam instalados e com a cidade em cujas ruas o jornal circulava. Isabelle Felici sublinhou que *L'Avvenire* não deixou de demonstrar interesse pelo ambiente brasileiro, mesmo com um noticiário local restrito, devido à própria natureza do jornal, que não visava primordialmente a informar, mas sim discutir e divulgar o ideal

²¹⁸ Ver as sessões “In barba al Correio” publicados por *L'Avvenire* em seus números 5 (13/1/1895), 6 (27/1/1895), 7 (10/2/1895) e 10 (17/3/1895).

²¹⁹ As perguntas do questionário eram as seguintes: “1) Por que você é anarquista socialista? 2) Por que você se tornou anarquista? 3) Qual é a sua idade, profissão e nacionalidade? 4) Deseja que sua resposta seja anônima ou não?” (“Ai Compagni” *L'Avvenire* nº 6, 27/1/1895; Augustin Hamon. *Psychologie de l'anarchiste-socialiste*. Paris : P.V. Stock Editeur, 1895, p. xi.) Augustin Hamon afirmou que o questionário, enviado para diversos países, foi publicado por alguns jornais, notadamente *El Esclavo*, o próprio *El Corsario* e *The Solidarity*.

²²⁰ “Ai Compagni” *L'Avvenire* nº 6, 27/1/1895. As respostas que os leitores de *L'Avvenire* eventualmente enviaram a Hamon, porém, provavelmente não foram aproveitadas na confecção da obra *Psychologie de l'anarchiste-socialiste*: apesar de ter sido publicada em 1895, as datas do “Préface” sugerem que o estudo já estava completo no ano anterior (novembro de 1894, em Londres, e março de 1895, em Paris) (Augustin Hamon. “Préface” *Psychologie de l'anarchiste-socialiste*. Op. cit., p. xxv.)

²²¹ Augustin Hamon. “Préface” *Psychologie de l'anarchiste-socialiste*. Op. cit., p. xi.

anarquista.²²² Além de notícias sobre acontecimentos importantes da política local e nacional, seus redatores procuraram regularmente abrir espaço a eventos envolvendo trabalhadores ou militantes em São Paulo e no Brasil.²²³ Vale ainda atentar para a inserção de uma coluna em português, reservada não ao noticiário, mas a propaganda na língua nacional do país onde era publicada, visando, portanto, a leitores brasileiros e portugueses.

Apesar da importância desses jornais para a divulgação de idéias libertárias; para a defesa de trabalhadores nacionais e imigrantes; para as denúncias contra autoridades, patrões, governos; para a afirmação pública de um órgão que se dirigia a um público operário e camponês e propunha-se como seu porta-voz, a atuação política dos militantes responsáveis por eles não se limitou à publicação periódica daquelas folhas, extravasando os limites de suas colunas, de suas páginas e de suas redações, buscando a rua, o espaço público, uma audiência mais ampla, mais diversificada e, talvez por isso mesmo, muitas vezes menos simpático aos princípios expostos; buscando também formas alternativas de propaganda e combate, colocando suas idéias em casa, na rua, em toda parte, enfim, em que conseguissem abrir caminho.

²²² Isabelle Felici. Op. cit., p. 98. Sobre a discussão a respeito das funções que os jornais anarquistas pretendiam exercer – fosse informativa, proselitista ou pedagógica –, ver Claudia F. Baeta Leal. Op. cit., pp. 71-81.

²²³ Ver, por exemplo, o artigo “La Nuova Presidenza” sobre o novo presidente eleito (*L’Avvenire*, nº 1, 18/3/1894). No que diz respeito a notícias sobre trabalhadores, ver “La marcia della fame”, em que foram apresentados dados oficiais sobre as condições de vida e trabalho na Bahia, os quais motivaram argumentos para a defesa de alternativas socialistas (*L’Avvenire*, nº 4, 30/12/1894); em “Le delizie dell’Emigrazione”, discutiu-se sobre a suspeita de cólera na Hospedaria de Imigrantes, doença que também ameaça trabalhadores no Rio de Janeiro, como se lê em “Corrispondeza da Rio – Il cólera” (idem).

IV

Anarquistas em casa, na rua, em toda a parte

“(…) com a propaganda constante que fazemos, moralizamos os costumes, lançando as bases de uma sociedade que vai se estabelecendo desde já... a revolução fazemo-la em casa, na rua, e em toda a parte. Por isso, onde quer que haja um anarquista, logo se nota a sua presença.”¹

“A manifestação pública, que para muitos representa um ajuntamento de barulhentos, é antes do que o livro, o panfleto e o jornal, o melhor meio de transformação da opinião pública, porque traz ao mesmo tempo a divulgação da idéia e a afirmação prática, embora relativa, do sentimento que a torna vivaz e respeitável. E nestas manifestações surgem, com freqüência, grandes movimentos de revolta que fazem tremer os dirigentes do regime burguês.”²

Em 1895, pouco depois da saída de Theodoro Dias de Carvalho Júnior da chefatura de polícia e da entrada do ex-delegado, Bento Pereira Bueno, seus agentes de segurança voltaram à carga contra os anarquistas, prendendo vários indivíduos em diversos pontos do estado de São Paulo, os quais procuravam celebrar o aniversário da Comuna de Paris. Em 1896, o mês de março não foi menos cruel para os anarquistas: novamente, por ocasião das comemorações da Comuna de Paris, vários indivíduos foram presos e outras detenções ocorreram em abril. Manifestações públicas de anarquistas, muitas vezes em conjunto com socialistas, também movimentaram a capital paulista em datas como o 1º de Maio, o 20 de setembro (data da unificação italiana, comemorada depois de 1898 como aniversário de morte de Polinice Mattei) e a execução dos mártires de Chicago, em 1897, 1898 e 1899.

Os anarquistas procuravam, assim, coordenar outras ações a suas outras iniciativas proselitistas, tais como suas publicações, periódicas em sua maioria, que, mesmo de forma intermitente, circularam pelas ruas, adentraram residências – nas mãos de seus moradores ou pelas frestas das portas –, principalmente com seus jornais *L'Avvenire* e *Il Risveglio*, mas também com a edição de opúsculos, livros e folhetos. Encontraram também maneiras

¹ *O Amigo do Povo*, nº 27, 30/5/1903, apud Edilene T. Toledo. *O Amigo do Povo: grupos de afinidade e a propaganda anarquista em São Paulo nos primeiros anos deste século*. Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de História do Instituto de filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993, p. 117.

² Florentino de Carvalho. “A imprensa anarquista” in: *Germinal*, nº 15, 29/6/1913.

de fazer suas idéias constar de meios não consagrados à divulgação de princípios libertários, através da ação de militantes que tinham uma maior circulação pela mídia da época do que os imigrantes vigiados pela polícia. Por outro lado, os anarquistas passaram a fazer parte do cotidiano de moradores de algumas freguesias da cidade, a princípio não como elementos perigosos, porém como trabalhadores que organizavam reuniões, discutiam acaloradamente, mas procuravam agir dentro da ordem e de maneira exemplar.

A sua notoriedade, porém, vinha com um preço. As manifestações públicas foram muito freqüentemente reprimidas pela polícia, sendo também por vezes atacadas por cidadãos, pela imprensa e pela opinião pública. Seus jornais eram denunciados, perseguidos e mesmo empastelados por causa dos artigos que publicavam, das polêmicas que acendiam ou da determinação de alguma autoridade. Os vizinhos anarquistas, por sua vez, quando descobertos pela polícia, transformavam-se em notórios dinamitistas ou pelo menos em conhecidos distantes, diante de questionamentos policiais sobre a presença e atuação daqueles indivíduos subversivos pela freguesia.

O anarquismo e seus militantes, no entanto, deixavam de ser meros assuntos de polícia, de correspondências diplomáticas, de decretos de deportação, para assumirem-se – nas fontes e pelas ruas da cidade – cada vez mais como agentes participantes do cotidiano da capital paulista, nem sempre sujeitos a ações repressivas, ainda que normalmente vigiados. Buscavam ocupar, com maior ou menos sucesso, novos espaços; incentivar mais ações; e construir formas variadas de participação na vida dos trabalhadores, procurando tanto a afirmação prática dos princípios que defendiam, como maior amplitude para a divulgação de suas idéias. Tencionavam que sua presença fosse notada em “toda a parte” – mesmo que, com isso, fossem reprimidos, presos, caluniados, até deportados.

No aniversário da Comuna de Paris

Durante a primeira fase de publicação de *L'Avvenire* (entre novembro de 1894 e março de 1895), foram editadas três edições especiais: a primeira, em homenagem aos Mártires de Chicago; a de número 7, em 10 de fevereiro, em homenagem a Antonio Zarzuela Granja, Manuel Fernandez Reina, José Fernandez Lamela e Manuel Silva Real, executados em Jerez, na Andaluzia (Espanha), vítimas da repressão que se seguiu à revolta

campesina de janeiro de 1892, e também a Augusto Vaillant, cuja execução completara um ano havia poucos dias;³ e a edição de 17 de março, em comemoração ao vigésimo quarto aniversário da Comuna de Paris. Essas duas últimas edições reservaram as primeiras páginas inteiras – no caso do número 7, a primeira para os espanhóis e a segunda para o anarquista francês – para o relato dos acontecimentos em que os executados estiveram envolvidos e para a narrativa dos eventos e significados da Comuna.

As datas comemorativas pareciam ter uma importância especial para a propaganda, anarquista, constituindo-se, por vezes, em momentos extraordinários nos quais os militantes procuravam expor sua força e agrupar simpatizantes em torno de seu ideal, de sua bandeira. Florentino de Carvalho, pseudônimo do espanhol Primitivo Raymundo Soares, publicou anos mais tarde no jornal libertário *Germinal*, um artigo em que procurou dar conta do sentido da manifestação pública para os anarquistas. Para ele,

“A manifestação pública, que para muitos representa um ajuntamento de barulhentos, é antes do que o livro, o panfleto e o jornal, o melhor meio de transformação da opinião pública, porque traz ao mesmo tempo a divulgação da idéia e a afirmação prática, embora relativa, do sentimento que a torna vivaz e respeitável. E nestas manifestações surgem, com frequência, grandes movimentos de revolta que fazem tremer os dirigentes do regime burguês.”⁴

Para além da ocupação do espaço público por trabalhadores e principalmente por anarquistas, o sentido que Florentino de Carvalho atribuiu à manifestação pública estava relacionado, por um lado, ao proselitismo característico dos militantes anarquistas; a presença na rua de companheiros e simpatizantes de um mesmo ideal contribuía não apenas para a “divulgação da idéia”, mas também para afirmação de sua força e adesão. Por outro lado, era um momento especial para mostrar as características louváveis dos militantes

³ Em janeiro de 1892, centenas de camponeses ocuparam a cidade de Jerez, na Andaluzia, em protesto às más condições de vida e trabalho. A repressão seguiu-se inexorável, com a proclamação do estado de Sítio, a prisão de centenas de indivíduos, a condenação de alguns a anos de cárceres, outros a trabalhos forçados e ainda alguns a prisão perpétua. Quatro deles – Antonio Zarzuela Granja, Manuel Fernandez Reina (ou Reinosa), José Fernandez Lamela e Manuel Silva Real – foram condenados à morte e executados em 10 de fevereiro de 1892, acusados de serem anarquistas e de pertencerem ao grupo “La Mano Negra”, cuja própria existência é questionada, mas que foi normalmente relacionado a ações violentas e a grupos de anarquista na Andaluzia. Sobre o anarquismo espanhol, ver George Richard Esenwein. *Anarchist Ideology and the working class movement in Spain, 1868-1898*. Berkeley/ Los Angeles: University of California Press, 1989, e Rafael Nuñez Florencio. *El terrorismo anarquista (1888-1909)*. Madri: Siglo XXI de España Editores, 1983. Auguste Vaillant foi executado em de 5 de fevereiro de 1894, por ter explodido em dezembro de 1893 uma bomba na Câmara dos Deputados francesa, sem que houvesse vítimas. (James Joll. “Terrorismo e propaganda pela ação” in: *Anarquistas e anarquismo*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1964, pp. 152-153.)

⁴ Florentino de Carvalho. “A imprensa anarquista” in: *Germinal*, nº 15, 29/6/1913.

libertários: o apreço à ordem, ao respeito aos outros, a solidariedade, a fraternidade entre homens e mulheres, enfim, a “afirmação prática” das idéias e princípios anarquistas. Como também publicou anos mais tarde outro periódico anarquista, era importante que se notasse a presença do anarquismo pela sua postura exemplar, fosse “em casa, na rua, e em toda a parte”⁵ Postos na rua, portanto aos olhos de um maior número de pessoas, idéias e princípios anarquistas ganhavam não só em visibilidade fora dos círculos libertários, como assumiam a grande responsabilidade de servir como modelo a ser almejado e conquistado.

No que diz respeito às suas publicações, as edições dos jornais anarquistas que vieram a lume em São Paulo durante as primeiras décadas republicanas procuraram geralmente enfatizar o intuito comemorativo daquele número através, por exemplo, de uma seleção diferenciada de artigos a constarem em suas páginas. Os textos em versos pareciam se adequar particularmente a essas celebrações: o jornal *A Terra Livre* publicou seu primeiro poema – “O canto dos trabalhadores” – justamente no 1º de maio de 1906. Outros poemas, somente em 18 de março do ano seguinte, em comemoração à Comuna de Paris, quando foram publicados “Hijo del Pueblo - Himno Revolucionario” e “A Marselhesa do Fogo” – o primeiro acompanhado da partitura, o segundo para ser cantado com a melodia do hino nacional francês.⁶ Em 14 de julho de 1895, o próprio *L’Avvenire*, em seu primeiro número depois da suspensão forçada de março daquele ano, comemorou a queda da Bastilha com textos em prosa em português, espanhol, francês e italiano sobre a tomada da prisão francesa, e também com um soneto em italiano intitulado “La Bastiglia”, o qual cantava que uma nova Bastilha havia sido erigida pelos burgueses vitoriosos e que cabia às vítimas dessa opressão avançar contra ela.⁷ Em fevereiro de 1898, poucas semanas após sua fundação, *Il Risveglio* trazia em sua quarta página o hino homônimo, “Il Risveglio”. Junto a

⁵ *O Amigo do Povo*, nº 27, 30/5/1903, apud Edilene T. Toledo. *O Amigo do Povo: grupos de afinidade e a propaganda anarquista em São Paulo nos primeiros anos deste século*. Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de História do Instituto de filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993, p. 117.

⁶ Neno Vasco. “Marselhesa do fogo” *A Terra Livre*, nº 29, 18/3/1907.

⁷ *L’Avvenire*, nº 1, 14/7/1895 (nova fase) Os textos em versos, porém, não foram restringidos apenas a edições especiais desse periódico: além do poema “La morte di Alessandro III”, de Felice Vezzani e publicado em seu primeiro número (especial por inaugurar a fundação do jornal), vieram a lume também as poesias “Spezzo la Lira”, assinado por Carolus (nº 3, 16/12/1894); “Avanti! Avanti!”, sem indicação de autoria (nº 6, 27/1/1895) “Luce” (traduzida do espanhol), de Nicolas Estevanz (nº 8, 24/2/1895); “Il canto del popolo”, de Vito Mazzaresse (nº 9, 10/3/1895). Mesmo com a publicação de tantos textos em versos, aparentemente não se apresentou uma oportunidade para a publicação de “Il sole dell’avvenire”, poema que Vezzani enviara a Giuseppe Consorti da prisão do Rio de Janeiro, em novembro de 1894. (Carta de Felice Vezzani a Bimbeti [Giuseppe Consorti?], 21/11/1894, Acervo Permanente – Polícia – C2781, AESP.)

ele, a seguinte observação: “*Este hino foi escrito pelo nosso jornal e esperamos que tenha eco no coração de todos os operários. O PRIMEIRO DE MAIO vos espera.*”⁸ Antes desse, nenhum outro poema, apenas esse hino que prenunciava a celebração do dia do trabalho.⁹

Já vários textos em prosa escolhidos para dar o tom celebrativo das edições especiais privilegiavam a informação que os jornais poderiam fornecer sobre a data. A edição de 10 de fevereiro de 1895 de *L’Avvenire*, por exemplo, foi anunciada com antecedência por ser um número especial. Nela, seriam publicados “os fatos e o processo que determinaram a condenação e a execução de quatro bravos jovens” enforcados em Jerez, e uma homenagem “ao primeiro aniversário do guilhotinamento de Auguste Vaillant”, na qual se justificaram seus atos e transcreveu-se o discurso que este pronunciou diante do tribunal que o condenou. Por causa do grande interesse e utilidade que tal edição teria para a propaganda, os redatores de *L’Avvenire* esperaram que uma maior quantidade de cópias fosse solicitada pelos subscritores e pediram a esses que adiantassem seus pedidos.¹⁰

No que diz respeito ao significado das datas, vale notar, por exemplo, que as primeiras homenagens feitas por *L’Avvenire* foram a vítimas da repressão através da comemoração do aniversário de suas mortes. Os Mártires de Chicago, os de Jerez e o anarquista francês guilhotinado em 1894 apareceram nas páginas desse jornal – e possivelmente nas palestras e conversas de que seus redatores participassem nos dias que se avizinharam àquelas datas – como um argumento fortíssimo contra a perseguição que os militantes anarquistas vinham sofrendo nos Estados Unidos e na Europa, ao lado dos diversos artigos e notas contra a repressão burguesa. A Comuna de Paris, por sua vez,

⁸ “Il Risveglio – Inno” *Il Risveglio*, nº 4, 30/1/1898.

⁹ Sobre a publicação de poesias e outros textos de ficção na imprensa libertária, Francisco Foot Hardman e Antonio Arnoni Prado (orgs.) *Contos Anarquistas - Antologia da prosa libertária no Brasil (1901-1935)*. São Paulo, Brasiliense, 1985; Francisco Foot Hardman, em *Nem Pátria nem patrão! Memória operária, cultura e literatura no Brasil*. São Paulo: Editora UNESP, 2002; Vera Chalmers. “A prole de Caim (Um estudo do folhetim na imprensa anarquista)” in: Antonio Arnoni Prado (org.) *Libertários no Brasil - Memória, Lutas, Cultura*. São Paulo, Brasiliense, 1986, pp. 289-306; Flavio Luizzeto. *Presença do Anarquismo no Brasil - um estudo dos episódios literário e educacional (1900-1920)*. Tese de Doutorado defendida junto ao programa de doutorado em História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Carlos, 1984; Regina Horta Duarte. *A Imagem Rebelde: a trajetória de Avelino Fóscolo*. Campinas: Pontes/ Editora da Unicamp, 1991; Claudia F. Baeta Leal. Op. cit.; para o contexto espanhol, ver Lily Litvak. *Musa Libertária - Arte, literatura e vida cultural del anarquismo español (1880-1913)*. Barcelona, Antonio Bosch Editor, 1981.

¹⁰ “Avvertimento” *L’Avvenire*, nº 6, 27/1/1895.

assumia o significado de um momento extraordinário, paradigmático de embate entre o povo e o governo, entre trabalhadores e proprietários.

A data já fora devidamente festejada no ano anterior pelo Centro Socialista Internacional, como relatou *L'Asino Umano*.¹¹ Em 1895, novas manifestações foram preparadas: um pôster assinado por “Os Anarquistas”, datado de 18 de março e redigido em português foi impresso e afixado em paredes e portas nos bairros da Avenida Paulista, da Ponte Grande e pelos subúrbios da capital paulista, entre os dias 16 e 17 daquele mês.¹² A edição já citada de *L'Avvenire*, que viera a luz naquele domingo, 17, reproduziu, em sua primeira página e em italiano, o manifesto que se tinha publicado em português naquele dia, apresentando a assinatura “Gli anarchici”.¹³ Na noite do dia 17, “no Teatro S. José, ao terminar o segundo ato do ‘Rigoletto’, foram lançados das galerias para a platéia vários boletins de caráter anarquista”.¹⁴ De Ribeirão Preto, chegou a notícia de que haviam sido distribuídos ali “boletins anarquistas referentes [à] Comuna de Paris”, e a imprensa diária paulistana imediatamente noticiou que naquela cidade “havia sido afixados boletins anarquistas, concitando os operários estrangeiros à revolta contra os patrões.”¹⁵ Aproximadamente 150 quilômetros dali, em Jaú, os anarquistas também deram sinal de vida e disposição por ocasião do aniversário da Comuna. Desta vez, porém, ao invés de distribuírem os boletins, afixaram-no na porta da Igreja Matriz da cidade.¹⁶

Ainda que as celebrações tenham se resumido a essa distribuição dos boletins, sem a manifestação de nenhum intento ou ato violento, os comentários da imprensa foram alarmantes, e a reação da polícia, rápida. *O Estado de S. Paulo* apressou-se em publicar uma nota com a informação de que, pela capital, na noite do dia 16, haviam sido distribuídos boletins “onde se liam frases exaltando os anarquistas e convidando os mesmos

¹¹ “Commemorazione delle Comune di Parigi” *L'Asino Umano*, nº 28, 25/3/1894.

¹² Os Anarquistas “XXIV Commemoração da Comuna de Paris” (pôster) São Paulo, 18/3/1895, Fundo Max Nettlau, pasta 373, IISG; Portaria do chefe de polícia, Bento Bueno, 17/3/1895, Acervo Permanente – Polícia – C2796, AESP; “Boletins sediciosos” *O Estado de S. Paulo*, nº 5981, 17/3/1895; *Relatório apresentado ao Secretário dos Negócios da Justiça do Estado de São Paulo pelo chefe de polícia Bento Pereira Bueno em 31 de janeiro de 1896*. São Paulo: Typ. Espindola, Siqueira & Comp., 1896, pp. 10-11.

¹³ Gli anarchici “XXIV Anniversario della Comune di Parigi – XVIII Marzo 1871” *L'Avvenire*, nº 10, 17/3/1895.

¹⁴ “Boletins sediciosos” *O Estado de S. Paulo*, nº 5982, 18/3/1895.

¹⁵ Telegrama do delegado de Ribeirão Preto, G. Victorino de S. Netto, ao chefe de polícia de São Paulo, 19/3/1895, Acervo Permanente – Polícia – C2790, AESP; “Boletins sediciosos” *O Estado de S. Paulo*, nº 5983, 19/3/1895.

¹⁶ Telegrama do delegado de Jaú ao chefe de polícia de São Paulo, 23/3/1895, Acervo Permanente – Polícia – C2790, AESP.

a exterminarem os burgueses e os ricos.”¹⁷ No dia seguinte, relatou também a reação que o público do Teatro S. José tivera quando os boletins começaram a ser lançados de dois lado das galerias: segundo o jornal, “o fato produziu certa impressão no público”, mas “todos os espectadores (...) se conservaram no teatro até o fim do espetáculo.”¹⁸ Uma coluna inteira na primeira página foi então dedicada a narrar detalhadamente o acontecido, destacando as providências tomadas pela polícia – providências essas que o *Correio Paulistano* também procurou salientar, fosse para tranqüilizar os leitores, que poderiam estar alarmados com as notícias dadas no dia anterior, fosse para destacar a presteza da polícia na ocasião.¹⁹

Segundo a imprensa diária, Bento Bueno, chefe de polícia de São Paulo, tratou de tomar providências assim que soube do fato e enviou agentes de segurança aos bairros onde os boletins haviam sido distribuídos. Mandou ainda que se vigiassem “quatro casas suspeitas, de anarquistas conhecidos.”²⁰ Algumas prisões foram realizadas ainda naquela noite: Luciano Campagnoli, que havia sido interrogado no ano anterior por tentar introduzir cartas escondidas no fundo de latas de comidas para seu irmão, Arturo Campagnoli, preso por anarquistas em 15 de abril de 1894; e Attilio Venturi foram presos às 3 horas da madrugada na rua da Estação, “no momento em que afixavam nas paredes do hotel de S. Paulo os tais boletins.”²¹ O jornal paulistano informou que os dois traziam consigo mais de 100 exemplares dos impressos. Pouco mais tarde, foi preso o irmão de Luciano, Arturo Campagnoli, e, por causa de suas declarações, uma diligência foi enviada a “dar busca em uma casa situada no fim da rua Monsenhor Andrade – bairro do Brás”, onde se achariam depositados “materiais de imprensa e outros documentos que se referem à propaganda anarquista nesta Capital”.²²

¹⁷ “Boletins sediciosos” *O Estado de S. Paulo*, nº 5981, 17/3/1895.

¹⁸ “Boletins sediciosos” *O Estado de S. Paulo*, nº 5982, 18/3/1895.

¹⁹ “Boletins sediciosos” *O Estado de S. Paulo*, nº 5982, 18/3/1895. Esse intento pôde ser notado já na primeira nota que *O Estado de S. Paulo* publicou sobre o fato, quando se destacou que “foram presos dois indivíduos.” (“Boletins sediciosos” *O Estado de S. Paulo*, nº 5981, 17/3/1895.)

²⁰ “Boletins sediciosos” *O Estado de S. Paulo*, nº 5982, 18/3/1895. Não há referências nos artigos dos jornais quem seriam os “anarquistas conhecidos”.

²¹ Idem; “Registro das ruas” *O Estado de S. Paulo*, 5982, 18/3/1895; portaria nº 177 do chefe de polícia de São Paulo, 17/3/1895, Acervo Permanente – Polícia – C2796, AESP.

²² A portaria que determinou a diligência mencionada apontou a casa número 49 da rua Monsenhor Andrade como residência de Tito Bene. (Portaria nº 178 assinada pelo chefe de polícia de São Paulo, 17/3/1895, Acervo Permanente – Polícia – C2796, AESP.) Sobre a prisão de Arturo Campagnoli, ver “Boletins sediciosos” e “Registro das ruas” *O Estado de S. Paulo*, 5982, 18/3/1895; portaria nº 177 do chefe de polícia de São Paulo, 17/3/1895, doc. cit.

A diligência foi bastante feliz em seus achados: além de muitas cópias do boletim, foram encontrados 300 números do jornal *L'Avvenire*; clichês tipográficos com alegorias de fatos revolucionários; muitos exemplares de *L'Espropriazione*, opúsculo de autoria de Piotr Kropotkin, recém publicado por iniciativa dos redatores de *L'Avvenire*; “cartas de correspondência sustentada com anarquistas da Europa e de Buenos Aires”, que Bento Bueno afirmou mais tarde serem “reveladoras de planos criminosos”; papéis referentes ao Centro Socialista Internacional, entre os quais inclusive “uma enorme lista dos sócios desse Centro onde vêm discriminados os seus nomes, profissão e residência, nesta capital e no interior.”²³ Também se deu voz de prisão a Giuseppe Consorti, que chegou na casa de Tito Bene durante a ação policial.²⁴

Em outros pontos da cidade, foram detidos mais indivíduos citados pelos jornais paulistas, alguns dos quais foram mais tarde indicados no *Relatório* do chefe de polícia: Lodovico Tavani e Andrea Alemos, por distribuírem e afixarem “boletins anarquistas e subversivos à ordem pública”, conforme consta da portaria que informou sobre a prisão dos irmãos Campagnoli e Venturi; Tito Bene, Rufino Pelegrini, Luiz Miseralli e Carmo Terra Nova, como informou a imprensa diária.²⁵ Todos os presos foram entregues a Galeano Martins, terceiro delegado de polícia, que procedeu ao interrogatório:

“Todos declararam ser anarquistas convencidos, adeptos das teorias de Ravachol e Caserio Santo (sic) – o assassino de Carnot.

Disseram mais que não haviam ainda imitados os seus atos por falta de oportunidade e que antes de distribuir os boletins, sabiam que seriam presos, mas que nada temiam, porque não reconhecem as leis atuais, contra as quais trabalham convencidamente.

²³ Sobre a publicação de *L'Espropriazione*, de Kropotkin, ver “Pubblicazioni di propaganda anarchica” *L'Avvenire*, nº 8, 24/2/1895; sobre os itens encontrados na casa da rua Monsenhor Andrada, ver “Boletins sediciosos” *O Estado de S. Paulo*, nº 5982, 18/3/1895; *Correio Paulistano*, 18/3/1895; *Relatório apresentado ao Secretário dos Negócios da Justiça do Estado de São Paulo pelo chefe de polícia Bento Pereira Bueno em 31 de janeiro de 1896*. op. cit.

²⁴ “Boletins sediciosos” op. cit. A prisão de Consorti também foi referida na portaria nº 177 assinada pelo chefe de polícia de São Paulo em 17/3/1895; no documento, porém, consta que “José Consorte” fora detido por distribuir e afixar “boletins anarquistas e subversivos à ordem pública.”(portaria nº 177 do chefe de polícia de São Paulo, 17/3/1895, doc. cit.)

²⁵ Além das listas dessas outras prisões, também variavam as grafias dos nomes dos indivíduos então detidos: no *Relatório* do chefe de polícia, só constam os nomes de Giuseppe Consorti, Ludovico Tavani, Arturo Campagnoli e Andrea Alemo; *O Estado de S. Paulo* falou em Rufino Peregrino, Carmo Cosanneva, Luiza Moserolli e Ludovico Pagani; já o *Correio Paulistano* listou Tito Bene, Rufino Pelegrini, Luiz Miseralli e Carmo Terra Nova. (Portaria nº 177 do chefe de polícia de São Paulo, 17/3/1895, doc. cit.; “Boletins sediciosos” *O Estado de S. Paulo*, nº 5982, 18/3/1895; *Correio Paulistano*, 18/3/1895; *Relatório apresentado ao Secretário dos Negócios da Justiça do Estado de São Paulo pelo chefe de polícia Bento Pereira Bueno em 31 de janeiro de 1896*. op. cit.)

Entre eles houve um que, entusiasmado, declarou que não se importaria se lhe cortassem a cabeça, porque isso serviria de exemplo.”²⁶

A transcrição do interrogatório a que os presos foram submetidos não foi encontrada e ficou-se apenas com os relatos dos jornais que noticiaram a ação policial naquele momento e uma brevíssima menção do chefe de polícia em seu relatório ao Secretário dos Negócios da Justiça: segundo essa autoridade, haviam confessados serem “propagandistas convencidos e ardentes do socialismo anarquistas, solidários com todas as manifestações dessa crença” – daí serem “elementos perigosos à ordem pública.”²⁷ No que diz respeito à cobertura dessa imprensa, nota-se a coerência entre o tom alarmado das primeiras notas, quando se publicou que os boletins convidavam os anarquistas a “exterminarem os burgueses e os ricos”, e a alegada paráfrase das declarações dos presos, em que se afirmou que eles se haviam declarado adeptos das idéias de ninguém menos que Ravachol, responsável por diversos atentados a dinamite em Paris em 1892, e Sante Caserio, autor do atentado contra o presidente da França, Marie François Sadi Carnot, em junho de 1894. Excetuando a afirmação publicada pelo periódico paulistano, não havia outros indícios de que os presos ou companheiros simpatizantes do anarquismo tinham a intenção de imitar os atos dos sujeitos citados acima, com ou sem oportunidade. O próprio boletim afixado pelas ruas de São Paulo, apontado como texto altamente subversivo e violento, não apresentava um conteúdo tão explosivo assim.

O boletim procurou inicialmente apresentar os eventos de março de 1871, em Paris, quando o povo daquela capital, através da atuação de um exército popular, teria proclamado a Comuna como reação contra o regime republicano instaurado e em defesa do direito, da liberdade e do bem estar de todos.²⁸ Apresentaram-se as palavras de ordem dos comunardos – “a terra ao camponês; os instrumentos de trabalho aos operários; trabalho para todos” – e “os anarquistas” que assinaram o texto afirmaram que, durante dois meses, a capital francesa teria testemunhado “a luta entre o velho e o novo, uma luta do futuro contra o passado”. A reação dos “defensores do passado” foi sangrenta: 35 mil comunardos haviam sido mortos nas ruas de Paris e o exército reacionário chegara a percorrer os hospitais,

²⁶ “Boletins sediciosos” op. cit.

²⁷ *Relatório apresentado ao Secretário dos Negócios da Justiça do Estado de São Paulo pelo chefe de polícia Bento Pereira Bueno em 31 de janeiro de 1896.* op. cit. No *Correio Paulistano*, leu-se que os presos não se importavam com as medidas policiais já que negava “a autoridade das leis” (*Correio Paulistano*, 18/3/1895).

²⁸ Gli anarchici. “XXIV Anniversario della Comune di Parigi – XVIII Marzo 1871” op. cit.

matando cinco mil feridos. A repressão, porém, não teria exterminado os princípios defendidos durante a Comuna, e a idéia que a guiara – a Idéia Socialista Anárquica – surgia então mais luminosa, até como reação aos sofrimentos dos mártires:

“Ó trabalhadores! O dia da nossa redenção está próximo, a bandeira do nosso direito, que teve o batismo de sangue de 35 mil comunardos e aqueles das vítimas de Chicago, de Jerez, de Conselice, de Caltavuturo, de Fourmieres, de Pittsburg, da Sicília, de Massa Carrara; que teve o batismo das lágrimas de milhares e milhares; de mães, esposas, filhos que tiveram os seus mortos ou condenados nas prisões ou a deportações, essa bandeira será em breve erguida novamente e juntos em redor dela marcharemos à vitória final.

Sim, venceremos! Porque é justo e fatal.”²⁹

Novamente, voltavam à baila as vítimas da repressão como argumento e prova do progresso das idéias socialistas anárquicas, da perversidade da organização social e do tratamento relegado aos trabalhadores e, conseqüentemente, como argumento e prova de que aquela injustiça deveria cessar. Não porque os trabalhadores oporiam força e violência contra a força e violência dos governos – não há menção a tais possíveis reações –, mas, como se lia no cartaz, porque eles também eram homens e suas vidas valiam tanto quanto a de seus opressores, ou ainda mais, pois estes eram “vagabundos esbanjadores”, enquanto aqueles eram os “produtores de tudo”. Nesse manifesto, a idéia que opunham ao passado, à repressão, aos opressores era “uma nova fé de Amor que eleva o homem à verdadeira moral, aquela da solidariedade humana”; a organização que defendiam, “uma civilização de paz, de amor, de bem estar, de progresso”. A violência identificada no boletim pela imprensa paulista, para a qual *O Estado de S. Paulo* chamara tão vivamente a atenção, só pode ser percebida, por um lado, nas críticas às instituições existentes e, por outro, na denúncia das execuções de milhares de indivíduos. Vale ainda notar que a incitação aos anarquistas para que exterminassem os burgueses e os ricos não estava de maneira alguma

²⁹ Idem. Em Conselice, Itália, manifestações em maio de 1890 por aumento de salários e reduções da jornada de trabalho resultaram na morte de vários manifestantes; em janeiro de 1893, militares dispararam contra centenas de camponeses que ocupavam terras em Calvaturro, cidade italiana. Em Fourmies, nove manifestantes foram mortos e trinta saíram feridos por causa da repressão às manifestações em prol da jornada de oito horas no 1º de maio de 1891. Anos antes, Pittsburgh fora cenário de uma tragédia durante a primeira grande greve dos trabalhadores das estradas de ferro dos Estados Unidos, que resultou na prisão de milhares de manifestantes e na morte de mais de 100 trabalhadores. No final de 1893, explodiram na Sicília uma série de revoltas contra a carestia de vida. Decretou-se o estado de sítio na ilha e milhares de soldados reprimiram os insurretos. Manifestações de apoio na península, contando inclusive com motins armados de grupos anarquistas deram ensejo a nova reação do governo contra os manifestantes, desta vez em Carrara, onde foram recebidos a tiros quando tentaram entrar na cidade. (ver nota 58 de capítulo I – “Anarquismo e segurança pública”)

presente no texto: a interlocução que os autores do boletim buscavam era principalmente com os trabalhadores – conforme se lê na citação transcrita acima –, leitores possíveis dos boletins afixados nas ruas de São Paulo e do periódico *L'Avvenire*.

Já o fato de os impressos terem também sido jogados das galerias do Teatro S. José não parece ter se voltado especificamente para o público operário, mas para uma quantidade grande de pessoas, uma vez que o teatro tinha capacidade para mil espectadores.³⁰ Tal ação tinha, é certo, o ousado objetivo de ocupar um espaço ainda menos franqueado aos trabalhadores e especialmente às idéias anarquistas do que as ruas, das quais, porém, eles também foram rechaçados nesse episódio. Pode-se, portanto, entender a afixação de boletins nas paredes e portas das ruas de São Paulo, assim como a distribuição dos impressos no Teatro São José, a partir dessa chave. Pode-se também pensar nessa ação como uma intenção de afirmar e ampliar os espaços da propaganda, da mesma forma que mencionado no boletim:

“Em vão a classe dominante, amedrontada, tenta parar, com a ferocidade da repressão, o propagar da Idéia inovadora que penetra todos os lugares, do campo à oficina, da escola à prisão, e conquista todo dia novos apóstolos, no campo da ciência e da arte, assim como naquele do penoso trabalho manual.”³¹ (grifos meus)

Ainda sobre as datas comemorativas, é possível entendê-las como um momento importante para a exposição dos princípios anarquistas, do proselitismo tão acentuado entre os militantes anarquistas. No caso específico da comemoração da Comuna em 1895, mais do que a afirmação do compartilhamento dos ideais entre um grupo de indivíduos simpatizantes de causas semelhantes, como se dera no ano anterior no Centro Socialista Internacional, procuraram-se “novos apóstolos”, procurou-se propagar a “Idéia inovadora”

³⁰ O Teatro S. José fora inaugurado em 1864 para oferecer ao público paulistano um espaço em melhores condições do que os então existentes para as representações teatrais. Tinha capacidade para mil pessoas e localizava-se no Largo Municipal ou São Gonçalo, atual praça João Mendes, no local ocupado presentemente pelos fundos da Catedral da Sé. Durante os 34 anos de sua existência, este teatro abrigou, para além de representações teatrais, assembléias políticas, como a sessão solene em homenagem a Rui Barbosa em 1886. Ainda que não se tratasse de um espaço reservado aos trabalhadores, seu incêndio foi lamentado pelos redatores de *Il Risveglio* em 1898, os quais afirmaram que, depois de sua destruição, só restava o Polytheama como teatro popular. (“A zonzo per la città – La città dei postriboli” *Il Risveglio*, nº12, 27/3/1898.) [sobre o teatro São José, ver também os sítios <http://www.abril.com.br/especial450/materias/teatro/index.html>; http://almanaque.folha.uol.com.br/sp450_seculo19.htm; http://www.itaucultural.org.br/aplicexternas/enciclopedia/poesia/index.cfm?fuseaction=Detalhe&CD_Verbete=657 - 5/12/2005]

³¹ Gli anarchici. “XXIV Anniversario della Comune di Parigi – XVIII Marzo 1871” op. cit.

no maior número de lugares possível, reforçando, assim, a própria função que os redatores de *L'Avvenire* reivindicavam para si e explicitavam nas páginas do seu periódico:

“Preconizemos a anarquia. Mostremos que sua possibilidade não é um sonho, que todas as ciências materiais – física, geologia, psicologia etc – e morais – filosofia, etnologia, antropologia etc. – estão a seu favor. .”³²

“Os anarquistas não devem limitar sua obra de propaganda a conferências, a publicações de jornais e opúsculos, mas devem trabalhar continuamente para a propaganda de suas idéias, penetrando em todos os pontos de encontro de operários, em todas as associações e organizações operárias; enfim, atraindo a si a classe trabalhadora, arrebatando-a à sujeição dos patrões.

Devem explicar seus princípios a todos aqueles com que trava conhecimento: aos companheiros de trabalho, aos operários que encontram onde quer que seja, e talvez até aos policiais e carcereiros quando se encontram no cárcere. (...)

A propaganda melhor é aquela que se faz com o exemplo, o melhor modo para provar que se pode viver sem governo e sem autoridade é não pretender comandar ou subjugar os outros.

A propaganda pelo exemplo é mais eficaz do que aquela pela palavra. (...)

Mas não devemos restringir-nos a um círculo de amigos e formar uma confraria. Devemos viver abertamente, tomar parte a todas as agitações operárias e levar a todos os lugares a tocha do despertar e da verdade.”³³

Na defesa do papel proselitista que assumiam com a publicação do periódico – e também com a edição de opúsculos, com a distribuição de boletins –, os militantes anarquistas buscavam encorajar certas iniciativas e determinar as melhores ações para a divulgação e afirmação do anarquismo. No que diz respeito à propaganda, notam-se artigos que procuravam delinear a função dos anarquistas, assim como situar sua atuação na sociedade. De forma geral, suas ações deveriam estar voltadas para a demonstração – no sentido científico mesmo, como sugere o primeiro trecho transcrito acima e as menções a “ciências materiais e morais” – da viabilidade do anarquismo, fosse através da argumentação lógica e política, fosse através do exemplo.

Já na segunda citação transcrita acima, retirada do artigo “La condotta degli anarchici” [A conduta dos anarquistas], é justamente a propaganda pelo exemplo que aparece enfatizada. Mais do que privilegiar a divulgação dos princípios libertários através de “conferências, (...) publicações de jornais e opúsculos” – que, de toda forma, já vinham sendo organizados pela redação de *L'Avvenire* –, defende-se a proximidade em relação aos operários, a participação e presença nas associações formadas por iniciativas destes, e

³² “Rivoluzione e Anarchia” *L'Avvenire*, nº 5, 13/1/1895.

³³ “La condotta degli anarchici” *L'Avvenire* nº 9, 10/3/1895.

principalmente a própria afirmação de uma experiência anárquica nesses espaços, em que vigessem a amizade, a tolerância, a liberdade e a solidariedade.³⁴

As formas de divulgação do ideal, por sua vez, eram propostas como plurais, abrangentes, e voltadas para um público relativamente diversificado: ainda que os operários fossem privilegiados no texto acima, condenavam-se os círculos fechados, estimulava-se a convivência com pessoas variadas e encorajava-se a propaganda mesmo entre indivíduos inusitados, como o policial e o carcereiro. Tudo isso dentro do espírito de proselitismo anarquista, apontado por Augustin Hamon em seu *Psychologie de L'Anarchiste-Socialiste* como uma das nove características fundamentais dos anarquistas.³⁵

“A partir do dia em que ele [o militante anarquista] adquire a convicção de que detém a verdade, seu altruísmo faz germinar em seu cérebro a idéia de a propagar.

(...) Ele tem a idéia fixa de difundir essa verdade e em breve essa idéia fixa transforma-se em uma fé ardente, essa fé que move montanhas.

Então o socialista-anarquista faz propaganda em qualquer lugar onde se encontre: nas oficinas como nos salões, à mesa como no tribunal, na prisão ou em liberdade. Ele fala em reuniões, escreve para jornais, discute em grupos, publica opúsculos, panfletos, cartazes, livros, revistas. Ele inclusive faz uso de toda sua força para agir de forma exemplar. Ele é, em uma palavra, o verdadeiro apóstolo de uma doutrina, nova ou velha, boa ou má, pouco importa.

(...) A propaganda é o objetivo do Anarquista. Sua combatividade resulta em proselitismo; a esse respeito, ele possui um zelo ardente.”³⁶

Por outro lado, foi exatamente do “espírito de proselitismo” que a polícia paulista se aproveitou para perseguir os imigrantes que distribuam os folhetos em comemoração ao vigésimo quarto aniversário da Comuna de Paris. Ainda que haja sugestões de que os responsáveis por *L'Avvenire* eram mantidos sob vigilância, foi no momento em que saíram às ruas de forma mais evidente – quando puderam ser presos em flagrante – que os agentes de segurança lançaram-se sobre eles.³⁷

³⁴ Vale citar o artigo já mencionado aqui, “Organizzazione”, em que os redatores de *L'Avvenire*, dirigindo-se não a seus companheiros de militância, mas aos trabalhadores em geral, encorajam o movimento contrário: estimulam estes últimos a participarem das organizações já existentes, as quais “geralmente” adotavam o programa defendido por *L'Avvenire* – ou seja, anarquista. (“Organizzazione” *L'Avvenire*, nº 5, 13/1/1895) Fica patente que, mais do que defender a simples proximidade com os trabalhadores, os militantes defendiam a construção de uma hegemonia nos ambientes operários.

³⁵ Segundo Hamon, as características específicas dos anarquistas eram nove: espírito de revolta; amor pela liberdade; individualismo; altruísmo; sensibilidade; sentimento de justiça; senso de lógica, curiosidade e espírito de proselitismo. (Augustin Hamon. *Psychologie de L'Anarchiste-Socialiste*. Paris : P.V. Stock Editeur, 1895.)

³⁶ Idem, pp, 243-244.

³⁷ O recurso à prisão em flagrante foi apontado pelo chefe de polícia em seu relatório ao Secretário dos negócios da Justiça como justificativa para as medidas legais a serem tomadas contra os anarquistas: “Por isso determinei que se buscassem as necessárias providências, seguindo-se todos os passos dos sectários, até que

De volta à “ala nº 2 da imunda prisão da Luz”³⁸

Antes da distribuição dos boletins na noite do dia 16 para o 17 de março, a polícia de São Paulo já vinha dando sinais de que estava disposta a atrapalhar a circulação de *L'Avvenire* e a vida dos responsáveis por sua publicação. No mesmo número em que transcreveram o boletim em comemoração à Comuna, os redatores do jornal *L'Avvenire* dirigiram-se aos leitores comunicando que a polícia havia declarado guerra ao jornal e que temiam ter de suspendê-lo.³⁹ Mais adiante, no mesmo número, em artigo dirigido ao chefe de polícia, acusaram agentes dessa força de terem arrancado, no domingo anterior, exemplares do jornal a alguns meninos que o vendiam, prendido dois jovens que carregavam *L'Avvenire* e ainda de terem detido Galileo Botti, o qual julgavam ser distribuidor do periódico, a fim de apreender os exemplares que ele porventura tivesse.⁴⁰

Liberados os dois jovens e mesmo Botti, quatro dos redatores de *L'Avvenire* acharam por bem dirigirem um texto ao novo chefe de polícia, Bento Pereira Bueno, criticando as ações policiais recentes e assumindo a responsabilidade por sua publicação. A idéia era reafirmar a autoria do jornal ao mencionarem o ofício enviado por um deles – no caso, Alfredo Casini – quando da publicação do primeiro número daquela folha, assim como evitar a perseguição aleatória que acusavam o chefe de polícia de estar procedendo.⁴¹ Nesse sentido, lembraram que Botti não poderia estar envolvido naquele projeto, uma vez que este ainda se encontrava preso quando o jornal fora lançado, e chegaram mesmo a desafiar aquela autoridade, aconselhando-o a não tomar por redatores de *L'Avvenire* aqueles não o eram. Daí o final audacioso do artigo, dirigido diretamente a Bento Bueno: “se quiseres prender os redatores de *L'Avvenire*, somos nós: Alfredo Casini, responsável; Giuseppe Consorti; Augusto Donati; Lodovico Tavani”⁴² Vale notar a excepcionalidade

pudessem eles ser presos em flagrante, de modo a justificarem as medidas especiais que a respeito tivesse de tomar o poder público.” (Relatório apresentado ao Secretário dos Negócios da Justiça do Estado de São Paulo pelo chefe de polícia Bento Pereira Bueno em 31 de janeiro de 1896. Op. cit., grifos meus)

³⁸ Augusto Donati. “Recordemos, pois...” *O Amigo do Povo*, nº 4, 24/5/1902.

³⁹ “Ai compagni” *L'Avvenire*, nº 10, 17/3/1895.

⁴⁰ “Al Capo de Polizia - Dichiarazione” *L'Avvenire*, nº 10, 17/3/1895.

⁴¹ Declaração de Alfredo Casini ao chefe de polícia de São Paulo, 17/11/1894, doc. cit.

⁴² “Ao capo di Polizia – Dichiarazione” op. cit.

dessa assinatura em uma folha que, desde o princípio, tinha evitado fornecer qualquer referência aos autores dos artigos e aos redatores dos jornais em suas páginas.

O que os redatores alegaram então ser o motivo das perseguições que seu jornal vinha sofrendo era o desrespeito às leis quando se tratava de defender “os direitos do povo”, porque afirmavam que, com a publicação de *L’Avvenire*, estavam simplesmente exercitando um direito sancionado por uma lei brasileira – a lei de liberdade de imprensa de 1821.⁴³ Segundo Casini e seus companheiros, nas “decrépitias monarquias da Europa” e nas “sifilíticas repúblicas da América”, a liberdade de pensamento era um mito, a não ser que refletisse a opinião dos governos; a imprensa burguesa, por sua vez, contava com a máxima liberdade para “insultar os anarquistas, vituperá-los”, para “incitar contra eles o ódio público”; os padres, por sua vez, podiam usar de sua liberdade para anunciar palavras de mentira, de superstição, de depravação; e os “políticos profissionais”, para ludibriar o povo.⁴⁴ Já aos anarquistas, “arautos de uma nova fé, de um novo sistema social”, que tencionavam “iluminar esse povo sempre enganado”, deveria ser vedada a liberdade.

É certo que, para além da propaganda anarquista que estivesse realizando – e segundo um de seus redatores teriam conseguido levar aos “operários de todos os bairros da cidade (...) a vulgarização da Anarquia”⁴⁵ – *L’Avvenire* já provocara a ira de personalidades influentes em São Paulo. Isabelle Felici, apesar de procurar desvincular o cônsul italiano Conde de Brichanteau da ação policial de março de 1895, afirmou que aquele periódico publicara um artigo que poderia muito bem ter excitado a cólera da autoridade consular.⁴⁶ Os próprios redatores do periódico tinham consciência dos efeitos provocados entre alguns italianos e o cônsul dessa nacionalidade depois da publicação de um texto sobre a intervenção italiana na África por disputa de influências e territórios. No artigo, comentou-

⁴³ Decreto de 2/3/1821, sobre a liberdade de imprensa. O texto da lei suspendeu a censura prévia de escritos e impressos, pois, além de isso prender e retardar “a publicação e circulação de escritos, opunha-se “à propagação da verdade”, mas mantinha a possibilidade de censura *a posteriori*: todo impressor era “obrigado a remeter ao Diretor dos Estudos (...) dois exemplares das provas que se tirarem de cada folha na imprensa, sem suspensão dos ulteriores trabalhos; a fim de que o Diretor de Estudos (...) deixe prosseguir na impressão (...) ou a faça suspender, até que se façam as necessárias correções, no caso unicamente de se achar que se contém alguma coisa contra a religião, a moral e bons costumes, contra a Constituição e Pessoa do Soberano, ou contra a pública tranqüilidade”. Interessantemente, pouco depois vai-se fazer referência não a esse decreto imperial, mas ao parágrafo 12 do artigo 72 da Constituição recém promulgada. (Decreto de 2 de março de 1821. *Collecção das Leis do Brazil de 1821*. (parte II) Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889) <http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/Legimp-E4.pdf>

⁴⁴ “Ao capo di Polizia – Dichiarazione” op. cit.

⁴⁵ A. Donati. “Recordemos, pois...” *O Amigo do Povo*, nº 4, 24/5/1902.

⁴⁶ Isabelle Felici. Op. cit., p. 98.

se a repercussão que se havia às recentes vitórias do exército italiano na África dado nos jornais italianos publicados em São Paulo.⁴⁷ Além de uma oportunidade para atacar a idéia de patriotismo e as instituições militares – a primeira identificada nos elogios daqueles jornalistas o massacre de indivíduos que apenas “defendiam seu país, sua liberdade”, as segundas condenadas por colocar homens inconscientes contra outros homens que se lhes assemelhavam nas condições de vida –, aproveitou-se o espaço para também criticar o cônsul Compans de Brichanteau, a quem chamavam de “cônsul espião”, novamente em referência à delação de vários italianos como anarquistas em 1894. Ao comentarem, no número seguinte, os efeitos da publicação daquele texto, os redatores de *L’Avvenire* afirmaram que o espião que regia o consulado italiano ficara fora de si e chegara inclusive a pensar “em novas falsas denúncias porque não quer ser chamado pelo seu nome”, ou seja, “cônsul espião”.⁴⁸

Oficialmente, porém, voltava-se à questão da mera divulgação do anarquismo:

“Em abril de 1894 tendo tido o meu ilustre antecessor dr. Teodoro de Carvalho, conhecimento de que nesta Capital havia um grupo de estrangeiros anarquistas, constituído em grêmio de propaganda subversiva e vendo o perigo dessa propaganda, manifestado na lembrança de destruição, por bombas de dinamite lançadas em dois palacetes desta cidade, em 1º de maio daquele ano,⁴⁹ feito que alarmou profundamente a população e mereceu da imprensa a mais formal condenação; o dr. Teodoro fez prender a dez dos mais salientes sectários daquela propaganda, os quais tendo tido ordem de deportação foram remetidos para a Capital Federal, onde permaneceram presos até 1º de dezembro do mesmo ano.

Postos em liberdade em virtude do aviso do Ministério da Justiça daquela data, alguns deles voltaram a esse Estado e, a despeito de terem prometido viver vida ordeira, aqui se constituíram em novo grêmio de propagandistas, fundando jornais e publicações perigosas para a ordem pública e realizando reuniões secretas de intuítos francamente anarquistas.

Ao assumir esta Chefia tive ciência desses fatos. Por isso determinei que se buscassem as necessárias providências, seguindo-se todos os passos dos sectários, até que pudessem eles ser presos em flagrante, de modo a justificarem as medidas especiais que a respeito tivesse de tomar o poder público.”⁵⁰

Nota-se bem como os eventos dos anos anteriores estavam vivos na memória daquela autoridade – ainda que as datas estivessem embaralhadas e as medidas policiais tomadas em um ano tivessem como motivo ações do ano anterior – e os mesmo eventos ainda serviam como justificativa para as ações repressivas tomadas pela chefatura de

⁴⁷ “La gesta italiana in Africa” *L’Avvenire*, nº 6, 27/1/1895.

⁴⁸ “A uma spia” *L’Avvenire*, nº 7, 10/2/1895.

⁴⁹ Na verdade, no ano anterior. Sobre as “bombas de dinamite lançadas em dois palacetes desta cidade” em 1º de maio de 1893, ver o capítulo III – “Pensamento e dinamite”.

⁵⁰ *Relatório apresentado ao Secretário dos Negócios da Justiça do Estado de São Paulo pelo chefe de polícia Bento Pereira Bueno em 31 de janeiro de 1896*. Op. cit.

polícia. As preocupações também variaram pouco: Bento Bueno alegou ter recebido informações de que se preparavam manifestações para o 1º de maio, semelhantemente às denúncias do ano anterior, e a chefatura preparou medidas apropriadas para aquela data, mas aparentemente apresentou-se já em meados de março a oportunidade para realizar a prisão em flagrante dos anarquistas. Vale ainda atentar para o fato de que a vigilância recaía sobre os mesmos indivíduos – ou parte deles: aqueles que voltaram para São Paulo teriam retomado as ações proselitistas interrompidas com a prisão, apesar do compromisso de “viver vida ordeira”.⁵¹

É, de fato, possível identificar alguns dos presos por anarquistas em 1894 – como Felice Vezzani, Andrea Allemos, Arturo e Luciano Campagnoli – entre os responsáveis por *L'Avvenire* e pelas manifestações de março de 1895.⁵²

Felice Vezzani, por exemplo, procurou contribuir, ainda na cadeia, com a publicação desse periódico;⁵³ em liberdade, seu envolvimento com o jornal foi sublinhado por Isabelle Felici já no começo de janeiro de 1895, quando a autora apontou a inserção de textos com o “estilo divertido” de *L'Asino Umano*, que atribuiu ao pintor italiano, entre os quais inclusive a declaração de que Vezzani não retomaria a publicação de *L'Asino Umano* por ter encontrado em *L'Avvenire* um substituto a altura dos objetivos e da seriedade daquele outro.⁵⁴ Não houve nenhuma referência a sua participação na homenagem ao aniversário da Comuna; no entanto, Vezzani foi preso em meados de abril de 1895 e sua detenção foi noticiada em relação às demais prisões de anarquistas que tiveram início em

⁵¹ É possível identificar alguns dos presos que voltaram a São Paulo em dezembro de 1894 pelos endereços que comunicaram quando de sua soltura: com exceção de Eugênio Gastaldetti e Alfredo Capricci, os outros oito presos indicaram sua residência (Requerimento de Felice Vezzani, Antonio Maffucci, Galileo Botti, Andrea Allemos, Arturo Campagnoli, Serafino Suppo, Augusto Bargioni, Francesco Patelli, Alfredo Innocenzi e Giuseppe Bacchini ao chefe de polícia de São Paulo, 28/12/1894, Acervo Permanente – Polícia – C2781, AESP.)

⁵² Ainda que Luciano Campagnoli não tenha sido preso com os outros dez indivíduos em abril de 1894, vale lembrar que foi interrogado por ocultar cartas para seu irmão Arturo quando este se encontrava na Cadeia, e que Luciano declarou ser membro do Centro Socialista Internacional. (Termo de declarações de Luciano Campagnoli ao quinto delegado de polícia, Paula Cândido, 9/5/1894, Acervo Permanente – Polícia – C2786, AESP.)

⁵³ Carta de Felice Vezzani a Bimbetti [Giuseppe Consorti?], 21/11/1894, Acervo Permanente – Polícia – C2781, AESP

⁵⁴ Isabelle Felici. Op. cit., p. 98. A autora menciona os artigos “Gli asini e le leggi” (*L'Avvenire*, nº 5, 13/1/1895) e “La gesta italiana em Afrique” (*L'Avvenire*, nº 6, 27/1/1895)

março daquele ano. Sua importância, porém, foi destacada: *O Estado de S. Paulo* sublinhou que “o preso [exercia] uma alta supremacia no espírito da seita de que faz parte.”⁵⁵

Andrea Allemos também apareceu entre aqueles que estavam distribuindo os boletins anarquistas na noite de 17 de março, e os irmãos Campagnoli, por sua vez, foram detidos pelo mesmo motivo. Ainda que não nomeados, os “anarquistas conhecidos” cujas casas foram vigiadas por agentes de segurança naquela ocasião, conforme noticiou *O Estado de São Paulo*, deveriam ser alguns dos presos em abril do ano anterior.⁵⁶ Os outros presos pelas ruas e casas suspeitas da capital foram-no por terem “afixado manifestos em comemoração à Comuna”, por “pertencerem à redação de *L’Avvenire*” ou ainda, conforme denunciaram os redatores deste jornal que escaparam à detenção, por “serem conhecidos como amigos ou [manterem] relações com alguns dos presos.”⁵⁷

De toda maneira, após mais de uma semana de terem sido detidos por agentes de segurança, Andrea Allemos, Attilio Venturi, Arturo e Luciano Campagnoli, Lodovico Tavani e Giuseppe Consorti foram levados como anarquistas à Cadeia Pública da Capital, com ordens para serem recolhidos “em prisão especial”.⁵⁸

Não permaneceram sozinhos por muito tempo, porém: logo se juntaram a eles mais indivíduos detidos na cidade de São Paulo por serem anarquistas. Nos primeiros dias de abril, o carcereiro recolheu Julio Reggiani (indicado primeiramente como “Reano”, mas depois retificado) e, logo depois, Giuseppe Languetti.⁵⁹ Em 14 desse mês, foram recolhidos como anarquistas Antonio Legramente e Felice Vezzani.⁶⁰ Por outro lado, como a homenagem ao vigésimo quarto aniversário da Comuna de Paris não se dera apenas na capital, militantes estabelecidos em cidades do interior do estado acabaram juntando-se a seus companheiros da cidade de São Paulo – tanto no que diz respeito às comemorações,

⁵⁵ “Anarquistas” *O Estado de S. Paulo*, nº 6007, 14/4/1895.

⁵⁶ “Boletins sediciosos” *O Estado de S. Paulo*, nº 5982, 18/3/1895.

⁵⁷ “Alle autorità di S. Paolo” *L’Avvenire*, nº 1, 14/7/1895.

⁵⁸ Portaria nº 190 do chefe de polícia de São Paulo ao carcereiro da Cadeia Pública da Capital, 25/3/1895, Acervo Permanente – Polícia – C2796, AESP; Relatório diário do carcereiro da Cadeia Pública da Capital, Antônio José das Chagas Júnior, 26/3/1895, Acervo Permanente – Polícia – C2799, AESP.

⁵⁹ O nome de um certo “Julio Reano” apareceu nos relatórios diários do carcereiro da Cadeia Pública no dia 3/4/1895, como tendo sido preso no dia anterior como anarquista e estando à disposição do terceiro delegado de polícia. Em julho, porém, seu nome é retificado: “Reano” é rasurado e, em seu lugar, escreveu-se “Reggiani”. (Relatórios diário do carcereiro da Cadeia Pública da Capital, Antônio José das Chagas Júnior, de 3 e 4/4/1895 e 21/7/1895, Acervo Permanente – Polícia – C2799, AESP.

⁶⁰ Relatórios diário do carcereiro da Cadeia Pública da Capital, 4 e 15/4/1895, Acervo Permanente – Polícia – C2799, AESP.

como no encarceramento. No dia 19 de março, quando o chefe de polícia ainda se ocupava dos indivíduos presos duas noites atrás, esta autoridade recebeu um telegrama do delegado de Ribeirão Preto, comunicando que no dia anterior haviam sido distribuídos ali “boletins anarquistas referentes [à] Comuna de Paris”. Identificado o distribuidor, o italiano Antonio Bruschi, aquele delegado perguntava se podia prendê-lo e enviá-lo para a capital paulista.⁶¹ Por ordem do chefe de polícia, Bruschi logo seguiu escoltado para a capital, acompanhado de um ofício que detalhava suas atividades: ele havia distribuído boletins anarquistas por ocasião da comemoração à Comuna de Paris em estabelecimentos de café em Ribeirão Preto, o que ficara provado “não só pela declaração do mesmo Antonio Bruschi, como também pelas declarações tomadas por termos conforme se verifica do processado (sic) incluso.”⁶² Chegando em São Paulo, o italiano passou à disposição do terceiro delegado de polícia, assim como os demais presos por anarquistas, e nos primeiros dias de abril, deu entrada na Cadeia Pública da capital.⁶³

Em relação ao ocorrido em Jaú, quando um boletim anarquista foi afixado na porta da Igreja Matriz da cidade, não houve referência na documentação policial a quem seria o responsável pelo feito, mas as instruções do chefe de polícia à autoridade de Jaú foram exatamente nesse sentido: que o delegado daquela cidade descobrisse quem afixara o manifesto.⁶⁴ Uma semana mais tarde, Bento Bueno recebeu a comunicação de que quatro “anarquistas declarados”, italianos, haviam sido detidos na fazenda do Brejão, na comarca de Santa Cruz das Palmeiras, a 100 quilômetros a sudeste de Ribeirão Preto, e estavam sendo mantidos incomunicáveis.⁶⁵ *O Estado de S. Paulo* também informou sobre o fato, noticiando que os indivíduos haviam sido encontrados em “manejos anarquistas” – sem

⁶¹ Telegrama do delegado de Ribeirão Preto, G. Victorino de S. Netto, ao chefe de polícia de São Paulo, 19/3/1895, Acervo Permanente – Polícia – C2790, AESP.

⁶² Ofício do delegado de Ribeirão Preto, G. Victorino de S. Netto, ao chefe de polícia de São Paulo, 21/3/1895, Acervo Permanente – Polícia – C2812, AESP.

⁶³ Portaria nº 198 do chefe de polícia de São Paulo, 26/3/1895, Acervo Permanente – Polícia – C2796, AESP; relatório diário do carcereiro da cadeia pública da Capital, 4/4/1895, doc. cit.

⁶⁴ Telegrama do delegado de Jaú ao chefe de polícia de São Paulo, 23/3/1895, Acervo Permanente – Polícia – C2790, AESP; observação a lápis no telegrama do delegado de Jaú ao chefe de polícia de São Paulo, 23/3/1895, doc. cit.

⁶⁵ Telegrama do delegado de Santa Cruz das Palmeiras ao chefe de polícia de São Paulo, 1/4/1895, Acervo Permanente – Polícia – C2803, AESP.

maiores definições sobre o que seriam tais manejos.⁶⁶ O chefe de polícia ordenou que eles fossem enviados para São Paulo, “desde que [estivesse] bem provada [a] culpa deles”; seguiram então para a capital, onde passaram à disposição do mesmo delegado que vinha se ocupando das prisões dos outros anarquistas, e em 14 de abril, Paulo Barsotti/Barsolti, Attilio Ortelano, Luigi Bullerio e Attilio Urbinati/Umberto deram entrada na Cadeia Pública da capital.⁶⁷

A mobilização e identificação de tantos anarquistas no interior do estado de São Paulo merecem atenção: por um lado, é interessante recuperar o alarme lançado um ano antes pelo cônsul italiano em São Paulo, Conde de Brichanteau, quando este afirmou que, “por má sorte, as idéias anarquistas estão se propagando na cidade e no campo.”⁶⁸ Referia-se, então, provavelmente, à penetração de *L’Asino Umano* pelo interior do estado, baseando-se nas esparsas referências de leitores ou simpatizantes presentes nas páginas daquele jornal, assim como lançava mão de uma estratégia argumentativa calcada principalmente em um certo exagero. Por outro lado, mais especificamente no que diz respeito ao jornal que substituíra *L’Asino*, a relação de seus responsáveis e companheiros no interior eram importantes. Na sessão “In barba al Correo” de *L’Avvenire*, foi sempre constante a interlocução com militantes residentes em cidades do interior do estado como Iguape, Jundiá, Jaú, Amparo, Mococa, Bragança Paulista, Tietê, Sorocaba. Nas listas de subscrição a favor do jornal, também eram arroladas contribuições de moradores de algumas dessas cidades, o que, por sua vez, indicava o envio de exemplares do periódico e sua distribuição naquela localidade.⁶⁹

⁶⁶ “Ainda os anarquistas” *O Estado de S. Paulo*, nº 5996, 2/4/1895. A folha, porém indicou erroneamente o local onde os anarquistas haviam sido detidos: ao invés de Santa Cruz das Palmeiras, noticiou que os anarquistas haviam sido presos em Santa Cruz do Rio Pardo.

⁶⁷ Portaria nº 214 do chefe de polícia ao terceiro delegado de polícia, 4/4/1895, Acervo Permanente – Polícia – C2796, AESP; relatório diário do carcereiro da Cadeia Pública da Capital, 15/4/1895, Acervo Permanente – Polícia – C2799, AESP.

⁶⁸ Relatório do cônsul italiano em São Paulo, Edoardo Copans de Brichanteau, ao Ministero degli Affari Esteri, São Paulo, 28/3/1894, ASMAE, Série Polizia Internazionale, b. 47, apud Isabelle Felici. Op. cit., p. 327.

⁶⁹ No primeiro número de *L’Avvenire*, a sessão “Sottoscrizione a favore del giornale” registrou uma contribuição proveniente de Amparo; no segundo número, consta que 31\$000 haviam sido enviados de Sorocaba; no número 3, há menção a uma soma de 6\$000 de Tietê; contribuições de Santos, Sorocaba e Tietê foram registradas na quarta edição, enquanto o quinto número mencionou a subscrição de Bragança; leitores de Jundiá e Piedade contribuíram por ocasião da publicação no sétimo número, e outros de Campinas, Sorocaba e Tietê enviaram somas para a oitava edição; os números 9 e 10 registraram a subscrição de Bragança e Amparo, e Mococa, respectivamente.

Em duas edições de *L'Avvenire*, aparecem também interlocuções diretas e a preocupação com os subscritores do interior do estado de São Paulo: a propósito do intento de uma publicação sob os cuidados do grupo editor de *L'Avvenire* (o opúsculo *La difesa degli anarchici di Chicago*), foi lembrado a todos os companheiros – “tanto de São Paulo quanto do interior” – que contribuíssem com cinco mil réis.⁷⁰ Dois números antes, quando do anúncio da edição especial de 10 de fevereiro (dedicada aos jovens enforcados em Jerez, na Espanha e em homenagem a Auguste Vaillant), aos militantes do interior foi solicitado que avisassem os responsáveis pela publicação de *L'Avvenire* com antecedência caso quisessem uma quantidade maior de exemplares, e afirmou-se que o jornal seria impresso em tempo hábil para chegar ao destino na manhã do dia 10.⁷¹ Ainda que semelhante comunicado não tenha sido feito por ocasião da publicação e distribuição do boletim em homenagem ao vigésimo quarto aniversário da Comuna de Paris, parece ter sido exatamente esse o impresso afixado em Jaú e distribuído em Ribeirão Preto, conforme sugeriram os redatores de *L'Avvenire*.⁷² Nesse sentido, fica clara não somente a correspondência entre os responsáveis pela distribuição dos folhetos, mas principalmente a correspondência entre ações dos anarquistas na cidade de São Paulo e naquelas do interior do estado.

No entanto, no que diz respeito à repressão policial contra os suspeitos de anarquistas, a correspondência entre a ação realizada por estes e a punição legal nem sempre foi salientada ou detalhadamente explicitada. Sabem-se os motivos que levaram os seis presos na capital por ocasião do aniversário da Comuna, o italiano de Ribeirão Preto e os quatro detidos em Santa Cruz das Palmeiras ao cárcere, mas não houve referência aos “manejos anarquistas” ou ao flagrante em que os outros cinco indivíduos estivessem envolvidos para serem conduzidos à presença de alguma autoridade policial e, em seguida, para a Cadeia Pública da Capital. Mesmo no que diz respeito aos enviados de Santa Cruz das Palmeiras, apontados como “anarquistas declarados”, a justificativa da polícia foi questionada pelos redatores de *L'Avvenire*: segundo estes, os quatro não tinham nenhuma relação com eles e haviam sido presos “porque um explorador qualquer, por vingança, denunciou-os como afiliados ao partido anárquico.”

⁷⁰ “Pubblicazione di propaganda anarchica” *L'Avvenire*, nº 8, 24/2/1895.

⁷¹ “Avvertimento” *L'Avvenire*, nº 6, 27/1/1895.

⁷² “Alle autorità di S. Paolo” *L'Avvenire*, nº 1, 14/7/1895.

Não se trata, no momento, de discutir a jurisprudência ou as instâncias legais acionadas, mas a simples explicitação das justificativas das prisões. Pesava contra tais indivíduos, é certo, a mera taxação de anarquistas, explicitada ou não através da denúncia da realização da propaganda ou envolvimento com órgãos e indivíduos proselitistas. Daí a afirmação dos redatores de *L'Avvenire* que teria bastado à polícia para jogar vários imigrantes “nos cárceres da Luz” o fato de terem “afixado manifestos em comemoração à Comuna” ou de “pertencerem à redação de *L'Avvenire*”.⁷³ Daí também o recurso da prisão em flagrante anunciado pelo chefe de polícia, necessário principalmente para que o poder público pudesse tomar “medidas especiais” contra os anarquistas – leia-se: para que houvesse alguma base legal para sua expulsão.⁷⁴

Em relação a vários dos presos, porém, não houve menção a seu envolvimento com a distribuição de material subversivo ou a realização da propaganda – talvez tivesse pesado mais fortemente o fato de “serem conhecidos como amigos ou [manterem] relações com alguns dos presos”,⁷⁵ ou então terem sido indicados por algum destes ou por qualquer cidadão interessado fosse no controle de atividades que julgasse anarquistas, fosse em algum acerto de contas próprio, como acontecera com os presos em Santa Cruz das Palmeiras. Julio Reggiani, Giuseppe Languette e Antonio Legramente apenas surgiram nos documentos policiais como anarquistas, sem maiores referências a suas ações; na prisão de abril de 1895, nada mais constou na documentação policial sobre Vezzani do que seu nome – com grafia errada – nos relatórios do carcereiro e uma breve estadia na enfermaria da Cadeia em julho daquele ano. Nos primeiros dias de maio, o anarquista Alasio Luiz José juntou-se a esses indivíduos, e a Cadeia Pública da capital passou a abrigar dezesseis indivíduos presos como anarquista e quase todos à disposição de Galeano Martins, terceiro delegado de polícia da capital.⁷⁶ Encontravam-se inclusive todos encarcerados juntos – o preso Reggiani foi transferido, em 22 de abril, para a “prisão dos anarquistas” – e afastados dos demais detentos: sublinhou-se o fato de que umas das prisões do edifício era ocupada

⁷³ Idem.

⁷⁴ “Por isso determinei que se buscassem as necessárias providências, seguindo-se todos os passos dos sectários, até que pudessem eles ser presos em flagrante, de modo a justificarem as medidas especiais que a respeito tivesse de tomar o poder público.” (grifos meus) (*Relatório apresentado ao Secretário dos Negócios da Justiça do Estado de São Paulo pelo chefe de polícia Bento Pereira Bueno em 31 de janeiro de 1896*. Op. cit.)

⁷⁵ “Alle autorità di S. Paolo” *L'Avvenire*, nº 1, 14/7/1895.

⁷⁶ Apenas Alasio Luiz José aparecia nos relatórios diários do carcereiro à disposição do chefe de polícia.

“com anarquistas”, situação que persistia em julho, quando estes ainda eram mantidos isolados dos demais presos.⁷⁷

O destaque que o diretor da Cadeia Pública da capital deu ao fato de os anarquistas encontrarem-se isolados dos demais detentos não foi motivada, nos momentos citados acima, por causa de uma preocupação – em tudo compreensível – em relação às influências que tais indivíduos poderiam ter sobre vagabundos, desordeiros, ébrios, gatunos, turbulentos e agressores.⁷⁸ O que ocorria então era a superlotação do edifício que abrigava a Cadeia, que se devia aparentemente mais à desorganização das autoridades policiais do que a um aumento incontrolável das contravenções e crimes nas ruas de São Paulo, das cidades do interior do Estado e do litoral.

No que diz respeito aos anarquistas, mais especificamente à autoridade sob cuja responsabilidade eles se encontravam, a desorganização ou falta de expediente é patente. As portarias através das quais o carcereiro recebeu as instruções de por em liberdade Antonio Legramente, assim como Luigi Bullerio, Attilio Urbinati, Attilio Ortolani e Paulo Barsotti foram datadas de 22 de abril e suas saídas deram-se apenas três meses mais tarde.⁷⁹ Apesar das portarias determinando a soltura de alguns presos por anarquistas, esses só foram chamados pela autoridade responsável em 22 de julho, juntamente com Antonio Bruschi, e enfim postos em liberdade, enviados para o interior do estado “com a imposição de não voltarem a São Paulo.”⁸⁰ É possível, porém, que, antes de deixar a Cadeia, tenham sido fotografados – consta que seis “suspeito [de] anarquistas” tiveram suas fotografias batidas em julho na Repartição Central de Polícia –⁸¹ e assinado Termos de Ocupação Honesta, como já ocorrera com os presos por anarquista em 1894 e como foi determinado

⁷⁷ Ofício do diretor da Cadeia Pública da Capital, Manoel Baptista Pereira, ao chefe de polícia de São Paulo, 10/5/1895, Acervo Permanente – Polícia – C2799, AESP; ofício do diretor da Cadeia Pública da Capital, Manoel Baptista Pereira, ao chefe de polícia de São Paulo, 31/7/1895, Acervo Permanente – Polícia – C2805, AESP.

⁷⁸ As contravenções aqui mencionadas são aquelas apontadas como motivo para o recolhimento dos indivíduos à Cadeia Pública da Capital, conforme indicado nos relatórios diários do carcereiro.

⁷⁹ Portaria nº 245 do chefe de polícia de São Paulo ao carcereiro da Cadeia Pública da capital, 22/4/1895; Portaria nº 247 do chefe de polícia de São Paulo ao carcereiro da Cadeia Pública da capital, 22/4/1895, Acervo Permanente – Polícia – C2796, AESP; relatório diário do carcereiro da Cadeia Pública da capital, 25/7/1895, Acervo Permanente – Polícia – C2799, AESP.

⁸⁰ “Gli anarchici arrestati in S. Paolo” [Os anarquistas presos em S. Paulo] *L’Avvenire*, nº 2, 1º/8/1895.

⁸¹ “Fotografia da Polícia – julho 1895” Acervo Permanente – Polícia – C2799, AESP.

para os detentos em geral pelo chefe de polícia Bento Bueno.⁸² Já os demais presos por anarquistas deixaram a Cadeia durante o mês de agosto: no dia 10, foram libertados Luciano Campagnoli e Attilio Venturi, assim como Giuseppe Languette e Alasio Luiz José, os quais possivelmente embarcaram no vapor *Bretagne* com destino a Buenos Aires.⁸³ Já Arturo Campagnoli, Andrea Alemos, Giuseppe Consorti, Lodovico Tavani e Felice Vezzani saíram alguns dias depois para serem deportados, conforme determinação de abril de 1895.⁸⁴

Estes cinco italianos seguiram, então, para Santos, a fim de embarcarem em algum vapor que rapidamente deixasse a costa brasileira. Certamente temiam voltar para a Itália, onde as medidas de exceção contra os anarquistas traziam a todos eles sob estrita vigilância e em sérios apuros desde 1894. Daí talvez o tom dramático com que Donati, anos mais tarde, narrou a partida de Vezzani e seus companheiros da capital, cujo destino temiam ou adivinhavam:

“Veio a noite de 19 de agosto: tínhamos quase terminado em três ou quatro a tiragem do clandestino *Avvenire*, quando uma *farfallotta*, entregue por um soldado, nos comunica: ‘No primeiro comboio levam-nos para... casa do diabo.’ Desdenhando o perigo, corremos a avisar quantos camaradas pudemos encontrar. Corremos depois à estação, e os queridos amigos, pálidos, arruinados pela umidade e pela falta de ar, estendem-nos os braços, sorridentes.

A máquina dá o sinal de partida. O comboio move-se lentamente; e um grito formidável eleva-se do vagão que encerra os nossos. E esse grito – à Anarquia – abala os que o ouvem. Aqueles cinco rostos de barba inculta apagam-se pouco a pouco, vão-se esfumando lentamente; e ao surdo rumor da locomotiva faz um eco o hino da liberdade... As nossas gargantas estranguladas não deixam passar nem notas harmoniosas de amor, nem o grito selvagem do ódio. Naquele momento, os dois sentimentos tinham talvez adquirido em nós igual poder. Mas o primeiro acabou por vencer, e um grito desesperado, um *Viva a Anarquia!* – de esperança e de protesto, desprende-se do nosso peito. Era a saudação aos primeiros mártires da integral liberdade no Brasil. Felice Vezzani, Giuseppe Consorti, Arturo Campagnoli, Lodovico Tavani, Andrea Alemos eram prepotentemente arrancados aos nossos afetos de amigos e camaradas, mas a nossa causa conquistara quatro apóstolos e um mártir...”⁸⁵

⁸² *Relatório apresentado ao Secretário dos Negócios da Justiça do Estado de São Paulo pelo chefe de polícia Bento Pereira Bueno em 31 de janeiro de 1896*. op. cit.; resposta do chefe de polícia ao ofício do diretor da Cadeia Pública da Capital, 20/8/1895, Acervo Permanente – Polícia – C2805, AESP.

⁸³ “Ancora degli anarchici arrestati” *L’Avvenire*, nº 3, 18/8/1895. O jornal não mencionou os nomes dos anarquistas embarcados nesse vapor, mas a julgar pela data da publicação da edição e da soltura dos italianos, possivelmente tratam-se dos mesmos indivíduos.

⁸⁴ Legação da Itália ao MAE, Rio de Janeiro, 3/4/1895, ACS, CPC, b 1445, fasc. Giuseppe Consorti, apud. Isabelle Felici. Op. cit., p. 99.

⁸⁵ A. Donati, “Recordemos, pois...” *O Amigo do Povo*, nº 4/ 24/5/1902. O “mártir” seria Giuseppe Consorti, a quem “as lutas cotidianas pela vida e pela liberdade” haviam matado, conforme afirmou Donati no capítulo seguinte à citação acima. Segundo Isabelle Felici, Consorti morreu em 1898, em Florença, de uma doença pulmonar. (ACS, CPC, b. 1445, fasc. Pietro Consorti apud Isabelle Felici. Op. cit., p. 376.)

Ainda que temessem seguir para a “casa do diabo” – numa possível referência ao país de origem e às medidas de Francesco Crispi contra os anarquistas –, aparentemente os suspeitos de anarquista desconheciam sua destinação após a expulsão. Apesar de o oficial externo do Porto de Santos já ter comunicado ao chefe de polícia que tomara passagens no vapor *Bormida*, que partiria para Gênova no dia 21 de agosto,⁸⁶ foi apenas no xadrez em Santos que os deportados tiveram ciência de que deveriam seguir para aquela cidade e, principalmente, para aquele país. A medida estava sendo tomada em sigilo: os presos haviam descobertos através de anúncios de jornais que o vapor em que embarcariam iria para a Itália, jornais esses que não deveriam ter chegado a suas mãos, pois havia uma determinação de que permanecessem incomunicáveis.⁸⁷ “Sabedores que estavam enganados”, recusaram-se terminantemente a embarcar, deixando o oficial do Porto em apuros, principalmente porque o agente da Companhia de Navegação, que providenciara as passagens, e o comandante do vapor negaram-se a aceitar passageiros embarcados a força, conforme o oficial externo tencionava fazer.⁸⁸ Interessantemente, a solução foi sugerida pelos próprios deportados. No telegrama que este oficial enviou com urgência ao chefe de polícia de São Paulo, informou que os italianos dispunham-se a seguir para qualquer ponto do Rio da Prata, a que a autoridade policial respondeu: “É indiferente Europa ou Rio [da] Prata, contanto que embarquem logo”, como o Theodoro Dias de Carvalho Júnior fizera com o suspeito de anarquista Giuseppe Gallini no ano anterior.⁸⁹ Apesar de ter notícias sobre as movimentações de anarquistas nos países vizinhos, de alegar que o material subversivo que chegava ao Brasil vinha de regiões do Rio da Prata,⁹⁰ de também procurar evitar que os expulsos de outros países se instalassem aqui, as autoridades brasileiras

⁸⁶ Telegrama do oficial externo do Porto de Santos, S. Lorena, ao chefe de polícia de São Paulo, 19/8/1895, Acervo Permanente – Polícia – C2798, AESP.

⁸⁷ Ofício reservado do oficial externo no Porto de Santos, S. Lorena, ao chefe de polícia de São Paulo, 24/8/1895, Acervo Permanente – Polícia – C2798, AESP.

⁸⁸ Telegrama do oficial externo no Porto de Santos, S. Lorena, ao chefe de polícia de São Paulo, 23/8/1895, Acervo Permanente – Polícia – C2798, AESP; Ofício reservado do oficial externo no Porto de Santos, S. Lorena, ao chefe de polícia de São Paulo, 24/8/1895, doc. cit.

⁸⁹ Telegrama do oficial externo no Porto de Santos, S. Lorena, ao chefe de polícia de São Paulo, 23/8/1895, doc. cit.; resposta do chefe de polícia no verso do telegrama, 23/8/1895. Sobre Gallini, ver capítulo II – “Imigrantes anarquistas”.

⁹⁰ O chefe de polícia de São Paulo, Bento Bueno, afirmou em seu relatório ao Secretário dos Negócios da Justiça, que, desde a prisão dos anarquistas em março de 1895, “têm sido por vezes apreendidos folhetos e jornais anarquistas procedentes do Rio da Prata, em pequeno número e dirigidos a indivíduos já ausentes do Estado de São Paulo.” (*Relatório apresentado ao Secretário dos Negócios da Justiça do Estado de São Paulo pelo chefe de polícia Bento Pereira Bueno em 31 de janeiro de 1896*. Op. cit. p. 11.)

pareciam não se importar muito com que os deportados fizessem, desde que se encontrassem além de suas fronteiras.

Campagnoli, Alemos, Consorti, Tavani e Vezzani embarcaram no dia 24 de agosto para Montevideu no vapor *Victoria* – fosse esse nome uma ironia para os “primeiro mártires da integral liberdade no Brasil”, conforme os chamou Donati; fosse ainda, numa perspectiva mais otimista, um sinal do resultado da resistência e negociações para evitar a partida para a Itália.⁹¹ Julio Reggiani, o último anarquista que permanecera da Cadeia, não teve destino diferente: desde o final de agosto, sua passagem para Buenos Aires já havia sido comprada e, no dia 5 de setembro, o italiano embarcou no vapor *Bearn* com destino à capital Argentina.⁹² Puniam-se, assim, os responsáveis pelas manifestações de 17 e 18 de março de 1895 e, conforme *L’Avvenire*, os que pertenciam a esta redação, alguns de seus amigos e outros apenas conhecidos desses.⁹³ Interessantemente, a mesma data testemunhou ações parecidas no ano seguinte.

Anarquistas nas ruas

Na “Estatística da Seção Fotográfica de 1896”, março não parece ter sido muito ocupado para seus funcionários: somente dezenove fotografias foram tiradas naquele mês – em contrapartida às 40 tiradas em junho e 67 em julho –, das quais apenas duas foram de indivíduos identificados como gatunos ou vagabundos; três mortos desconhecidos tiveram suas fotografias tiradas para eventual identificação; dez soldados expulsos contabilizaram o maior número de chapas batidas então; e quatro “socialistas e anarquistas” completaram a soma.⁹⁴

O italiano Silvestre Brugnole deve ter sido um dos primeiros a ser retratado, já que fora “preso como anarquista (...) às 11 horas da manhã, na rua 15 de novembro” do dia 16

⁹¹ Isabelle Felici tem, porém, informações diversas: segundo ela, Consorti e Campagnoli teriam isso expulsos para a Europa; quanto Vezzani, os dados são diferentes, porém compatíveis, já que a autora afirma que o pintor italiano encontrar-se-ia em Buenos Aires em 1895, onde dirigiu o jornal *L’Avvenire* – e para onde poderia ter seguido depois de desembarcar em Montevideu. (Isabelle Felici. Op. cit., pp. 99 e 376.)

⁹² Telegrama do delegado de polícia de Santos para o chefe de polícia de São Paulo, 30/8/1895, Acervo Permanente – Polícia – C2803, AESP; telegrama do oficial externo do Porto de Santos ao chefe de polícia, 6/9/1895, Acervo Permanente – Polícia – C2798, AESP.

⁹³ “Alle autorità di S. Paolo” *L’Avvenire*, nº 1, 14/7/1895.

⁹⁴ “Estatística da Seção Fotográfica de 1896” Acervo permanente – Polícia–C2823, AESP.

de março.⁹⁵ No mesmo dia, também foi preso o Aristodemo Delli, por “suspeita [de] anarquista”.⁹⁶ Ambos foram conduzidos para a Cadeia Pública da Capital, e lá permaneceram à disposição do terceiro delegado de polícia, Galeano Martins. Juntaram-se a eles Giuseppe Scalli e Ezechiele Simoni, ambos originais da Itália e apontados como anarquistas, assim como João Pantasso (ou Baptista Pancetti), detido no dia 19 às 4 horas da tarde, na rua do Seminário, pelo menos motivo.⁹⁷ Com ele, foram conduzidos à Cadeia Giuseppe Pane, Pietro Tavane e Isidoro Bozzolano, também como anarquistas.⁹⁸

Ainda que não houvesse referência a que os italianos estivessem fazendo ao serem presos, a data de sua prisão remete imediatamente às comemorações de mais um aniversário da Comuna de Paris, mesmo sem menções a distribuições de folhetos e cartazes, reuniões ou festejos. Não havia então um jornal que desse conta das atividades dos anarquistas em São Paulo por causa da suspensão de *L'Avvenire* em agosto do ano anterior e da curta duração da iniciativa de Augusto Donati em fevereiro, com seus dois números de *L'Operaio*;⁹⁹ nem tampouco os documentos policiais foram mais explícitos sobre as razões que motivaram as prisões daqueles indivíduos. O envolvimento de nenhum deles com idéias, manifestações ou publicações anarquista pôde ser comprovada naquele momento, mas pelo menos três dos indivíduos presos como anarquistas – Ezechiele Simoni, Giuseppe

⁹⁵ Portaria nº 157 do chefe de polícia de São Paulo, Bento Pereira Bueno, ao terceiro delegado de polícia, Galeano Martins, 16/3/1896, Acervo permanente – Polícia – C2830, AESP. Não restaram informações sobre o italiano quando de sua prisão nesse ano, mas, por ocasião de uma disputa entre o diretor de *Il Messaggero*, Carlos Fabricatore, e o padre Paschoal Gazineu, em que este se apropriou de livros e do material tipográfico do jornal, Brugnole serviu de testemunha e algumas informações a seu respeito foram reunidas: em março de 1894, o italiano tinha 45 anos, era solteiro, residia na rua do Sol, número 10, e era tipógrafo empregado na oficina de *Il Messaggero*. (Depoimento de Silvestre Brugnoli na “Justificação de Carlos Fabricatore contra o Padre Pasquale Gazineu”, 5/3/1894, Acervo permanente – Processos Policiais – C3224, AESP.)

⁹⁶ Relatório do diário carcereiro da Cadeia Pública da Capital, Francisco Gonçalves Ribeiro Guimarães, 18/3/1896, Acervo permanente – Polícia – C2819, AESP.

⁹⁷ Portaria nº 170 do chefe de polícia de São Paulo, Bento Pereira Bueno, ao terceiro delegado de polícia, Galeano Martins, 19/3/1896, Acervo permanente – Polícia – C2830, AESP.

⁹⁸ Relatório diário do carcereiro da Cadeia Pública da Capital, Francisco Gonçalves Ribeiro Guimarães, ao chefe de polícia, 19/3/1896, Acervo permanente – Polícia – C2819, AESP. Neste relatório, consta que Delli e Brugnole foram conduzidos à Cadeia no dia 17, Scalli e Simoni, no dia 18 e em 19 de março, deram entrada Pancetti, Pane, Tavane e Bozzolano. Vale sublinhar que o nome de Isidoro Bozzolano foi grafado em quase todas as referências como Ezydio ou Izidio Bossolan.

⁹⁹ Augusto Donati, que já colaborara com a publicação de *L'Asino Umano* e *L'Avvenire*, fundou em fevereiro o jornal intitulado *L'Operaio*, que teve uma curtíssima duração – dois números apenas. O periódico era distribuído gratuitamente, e chegou até a trazer a lume, em forma de opúsculo, um texto de Errico Malatesta. Para evitar a repressão policial, Donati assinava então “A. Ceschi” e não forneceu o endereço da redação do jornal. Também trazia publicado em seu cabeçalho o parágrafo 12 do artigo 72 da Constituição Brasileira, em que se afirmava que “Em qualquer assunto, é livre a manifestação do pensamento pela imprensa ou pela tribuna (...)”, como um desafio lançado às autoridades, conforme sublinhou Isabelle Felici (Op. cit., pp. 100-101.)

Scalli e Isidoro Bozzolano – estariam intimamente ligados à publicação do jornal anarquista *Il Risveglio*, que seria fundado em janeiro de 1898.¹⁰⁰

É possível, porém, que se estivessem antecipando as iniciativas que já haviam se repetido nos anos anteriores, como a distribuição de panfletos ou a colagem de cartazes.¹⁰¹ Também poderia estar sendo acionada a vigilância constante que vigia na cidade de São Paulo, realizada por esses indivíduos que atuavam secretamente e à paisana, e cuja principal ocupação era a prevenção de delitos: os agentes de segurança ou secretas. Sabe-se que alguns dos anarquistas foram presos pelas ruas da cidade e pelo menos dois deles – Silvestre Brugnole e Baptista Pancetti – foram detidos pelo agente de segurança de número 48, Alfredo Laudizio segundo informa a observação presente nas respectivas portarias: “Cond.[uzido] [pelo] Agente nº 48”.¹⁰²

Em relatório deste agente, enviado diretamente ao chefe de polícia um mês antes da prisão dos anarquistas, é possível ter uma idéia de sua atuação pelas ruas da cidade.¹⁰³ As informações que passou então àquela autoridade voltavam-se para a localização de contraventores e criminosos e de suas ações, como “gatunos ‘caçadores de otários’” recém chegados de Buenos Aires e que atuavam nas ruas do Gasômetro, Rangel Pestana e Visconde de Parnaíba; um bar e uma adega na rua do Riachuelo freqüentados por “gente

¹⁰⁰ Ezechiele Simoni recebeu os pagamentos referentes às assinaturas e subscrições de *Il Risveglio* em Ribeirão Preto até seu número 17, em 11/5/1898. Depois, continuou contribuindo através de subscrições – fosse para o jornal, fosse para a família de Polinice Mattei depois da morte deste em setembro daquele ano; também participou da comissão que organizou uma manifestação contra a morte de Mattei em 16 de novembro de 1898, junto com E. Tesserini, A. Canovi e G. Damiani. A partir da edição de 17-18/7/1898, o cobrador em Ribeirão Preto passou a ser Isidoro Bozzolano, que também assinou alguns artigos publicados nas páginas de *Il Risveglio*. Giuseppe Scalli, por sua vez, assumiu o papel de cobrador de *Il Risveglio* em São Paulo em outubro de 1898 (nº 29, 16/10/1898).

¹⁰¹ Os cuidados com o material distribuído pelas ruas e afixado nas paredes parece ter dobrado no ano de 1895, talvez não exclusivamente devido ao cartaz em homenagem à Comuna de Paris publicados pelos anarquistas, mas possivelmente para coibir ações semelhantes: “Para bom andamento do serviço policial e para que o Corpo de Agentes cumpra o seu dever de vigilante e investigador, determino a todo o seu pessoal que d’ora em diante, desde que pela cidade se distribuam ou afixem boletins de qualquer espécie que não sejam simples anúncios, sejam os primeiros exemplares trazidos a esta Chefia, para que dela sejam logo sabidos os intuitos de tais publicações.” (Portaria nº 304 do chefe de polícia de São Paulo, 21/5/1895, Acervo Permanente – Polícia – C2796, AESP.)

¹⁰² Portaria nº 157 do chefe de polícia de São Paulo, Bento Pereira Bueno, ao terceiro delegado de polícia, Galeano Martins, 16/3/1896, doc. cit.; Portaria nº 170 do chefe de polícia de São Paulo, Bento Pereira Bueno, ao terceiro delegado de polícia, 19/3/1896, doc. cit. Apesar de os agentes de segurança, ou agentes extranumerários ou simplesmente secretas serem identificados apenas por seus números, o nome de Alfredo Laudizio consta da “Relação dos Agentes de Segurança que possuem revólveres da Repartição e que os apresentaram a fim de serem examinados”, abril/1896 (Acervo permanente – Polícia – C2832, AESP). Seu número era o 48.

¹⁰³ Relatório do agente extranumerário de nº 48, Alfredo Laudizio, ao chefe de polícia de São Paulo, 14/2/1896, Acervo permanente – Polícia – C2814, AESP.

vagabunda e suspeita”; o “quartel-general dos cáftens” na rua Esperança, onde agiam “diversos ex-agentes de polícia”. Tais informações deviam ser obtidas pela própria infiltração do secreta nos lugares mencionados, ou ainda eram colhidas junto a habitantes da cidade, como no caso dos “moradores da casa nº 16 da rua Formosa” os quais lhe haviam relatado que uma senhora fazia propaganda monarquista “em casas de familiares, distribuindo programas subversivos à instituição republicana”.¹⁰⁴ Agia, assim, como Theodoro Dias de Carvalho Júnior, ex-chefe de polícia de São Paulo, supusera e determinara que agissem os agentes de segurança:

“Ao contrário o agente secreto: ninguém o vê, modesto, despretensioso, percorre as ruas e as estradas, conversa, indaga, escuta e o tomam por um desfavorecido da sorte. No entanto, ora nas trevas, ora sob um sol abrasador, vai ele seguindo a sua presa e seu nobre mister aparece quando o braço assassino se ergue para cair sobre a vítima ou para proteger a propriedade alheia quando ameaçada.”¹⁰⁵

Ao compará-los com soldados regulares, o então chefe de polícia buscou salientar tanto o viés investigativo da atuação dos agentes de segurança ou secretos, que poderiam infiltrar-se “em todas as camadas sociais”, como a idéia de “prevenção e repressão dos crimes” e delitos, fortemente implicada na própria concepção de uma polícia secreta. Ainda que em seu relatório Alfredo Laudizio não tenha informado sobre prisões realizadas por ele, fazia parte de suas incumbências prender criminosos e contraventores em flagrante delito e conduzi-los às estações ou postos policiais.¹⁰⁶

A contrapartida da grande inserção desse agente que poderia ser tomado “por um desfavorecido da sorte”, porém, era exatamente a indistinção entre ele e suas presas, não apenas na aparência, mas nas ações: vários secretos foram acusados de eles próprios praticarem crimes e contravenções. É o caso, por exemplo, do secreta que se ocupara da perseguição e vigilância de um dos passageiros do vapor Solferino expulsos em março de

¹⁰⁴ Vale lembrar que no episódio da expulsão dos imigrantes suspeitos de anarquistas em março de 1893, outro agente de segurança lançara mão de recurso semelhante, quando relatou que um italiano morador da freguesia do Brás se dispusera a indicar ao secreta o italiano Giuseppe Gallini, cuja deportação já havia sido decretada e cuja prisão era requisitada. (Aviso do agente de segurança Severino Ferreira de Mattos ao chefe de polícia de São Paulo ou ao chefe dos agentes de segurança, Alfredo Louzada, 27/8/1893, doc. cit.)

¹⁰⁵ Ofício do chefe de polícia de São Paulo, Theodoro Dias de Carvalho Júnior, ao Secretário de Justiça, 25/5/1892, Acervo permanente – Polícia – C2741, AESP.

¹⁰⁶ As incumbências dos agentes de segurança foram retiradas das “Instruções policiais” organizadas em 1898 pela Secretaria de Polícia de São Paulo, em que estavam discriminadas “as atribuições das autoridades policiais, inspetores de quarteirões, agentes de segurança e praças da guarda cívica da capital” a partir de extratos do Decreto nº 437 de 20/3/1897 e do Decreto nº 494 de 30/10/1897. (“Instruções policiais”, Secretaria de Polícia do Estado de São Paulo, 26/4/1898, Acervo permanente - Polícia – C2884, AESP)

1893, Giuseppe Gallini: Severino Ferreira de Mattos foi preso em maio de 1894 na companhia de dois “gatunos conhecidos”, quando “preparavam grande [golpe de] conto do vigário”.¹⁰⁷ Alfredo Laudizio, por sua vez, que também ajudou na captura de anarquistas em 1896, foi acusado no ano seguinte de permanecer em frente à casa de duas mulheres, “insultando-as e ameaçando-as com um revólver.”¹⁰⁸ Os argumentos para tentar explicar os motivos porque os agentes lançar-se-iam ao crime eram vários: ora a proximidade em relação aos criminosos e contraventores era apresentada como razão, ora a própria origem dos agentes, recrutados junto às classes que deveriam vigiar, parecia satisfazer as autoridades na explicação dos deslizes dos agentes de segurança. Nem mesmo o chefe dos secretas parece ter escapado das acusações que pesavam sobre essa corporação. Substituído por Casemiro Guedes de Mello, o ex-chefe dos agentes de segurança, Alfredo Ribeiro Louzada, foi processado e preso por infringir o artigo 381 do Código Penal em julho de 1896.¹⁰⁹ Em agosto desse ano, porém, foi posto em liberdade “por não ter sido pronunciado no processo crime que lhe movia a Justiça Pública”.¹¹⁰ Fossem por essas razões ou pela mudança do chefe de polícia no final de maio de 1896,¹¹¹ o corpo de agentes de segurança foi suspenso em 10 de junho daquele ano.¹¹²

¹⁰⁷ Telegrama do delegado de Santos, Isidoro de Campos, ao chefe de polícia de São Paulo, Theodoro Dias de Carvalho Júnior, 14/5/1894; telegrama do delegado de Santos, Isidoro de Campos, ao chefe de polícia de São Paulo, Theodoro Dias de Carvalho Júnior, 15/5/1894, Acervo permanente – Polícia – C2774, AESP.

¹⁰⁸ Relatório do quinto delegado de polícia, Fausto Dias Ferraz, sobre as ocorrências de 24/5/1897, Acervo permanente - Polícia – C2849, AESP.

¹⁰⁹ Art. 381. “Fingir-se empregado público./ Pena – de prisão celular por uma a três meses./ Se por esse meio conseguir obter de outrem dinheiro ou utilidade: Penas – as do art. 338 (“prisão celular por um a quatro anos e multa de 5 a 20% do valor do objeto sobre que recair o crime.”) Decreto n. 847 – de 11 de outubro de 1890 – Promulga o Código Penal. *Decretos do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1890. O relatório da Secretaria da Repartição Central de Polícia julho de 1896, na seção Protocolo de Processos, consta o seguinte sobre Alfredo Ribeiro Louzada: “Brasileiro, intitulando-se empregado público e conseguindo, por este meio, dinheiro de terceiros, incautos, foi processado pela 4ª delegacia, que remeteu o inquérito à 4ª Vara em 23/7/1896.” (Acervo permanente - Polícia – C2836, AESP)

¹¹⁰ Relatório diário do carcereiro da Cadeia Pública da Capital, 12/8/1896, Acervo permanente - Polícia – C2824, AESP. Três anos mais tarde, Alfredo Ribeiro Louzada requereu junto à repartição Central de Polícia informação sobre queixas contra sua pessoa e fotografia como gatuno, possivelmente para atestar seu proceder para algum novo emprego. (Requerimento de Alfredo Ribeiro Louzada, 28/4/1899, Acervo permanente - Polícia – C2901, AESP) Junto a tal requerimento, um semelhante datado de maio de 1896 (portanto, pouco antes de sua prisão em julho daquele ano), em que consta observação do então chefe de polícia, Bento Bueno, afirmando que Louzada havia sido chefe dos agentes de segurança e que havia exercido seu cargo “com muita correção.”

¹¹¹ Em 1º de maio de 1896, Bento Bueno pediu exoneração do cargo de chefe de polícia. Alegou então que havia sido nomeado pelo presidente do Estado de São Paulo, Bernardino de Campos, e como seu mandato acabara, julgava dever afastar-se do governo que se iniciava. (Memorando do chefe de polícia de São Paulo, Bento Bueno, com ordens para entregar à Secretaria dos Negócios da Justiça, 1/5/1896, Acervo permanente - Polícia – C2819, AESP). Bento Bueno continuou ocupando a pasta até final de maio; a partir do dia 27, a

Porém, além da intervenção direta de secretas – agentes da prevenção de delitos por excelência – na prisão de alguns dos anarquistas detidos em 1896, a própria detenção desses italianos sugere mais a importância de medidas profiláticas no tratamento de indivíduos subversivos do que atitudes punitivas. Levando-se em conta o fato de o recurso à prisão em flagrante não ter sido mencionado nas ações repressivas contra anarquistas em março de 1896, pode-se supor que pesara mais a necessidade da prevenção naquele momento. A prisão dos oito italianos em meados de março não foram as únicas: em 26 daquele mês, foram conduzidos à Cadeia Pública da Capital, onde permaneceram à disposição do terceiro delegado, os italianos Armando Turelli, Cesare Golfarelli e Luigi Sangiorgio;¹¹³ os também italianos Antonio Modesto e Victorio Martinelli foram presos em 23 de abril como anarquistas e ficaram à disposição do quinto delegado de polícia;¹¹⁴ mais tarde, no dia 22 de maio, o indivíduo de nacionalidade italiana e identificado como Frederico Onça Pintada Mello deu entrada sob a acusação de anarquista.¹¹⁵ Todas essas detenções deram-se sem que nenhum evento envolvendo esses suspeitos fosse tornado público, o que sugere que a idéia era justamente prevenir ações como as testemunhadas anteriormente - fossem elas explosões de palacetes, fundações de jornais ou distribuições de panfletos.¹¹⁶

A própria duração das detenções pode ser entendida nessa chave: diferentemente das que haviam se dado nos anos anteriores, os quatorze anarquistas presos em 1896 não

assinatura que consta dos ofícios referentes àquela chefatura é de José Xavier de Toledo. É possível que o novo chefe não julgasse tão importante a manutenção daquela força, ou ainda, dadas as denúncias em que seus agentes se viam então envolvidos, achou por bem dissolver a corporação, para, no entanto, restabelecê-la mais tarde.

¹¹² Informações no verso do requerimento de João Ângelo da Cruz, ex-agente de segurança, ao chefe de polícia de São Paulo, José Xavier de Toledo, 5/7/1896, Acervo permanente – Polícia – C2822, AESP. O nome de Ângelo da Cruz consta da “Relação dos Agentes de Segurança que possuem revólveres da Repartição e que os apresentaram a fim de serem examinados”, abril/1896 (Acervo permanente – Polícia – C2832, AESP).

¹¹³ Relatório diário do carcereiro da Cadeia Pública da Capital, Francisco Golçalvez Ribeiro Guimarães, 27/3/1896, Acervo permanente – Polícia – C2819, AESP.

¹¹⁴ Relatório diário do carcereiro da Cadeia Pública da Capital, Antonio José das Chagas Júnior, 23/4/1896, Acervo permanente - Polícia – C2834, AESP.

¹¹⁵ Relatório diário do carcereiro da Cadeia Pública da Capital, Antonio José das Chagas Júnior, 23/5/1896, Acervo permanente - Polícia – C2834, AESP.

¹¹⁶ Vale mencionar que, no ano seguinte, o envolvimento de Cesare Golfarelli com agitações subversivas recebeu destaque quando assinou o pôster anunciando um Comício Popular contra as comemorações na Unificação Italiana, em 20/9/1897. (“Comício Popular” (pôster) S. Paulo, 15/9/1897, fundo Max Nettleau, dossiê Brasil, nº 373, IISG.) Em seguida, vai-se tratar das manifestações contrárias aos festejos da Unificação Italiana em 1897.

permaneceram muito tempo no cárcere, sendo em seguida postos em liberdade.¹¹⁷ É possível, por um lado, que se quisessem manter detidos indivíduos que poderiam dar ensejo a iniciativas subversivas em datas importantes como o aniversário da Comuna de Paris e o 1º de Maio – daí a razão de a maioria das prisões desse ano terem-se dado entre março e abril de 1896. Por outro lado, pode-se supor também que se tencionasse, com tais detenções, travar conhecimento dos indivíduos que os agentes de segurança haviam indicados como anarquistas ou suspeitos de atividades subversivas.¹¹⁸

No ano seguinte, a preocupação com a prevenção de delitos foi oficialmente reforçada. Pelo relatório do Secretário dos Negócios da Justiça, José Getúlio Monteiro, ao Vice-Presidente do Estado de São Paulo referente a 1897, nota-se a importância da idéia da prevenção – tanto em seu texto como naquele ano, quando foram promulgados dois decretos sobre o serviço policial do estado.¹¹⁹

“Definindo-se as atribuições da polícia administrativa, sob a direção do chefe de Polícia e superintendência geral da Secretaria da Justiça, atendeu-se ao empenho de (...) garantir a autonomia das edilidades, naquilo em que, segundo a frase constitucional, se envolve o peculiar interesse de cada uma. (...) teve-se sobretudo em vista que a competência das autoridades policiais se firma e se apresenta quando, não se tratando apenas do que afeta especialmente à determinada circunscrição, aparecem ainda as necessidades da prevenção de delitos, de par com as urgências da segurança e da tranqüilidade pública. Acresce que nos países mais ciosos da independência local, (...) jamais se deixou de estabelecer a intervenção das autoridades policiais do Estado, sempre que esteja em jogo o interesse superior da prevenção dos delitos, da segurança e da tranqüilidade pública, interesse esse que não é particular, restrito, mas comum ao indivíduo, ao município e ao Estado, competindo a estes organismos uma ação harmônica para o fim geral.”¹²⁰ (grifos no original)

¹¹⁷ Aristodemo Delli e Silvestre Brugnoli deixaram a prisão já em 25/3/1896, tendo permanecido pouco mais de uma semana no cárcere (relatório diário do carcereiro da Cadeia Pública da Capital, Francisco Golçalves Ribeiro Guimarães, 25/3/1896, Acervo permanente - Polícia – C2819, AESP); seis dias mais tarde, saíram Cesare Golfarelli e Luigi Sangiugio, depois de cinco dias de prisão. (relatório diário do carcereiro da Cadeia Pública da Capital, 31/3/1896, Acervo permanente - Polícia – C2819, AESP). Baptista Pancetti, Giuseppe Pane, Pietro Tavane e Armando Turelli deixaram a Cadeia em 14/4/1896, tendo lá permanecido 26 dias os três primeiros e 18 dias o último; já Isidoro Bozzolano e Ezechiél Smoni foram libertados em 22/4/1896, pouco mais de um mês depois de presos. (relatórios diários do carcereiro da Cadeia Pública da Capital, 14/4/1896 e 22/4/1896, Acervo permanente - Polícia – C2834, AESP) Giuseppe Scalli permaneceu um pouco mais, saindo apenas em no começo de maio. (relatório diário do carcereiro da Cadeia Pública da Capital, 3/5/1896, Acervo permanente - Polícia – C2834, AESP). Antonio Modesto e Victorio Martinelli, presos em 23 de abril como anarquistas, voltaram às ruas dois dias mais tarde. (relatório diário do carcereiro da Cadeia Pública da Capital, 25/4/1896, Acervo permanente - Polícia – C2834, AESP.)

¹¹⁸ A mudança de chefe de polícia e, conseqüentemente, dos delegados no final de maio de 1896 também poderia explicar o relaxamento da prisão dos suspeitos de anarquista.

¹¹⁹ Decreto nº 437, de 20/3/1897, e decreto nº 494 de 30/10/1897.

¹²⁰ *Relatório apresentado ao Vice-Presidente do Estado pelo Secretário dos Negócios da Justiça de S. Paulo – José Getúlio Monteiro*, em 31 de dezembro de 1897. São Paulo: Typ. a vapor Espíndola, Siqueira & Comp., 1898, p. 135.

A discussão sob o título “Polícia”, em seu relatório, sobre as competências da polícia administrativa e da polícia judiciária, deu ênfase e importância à prevenção de delitos, função que já cabia ao chefe de polícia, à Secretária da Justiça e organismos seus subjacentes e subordinados. Os agentes de segurança voltaram a suas incumbências, determinadas nos decretos promulgados em 1897 e, em abril de 1898, sob a chefia de Francisco Martiniano da Costa Carvalho, que substituíra José Xavier de Toledo, foram fornecidas às corporações da polícia as “Instruções Policiais”, com a discriminação das atribuições das autoridades policiais, dos inspetores de quarteirão, dos agentes de segurança e das praças da guarda cívica.¹²¹ Ficou explicitado, por exemplo, que cabia ao chefe de polícia, delegados e subdelegados, entre outras funções, “obrigar a assinar termo de segurança aos legalmente *suspeitos da pretensão* de cometer algum crime”; “vigiar e providenciar, na forma das leis, sobre tudo o que pertencer à *prevenção dos delitos* e manutenção da segurança e tranqüilidade pública.” Inspetores de quarteirão deveriam informar não apenas sobre “as infrações, contravenções e crimes que se cometam”, mas também sobre os suspeitos que se encontrassem, no quarteirão, além de “vigiar sobre tudo o que pertencer à *prevenção de crimes e contravenções*”. Aos agentes de segurança, fora atribuído o dever de “acompanhar de perto as pessoas que, fora de horas, transitarem nos seus postos de vigilância e *que lhes pareçam suspeitas*”, assim como – da mesma forma que os inspetores de quarteirão, “vigiar sobre tudo o que pertencer à *prevenção de crimes e contravenções*”. (grifos meus)

Em seu *Relatório* referente a 1897, o Secretário dos Negócios da Justiça também listou os criminosos e contraventores que provavelmente mais perturbavam a “segurança e tranqüilidade pública”, como os vagabundos, as prostitutas e cáftens, os jogadores, os turbulentos, sem menção, porém, a anarquistas. Mas estes personagens permaneciam em cena. Segundo a seção da Fotografia de Polícia, foram retratados 5 “socialistas e anarquistas” durante aquele ano – um em maio e quatro em setembro.¹²² O italiano Pedro Cresta teve sua retrato batido na Repartição Central de Polícia em 11 de maio por ordem do terceiro delegado.¹²³ Não há maiores referências à sua passagem pela Cadeia Pública na

¹²¹ “Instruções policiais”, Secretaria de Polícia do Estado de São Paulo, 26/4/1898, doc. cit.

¹²² “Resumo dos fotografados do ano 1897” Acervo permanente - Polícia – C2859, AESP.

¹²³ Ofício do ajudante do fotógrafo, Fortunato Bertholdi, ao chefe da 2ª Seção, 11/5/1897, Acervo permanente - Polícia – C2859, AESP.

Capital. É possível que tenha sido detido por ter se destacado em alguma manifestação do 1º de Maio naquele ano ou recolhido para averiguações depois de alguma denúncia de um cidadão receoso de manifestações anarquistas em sua freguesia e a fim de que constasse dos arquivos policiais sua identificação, acompanhada de sua fotografia, para que a polícia pudesse rastrear seus futuros movimentos por São Paulo.

Outros dois indivíduos retratados como “socialistas e anarquistas” não se haviam instalado em São Paulo ainda, nem poderiam ter despertado a desconfiança de vizinhos ou colegas de trabalho: foram detidos assim que chegaram em São Paulo por causa de uma denúncia que partira do Rio de Janeiro. O chefe de polícia da Capital Federal telegrafara ao oficial externo do Porto de Santos, recomendando que não deixasse desembarcar os italianos Miguel Ângelo Pistelli e Nicolas Selippo, “por serem anarquistas.”¹²⁴ No entanto, como a embarcação terminava ali sua viagem, foram ambos retirados do vapor francês *Califórnia* que entrara no porto de Santos em 4 de setembro e entregues ao delegado de polícia de Santos, “para proceder como entender”. Enviados para a capital paulista, foram certamente encaminhados para a Cadeia Pública da Capital e ali fotografados como anarquistas em 10 de setembro de 1897.¹²⁵

Já no que diz respeito a Antonio Cancellere e Caetano Manelli, ambos italianos e fotografados como anarquistas por ordem do primeiro delegado em 28 de setembro, é possível que sua detenção tenha-se dado devido a seu envolvimento com as manifestações preparadas por socialistas e anarquistas naquele mês.¹²⁶ No aniversário da Unificação Italiana daquele ano, em 20 de setembro, socialistas e alguns velhos suspeitos de anarquistas tornaram públicas suas críticas às comemorações oficiais em São Paulo, podendo Cancellere e Manelli terem participado da manifestação ou sido identificados com aqueles.¹²⁷

¹²⁴ Ofício do oficial da Polícia do Porto de Santos, S. Lorena, ao chefe de polícia de São Paulo, Francisco Martiniano da Costa Carvalho, 4/9/1897, Acervo permanente - Polícia – C2842, AESP.

¹²⁵ Ofício do ajudante do fotógrafo, Fortunato Bertholdi, ao chefe da 2ª Seção, 10/9/1897, Acervo permanente - Polícia – C2859, AESP.

¹²⁶ Ofício do ajudante do fotógrafo, Fortunato Bertholdi, ao chefe da 2ª Seção, 28/9/1897, Acervo permanente - Polícia – C2859, AESP.

¹²⁷ 20 de setembro marcava a data da anexação de Roma, até então capital dos Estados Pontifícios, ao reino da Itália. Até 1870, já haviam sido unificados os Reinos da Sardenha, Lombardia, Vêneto, o Reino das Duas Sicílias, o Ducado de Módena e Régio, o Grão-Ducado da Toscana, do Ducado de Parma, ao longo mais de vinte anos de movimentos revolucionários e confrontos com outras nações. Seu significado estava atrelado à afirmação do poder temporal da Casa de Sabóia sobre o papado, que foi obrigado a ceder Roma para os revolucionários da Unificação. (*Storia d'Italia – Dal primo Settecento all'Unità* (organizado por Ruggiero

Um pôster escrito em português e em italiano e datado de 15 de setembro convidava “cidadãos” e “cittadini” a comemorarem aquela data como marca da “parcial derrota do papado.”¹²⁸ O comício estava marcado para dia 19, às 13 horas, no teatro Polytheama e o impresso estava assinado por sua “Comissão executiva”. Desta, faziam parte alguns poucos personagens já conhecidos neste estudo, como o socialista Emilio Massardo, colaborador de *L’Asino Umano* e apontado como “anarquista dinamitista” pelo cônsul italiano três anos antes, e Cesare Golfarelli, preso como anarquista em 1896, mas cuja militância não foi salientada pelos periódicos anarquistas ou pelos documentos policiais antes dessa detenção. A baixa reincidência dos nomes anteriormente envolvidos com agitações e publicações libertárias em São Paulo sugere uma importante mudança no perfil da militância anarquista nessa cidade, em grande parte motivado pelas expulsões e perseguições ocorridas nos anos anteriores. Isabelle Felici, nesse sentido, ao comentar a renovação dos quadros anarquistas quando da publicação de *Il Risveglio*, em 1898, salienta a importância da chegada de novos militantes na capital paulista, tais como Alfredo Mari, que teria desembarcado em Santos em 1897 e Gigi Damiani, que se instalou em Itu, interior de São Paulo, nesse mesmo ano.¹²⁹ Aquele, já em 1897, fez parte da comissão de socialistas e anarquistas que assinou o convite para o “Comício Popular”, junto com militantes que teriam mais destaque nos anos seguintes, como Polinice Mattei.¹³⁰

Na tarde do dia 19, antecipando-se, portanto, aos festejos oficiais, Estevam Estrella, Alcebiade Bertolotti, Alfredo Mari e Valentim Diego ocuparam a tribuna do teatro Polytheama.¹³¹ Os assinantes do jornal editado por Galileo Botti, *La Birichina*, por sua vez, receberam, no dia seguinte, o número único *XX Settembre*, publicado por anarquistas e

Romano e Corrado Vivanti.) Torino: Giulio Einaudi Editore, c1972-1976) Em São Paulo, a data foi comemorada com uma festa patriótica, contando com a participação das autoridades diplomáticas italianas e do governo brasileiro, sociedades dessa colônia, jornalistas brasileiros e italianos. (Ver, por exemplo, os relatos das festividades publicados pelo cotidiano *A Noite* em 20/9/1898 e 20/9/1899)

¹²⁸ “Comício Popular” (pôster) S. Paulo, 15/9/1897, fundo Max Nettlau, dossiê Brasil, nº 373, IISG.

¹²⁹ Sobre Alfredo Mari, ver Isabelle Felici. Op. cit., p. 104. Sobre Gigi Damiani, ver Isabelle Felici, *ibidem*; e Luigi Biondi. “Na construção de uma biografia anarquista: os últimos anos de Gigi Damiani no Brasil” (no prelo).

¹³⁰ A lista completa dos constituintes da Comissão Executiva era: Bernardino Ferraz de Campo, Valentim Diego, Cesare Golfarelli, Alfredo Mari, Luigi Bezzi, Aurélio Soderi, Anseno Garavini, Emilio Massardo, Polinice Mattei, Roberto Guazzini Sansone, Dante Amadio, Camille Amadio, Ottavio Rossi, Ugo Renzoni, Fiorino Cologero, Estevam Estrella, Franco Carmelo Longo, Alessandro Pini, Brevier Arturo, Jorge Zenker, Izidro Denzer e Luiz Arruda. “Comício Popular” (pôster) S. Paulo, 15/9/1897, fundo Max Nettlau, dossiê Brasil, nº 373, IISG.

¹³¹ “Di Vittoria in vittoria” *Ribattiamo il chiodo*, 26/9/1897, apud Isabelle Felici. Op. cit., p. 102.

socialistas como Alfredo Mari, Emilio Massardo e Estevam Estrella, através do qual se opunham aos festejos propostos pelas autoridades italianas em São Paulo e chamavam a atenção para o fato de que, havia quase trinta anos, em 20 de setembro de 1870, a sorte dos trabalhadores em nada havia mudado.¹³² Como a festa fora transferida para o dia 27 por causa da chuva, outro número único veio a lume no dia 26 – *Ribattiamo il chiodo* [Rebatamos no prego]¹³³ – no qual Isabelle Felici afirma que o tom irônico de Botti fazia-se sentir mais fortemente. No entanto, independentemente do método empregado, “circunspecto ou divertido”, ambos os impressos procuraram “suprimir no espírito dos trabalhadores o sentimento patriótico.”¹³⁴

O resultado da atuação dos militantes não se fez sentir mais fortemente, então, através da prisão de italianos, anarquistas ou socialistas, como acontecera depois de suas manifestações ou suspeitas de eventuais agitações nos anos anteriores. Antes, o que se notou foi a reestruturação do grupo anarquista, marcada pela publicação de um novo jornal logo em seguida, com o sugestivo título de *Il Risveglio* [O Despertar], que vinha a lume para celebrar “as exéquias da sociedade hodierna” e apresentava-se “ao mundo operário, ao trabalhador do campo e da oficina, ao esquecido nas longínquas fazendas, ao pobre emigrante em busca de pão e de terra, para despertá-lo e apontar seu futuro.”¹³⁵ Aparecia também para marcar o reestruturar do próprio movimento anarquista, que não contavam com uma folha periódica regular desde a suspensão de *L'Avvenire*.

Il Risveglio

¹³² Cf. Isabelle Felici. Op. cit., p. 102.

¹³³ O sentido dessa expressão “*Ribattiamo il chiodo*”, para além da tradução literal apresentada acima, é de insistir sobre uma determinada questão, numa determinada direção, crítica. Agradeço a Luigi Biondi pela explicação.

¹³⁴ Idem.

¹³⁵ “Te salutiamo Alba del 1898” (assinado por La Redazione) *Il Risveglio*, nº 1, 9/1/1898. O periódico *Il Risveglio* contou com vários homônimos, fossem de tendências anarquistas ou socialistas na Itália: em Cesena e depois em Bolonha, *Il Risveglio* circulou entre 1895 e 1896. Um periódico com mesmo título vinha a lume em Forlì desde 1893 e, em 1900, foi fundada em Genebra, na Suíça, uma folha anárquica também intitulada *Il Risveglio* (sobre esta iniciativa, ver Furio Biagini. “*Il Risveglio*”(1900-1922) – *Storia di un giornale anarchico dall'attentato de Bresci all'avvento del fascismo*. Bari: P. Lacaíta, 1991.) Nas décadas de 1920 e 1930, também foram publicados periódicos com esse nome em Grosseto, Milão, Torino e Casalpusterlongo, na Itália. (Franco Andreucci e Tommaso Detti (org.). *Il Movimento Operaio Italiano – Dizionario biografico (1853-1943)*. Roma: Editori Reuniti, c1975-1978.).

Em 1897, diversos socialistas organizaram a fundação do periódico *O Socialista*, do qual colaboraram Ambrósio Chiodi, Estevam Estrella, Bernardino Ferraz, Arthur Estevez, Alcebiade Bertolotti, Valentim Diego, entre outros.¹³⁶ Da sua publicação, participou inclusive o anarquista Alfredo Mari, que, no entanto, trouxe a lume o semanário comunista-anárquico *Il Risveglio* em janeiro de 1898 com o material tipográfico que herdara da redação do jornal socialista, quando de sua suspensão.¹³⁷

Il Risveglio iniciou sua publicação, portanto, com tipografia própria, cuja sede ficava na rua 25 de março, números 229 a 231. Foi publicado principalmente em italiano, com uma seção em português – “Sezione Brasiliana” – aos cuidados de Benjamim Mota. Aceitou assinaturas durante quase toda a sua existência, nos valores de 2\$000 para a assinatura trimestral e 4\$000 para a semestral; a partir de outubro de 1898, no entanto, passou a ser publicado por subscrição voluntária, e o pagamento dos assinantes transformou-se em “subscrição fixa”.¹³⁸ Suas edições também podiam ser compradas separadamente e o exemplar custava \$100. O jornal contava com representantes em várias cidades do interior de São Paulo, tais como Amparo, Batatais, Campinas, Conchas, Franca, Jundiá, Porto Ferreira, Ribeirão Preto, Sorocaba, Tietê, e mesmo em outros estados, como Araguari, Frutal, Uberaba, Uberabinha, que se responsabilizavam por recolher as assinaturas, subscrições e distribuir os exemplares dos jornais.

O periódico teve uma duração relativamente longa, circulando de janeiro de 1898 a maio de 1899, com uma periodicidade bastante regular – suas edições saíam “tutte le domeniche” [todos os domingos], como se lê em seu cabeçalho, ou, pelo menos, em quase todos. Houve algumas breves interrupções ao longo desses dezesseis meses que separam sua fundação e sua última edição: a primeira em maio de 1898, por causa da devolução do material tipográfico requisitado de volta pelos redatores de *O Socialista* e do grande déficit

¹³⁶ Texto de Benjamim Mota lido por Nicanor Nascimento na Câmara dos Deputados na sessão de 22/5/1919. ‘Notas para a História’ – Violências Policiais contra o Proletariado – Ontem e hoje” *A Plebe*, 31/5/1919, apud Paulo Sérgio Pinheiro e Michael M. Hall. *A Classe Operária no Brasil. Documentos (1889-1930)*. São Paulo: Editora Alfa Omega, 1979, vol. I – O Movimento Operário, p. 24; Martino Stanga. “Il movimento sociale al Brasile – Rassegna Cronologica” Arquivo Ugo Fedeli, pasta 101 – “Movimento Sociale al Brasile”, IISG.

¹³⁷ Martino Stanga. Op. cit.; Isabelle Felici. Op. cit., pp. 104-105. *O Socialista* voltou a lume em abril de 1898, motivando, a princípio, uma grave crise para *Il Risveglio*, pois retomou o material tipográfico que havia cedido a Mari. (“Apello ai compagni!” *Il Risveglio*, nº 16, 24/4/1898)

¹³⁸ *Il Risveglio*, nº 28, 9/10/1898.

em que se encontrava o empreendimento; quando inclusive seus redatores chegaram a afirmar que o próximo número provavelmente seria o último.¹³⁹

Entre setembro e outubro desse mesmo ano, novos problemas financeiros assaltaram a redação do periódico e sua publicação foi suspensa por algumas semanas. Ao retomarem os trabalhos, seus redatores insistiram na necessidade de seus leitores, assinantes e simpatizantes da causa defendida pelo jornal lançarem-se numa campanha de “solidariedade positiva” – ou seja, que contribuíssem financeiramente com a folha, que agora se intitulava “Jornal anárquico” e havia mudado a redação para uma rua transversal ao antigo endereço, rua Conselheiro Belisario, 36, também na freguesia do Brás. A colaboração e participação mais efetivas dos leitores vinham sendo incentivadas desde o início da publicação do jornal, porém foi a apatia dos trabalhadores que se tornou, então, um assunto bastante recorrente nas páginas de *Il Risveglio*, apresentada, por um lado, como causa da permanência das péssimas condições de trabalho e de vida dos trabalhadores; por outro, como a causa mesmo do iminente desaparecimento do jornal: “não conseguimos nem menos assegurar a vida de um periódico semanal”.¹⁴⁰

Por causa da grave situação financeira que *Il Risveglio* apresentava em maio, os leitores que não estivessem diretamente envolvidos na publicação daquela folha em meados de 1898 devem ter temido por sua sorte, pois o jornal ficou suspenso por dois meses e a próxima edição só veio a lume em julho, ainda em situação deficitária, mas com novo endereço – rua Saião Lobato, número 8, no Brás – e novo epíteto: “órgão comunista anárquico”.¹⁴¹

O anarquismo era defendido nas páginas de *Il Risveglio* desde seus primeiros números, muitas vezes em direta oposição ao socialismo:

“Nem a tática, nem o programa do atual partido marxista representam direcionamento e finalidade igualitária libertária: há qualquer coisa de socialismo, como tendência, mas não o socialismo.

Portanto, o socialismo defendido por nós, amantes da liberdade, não pode ser esse dos marxistas... a sociedade por eles almejada... não nos comove e ponto: somos contra os padrões, queremos livrarmo-nos deles, e não concentrá-los em um só: na instituição do

¹³⁹ “Le ultime cartucce” *Il Risveglio*, nº 17, 11/5/1898.

¹⁴⁰ Gigi Damiani. “Parliamoci chiaro” *Il Risveglio*, nº 5/3/1899.

¹⁴¹ “Sottoscrizione Permanente” *Il Risveglio*, nº 18, 17-18/7/1898. Os redatores do jornal afirmaram que o déficit havia aumentado pro causa da aquisição de material tipográfico, da implementação da nova administração e tipografia e das despesas relativas à publicação do opúsculo *Il mio fratello contadino* [O meu irmão camponês], de Elisée Reclus, atingindo a soma de 761\$000.

Estado... na administração; o nosso socialismo – entenda-se bem de uma vez por todas – é aquele germinado pela consciência popular, o socialismo integral que desde já o progresso da ciência mostra ser exato, que as necessidades dos oprimidos determinam como justo, e que os poetas chamam de ideal.(...)

O nosso socialismo é contra o Estado, déspota inexorável sob qualquer nome, e propagada a livre associação.

E uma vez que a propaga como finalidade, assim a demanda como meio de luta, pois os meios devem ser coerentes com os fins.”¹⁴²

“ ‘Anarquia: nenhum governo; SOCIALISMO: GOVERNO FORTE!’

Nestas palavras está a prova mais irrefutável de que os socialistas querem apenas a mudança de senhor. (...)

O ideal anarquista, ao contrário, quer destruir o sistema social burguês e substituí-lo pela solidariedade e igualdade a mais completa entre os homens; quer o comunismo do trabalho e do bem estar – todos os seres humanos iguais, não mais superiores nem inferiores, não mais opressores nem oprimidos, o amor enlaçando todos numa grande família – a Humanidade.”¹⁴³

Os primeiros números de *Il Risveglio*, no entanto, estavam recheados de polêmicas com socialistas e mesmo artigos do punho destes militantes.¹⁴⁴ Desde sua fundação, anunciou-se que as colunas estavam abertas para artigos de colaboradores, para “qualquer reclamação”, mas seriam descartados os escritos anônimos. Diferentemente do que fizera o jornal *L'Avvenire*, que procurara proteger seus redatores, colaboradores e subscritores, não declarando seus nomes, *Il Risveglio* publicou vários textos com as assinaturas dos escritores, com suas iniciais ou ainda alguns pseudônimos.¹⁴⁵ O convite à colaboração, por sua vez, sofreu uma severa restrição a partir de julho de 1898: o jornal deixava então de receber os textos que não correspondessem ao caráter do jornal. Sublinhando em seu cabeçalho que se tratava de um “órgão comunista libertário”, a redação do jornal publicou uma explicação para o novo epíteto e para a nova determinação a respeito das colaborações:

¹⁴² Gigi Damiani. “Il nostro socialismo” *Il Risveglio*, nº 2, 16/1/1898. Damiani sublinha, principalmente no último parágrafo da citação, uma noção bastante cara aos anarquistas e trabalhada por Errico Malatesta, que é a adequação dos meios de luta à finalidade a ser conquistada: “O fim justifica os meios. Esta máxima é muito condenada, mas, na realidade, é o guia universal de conduta. Seria, entretanto, melhor dizer: cada fim exige seus meios. (...)/ Estabelecido o fim que se quer alcançar devido à vontade ou à necessidade, o grande problema da vida está em encontrar o meio que, de acordo com as circunstâncias, conduzirá com maior segurança e economia ao fim prefixado. Da maneira com que é resolvido este problema depende, na medida em que pode depender da vontade humana, se um homem ou um partido alcança ou não o seu fim, se é útil à sua causa ou serve involuntariamente à causa inimiga. Ter encontrado um bom meio: aqui está o segredo dos grandes homens e dos grandes partidos que deixaram suas marcas na história.” (Errico Malatesta. *Escritos Revolucionários*. São Paulo: Imaginário, 2000.)

¹⁴³ Benjamim Mota. “Sezione Brasiliana – Autoritários!” *Il Risveglio*, nº 6, 13/2/1898.

¹⁴⁴ Sobre as contribuições de socialistas, ver, por exemplo, Emilio Massardo. “Ricordiamo” (*Il Risveglio*, nº 1, 9/1/1898); sobre as polêmicas desses com os anarquistas, ver “Tribuna del Popolo – Aos Italianos Socialistas” (*Il Risveglio*, nº 1, 9/1/1898) e “Tribuna del Popolo” (*Il Risveglio*, nº 2, 16/1/1898).

¹⁴⁵ A partir do final do ano de 1898, no entanto, as assinaturas passaram a rair e quase todas se limitaram a pseudônimos.

“Assim, libertários coordenando desde os meios até aos fins, nós repudiamos a luta parlamentar e a hostilizaremos a toda hora. A nossa luta dá-se no campo econômico; a quem desejar, a assim chamada luta política. Isso não impede que não possamos algum dia, impelidos pelas circunstâncias, lançar mão de uma ação política, mas esta não se dará através de votos.

Então, a todos e a cada um sua velha vida. A nossa é a bandeira da Internacional, tingida de vermelho na semana sanguinária e, sobre ela, escrito em ouro as palavras de ordem da filosofia libertária: FAZE O QUE QUISERES.”¹⁴⁶

A mudança dava-se, em grande parte, conforme sugere Isabelle Felici, como reação à reaparição de *O Socialista*.¹⁴⁷ Uma vez que existia então “um jornal órgão dos socialistas autoritários”, era necessário que houvesse “um dos socialistas revolucionários, dos comunistas anárquicos”.¹⁴⁸ Para além da apresentação de novos epítetos em que o caráter anarquista era sublinhado – “Órgão do Partido Anárquico”, “Jornal Anárquico” e “Periódico Socialista Anárquico” – *Il Risveglio* passou também a publicar mais artigos sobre o parlamentarismo, “o eterno ponto de discórdia entre as duas tendências”.¹⁴⁹ Também dedicou mais espaço para a defesa dos anarquistas, buscando desconstruir a imagem de malfeitores atribuída àqueles militantes:

“Leitor, és um daqueles que, por medo dos carolas, por causa calúnias dos policiais, das falsidades dos cientistas, das requisições dos juízes e dos argumentos burgueses, levando tudo isso a sério, acreditas que os anarquistas sejam bestas raras, algo semelhante a um tigre e uma hiena, e o Anarquismo seja talvez uma teoria de loucos ou certamente de canibais?

Se respondes *sim*, pára de ler-nos, pois *Il Risveglio* – finalmente! – torna-se, com toda a importância do termo, *Órgão do partido Socialista Anárquico* (...).

Quem somos?

Gente vinda do alto e de baixo, proletários da pena e da enxada, homens de coração e de fé, os vencidos de hoje, os vencedores de amanhã.

Desde o momento em que o privilégio criou uma vítima e armou um rebelde, desde esse dia nós fomos [anarquistas].

Sim, somos a continuação daquela parte da humanidade que há séculos e séculos, progresso e vida, luta contra a injustiça. (...).

Somos os *malfeitores históricos*. Ontem nos chamavam cristãos, hoje, socialistas anárquicos.”¹⁵⁰

No entanto, segundo Isabelle Felici, a mudança de maior importância por que passou *Il Risveglio* durante sua existência deu-se com a saída de Alfredo Mari e com Gigi

¹⁴⁶ “Spieghiamoci bene” (assinado por La Redazione) *Il Risveglio*, n° 18, 17-18/7/1898.

¹⁴⁷ Isabelle Felici. Op. cit., p. 106.

¹⁴⁸ “Spieghiamoci bene” (assinado por La Redazione) *Il Risveglio*, n° 18, 17-18/7/1898.

¹⁴⁹ Isabelle Felici. Op. cit., p. 107.

¹⁵⁰ D. “A chi ci legge” [a quem nos lê] *Il Risveglio*, n° 22, 14/8/1898.

Damiani assumindo a direção do periódico.¹⁵¹ De acordo com a autora, sob a coordenação de Mari, tipógrafo envolvido na fundação da Federação dos Tipógrafos de São Paulo, ressaltava em suas colunas uma orientação favorável à organização dos trabalhadores, as quais colocava à disposição de corporações e sociedades operárias que, como sublinhou Felici, existiam, tencionava-se criar ou estavam sendo organizadas.¹⁵² A organização desses grupos de trabalhadores era defendida tanto como um local próprio para a divulgação de idéias anárquicas através da atuação de militantes libertários no seu interior, mas também como um espaço privilegiado para a efetivação de princípios caros aos anarquistas tais como a solidariedade, a igualdade e a livre associação.

Importante veículo dessa orientação defendida por Alfredo Mari dentro de *Il Risveglio* foi o “Circolo di Studi Sociali”, grupo criado “para dar incremento e atividade ao elemento operário de São Paulo”, apresentado logo na primeira edição da folha e do qual participavam vários de seus colaboradores, como Alfredo Mari, Gigi Damiani, Augusto Donati, Aurélio Soderi, entre outros.¹⁵³ Seu programa foi publicado no número 1 do periódico anarquista:

“Rompidas e desarticuladas todas as associações, as famílias assim como a sociedade foram submetidas a um deslocamento orgânico e moral; é necessário, portanto, restabelecer a ordem severa das leis naturais e humanas, é necessário que os antagonismos de classe desapareçam da face da terra, para dar lugar à grande união dos interesses universais.

O operário, porém, encontra-se no escuro no que diz respeito ao desenvolvimento destes problemas e é preciso deixá-lo ciente de tudo.

Portanto é necessário que ele reconheça, antes de tudo, a utilidade de associar-se para conjeturar sobre nossas forças gerais, e conseqüentemente organizar-se para obter uma força e uma consciência.

Por estas razões e porque é dever de quem sabe transmitir para quem se acha ignorante de tudo, assim a mente ditou a idéia de fundar em São Paulo um Círculo de Estudos Sociais, cujo objetivo direto é difundir o mais amplamente possível o socialismo libertário através de opúsculos, jornais, manifestos, conferências públicas e instrutivas para todos; fundar associações de arte e ofício sob a égide da luta entre capital e trabalho; enfim, tudo aquilo que pode ser útil e aproveitável para a instrução e educação da classe operária.”¹⁵⁴

¹⁵¹ Isabelle Felici. Op. cit., p. 108. No número 22 de *Il Risveglio*, lê-se uma pequena nota informando a mudança na direção do jornal. (“Ai nostri lettori ed abbonati” *Il Risveglio*, nº 22, 14/8/1898. A partir do número 28, também consta a seguinte inscrição na página quatro do periódico: “DAMIANI LUIGI – gerente responsável” (*Il Risveglio*, nº 28, 9/10/1898.)

¹⁵² Isabelle Felici. Op. cit., p. 107.

¹⁵³ Isabelle Felici. Op. cit., p. 105.

¹⁵⁴ “A zonzo per la città – Circolo di Studi Sociali” *Il Risveglio*, nº 1, 9/1/1898.

As aproximações entre os objetivos do Circolo e de *Il Risveglio* são muitas, podendo-se inclusive afirmar que se confundem em alguns pontos. O fato de os membros dessa associação – alguns dos quais também redatores e colaboradores dessa folha – preverem a publicação de “opúsculos, *jornais*, manifestos” (grifo meu) como forma de propaganda sobrepõe as duas iniciativas e aproxima intimamente esse grupo e o periódico fundado por Mari. A seção “Bibliografia” do jornal também indica essa comunhão de intenções, na medida em que divulgava e oferecia publicações a seus leitores, assim como as propostas de edição lançadas por *Il Risveglio* ao longo dos meses em que veio a lume.¹⁵⁵ Há ainda a explicitação de princípios muitos semelhantes, como, de forma mais geral, a defesa do socialismo libertário e, mais especificamente, da organização dos trabalhadores. Para além disso, as reuniões do Circolo eram anunciadas e comentadas nas páginas de *Il Risveglio*.¹⁵⁶

A partir de agosto de 1898, quando Gigi Damiani assumiu a direção de *Il Risveglio*, imprimiu-se um novo direcionamento ao periódico: este adotaria uma posição hostil à organização, suspendendo mesmo a publicação de anúncios de sociedades operárias em São Paulo. Isabelle Felici sublinha que o jornal assumiu então um direcionamento individualista, fazendo elogios a atos de caráter individual, como os atentados contra chefes de estado e instituições da sociedade burguesa, e publicando artigos de autores como Albert Libertad, anarquista individualista francês.¹⁵⁷

No entanto, mesmo com as mudanças de direcionamento do jornal, sua publicação não limitou a atuação anarquista à circulação de seus exemplares; antes, os libertários, muitas vezes em colaboração com os socialistas, criaram meios de tornar ainda mais pública a propaganda que realizavam, procurando expandir seu público alvo para além dos assinantes, subscritores e leitores mais ou menos assíduos de *Il Risveglio*; para além também das sociedades que anunciaram seus estatutos e reuniões nas colunas daquela

¹⁵⁵ *Il Risveglio* editou e anunciou algumas obras de propaganda durante sua existência, tais como *La Moral Anarquista*, de Piotr Kropotkin e *A mio fratello contadino* [A meu irmão camponês], de Elisée Reclus.

¹⁵⁶ Outras associações e grupos organizados de trabalhadores também anunciaram suas reuniões nas páginas de *Il Risveglio*, como o Centro Socialista de Uberaba (*Il Risveglio*, nº 4, 30/1/1898); a “Società fra gli operai calzolari di San Paolo” [Sociedade de operários sapateiros de São Paulo] (nº 9, 6/3/1898), até mesmo a “Comissione Iniziatrice” [Comissão Iniciadora] de uma sociedade que agrupasse operários mecânicos fabris (nº 13, 3/4/1898). Depois da saída de Alfredo Mari, no entanto, tais anúncios deixaram de ser publicados.

¹⁵⁷ Isabelle Felici. Op. cit., pp 109-110.

folha. Os anarquistas procuravam cristalizar seu espaço nas ruas, pelo qual se vinham batendo nos últimos anos.

Além de se constituir em um espaço por excelência para manifestos libertários, particularmente noticiados em datas comemorativas, *Il Risveglio*, também foi um veículo importante para convidar e encorajar trabalhadores e demais leitores a participarem de agitações e comícios públicos. No que diz respeito aos manifestos, é interessante notar a edição que se seguiu a mais um aniversário da Comuna de Paris, em 20 de março, cuja segunda página é inteiramente ocupada por um texto bilíngüe, em italiano e em português, em homenagem aos 27 anos da agitação que marcou a história da capital francesa e dos trabalhadores em geral, constituindo uma espécie de cartaz que poderia ser distribuído também pelas ruas da cidade.¹⁵⁸ Alguns de seus redatores também estavam por trás da publicação de um manifesto contra os massacres ocorridos nos primeiros dias de maio de 1898, em Milão, conforme sublinhou Isabelle Felici.¹⁵⁹

Os festejos e manifestações de 1º de Maio de 1898 também contaram com a organização dos responsáveis por aquele periódico. Desde o princípio de março, *Il Risveglio*, juntamente com o Circolo di Studi Sociali, anunciou a publicação de uma alegoria em homenagem ao Dia do Trabalho.¹⁶⁰ Tratava-se de uma ilustração que o jornal procurou descrever como “o despertar do proletariado, a besta produtora que levanta a cabeça, intuindo que, a seu redor, algo de maravilhoso está crescendo.”¹⁶¹ Foi também

¹⁵⁸ O periódico anarquista *La Battaglia* lançou mão, anos mais tarde, de uma estratégia semelhante para anunciar uma manifestação de protesto por ocasião do primeiro aniversário de morte de Francisco Ferrer: em sua primeira página, publicou, em forma de manifesto, um apelo aos seus leitores para que estes comparecessem à manifestação. Todo o espaço gráfico é dedicado a esse, de forma a compor uma espécie de cartaz. Uma nota na última página explica a intenção da redação do jornal: “Depois da leitura do presente número, recomendamos aos nossos leitores de São Paulo que destaquem a primeira página e afixem-na em lugar público adequado, em sua respectiva freguesia.” (*La Battaglia*, nº 276, 9/10/1910) Assim, seus redatores procuravam divulgar o mais possível sua iniciativa.

¹⁵⁹ Isabelle Felici. Op. cit., p. 105. Trata-se do pôster “Lavoratori della Regione Italiana” que vinha assinado por membros do Circolo di Studi Sociali – Alfredo Mari, Gigi Damiani, Augusto Donati, Giuseppe Piertotti e Alvide Molendi (os três primeiros participavam da publicação de *Il Risveglio*) – e outros do Circolo Socialista Avanti – Emilio Massardo, Pietro Carraro, Luigi Bezzi, Alfredo Capricci, Pietro Brugni. (“Lavoratori della Regione Italiana” (1898) Fundo Max Nettlau, dossiê Brasil, pasta 373, IISG)

¹⁶⁰ “Pel 1º Maggio” *Il Risveglio*, nº 9, 6/3/1898.

¹⁶¹ “Ricordo pel 1º Maggio” *Il Risveglio*, nº 10, 13/3/1898: “É uma fina obra simbólica que, ao conceito artístico, une um outro ainda maior, o da propaganda./ À esquerda, um retângulo servindo de friso a um medalhão, no qual um operário, um Hércules, aguçá os ouvidos aos frêmitos que se agitam no espaço e em tudo, [e] simboliza o despertar do proletariado, a besta produtora que levanta a cabeça, intuindo que, a seu redor, algo de maravilhoso está crescendo./ No friso, há grades de uma prisão e correntes com a bola de canhão na ponta./ As grades são a resposta da burguesia aos apóstolos da redenção humana; as correntes com a bola de canhão simbolizam a escravidão do produtor, que é atado ao grande peso do capital; a palma do

oferecida como uma “*letra de câmbio revolucionária*, cujo valor será reembolsado no dia em que... não houver mais valor nominal convencional agregado às coisas.” Isso porque o propósito de publicar a “*recordação para o 1º de Maio*” era de recolher ajuda financeira para sanar o déficit do jornal e eventualmente até socorrer outros periódicos libertários. O preço da gravura foi estipulado em mil réis e os pedidos deveriam ser dirigidos ao jornal. Foram ainda abertas listas de subscrição em favor da iniciativa, que devem ter sido distribuídas entre os simpatizantes do periódico. Os interessados forneceriam nome e prenome, endereço e o número de cópias que desejavam (o preço de mil réis foi mantido), e os pedidos deveriam ser remetidos entre os dias 20 e 31 de março, a fim de que houvesse tempo hábil para a impressão dos exemplares.¹⁶²

No próprio dia 1º de Maio, os anarquistas trouxeram a lume um suplemento a *Il Risveglio*, intitulado *Il Primo Maggio*.¹⁶³ Já os festejos, como remarcou Isabelle Felici, foram realizados em conjunto com os socialistas, e tiveram grande audiência e repercussão, tanto no comício no teatro Polytheama, quanto na festa de gala que se deu à noite, no teatro Apollo.¹⁶⁴ Cerca de duas mil pessoas estiveram presentes ao comício, no qual ocuparam a tribuna Estevam Estrella, Alcebiade Bertolotti (que presidiu o encontro), Carmelo Longo (que fizera parte da Comissão Executiva que organizou a manifestação contra as comemorações oficiais do 20 de setembro do ano anterior), Alfredo Mari e o operário Feliciano dos Santos.¹⁶⁵ Foram também distribuídos manifestos do grupo Germinal, de

martírio circunda-o./ Ao fundo, é toda a apoteose do nosso ideal, das nossas aspirações... todo desbotado, azul como o céu... indefinido... como uma visão! Colossal, a estátua da LIBERDADE que, iluminando o caminho da humanidade, tem a seus cuidados uma criança – o DIREITO (...)/ Mais adiante, um coroa e uma tiara partida./ Ao longe, uma cidade nova surge e em sua direção parte, em festa, a multidão dos trabalhadores, que saúdam a estátua da liberdade... o futuro sonhado por nós, almejado, lá, no horizonte... onde o sol anuncia a manhã.”

¹⁶² “Pel 1º Maggio” *Il Risveglio*, nº 9, 6/3/1898; “Compagni! Operai! Amici!” (lista de subscrição, 1898) Fundo Max Nettlau, dossiê Brasil, pasta 373, IISG. Isabelle Felici ressaltou que as vendas da “*Recordação para o 1º de Maio*” não foram tão lucrativas quanto os redatores de *Il Risveglio* esperavam, não sendo nem mesmo suficientes para sanar o déficit da redação. A autora também chamou a atenção para o fato de que, em novembro de 1898, os responsáveis pelo jornal anarquistas ainda tinham exemplares da *Recordação*, sugerindo que o número de cópias havia sido grande e as vendas, em contrapartida, baixas. (Isabelle Felici. Op. cit., pp. 105 e 379, nota 586.

¹⁶³ *Il Primo Maggio. Supplemento al n. 16 del Risveglio*, 1/5/1898, apud Isabelle Felici. Op. cit., p. 105

¹⁶⁴ “A zonzó pela città – Il 1º Maggio” *Il Risveglio*, nº 17, 11/5/1898; Isabelle Felici. Op. cit., p. 105.

¹⁶⁵ “A zonzó pela città – Il 1º Maggio” *Il Risveglio*, nº 17, 11/5/1898; “Cronaca. La commemorazione del Primo Maggio. Il Comizio al Politeama” *Fanfulla*, nº 1277, 2/5/1898, apud Isabelle Felici. Op. cit., p. 105. Esta autora chamou a atenção para a relevância que os periódicos deram o fato de Feliciano dos Santos ser negro, provavelmente para mostrar que a festa não era só de trabalhadores imigrantes e italianos. *Il Risveglio* sublinhou ainda o fato de Dos Santos ser “proletário na essência.” (“A zonzó pela città – Il 1º Maggio” op. cit.)

Ribeirão Preto, uma poesia do advogado e colaborador de *Il Risveglio*, Benjamim Mota, e programas do Partido Socialista Internacional.¹⁶⁶ À noite, no intervalo da apresentação de uma peça teatral pela Companhia Portuguesa, falaram o próprio Mota, “o egrégio companheiro socialista Soares”, e Polinice Mattei, o qual “quis provar-nos sua habilidade ao declamar a estupenda poesia ‘Il Galeotto’, mostrando-se bastante talentoso.”¹⁶⁷ Do interior do estado, haviam chegado aos militantes da capital congratulações de companheiros de Ribeirão Preto e de Uberaba; conferências foram realizadas em Santos, Jundiaí, Campinas e também Ribeirão Preto, “para intensificação de propaganda em todo o Estado.”¹⁶⁸

Não houve, porém relatos de prisões ou intervenções policiais nos festejos organizados pelos anarquistas e socialistas – talvez porque tivessem sido realizados em locais fechados, nos teatros Polytheama e Apollo. Meses mais tarde, porém, por ocasião dos festejos de 20 de setembro, as manifestações ocuparam espaços mais públicos da cidade, motivaram reações mais violentas de seus opositores e tiveram uma interferência maior da polícia, que prendeu sete “anárquicos” de nacionalidade italiana.¹⁶⁹ Os periódicos *Correio Paulitano* e *A Noite* relataram que, na véspera das comemorações patrocinadas pela colônia italiana, haviam sido presos alguns indivíduos que “riscavam com piche os cartazes mandados fixar em diversas paredes, pela colônia italiana, convidando as pessoas desta nacionalidade para festejarem o dia XX de Setembro”. Além de uma lata de piche e pincel, Lamberto Ramengani, Attilio Gallo, Miguel Gomes Martins, Bonija Alba e Tibaldo Loderi carregavam pedaços de zinco com modelos de caveira com a inscrição “Morte!” e diversos cartazes nos quais se lia: “Operários, uni-vos para conquistar a Igualdade com o Socialismo e a Liberdade com a Anarquia”.¹⁷⁰

¹⁶⁶ “A zozzo pela città – Il 1° Maggio” op. cit.

¹⁶⁷ Idem.

¹⁶⁸ Idem; Texto de Benjamim Mota lido por Nicanor Nascimento na Câmara dos Deputados na sessão de 22/5/1919 – ‘Notas para a História’ – Violências Policiais contra o Proletariado – Ontem e hoje” op.cit.

¹⁶⁹ “Quadro demonstrativo das diversas ocorrências havidas na Guarda Cívica da Capital desde o mês de julho até dezembro de 1898” Acervo permanente – Polícia – C2874, AESP.

¹⁷⁰ “Anarquistas – Diversas prisões” *A Noite*, nº 217, 20/9/1898; *Correio Paulitano*, 21/9/1898, apud Guido Fonseca, op. cit., p.15. Os periódicos paulistanos indicaram então os nomes de cinco dos sete “anárquicos italianos” presos em setembro de 1898, entre os quais alguns nomes sugerem que a nacionalidade não era italiana: Lamberto Ramengani, Attilio Gallo, Miguel Gomes Martins, Bonija Alba e Tibaldo Loderi. O embaixador italiano, por sua vez, enviou um relatório sobre os acontecimentos daquele 20 de setembro a seus superiores em que citou as informações publicadas pelo *Jornal do Comércio*, afirmando que “dois espanhóis e três italianos foram presos quando afixavam cartazes subversivos com o propósito de perturbar a festa desse

A ocorrência mais importante e dramática, porém, estaria ainda por acontecer:

“Os anarquistas – que recordavam os massacres de Milão e as condecorações entregues por Umberto I aos assassinos do povo – acharam oportuno organizar uma contramanifestação. Com tal propósito, na manhã do dia 20, foram distribuídos manifestos vibrantes, um dos quais terminava exatamente assim: “Abaixo os carrascos do povo faminto!” (...)

Por volta das duas da tarde, o cortejo patriótico partiu do Largo do Jardim, passou pelas ruas Florêncio de Abreu, S. Bento, Direita, Viaduto [do Chá], Barão de Itapetininga. Reunida em frente ao escritório consular, a coluna parou. Houve “vivas” e “abaixos”, porém sem incidentes. (...) O cortejo se pôs novamente em marcha pela rua Barão de Itapetininga, precedido por uma banda de música e por bandeiras, mas quando alcançou a praça da República, deu-se o conflito. Os savoiardos davam “vivas” ao seu rei e os anarquistas gritavam ‘morte aos carneiros!’ No calor da hora, ninguém se entendia. Compreendeu-se do que tratava quando se ouviu o grito de ‘morte aos anarquistas!’, seguido de vários tiros de revólver.

Os anarquistas, vendo a situação adversa por causa da superioridade numérica [dos adversários], debandaram. [Polinice] Mattei foi seguido pela turba embriagada de sangue que, ao alcançá-lo, atirou-se contra ele em iras e fúrias bestiais, com chicotadas e murros, deixando-o então agonizante por terra. Nosso companheiro morria no dia seguinte na Santa Casa, deixando uma companheira e três filhos.”¹⁷¹

No enterro de Polinice Mattei, que foi chamado mais tarde de “a primeira vítima da questão social no Brasil” e “o primeiro anarquista que pagou com seu próprio sangue o amor pela causa no Brasil”,¹⁷² novas manifestações públicas se deram, ainda que sob a vigilância policial. Impedidos de realizarem o sepultamento do companheiro, “socialistas e anarquistas foram, entretanto, em romaria ao cemitério, levando flores, e, reclamando o cadáver, finda a autópsia, acompanharam o desditoso companheiro à sepultura, falando então diversos oradores.”¹⁷³ Foram, durante o percurso – desde o largo São Francisco até o cemitério do Araçá – acompanhados pela polícia, que também procurou interromper a

dia.” Os outros dois presos teriam sido “dois anarquistas, todos os dois feridos, dos quais um gravemente”. (Legação da Itália ao MAE, Rio de Janeiro, 22/9/1898, ASMAE, Serie Polizia Internazionale, b. 28. fasc. Moti anarchici in San Paolo, 1898-1899, apud Isabelle Felici, Op. cit., p. 112.) Os outros dois presos teriam sido Francesco Ciasco, de 18 anos, e Polinice Mattei, de 43, que morreria pouco depois. (“Atentado a tiro e a punhal” *A Noite*, nº 217, 20/9/1898.)

¹⁷¹ Martino Stanga. “Il movimento sociale al Brasile – Rassegna Cronologica” Arquivo Ugo Fedeli, pasta 101 – “Movimento Sociale al Brasile”, IISG. Isabelle Felici sublinhou que “todas as fontes indicam que os contramanifestantes eram bem pouco numerosos”, fosse em sua totalidade, fosse nos retardatários que acompanhavam Mattei quando foi atacado pela multidão. (Isabelle Felici. Op. cit., p. 112.)

¹⁷² Texto de Benjamim Mota lido por Nicanor Nascimento na Câmara dos Deputados na sessão de 22/5/1919. ‘Notas para a História’ – Violências Policiais contra o Proletariado – Ontem e hoje” *A Plebe*, 31/5/1919, op. cit., p. 25; Mastr’Antonio [Alessandro Cerchiai] “Il primo anarchico che ha pagato col proprio sangue il suo amore alla causa nel Brasile” *Almanaco della rivoluzione*. “Edito a cura del gruppo La Propaganda. S. Paolo (Brasile)”, 1909, p. 75, apud Isabelle Felici. Op. cit., p. 113.

¹⁷³ Texto de Benjamim Mota lido por Nicanor Nascimento na Câmara dos Deputados na sessão de 22/5/1919. ‘Notas para a História’ – Violências Policiais contra o Proletariado – Ontem e hoje” *A Plebe*, 31/5/1919, op. cit., p. 25.

discurso de Valentim Diego e impedir que outros oradores se manifestassem. Os protestos dos presentes obstaram os trabalhos policiais, e as exéquias ao anarquista morto prosseguiram.¹⁷⁴

É importante salientar que as ocorrências de 20 de setembro de 1898 não se limitaram a um embate entre anarquistas e anti-anarquistas, ou mesmo patrióticos e anti-patrióticos. Não há como negar que os olhares sobre os anarquistas não haviam melhorado com o passar dos tempos. Ainda que, em São Paulo, suas agitações tivessem se tornado menos evidentes nos últimos anos, o mesmo não se pode dizer sobre seus companheiros na Europa. Em agosto de 1897, o anarquista italiano Angiolillo atentou fatalmente contra o primeiro ministro espanhol Antonio Cánovas del Castillo. No ano seguinte, poucos dias antes do vigésimo oitavo aniversário da Unificação Italiana, o também italiano Luigi Luchesi esfaqueou a imperatriz Elizabeth da Áustria-Hungria em Genebra, na Suíça, gerando uma onda de indignação contra seu ato. Tais atentados poderiam ter acirrado ainda mais os ânimos contra os anarquistas, contribuindo com a imagem já pouco valorizada dos militantes libertários. Daí talvez a razão dos gritos de “morte aos anarquistas”, assim como “as fúrias e iras bestiais” com que a turba se lançou sobre Mattei.

Sentimentos pouco simpáticos aos anarquistas foram efetivamente identificados entre as os manifestantes da comemoração oficial e mesmo nas autoridades policiais naquela data. Isabelle Felici citou a referência que o embaixador italiano fez em relatório para seus superiores a sociedades italianas muito comprometidas com a caça aos anarquistas, que a própria autora identificou, em texto tardio de Gigi Damiani, como sendo as sociedades regionais “Calabresi uniti” e “Trinacria”.¹⁷⁵ Há também um relato sobre os acontecimentos daquela tarde de setembro que deu bastante enfoque à atuação do capitão Nicolau Matarazzo, “subdelegado do Bom Retiro e verdadeiro chefe dos secretas naquele tempo, [que] *era um feroz inimigo dos anarquistas e socialistas*, e servia ao governo de então, perseguindo-os” (grifos meus), e à sociedade comandada por ele, a *Unione Meridionale* do Bom Retiro, que seria “composta de péssimo elementos”.¹⁷⁶ No encontro

¹⁷⁴ Idem.

¹⁷⁵ Legação da Itália ao MAE, Rio de Janeiro, 22/9/1898, doc. cit.; [Gigi Damiani] “XX Settembre 1908-1919” *A Plebe*, nº 12, 20/9/1919, apud Isabelle Felici. Op. cit., 112.

¹⁷⁶ Texto de Benjamim Mota lido por Nicanor Nascimento na Câmara dos Deputados na sessão de 22/5/1919. ‘Notas para a História’ – Violências Policiais contra o Proletariado – Ontem e hoje” *A Plebe*, 31/5/1919, apud

entre os “patriotas italianos”, de um lado, e os “anarquistas e socialistas”, do outro, teriam “os membros da *Unione Meridionale*, capitaneados por Nicolao Matarazzo” desfechado tiros contra aqueles, “enquanto a cavalaria os espaldeirava.”¹⁷⁷ A opinião de que patriotas estivessem, naquela data, “armados e propensos a matar”, até mesmo de que o ataque aos anarquistas tivesse sido premeditado foi compartilhado e noticiado por socialistas e anarquistas por longa data, como mostrou Isabelle Felici.¹⁷⁸ As versões mais simpáticas aos italianos que celebravam a Unificação de seu país afirmaram, porém, que os manifestantes apenas reagiram ao que julgaram ser uma provocação.¹⁷⁹ Por outro lado, segundo Benjamim Mota, a atuação dos anarquistas e socialistas naquela data visava a apagar os ódios patrióticos, “condenando a realização de festas patrióticas italianas e procurando incutir nos trabalhadores italianos a convicção da inutilidade dessas comemorações.”¹⁸⁰

O relato acima, em que é narrada a morte de Mattei, escrito por um militante anarquista que testemunhou seu assassinato – Martino Stanga contou ter, em seu paletó de menino, uma mancha do sangue do anarquista morto –,¹⁸¹ valorizou a indignação dos anarquistas frente a comemorações e homenagens à casa de Savoia poucos meses depois da morte de dezenas de italianos que protestavam pelas ruas de Milão contra a carestia de vida, e da condecoração pelas mãos do rei Umberto I do general Bava Becaris, que ordenara o

Paulo Sérgio Pinheiro e Michael M. Hall. *A Classe Operária no Brasil. Documentos (1889-1930)*. São Paulo: Editora Alfa Omega, 1979, vol. I – O Movimento Operário, p. 24.

¹⁷⁷ Idem, pp. 24-25. O jornal *A Noite* efetivamente noticiou que os representantes da Sociedade União Meridional Italiana assumiu uma atitude provocativa frente aos contra-manifestantes: ao se depararem com estes nas imediações da praça da República, “que davam vivas anárquicos em atitude de protesto à festa”, mandaram que a banda de música tocasse a marcha real e “atacaram o grupo de socialistas, disparando numerosos tiros”. (“Atentados a tiro e a punhal!” *A Noite*, nº 217, 20/9/1899)

¹⁷⁸ Ver Isabelle Felici. Op. cit., pp. 112-114.

¹⁷⁹ “Cronaca XX settembre. La manifestazione di ieri” *Fanfulla*, nº 1390, 21/9/1898, apud Isabelle Felici. Op. cit., p. 113. O próprio texto publicado por *A Noite* – “Atentado a tiro e punhal!” – sugeriu que o conflito se dera por causa de provocações de ambas as partes, como se viu acima (nota 177). (“Atentados a tiro e a punhal!” *A Noite*, nº 217, 20/9/1899).

¹⁸⁰ Idem. A forma como Benjamim Mota relacionou os conflitos entre brasileiros e italianos às manifestações dos anarquistas durante a festa de 20 de setembro, porém, pareceu dar um significado de pacificação que dificilmente os anarquistas almejavam. Seu objetivo era sim incutir nos trabalhadores italianos “a convicção da inutilidade dessas comemorações [patrióticas], porque a pátria madrasta os obrigara a procurar no estrangeiro um pedaço de pão”, mas não buscar, com isso, melhorar a relação entre italianos e brasileiros em prol de uma harmonia nacional.

¹⁸¹ “Uma mancha de seu sangue infiltrou no meu paletó. Amedrontado, fugi para minha casa e minha mãe, depois de saber do ocorrido, me disse: ‘meu filho, sabes que o sangue dos mortos, de noite, chama a sua presença...’/ O paletó permaneceu em meu quarto por muitos anos; mas Polinice Mattei nunca voltou. Senti muito medo. Tinha então 13 anos.” Martino Stanga. Op. cit.

massacre.¹⁸² Não se tratava apenas de sublinhar a “inutilidade das comemorações [patrióticas]”, ainda que se estivesse atacando diretamente a própria idéia de pátria, ao dar relevo ao tratamento que alguns italianos – leia-se: trabalhadores – recebiam em seu país; mas também de protestar contra a coroa italiana, responsável pela morte de seus próprios súditos.

Outras vítimas da repressão ao anarquismo foram lembradas poucos meses depois, em novembro de 1898, quando os responsáveis pelo jornal *Il Risveglio*, publicaram um cartaz em homenagem aos “mártires do porvir”: os trabalhadores executados em 11 de novembro de 1887, acusados de terem explodido uma bomba em Haymarket, os mártires de Chicago.¹⁸³ Tendo assinado “Os Socialistas-Anárquicos”, os redatores do jornal italiano procuraram traçar um paralelo entre aqueles e a recente vítima morta nas ruas de São Paulo, Polinice Mattei.

Apesar da observação de Martino Stanga, de que “não houve acontecimentos dignos de nota” em 1899 para sua resenha do movimento social no Brasil, o ano iniciou com grande barulho por parte de anarquistas e socialistas.¹⁸⁴ Logo no início de janeiro, deu-se o “primeiro comício em praça pública de socialistas e anarquistas” que, apesar da chuva, do veto da polícia e da ação da cavalaria, teve um grande sucesso.¹⁸⁵ Cerca de mil pessoas ocuparam a praça da República e assistiram ao socialista Estevam Estrella atacar as instituições policiais por aproximadamente uma hora e meia, quando foi interrompido pela cavalaria. Segundo *Il Risveglio*, Estrella e seus companheiros conseguiram escapar em um bonde, do qual entoaram o “Inno dei Lavoratori” [Hino dos Trabalhadores], enquanto alguns indivíduos foram presos no local do comício.¹⁸⁶

¹⁸² Entre os dias 5 e 6 de maio de 1898, sérias manifestações de trabalhadores tomaram conta de Milão por causa da alta dos impostos e da carestia da alimentação. O General Fiorenzo Bacca Bevaris foi, então enviado àquela cidade para suprimir a rebelião. Depois de três dias de combates entre manifestantes e militares, contabilizaram-se oficialmente 80 mortos entre os civis e 2 policiais, além de 450 feridos. (Nunzio Pernicone. *Italian Anarchism, 1864-1892*. Princeton: Princeton University Press, 1993, pp. 290-291.) Vale lembrar a publicação em maio de 1898 do pôster “Lavoratori della Regione Italiana”, em que os massacres de trabalhadores ocorridos na Itália são duramente criticados, havendo inclusive – meses antes do aniversário da Unificação Italiana – um apelo para que os trabalhadores não comemorassem aquela data. (“Lavoratori della Regione Italiana” (1898) Fundo Max Nettlau, dossiê Brasil, pasta 373, IISG)

¹⁸³ “XI de Novembro 1887 – Os Mártires do Porvir” (pôster), São Paulo, 11/11/1898, Fundo Max Nettlau, dossiê Brasil, pasta 373, IISG.

¹⁸⁴ Martino Stanga. “Il movimento sociale al Brasile – Rassegna Cronologica” doc. cit.

¹⁸⁵ “A zozzo per la città – Il Comizio di Domenica” *Il Risveglio*, nº 40, 8/1/1899.

¹⁸⁶ Idem. Estevam Estrella, no entanto, acabou sendo processado “pelo 2º subdelegado de polícia da Consolação, por ter, no dia 1º de janeiro do corrente mês de Janeiro, na praça da República, às 4 horas da

Por ocasião do 1º de maio de 1899, as manifestações dos anarquistas tiveram um certo perfil de reação contra a violência que seu jornal sofrera:

“Se no 1º de Maio *Il Risveglio* não apareceu, devemos isso ao empastelamento de duas páginas que se deu justamente na porta da tipografia: o mais recente atentado de uma cruel fatalidade ao nosso pobre bolso.”¹⁸⁷

Para Isabelle Felici, dado a impossibilidade de dar àquela data “a amplitude desejada” exatamente por causa da destruição do exemplar de *Il Riveglio* que deveria circular pela cidade naquele dia, anarquistas, acompanhados novamente dos socialistas, assumiram uma postura senão mais combativa, ao menos mais barulhenta nas homenagens que se davam então ao embaixador da Itália, conde Antonelli, que chegara a São Paulo havia poucos dias.¹⁸⁸ Representantes de diversos grupos de trabalhadores haviam-se reunido para comemorar o Dia do Trabalho no Largo da Luz, onde vários discursos foram proclamados antes que seguissem para o centro da cidade, em passeata.¹⁸⁹ Ao encontrarem-se com o cortejo de homenagem ao embaixador, expressaram seu protesto através de assobios, vaias, gritos de escárnios e até ameaças de morte à autoridade diplomática, a que a polícia reagiu: dispersaram-se os manifestantes, sem que nenhuma prisão fosse realizada, mas apreenderam a bandeira anarquista, nas cores vermelha e preta, empunhada por membros do Circolo Angiolillo, cujas reuniões eram anunciadas nas páginas de *Il Risveglio*.¹⁹⁰

Mesmo com o golpe dado contra aquele periódico, cuja circulação foi suspensa definitivamente logo após o empastelamento sofrido no primeiro dia de Maio (publicou-se mais uma edição apenas), os anarquistas procuraram manter suas atividades. A data da Unificação Italiana, com os festejos oficiais de costume,¹⁹¹ contou novamente com a presença de anarquistas e socialistas nas ruas, porém, desta vez, imprimindo um sentido distinto ao dia: tornaram-no uma homenagem a Polinice Mattei.

tarde, à frente de um grupo de populares, em sua maioria italianos, exaltado os ânimos (...) e proferido palavras desrespeitosas contra a polícia.” Protocolo de processos – resumo dos processos instaurados em 1899 em “Dados Estatísticos para o Relatório da Chefia de Polícia, nos termos do artigo 43 § 12 do Regulamento da Secretaria de Polícia”, Acervo permanente – Polícia – C2928, AESP.

¹⁸⁷ “Avviso” *Il Risveglio*, nº 46, 14/5/1899.

¹⁸⁸ Isabelle Felici. Op.cit., p. 114.

¹⁸⁹ *Correio Paulistano*, 2/5/1899, apud Guido Fonseca. Op. cit., p. 14.

¹⁹⁰ Idem; Isabelle Felici. Op. cit., p. 114.

¹⁹¹ Ver, por exemplo, a descrição das comemorações publicadas por *A Noite*. (“XX de Setembro” *A Noite*, nº 509, 20/9/1899.)

“Os socialistas e anarquistas de S. Paulo hoje, às 2 horas da tarde, em número superior a 500, reuniram-se no largo de S. Francisco e se dirigiram ao cemitério do Araçá, em romaria ao túmulo do anarquista Polinice Mattei, ferido no dia 20 de Setembro de 1898 por um tiro partido da manifestação patriótica, e falecido no hospital de Misericórdia no mesmo mês.

Os socialistas e anarquistas levaram à frente do préstito uma coroa de louros e carvalho, com fitas vermelhas e pretas nas quais se lia – *A Polinice Mattei – I Socialisti Anarchici*.

O préstito desfilou pelas ruas de S. Bento, Direita, Viaduto [do Chá], Barão de Itapetininga, Conselheiro Crispiniano, 7 de Abril, Praça da República, ruas Marques de Itu, Amaral Gurgel e Consolação, chegando ao cemitério do Araçá às 2 ½ horas da tarde.

Junto ao túmulo de Polinice Mattei oraram Emilio Bruschi, Zeferino Bertolamazzi, Benjamim Mota, Valentim Diego e mais duas pessoas, cujos nomes não conseguimos obter.

Todos os oradores afirmando solenemente as suas convicções e as reivindicações que pretendem, em prol da humanidade, saudaram em Polinice Mattei o primeiro mártir do Ideal no Brasil.

Depois, na mais perfeita ordem, dissolveu-se o préstito, à entrada do Cemitério, retirando-se todos para as suas respectivas residências.”¹⁹²

Mesmo com a vigilância intensa da polícia, com sua “ridícula ostentação de força, (...) os galopes desenfreados dos cavalos, (...) a prontidão da brigada (...) os delegados todos a cavalo percorrendo a cidade”, não houve conflitos entre manifestantes e policiais.¹⁹³ Benjamim Mota, no comentário das homenagens realizadas a Mattei, procurou sublinhar a manutenção da ordem promovida por anarquistas e socialistas – ordem esta que as autoridades “não puderam perturbar” –, de forma a comparar as duas manifestações que se haviam dado simultaneamente e frisar o caráter ameaçador daquela promovida pelos patriotas italianos. Segundo o cronista, os revolucionários internacionais batiam-se “pela redenção humana”, não vendo, portanto, “fronteira entre os povos” e tratando todos os seres humanos como irmãos. Já a manifestação da colônia italiana teria o objetivo de fomentar o sentimento patriótico entre os súditos daquela nacionalidade, fomentando assim também conflitos ao invés da fraternidade entre os povos. O sucesso da manifestação dos anarquistas e socialistas fez Mota inclusive afirmar crer que a data de 20 de setembro assumiria outro sentido, com cada vez menos pessoas tomando parte na festa patriótica e aumentando as fileiras daqueles que fariam romaria ao túmulo de Polinice Mattei.

Anarquistas em toda parte

¹⁹² Idem.

¹⁹³ Benjamim Mota. “Opiniões – A Romaria de ontem” *A Noite*, 510, 21/9/1899.

A última das datas comemorativas festejadas pelos anarquistas no decorrer do ano de 1899, o aniversário da morte dos mártires de Chicago, em 11 de novembro, talvez contribua menos para entender os sentidos que os anarquistas procuravam dar às suas iniciativas, o desenvolvimento do movimento libertário em São Paulo, mas joga luz sobre questões muito importantes para se compreender a construção do espaço de atuação desses militantes, seja na sua experiência junto às autoridades, como se tem procurado fazer ao longo deste trabalho, seja na ampliação dos círculos de divulgação de suas idéias, seja ainda no que diz respeito à sua interação com cidadãos e com o próprio espaço físico da cidade. Não se trata apenas de acompanhar os percursos que os préstitos, romarias e passeatas organizados por anarquistas traçaram pelas ruas de São Paulo, ainda que tal análise seja interessante para recuperar a experiência dos militantes e também dos cidadãos frente à ocupação do espaço público por trabalhadores;¹⁹⁴ nem apenas de perceber a presença de discussões de princípios libertários nas páginas da grande imprensa, mas, nos casos específicos que se vão analisar abaixo, trata-se de atentar para a atuação de militantes anarquistas no cotidiano da cidade e em uma determinada freguesia da capital paulista.

O “periódico comunista livre” *O Protesto*, publicado no Rio de Janeiro sob direção de do anarquista Mota Assunção, publicou no começo de dezembro de 1899 que diversos anarquistas haviam sido presos em São Paulo por colar cartazes e assinarem-nos no dia 11 de novembro daquele ano.¹⁹⁵ De fato, naquela data, oito anarquistas foram detidos no Posto Policial do Bom Retiro, acusados de promover desordens pelas ruas daquela freguesia, de pregar cartazes sediciosos pelas paredes e de fazer “reuniões secretas em que se tem discutido e deliberado meios de destruir propriedades particulares e públicas e outros atentados de segurança individual dos cidadãos”.¹⁹⁶ Em ofício datado do próprio dia 11, o terceiro delegado, Luiz Frederico Rangel de Freitas, intimou para prestar declarações aqueles que haviam assinado o cartaz – Estevam Estrella, Benjamim Mota, Benjamim Lacorte e “Fulano” Bartolamazzi (cujo prenome era Zeferino), além de George Curto e

¹⁹⁴ Ainda que trate de um período posterior, vale mencionar a dissertação de mestrado de Almir El Hakim de Paula. *Os operários pedem passagem! A Geografia do operário na cidade de São Paulo (1900-1917)*. Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

¹⁹⁵ *O Protesto*, nº 4, 3/12/1899.

¹⁹⁶ Portaria do terceiro delegado de polícia, Luiz Frederico Rangel de Freitas, 11/11/1899, anexado ao Inquérito policial, 3ª Delegacia de Polícia, 11/11/1899, Acervo permanente – Polícia – C2906, AESP.

Egisto Vezaro.¹⁹⁷ Estes dois últimos encontravam-se detidos por afixarem os cartazes, junto com alguns indivíduos já conhecidos pela propaganda libertária que realizavam, fosse através da imprensa, fosse em manifestações organizadas pelos anarquistas: além de Emilio Bruschi, orador na homenagem feita havia pouco tempo a Polinice Mattei em setembro último, foi também detido o colaborador de *Il Risveglio*, Gigi Damiani. Naquele momento, porém, contra estes e contra os outros indivíduos detidos – Ernesto Felisberti, Pio Leonardo, Colombo Bertoni e Silvio Mancina – parece ter pesado o fato de estarem distribuindo os cartazes em homenagem aos mártires de Chicago, o que indicaria sua filiação ao anarquismo.

De fato, nos termos de declarações prestadas pelos manifestantes, todos disseram ser anarquistas e confirmaram participar de reuniões – não secretas, mas públicas –, nas quais eram propagadas suas idéias – mas não tramados planos de atentados. Também informaram seus dados pessoais e atividades profissionais. Egisto Vezaro era italiano, solteiro, mecânico, funcionário da oficina Lidgerwood, de propriedade do francês Alberte Luttenschlager, localizada na Alameda dos Andradas, distrito de Santa Efigênia, freguesia do Bom Retiro. Vezaro residia perto dali, numa rua transversal àquela – rua Julio Conceição, cujo número não declarou pois não se recordava. Tinha então trinta anos e afirmou saber ler e escrever.¹⁹⁸ Era seu colega de trabalho George Curto, com quem também dividia a residência; este era, como o amigo, mecânico, italiano, solteiro. Tinha 27 anos e igualmente sabia ler e escrever.¹⁹⁹ Emílio Bruschi, de 29 anos de idade, afirmou ser

¹⁹⁷ Ainda que não se tenha encontrado o cartaz em questão, há um relato de Benjamim Mota que menciona “um manifesto assinado por Gigi Damiani, Zeferino Bartolamazzi, Estevão (sic) Estrella” e o próprio Mota. Apesar de este afirmar que o manifesto fora publicado em 1898, a coincidência entre vários dos nomes dos intimados em novembro de 1899 pelo terceiro delegado de polícia e os signatários do texto supostamente datado do ano anterior sugere que Mota pode ter confundido as datas, uma vez que compôs o texto tempos depois. (Texto de Benjamim Mota lido por Nicanor Nascimento na Câmara dos Deputados na sessão de 22/5/1919. ‘Notas para a História’ – Violências Policiais contra o Proletariado – Ontem e hoje” *A Plebe*, 31/5/1919, op. cit.) Vale também mencionar que em 11 de novembro de 1898 foi publicado um cartaz em homenagem aos Mártires de Chicago, escrito em português, indicado como “Publicação do jornal *Il Risveglio* e assinado simplesmente “Os Socialistas-Anárchicos”, sem especificação de nomes. (“XI de Novembro 1887 – Os Mártires do Porvir” (pôster), São Paulo, 11/11/1898, Fundo Max Nettlau, dossiê Brasil, pasta 373, IISG.) Ainda que fosse possível a publicação de dois pôsteres distintos para a mesma data, é mais plausível que os colaboradores de *Il Risveglio* - Damiani e Mota - não apoiassem simultaneamente duas iniciativas semelhantes e como o mesmo propósito.

¹⁹⁸ Termo de declarações prestadas por Egisto Vezaro, 17/11/1899; termo de declarações prestadas por Alberte Luttenschlager, 16/11/1899, anexado ao Inquérito policial, 3ª Delegacia de Polícia, 11/11/1899, doc. cit.

¹⁹⁹ Termo de declarações prestadas por George Curto, 17/11/1899, anexado ao Inquérito policial, 3ª Delegacia de Polícia, 11/11/1899, doc. cit.

italiano, solteiro e confeitoiro, saber ler e escrever e habitar a casa de número 40 na Rua Capitão Matarazzo, transversal da rua Julio Conceição.²⁰⁰ Luigi “Gigi” Damiani, de 24 anos, solteiro, vizinho de Emílio Bruschi,²⁰¹ disse saber ler e escrever; porém, quando perguntado sobre sua nacionalidade, aproveitou o questionamento para expressar seu internacionalismo e afirmou não ter pátria.²⁰² Ernesto Felisberti, por sua vez, não apresentou informações muito diferentes: italiano, solteiro, tinha 25 anos de idade e era pintor. Também residia na rua Capitão Matarazzo, no número 60 e como seus demais companheiros, tinha sido alfabetizado, mas é possível que não conhecesse o português, visto que, ao assinar o Termo, redigiu uma observação em italiano em que confirmava tudo o que havia sido declarado por Emilio Bruschi.²⁰³ O italiano Pio Leonardo, de 35 anos, copeiro, um dos dois únicos indivíduos casados do grupo, declarou saber ler e escrever e que residia próximo aos demais companheiros, na rua Aimorés, número 88.²⁰⁴ O sapateiro Silvio Mancia, a seu turno, que também era italiano, afirmou ser solteiro, alfabetizado como os aqui mencionados, tinha 25 anos e residia na casa de número 67 da rua Capitão Matarazzo. Colombo Bertoni, de 33 anos, era pintor como Felisberti, casado como Leonardo, também residente do Bom Retiro (morava na rua Anhaia, número 15), porém, diferentemente dos demais, não sabia ler nem escrever, nem ao menos para assinar seu termo de declarações.²⁰⁵

Independentemente disso, foi justamente Bertoni o primeiro a ser detido e levado ao posto policial do Bom Retiro, mesmo estando junto com os demais no momento da prisão. O motivo foi provavelmente o fato de que era ele quem carregava os cartazes que estavam sendo colados, e o sargento que o prendeu deve ter suposto que se configurava, assim,

²⁰⁰ Termo de declarações prestadas por Emilio Bruschi, 18/11/1899, anexado ao Inquérito policial, 3ª Delegacia de Polícia, 11/11/1899, doc. cit.

²⁰¹ Gigi Damiani deu como endereço rua Capitão Matarazzo, número 41. Emilio Bruschi afirmou residir na mesma rua, no número 40.

²⁰² Termo de declarações prestadas por Luigi Damiani, 18/11/1899, anexado ao Inquérito policial, 3ª Delegacia de Polícia, 11/11/1899, doc. cit.

²⁰³ Termo de declarações prestadas por Ernesto Felisberti, 18/11/1899, anexado ao Inquérito policial, 3ª Delegacia de Polícia, 11/11/1899, doc. cit. A observação podia significar tanto que o declarante concordava com o que fora redigido pelo escrivão e lido por Bruschi, ou então fora apenas um reforço às declarações deste.

²⁰⁴ Termo de declarações prestadas por Pio Leonardo, 17/11/1899, anexado ao Inquérito policial, 3ª Delegacia de Polícia, 18/11/1899, doc. cit. A rua Aimorés, localizada entre as ruas Silva Pinto e Carmo Cintra, fica a uma quadra a sudeste da rua Julio Conceição, da qual aquelas são paralelas.

²⁰⁵ Termo de declarações prestadas por Colombo Bertoni, 18/11/1899, anexado ao Inquérito policial, 3ª Delegacia de Polícia, 11/11/1899, doc. cit. A rua Anhaia é perpendicular à Julio Conceição.

razão para prisão em flagrante. As justificativas apresentadas pelo terceiro delegado para a prisão dos anarquistas – promoção de desordens, distribuição de cartazes sediciosos organização de reuniões secretas –, porém, só vão em parte ao encontro da ação tomada pelo sargento mencionado, já que incluíam iniciativas desenvolvidas com certa regularidade, como as tais reuniões ditas secretas, e não apenas aquelas em que teriam estado envolvidos naquele dia específico. Aparentemente, as motivações para as detenções desse 11 de novembro não estavam tão ligadas assim às homenagens aos mártires de Chicago, e sim à intenção explicitada com certa regularidade pela polícia paulista nos anos de 1890 e mesmo nos seguintes de tê-los sob custódia, vigilância e, quando possível, bem longe de São Paulo e do território brasileiro.

Nos relatos dos anarquistas presos, coincidentes no todo e também na maioria dos detalhes, encontram-se alguns aspectos interessantes para entender a postura da polícia frente àqueles elementos suspeitos. Nas palavras de Gigi Damiani, os eventos do dia 11 foram os seguintes:

“(…) no dia onze do corrente, ele declarante e seu companheiro Emilio Bruschi foram ao Tenente Comandante do Posto do Bom Retiro e pediram permissão para pregarem nas paredes das ruas cartazes de comemoração daquela data, não tendo o Tenente dado ordem e nem proibido; [declarou] que não sendo os cartazes ofensivos a ninguém como se pode verificar, e achando-se todos assinados, e sendo permitido por lei a livre manifestação, saiu ele declarante e mais sete socialistas, inclusive Bruschi, pelas ruas, pregando os ditos cartazes, quando apareceu o sargento do Bom Retiro e prendeu Colombo, que trazia os cartazes, apreendendo estes; que os companheiros então dirigiram-se ao Posto Policial do Bom Retiro para verificar se Colombo ficava preso; tendo o sargento comunicado à Polícia Central o fato, mais tarde compareceram o terceiro delegado e mais um delegado que mandaram recolhê-los todos presos”.²⁰⁶

Vale atentar, por um lado, para as atitudes dos anarquistas, em que ressaltam aparente boa fé e obediência às exigências legais; por outro, para as estratégias das autoridades policiais contra os presos. No que diz respeito às tentativas de conformidade dos anarquistas às leis brasileiras, é importante notar as medidas tomadas por eles para que não recaísse sobre mais essa iniciativa algum veto prévio ou punição posterior. Os cartazes, por exemplo, estavam assinados, obedecendo, assim, ao parágrafo 12 do artigo 72 da Constituição Brasileira, o qual determinava que a manifestação do pensamento era livre em

²⁰⁶ Termo de declarações prestadas por Luigi Damiani, 18/11/1899, doc. cit.

qualquer assunto, mas o anonimato não era permitido.²⁰⁷ Esse parágrafo foi inclusive aludido nas declarações de Damiani, quando fez referência ao fato de ser “permitido (sic) por lei a livre manifestação”. Também se deve levar em consideração o fato de Damiani e Bruschi terem-se dirigido ao Posto Policial a fim de pedir permissão para colar os cartazes. Atendiam, assim, a uma determinação passada havia tempos de que boletins distribuídos ou afixados, que não fossem simples reclame ou propaganda de produtos e serviços, deveriam ser apresentados à chefatura de polícia, “para que dela sejam logo sabidos os intuitos de tais publicações.”²⁰⁸

No entanto, o resultado alcançado por essa iniciativa foi o oposto do almejado pelos anarquistas por causa da atitude ambígua da autoridade policial que os atendeu: ao afirmar que “não podia proibir nem consentir” a colagem dos cartazes, mesmo tendo-os sob os olhos e conhecendo “os intuitos de tais publicações”, o Tenente Comandante do posto do Bom Retiro de certa forma consentiu que eles o fizessem, ordenando, em seguida, que um sargento daquele mesmo posto apreendesse os cartazes.²⁰⁹ É possível que se tratasse de uma estratégia utilizada para detê-los: caso simplesmente se proibisse a distribuição dos cartazes, não haveria base para sua prisão; liberando-os para fazerem o que julgassem mais apropriado, sem o consentimento, mas também sem o veto, abriu-se a oportunidade para flagrá-los em uma atividade subversiva. Ou ainda tratava-se de uma ordem dada posteriormente à saída dos anarquistas daquela estação policial, ditada por alguma autoridade que tivesse sido informada pelo Tenente Comandante dos intentos daqueles italianos.

O próprio interesse que o terceiro delegado de polícia demonstrou por aquela ação policial sugere que a iniciativa dos anarquistas vinha sendo vigiada e esperada. No relato de Damiani, este contou apenas que aquela autoridade compareceu ao posto policial depois de a Repartição Central de Polícia ter sido informada do “fato” – o qual, nessas declarações, parecia ser apenas a prisão de Colombo. A versão de Bruschi, no entanto, sugeriu que as

²⁰⁷ Esse parágrafo constou do cabeçalho de diversos periódicos anarquistas publicados em São Paulo. No período que abrange esta tese, tem-se *L'Operaio*, publicado por Augusto Donati em fevereiro de 1896, e as edições de *Il Risveglio* a partir de outubro de 1898.

²⁰⁸ Portaria nº 304 do chefe de polícia, Bento Bueno, 21/5/1895, Acervo permanente – Polícia – C2796, AESP.

²⁰⁹ Emilio Bruschi declarou que o Tenente Comandante do Posto disse “que não podia proibir nem consentir”. (Termo de declarações prestadas por Emilio Bruschi, 18/11/1899, doc. cit.)

movimentações dos presos vinham sendo acompanhadas desde sua apresentação no posto policial (ou mesmo até antes):

“(...) o sargento ligou o telefone para a Polícia Central comunicando que ali se achavam *os socialistas e anarquistas que andavam pregando cartazes nas paredes*; que daí há momentos compareceram o terceiro delegado e mais uma pessoa que, depois de haverem lido os cartazes, mandaram detê-los, isto é, recolhê-los à prisão”.²¹⁰ (grifos meus)

O comunicado à Polícia Central mencionado por Damiani soou mais como uma boa notícia, na versão de Bruschi. A ação do sargento, que só resultara na prisão de um dos “socialistas e anarquistas que andavam pregando cartazes nas paredes”, acabara por trazer mais sete suspeitos para o posto, sem que nenhum uso de autoridade, força ou coação fosse necessário. A rapidez com que o terceiro delegado se apresentou no posto policial, por sua vez, sugere o interesse que a presença de tais indivíduos despertou naquela autoridade.

Vale mencionar ainda que, na versão de Bruschi, os cartazes teriam servido de justificativa não apenas para a prisão de Colombo, em flagrante, pelas ruas do Bom Retiro, mas para a detenção de seus companheiros: foi depois de o terceiro delegado e seu acompanhante terem-nos lido que determinaram que os anarquistas fossem recolhidos ao xadrez. Não foi possível recuperar o impresso, mas a se julgar pelos outros cartazes afixados e distribuídos nos últimos anos e que não necessariamente resultaram na detenção daqueles que os compuseram e espalharam pela cidade, é provável que o conteúdo do impresso não tivesse motivado a ação policial, servindo talvez, e apenas, para identificar a filiação partidária dos suspeitos, e que aquela prisão significasse antes uma boa oportunidade para ter os anarquistas do Bom Retiro sob os olhos da polícia. Ainda mais por causa de eventos ocorridos exatamente naquela freguesia havia alguns meses implicando anarquistas ali residentes e que haviam envolvido denúncias de roubo, rapto e dinamites.

A pedidos do terceiro delegado, ao inquérito aberto por ocasião da colagem de cartazes foi anexado aquele “sobre o rapto da menor Gabriela”, ocorrido em agosto daquele ano. Segundo os depoimentos da mãe e do irmão da menor, Gabriela Margarida de Andrada Mesquita, de 17 anos, filha de Gabriela Frederica de Andrada Dias de Mesquita e de Teófilo Dias de Mesquita, já falecido, fugira da casa de sua mãe, localizada na rua Sólon, número 126, na manhã de 19 de agosto na companhia do italiano Armando Fermani, ex-

²¹⁰ Idem. A outra pessoa que acompanhava o delegado Rangel Freitas era Alberto Fausto, delegado da segunda circunscrição. (“Notas diversas” *O Estado de S. Paulo*, nº 7662, 12/11/1899)

empregado da Companhia Lidgerwood e vizinho da família Mesquita.²¹¹ O caso seria apenas mais um de tantos de menores seduzidas e conduzidas para longe da casa de seus pais,²¹² não fossem alguns elementos que a imprensa da época explorou ao máximo, os quais se podem notar logo na manchete da notícia que ocupou por diversos números a primeira página de *O Commercio de São Paulo*: “Caso Excepcional – Anarquistas em S. Paulo – Conspirações Descobertas. Rapto de uma moça de família – Queixa ao dr. Chefe de Polícia – Busca e Apreensão de máquinas infernais – Revelações.”²¹³

“Anteontem, pela hora 1 da tarde, apresentou-se no gabinete do dr. chefe de polícia, na Repartição Central, a sra. Gabriela de Andrada Mesquita, residente à rua Sólón, n. 126, no Bom Retiro, e, possuída de visível excitação nervosa, comunicou ao dr. Almeida e Silva que sua filha, Gabriela, de 17 anos de idade, fora raptada sábado passado pelo italiano Armando de tal, anarquista perigoso e terrível, muito conhecido em S. Paulo, e em companhia dele fugiu desta capital.

(...)

Disse d. Gabriela que absolutamente não atribui o rapto de sua filha a causas amorosas, pois não acredita que ela, moça inteligente e de educação, se apaixonasse por Armando – um maltrapilho que tira seu sustento dos ganhos do serviço de lavar casas e de outros semelhantes.

Atribui – declarou d. Gabriela – a planos concebidos pelo sr. Benjamim Mota, moço muito conhecido nesta capital e que, de combinação com outros anarquistas de S. Paulo, pretende fazer de sua filha meio instrumento para a realização de suas idéias.

Continuando as suas revelações, disse d. Gabriela que se dão reuniões de anarquistas na casa n. 114 da rua Sólón e na antiga venda do Renato, no Bom Retiro, e que essas reuniões são presididas pelo sr. Benjamim Mota.

²¹¹ Declarações prestadas por dona Gabriela Dias de Mesquita de Andrada Dias de Mesquita, 20 [22]/8/1899; declarações prestadas por Teófilo Dias de Andrada Mesquita, 22/8/1899 no Inquérito Policial, 3ª subdelegacia de polícia de Santa Efigênia, 20 [22]/8/1898, (cópia) anexado ao Inquérito policial, 3ª Delegacia de Polícia, 11/11/1899, doc. cit. Vale lembrar que a companhia ou oficina Lidgerwood era de propriedade do francês Alberte Lutenschlager, localizada na Alameda dos Andradas, no Bom Retiro, onde também trabalhavam George Curto e Egisto Vezaro, presos como anarquistas em novembro de 1899. A rua Sólón, onde moravam ambos os fugitivos, é paralela à rua Julio Conceição, duas quadras acima desta.

²¹² Segundo o código penal, o crime de rapto constituía-se em “*Tirar do lar doméstico*, para fim libidinoso, qualquer mulher honesta, de maior ou menos idade, solteira, casada ou viúva, *atraindo-a por sedução* ou emboscada, ou obrigando-a por violência, não se verificando a satisfação dos gozos genésicos.” (grifos meus) (Art. 270 do *Código Penal dos Estados Unidos do Brasil*, Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890, *Decretos do Governo provisório da República dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890). *O Commercio de São Paulo* publicou uma carta dos advogados de Benjamim Mota, em que criticavam o fato de este não poder acompanhar o inquérito, questionaram a própria acusação de rapto: “Ora, por enquanto, o crime, se há, é afiançável, porque a menor, que tem mais de 16 anos e menos de 21, prestou o seu consentimento (art. 270, § 1 do Cód. Penal). Enquanto não houver defloramento, pode ser restituída e o crime continuará a ser afiançável (art. 271)/ Além disso, ninguém ignora, graças à polícia, que havia reuniões anarquistas, a que comparecia a menor; que ela não se apaixonara pelo raptor; que no último adeus, enviado a sua mãe, lhe assegurava que ia consagrar-se ao bem da humanidade, à propaganda anarquista, ao certo./ Ora, tirar do lar doméstico a menor para tal fim não é cometer crime de rapto.” (“Caso excepcional” *O Commercio de São Paulo*, nº 1949, 26/8/1899.)

²¹³ “Caso excepcional” *O Commercio de São Paulo*, nº 1947, 24/8/1899. “Máquinas infernais” é a expressão usada para explosivos.

Disse ainda d. Gabriela que, convencida por esse moço, sua filha também freqüentava as reuniões e recebia jornais anarquistas que o mesmo lhe mandava e ainda que, dentre os planos engendrados naquelas reuniões, sabe que existe o da destruição de cinco casas desta capital, por meio de dinamite, isto para comemorar o aniversário da morte do anarquista Angiolillo.”²¹⁴

Apesar de o jornal paulistano ter se afirmado avesso “à exploração de fatos escandalosos – mormente daqueles em que se achem envolvidas pessoas respeitáveis da nossa sociedade” –, observação que talvez publicara para chamar ainda mais a atenção dos leitores para o caso, deu grande importância nos dias que se seguiram ao que chamou de “fato de excepcional gravidade”.²¹⁵ Certamente pesara no destaque que o periódico deu ao ocorrido a notoriedade da família da menor, “cujo nome está vinculado à história pátria”: seu pai, Teófilo Odorico Dias de Mesquita, era sobrinho do poeta Gonçalves Dias e publicara diversos livros de poesias nos anos 1870 e 1880. Patrono da cadeira número 33 da Academia Paulista de Letras, foi professor da Escola Normal de São Paulo, na cadeira de Gramática e Língua Nacional. Bacharel em direito formado em 1881, militou no Partido Liberal, chegando a ser eleito deputado provincial em 1885. Faleceu em março de 1889, vítima de uma lesão cardíaca que se agravava.²¹⁶ Sua mãe, Gabriela Frederica Dias de Andrada Mesquita, filha do conselheiro Martins Francisco, também se aventurara no campo poético, tendo seus versos publicados em algumas revistas. Sua família, Ribeiro de Andrada, fora inclusive chefe do Partido Liberal em São Paulo.²¹⁷

Por outro lado, o viés sensacionalista assumido pelo noticiário sobre o desaparecimento da garota Gabriela deveu-se largamente à acusação de envolvimento de anarquistas, entre os quais o “moço muito conhecido nesta cidade”, Benjamim Mota, ao possível recrutamento de militantes para as fileiras libertárias juntos aos filhos de famílias “respeitáveis” e às denúncias de planos de atentados com dinamite na capital paulista.

²¹⁴ Idem.

²¹⁵ Segundo o próprio *O Commercio de São Paulo*, o jornal tivera “extraordinária procura” por ter sido o único a dar a notícia do desaparecimento da menina Gabriela. (“Caso excepcional” *O Commercio de São Paulo*, nº 1948, 25/8/1899.) Durante a cobertura que deu ao ocorrido, essa folha lançou mão inclusive do recurso de anunciar importantes revelações para a próxima edição: “A polícia já sabe qual era o fim da viagem da menor Gabriela ao Rio de Janeiro e dali à Europa./ Amanhã, sabê-lo-ão os nossos leitores.” (Idem) Dava, assim, um tom folhetinesco ao noticiário.

²¹⁶ Raimundo de Menezes. *Dicionário Literário Brasileiro*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978, verbete *Dias* (Teófilo Odorico... de Mesquita); <http://www.fe.usp.br/laboratorios/cmatoria/prof29.htm> (consultado em 7/10/2004)

²¹⁷ Raimundo de Menezes. *Dicionário Literário Brasileiro*. Op. cit., verbetes *Dias* (Teófilo Odorico... de Mesquita) e *Mesquita* (Gabriela Frederica Dias de Andrada).

Ao lado de Mota e do próprio Fermani, dona Gabriela também acusou como anarquistas e como responsáveis pelo desaparecimento de sua filha seu vizinho Giacomo Mancini e sua esposa, Basilda, moradores da rua Sólon, 114, com quem residia o suposto raptor; Padalossi, Tesserini, Gigi Damiani, que aí também moravam; e José Sarmiento, dono da *Chapelaria Libertária*, na rua General Câmara, número 101, em Santos.²¹⁸ A vinculação destes últimos ao anarquismo era notória, tanto pela participação de Tesserini e Damiani em iniciativas anarquistas, como por aquelas que contaram com a colaboração de José Sarmiento.²¹⁹ Por outro lado, a participação de todos no desaparecimento da menor teria sido, em parte, de ordem prática: Damiani e Mancini, por exemplo, ao discutirem sobre as providências a serem tomadas para encontrar os fugitivos, teriam pedido que dona Gabriela esperasse até segunda-feira para dar parte à polícia, prometendo achar uma solução “sem escândalos” para o caso. No entanto, na madrugada do dia seguinte, todos os moradores da casa de número 114 – Giacomo, Basilda, seus filhos, Tesserini, Padalossi e Damiani – fugiram, o que levou dona Gabriela a supor que eram cúmplices do delito, tendo facilitado a fuga da menor.

No entanto, a responsabilidade dos acusados não se limitara ao ocultamento do fato: a menina Gabriela, Guesinha, como era chamada em família, teria sido seduzida não com promessas amorosas, mas com “assuntos sociais”, que teriam “grande influência sobre sua imaginação naturalmente exaltada pelos sofrimentos devido à pobreza e orfandade”.²²⁰ Além da fuga, dona Gabriela tinha como evidência do envolvimento da menor com os propósitos anarquistas uma carta recebida na manhã da terça-feira, expedida no dia anterior

²¹⁸ Declarações prestadas por dona Gabriela Dias de Mesquita de Andrada Dias de Mesquita, 20 [22]/8/1899, no Inquérito Policial, 3ª subdelegacia de polícia de Santa Efigênia, 20 [22]/8/1898, (cópia) anexado ao Inquérito policial, 3ª Delegacia de Polícia, 11/11/1899, doc. cit.

²¹⁹ Tesserini participou, ao lado de Damiani, da comissão que organizou uma manifestação contra a morte de Mattei em 16 de novembro de 1898, junto com A. Canovi e Gigi Damiani. (“Per Polinice Mattei – Linciato Il XX Settembre dalla folla incosciente” *Il Risveglio*, nº33, 13/11/1898. José Sarmiento Marques era colaborador do jornal *Il Risveglio*, chegando mesmo a representá-lo em viagens pelo interior do estado de São Paulo, onde recebia os valores das assinaturas e subscrições e, quando possível, organizava conferências. (“Avviso” *Il Risveglio*, nº 28, 9/10/1898). Também fundou no Rio de Janeiro o jornal libertário *O Despertar*, em 1898, que circularia de outubro a dezembro desse mesmo ano. Mais tarde, participaria da publicação de *O Baluarte* (RJ) e *O Chapeleiro* (SP), órgão da liga a que pertencia. O próprio nome da chapelaria que possuía em 1899 – *Chapelaria Libertária* – é indicativo de sua simpatia ao anarquismo.

²²⁰ Há apenas uma referência ao envolvimento amoroso da menor Gabriela, sugerido pela vizinha da família Mesquita: Amalia Perlli afirmou que a menina passava os dias na casa de Giacomo Mancini, “para onde ia de manhã, voltando quase sempre à noite.” Por causa desse procedimento da filha, dona Gabriela teria afirmado a Amalia que “desconfiava já de sua seriedade”. (Declarações prestadas por Amália Perlli, 24/8/1899, Inquérito Policial, 3ª subdelegacia de polícia de Santa Efigênia, 20 [22]/8/1898, (cópia) anexado ao Inquérito policial, 3ª Delegacia de Polícia, 11/11/1899, doc. cit.)

do Rio de Janeiro, em que Guesinha pedia-lhe perdão por ter partido de casa sem avisar, o que fizera “para o bem dela e da humanidade”.²²¹ Fermani teria convencido a menor a participar das reuniões promovidas pelos anarquistas e ainda fornecera-lhe jornais libertários. Gigi Damiani, por sua vez, também teria contribuído com tal doutrinação: sendo “um homem simpático e de muito talento e achando-se na vizinhança, tinha muitas vezes ocasião de conversar com a menor raptada sobre assuntos sociais”.²²² Consta também que Damiani havia escrito a Guesinha uma carta “que a menor depois de lê-la correu a queimar, sem consentir que a declarante [dona Gabriela] a lesse, dizendo que eram negócios secretos para o bem da humanidade”. Tudo isso com a ajuda dos moradores da casa número 114 ou de José Sarmiento, em cuja casa Damiani hospedava-se quando em Santos.

Contra Benjamim Mota, dona Gabriela afirmou que não podia fazer nenhuma acusação de cunho material, mas considerava-o “moralmente responsável pela fuga de sua filha e dos prejuízos subseqüentes”:²²³

“A declarante responsabiliza por estes fatos como instrumento ao italiano Armando Fermani e como responsáveis Gigi Damiani, Giacomo Mancini e sua mulher, Padalossi e Tesserini, todos moradores à rua Sólton cento e quatorze, tendo a maior responsabilidade nestas infâmias o senhor Benjamim Mota, ex-redator do jornal *A Noite*, onde sustentava com sua assinatura que a propriedade é um roubo, a honra um crime e a virgindade não passa de uma membrana rota etc, e sendo considerado pelos anarquistas como *non-plus-ultra* da ciência, o salvador da humanidade”.²²⁴

Benjamim Mota já era, de fato, um anarquista notório – talvez não o “*non-plus-ultra* da ciência, o salvador da humanidade” –, porém reconhecido entre os indivíduos que exerciam a propaganda anarquista e interessavam-se por ela, e mesmo entre jornalistas

²²¹ Declarações prestadas por Teófilo Dias de Andrada Mesquita, 22/8/1899; declarações prestadas por Emilio Colella, 24/8/1899, Inquérito Policial, 3ª subdelegacia de polícia de Santa Efigênia, 20 [22]/8/1898, (cópia) anexado ao Inquérito policial, 3ª Delegacia de Polícia, 11/11/1899, doc. cit

²²² Declarações prestadas por dona Gabriela Dias de Mesquita de Andrada Dias de Mesquita, 20 [22]/8/1899, doc. cit.

²²³ Dona Gabriela acusou seus vizinhos de terem se apropriado de um cofre e “outros trastes” que haviam sido entregues para serem transportados para a rua Veridiana, número 8, para onde ela declarava estar se mudando. Também afirmou que esses haviam arrombado o cofre e um baú que encontrou na casa deles, onde “existiam jóias de valor na importância mais ou menos de cinco contos de réis, jóias estas que foram roubadas, assim com um faqueiro de prata no valor de um conto e quinhentos mais ou menos, um tinteiro e uma salva de prata no valor de quinhentos mil réis”. Declarações prestadas por dona Gabriela Dias de Mesquita de Andrada Dias de Mesquita, 20 [22]/8/1899, doc. cit.

²²⁴ Idem. Não é verídica a informação de que Benjamim Mota era “ex-redator do jornal *A Noite*”; o advogado colaborava então com tal periódico, e continuou a publicar artigos em suas colunas depois do incidente envolvendo a menor Gabriela.

menos engajados na defesa de princípios libertários.²²⁵ Seu envolvimento com idéias e manifestações anarquistas não podia efetivamente ser negado, nem seu empenho na divulgação dos princípios libertários. Colaborador de *Il Risveglio*, fora inclusive o responsável pela “Sezione Brasiliana” publicada regularmente com textos em português a partir da terceira edição daquele periódico, em janeiro de 1898. No “Semanário Republicano Independente” *O Rebate*, fundado em 1896 por Julio Ribeiro, do qual era redator-chefe, publicou em fevereiro de 1898 uma cara aberta afirmando que abraçara o ideal anarquista, ideal este que seria defendido e expresso pelo jornal.²²⁶ Ainda nesse ano, publicou “um dos primeiro livros de autor brasileiro sobre o pensamento anarquista, *Rebeldias*”,²²⁷ fundou o periódico *O Libertário*, assim como *O Jornal*, juntamente com Felix Bocayuva, além de participar das manifestações organizadas por anarquistas e socialistas.²²⁸

Em suas declarações, Dona Gabriela fez referência direta a artigos publicados no cotidiano *A Noite* e assinados por Benjamim Mota, em alguns dos quais fazia, inclusive, propaganda de princípios libertários. Dissertando sobre assuntos diversos, de religião a arte, de militarismo a pecuária, quase sempre em polêmica com outros colaboradores do jornal, Mota abria espaço naquele periódico não particularmente simpático aos anarquistas para a discussão e divulgação de algumas de suas idéias.²²⁹ Vale citar, por exemplo, o artigo “Opiniões – Aos que pensam”, em que Mota condenou a ignorância em relação ao anarquismo, defendeu seu estudo como forma precípua para criticá-lo e elencou “cinco das maiores mentalidades da Europa – Herbert Spencer, [Elisée] Reclus, [Henrik] Ibsen, [Leon]

²²⁵ No relato da festa de batizado do filho do gerente do jornal *A Noite*, Samuel Porto, assinado pelo colega de redação de Mota, Cunha Mendes, este fez várias referências – algumas em tom de pilhéria – ao fato de Benjamim Mota ser anarquista: “Momentos depois [da ceia], o Benjamim Mota abriu a série dos brindes, desejando que a criança ainda seja, em tempos futuros, um rebelde aos preconceitos da sociedade burguesa (...); “O Benjamim, com as suas teorias de anarquista, destruiu alguns pratos de doces, fazendo um estardalhaço pavoroso com os dentes penetrantes e poderosos. Parecia uma excelente máquina de desmornar ceias.” (Cunha Mendes. “A Semana” *A Noite*, nº 467, 31/7/1899)

²²⁶ “O Rebate” *O Rebate*, nº 52, 19/12/1898. Em junho de 1898, Mota deixou de ser redator-chefe do semanário, passando a publicar em suas colunas apenas como colaborador.

²²⁷ “O movimento operário no final do século XIX” in: Paulo Sérgio Pinheiro e Michael M. Hall. *A Classe Operária no Brasil. Documentos (1889-1930)*. São Paulo: Editora Alfa Omega, 1979, vol. I – O Movimento Operário, p. 23.

²²⁸ “A zozzo pela città – Il 1º Maggio” *Il Risveglio*, nº 17, 11/5/1898

²²⁹ Ver, por exemplo, “Drama do Adultério” (*A Noite*, nº 473, 7/8/1899), “O General Roca – Carta a Rochard” (*A Noite*, nº 476, 10/8/1899); “Opiniões – Aos que pensam” (*A Noite*, nº 496, 7/9/1899). No que diz respeito à notícias envolvendo anarquistas publicadas no diário *A Noite*, ver principalmente as edições a partir de 12 de setembro de 1898, logo depois do atentado contra imperatriz Elizabeth, em Genebra; ver também em novembro desse ano as notas sobre a organização e realização do Congresso Internacional Anti-Anarquista.

Tolstói e [Piotr] Kropotkin”, os quais, em sociologia, defendiam o anarquismo.²³⁰ Pode-se mencionar também as duas partes do texto intitulado “Dicionário do Futuro (Palavras antiquadas)”, sem assinatura, mas muito provavelmente de autoria de Mota, em que foram apresentados pretensos verbetes de um dicionário que explicaria palavras caídas em desuso como “Generais” (“Chefes militares aos quais obedeciam os exércitos sustentados pela aristocracia nos séculos passados, porque os julgavam necessários à defesa de seus privilégios”), “Justiça” (“pretexto para serem condenados os infelizes que forçados pela fome roubavam um pão”), “Parlamento” (composto por “representantes (...) eleitos pelo povo, que não compreendia então que delegar poderes é o mesmo que abdicar direitos”), “Prostitutas” (mulheres “atiradas na prostituição pela miséria (...) numa sociedade em que o pão não era assegurado a todos”) e “Cerveja” (“Bebida muito usada antes da grande revolução” e que “foi uma causa de degenerência alcoólica para muita gente”) – numa referência à sociedade futura depois da “grande revolução” libertária e às críticas anarquistas ao militarismo, à representação parlamentar, à prostituição e ao alcoolismo.²³¹

A *Noite* publicou também o artigo assinado por Mota intitulado “Drama do Adulterio”, em que comentava o assassinato de uma mulher adúltera e de seu amante pelo marido traído, ocorrido na Quinta da Boa Vista, no Rio de Janeiro.²³² Alegando estar ainda sob a forte impressão que lhe causar a leitura da obra *L'Amour libre* [O Amor livre], “do companheiro Charles Albert”, Mota criticou a moralidade que aplaudia o marido assassino e condenava a mulher que havia encontrado o amor nos braços de outro homem. Fora este o artigo que caíra nas mãos de dona Gabriela e de sua filha e que, segundo a primeira, teria

²³⁰ “Opiniões – Aos que pensam” *A Noite*, nº 499, 7/9/1899.

²³¹ “Dicionário do futuro (Palavras antiquadas)”, partes I e II, *A Noite*, nºs 512 e 513, 23 e 25/9/1899. Vale mencionar que a essa estratégia de situar a realização dos princípios anarquistas em um tempo futuro era uma estratégia recorrente da literatura anarquistas, teórica ou ficcional. Tem-se, por exemplo a obra de Émile Pataud e Émile Pouget, *Como haremos la Revolución*, em cuja apresentação afirmam que o título do livro era, inicialmente, “Como fizemos a revolução”, mas que havia sido mudado por culpa do editor (*Como haremos la Revolución*, (prefacio de P. Kropotkin; traducción de Anselmo Lorenzo). Barcelona, Publicaciones de la Escuela Moderna, s.d.). Na antologia de contos anarquistas publicados pela imprensa espanhola e organizada por Lily Litvak, encontra-se o conto “La Prehistoria”, no qual um professor do futuro conta a um interessado aluno a respeito dos avanços de seu livro sobre as sociedades antigas, quando as pessoas viviam amontoadas em cidades, morando em casas tão mais apertadas quanto maior fosse sua jornada de trabalho, o qual se dava por subordinação a certos homens que lhes pagavam baixos salários. (Azorín (José Martínez Ruiz). “La Prehistoria” in: Lily Litvak. *El cuento anarquista - Antología (1880-1911)*. Madrid, Taurus, 1982, pp. 55-58.) Sobre esses textos, ver minha dissertação de mestrado, em especial o segundo capítulo, “Literatura e Propaganda” (Claudia F. Baeta Leal. *Anarquismo em verso e prosa – Literatura e propaganda na imprensa libertária em São Paulo (1900-1916)*. Op. cit., pp. 83-155.)

²³² “Drama do Adulterio” *A Noite*, nº 473, 7/8/1899.

motivado a ação de Guesinha; fora certamente este o artigo que levava a mãe da menor a concluir que Mota considerava “a honra um crime” e a virgindade um fator sem importância, interpretação que aquela chegou a partir do comentário presente no último parágrafo do texto, o qual lhe deve ter causado grande sensação:

“Assim é que se aplaude o marido que mata e mulher e o seu amante e que se corteja a noiva que vai algumas horas depois entregar seu corpo ao milionário que o comprou, levando uma mulher bela para casa porque isso é do bom tom na sociedade burguesa, ao passo que se censura e se insulta a jovem ativa e digna que repele o noivo de conveniência para fugir, se tanto for preciso, com o homem amado e se censura também o homem que, desprezando o fetichismo do virgo, une-se com uma mulher desvirginada, se encontra dela outros dotes e outras virtudes, que não esse de uma *membrana inútil*.” (grifo meu)

Frente às acusações que lhe foram dirigidas, Mota procurou defender-se das maneiras que se encontravam a seu alcance. Tão logo foi intimado a prestar declarações perante o terceiro subdelegado, Capitão Alfredo Bellegardi, entrou com um pedido de *habeas corpus* preventivo em seu favor.²³³ Na data e hora marcadas para depor, às seis horas da tarde de 24 de agosto, compareceu ao Posto Policial do Bom Retiro e negou qualquer participação no rapto de Guesinha; refutou também as acusações que dona Gabriela lhe fizera pessoalmente, quando o procurou em seu escritório antes mesmo de ir a polícia, e aquelas tornadas públicas por *O Commercio de São Paulo* na manhã daquele mesmo dia.²³⁴

Negou presidir as reuniões referidas pela mãe da menor fugitiva, afirmando ser “absolutamente estranho a elas” e até questionando sua existência, e foi incisivo ao declarar que eram “fantásticas as declarações de dona Gabriela sobre conspirações anarquistas”. No que diz respeito a suas relações com os anarquistas acusados de cúmplices no rapto, declarou efetivamente conhecer alguns e ter-se encontrado com eles algumas poucas vezes; procurou sublinhar que muitos dos contatos que tivera com aqueles indivíduos fora no mister de sua profissão de advogado, ora aconselhando-os e a seus amigos, ora fazendo-lhes favores, como na ocasião em que se ofereceu como fiador para evitar que Giacomo Mancini fosse despejado. No entanto, por causa do “procedimento desses que se diziam anarquistas” no que tange ao rapto de Guesinha e na própria relação com Mota, afirmou

²³³ Ofício do Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal ao chefe de polícia de São Paulo, Antonio Candido de Almeida e Silva, 24/8/1899, Acervo Permanente – Polícia – C2910, AESP.

²³⁴ Declarações prestas por Benjamim Mota, 24/8/1899, Inquérito Policial, 3ª subdelegacia de polícia de Santa Efigênia, 20 [22]/8/1898, (cópia) anexado ao Inquérito policial, 3ª Delegacia de Polícia, 11/11/1899, doc. cit.

que os considerava “delinquentes vulgares” e não militantes que compartilhavam de suas idéias filosóficas.

Por outro lado, lançou contra a própria dona Gabriela várias acusações: a de ter faltado com a verdade em vários pontos de suas declarações, de não estar no “perfeito uso de suas faculdades mentais”, de franquear as portas de sua casa a quantos lá fossem, “sem indagar da moralidade e educação de casa um”, e, de maior relevância, de serem ela, sua filha e seu filho anarquistas. De acordo com Mota, havia na casa desta “toda sorte de livros, folhetos e jornais anarquistas, bem como retratos de anarquistas célebres”, cuja propriedade poderia ser comprovada “pela dedicatória que alguns têm”.²³⁵ Apontou também como indício de filiação da família ao anarquismo o fato de que, na primeira vez em que estivera na casa dos Mesquista, os três membros haviam-se declarados anarquistas e insistido muito para assinar o manifesto da liga anticlerical que estava em poder de Mota, o qual, depois de muito relutar, uma vez que a assinatura de anarquistas tornaria a liga “alvo de ódio dos poderes”, acabou por aquiescer. Do abaixo-assinado, passaram a constar então os nomes de dona Gabriela e seus filhos, acompanhados da nota “anarquista”. Observou também que a mãe da menor esperara de sábado até terça-feira para dar queixa à polícia sobre o desaparecimento de sua filha a fim de “não comprometer seus companheiros” anarquistas.²³⁶

Dessa maneira, voltando contra a acusadora as acusações feitas, Benjamim Mota localizou na rua Sólon, número 126, um centro de encontro de anarquistas que não girava em torno dele, mas sim de dona Gabriela. A informação de Mota encontrou certo respaldo nas declarações do filho de dona Gabriela, Teófilo Dias de Andrada Mesquista, de onze anos de idade, o qual, em seu depoimento, afirmou que “a casa de sua mãe estes últimos

²³⁵ O vizinho de porta de dona Gabriela, Alfredo Perlli, também afirmou saber que “as autoridades que deram busca na casa cento e quatorze acharam muitos retratos de anarquistas, vários papéis impressos sustentando a propaganda do anarquismo, *sendo quase todos pertencetes a dona Gabriela e a sua filha*”. (Declarações prestadas por Alfredo Perlli, 24/8/1899, Inquérito Policial, 3ª subdelegacia de polícia de Santa Efigênia, 20 [22]/8/1898, (cópia) anexado ao Inquérito policial, 3ª Delegacia de Polícia, 11/11/1899, doc. cit.) A explicação para a presença do material impresso, quadro e mesmo móveis na casa dos amigos e vizinhos encontra-se nos testemunhos de Benjamim Mota e de alguns dos vizinhos de dona Gabriela: a fim de evitar a penhora de seus bens, esta havia transferido todos os seus móveis para a casa de Giacomo Mancini. (Declarações prestadas por Benjamim Mota, 24/8/1899; declarações prestadas por Amália Perli, 24/8/1899, Inquérito Policial, 3ª subdelegacia de polícia de Santa Efigênia, 20 [22]/8/1898, (cópia) anexado ao Inquérito policial, 3ª Delegacia de Polícia, 11/11/1899, doc. cit.; Luigi Giusti. “A Conspiração Anarquista” *A Noite*, 1º/9/1899.)

²³⁶ Declarações prestadas por Benjamim Mota, 24/8/1899. doc. cit.

tempos tem sido freqüentada por diversos indivíduos que conversavam sobre anarquismo entre si, sendo estes Padalossi, Tesserini, Giacomo Mancini, Gigi Damiani, J. Sarmento e Benjamim Mota”, depoimento esse que, no entanto, voltou a implicar Mota nas reuniões que se davam na sua Sólón e durante as quais se discutia o anarquismo.²³⁷

No número 114 ou 126, pelas ruas da freguesia ou na “antiga venda do Renato”, importa aqui o fato de que se davam reuniões entre anarquistas no Bom Retiro, o que, por um lado, era notado pela vizinhança; por outro, certamente despertou o interesse da polícia, talvez menos pelo desaparecimento da menor e mais pelo significado que atribuíam a tais reuniões, sempre as vinculando a complôs, planos de atentados e atos de violência. São certamente essas reuniões que, meses depois, serviriam como justificativa para a prisão dos anarquistas que afixavam cartazes em homenagem aos mártires de Chicago.

Vizinhos chamados a depor confirmaram que na casa de dona Gabriela era freqüentada com familiaridade pelos moradores da casa de número 114, identificados como adeptos do anarquismo.²³⁸ Alguns inclusive afirmaram o envolvimento direto da menor Gabriela com as iniciativas dos anarquistas, como na ocasião em que o fundador Alfredo Perlli, morador da casa 128 da rua Sólón, encontrou Guesinha preparando, em sua própria residência, “grude para os italianos nessa noite pregar[em] nas paredes da cidade um manifesto anarquista”.²³⁹ Ainda que ressalte em tais depoimentos um esforço de distanciamento em relação a tais indivíduos, sua presença era notada e suas atividades, reconhecidas como filiadas ao anarquismo: as testemunhas, ao entrar na casa de Giacomo Mancini depois de estar ter sido arrombada pelas autoridades policiais, puderam observar a presença de “jornais que faziam a propaganda anárquica” e os retratos de anarquistas célebres.

No entanto, a sedução e rapto de uma menor não eram, de forma alguma, iniciativas que valorizassem as ações anarquistas aos olhos de seus vizinhos, fosse com fins libidinosos ou com objetivos mais sinistros, como aquele divulgado por *O Commercio de São Paulo* de acordo com informações obtidas junto à polícia: nas reuniões de anarquistas

²³⁷ Declarações prestadas por Teófilo Dias de Andrada Mesquista, 22/8/1899, doc. cit.

²³⁸ Declarações prestadas por José Gentil, 24/8/1899; declarações prestadas por Emilio Colella, 24/8/1899; declarações prestadas por Amália Perlli, 24/8/1899; declarações prestadas por Alfredo Perlli, 24/8/1899, Inquérito Policial, 3ª subdelegacia de polícia de Santa Efigênia, 20 [22]/8/1898, (cópia) anexado ao Inquérito policial, 3ª Delegacia de Polícia, 11/11/1899, doc. cit.

²³⁹ Declarações prestadas por Alfredo Perlli, 24/8/1899, doc. cit.

na casa nº 114 da rua Sólon, ficara decidido que uma mulher iria a Paris destruir a dinamite “os mais ricos pavilhões da futura Exposição Universal”. Por sorteio, teria sido estipulado que à menor Gabriela caberia “o encargo da perigosa e arriscada tarefa”.²⁴⁰ Também, não enobrecia a causa libertária o fato relatado por dois declarantes moradores da rua Sólon o fato de a polícia ter apreendido “um estopim próprio para fazer explodir dinamite”, o que foi imediatamente noticiado pelo periódico que então se ocupava de alardear o complô anarquista.²⁴¹

Daí os esforços de Benjamim Mota, tão logo concluído o inquérito contra os anarquistas raptos, e de outro anarquista ativo na capital paulista, Luigi Giusti, em não apenas esclarecer os fatos, mas também inocentar os anarquistas das acusações de roubo e rapto.²⁴² Mota procurou, por meio do mesmo *O Commercio de São Paulo*, precisar que em suas declarações chamara de “delinqüentes regulares” os raptos da menor Gabriela, e não “todos os anarquistas de São Paulo”; antes reconhecia que havia “em S. Paulo centenas de homens que, professando as idéias anarquistas, são incapazes de uma má ação.”²⁴³

Luigi Giusti, cuja série de artigos foi publicado na “Seção Livre” de *A Noite*, procurou, a seu turno, retomar as acusações feitas por dona Gabriela e refutá-las todas. Primeiramente, negou qualquer veracidade nas “iniciativas terroristas” que aquela havia atribuído aos anarquistas, ironizando a denúncia de planos para “fazer saltar pelos ares cinco dos principais estabelecimentos de S. Paulo”, entre os quais justamente a casa do delegado encarregado das investigações, doutor Rangel de Freitas.²⁴⁴ Também afirmou serem falsas as alegações de que houvesse uma conspiração para furtar suas jóias e móveis. Antes, confirmou o fato de seus pertences terem sido transferidos para a casa de Giacomo Mancini para evitar a penhora dos objetos, e relatou o que lhe havia sido narrado pelo próprio Mancini e Damiani: que a menor Gabriela havia removido os objetos de valor, já com a intenção – manifestada poucos dias antes – de ausentar-se da casa materna.

²⁴⁰ “Caso excepcional” *O Commercio de São Paulo*, nº 1951, 28/8/1899.

²⁴¹ Declarações prestadas por Emilio Colella, 24/8/1899; declarações prestadas por Alfredo Perlli, 24/8/1899; doc. cit.; “Caso Excepcional” *O Commercio de São Paulo*, nº 1947, 24/8/1899.

²⁴² Luigi Giusti também era colaborador do jornal *Il Risveglio*.

²⁴³ “Caso Excepcional” *O Commercio de São Paulo*, nº 1955, 1/9/1899. No mesmo sentido deve ser entendido o artigo publicado por *A Noite* poucos dias depois, em que Mota defende o estudo do anarquismo para evitar críticas equivocadas à filosofia e seus divulgadores. (“Opiniões – Aos que pensam” *A Noite*, nº 499, 7/9/1899.)

²⁴⁴ Luigi Giusti. “A Conspiração Anarquista” *A Noite*, 1º/9/1899.

Os motivos alegados pela menina seriam de foro íntimo, “entre os quais o de ter tido uma séria questão com a mãe”²⁴⁵. Seus objetivos teriam sido confirmados mais tarde quando, encontrada na Estação do Norte por Damiani e Mancini em companhia de José Sarmiento e Fermani, os quais Giusti descreveu como “um exaltado e o outro idiota”, de onde partiria em seguida no trem noturno para o Rio de Janeiro, “a própria Guesinha respondeu-lhes irritada que ela não voltaria mais à casa, donde pela sua própria vontade saíra”.²⁴⁶

Giusti não procurou, entretanto, de forma alguma, negar o envolvimento dos indivíduos mencionados no inquérito com o anarquismo, antes atestando seu comportamento, elogiando seu comprometimento com o ideal e sublinhando o caráter pacífico, ordeiro e louvável do movimento anarquista. Na descrição das manifestações para o aniversário da morte de Angiolillo (20 de agosto), por exemplo, data apontada por dona Gabriela como a da explosão dos cinco edifícios, Giusti afirmou que o dia havia passado calmo, “havendo unicamente uma conferência, numa venda pública do Bom Retiro, falando por essa ocasião o signatário destas linhas, sobre a organização do nosso partido e o companheiro prof. Bartolamazzi, comemorando os mártires do nosso fulgido e filosófico ideal.” Também explicou a decisão incentivada por ele e posta em prática por Mancini e Damiani de “procurar por todos os meios encontrar os fugitivos e reconduzir Guesinha à casa de sua mãe, para evitar um escândalo e salvar, assim, os que ficassem vítimas”. A resolução de não procurar a polícia tinha motivos óbvios – além de “evitar um escândalo”, evitar também as autoridades que certamente apreciariam ter motivos para incriminá-los e mantê-los sob custódia – e outros alegados por questões éticas: coerentemente com as idéias anarquistas, “não se podia recorrer à polícia, sem fazer o papel vergonhoso de secreta”²⁴⁷. A presença do anarquista, que deveria ser notada como um modelo, não poderia ser corrompida com acusações de rapto ou de delação, daí a necessidade de desconstruir a imagem do militante anarquista que tinha sido reforçada nas últimas semanas por conta das acusações de dona Gabriela, do noticiário de *O Commercio de São Paulo* e das investigações policiais.

²⁴⁵ Luigi Giusti. “A Questão anarquista II” *A Noite*, 7/9/1899.

²⁴⁶ Luigi Giusti. “A Questão anarquista (Conclusão)” *A Noite*, 9/9/1899.

²⁴⁷ Luigi Giusti. “A Questão anarquista II” *A Noite*, 7/9/1899.

Ainda que não seja possível identificar o impacto das declarações de Giusti sobre a opinião pública, sobre os vizinhos, colegas de trabalho e companheiros dos anarquistas atuantes no Bom Retiro e em São Paulo, sabe-se, no entanto, que a campanha posta em prática por ele e por Mota no sentido de desvincular este último, os moradores da rua Sólon, e José Sarmiento do desaparecimento da menor Gabriela surtiu pouco efeito junto à polícia. Giusti acabou inclusive sendo implicado no incidente e foi chamado a depor perante o terceiro subdelegado de polícia de Santa Efigênia, Alfredo Ramalho Bellegarde, que era a autoridade responsável pelo caso, pro causa da primeira parte da série de artigos que escreveu para *A Noite*.²⁴⁸

Apesar de algumas das informações prestadas pro Benjamim Mota terem sido levadas em conta Mota e dona Gabriela ter sido em parte responsabilizada pelo ocorrido por abrir sua casa a “indivíduos conhecidos como anarquista” e a muitos outros, “sem procurar indagar da sua moralidade e profissão”, e também permitir que sua filha freqüentasse a casa dos ditos anarquistas, as conclusões apresentadas no final do inquérito estiveram bastante coladas nas declarações da queixosa. Os moradores da casa número 114 da rua Sólon foram efetivamente declarados anarquistas, responsáveis pelo desaparecimento da menor e pelo roubo dos bens da queixosa. Também recaiu sobre Benjamim Mota e José Sarmiento a responsabilidade na fuga de Guesinha.²⁴⁹

Independentemente dos acontecimentos de novembro, ou talvez motivados por eles e como forma de sustar as movimentações dos anarquistas do Bom Retiro, a polícia não explorou muito as prisão em flagrante por distribuir material subversivo, mas se manteve atenta às acusações de rapto – possivelmente como forma de construir uma base legal, apoiada inclusive em artigos do Código Penal, para perseguir e deter os suspeitos de subversão e anarquismo. O jornal *O Protesto* noticiou, a partir de maio de 1900, perseguições sofridas por José Sarmiento e sua família por causa do rapto da menor Gabriela, relatando inclusive a prisão do chapeleiro em julho desse ano.²⁵⁰ Na mesma época e sob a mesma alegação, foi preso Gigi Damiani, que se encontrava na cadeia em São Paulo quando o rei Umberto I da Itália foi assassinado de 29 de julho pelo anarquista Gaetano

²⁴⁸ Ofício do chefe de polícia de São Paulo, A. C. d’Almeida e Silva, ao terceiro subdelegado de Santa Efigênia, Alfredo Ramalho Bellegarde, 4/9/1899, Acervo permanente – Polícia – C2904, AESP.

²⁴⁹ Inquérito policial, 3ª Delegacia de Polícia, 11/11/1899, Acervo permanente – Polícia – C2906, AESP.

²⁵⁰ “Bandidos” *O Protesto*, nº 10, junho/1900; “Os Liberticidas” e “A prisão de Sarmiento” *O Protesto*, nº 11, 26/7/1900.

Bresci. Segundo o próprio Damiani, os carcereiros, quando souberam que ele era um anarquista chegado havia pouco da Itália, procuraram puni-lo pela ação de seu compatriota e suposto companheiro de idéias, colocando-a na solitária e obrigando-o a se despir todas as noites.²⁵¹ No entanto, foi liberado entre outubro e novembro de 1900, provocando reações de júbilo por parte da imprensa de São Paulo, de várias tendências e nacionalidades, conforme sublinhou Isabelle Felici.²⁵² Pouco depois, porém, transferiu-se para Curitiba, onde manteve sua colaboração ao jornal anarquista *Il Diritto* e junto com J. Buzzatti, fundou o periódico *O Despertar* (1904-1905).²⁵³ Sarmiento, por sua vez, foi condenado e a imprensa libertária da época manifestou seu apoio a ele, publicando cartas de sua autoria, escritas na prisão, e abrindo uma subscrição a seu favor.²⁵⁴

Meses depois, quando da prisão dos oito anarquistas que afixavam os cartazes em homenagem aos mártires de Chicago, o mesmo recurso de tentar implicá-los em planos de ações violentas foi notado. A própria imprensa paulista vinha procurando intensificar os efeitos daquela prisão, dando ênfase ao fato de que, assim que os anarquistas foram presos por concitarem “os seus correligionários a comemorarem (...) [o] aniversário da execução na América do Norte de cinco anarquistas”, o bairro do Bom Retiro foi patrulhado por uma força de cavalaria, sugerindo que mais ações eram esperadas pela polícia.²⁵⁵ Em seguida, deu-se uma nova denúncia contra alguns dos presos: o patrão de dois daqueles anarquistas, Alberte Luttschlager, proprietário da oficina Lidgerwood, dirigiu-se ao Posto Policial de Santa Efigênia em 16 de novembro para denunciar ameaças que havia sofrido na tarde daquele dia por um italiano “bem falante, usando barba a nazareno” e que lhe procurara para intervir em favor de George Curto e Egisto Vezzaro. Perguntado se estes poderiam voltar a trabalhar na oficina quando fosse soltos, Luttschlager respondeu que não, o que teria motivado a ira do italiano, que “disse ao declarante, em tom de ameaça”, que os anarquistas seriam soltos no dia seguinte, às onze horas, “e que o declarante havia de pagar

²⁵¹ Ugo Fedeli. *Gigi Damini, Note biographique. Il suo posto nell'anarchismo*. Cesena: Edizione “L'Antistato”, 1954, p. 21, apud Isabelle Felici. Op. cit., p. 116.

²⁵² Isabelle Felici. Op. cit., p. 116.

²⁵³ Luigi Biondi. “*Non bevete la birra Antarctica* – Boa parte da longa e feliz vida do anarquista Luigi Damiani de Roma”. Campinas, 1997.

²⁵⁴ Ver as edições de dezembro de 1900 (nº 3), janeiro e fevereiro de 1901 (nºs 4 e 5) de *Palestra Social*; ver também Isabelle Felici. Op. cit., p. 116.

²⁵⁵ “Notas diversas” *O Estado de S. Paulo*, nº 7662, 12/11/1899.

a resposta que tinha dado.²⁵⁶ Além de se tratar de uma medida preventiva contra eventuais atentados contra sua oficina ou integridade física, é possível que Luttenschlager percebe-se nessa situação uma oportunidade para livrar-se daqueles dois empregados, cujo procedimento lhe desagradava, por faltarem muito devido às reuniões que freqüentavam, perdendo as noites. Ainda que tenha declarado que o fato de eles serem “operários anarquistas” não constituía um problema em si, ao proprietário da oficina Lidgerwood provavelmente preocupava contar com empregados subversivos, os quais deviam fazer várias exigências, insuflar os colegas para reivindicar mais direitos e ainda tornavam públicos os problemas por eles enfrentados, como na nota divulgada por *Il Risveglio*, em que foi denunciada a recusa de aumento de salário e a dispensa dos serviços daqueles que o haviam demandado.²⁵⁷

Por outro lado, acusações bem mais sérias foram feitas. Além da menção no inquérito sobre os cartazes a “reuniões secretas em que se tem discutido e deliberado meios de destruir propriedades particulares e públicas e outros atentados de segurança individual dos cidadãos”, e da retomada da apreensão de estopins de dinamite em uma casa da rua Sólón – em provável referência à busca feita na casa de Giacomo Mancini em agosto daquele ano,²⁵⁸ divulgou-se em dezembro de 1899 que “havia sido presos dois anarquistas, na Cantareira, quando pretendiam envenenar os reservatórios de água que abasteciam a Capital.”²⁵⁹ *O Estado de S. Paulo* confirmaria o fato, publicando que “a polícia, desde o dia 11, teve denúncia de que [era] tramado esse atentado por indivíduos que fazem parte de grupos socialistas.”²⁶⁰ O jornal *O Protesto*, por sua vez, denunciou as perseguições que os anarquistas vinham sofrendo desde novembro e também chamou a atenção para a tentativa de incriminar os anarquistas nesse suposto envenenamento do depósito geral de águas e mesmo em outro atentado.²⁶¹

²⁵⁶ Termo de declarações prestadas por Alberte Luttenschlager, 16/11/1899, anexado ao Inquérito policial, 3ª Delegacia de Polícia, 11/11/1899, doc. cit.

²⁵⁷ “Tribuna del Popolo – Officina Meccanica Lidgerwood” *Il Risveglio*, nº 20, 31/7/1898.

²⁵⁸ Portaria do terceiro delegado de polícia, Luiz Frederico Rangel de Freitas, 11/11/1899; declarações prestadas por Estevam Estrella, 22/11/1899, Inquérito policial, 3ª Delegacia de Polícia, 11/11/1899, Acervo permanente – Polícia – C2906, AESP.

²⁵⁹ (Texto de Benjamim Mota lido por Nicanor Nascimento na Câmara dos Deputados na sessão de 22/5/1919. ‘Notas para a História’ – Violências Policiais contra o Proletariado – Ontem e hoje” *A Plebe*, 31/5/1919, op. cit.)

²⁶⁰ Cf. idem.

²⁶¹ “Perseguições – o 11 de novembro em S. Paulo” *O Protesto*, nº 5, 24/12/1899.

Novamente Benjamim Mota saltou em defesa de seus companheiros, e, juntamente com Estevam Estrella, publicaram um artigo em *A Platéia*, através do qual teriam desmascarado o plano da polícia, sendo, na seqüência, processados por calúnias pelo terceiro delegado, Rangel de Freitas.²⁶²

A presença anarquista havia, sem dúvida, sido notada; não só pela repercussão de suas idéias, que efetivamente conquistaram novos espaços e se afirmaram para além das redações dos jornais libertários, das reuniões dos Círculos anarquistas, do 1º de Maio, festa da “apoteose da dinamite”;²⁶³ mas também pela campanha repressiva da polícia, com sua vigilância atenta, campanhas repressivas e até difamações, no que era acompanhado de perto pela grande imprensa. No entanto, percebia-se então, nesse final de século, uma agitação dos núcleos anarquistas que se confirmaria e intensificaria nos anos seguintes.

²⁶² Idem. Ver também as declarações prestadas por Estevam Estrella, 22/11/1899, Inquérito policial, 3ª Delegacia de Polícia, 11/11/1899doc. cit.

²⁶³ “Pequenas notas – Aparato Bélico” *O Commercio de São Paulo*, nº 346, 1/5/1894.

Conclusão

Entre os últimos anos do século XIX e o início do seguinte, vieram a lume, somente em São Paulo, uma série de novos periódicos que teriam marcado uma “febre propagandística” libertária.¹ *O Grito do Povo*, *Palestra Social*, *A Lanterna*, *Geminal*, *La Nuova Gente*, *O Amigo do Povo*, *O Livre Pensador*, *L’Asino*, *La Battaglia*, *Azione Anarchica*, *A Terra Livre* circularam pelas ruas de São Paulo, até mesmo pelas fazendas do interior, entre os anos de 1900 e 1905, seguindo-se a eles ainda mais títulos. Entre os responsáveis por suas publicações, alguns personagens que já vinham efetivando o proselitismo tão caro aos anarquistas, como Benjamim Mota, que fundaria *A Lanterna* e colaboraria com a publicação de *O Amigo do Povo*, *La Nuova Gente*; José Sarmento, que participaria da edição de *O Chapeleiro*, órgão “Defensor da Classe Chapeleira e do Operariado em Geral”; e Gigi Damiani, que depois de sua temporada em Curitiba, onde escreveu para os periódicos *Il Diritto* (1899) e *O Despertar* (1904-1905), trabalhou efetivamente para a publicação de *La Battaglia*, inclusive assumindo sua direção quando da saída de Oreste Ristori desse posto.

Persistiram, ao lado de tantos outros militantes, com a propaganda anarquista a despeito da repressão policial, ou antes, por entre as brechas que encontravam frente à falha instrumentalização judiciária para conter as movimentações anarquistas. O Código Penal promulgado em 1890, além de não regular sobre a presença de estrangeiros perigosos, aos quais os anarquistas seriam imediatamente identificados, voltava-se para agitações de trabalhadores apenas no capítulo que tratava “dos crimes contra a liberdade de trabalho” – leia-se: da proibição do incitamento a greves e piquetes.² Como já foi apontado nos capítulos anteriores – especialmente capítulos I e II –, mesmo a expulsão apresentada como decisão executiva assinada pelo Governo Federal a pedido de autoridade policiais (notadamente o chefe de polícia) podia ser submetida a discussões e suspensões. Em 1898, uma decisão do Supremo Tribunal Federal afastou ainda mais o anarquismo da imputação de crime:

¹ Luigi Biondi. *La stampa anarchica in Brasile: 1904-1915*. Tese de Láurea defendida junto ao Departamento de História Contemporânea da Università di Studi di Roma “La Sapienza”, 1993-1994, p. 54.

² Artigos 204, 205 e 206 do *Código Penal dos Estados Unidos do Brazil*. (Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890.)

“(…) o Supremo Tribunal Federal do Rio de Janeiro – ninguém menos – [decidiu] que ser anarquista não constitui crime (bondade sua) e que a idéia anarquista é uma idéia que se é livre para professar como todas as outras idéias”.³

Os redatores de *Il Risveglio* festejaram a decisão do Tribunal, ainda que questionassem o fato de a liberdade de pensamento ter sido afirmada através de uma lei, e sublinharam que passariam, assim, a ter mais um argumento em caso de serem detidos. Foi o que fez o periódico fluminense *O Protesto* quando da prisão de José Sarmiento: apesar de saber que constava contra este a acusação de rapto, o autor do artigo “A Prisão de Sarmiento” denunciou a perseguição política que o suposto raptor estava sofrendo e procurou recordar “aquele memorável acórdão em que o Supremo Tribunal, por unanimidade, deixou declarado que ser anarquista, ter opinião contrária à atual ordem das coisas, não é crime.”⁴

Se, por um lado, o acórdão dava alento e argumento aos anarquistas, ao mesmo tempo, estabelecia uma jurisprudência – nem sempre respeitada, é certo – que só em 1907, com a promulgação do decreto 1641 de expulsão de estrangeiros, foi revista de forma mais definitiva. Em comentário a este decreto, o lente da Faculdade Livre de Direito, Francisco de Paula Lacerda de Almeida, remeteu-se ao acórdão citado, em que fora requerido *habeas corpus* “por alguns estrangeiros indigitados como anarquistas”. Não citou, todavia, a liberdade de pensamento como argumento dos juízes do Supremo Tribunal, mas sim uma base que em muito teria beneficiado os presos em abril de 1894: a ordem de *habeas corpus* teria sido concedida pelo motivo de se acharem os pacientes presos havia mais de quatro meses “sem que o Governo tivesse justificado a causa da prisão nem da prolongada demora em dar-lhes o conveniente destino”.⁵ No entanto, permanecia implícita a idéia de que professar idéias anarquistas não fosse crime, ou pelo menos não fosse tão grave e perigoso assim.

A propaganda anarquista veio sofrer seu golpe legal mais direto apenas em 1921, com a lei número 4269 de repressão ao anarquismo. Seu conteúdo era muito semelhante às leis e decretos europeus promulgados na década de 1890 na Europa para reprimir os

³ “È Strana” *Il Risveglio*, nº 22, 14/8/1898.

⁴ “A prisão de Sarmiento” *O Protesto*, nº 11, 26/7/1900.

⁵ *O Decreto n. 1641 de 7 de janeiro de 1907 sobre expulsão de estrangeiro do Território Nacional* (com comentários do Dr. Francisco de Paula Lacerda de Almeida) Rio de Janeiro: Tipografia da Revista dos Tribunais, 1907, pp. 38-39.

atentados e agitações anarquistas, principalmente no que diz respeito ao uso de explosivos e dinamites e ao controle da imprensa. A lei brasileira, apesar de não fazer menção direta ao anarquismo uma só vez, procurou, no entanto, restringir principalmente a propaganda subversiva “por escrito ou por qualquer outro meio de publicidade, ou verbalmente” que incitasse à prática de crimes “tais como dano, depredação, incêndio, homicídio, com o fim de subverter a ordem social”.⁶ Isso exatamente um mês depois de o Supremo Tribunal Federal ter proferido outra decisão favorável a um estrangeiro acusado de anarquista – “[Antônio Costa] é partidário das idéias anarquistas e comunistas, agenciando assinaturas para o jornal *A Plebe*, que é órgão das reivindicações operárias” –, cuja deportação havia sido decretada. Lançando mão do muitíssimo referido artigo 72 parágrafo 12 da Constituição Federal,⁷ os juízes negaram poder alegar, “como justificativa de um decreto de expulsão, a simples propaganda de idéias contrárias à atual organização social (...) sem se aconselhar atos de violência contra as pessoas ou contra a propriedade”.⁸

Aparentemente, havia um movimento dos poderes executivo e legislativo que se opunha às decisões judiciais no que diz respeito à expulsão de estrangeiros. Enquanto os membros dos primeiros pareciam preocupados em afirmar a soberania nacional e preservar a tranquilidade e segurança dos estados, juízes apresentavam votos que por vezes iam de encontro à medidas políticas e repressivas executivas. É possível, por exemplo, entender nessa chave o projeto de emendas ao decreto número 1641 apresentado pelo deputado Adolpho Gordo em 1912, principalmente no que diz respeito aos militantes anarquistas.

Em vários momentos de seus dois discursos sobre a legalidade, legitimidade e importância de uma lei mais específica sobre a expulsão de estrangeiros, Gordo mencionou anarquistas diversas vezes, sublinhando a grande quantidade de militantes que havia então em São Paulo e afirmando que, no Brasil estava “se constituindo um refúgio de anarquistas

⁶ Decreto n. 4269 de 17 de janeiro de 1921 in: *Collecção das Leis da Republica dos Estados Unidos do Brasil de 1921* (vol. I – Atos do Poder Legislativo – janeiro a dezembro). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1922. Três anos mais tarde, o decreto 5221 de agosto de 1927 veio modificar em parte a lei de repressão ao anarquismo, agindo mais duramente contra a propaganda e a militância libertária. Alexandre Samis. *Clevelândia: anarquismo, sindicalismo e repressão política no Brasil*. São Paulo: Imaginário, 2002, p. 85.

⁷ Artigo 72, § 12: “Em qualquer assunto é livre a manifestação do pensamento pela imprensa ou pela tribuna, sem dependência de censura, respondendo cada um pelos abusos que cometer, nos casos e pela forma que a lei determinar. Não é permitido o anonimato.” *Constituição da República dos Estados Unidos do Brazil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891.

⁸ “Movimento Operário – Os casos de expulsão de estrangeiros – o *habeas corpus* do operário Antonio Costa” *O Combate*, nº 1691, 12/1/1921.

e fomentadores da desordem”.⁹ Também mostrou conhecimento das atividades a que se dedicavam, apresentando trechos de artigos de jornais; relatando reuniões em que se atacavam as autoridades constituídas e se davam vivas à Anarquia; fazendo referência às repetidas greves que teriam provocado em Santos e em São Paulo. O deputado, porém, não se restringia a citar os prejuízos que os anarquistas já haviam causado “à vida industrial daquelas cidades”; antes, sugeria um crescendo do impacto das atividades e idéias anarquistas entre os trabalhadores:

“Os chefes dos grupos anarquistas limitavam-se, *a princípio*, a fazer propaganda de suas idéias libertárias em Santos e na Capital, agitando as várias classes operárias, provocando greves que se repetiam com muita frequência (...).

Ultimamente, porém, têm eles feito uma propaganda intensíssima no interior do Estado, junto aos colonos, com o intuito de desorganizarem completamente o serviço agrícola, promovendo, durante a colheita, uma greve geral.

Parece-me que não tenho necessidade de expor todas as conseqüências desastrosas que resultarão para São Paulo e para o país inteiro desse fato.”¹⁰ (grifos meus)

É certo que, no exemplo acima, mais do que querer apontar as conquistas dos militantes anarquistas, Gordo tencionava demonstrar sua preocupação com a agricultura, atividade prioritária para o estado de São Paulo, e os prejuízos que “propaganda intensíssima” libertária poderia causar. No entanto, em sua observação, aparecem articuladas tanto a importância da agricultura quanto a ampliação do campo de atuação dos libertários e o progresso do movimento anarquista. Ao opor as estratégias de tempos idos – “*a princípio*” – às levadas a cabo em momentos mais recentes – “*ultimamente*” –, e ainda sublinhar os sucessos alcançados e os perigos que poderiam vir a oferecer – as “greves que se repetiam com muita frequência” e a greve geral no campo durante a colheita –, o deputado sugeriu um desenvolvimento progressivo do movimento anarquista, em que estavam envolvidas estratégias específicas, mas também a preparação dos militantes e do terreno em que atuariam.

Essa idéia da preparação dos anarquistas ficou mais explícita no momento em que Gordo tratou da proposta de supressão do art. 3º – mais especificamente da proteção de que gozaria o estrangeiro que residisse no território da República por dois anos contínuos:

⁹ Adolpho Gordo. “Discurso pronunciado na sessão de 29 de novembro de 1912” in: Congresso Nacional. *A Expulsão de Estrangeiros – Discursos pronunciados na Câmara dos Deputados, nas sessões de 29 de novembro e de 14 de dezembro de 1912 pelo snr. Adolpho Gordo, deputado por São Paulo*. São Paulo: Espindola & Comp., 1913.

¹⁰ Idem, pp. 13-14.

propôs então a situação hipotética de um anarquista que tivesse vindo para este país “com planos sinistros” e que tivesse empregado os primeiros tempos aqui “em estudar a nossa língua e nossas instituições, em conhecer o nosso país e formar relações” – fortalecendo, assim, suas influências e ampliando seu campo de atuação; enfim, tornando-se ainda mais perigoso do que quando de sua chegada.

De diversas maneiras, esse processo de preparação dos militantes apontado pelo deputado da bancada paulista relacionava-se com a propaganda das idéias anarquistas e recuperava outro alerta, feito anos antes, sobre os perigos da divulgação dessas: já dissera o cônsul Brinchanteau, em 1894, que “as idéias anarquistas estão se propagando na cidade e no campo”.¹¹ O Aviso do deputado diz ainda respeito aos efeitos da propaganda, que são tratados pelas duas autoridades como certos.

Nesse sentido, é interessante retomar um trecho carta aberta de Benjamim Mota, em que ele se defendia da acusação de ser o responsável moral pela fuga da menor Gabriela.¹²

“É o caso de dizer: por bem fazer, mal haver. Mas, como no meu coração não se aninham ódios, eu perdoo quem quer que seja que tenha procurado atirar-me o labéu infamante, e aguardarei sereno, com a consciência tranqüila, o final da questão, só voltando á imprensa, como disse acima, se a tanto for obrigado, porque nesta data quebro a pena de escritor e volvo à obscuridade, de onde nunca devera ter saído, porque então seria muito mais feliz.”¹³

Para além da decisão dramática de “quebrar a pena” por causas de acusações que declarou serem injustas – da qual, porém, foi dissuadido na seqüência, retomando a escrita dias depois –¹⁴ e da defesa que decidiu apresentar no próprio jornal que publicou as notas difamantes contra sua pessoa, há nessa carta importantes questões, quais sejam, a realização da propaganda anarquista e os resultados dessa propaganda. Vale retomar, por exemplo, o que Mota afirmara sobre o artigo publicado em *A Noite* e apontado por dona Gabriela como o causador da fuga da filha. Mota declarou que o texto “fora escrito para o público de

¹¹ Relatório do cônsul italiano em São Paulo, Edoardo Compans de Brichanteau, ao Ministero degli Affari Esteri, São Paulo, 28/3/1894, ASMAE, Série Polizia Internazionale, b. 47, apud Isabelle Felici. Op. cit., p. 327.

¹² Declarações prestadas por dona Gabriela Dias de Mesquita de Andrada Dias de Mesquita, 20 [22]/8/1899, ao Inquérito policial, 3ª Delegacia de Polícia, 11/11/1899, doc. cit.

¹³ Carta de Benjamim Mota ao redator de *O Commercio de São Paulo*, 24/8/1899, *O Commercio de São Paulo*, nº 1948, 25/8/1899.

¹⁴ Diante da notícia de que Benjamim Mota não escreveria mais para jornais, um colega seu de *A Noite* publicou um artigo no mesmo dia que *O Commercio de São Paulo* divulgara a carta daquele em que implorava a Mota “demover-se de semelhante propósito”. (*A Noite*, 25/8/1899) A solicitação parece ter surtido efeito, pois já em setembro daquele ano, Mota voltava a publicar seus artigos em *A Noite*.

acordo com as opiniões filosóficas do declarante (...) e que este artigo recebera aplausos de homens competentes, magistrados, deputados e pessoas ilustradas.”¹⁵ No entanto, percebera, na acusação que lhe fora feita, efeitos que não previra nem almejava – talvez menos a fuga da menina e mais a interpretação de uma genitora furiosa com o desaparecimento da filha.

O enfoque que Adolpho Gordo dera às atividades proselitistas dos libertários – o deputado parecia bastante informado sobre as atividades e a organização dos anarquistas, como sugere o documento que apresenta a seus colegas deputados “emanado de uma repartição pública de São Paulo” que apontava a existência de 26 sociedades anarquistas nesse estado;¹⁶ ou ainda os exemplos que fornece na imprensa anarquista, e também o relato da “reunião realizada para festejar a fundação do jornal *A Barricada*”, com a presença do anarquista Gigi Damiani, entre outros –;¹⁷ a ênfase das leis que trataram especificamente do anarquismo à propaganda subversiva “por escrito ou por qualquer outro meio de publicidade, ou verbalmente” sugerem que mais do que as expressões materiais do anarquismo, temia a divulgação dos princípios anárquicos, o convencimento libertário dos trabalhadores, a formação de novos militantes. Um exemplo de um tempo em que a repressão aos anarquistas estava mais bem aparelhada e organizada sublinha precisamente o medo que a propaganda anarquista despertou ao longo de décadas de atividade: no prontuário do DEOPS/ SP sobre o jornal anarquista *A Plebe*, o então delegado de Ordem Social sugeriu ao chefe do Gabinete de Investigação que essa folha e o jornal *O Trabalhador* fossem suspensos ou submetidos à censura. Em seu ofício de março de 1933, explicou a razão:

“Como se poderá verificar de seus escritos, os jornais em questão propagam abertamente a doutrina anarquista, em língua sempre acessível aos trabalhadores, *tornando-os verdadeiros e sinceros adeptos do ideal anárquico.*”¹⁸ (grifos meus)

Ainda que a sugerida transformação dos trabalhadores em “verdadeiros e sinceros adeptos do ideal anárquico” não tenha sido exatamente o resultado dos quarenta anos de

¹⁵ Declarações prestas por Benjamim Mota, 24/8/1899, doc. cit.

¹⁶ Adolpho Gordo. “Discurso pronunciado na sessão de 29 de novembro de 1912” Op. cit., p. 13.

¹⁷ Idem, p. 14.

¹⁸ Ofício de 9/3/1933, do Delegado de Ordem Social ao Chefe do Gabinete de Investigação; Prontuário 2303 – *A Plebe*, DEOPS/ SP – AESP.

propaganda anarquista que separam a fundação dos primeiros jornais libertários no Brasil do envio desse ofício, a eficácia que o delegado de Ordem Social atribuiu à imprensa anarquista era precisamente aquela perseguida pelos militantes com a fundação de periódicos desde a década de 1890, com a publicação de livros e folhetos, com a organização de escolas e centros de estudo, com a participação em sindicatos. De maneira não surpreendente, foi exatamente contra os militantes que concretizavam a propaganda que se dirigiram muitas das medidas policiais e repressoras.

Fontes e Bibliografia

I – FONTES

1. Fontes manuscritas (ASMAE)

1.1. Archivio Storico del Ministero degli Affari Esteri
Polizia Internazionale, 1889-1901.

1.2. Arquivo do Estado de São Paulo (AESP)

Acervo Permanente – Polícia – 1890-1899

Acervo Permanente – Processos Policiais – 1890-1899

Prontuário 2303 - *A Plebe*, DEOPS/ SP.

1.3. Arquivo Histórico do Itamaraty

Ministério e Repartições Federais, Polícia: Diversas autoridades; Ofícios recebidos; 1880-1899
(estante 303, prat.3, vol.5)

1.4. Arquivo Nacional (AN)

GIFI 6C-5 e 8

1.5. Arquivo Histórico do Superior Tribunal Federal

Autos de petição de *habeas corpus* – n^{os} 388 (21/6/1893), 524 (15/9/1894), 550 (19/9/1894), 564
(22/9/1894)

1.6. Internacional Instituut voor Sociale Geschiedenis (IISG)

Max Nettlau. “Die Anarchistische Bewegung in Brasilien. Dr. G. Rossi und die ‘Colonia Cecilia’.
Dr. Fabio Luz, Paul Bertholot und andere. Die Arbeiterorganisationen in São Paulo usw.”,
1934, fundo Max Nettlau.

Martino Stanga. “Rassegna Cronologica” “Il movimento sociale al Brasile – Rassegna
Cronologica”, fundo Ugo Fedeli.

1.7. Memorial do Imigrante/ Museu da Imigração

Livros de Registro da Hospedaria de Imigrantes – números 26, 30, 36, 37, 39, 41, 42

Relazione - Lista degli Emigranti imbarcati in Genova a bordo del vapore italiano ‘*Solferino*’
partito il giorno 20 Gennaio 1893 con destino a Santos per conto del contratto stipulato per
la Sociedade Promotora d’Imigração de São Paulo ed il Governo della Repubblica degli
Stati Uniti del Brasile

2. Fontes impressas

2.1. Jornais

Amigo do Povo, O – maio 1902, março 1904

Asino Umano, L’ – dezembro/1893-março/1894

Avanti! – abril/1901

Avvenire, L’ – novembro/1894-agosto/1895

Battaglia, La – outubro/1910

Bestia Umana, La – março/1894
Combate, O – janeiro/1921
Comercio de São Paulo, O – março-maio/1894; agosto-setembro/1899
Correio Paulistano – fevereiro-março, maio-agosto/1893; maio-julho/1894; março/1895; setembro/1898; maio/1899
Diário do Governo, (Lisboa) – dezembro/1896
Estado de S. Paulo, O – janeiro/1892; maio/1893; abril-julho/1894; março-abril/1895; novembro/1899
Germinal – junho/1913
Noite, A – setembro-dezembro/1898, julho-setembro/1899
Paiz, O (Rio de Janeiro) – novembro/1894
Palestra Social – dezembro/1900 – fevereiro 1901
Propaganda Libertaria, La – março/1914
Protesto, O (Rio de Janeiro) – dezembro/1899; maio-julho/1900
Questione Africana, La – março/1896
Rebate, O – janeiro-fevereiro, junho/1898
Revista do Brasil – setembro/ 1900.
Risveglio, Il – janeiro/1898-maio/1899
Schiavi Bianchi, Gli – junho/1892-fevereiro/1893
Terra Livre, A – dezembro/1905

2.3. Cartazes, opúsculos e panfletos

Os Anarquistas “XXIV Comemoração da Comuna de Paris” (pôster) São Paulo, 18/3/1895, Fundo Max Nettleau, IISG.
 “Compagni! Operai! Amici!” (lista de subscrição, 1898) Fundo Max Nettleau, IISG.
 “Comício Popular” S. Paulo, 15/9/1897, fundo Max Nettleau, IISG.
 “Lavoratori della Regione Italiana” (1898) Fundo Max Nettleau, IISG.
 “XI de Novembro 1887 – Os Mártires do Porvir” São Paulo, 11/11/1898, Fundo Max Nettleau, IISG.

2.2. Relatórios oficiais e discursos parlamentares

Congresso Nacional. *A Expulsão de Estrangeiros – Discursos pronunciados na Câmara dos Deputados ndas sessões de 29 de Novembro e de 14 de Dezembro de 1912 pelo snr. Adolpho Gordo, deputado por São Paulo.* São Paulo: Espídonla & Comp., 1913.
 Ministério da Justiça e Negócios Interiores. *Relatório apresentado ao Vice- Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Dr. Fernando Lobo, Ministro Interino da Justiça e Negócios Interiores em abril de 1893.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.
 Ministério das Relações Exteriores. *Reclamação Austríaca de Luis Emilio Quaas – preso como anarquista para ser expulso – Informação prestada à câmara dos Srs. Deputados em 21 de agosto de 1896.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1896.
Relatório apresentado ao Secretário dos Negócios da Justiça do Estado de São Paulo pelo Chefe de Polícia Theodoro Dias de Carvalho Júnior em 31 de janeiro de 1895. São Paulo: Espindola, Siqueira & Comp., 1895.
Relatório apresentado ao Secretário dos Negócios da Justiça do Estado de São Paulo pelo chefe de polícia Bento Pereira Bueno em 31 de janeiro de 1896. São Paulo: Typ. Espindola, Siqueira & Comp., 1896.

Relatório apresentado ao senhor Dr. Manoel Pessoa de Siqueira Campos, M. D. secretário da Justiça deste Estado, pelo Chefe de Polícia Theodoro Dias de Carvalho Júnior, 1893. S.l.; 1893.

Relatório apresentado ao Vice-Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Dr. Alexandre Cassiano do Nascimento, Ministro Interino da Justiça e Negócios Interiores em março de 1894. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1894.

Relatório apresentado ao Vice-Presidente do Estado pelo Secretário dos Negócios da Justiça de S. Paulo – José Getúlio Monteiro, em 31 de dezembro de 1897.

2.3. Legislação

Brasil. *Código Penal dos Estados Unidos do Brazil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890.

Brasil. *Collecção das Leis do Brazil de 1821*. (parte II) Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889.

Brasil. *Collecção das Leis do Império do Brazil de 1875*. (tomo XXIV, partes I e II) Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1876.

Brasil. *Colecção de Leis da República dos Estados Unidos do Brasil de 1893* (partes I e II). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1894.

Brasil. *Colecção de Leis da República dos Estados Unidos do Brasil de 1897* (partes I e II). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898.

Brasil. *Collecção das Leis da Republica dos Estados Unidos do Brazil de 1921* (vol. I – Atos do Poder Legislativo – janeiro a dezembro). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1922.

Brasil. *Collecção das Leis da República dos Estados Unidos do Brazil de 1891* (partes I e II, de 24 de fevereiro a 30 de junho) Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892, volume I.

Brasil. *Collecção de Leis da República dos Estados Unidos do Brazil de 1892* (partes I e II). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893.

Brasil. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brazil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891.

Brasil. *Decisões do Governo da República dos Estados Unidos do Brazil de 1893*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1896.

Brasil. *Decisões do Governo da República dos Estados Unidos do Brazil de 1894*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1897.

Brasil. *Decisões do Governo da República dos Estados Unidos do Brazil de 1895*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1899.

Brasil. *Decretos do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brazil* (10º fascículo, de 1 a 31 de outubro de 1890) Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890.

Brasil. *O Decreto n. 1641 de 7 de janeiro de 1907 sobre expulsão de estrangeiro do Território Nacional* (com comentários do Dr. Francisco de Paula Lacerda de Almeida) Rio de Janeiro: Tipografia da Revista dos Tribunais, 1907.

2.4. Obras de referência

ANDREUCCI, Franco e DETTI, Tommaso (org.). *Il Movimento Operaio Italiano – Dizionario biografico (1853-1943)*. Roma: Editori Reuniti, 1975 (vol. 1), 1977 (vol. III), 1978 (vol. IV e V).

Michaelis – Pequeno Dicionário Italiano-Português, Português-Italiano. André Guilherme Polito, São Paulo: Melhoramentos, 1993.

O Governo Presidencial do Brasil, 1889-1930 (Guia Administrativo do Poder Executivo no Período da República Velha). Brasília: Senado Federal, Pró-Memória; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1985.

Raimundo de Menezes. *Dicionário Literário Brasileiro*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978

RODRIGUES, Edgar. “Lista de jornais e publicações do movimento operário e social brasileiro (1880-1945) <http://www.agrorede.org.br/ceca/edgar/anarkP.html>

2.5. Memórias e obras literárias

PENTEADO, Jacob. *Belenzinho, 1910 (retrato de uma época)*. São Paulo: Carrenho Editorial, 2003.

AMERICANO, Jorge. *São Paulo naquele tempo (1895-1915)*. São Paulo: Carrenho Editorial; Narrativa Um; Carbono 14, 2004.

CENNI, Franco. *Italianos no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

FLOREAL, Sylvio. *Ronda da Meia-Noite*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

LITVAK, Lily. *El cuento anarquista - Antología (1880-1911)*. Madrid, Taurus, 1982.

HARDMAN, Francisco Foot e PRADO, Antonio Arnoni (orgs.) *Contos Anarquistas - Antologia da prosa libertária no Brasil (1901-1935)*. São Paulo, Brasiliense, 1985.

SANCHES NETO, Miguel. *Um amor anarquista*. Rio de Janeiro, São Paulo: Editora Record, 2005.

2.6. Obras anarquistas

BAKUNIN, Mikhail. “Revolutionary Catechism” (1866), “National Catechism” (1866) e “Federalism, Socialism, Anti-Theologism” (1866) in: DOLGOFF, Sam. *Bakunin on Anarchy*. Nova York: Vintage Books, 1972.

GOLDMAN, Emma. *Anarchism and other essays*. New York: Dover, 1969.

HAMON, Augustin. *Psychologie de l’anarchiste-socialiste*. Paris : P.V. Stock Editeur, 1895.

KROPOTKIN, Pietr. *A conquista do pão*. Lisboa: Guimarães & C^a. Editores, 1975.

LEUENROTH, Edgard. *Anarquismo – roteiro da libertação social: antologia da doutrina, crítica, história, informações*. Rio de Janeiro: Mundo Livre, 1963.

MALATESTA, Errico. *A Anarquia*. São Paulo: Imaginário, 2001.

_____. *Escritos Revolucionários*. São Paulo: Imaginário, 2000.

MALATESTA, Errico e FABBRI, Luigi. *Anarco Comunismo Italiano*. (tradução de Luta Libertária, Plínio A. Coelho, JCM) São Paulo: Luta Libertária/ Coletivo Editorial, s.d.

NETLAU, Max. *Bibliographie de L’Anarchie*. Bruxelas : Bibliothèqu des Temps Nouveaux ; Paris : P.-V. Stock, 1897.

PATAUD, Émile e POUGET, Émile. *Como haremos la Revolución* (prefacio de P. Kropotkin; traducción de Anselmo Lorenzo). Barcelona, Publicaciones de la Escuela Moderna, s.d.

PROUDHON, Pierre-Joseph. *O que é a propriedade?* São Paulo: Martins Fontes, 1988.

ROSSI, Giovanni. *Colônia Cecília e outras utopias*. Curitiba, Imprensa Oficial, 2000.

2.7. Iconografia

Planta geral da Capital de São Paulo organizada sob a direção do Dr. Gomes Cardim, Intendente de Obras, 1897.

II – BIBLIOGRAFIA

1. Periódicos

- “*L’anarchism ici et là, hier et aujourd’hui*”. Edição especial de *Le Mouvement Social*, n. 83, abril-junho/1973.
- Cadernos AEL: Anarquismo e Anarquistas*. Campinas, Unicamp/IFCH, v. 8/9, 1998.
- Cadernos AEL: Os Anarquistas fazem teatro*. Campinas, Unicamp/IFCH, v. 1, 1990.
- Libertários & Militantes - Arte Memória e Cultura Anarquista. Remate de Males*, número 5, Campinas, fevereiro de 1985, organização Antonio Arnoni Prado.
- Seminários – Crime, Criminalidade e Repressão no Brasil República*. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, nº 1, novembro 2001.
- Seminários – Imigração, Repressão e Segurança Nacional*. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, nº 3, dezembro 2003.

2. Livros, teses e artigos

- 1890-1990 – Cem vezes Primeiro de Maio. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 1990.
- ALVIM, Zuleika M. F. *Brava Gente! Os italianos em São Paulo, 1870-1920*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- AZEVEDO, Raquel. *A resistência anarquista: uma questão de identidade*. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2002.
- BATALHA, Cláudio Henrique Moraes. *O movimento operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2000.
- BIAGINI, Furio. “*Il Risveglio*”(1900-1922) – *Storia di un giornale anarchico dall’attentato de Bresci all’avvento del fascismo*. Baria: P. Lacaíta, 1991.
- BIONDI, Luigi. “Na construção de uma biografia anarquista: os últimos anos de Gigi Damiani no Brasil”. (no prelo)
- _____. “*Non bevete la birra Antartica – Boa parte da longa e feliz vida do anarquista Luigi Damiani de Roma*”. Campinas, 1997.
- _____. *Entre associações étnicas e de classe. Os processos de organização política e sindical dos trabalhadores italianos na cidade de São Paulo (1890-1920)*. Tese de doutorado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, Campinas, 2002.
- _____. *La stampa anarchica in Brasile: 1904-1915*. Tese de Láurea defendida junto ao Departamento de História Contemporânea da Università di Studi di Roma “La Sapienza”, 1993-1994.
- CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- CHALMERS, Vera. “A prole de Caim (Um estudo do folhetim na imprensa anarquista)” in: Antonio Arnoni Prado (org.) *Libertários no Brasil - Memória, Lutas, Cultura*. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- CRUZ, Heloísa de Faria. *São Paulo em papel e tinta: periodismo em papel e tinta – 1890-1915*. São Paulo: EDUC; FAPESP; Arquivo do Estado de São Paulo; Imprensa Oficial, 2000.

- DEFLEM, Mathieu “‘Wild Beasts Without Nationality’: The Uncertain Origins of Interpol, 1898-1910” in: Philip Reichel (ed.) *The Handbook of Transnational Crime and Justice*. Sage Publications, 2004.
- DUARTE, Regina Horta. *A Imagem Rebelde: a trajetória de Avelino Fóscolo*. Campinas: Pontes/ Editora da Unicamp, 1991.
- DULLES, John W. F. *Anarquistas e Comunistas no Brasil (1900-1935)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.
- ESENWEIN, George Richard. *Anarchist Ideology and the working class movement in Spain, 1868-1898*. Berkeley/ Los Angeles: University of California Press, 1989.
- FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social*. São Paulo: Difel, 1986.
- FELICI, Isabelle. “A verdadeira história da Colônia Cecília de Giovanni Rossi” *Cadernos AEL: Anarquismo e Anarquistas*. Campinas, Unicamp/IFCH, v. 8/9, 1998, pp. 9-65.
- FELICI, Isabelle. *Les italiens dans le mouvement anarchiste au Brésil, 1890-1920*. Tese de Doutorado, Études Italiennes, Université de la Sorbonne nouvelle – Paris, 1994, [s.l.]: [s.n.].
- FERREIRA, Maria Nazareth. *A Imprensa Operária no Brasil (1880-1920)*. Petrópolis: Editora Vozes, 1978.
- FLORENCIO, Rafael Nunõz. *El terrorismo anarquista (1888-1909)*. Madri, Siglo XXI de España Editores, 1983.
- FONSECA, Guido. “O Anarquismo e as origens da polícia política em São Paulo” O Anarquismo e as origens da polícia política em São Paulo” *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo, v. XCIII, 1997.
- FREIRE, João. *Anarquistas e Operários. Ideologias, ofícios e práticas sociais: o anarquismo e o operariado em Portugal, 1900-1940*. Porto: Edições Afrontamento, 1992.
- GOMES, Ângela de Castro. “O Anarquismo: outra Sociedade, outra Cidadania” in: *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: IUPERJ, São Paulo: Vértice, 1988.
- GONÇALVES, Adelaide e SILVA, Jorge E. (org.) *A Imprensa Libertária do Ceará (1908-1922)*. São Paulo: Editora Imaginário, 2000.
- GONÇALVES, Adelaide e SILVA, Jorge E. *A Bibliografia Libertária – o Anarquismo em Língua Portuguesa*. São Paulo: Editora Imaginário, 2001.
- GORDON, Eric Arthur. *Anarchism in Brazil: theory and practice, 1890-1920*. Louisiana: [s.n.], 1978.
- HALL, Michael M. “A imigração na cidade de São Paulo”, in: Porta, Paula (org.). *História da cidade de São Paulo. A cidade na primeira metade do século XX, 1890-1954*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004, v. 3.
- _____. “O movimento operário na cidade de São Paulo, 1890-1954”, in: Porta, Paula (org.). *História da cidade de São Paulo. A cidade na primeira metade do século XX, 1890-1954*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004, v. 3.
- _____. *The origins of mass migration in Brazil*. Tese de doutoramento. Columbia University, 1976.
- _____. “A imigração e os fazendeiros de café”. In: SILVA, Fernando Teixeira da et al (orgs.). *República, liberalismo e cidadania*. Piracicaba: Ed. da Unimep, 2003.
- _____. “Italianos em São Paulo (1880-1920)” *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, 1979, tomo XXIX, p. 202.
- HALL, Michael M. e PINHEIRO, Paulo Sérgio. *A Classe Operária no Brasil. Documentos (1889-1930)*. São Paulo: Editora Alfa Omega, 1979, vol. I – O Movimento Operário.

- _____. *A Classe Operária no Brasil. Documentos (1889-1930)*. São Paulo: Brasiliense, 1981, vol. II – Condições de vida e de trabalho, relações com os Empresários e com o Estado.
- HALL, Michael e STOLCKE, Verena. “A introdução do trabalho livre nas fazendas de café de São Paulo”, *Revista Brasileira de História*. São Paulo, ANPUH/Marco Zero, n. 6, set. de 1983.
- HARDMAN, Francisco Foot. *Nem Pátria nem patrão! Memória operária, cultura e literatura no Brasil*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.
- JENSEN, Richard Bach. “The International Anti-Anarchist conference of 1898 and the origins of Interpol” *Journal of Contemporary History*, vol. 16, nº 22, abril de 1981.
- JOLL, James. *Anarquistas e Anarquismo*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1964.
- LEAL, Claudia Feierabend Baeta. *Anarquismo em verso e prosa – Literatura e propaganda na imprensa libertária em São Paulo (1900-1916)*. Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Teoria Literária do Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp, Campinas, 1999.
- LITVAK, Lily. *Musa Libertária - Arte, literatura e vida cultural del anarquismo español (1880-1913)*. Barcelona: Antonio Bosch Editor, 1981.
- LOPREATO, Christina Roquette. “O espírito das leis: anarquismo e repressão política no Brasil” *Verve – Revista Semestral do NU-SOL – Núcleo de Solidariedade Libertária*. São Paulo, nº 3, Abril/ 2003.
- _____. *O espírito da revolta: a greve geral anarquista de 1917*. São Paulo: Annablume, 2000.
- LUIZZETO, Flavio. *Presença do Anarquismo no Brasil - um estudo dos episódios literário e educacional (1900-1920)*. Tese de Doutorado defendida junto ao programa de doutorado em História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Carlos, 1984.
- MAGNANI, Silvia Ingrid Lang. *O movimento anarquista em São Paulo (1906-1917)*. São Paulo, Brasiliense, 1982.
- MAITRON, Jean. *Le mouvement anarchiste em France (des origines à 1914)*. Paris : Librairie François Maspero, 1983.
- _____. *Ravachol et les anarchistes*. Paris: R. Julliard, c1964.
- MARAM, Sheldon Leslie. *Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro, 1890-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- MASINI, Pier Carlo. *Storia degli anarchici italiani – da Bakunin a Malatesta (1862-1892)* Milão: Rizzoli Editore, 1969
- _____. *Storia degli anarchici nell’epoca degli attentati*. Milão: Rizzoli Editore, 1981.
- MELLO NETO, Candido. *O anarquismo experimental de Giovanni Rossi. De Poggio al Mare à Colônia Cecília*. Ponta Grossa: Editora UEPG, 1988.
- MENEZES, Lená Medeiros de. *Os Indesejáveis: Desclassificados da Modernidade. Protesto, Crime e expulsão da Capital Federal (1890-1930)*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1996.
- NASCIMENTO, Rogério Humberto Zeferino. *Florentino de Carvalho: pensamento social de uma anarquista*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2000.
- PARRA, Lucia Silva. *Combates pela Liberdade: o movimento anarquista sob a vigilância do DEOPS/ SP (1924-1945)*. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2003.

- PAULA, Amir El Hakim de. *Os operários pedem passagem! A Geografia do operário na cidade de São Paulo (1900-1917)*. Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- PEREIRA, Cristiana Schettini. *Que tenhas teu corpo. Uma história social da prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas*. Tese de doutorado defendida junto ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, Campinas, 2002.
- PERNICONE, Nunzio. *Italian Anarchism, 1864-1892*. Princeton: Princeton University Press, 1993.
- PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. “Proletários e subversivos” *Nossa História*, Ano I, nº 7, maio 2004.
- PIOZZI, Patrícia. “Construindo a ordem anárquica: algumas considerações em torno da doutrina social de Proudhon e Bakunin” in: *Revista Trans/Form/Ação*. Uberlândia, nº 13, 1990.
- RAGO, Margareth. *Do Cabaré ao Lar: a utopia da cidade disciplinar, Brasil – 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- RODRIGUES, Edgar. *Os anarquistas: trabalhadores italianos no Brasil*. São Paulo: Global Editora, 1984.
- _____. *Os libertários – idéias e experiências anárquicas*. Petrópolis: Vozes, 1988.
- _____. “Pequena história da imprensa social no Brasil”
<http://www.agrorede.org.br/ceca/edgar/anarkP.html>
- ROMANI, Carlo. *Oreste Ristori: uma aventura anarquista*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2002.
- SAMIS, Alexandre. *Clevelândia: anarquismo, sindicalismo e repressão política no Brasil*. São Paulo: Imaginário, 2002.
- SCHMIDT, Afonso. *Colônia Cecília: uma aventura anarquista na América*. São Paulo: Anchieta, 1942.
- SEIXAS, Jacy Alves de. *Memoire et oubli: anarchisme et syndicalisme révolutionnaire au Brésil*. Paris: Édition de la Maison des Sciences de l’homme, 1992.
- SOUSA, Newton Stadler. *O anarquismo da Colônia Cecília*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.
- SOUZA, Luís Antônio Francisco de. *São Paulo, Polícia Urbana e Ordem Disciplinar. A Polícia Civil e a Ordem Social na Primeira República*. Dissertação de mestrado defendida junto ao departamento de Sociologia da FFLCH – USP, São Paulo, 1992.
- SURIANO, Juan. *Anarquistas. Cultura y política libertaria em Buenos Aires, 1890-1910*. Buenos Aires: Ediciones Manatíal SRL, 2001.
- TOLEDO, Edilene T. *O Amigo do Povo: grupos de afinidade e a propaganda anarquista em São Paulo nos primeiros anos deste século*. Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de História do Instituto de filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.
- _____. *Anarquismo e Sindicalismo Revolucionário: trabalhadores e militantes em São Paulo na Primeira República*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.
- _____. *Travessias Revolucionárias. Idéias e militantes sindicalistas em São Paulo e na Itália (1890-1945)*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.
- TRENTO, Angelo. “‘Wherever we work, that land is ours’: The Italian Anarchist Press and Working Class Solidarity in São Paulo” in: GABACCIA, Donna e OTTANELLI, Fraser M. *Italian Workers of the world – Labor Migration and the Formation of Multiethnic States*. Chicago: University of Illinois Press, 2001.

- TRENTO, Angelo. *Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil*. São Paulo: Nobel, 1989.
- VARGAS, Maria Thereza (coord.) *Teatro Operário na Cidade de São Paulo*. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento de Informação e Documentação Artística, Centro de Pesquisa de Arte Brasileira, 1980.
- ZOCCOLI, Ettore. *L'Anarchia: Gli Agitatori – Le Idee – I fatti*. Milão: Fratelli Bocca Editori, s.d. (reimpressão integral da edição de 1907).